Universidade de São Paulo
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Departamento de Antropologia
Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social

Do luto à luta

O Movimento Mães de Maio da Baixada Santista de São Paulo

Matheus de Araújo Almeida

VERSÃO CORRIGIDA

São Paulo

2021

Matheus de Araújo Almeida

Do luto à luta

O Movimento Mães de Maio da Baixada Santista de São Paulo

VERSÃO CORRIGIDA

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, sob a orientação da Prof^a Dr^a Ana Claudia Duarte Rocha Marques, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Antropologia Social.

São Paulo

2021

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

A447l Almeida, Matheus de Araújo
Do luto à luta: O Movimento Mães de Maio da
Baixada Santista de São Paulo / Matheus de Araújo
Almeida; orientadora Ana Claudia Duarte Rocha Marques
- São Paulo, 2021.
337 f.

Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia,
Letras e Ciências Humanas da Universidade de São
Paulo. Departamento de Antropologia. Área de
concentração: Antropologia Social.

1. Mães de Maio. 2. Antropologia da Política. 3.
Luto. 4. Parentesco. 5. Memória. I. Marques, Ana
Claudia Duarte Rocha, orient. II. Título.

ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA DISSERTAÇÃO/TESE

Termo de Ciência e Concordância do (a) orientador (a)

Nome do (a) aluno (a): Matheus de Araújo Almeida

Data da defesa: 23/04/2021

Nome do Prof. (a) orientador (a): Ana Claudia Duarte Rocha Marques

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, 28/08/2021

(Assinatura do (a) orientador (a))

Do luto à luta

O Movimento Mães de Maio da Baixada Santista de São Paulo

Matheus de Araújo Almeida

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, sob a orientação da Profª Drª Ana Claudia Duarte Rocha Marques, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Antropologia Social.

Banca Examinadora

Profª. Drª. Ana Claudia Duarte Rocha Marques (Orientadora) – (FFLCH/USP)

Profª. Drª. Ana Lúcia Pastore Schritzmeyer (FFLCH/USP)

Prof. Dr. Adalton Jose Marques (UNIVASF)

Profª. Drª. Desirée de Lemos Azevedo (Externo)

São Paulo, 23 de abril de 2021

Essa dissertação é dedicada a todas as vítimas do genocídio
democrático do Estado brasileiro.

A todas as mães e familiares de vítimas das violências de Estado
que partiram sem receberem justiça.

Em memória de Vera Lúcia Gonzaga dos Santos,
sempre presente!

Agradecimentos

Esta dissertação nasceu de um solo fertilizado à base de muitas lágrimas, sangue, suor, vozes, encontros, casas, conflitos, dias e noite de luta. Não há palavras que expressem a dimensão da minha gratidão e da minha admiração ao Movimento Mães de Maio. Apesar de todas as dificuldades, estas mulheres me fazem acreditar na vida e me sentir privilegiado de poder conhecê-las e acompanhá-las nas suas formidáveis jornadas.

Débora Maria da Silva, fundadora e coordenadora do Movimento Mães de Maio, é uma maezona guerreira que inspira e ilumina, força incansável e sabedoria crítica são apenas algumas de suas gigantescas virtudes. Sem ela, nem uma página deste trabalho seria possível. A partir dela, conheci outras mulheres incríveis, Mães de Maio irrefreáveis e inarredáveis de suas lutas por justiça, verdade, memória e liberdade.

Em especial, agradeço a Jucélia Maria dos Santos, a July, Ilza Maria de Jesus Soares, a Dona Ilza, Maria Sônia Lins, a Dona Sônia, e a Francisco Gomes, o Seu Francisco, por me acolherem tão carinhosamente e se disporem a compartilhar suas histórias. Obrigado pela confiança, pelo compartilhamento, pelo carinho e principalmente por serem referências da maior potência no combate ao genocídio dos negros, pobres e periféricos neste país.

Fracilene Gomes Fernandes é uma companheira de luta e referência de pesquisa do mais alto nível. Ao lado de Débora, foi ela quem tornou reais as minhas possibilidades de fazer esta pesquisa. O meu mais profundo agradecimento por sua confiança e imprescindível luta no Movimento Mães de Maio.

Agradeço a todos os *apoiaadores* e *apoiaadoras* do Movimento Mães de Maio, especialmente Mariana Coura e Bea Almenara. Me sinto orgulhoso em fazer parte do *exército libertador de filhos e filhas* ao lado dessas companheiras.

À minha família, que segue sendo meu porto seguro, em especial à minha mãe Eremita, fonte de minha determinação para seguir com fibra na vida.

À minha orientadora no mestrado, professora Ana Claudia Duarte Rocha Marques, que aceitou orientar um trabalho duro e delicado, do qual ela sempre demonstrou acreditar no seu potencial. Ana Claudia foi uma super orientadora, e seus

comentários e sua liberdade concedida no desenvolvimento desta pesquisa foram cruciais para a realização deste trabalho.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação de Antropologia Social (PPGAS) da Universidade de São Paulo (USP), sobretudo àquelas que me deram aulas durante o mestrado, como Silvana Nascimento, Ana Lúcia Pastore Schritzmeyer, Ana Claudia Duarte Rocha Marques e Laura Moutinho, e que assim contribuíram sobremaneira para o desenvolvimento de muitas reflexões que constam nesta pesquisa.

A Adalton Marques e a Desirée Azevedo, pela melhor experiência de Exame de Qualificação que eu poderia ter tido. A atenciosa leitura e os criteriosos comentários de vocês foram providenciais para as minhas inquietações que desembocaram no resultado final desta pesquisa.

A Adalton Marques, Desirée Azevedo e Ana Lúcia Pastore Schritzmeyer, pela emocionante banca de defesa. Suas leituras críticas e seus comentários perspicazes a esta extensa e intensa dissertação tornaram-na muito mais robusta e bem desenvolvida do que seria não fossem as preciosas contribuições de vocês, em que pese os eventuais limites e problemas persistentes ainda permanecerem de minha inteira responsabilidade.

A Rose Satiko Hikiji, pela dedicada supervisão durante meu estágio no Programa de Aperfeiçoamento de Ensino (PAE).

A Juciele Borges Cristovão e Luciana Bezerra Nóbrega, pelo atendimento sempre prestativo e resoluto às minhas demandas junto à Secretaria do PPGAS.

A toda minha turma de mestrado no PPGAS/USP do ano de 2019, em especial aos meus amigos e amigas Elisa Hipólito, Adriana Paixão, Juliana Wahl, Phillip Willians, Fabiana Botton, Mônica Ribeiro e Tiago de Oliveira.

Aos meus colegas de Hybris – Grupo de Estudo e Pesquisa sobre Relações de Poder, Conflitos, Socialidades, cuja interlocução nos últimos dois anos foi fundamental para o amadurecimento de minhas percepções a respeito de muitos temas que constituem esse trabalho. A Jesser, Yara, Flor, Natália, Camila, Juliana, Miguel, Karina, Natasha, João pela recepção e pelos diálogos sempre estimulantes. Agradeço também a Jorge Mattar Villela e aos colegas do Hybris Canavial pelos excelentes comentários a esta pesquisa.

A Liliana Sanjurjo, Taniele Rui, Fabio Mallart, Adalton Marques e Desirée Azevedo, pelas considerações inestimáveis feitos ao trabalho que apresentei no GT coordenado por eles durante a 32ª Reunião Brasileira de Antropologia (RBA), em 2020. Elas certamente me ajudaram a deslindar questões ainda nebulosas àquela altura em torno dos temas aqui discutidos.

Ao Centro de Antropologia e Arqueologia Forense (CAAF) da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), em especial a Aline Rocco Gomes, pela recepção e por fazerem da pesquisa acadêmica algo que pode em muito contribuir com a luta das Mães de Maio.

Aos amigos e companheiros do Movimento Autogestionário (MOVAUT), em especial aos que toparam a experiência de fazer essa luta na metrópole paulista, Gabriel, Aline, Alexandra e Alice.

Aos colegas de Equipe Editorial da Revista Práxis Comunal, Carlos, Lucas, Aníbal, Fernanda e Antonio, por compartilharem comigo o desejo e a disposição de difundir olhares críticos e radicais que atuam e se defrontam à antropologia.

A Ana Flávia Bádue, pela inspiração vital, pela força nos momentos mais decisivos, e pelo primordial alento em me fazer *ocupar* o PPGAS e a USP fazendo pesquisa rigorosa e engajada com a transformação desse mundo.

A Maurício Sousa Matos, amigo do peito que, mesmo sem saber, segue há anos contribuindo para a trilhada dos meus caminhos.

Aos meus amigos espalhados pelo Brasil, Nildo Viana, Lucas Parreira Álvares e Aiano Bemfica, que, de formas bastante distintas, contribuíram significativamente para a minha formação na academia, com seus diálogos enriquecedores e com suas parcerias intelectuais das quais em muito me beneficiei.

Aos meus amigos de Salvador e região, que me deram ânimo em momentos difíceis na pandemia, Mateus, Verônica, Italo, Bira, Sérgio e Lucas.

Aos amigos de BH, que resolveram se juntar para nos apoiarmos mutuamente na pandemia através de grupos virtuais de cinema e fofocas, Carolina, Mari, Marcela, Bruno Bicalho, Bruno Fontenelle, Tiago, Mayumi, Guilherme, Sara e Pedro.

A Ana Bombassaro, Alex Moraes e Juliana Mesomo pela aconchegante acolhida em Porto Alegre, na ocasião da minha participação na XIII Reunião de Antropologia do Mercosul (RAM), em 2019. Alex e Juliana também têm sido fonte de inspiração para pensar antropologias críticas e críticas da antropologia, em seu trabalho junto ao Máquina Crítica.

A Messias Basques, por ampliar meus conhecimentos acerca de antropologias negras e antropólogos negros que, a despeito de serem histórica e sumariamente excluídos dos currículos oficiais, urdiram um tecido coletivo da resistência e do enfrentamento dos negros dentro e fora das esferas intelectuais e o passaram adiante. Seguindo seus passos, espero acrescentar mais algumas urdiduras a esse tecido, que continuará sendo passado adiante.

A Lucimélia Romão, Gabrielle Nascimento, Mariana Coura e Bea Almenara, por me ajudarem a entender melhor algumas das incontáveis questões que tive que me deparar nesta pesquisa. Frente a tantos elementos confusos, elas sempre me esclareceram de maneira solidária e gentil.

A Lourival Aguiar e Ana Caroline Bonfim pela solidariedade e prestatividade de sempre, especialmente com o imenso apoio para o meu ingresso no PPGAS/USP.

A Dona Necy e Vinicius, por me receberem tão bem em São Paulo, em um momento de tantos estranhamentos com esta cidade.

A José Corazza, por toda a cooperação que me auxiliou permanecer residindo em Santos durante a pandemia.

A Carolina, Fernanda, Antonia e João por serem essa família maravilhosa que eu tenho toda a sorte do mundo em poder dizer que também é minha.

A Carolina Pereira, minha grande companheira de vida. Obrigado pelo companheirismo, pela paciência, pelo suporte nos mais diferentes níveis, por encarar essa jornada juntinhos na pós-graduação e em São Paulo, pela leitura sempre atenta e atenciosa, pelas várias revisões, pelas inúmeras conversas e sugestões que me abrem caminhos, pelo imensurável amor e desejo de viver novas etapas e conquistas.

Esta pesquisa contou com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), processo nº 2019/10252-3. As opiniões, hipóteses e conclusões

ou recomendações expressas neste material são de minha inteira responsabilidade e não necessariamente refletem a visão da FAPESP.

*O único lugar onde os negros não se rebelaram
é nos livros dos historiadores capitalistas*

C. L. R. James

*Mas é preciso ter força, é preciso ter raça
É preciso ter gana sempre
Quem traz no corpo a marca, Maria, Maria
Mistura a dor e a alegria*

*Mas é preciso ter manha, é preciso ter graça
É preciso ter sonho sempre
Quem traz na pele essa marca possui
A estranha mania de ter fé na vida*

Milton Nascimento

ALMEIDA, Matheus de Araújo. **Do luto à luta: o Movimento Mães de Maio na Baixada Santista de São Paulo**. 337p. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de Antropologia da Universidade de São Paulo, 2021.

RESUMO

A presente dissertação de mestrado se constitui como uma etnografia do Movimento Mães de Maio na Baixada Santista do estado de São Paulo, região fundadora desse Movimento após os Crimes de Maio de 2006. Interagindo como pesquisador e apoiador desse movimento de mães enlutadas, cujos filhos foram assassinados por agentes de segurança do Estado e grupos de extermínio entre 12 e 21 de maio de 2006, através de participação e observação em eventos e *lives*, e pela realização de entrevistas interpretativas, busco compreender como essas mães transformam cíclica e continuamente o seu *luto* em *luta*. Nesse processo, analiso como questões como o parentesco, o conflito, o sofrimento e a memória são vividas e (re)formuladas por essas mães, produzindo novos sentidos sobre a maternidade, a política, o luto e a morte. Deste modo, as Mães de Maio são tomadas como agentes de transformação de suas próprias vidas e trajetórias e como referências intelectuais que, por meio de categorias nativas que derivam de suas experiências e perspectivas, ajudam a deslindar a história do Brasil e concebem repertórios de mundo desde as periferias.

Palavras-chave: Mães de Maio, Antropologia da Política, Conflito, Luto, Parentesco, Memória.

ALMEIDA, Matheus de Araújo. **From *Mourning to Struggle: Movement Mães de Maio in Baixada Santista, state of São Paulo***. 337p. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de Antropologia da Universidade de São Paulo, 2021.

ABSTRACT

This master's dissertation is an ethnography of the Movement Mães de Maio in Baixada Santista, state of São Paulo, the founding region of this Movement after May 2006 Crimes. Interacting as a researcher and supporter of this movement of bereaved mothers whose sons were murdered by state security agents and extermination groups between May 12 and 21, 2006, through participation and observation in events and *lives*, and by conducting interpretive interviews, I seek to understand how these mothers cyclically and continuously transform their mourning into struggle. In this process, I analyze how issues such as kinship, conflict, suffering and memory are experienced and (re)formulated by these mothers, producing new meanings about motherhood, politics, mourning and death. In this way, I approach Mães de Maio as agents of transformation of their own lives and trajectories and as intellectual references that, through native categories that derive from their experiences and perspectives, help to unravel the history of Brazil and conceive repertoires about the world, from the peripheries.

Keywords: Mães de Maio, Anthropology of Politics, Conflict, Mourning, Kinship, Memory.

Lista de abreviações

ABRAFAM	Associação Brasileira dos Familiares de Mortos e Desaparecidos
ACAT	Ação dos Cristãos pela Abolição da Tortura
ALESP	Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo
ALN	Ação Libertadora Nacional
AMPARAR	Associação de Amigos e Familiares de Presos
BAEP	Batalhão de Ações Especiais de Polícia
CAAF	Centro de Antropologia e Arqueologia Forense
CBA	Comitê Brasileiro pela Anistia
CDDPH	Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana
CFMDP	Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos
CJP	Comissão Justiça e Paz
CONDEPE	Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana
CNV	Comissão Nacional da Verdade
CREMESP	Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo
FBSP	Fórum Brasileiro de Segurança Pública
GAECO	Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado
GTNM	Grupo Tortura Nunca Mais
IBCCRIM	Instituto Brasileiro de Ciências Criminais
IEVE	Instituto de Estudos sobre a Violência do Estado
IHRC	International Human Rights Commission
IML	Instituto Médico Legal
ISER	Instituto de Estudos da Religião

LAV	Laboratório de Análise da Violência
MFPA	Movimento Feminino pela Anistia
MJDH	Movimento de Justiça e Direitos Humanos
MN	Movimento Negro
MNU	Movimento Negro Unificado
MNDH	Movimento Nacional de Direitos Humanos
MVJ	Memória, Verdade e Justiça
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PBPD	Plataforma Brasileira de Política de Drogas
PCC	Primeiro Comando da Capital
PNDH	Programa Nacional de Direitos Humanos
PGR	Procuradoria-Geral da República
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PT	Partido dos Trabalhadores
PMESP	Polícia Militar do Estado de São Paulo
RBA	Reunião Brasileira de Antropologia
ROTA	Rondas Ostensivas Tobias de Aguiar
SDH	Secretaria de Direitos Humanos
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UNIFESP	Universidade Federal de São Paulo
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

Introdução	17
Prolegômenos.....	17
Algumas considerações metodológicas	34
A produção intelectual compartilhada	45
Os itinerários da pesquisa.....	56
Capítulo 1 – O parto da dor, o parto da <i>luta</i>.....	65
<i>O dia mais triste da minha vida</i>	<i>67</i>
Mães paridas por seus filhos: o Movimento Mães de Maio.....	74
Os Crimes de Maio de 2006.....	86
Capítulo 2 – A <i>democracia das chacinas</i>	100
Uma história de mães em <i>luta</i>	102
Estado e políticas de morte	114
Chacinas e democracia.....	137
Raça e política como guerra	171
Capítulo 3 – As mães vão <i>parir um novo Brasil</i>	184
<i>Coração de mãe nunca se engana: experiência, morte e família.....</i>	<i>184</i>
Política e rituais para a dor	214
<i>Luta e autonomia</i>	<i>246</i>
Considerações finais	307
Bibliografia.....	311
Hemeroteca.....	329
Blogs e sites.....	331
Vídeos.....	333
Eventos.....	333
Entrevistas.....	334
<i>Lives</i>	335

Introdução

*Mesmo que me ameacem com fuzis, mesmo que me aprisionem com as leis,
não podemos ter medo! Não podemos ter medo da bala, não podemos ter
medo do açoite. Eles não vão viver alimentados do meu medo*
(Débora Maria da Silva)

Prolegômenos

*Papo reto, nosso / vou te passar a visão / já que a real / não se vê na
televisão / Essa mídia tem um lado / ser porta-voz do Estado / como muitos
nos ferrando / se passando de aliado / É chegado a hora / os divergentes se
juntar / partimos pro caô / não há quem possa segurar / O problema não é
meu, nem seu / é nosso, não sabia?! / punhos cortando o ar / mostram não
somos minoria / Hoje o Quilombo vem dizer / Favela vem dizer / A Rua vem
dizer / que é NÓS por NÓS¹*
(Mano Teko)

Centro Cultural Jabaquara, 12 de maio de 2016. Mães e familiares de vítimas da violência de Estado de diferentes lugares do Brasil se reúnem na Zona Centro-Sul de São Paulo. O motivo: o lançamento da pedra fundamental do Memorial dos Crimes de Maio e das vítimas do genocídio democrático, na ocasião da data em que completaram-se 10 anos dos Crimes de Maio de 2006.

“Esse encontro não é um encontro de glamour. Não é um encontro de engravatado. Não é um encontro de sapato Luiz XV. Aqui é o encontro da favela, da periferia, que vai dar o papo reto” (UM MEMORIAL PARA MÃES E FILHOS, 2016) – assim iniciava a sua exposição na mesa deste evento Débora Maria da Silva, fundadora e coordenadora do Movimento Mães de Maio.

As atividades naquela tarde começaram com uma mesa composta por cinco mães que perderam seus filhos assassinados: além de Débora, Rute Fiuza, do Movimento Mães de Maio do Nordeste, Ana Paula Oliveira, do Mães de Manguinhos (RJ), Mônica Cunha, do Movimento Moleque (RJ), e Leila Rocha, mãe Guarani Ñandeva da Terra Indígena Yvy Katu e da Aty Guasu². Além delas, muitas outras mães e familiares de vítimas se encontravam no auditório, além de amigos, *apoiadores* e jornalistas.

O Centro Cultural Jabaquara, também conhecido como Centro de Culturas Negras do Jabaquara, não foi escolhido à toa para sediar este memorial. Um dos *apoiadores* das Mães de Maio disse durante o evento que a palavra “Jabaquara” vem do Tupi, e significa

¹ Letra da música “Quilombo Favela Rua”, de Mano Teko. Esta música se tornou uma espécie de canção de luta do movimento negro e de familiares de vítimas da violência de Estado no Rio de Janeiro. Videoclipe oficial disponível em: <https://youtu.be/eZuBzrfaaYk>

² A Aty Guasu é a Grande Assembleia dos Guarani Ñandeva e Kaiowá.

“espaço dos homens valentes”³. Mas este Centro Cultural ainda abriga outra história relevante: ali havia um “quilombo de passagem” de ex-escravizados que estavam a caminho do Quilombo do Jabaquara, em Santos.

Referindo-se a essa história, Débora afirmou em sua fala naquela mesa no auditório: “esse quilombo é nosso. Quando a gente vimos⁴ a história a gente falou ‘é aqui, é aqui que é a resistência’. Essa resistência é uma resistência pra servir de exemplo” (*ibidem*). Esse passado de resistência serve de inspiração para uma resistência no presente, uma vez que, como Débora prosseguiu afirmando, “os crime da ditadura ele nunca acabou. Se tivesse acabado não tinha mais na democracia. Mas eu quero dizer pra esse Estado assassino: ele é gigante, mas as Mães de Maio é muito mais!” (*ibid.*).

Bastante emocionada, como eu nunca a vi assim em outras ocasiões, Débora ora reduzia o volume de sua voz na tentativa de manter a fala em meio às lágrimas, ora elevava sua voz quando queria dar ênfase à sua afirmação. Nessa cadência, ela dimensionou a respeito daquele encontro:

Pra mim, e pras Mães de Maio, e pras mães dos maios, é um dos maiores encontros construídos por mulheres. Mulheres guerreiras, mulheres que não saem da rua, mulheres que têm a capacidade e o dom de meter o dedo na cara desse Estado e dizer ‘basta de matar nossos filhos! Basta de encarcerar nossos filhos! Basta de desaparecer com nossos filhos!’ (*ibid.*).

Este enfrentamento, todavia, era feito não só pelas Mães de Maio, mas “pelas mães dos maios”, e não só pelos Crimes de Maio, mas pelos crimes de todos os anos: “e eles pensava que as Mães [de Maio] iam se debruçar só sobre os Crimes de Maio de 2006. As Mães de Maio elas se debruçam nos crimes dos 365 dias do ano” (*ibid.*), assegurou Débora.

Após as demais mães da mesa falarem, todas as pessoas presentes se direcionaram para a área externa do Centro Cultural Jabaquara, e se posicionaram ao redor de onde se encontrava uma pedra em formato de lápide com cerca de um metro de altura, e nela havia uma placa com as inscrições “Pedra fundamental do Memorial dos Crimes de Maio e das

³ Segundo o *Dicionário de Topônimos Brasileiros de Origem Tupi*, de Luiz Caldas Tibiriçá, a palavra Tupi “Jabaquara” pode ser traduzida como “cova de refúgios” ou “refúgio de fugitivos” (TIBIRIÇÁ, 1985, p. 71). Agradeço a Tiago de Oliveira Nandeva pelas informações sobre a palavra Jabaquara e sobre a história de Leila Rocha.

⁴ Neste trabalho, optei por transcrever literalmente as falas de minhas interlocutoras. Essa foi uma opção política que não só tenta aproximar a reprodução escrita da palavra do modo como ela foi dita, como também é uma negação deliberada em “corrigir” a fala de minhas interlocutoras de acordo com a norma culta da língua portuguesa – processo de “correção” este que, nesse contexto, reproduziria o que Nascimento (2019) denominou de “racismo linguístico”.

vítimas do genocídio democrático, 12 de maio de 2016”. Esta pedra, que inicialmente estava coberta com um pano branco, foi revelada após alguns discursos proferidos pelas mães ali presentes. A partir desta pedra, espera-se, um dia será erguido o Memorial para aquelas vítimas.

Entre discursos, lágrimas, consolos e gritos coletivos de palavras de ordem – como “os nossos mortos têm voz! Os nossos mortos têm voz! Os nossos mortos têm voz! Os nossos mortos têm mães!” e “hoje o quilombo vem dizer, favela vem dizer, a rua vem dizer, que é NÓS por NÓS!” – Débora relacionou a história daquela placa à de seu próprio filho assassinado.

“Essa placa”, expôs Débora, “é o símbolo de um trabalhador empobrecido que trabalhou de atestado médico para ganhar um miserável salário mínimo e ele foi executado pelo Estado. Essa foi a recompensa que o Estado deu para o meu filho depois de uma jornada de trabalho. Mataram ele onde ele varreu de manhã” (CRUZ, 2016).

A presente dissertação de mestrado é fruto de uma pesquisa de dois anos realizada **entre e com**⁵ o Movimento Mães de Maio. A partir de uma etnografia realizada no convívio e diálogo com essas mães, sobretudo com aquelas que habitam a região da Baixada Santista de São Paulo, o meu objetivo era compreender como elas vivenciam seu *luto*⁶ em sua *luta*. *Luto* e *luta* são questões pujantes para diversos movimentos de familiares de vítimas de violência, e com as Mães de Maio não é diferente, afinal, o primeiro livro publicado por este movimento se chama *Do luto à luta* (MÃES DE MAIO, 2011a).

Eu desconfiava também que, a partir do exame sobre estes dois temas, muitas outras questões emergiriam, questões essas de especial interesse para a antropologia: parentesco, família, morte, sofrimento, emoções, território, política, memória e raça, só para ficar nestes exemplos. Sendo assim, eu quis entender como lidar com o *luto* e a *luta* das Mães de Maio abre caminho para pensar todos estes temas, além, é claro, de pensar

⁵ No corpo do texto, faço uso do negrito para demarcar palavras e expressões que quero atribuir ênfase. Nas citações, sempre que houver o uso deste recurso identifico se a autoria do grifo for minha.

⁶ Neste trabalho, utilizo o itálico para três situações: título de obras, palavras em outras línguas e categorias nativas. Assim, algumas palavras poderão aparecer ora em itálico, quando quero manejá-las como categorias nativas, ora em formatação comum, quando as utilizo de modo corrente, a exemplo de *luto* (categoria nativa) e *luto* (que pode se referir a um campo de estudo, a uma referência a outros autores etc.).

como estas mães possivelmente reformulam concepções preestabelecidas sobre luto, luta e tudo o mais que aqui está envolvido.

Como eu suspeitava de início, e pude confirmar no decorrer da pesquisa, o *do luto à luta* das Mães de Maio não era exatamente um processo linear, como quem sai de um estágio para chegar a outro. Tinha mais a ver com um processo cíclico, em que um nunca se encerra em si mesmo ou no outro, mas ambos reforçam-se mutuamente. Algo como um *luto na luta* e uma *luta no luto*, e por isto mesmo, também um *luto como luta* e uma *luta como luto*, ambos sem fim.

Para percorrer este trajeto, eu acompanhei durante o tempo desta pesquisa – retomando contatos que se iniciaram antes dela, como contarei à frente – algumas mães que pertencem a este movimento. As Mães de Maio nasceram como reação aos chamados Crimes de Maio de 2006, em que centenas de pessoas foram assassinadas e feridas, e outras tantas desaparecidas, durante aproximadamente uma semana no mês de maio do ano de 2006, em diversos municípios do estado de São Paulo.

Criado a partir da união de mães que perderam seus filhos na Baixada Santista de São Paulo, que decidiram se juntar para *lutar* por justiça, esse movimento alcança hoje a marca de 15 anos de existência em meio a essa *luta*. Neste percurso, algumas mães se juntaram, após terem perdido seus filhos nos Crimes de Maio ou em outras chacinas, e outras mães saíram. Tratam-se de mulheres pobres, moradoras de regiões periféricas, em sua maioria negras, cujos filhos eram jovens e foram assassinados de modos bastante assemelhados – como tem sido, aliás, o perfil predominante das pessoas assassinadas no Brasil: homens, jovens, negros e pobres (CERQUEIRA; BUENO, 2020, p. 67-73).

A minha militância política sempre esteve no mesmo lugar da minha produção teórica, e vice-versa. E como tal, com o tempo fui conhecendo pessoas que caminhavam com práticas semelhantes. Não havia ainda um ano completo que eu tinha chegado em Belo Horizonte para iniciar o curso de graduação em antropologia na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), em 2014, quando recebi um convite.

À época do convite, eu morava em uma ocupação urbana no Centro da capital mineira, o antigo Movimento de Fundação da Casa do Estudante, o MOFUCE, como era mais conhecido, que há alguns anos havia adotado o nome oficial de Associação Casa do

Estudante de Minas Gerais (ACEMG). Naquela época eu ainda não sabia, mas o MOFUCE se tornaria o tema do meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), onde eu analisei o conflito entre esta ocupação estudantil autônoma e a UFMG em meio a um processo de reintegração de posse de autoria desta universidade. Militância política e produção teórica juntas.

O convite foi feito por um amigo dos anos em que militei no movimento estudantil secundarista autônomo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA), o antigo CEFET-BA, Maurício Sousa Matos. Maurício também militou neste movimento na Bahia, e havia chegado à UFMG um semestre antes de mim. Como um dos poucos conhecidos que eu tinha em uma cidade em que jamais havia pisado antes, Maurício foi um bom amigo que me ajudou a conhecer muito do que havia naquela universidade.

Antes deste convite, em meados de 2014, Maurício já havia me chamado para dar uma oficina sobre pan-africanismo – tema que eu vinha pesquisando à época – no Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão Conexões de Saberes, onde ele atuava como estagiário. Pouco tempo depois, Maurício me fez o convite que plantou uma semente na minha jornada futura. Como participante do Coletivo de Estudantes Negros (CEN) da UFMG que era, Maurício estava na comissão organizadora da programação do evento da Consciência Negra daquele ano do curso de Ciências Sociais.

Foi então que Maurício me convidou para compor uma das mesas mais especiais daquele evento, cujo tema era “De fora para dentro: resistências além da universidade”. No dia 20 de novembro de 2014, na data da Consciência Negra, ocorreria uma mesa de discussão para debater a questão do genocídio da população negra. Estariam presentes estudantes militantes do movimento negro na universidade, um militante negro do movimento de ocupações urbanas, e uma mãe de uma vítima assassinada pela polícia no estado de São Paulo. Maurício queria que eu compusesse essa mesa, pois julgava que eu poderia dar alguma contribuição na discussão da temática.

Eu tinha apenas 20 anos na época, era um calouro de graduação, mas já possuía alguns anos de militância social aliada ao trabalho intelectual em torno destas questões. Senti um frio na barriga, mas aceitei o convite. No momento da mesa, realizada em uma espécie de anfiteatro na entrada da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FAFICH), havia um grande público acompanhando a atividade, muitos por participarem

de modo geral do evento, outros por estarem passando no local e pararem para ver, curiosos.

Cada pessoa naquela mesa falou sobre algum aspecto a respeito do genocídio dos negros no Brasil. Senti-me inclinado a tratar sobre a história das sucessivas chacinas que marcam este país, desde os massacres contra rebeliões negras nos tempos do escravismo, como a Balaiada e a Revolta dos Malês, passando pelos massacres que continuaram no Brasil no período republicano, como o Massacre de Canudos, e até após o fim da ditadura militar, com a atual democracia.

A última pessoa a falar naquela mesa foi quem mais me deixou impactado. Uma mãe negra que teve seu filho assassinado pela polícia – e era coordenadora de um movimento de mães, chamado de Mães de Maio, que também tiveram seus filhos assassinados por policiais – vociferava contra o genocídio praticado pelo Estado. Lembrava-me outro negro de fala tão potente e impossível de não se impressionar, que eu carregava sua imagem na camisa que vestia naquele dia, naquela mesa: Malcolm X.

Ao final daquela mesa, o público parecia vivenciar um misto de atordoamento e revolta, como impacto da fala catártica de Débora Maria da Silva. Eu também me sentia assim, e não deixei passar a oportunidade de cumprimentá-la ao final. Nos abraçamos e eu disse a ela o quão emocionante havia sido sua fala, que tinha sido um prazer ouvi-la, e que esperava ter outras oportunidades para vê-la e ouvi-la mais vezes.

Os anos se passaram e eu continuei minha vida em Belo Horizonte, militando por diferentes movimentos sociais (especialmente movimento negro e movimento de ocupação urbana) e acompanhando pelas redes sociais o Movimento Mães de Maio. Até que alguns anos depois, um novo acontecimento marcou uma página nesta história.

Em 04 de dezembro de 2017, acompanhei minha companheira, Carolina Pereira – que era estudante de graduação em direito na UFMG e militante abolicionista penal –, em um minicurso ministrado por ela e um amigo sobre “guerra às drogas”, na Faculdade de Direito desta universidade. Durante sua exposição neste evento, ela compartilhou sua análise à época de que um dos efeitos do encarceramento em massa de homens negros e do genocídio de jovens negros têm sido o surgimento cada vez mais frequente de mulheres pobres e periféricas chefes de família como lideranças de movimentos contra a violência estatal. Como exemplo, citou as Mães de Maio, cuja história veremos com mais detalhes no próximo capítulo.

Para mim aquela concatenação de fenômenos já conhecidos articulados na fala de Carolina clareou em minha mente algo que unificou em mim desejo, militância política e disposição teórica para aprofundar um saber. Preocupado como já me encontrava em escolher um tema para pesquisar no mestrado e indicar no processo seletivo que faria no ano seguinte, brotou em mim uma vontade em aproveitar esta próxima etapa acadêmica como forma de conciliar, outra vez, militância política e produção teórica.

Decidi então que iria prestar o mestrado em antropologia social na Universidade de São Paulo (USP) com o Movimento Mães de Maio como tema de pesquisa. Durante 2018, passei a acompanhar mais intensamente as notícias das mães, li e ouvi sobre suas histórias, e fiz contato com algumas integrantes deste movimento. Quando estava em meu intercâmbio na Universidade de Lisboa, no segundo semestre de 2018, próximo à época do processo seletivo, conheci virtualmente Francilene Gomes Fernandes, a Fran, integrante do Mães de Maio, pesquisadora acadêmica sobre os Crimes de Maio de 2006 e professora universitária, e contei a ela sobre meu interesse em realizar esta pesquisa de mestrado.

Sempre receptiva comigo, seguimos nosso contato desde então. Fui aprovado no mestrado, e, retornando para o Brasil no início de 2019, mudei para São Paulo no mês de março para iniciar o curso de pós-graduação na USP. Uma de minhas primeiras preocupações e maiores vontades era encontrar Débora novamente, e retomar nosso contato.

Foi então que vi nas redes sociais das Mães de Maio que Débora estaria presente em um evento intitulado “Femenagem às Mulheres da Luta: ato-debate em memória de Marielle Franco e pelo direito à vida”, no dia 22 de março de 2019. Este evento foi a aula inaugural do curso de especialização “Direitos Humanos e Lutas Sociais” promovido pelo Centro de Antropologia e Arqueologia Forense (CAAF) da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Àquela altura, ainda mal sabia eu da importância do CAAF.

Juntamente com minha companheira Carolina Pereira, que também havia mudado para São Paulo para iniciar seu curso de mestrado em sociologia na USP, fui ao evento na reitoria da UNIFESP. Assim como na primeira ocasião em que a vi, com seu discurso Débora deixou a mim e a muitos ali presentes emocionados e indignados pelas injustiças e atrocidades relatadas. Eu senti um enorme privilégio de poder estar ali, ouvindo-a,

compartilhando o mesmo tempo e espaço que ela, tal como devem se sentir aqueles que puderam ouvir de perto figuras como Malcolm X falando.

Ao término do evento, com o coração palpitando acelerado, fui cumprimentá-la à frente do auditório. Ao me aproximar dela, Débora logo reparou em duas direções: em meu rosto que lhe soava familiar, e na camisa da Campanha pela Liberdade de Rafael Braga que eu vestia. Antes de eu dizer qualquer palavra, mas já dizendo muito com o sorriso e os olhos marejados de lágrimas, Débora abriu os braços, me abraçou e disse “que bom que você veio!”. Eu lhe respondi dizendo: “você se lembra de mim? Sou o Matheus, que estava na mesma mesa que você no evento da Semana da Consciência Negra que ocorreu em BH em 2014”.

Débora imediatamente respondeu: “lembro! Claro que eu lembro. Aquele dia foi ótimo, nós somo treta!”, disse antes de sorrir comigo. Após ela ter perguntado nominalmente por alguns amigos que estavam na organização daquele evento em BH e a levaram para lá, contei a ela que desde o início daquele mês estava morando em São Paulo. Débora então disse “anota meu número de telefone aí, vamos nos falar!”. Ao anotar seu número, ela completou: “vamos tirar uma foto?!”. Tiramos a foto e demos outro forte abraço como um até logo.

A partir dali, passamos a nos encontrar diversas outras vezes, conversando e desenvolvendo uma amizade que era calcada em muita admiração, respeito e carinho. No segundo ou terceiro encontro com Débora, contei a ela que queria pesquisar o Movimento Mães de Maio no meu mestrado, disse que já vinha conversando com a Fran sobre isto, que ela vinha me ajudando, e perguntei a Débora o que ela achava. Como que autorizando esta minha pesquisa com elas, Débora me disse que eu precisava conhecer as outras Mães de Maio da Baixada Santista, e falou para que eu lhe mandasse uma mensagem sobre isto que ela me passaria o contato dessas mães.

Ainda no primeiro semestre de 2019, aproximei-me de outro fórum que eu já imaginava a importância em termos político e intelectual, e em termos de relação acadêmica com as Mães de Maio: o CAAF. Além de um interesse acadêmico pessoal com as áreas da antropologia e arqueologia forense – interesse este que acredito vir do meu contato com a arqueologia no curso de graduação em antropologia na UFMG⁷ e do meu

⁷ Na UFMG, além da habilitação em Antropologia existente no curso de Ciências Sociais, há o curso de graduação em Antropologia com as habilitações de Antropologia Social e Arqueologia, que conta com uma

contato com a antropologia biológica na Universidade de Lisboa –, interessei-me em conhecer mais sobre o CAAF por saber do compromisso social de seus pesquisadores expresso em suas pesquisas sobre a Vala de Perus e os Crimes de Maio de 2006 – tema este que envolve diretamente as Mães de Maio.

Logo que vi o convite público para participar das “Reuniões Abertas de Pesquisa” promovidas pelo CAAF, aproveitei o ensejo e pude, enfim, conhecer alguns dos membros deste Centro e outros pesquisadores em diálogo com eles que também atenderam ao convite para participar destas reuniões. O CAAF conta com a participação constante de pesquisadores de diferentes áreas, como antropólogos sociais, antropólogos forenses, arqueólogos, biólogos, filósofos, historiadores, entre profissionais de outras áreas. Mas uma das participações mais ilustres do CAAF é a de Débora, coordenadora do Mães de Maio e pesquisadora do CAAF desde a realização da pesquisa sobre os Crimes de Maio.

Os encontros do CAAF em que pude participar durante 2019 foram fundamentais para que eu pudesse conhecer os pesquisadores que compareceram a tais reuniões – vários deles referências em temáticas como direitos humanos, segurança pública e conflitos sociais – e estreitar laços com os autores da pesquisa realizada pelo CAAF sobre os Crimes de Maio de 2006, evento desencadeador do Movimento Mães de Maio.

Uma das questões que fui mais frequentemente interrogado ao contar a colegas acadêmicos o tema da minha pesquisa foi: “e como você conseguiu inserção?”. A esta pergunta, muitas vezes seguia-se um comentário explicativo: “é porque elas são difíceis de acessar, né?!”.

Esta pergunta há muito tempo me intrigava. A minha experiência pessoal com as Mães de Maio havia sido sempre a mais fraternal, em que pese eu conhecer as críticas das mães à academia. Ouvi algumas pessoas dizerem que já tinham pensado em pesquisar o Movimento Mães de Maio, chegaram a ir em eventos com a presença delas, mas desistiram assim que tiveram contato com tais críticas.

grade curricular que oferece disciplinas de ambas as áreas para os estudantes e é influenciada pela compreensão da Antropologia como uma grande área dividida em quatro campos (Antropologia Social ou Cultural, Antropologia Física ou Biológica, Arqueologia e Linguística), tal como formulada pela antropologia estadunidense inspirada em Franz Boas.

Não é preciso ir a algum evento com as Mães de Maio para saber o teor das críticas que elas dirigem à academia. No texto de autoria delas, intitulado *Carreirismo acadêmico, ongueiro e estatal*, de 2015, as mães afirmam:

Nós do Movimento Independente Mães de Maio há muito tempo alertamos, e hoje reforçamos estar totalmente cansad@s da quantidade de oportunismo e carreirismo acadêmico com o qual somos obrigad@s a lidar dia após dia. Diversos gestores acadêmicos (ligados direta ou indiretamente a ONGs e ao Estado), professores, pesquisadores e até mesmo jovens estudantes – muitos que se auto-define como “de esquerda”, mas que na verdade se aproximam dos movimentos única e exclusivamente pensando em SUAS pesquisas acadêmicas; em SEUS currículos que lattes mas não mordem; em SEUS eventos institucionais; e em SUAS carreiras individuais na academia ou em instituições ligadas direta ou indiretamente a órgãos do Estado (MÃES DE MAIO, 2015).

Pessoalmente, eu nunca me importunei com as críticas – que considero justíssimas – das Mães de Maio à academia e aos acadêmicos. Não achava que as mães me viam como um expoente desta academia e destes acadêmicos que elas criticavam. Pelo contrário, ser acadêmico nunca foi uma imagem isolada que eu tenha cultivado, pois sempre fiz das minhas pesquisas acadêmicas um resultado de afinidades e experiências construídas em minha militância, e vice-versa.

Por isto, mesmo ao ouvir diversas vezes a exposição destas críticas nos eventos e nas redes sociais das Mães de Maio, jamais me senti atingido, diferente das pessoas que me faziam aquela pergunta. Afinal, como negro e pobre, a universidade nunca foi para mim como uma espécie de direito de herança, um lugar reservado para mim e que eu naturalmente chegaria ali. Fui a segunda pessoa da minha família a entrar na universidade – após minha irmã mais velha – e a primeira a concluir um curso de ensino superior. Como poderia eu me sentir como um representante desta universidade criticada por mães que se assemelhavam com a minha?

Na realidade, sempre senti que eu estava na academia ocupando aquele lugar. E não apenas por ser negro e pobre, o que já significava que a presença de pessoas semelhantes a mim era escassa em todas as turmas em que estudei⁸, mas também porque nunca encarei a minha atividade dentro da universidade como uma tarefa isolada do restante de minha vida. O meu trabalho intelectual na universidade era uma continuidade

⁸ Segundo Grada Kilomba, “no racismo, corpos *negros* são construídos como corpos impróprios, como corpos que estão ‘fora do lugar’ e, por essa razão, corpos que não podem pertencer. Corpos brancos, ao contrário, são construídos como próprios, são corpos que estão ‘no lugar’, ‘em casa’, corpos que sempre pertencem. (...) [Já] intelectuais *negras/os* são convidadas/os persistentemente a retornar a ‘seus lugares’, ‘fora’ da academia, nas margens, onde seus corpos são vistos como ‘apropriados’ e ‘em casa’” (KILOMBA, 2019, p. 56-57).

do meu trabalho social que a precedia. O sentido de ocupar que emprego aqui – e que as Mães de Maio empregam também, como será visto adiante – é precisamente este: entrar em um lugar em que a presença de pessoas como você e com sua origem é escassa, e construir suas próprias atividades ali, modificando de alguma maneira este lugar ocupado.

Naquela mesma carta das Mães de Maio que citei, elas também afirmam:

Aliás, quem sabe que está fazendo um trabalho sério e comprometido, não tem qualquer crise de consciência com a crítica que fazemos aos demais. Justamente por nós termos consciência e prezarmos muito a diferença efetiva que os verdadeiros intelectuais podem fazer nas práticas das lutas populares é que nós fazemos esta crítica àqueles que se auto-denominam “intelectuais” ou “aliados” sem fazerem jus a este nome (*ibid.*).

A circunstância do meu primeiro contato com Débora é reveladora de como conduzo a vida social e acadêmica e de como conheci várias pessoas que vivem nesta mesma condição: em um evento político-acadêmico, organizado por um coletivo do movimento negro e realizado dentro da universidade, com pessoas que pisam no ambiente em que seus pais não pisaram.

Assim, concordei em todas as vezes em que li e ouvi a crítica das Mães de Maio a certos acadêmicos, e segui com meu interesse em fazer esta pesquisa com elas em meu mestrado. Mas há outro aspecto daquela pergunta que me fizeram que, na antropologia, adquire uma dimensão nada casual: a questão da inserção.

A antropologia provavelmente é a área científica em que mais se discutiu isto pelo menos desde o último século, e não à toa, afinal, esta era e ainda é considerada por muitos como a derradeira “ciência do empírico”. Sobretudo em relação ao trabalho de campo etnográfico, a questão da inserção foi objeto de muita tinta na história desta disciplina, e aqui não tenho a pretensão de reconstituir esta história, nem mesmo em seus traços fundamentais.

Ainda assim, considero importante pincelar nesta história exemplos de como certa compreensão a respeito da questão da inserção foi sendo formada, consolidada e difundida a ponto de se chegar naquela pergunta que me fora feita. Em sua obra decisiva para a constituição da noção de campo e texto etnográficos, Malinowski insistia na importância de aprender a língua dos “nativos” para poder se comunicar diretamente com eles e registrar não apenas o conteúdo do que expressam, mas a forma como o fazem (MALINOWSKI, 2018).

A rigor, a preocupação de Malinowski era em detalhar como conduzir uma pesquisa etnográfica em condições distintas da que o pesquisador estaria acostumado, tratando que sorte de ações deveria tomar, que outras não fazer, bem como de que forma observar participando das dinâmicas sociais de interação como modo de realizar tal pesquisa. Aclamado internacionalmente por inúmeras razões, um dos efeitos do sucesso de Malinowski foi a propagação de seu feito em demonstrar que inserções antropológicas são não apenas possíveis como indispensáveis em qualquer contexto de pesquisa, por mais “exóticos” que sejam os seus interlocutores e seus lugares.

A proposição de campo e texto etnográficos de Malinowski ainda sofreria diversas mudanças no passar do século 20⁹. No entanto, parece que um dos traços que ecoaram por muito tempo, e de muitas formas ainda ecoam hoje, é justamente uma certa exaltação à figura do antropólogo habilidoso em sua inserção ao campo.

Em outra obra de impacto internacional neste sentido, Clifford Geertz narrou como foi preciso fugir junto com seus interlocutores de uma incursão policial em meio a uma rinha de galos que acompanhava na ilha de Bali, Indonésia (GEERTZ, 2008, p. 186), para obter a tal inserção com os “nativos”.

Como parte deste processo a nível de disciplina, predominou durante ao menos metade do século 20 e através de muitos antropólogos renomados a ideia de que a inserção junto aos interlocutores poderia ser feita a qualquer custo: a inserção pela inserção, ainda que se utilizando de mentiras, omissões e outras posturas que hoje felizmente diríamos ser eticamente questionáveis.

Evans-Pritchard admitiu abertamente que recomendava a seus orientandos que iam a campo em uma dada região em África a não se apresentarem como antropólogos, mas dizerem que eram historiadores ou linguistas, haja vista a indisposição que os “nativos” destes locais adquiriram após diversos antropólogos terem passado por lá (EVANS-PRITCHARD, 2005, p. 252).

No tempo em que predominava esta lógica da inserção pela inserção, estranhamente a única forma de inserção que parecia não ser muito bem vista era

⁹ Apesar disso, “a mitologia fundadora do trabalho de campo malinowskiano continua a assombrar o imaginário antropológico” (ALBERT, 2014, p. 129).

justamente a do pesquisador que não realiza coisas mais ou menos mirabolantes para estar inserido, tendo em vista que ele já se inseria anteriormente à pesquisa.

Nestes casos, parecia faltar algo ao pesquisador para que ele realmente tivesse experimentado “uma inserção antropológica de verdade”, uma vez que esta só se daria a partir da realização de algo que fora denominado por alguns como “deslocamento”, para dizer do quão camaleônica é a habilidade de inserção do pesquisador. Sem o “deslocamento” não haveria experiência antropológica “de verdade”.

Esta estranha concepção foi adaptada de seu contexto original, em referência a sociedades tidas como “exóticas”, para tratar de sociedades urbanas, ocidentais, industrializadas, enfim, em que vivia o próprio pesquisador. Porém, neste processo adaptativo, parece-me que faltou o questionamento à própria raiz da ideia adaptada.

O incômodo daqueles que defendiam uma tal concepção de “inserção a todo custo” com a inserção daqueles que, de alguma forma, já se encontravam inseridos, parece expressar algo significativo, mas expressando-o de maneira oculta. A defesa desta posição como um “deslocamento” indispensável, diante deste incômodo sentido por seus defensores em relação a inserções não mirabolantes, tornou-se para mim cada vez mais uma espécie de “passabilidade”¹⁰ antropológica.

No fundo, o interesse não estava tanto em escrever algo sobre o qual o antropólogo também era um partícipe, mas sim se passar como um partícipe, seja em uma sociedade exótica, seja na sua própria sociedade. Não “se passar por” um membro ou participante de determinado grupo ou população era como não performar um *savoir-faire* (saber-fazer) e um *façon de faire* (modo de fazer) antropológicos.

Assim, para uma antropóloga pesquisar sobre as mulheres antropólogas em seu trabalho ela precisaria se “deslocar”, portar-se como quem vem de fora daquele grupo para só então, após isto, dizer como é “se passar por” uma “nativa” de seu próprio grupo. O mesmo se aplicaria aos negros, aos indígenas, aos árabes, enfim, a todos os não brancos.

¹⁰ O termo “passabilidade” vem da expressão inglesa *passing*, que por sua vez provém de uma categoria nativa incorporada aos estudos de gênero, e nesse contexto original se refere, geralmente, a pessoas transexuais e travestis que, através da performance de gênero, são lidas como cisgêneros. Contudo, esta expressão se difundiu para outros contextos, adquirindo novos sentidos, como passabilidade entre pessoas cisgênero (como em discussões sobre mulheres cisgêneros que em certos momentos da história se passaram como homens cisgêneros para ir à guerra ou conseguir emprego) e de raça (como negros que se passavam como brancos, e brancos que tentam se passar como negros).

É importante mencionar que não estou com isto afirmando que o exercício da pesquisa antropológica não envolva um grau considerável de esforço do pesquisador em descentrar suas concepções pessoais e abrir-se para apreender e aprender o máximo possível com aqueles com quem pesquisa, sejam eles considerados próximos às pessoas que compõem a sua vida cotidiana ou não.

Mas entre estar inclinado a esta disposição que considero importante, e encarnar performaticamente aquela passabilidade antropológica, penso haver um diâmetro de distância. Este diâmetro é não apenas uma distância teórica, como também política em relação a ambas perspectivas.

Também o compromisso político de certos antropólogos com “povo[s], comunidade[s], grupo[s] ou coletivo[s] era visto como uma ‘falha’ na neutralidade da pesquisa ou como certa militância, que borrava o olhar antropológico e interferia na produção de conhecimento” (NASCIMENTO, 2019, p. 464).

Geertz, por exemplo, ao tratar sobre como a pesquisa antropológica deveria ser conduzida, expôs sua preocupação de que os antropólogos deveriam “descobrir o que diabos eles [os “nativos”] acham que estão fazendo” (GEERTZ, 1997, p. 89), e por quais meios, e não fazer “uma comunhão de espíritos”.

Como síntese dicotômica deste raciocínio,

havia claramente uma distinção hierárquica entre antropologia aplicada e antropologia (sem predicados) e se assumia, naturalmente, uma certa homogeneidade dos antropólogos (especialmente homens brancos) em relação às marcas de gênero, raça, etnia, classe, etc. Pode-se afirmar que eram imagens de antropólogos sem corpo (NASCIMENTO, 2019, p. 464).

Desta forma, uma tal cisão hierárquica notoriamente elitista servia para desqualificar a pesquisa de antropólogos que assumiam o compromisso social com seus interlocutores – que, muitas das vezes, vivem às expensas de toda forma de violação promovida pelo Estado ou pelo capital – ao passo que os demais, antropólogos que consideravam-se “neutros” e autores de uma pesquisa sem predicados, apenas não assumiam abertamente que também possuíam seus compromissos: não com causas populares, mas com classes, grupos e interesses dominantes, não pronunciados de maneira aberta por supostamente serem “universais”.

Uma pretensa separação entre uma antropologia estritamente acadêmica e uma antropologia prática só nos leva a: por um lado, deixar de refletir as implicações que as teorias e etnografias produzidas por nós têm nos contextos sociais a partir dos quais foram produzidos e também a esquivar-nos da

responsabilidade sobre a nossa produção escrita e de sua divulgação em termos éticos, políticos e sociais (WEISS DE JESUS, 2010, p. 10).

Ao mesmo tempo, “por outro lado a militância *per si*, sem reflexões consistentes sobre sua própria prática acaba por não promover meios de regular esta mesma prática por meio da constante reflexão com seus pares” (*ibid.*, p. 10). A bem da verdade, considero que tal postura não apenas perde de vista caminhos necessários para se fazer um debate sobre ética e papel social da pesquisa nas ciências sociais, como elimina abruptamente as possibilidades de fazer qualquer pesquisa minimamente dialógica em alguns contextos.

Isto porque em determinados contextos, e de forma cada vez mais frequente, o pesquisador possuir um compromisso social com causas populares é não apenas uma preferência, mas um pré-requisito para seus interlocutores. É uma condição de possibilidade para que se possa estabelecer um dos requisitos fundamentais para uma pesquisa antropológica com grupos não hegemônicos: a confiança.

Quando vejo aquela crítica que dirigem as Mães de Maio a academia, vejo que estou diante de um caso assim. Neste cenário, performar uma passabilidade antropológica, dizendo-se um “*apoiador* para obter a inserção”, falharia completamente. Seria preciso de fato ser mais que um acadêmico que gira em torno de si, seria preciso ter sua atividade intelectual associada à sua atividade social, para conseguir levar adiante uma pesquisa com estas pessoas que buscam apoios reais para suas demandas.

Contudo, não se trata de aderir a uma condição essencial, a uma espécie de identidade que serviria de passaporte *ad infinitum* de inserção a grupos não hegemônicos. Tenho em mente que a autorização que obtive para realizar tal pesquisa se dá devido a uma relação de confiança que advém de minha atuação como pesquisador e militante, mas ainda assim, neste caso, como em qualquer relação humana, a confiança não é um “passe” estável e permanente, mas é uma relação que precisa ser atualizada constantemente através de diversas práticas e interações, sob o risco de expiração daquela autorização anterior.

Como ficará claro nos capítulos finais, durante esta pesquisa passei a perceber de maneira mais nítida a existência de dois polos antagônicos que caracterizam o modo de relação com as mães: um é o dos *oportunistas*, o outro o dos *apoiadores*. Enquanto os *oportunistas* são tidos como os que só querem tirar proveito das mães (certos pesquisadores, políticos, organizações, militantes, entre outros), os *apoiadores* são os que

são vistos como aqueles que prestam solidariedade, fortalecem as atividades das mães e dão suporte a elas de modo geral.

Apoiadores que pesquisaram as mães em determinados momentos não são tidos como *oportunistas* por terem sido ou serem pesquisadores, uma vez que são considerados como *amigos, parceiros, filhos, família*. Neste sentido, ser considerado como *apoiador* é fundamental para desenvolver vínculos positivos, estabelecer relações afetivas com as mães e ser autorizado para pesquisá-las.

Estas classificações são derivadas das experiências passadas das mães: após lidarem com diversos indivíduos que as procuravam com diferentes intenções, aprenderam a estabelecer uma identificação de quem é cada pessoa que busca se aproximar delas. Por isso, o *oportunista* só é visto de forma tão negativa porque outros *oportunistas* agiram de forma negativamente encarada pelas mães. E um *apoiador* só pode ser recebido de forma tão positiva porque outros *apoiadores* anteriormente demonstraram intenções singelas e comportamentos bem quistos diante destas mães.

Neste sentido, eu só pude ser tão bem recebido e tratado tão positivamente porque a associação com a categoria de *apoiadores* exerce uma eficaz positividade para as minhas interlocutoras, com base no histórico de suas relações. Ao mesmo tempo, essas categorias expressam classificações vivas, que exigem contrapartidas e que podem se alterar a qualquer instante, uma vez que dependem de novas interações que confirmem ou alterem a avaliação que lhe fora previamente atribuída.

Tornar-se *apoiador* significa corresponder a uma abertura constante das mães para a realização de uma política de alianças, calcada não em vantagens pessoais (o que, caso fosse esta a intenção, assim que descoberta, o tornaria um *oportunista*), mas em confiança, afeto, amizade, respeito e solidariedade. Ao longo desta dissertação, discorrerei sobre alguns destes elementos, explicitamente ou não. Quero destacar aqui o último elemento mencionado.

O mais intenso vínculo que se desenvolve entre *apoiador* e Mães de Maio não é o da empatia (BUBANDT; WILLERSLEV, 2020), nem o da alteridade radical (GRAEBER, 2019), e nem mesmo o da alteridade (MAFEJE, 1971), mas é o da solidariedade. A solidariedade é um vínculo que se constrói a partir do compartilhamento afetivo com a dor do outro, sem necessariamente ter vivido esta mesma dor, mas vai além

disso ao tornar tal afeto uma postura e uma ação políticas calcadas no apoio e na aliança com aqueles que vivem esta dor e perda.

Portanto, a solidariedade é condição *sine qua non* prévia, durante e após esta pesquisa. É através deste laço, em associação com outros apontados, que se elege um *apoiador*. Mas há ainda outro elemento que constitui significativa importância para esta pesquisa, como para tantas outras: o corpo. Mesmo quando não expreso explicitamente, este trabalho também é fruto da exploração dos potenciais de pesquisa que o corpo oferece.

Como um homem negro, a partir de meu corpo sou figura escassa em determinados contextos, como no próprio ambiente universitário, mas tenho imagens de corpos assemelhados a mim visualizadas em periferias, penitenciárias, ocupações urbanas e rurais e em camisas de mães que choram a dor da morte de seus filhos. Tenho a raça, certos traços físicos, a idade e até o nome de muitos dos filhos mortos ou netos vivos destas mães. Porém, diferente de onde se encontram a maioria dos corpos negros no Brasil, o meu encontra-se acessando a uma universidade.

Vejo aqui, outra vez, uma demonstração de como o corpo branco, aquele que se julga universal e desnecessário de destacar, alega ter acesso (ou “inserção”) universal a qualquer lugar do mundo na pesquisa, mas jamais conseguiria um tal acesso “como se passasse” por outro corpo de maior capilaridade em determinado contexto¹¹. E maior capilaridade por ser muito mais semelhante ao daquelas pessoas com o qual se dialoga, com seus familiares, amigos e vizinhos.

É claro que não falo aqui de corpos ambulantes, mas de expressões físicas de seres no mundo. E assim, falo como um homem negro que veio de fora de São Paulo, de uma família nordestina – lugar de onde também provêm ou meus interlocutores, ou seus pais. Ser homem também me impõe acessos e restrições, tal como exemplificarei nos capítulos que seguem. Sou, deste modo, um ser composto de marcações sociais que ora me aproximam, ora me distanciam das possibilidades de compreender certas questões.

¹¹ E mesmo Malinowski, nos *Argonautas*, não foi capaz de acessar, e assim também não levou em consideração, uma série de aspectos relevantes da vida social nas Ilhas Trobriand conhecíveis a partir de cerimônias e práticas que constituem o mundo das mulheres naquele contexto, silenciando em muito sobre a importância das mulheres trobriandesas para os fenômenos estudados nas Ilhas (GONTIJO, 2017).

Algumas considerações metodológicas

O intelectual abstraído, movendo-se no irreal, sentia a necessidade de "engajar-se" na vida real, na ação. Ele ia agir por agir - para engajar-se! Desvario tão grande quanto a arte pela arte ou o pensamento pelo pensamento; alienação nova: situação ridícula do "pensador" que quer engajar-se e que descobre subitamente que ele já estava engajado!
(Henri Lefebvre)

Diferente de quase tudo o que se publicou até hoje abordando de alguma maneira o Movimento Mães de Maio, o foco dessa pesquisa é realmente as Mães de Maio, e não os Crimes de Maio. Isto não quer dizer que não tratarei também sobre os Crimes de Maio, que recebem um subcapítulo neste trabalho. Mas esta distinção tem como efeito não apenas a extensão da minha exposição sobre os Crimes de Maio e as Mães de Maio, como também a escolha das metodologias utilizadas.

Sendo assim, na presente pesquisa não percorri por entre setores do Estado que seriam relevantes para acessar às documentações e discursos acerca dos Crimes de Maio e dos seus desdobramentos (ou falta de desdobramentos) judiciais, como na Defensoria Pública, no Ministério Público, ou em órgãos semelhantes.

Também por isso, salvo raras exceções, não tomei os artefatos burocráticos (como Boletins de Ocorrência, Inquéritos Policiais, Laudos Necroscópicos etc.) derivados dos Crimes de Maio para análise, de modo a privilegiar a discussão neste trabalho não sobre a documentação produzida pelo Estado, mas pelas Mães de Maio¹².

Contudo, há ainda outra razão para esta minha escolha. Como demonstrarei mais à frente, diversos relatórios já foram produzidos sobre os Crimes de Maio de 2006, em diferentes épocas, de modo que excelentes análises documentais, estatísticas e dos percursos judiciais sobre estes eventos já foram realizadas por tais estudos. Neles, é possível, inclusive, acessar trechos relevantes dos artefatos estatais em questão, bem como conferir o percurso geral dos processos judiciais relativos a cada um dos casos das 60 vítimas deste período na Baixada Santista (CAAF-UNIFESP, 2019). Assim, esta dissertação utiliza pontualmente tais artefatos estatais, através desses relatórios, nas ocasiões em que me pareceu ser preciso, como forma de enriquecer a discussão proposta nesta pesquisa.

¹² Em que pese os documentos, mesmo os das Mães de Maio, também não serem a principal fonte de análise neste trabalho, servindo mais de modo complementar.

Se estas instituições, documentos e processos não constam como itinerários desta pesquisa, todavia, outros artefatos e veículos foram tomados como matérias-primas das quais o presente trabalho erigiu. O material informativo e a metodologia desta pesquisa se entrelaçam a partir do uso de diferentes técnicas de pesquisa. Realizei um levantamento e análise de bibliografia relevante para a pesquisa composta por textos acadêmicos, relatórios e obras produzidas pelas Mães de Maio. Grande parte desta dissertação provém dessas fontes.

Analisei algumas matérias jornalísticas, reportagens, textos em blogs e entrevistas concedidas pelas Mães de Maio ou sobre elas, os Crimes de Maio ou temas que interessam a esta pesquisa. Analisei também alguns filmes e documentários que versam sobre estes mesmos temas, cujas autorias são diversas.

Fiz entrevistas, inspirado em uma técnica de pesquisa denominada de Entrevista Interpretativa (VIANA, 2015c), cujo objetivo é auxiliar na elaboração de entrevistas que produzam um material informativo interpretável, buscando compreender não apenas o conteúdo de certas respostas, mas o seu enunciador, a partir do aprofundamento sobre sua história de vida e outros elementos relativos às suas condições sociais de existência.

Realizei uma participação observante (ALBERT, 2014) em eventos presenciais organizados pelas Mães de Maio ou em parceria com elas, durante todo o ano de 2019, na cidade de São Paulo, em que redigi diários de campo e gravei áudios de discursos pronunciados nessas atividades públicas.

Por fim, também etnografei, em uma pesquisa virtual, *lives* – isto é, videoconferências realizadas e transmitidas simultaneamente pela Internet – organizadas ou com a participação das Mães de Maio durante vários meses em 2020. Fornecerei mais alguns detalhes destas técnicas e metodologias de pesquisa ao final desta Introdução.

A especificidade metodológica deste trabalho não é nem por ser uma pesquisa sobre encontros, das mais diversas naturezas, entre familiares de vítimas da violência estatal e o Estado (FARIAS, 2020), tampouco por ser uma pesquisa sobre como familiares transformam seus **casos** em **causas** por meio de certos artefatos, discursos e práticas (AZEVEDO, 2018). A especificidade metodológica deste trabalho se debruça sobre **como**

as Mães de Maio transformam suas experiências de vida e morte em políticas e perspectivas sobre o Estado e o mundo ao seu redor¹³.

Esse **como** não é tomado aqui como uma espécie de receita ou manual em que podemos seguir um passo a passo deste fazer. Ele refere-se mais a de que modo familiares de vítimas de violência de Estado assimilam suas histórias, decifram relações sociais que lhes são compostas e nas quais compõem, e produzem chaves de leitura e pontos de vista que partem de suas especificidades vividas para lançar luz sobre generalidades do Estado e da sociedade neste país. Portanto, a especificidade metodológica deste trabalho se baseia na própria especificidade da atuação política dessas mães, que, sendo única, ainda compartilha uma série de elementos com outros movimentos sociais.

Assim, encontros com Estado e casos de violência são elementos importantes para esta pesquisa. No entanto, como decisão metodológica e expositiva, e de modo semelhante a Farias (2020), não escolhi um caso específico de violência de Estado ou uma série de casos para serem acompanhados em suas elaborações e desdobramentos, mas os casos são trazidos à tona no decorrer do texto em função das discussões teórico-políticas suscitadas.

Quero aqui discutir uma questão fundamental para esta dissertação: o compromisso social do antropólogo. Entendo que é impossível um pesquisador, sobretudo um antropólogo que vai à campo, não ser envolvido com os interlocutores de sua pesquisa, ainda que ele queira negar isto. Dizer que “não se envolveu” com seus interlocutores é apenas uma crença ilusória na possibilidade de neutralidade da pesquisa, tal como formulado pelo positivismo nas ciências sociais¹⁴.

Nesta medida, se é impossível não ser envolvido com seus interlocutores, não existe intelectual “desengajado” que escolhe se engajar. Isto porque, como certa vez afirmou Henri Lefebvre:

¹³ É claro que os encontros entre familiares e Estado e a transformação de seus casos em causas também pululam o Movimento Mães de Maio. Do mesmo modo, nestes trabalhos supracitados a questão da produção de políticas e perspectivas sobre o Estado a partir dos movimentos de familiares de vítimas também é presente. Portanto, não se trata aqui de uma questão de exclusividade, mas de diferentes focos analíticos e expositivos que cada uma das pesquisas mencionadas adotou.

¹⁴ Roberto Cardoso de Oliveira, por exemplo, critica o que chamou de “relativismo absenteísta, responsável por uma neutralidade equívoca” (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2004, p. 30-31).

O intelectual abstraído, movendo-se no irreal, sentia a necessidade de “engajar-se” na vida real, na ação. Ele ia agir por agir – para engajar-se! Desvario tão grande quanto a arte pela arte ou o pensamento pelo pensamento; alienação nova: situação ridícula do “pensador” que quer engajar-se e que descobre subitamente que ele *já estava* engajado! (LEFEBVRE, 1958, p. 198, tradução minha).

Se estar engajado ou desengajado não é exatamente uma voluntariedade – afinal, o pesquisador sempre está envolvido de muitas formas diante de uma pesquisa – assumir o seu engajamento é, sim, um elemento relevante. Não à toa esta postura soa controversa para alguns, afinal, ocultar a quem se vincula o seu compromisso é um privilégio, e mais do que isto, uma necessidade, daqueles que se associam com os poderosos. Para estes pesquisadores, sua postura supostamente desinteressada é que constitui o referente universal, que dispensa predicados e serve como régua de cientificidade e lisura da pesquisa.

Assim, essa lógica marginaliza os pesquisadores que assumem seus posicionamentos e não apenas deixam claro seu compromisso social, como refletem sobre a importância desta assunção para a produção do saber de maneira geral – e não somente de um “ramo militante”. Mas a academia também é um espaço de lutas e conflitos de interesses e ideias. Em que pese muitos dos seus setores apregoarem um distanciamento do resto da sociedade, a academia faz parte da sociedade, e, logo, é estruturada e atravessada por muitos dos mesmos dilemas e traços da sociedade.

Sendo assim, o sucesso de algumas ideias não tem que ver apenas com um mérito intrínseco a elas, como se as melhores ideias, conceitos ou autores fossem necessariamente os que forem seguidos pelo maior número de pessoas, da forma mais neutra e objetiva possível. O sucesso de certas ideias tem que ver com os contextos político e social mais amplos, e com as lutas e disputas travadas tanto no interior da academia quanto no conjunto da sociedade em determinadas épocas¹⁵.

Nesta medida, esses conflitos de ideias e de modos de conceber o fazer intelectual na academia sempre estiveram relacionados a conflitos sociais mais amplos. E na antropologia isto não é diferente. Em um momento histórico em que muitas foram e ainda são as contestações de diferentes povos e grupos pesquisados em relação ao trabalho dos antropólogos, ganham força críticas mais contundentes por parte de outros antropólogos

¹⁵ Anton Pannekoek demonstrou, por exemplo, utilizando-se de sua vasta formação como astrônomo e marxista, que no decorrer dos séculos 17 ao 20 as ideias mais aceitas sobre questões emergentes nas ciências naturais – como a natureza do éter, da luz e da energia – estavam relacionadas às necessidades políticas e econômicas da burguesia em certos países (PANNEKOEK, 2021).

ao que Bruce Albert denominou de uma suposta “transparência científica de sua metodologia” – em referência às abordagens que insinuam uma pseudo neutralidade e objetividade – qual seja, “a observação participante como uma simples ferramenta para o registro de dados sociais preexistentes” (ALBERT, 2014, p. 130).

Assim, aquela rejeição à presença de pesquisadores, e particularmente antropólogos, que já foi experienciada na África em meados do século 20¹⁶ e entre populações indígenas no final deste século¹⁷, se intensificou entre periferias e favelas urbanas¹⁸ no começo do século 21¹⁹. É neste contexto que emerge o que Farias denominou de “favelólogos”: pesquisadores brancos, do “asfalto”, geralmente com formação em ciências sociais, que fazem seus trabalhos sobre favelas e periferias²⁰.

Como comenta Farias, “dentre estes ‘favelólogos’, a grande maioria possui formação em ciências sociais e atua especialmente nas áreas da antropologia e da sociologia – e daí decorre o empréstimo do sufixo à expressão” (FARIAS, 2007b, p. 41). Para a autora, que admite também ser uma “favelóloga”, sua pretensão ao expressar este termo não é a de “levantar aqui qualquer bandeira contra a realização de pesquisas sobre/nas favelas cariocas – muito pelo contrário: considero fundamental o interesse acadêmico voltado para estas áreas da cidade. Também sou uma ‘favelóloga’, afinal” (*ibid.*, p. 41).

Contudo, pondera Farias, “justamente por este motivo, chamo atenção para a importância da reflexão a respeito das assimetrias de poder embutidas nas relações entre

¹⁶ Sobre a aversão de povos africanos a pesquisadores ocidentais, cf. Mafeje (1971), Kuper (1978) e Leclerc (1973).

¹⁷ Sobre a rejeição de povos indígenas a antropólogos, cf. CCPY (2002) e Kopenawa e Albert (2015).

¹⁸ A respeito da quantidade de pesquisas em ciências sociais já realizadas em favelas, considerando apenas o Rio de Janeiro, Farias comenta que a coletânea “*Pensando as Favelas do Rio de Janeiro, 1906-2000: uma bibliografia analítica*”, Lançado em 2003 [...] reúne 668 trabalhos e 429 autores – um levantamento exaustivo realizado no intuito de auxiliar os pesquisadores a se encontrarem uns aos outros, evitando talvez que eles ‘continuem pesquisando o que já foi pesquisado de sobra’ (Valladares e Medeiros, 2003)” (FARIAS, 2007, p. 41).

¹⁹ Por outro lado, é preciso ressaltar, alguns antropólogos têm feito trabalhos publicamente apreciados por seus interlocutores, e, não coincidentemente, todos assumem abertamente o seu engajamento. Lembro aqui trabalhos como os de Bruce Albert (KOPENAWA; ALBERT, 2015), Goldman (2006) e Farias (2020), entre muitos outros que poderiam ser mencionados, seja na etnologia indígena, nos estudos com populações quilombolas ou nas pesquisas entre periferias e movimentos sociais, entre outros campos. Certamente, aqueles que realizam esses trabalhos se reconhecem e são reconhecidos sem muitas dificuldades, e não sentem “crise de consciência”, para utilizar expressão das Mães de Maio, com estas críticas.

²⁰ Esse processo possui algumas semelhanças com os estudos de pessoas brancas sobre negros no Brasil, cujos autores têm sido denominados por alguns militantes do movimento negro como “negrólogos”. Sobre isto, cf. a obra de Lourenço Cardoso, *O branco ante a rebeldia do desejo: um estudo sobre o pesquisador branco que possui o negro como objeto científico tradicional* (CARDOSO, 2020).

‘favelólogos’ e favelados” (*ibid.*, p. 41). E isto porque “mesmo que o número de moradores de favelas que passam a fazer pesquisas nesses locais venha aumentando, a maior parte das relações entre pesquisadores e moradores de favelas carrega em alguma medida o peso da dicotomia ‘asfalto/favela’” (*ibid.*, p. 41).

Farias afirma que, com a identificação deste fenômeno, sua intenção não é a de “apresentar nenhum modelo de relação ‘favelólogos’/favelados que seja ética e politicamente mais ou menos aceitável” (*ibid.*, p. 41). Ao invés disso, ela entende “que o modelo da relação deva ser construído pelas partes envolvidas” (*ibid.*, p. 41). No entanto, complementa a autora, “para isto acontecer é preciso que o pesquisador se considere ‘em relação’, ou seja: é necessário que se considere como uma das partes envolvidas na relação e enxergue os integrantes do grupo com o qual se está trabalhando como sujeitos que vão se posicionar nesta relação através de discursos próprios” (*ibid.*, p. 41-42).

A análise de Farias ajuda a perceber situações contemporâneas que se desenrolam na relação entre antropologia e seus interlocutores em certos contextos urbanos no Brasil. Este processo, combinado com processos mais ou menos semelhantes em outros contextos, tem levado a antropologia a vivenciar diversas mudanças metodológicas na disciplina.

Considero que estas mudanças metodológicas, no caso das pesquisas em periferias, advêm de três fatores sociais que ocorreram nos últimos anos. O primeiro é a superação de um momento de “primeiras gerações de contatos” entre pesquisadores e pesquisados em favelas e periferias, o que levou a estes, depois de ondas de pesquisadores terem passado por suas comunidades, a desenvolverem suas próprias interpretações críticas sobre o trabalho acadêmico. O segundo é a ampliação e o desenvolvimento de movimentos sociais periféricos que passaram a exigir que suas vozes sejam seriamente consideradas, que os pesquisados sejam tratados não como “objetos” de pesquisa, mas como referências intelectuais nestes trabalhos. E o terceiro é o aumento de pessoas que residem nas periferias e adentram na academia e passam a fazer suas pesquisas a partir das periferias, e não somente sobre elas²¹.

Refletindo sobre processos de alguma maneira semelhantes a estes, mas em contextos indígenas, Bruce Albert afirma que estas mudanças incidem sobre duas

²¹ Eu mesmo, bem como este trabalho o é, sou um dos frutos deste processo.

obrigações políticas e éticas das pesquisas antropológicas com certos povos e grupos: prestar contas de seu trabalho aos grupos com os quais pesquisa e assumir a responsabilidade dos desdobramentos do conhecimento para as lutas dos seus interlocutores (ALBERT, 2014, p. 132).

Assim, segundo Albert, a própria pesquisa etnográfica se realiza concomitantemente com a militância social do antropólogo: “os antropólogos desempenham essas atividades enquanto desenvolvem sua própria agenda de pesquisa e, muito frequentemente, esta última só é aceita e compreendida no contexto das primeiras” (*ibid.*, p. 133).

Estas implicações fazem parte de situações contemporâneas em que os interlocutores não são mais obrigados a aceitar a presença dos antropólogos e, por isso, acordos entre pesquisador e interlocutores devem ser feitos, diferente do contexto que perdurou durante boa parte do século 20 em que a presença de antropólogos era quase compulsória em virtude de “situações coloniais” (LECLERC, 1973; ALBERT, 2014).

Neste contexto atual, argumenta Albert,

[o] engajamento social do etnógrafo não pode mais ser visto como uma escolha pessoal política ou ética, opcional e estranha a seu projeto científico. Ele claramente passa a ser um elemento explícito e constitutivo da relação etnográfica. A “observação” do antropólogo não é mais meramente “participante”; sua “participação” social se tornou ao mesmo tempo condição e enquadramento de sua pesquisa de campo (ALBERT, 2014, p. 133).

Sendo assim, o engajamento social do antropólogo não se dá mais apenas como um momento “extra-acadêmico”, mas constitui as formulações de sua própria prática de pesquisa. Neste enlace, as próprias metodologias do trabalho antropológico são postas em questão – sejam elas clássicas ou não – e novas proposições metodológicas são lançadas, como a de “participação observante”, em substituição à ideia de “observação participante” malinowskiana²².

A troca da ordem das palavras revela mais do que mera escolha estilística: põe em destaque uma compreensão clássica de participar como forma de observação, em que esta é o fim e aquele é o meio, versus uma compreensão de observar como forma de

²² Em que pese as críticas de Cardoso (1986) e Durham (1986) à ideia de uma “participação observante” como uma prática arriscada e pouco refletida, que superdimensiona a participação em função da observação. Todavia, penso que entre a época em que enunciaram essas preocupações e o momento atual, não apenas todos os processos sociais e políticos que descrevi acima se acirraram, como a própria proposição de uma participação observante vem encontrando cada vez mais reflexividade e fundamentação em pesquisas acadêmicas.

participação, em que este é o fim e aquela é o meio. Esta abordagem significa dizer que ao participar as vias de acesso à pesquisa são abertas, e ela se realiza observando, interagindo e colaborando. Participar é tanto político quanto científico, suscitando reformulações na pesquisa antropológica.

Nesses contextos onde a participação é a condição básica, Albert argumenta que tais situações mostram, “em contraste, o quanto a ideologia da neutralidade etnográfica depende de se escamotear a relação de dominação que torna possível a intrusão do antropólogo – forçada ou comprada” (*ibid.*, p. 133).

Analisando a relação entre antropólogo e interlocutores da pesquisa antropológica em contextos indígenas, Albert comenta que “não é mais possível esquecer ou ignorar o fato de que a observação antropológica se inscreve num contexto histórico e político no qual a sociedade observada está direta ou indiretamente submetida à sociedade do observador” (*ibid.*, p. 133).

Contudo, no caso das pesquisas antropológicas em contextos urbanos, com populações não-indígenas e que lidam com violências de Estado, esta relação se dá de modo distinto. O que está em questão, e é passível de tornar-se um ponto de tensão entre pesquisador e pesquisados, não é se a sociedade observada está submetida à sociedade do observador, mas se o observador, direta ou indiretamente, representa o Estado frente aos observados.

Representar o Estado, neste caso, não significa apenas ser um funcionário público, apesar de ser isto também. Significa principalmente se o pesquisador reproduz uma perspectiva do Estado, ou mesmo se o conhecimento que é produzido com seu trabalho vem para atender a interesses do Estado ou a de seus interlocutores, em um contexto em que estes sofrem com violências de Estado.

É neste sentido que as Mães de Maio, bem como diversos outros movimentos sociais oriundos de favelas, questionam uma onda de pesquisas nas ciências sociais sobre favelas que produzem conhecimento a serviço do Estado²³. Por todas estas razões é que a assunção do engajamento do pesquisador, através da construção de uma relação de confiança com seus interlocutores, nestes contextos de pesquisa com povos e grupos violentados pelo Estado, se torna um aspecto fundamental para o trabalho antropológico.

²³ Abordarei algumas críticas das Mães de Maio à academia no último capítulo.

No entanto, algumas questões emergem como interrogações a partir daí. Albert destaca que

esses novos aspectos do trabalho de campo colocam dois tipos de problemas para a pesquisa antropológica: o primeiro envolve a manutenção de sua independência diante de novos tipos de “demandas sociais” que implicam certas restrições intelectuais; e o segundo diz respeito às potencialidades heurísticas de uma relação etnográfica não mais baseada em sujeição política e ingenuidade positivista (*ibid.*, p. 133).

Em suma, o primeiro problema levantado pelo autor, a questão da “autonomia intelectual do pesquisador”, parece-me remeter a uma discussão especialmente sobre ética na pesquisa. Já quanto ao segundo problema eu diria que se refere às possibilidades teóricas e metodológicas que já tenho ponderado até aqui, e tecerei mais alguns comentários até o final desta Introdução. Agora, focarei na primeira questão.

A questão da ética tem sido tema de discussão em diversos trabalhos antropológicos nas últimas décadas. Estes debates, inclusive, já foram reunidos em diferentes coletâneas, que, por sua vez, deram origem a alguns artigos com ótimos levantamentos bibliográficos, como o de Schuch (2011). De fato, é com base em todo esse histórico de debates que Schuch afirma que há uma “vida social ativa da ética na antropologia”, que se caracteriza pela existência de diferentes concepções sobre ética na disciplina (SCHUCH, 2011).

Todos estes debates foram motivados por uma espécie de “mal estar ético” na antropologia (SCHUCH, 2011), que brotou de múltiplas origens e em referência a diferentes temáticas – em geral, perpassando a questão da regulamentação das práticas de pesquisa antropológica. Não pretendo, portanto, reconstituir estes debates, mas tão somente localizar a problemática levantada por Albert no interior dessas discussões na antropologia, e então oferecer uma mínima contribuição a isto, tratando sobre o lugar da ética nesta dissertação.

Albert também compartilha da compreensão de que há um mal-estar ético na antropologia, sobretudo nestes casos de pesquisas assumidamente engajadas, mas pondera que, “de fato, o ‘mal-estar de trabalho’ que acompanha uma etnografia de ‘participação observante’ e solidariedade crítica é o que torna esse tipo de antropologia engajada particularmente interessante” (ALBERT, 2014, p. 135).

Isto não quer dizer, todavia, que não residam certas dificuldades e cuidados necessários a serem tomados neste tipo de pesquisa, no que se refere à questão ética. Para o autor,

Porém, em que pese sua simpatia pelas lutas de seus anfitriões, isso não implica aceitar que o exercício da antropologia se limite à mera reprodução apologética do seu discurso étnico, o que conduziria à completa renúncia a qualquer empreendimento acadêmico. Para contornar essa aparente incompatibilidade entre solidariedade e pesquisa, os antropólogos engajados devem incorporar todos os aspectos dessa nova demanda política e simbólica indígena à antropologia (discursos e seus transmissores, desafios, interesses e apostas e seus efeitos) como novos objetos de suas etnografias (*ibid.*, p. 135).

Assumir o engajamento da pesquisa com seus interlocutores não significa reproduzir apologeticamente seus discursos, mas incorporá-los como temas para análise na pesquisa. Uma ética da pesquisa assumidamente engajada, portanto, do modo como a compreendo aqui, deve assumir aos seus interlocutores uma autonomia solidária, crítica e reflexiva.

Mas o debate ético não é preocupação exclusiva desse tipo de pesquisa. Poderíamos nos questionar, inclusive, em que tipo de ética um trabalho acadêmico, em geral, pode se ancorar? Uma ética dos interesses pessoais do pesquisador em primeiro lugar? Uma ética legalista, em que a legislação é um valor inquestionável? Uma ética relativista, onde nada pode ser avaliado por um valor ou pensamento absolutos? Alguma outra ética particular e circunscrita a determinadas formas de pesquisa?

Enfim, um debate exaustivo sobre isso excederia os próprios limites possíveis desta dissertação. Contento-me em direcionar estas indagações apenas ao campo de minha pesquisa, e respondê-las com base neste contexto de trabalho. Considero fundamental que esta ética incorpore como valor “o compromisso com a verdade e a produção de conhecimento em consonância com os critérios de validade compartilhados na comunidade de pesquisadores” (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2010, p. 27).

Que seja uma ética não burocratizada²⁴, mas calcada em compromisso com a verdade com seus interlocutores, o que implica comunicação, transparência, colaboração e confiança, e calcada também no rigor da pesquisa, através da criticidade, reflexividade e honestidade intelectual. Enfim, uma ética enquanto práxis, que em concomitância com

²⁴ E, nesta medida, crítica ao que Jacob e Riles (2007) chamaram de “burocracias da virtude”, ao se referirem à burocratização de domínios como a ética sob a justificativa de “tornar as coisas melhores”. Sobre as controvérsias no Brasil a respeito destas regulamentações, que emanam das ciências biomédicas, quando avaliam trabalhos antropológicos, cf. Diniz (2005) e Schuch (2011).

estes compromissos, e justamente por eles, baseia-se em um humanismo radical²⁵, em defesa da vida, contra toda forma de opressão, exploração e dominação, e assim sendo, poderia ser chamada de libertária, por assim dizer.

Algumas escolhas que foram feitas nesta dissertação levaram em consideração este debate ético. Uma delas é a questão da nomeação e do anonimato. Em geral, decidi nomear as Mães de Maio por seus casos serem de conhecimento público, sendo facilmente encontrado em sites jornalísticos, blogs, redes sociais, relatórios e nos livros das próprias Mães de Maio. Ao fazer isto, também o fiz buscando respeitar sua *luta* por visibilidade (AZEVEDO, 2018; FARIAS, 2020).

Por outro lado, decidi garantir anonimato a certas organizações que, ainda que tenham sido criticadas pelas mães publicamente, não foram nomeadas naquelas oportunidades, e, portanto, não considero adequado revelar seus nomes nesta pesquisa. Estou ciente que, conforme afirma Azevedo, “se nomear pode gerar desentendimentos, o mesmo vale para não fazê-lo” (AZEVEDO, 2018, p. 37). Ainda assim, tentei mostrar os agenciamentos e os campos de atuação dessas organizações e movimentos referidos pelas Mães de Maio, de modo a contextualizar o leitor das relações que estão em jogo em cada situação.

Há, ainda, outra razão para não revelar certos nomes neste trabalho, que é a mutabilidade das classificações de *aliado* e *oportunista* distribuídas pelas Mães de Maio em relação aos seus interlocutores. Sendo assim, alguém ou alguma organização que foi criticada pelas mães em uma determinada ocasião por conflitos recentes à uma determinada época em que se localiza um evento aqui narrado, pode ou não, em uma ocasião futura, restituir ou constituir uma relação de cooperação e proximidade com estas mães, a depender de múltiplos arranjos. Do mesmo modo, algum *aliado* hoje pode deixar de sê-lo em um momento futuro²⁶. De tal maneira que, pelo caráter estático do texto,

²⁵ Em que pese a expressão “humanismo” causar arrepios em certos antropólogos contemporaneamente – para os quais, diante de tantas ficções discursivas criadas pela Europa com vistas a justificar sua dominação pelo mundo, recusam qualquer categoria com a pretensão de existência de uma humanidade – ainda fico com a proposição de Frantz Fanon (2005, 2008), para quem o problema do humanismo colonialista e capitalista é estar calcado nos particularismos europeus fazendo-se passar por universalismo humano, frente ao qual é necessário constituir um humanismo que expanda e reinvente os limites do humano para todos os povos subjugados. Um humanismo que não é nem um antropocentrismo, nem um universalismo cultural, nem um relativismo absentista.

²⁶ E, nesses casos, como costuma ocorrer em outras situações da vida com desafetos que já foram afetos em um momento anterior, muitas vezes ocorre uma reelaboração não apenas do presente, mas também do passado daquela pessoa em relação a alguém. Diz-se que fulano fingia ser amigo, sicrano era um

imprimir tais nomes aqui a partir de um panorama dinâmico pode vir a petrificar uma relação alterável e assim causar imprecisões e impertinências.

A produção intelectual compartilhada

Os filósofos não brotam da terra como os fungos, mas são os frutos de seu tempo e seu povo, cuja seiva mais sutil, mais valiosa e mais invisível circula nas ideias filosóficas. O mesmo espírito que constrói os sistemas filosóficos no cérebro dos filósofos constrói as ferrovias pelas mãos dos operários. A filosofia não é exterior ao mundo.

(Karl Marx)

Ciente de que ficará nítido no decorrer de todo o texto, não tomo as Mães de Maio apenas como fonte de material informativo, mas sobretudo como referência intelectual, já que as mães não apenas informam sobre sua realidade, mas produzem ideias explicativas sobre elas. Do mesmo modo, não tomo as categorias nativas das mães apenas como “objetos” a serem analisados, mas como explicações complexas acerca dos fenômenos que tratam. Explicações estas que remetem aos seus modos de vida, às suas histórias e às suas relações sociais.

Neste sentido, as categorias nativas das mães possuem aqui o mesmo estatuto que os conceitos teóricos advindos da literatura bibliográfica, uma vez que elas se baseiam em análises elaboradas pelas mães diante de sua experiência e dos fenômenos que as afetam, e explicam elementos complexos e abstratos de modo mais preciso e esclarecedor que inúmeros conceitos bibliográficos.

Os conceitos teóricos e científicos são mobilizados sempre em função de um potencial diálogo frutífero com as categorias nativas, não necessariamente visando a concordância ou a compatibilidade de uma coisa com a outra, mas gerando contrastes produtivos para o desenvolvimento das teorias antropológicas, por meio de procedimentos resultantes desta operação, como a crítica, o endosso ou a reapropriação.

Desta forma, assumo a centralidade intelectual das Mães de Maio na formulação de suas categorias nativas – que adquirem aqui o mesmo estatuto que os conceitos acadêmicos e são postas em diálogo com estes – e de seus repertórios e perspectivas de

aproveitador disfarçado, entre outros comentários que não apenas atualizam como ressignificam constantemente relações e transmitem estas ressignificações por meio da fofoca.

mundo. Sendo assim, a questão que se levanta é: qual é o papel do pesquisador neste trabalho?

Compreendo que, ao cultivar essa relação compromissada, solidária e engajada com as minhas interlocutoras, formulo neste trabalho algo que não é meramente uma tradução²⁷ das Mães de Maio, mas sim uma composição com elas. Assim, se as categorias e o tom do debate seguem basicamente as postulações das Mães de Maio, as interpretações sobre isto, as conexões teóricas e o modo de tessitura das narrativas e análises no formato expositivo em que se estrutura este texto são tarefas cujos eventuais equívocos são de minha inteira responsabilidade.

Neste sentido, a composição se refere a justamente uma co-fabricação desta pesquisa: ela é produto de múltiplas contribuições advindas de múltiplos sujeitos, sendo eu um deles, a quem competiu a tarefa de sistematizar este trabalho, baseando-lhe de acordo com uma inteligibilidade sobre os temas aqui retratados que é produto da minha relação política e intelectual com o Movimento Mães de Maio – além, é claro, das contribuições de muitos colegas na academia.

Esta composição, portanto, é algo dinâmico, fruto de múltiplas determinações, e que não possui existência prévia em nenhuma das suas partes compositoras se tomadas em isolado. Não é, deste modo, somente um compilado dos discursos e ações das Mães de Maio, e nem apenas teorizações de minha autoria, mas sim um encontro fértil, crítico e reflexivo dessas partes.

Deste modo, a presente pesquisa é tanto **entre** as Mães de Maio, mas também **com** as Mães de Maio, e não meramente **sobre** elas. **Entre** elas porque esta foi a forma de pesquisa que fiz, participando de suas atividades e redes de classificação. E **com** elas dado o caráter compósito desta pesquisa, tanto no seu processo de criação quanto no seu resultado.

²⁷ A ideia do trabalho antropológico como uma espécie de “tradução”, em que pese ser bastante aludida em muitos trabalhos contemporâneos, sempre me causou desconforto. Não considero que, especificamente minha pesquisa, mas penso poder afirmar isto no geral, consista em tão somente pegar algo pronto e traduzir para outra linguagem, ainda que fazendo escolhas neste processo. Para mim, sobretudo quando falamos de materiais conhecidos por nós através de encontros e conversas, não se trata bem de “colher” “dados prontos” e passá-los para outra linguagem, mas de produzir tal material a partir daquela interação. Portanto, o sentido relacional e inexistente previamente – mesmo quando informações similares já tenham sido ditas outrora, ou quando se toma textos de seus interlocutores, o que ainda pressupõe uma leitura, interpretação e escrita do antropólogo que se faz a partir dali – se perde quando tratamos o fazer antropológico como mera tradução.

Penso que esta formulação da pesquisa vai ao encontro do que Eduardo Viveiros de Castro afirma, em *O Nativo relativo*, quando aponta que a desqualificação dos “nativos” pesquisados não resultava de sua objetificação ou de uma eventual falta de empatia do antropólogo, mesmo na antropologia clássica. Resultava, segundo o autor, de uma pressuposição de que o “nativo” possuiria uma relação “natural, isto é, intrínseca e espontânea, e, se possível, não reflexiva” com sua cultura, ao passo que o antropólogo teria uma disposição reflexiva (VIVEIROS DE CASTRO, 2002, p. 114).

Neste sentido, encarar meus interlocutores como referências intelectuais que produzem uma série de conceitos e explicações sobre a sua realidade, e que assim elaboram repertórios com os quais interpretam o mundo calcados em uma perspectiva que emerge de suas experiências, objetiva também derrubar estas concepções elitistas e discriminatórias apontadas por Viveiros de Castro nas supracitadas abordagens antropológicas.

Assim, seja de forma oral ou documental, as Mães de Maio são referências fundamentais para esta pesquisa, e elenco autores e trabalhos acadêmicos no íterim desse diálogo. Mas este trabalho é resultado também da minha interlocução com vários colegas de academia em distintas instâncias. E isto fica claro quando, em alguns momentos dessa dissertação, eu interajo, e de certa forma até mesmo respondo, a muitos colegas acadêmicos que não têm seus nomes enunciados.

Isso se deve ao fato que de que tais questões – como o debate sobre humanismo, perspectiva, Estado, políticas de morte, ética, entre outros temas – em que, ao serem tratadas, eu evoco estes colegas acadêmicos (sempre no plural e com um sujeito indefinido), foram colocadas a mim por diferentes colegas, em conversas mais amplas e de forma oral, em situações formais ou informais, mas nunca de forma escrita e publicada. Essas várias questões foram colocadas a mim também em diferentes momentos da pesquisa, como nas discussões iniciais do projeto em disciplinas, em pareceres anônimos e em grupos de pesquisa, de certos capítulos em encontros do Hybris²⁸, em reuniões de orientação, em apresentações em congressos (especialmente na Reunião Equatorial de

²⁸ O Hybris – Grupo de Estudo e Pesquisa sobre Relações de Poder, Conflitos, Socialidades, é o grupo de pesquisa coordenado por Ana Claudia Duarte Rocha Marques no Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade de São Paulo.

Antropologia – REA, e na Reunião Brasileira de Antropologia – RBA), em bancas de qualificação e defesa.

Por isso, salvo em certas ocasiões muito pontuais, não considere adequado revelar os nomes de todos esses colegas nos momentos em que faço referência a esses diálogos, afinal, o que importa, nestes casos, não é “rebater” a uma certa posição reconhecida (como que em um debate público), mas tão somente diferenciar a minha abordagem de outras mais ou menos influentes na antropologia ou no meu campo temático de pesquisa.

Como tenho dito até aqui, considero que uma das potências deste trabalho é precisamente uma grande potência das Mães de Maio: a produção de repertórios de mundo e de uma perspectiva da realidade que parte de suas experiências concretas de vida e luta desde as periferias.

Diante desta afirmação, recebi as indagações de alguns colegas acerca dos termos e compreensões contidas naquela sentença: trata-se mesmo de “somente” uma “perspectiva de mundo” ou melhor seria dizer “uma produção de mundo”? No fundo, as Mães de Maio formulam aqui uma perspectiva sobre o Estado ou produzem, elas mesmas, Estado?

Naturalmente, os colegas que me fizeram estes questionamentos partilhavam destas últimas compreensões, enquanto eu permanecia com aquelas primeiras, contudo, sem encontrar oportunidade adequada para dar as devidas explicações. Farei, portanto, isto aqui, por levar a sério esses questionamentos e enxergar que esse debate é relevante para compreender os termos utilizados na presente pesquisa.

Acredito que estas diferenças não são meras escolhas de palavras, mas denotam distintas compreensões sobre questões complexas, como ontologia e realidade. De um lado, encontra-se a compreensão – antiquada, diriam alguns – de que os seres humanos compartilham uma realidade que é infinita e, logo, as perspectivas e compreensões são as mais variadas também, e ainda assim é impossível saber tudo sobre a realidade. De outro lado, situa-se o entendimento – lido como mais contemporâneo – de que diferentes grupos humanos possuem ontologias distintas, e que não há algo que se possa chamar de realidade comum entre eles.

Nesta medida, de acordo com tal concepção dita mais contemporânea, o antropólogo não lida com os diferentes modos com os quais os diferentes grupos humanos perspectivam o mundo – e, nesta medida, também constroem este mundo –, mas sim com como produzem cada qual o seu próprio mundo. E, deste modo, mesmo aparatos, instituições e relações sociais que são comuns a diferentes grupos sociais, como o Estado, seriam produzidos diferentemente por cada grupo que se relaciona com ele.

Claro está que este entendimento não é exclusivo de uma única tendência teórica na antropologia contemporânea, mas é compartilhado por distintas, e mesmo conflitantes tendências no interior da disciplina. Todavia, uma das tendências de maior expressão nas últimas décadas, não só na antropologia brasileira, mas internacional, que mais tem estimulado e difundido esta concepção em diversos estudos é a chamada Virada Ontológica.

Tendo alguns ilustres expoentes em seu interior, a Virada Ontológica ganhou fôlego a partir de contribuições de alguns autores bastante originais, como Eduardo Viveiros de Castro. Etnólogo brasileiro formulador do chamado “Perspectivismo Ameríndio”, Viveiros de Castro esteve envolvido em alguns debates esclarecedores quanto ao tema. Um, em especial, possui enorme importância para a minha própria compreensão quanto à controvérsia levantada. Trata-se da discussão deste autor com o antropólogo David Graeber no interior da revista anglófona *Hau* no ano de 2015.

A partir de uma conferência de Viveiros de Castro pronunciada em Cambridge em 2014, que deu origem ao texto *Who is afraid of the Ontological Wolf?*²⁹, publicado em 2015 no *The Cambridge Journal of Anthropology*, em que o antropólogo brasileiro critica David Graeber em sua etnografia com os malgaxes de Madagascar, Graeber ofereceu uma extensa e interessante resposta a Viveiros de Castro naquele artigo publicado na *Hau*, em 2015, sob o título *Radical alterity is just another way of saying “reality”. A reply to Eduardo Viveiros de Castro*³⁰.

Não é a minha pretensão, aqui, reconstituir a totalidade deste debate, apenas ressaltar trechos pontuais que me auxiliam na argumentação da minha compreensão

²⁹ A tradução literal seria *Quem tem medo do Lobo Ontológico?*.

³⁰ Traduzido e publicado na Revista Práxis Comunal com o título *Alteridade radical é só outra forma de dizer “realidade”. Resposta a Viveiros de Castro* (GRAEBER, 2019).

quanto à controvérsia que levantei acima, compreensão esta que, neste embate, encontra ressonâncias na posição de Graeber em contraposição à de Viveiros de Castro.

Viveiros de Castro afirma que Graeber, na sua supracitada etnografia, nega legitimidade à concepção malgaxe (chamada por Viveiros de Castro de ontologia) quando diz que o Ravololona (feitiço do granizo) não pode “realmente” parar o granizo; que o antropólogo estadunidense tenta substituir a teoria dos “nativos” por uma teoria distinta; que Graeber formula seu argumento “pelas costas” dos seus interlocutores ao dizer que os “nativos” reconhecem tacitamente o que está ocorrendo naquele contexto sobre o poder mágico, sendo improvável que eles concordassem com isso; e que Graeber falha em problematizar suas próprias premissas teóricas (GRAEBER, 2019, p. 282-283).

Em sua resposta, David Graeber afirma que a objeção de Viveiros de Castro não é por ele (Graeber) não utilizar seu material etnográfico para problematizar suas próprias premissas teóricas, mas sim por ele não fazer isto do modo como Viveiros de Castro gostaria. Neste sentido, afirma Graeber,

o que eu deveria ter feito seria examinar “o poder mágico, tal e como ele é concebido pelos merina” e, em seguida, tratá-lo não como uma teoria ou crença, mas como realidade; uma realidade que “nós ocidentais” jamais seremos capazes de compreender completamente; uma realidade à qual nossas categorias mais familiares, como fetiche, não aplicam-se (*ibid.*, p. 283).

Deste modo, infere Graeber:

Em outras palavras, só há dois caminhos autorizados para “problematizar nossas próprias premissas”: podemos aceitar e tratar de lidar com a alteridade radical dos conceitos “nativos”, considerando as implicações de tomá-los como uma forma de realidade (mas uma realidade que existe apenas para esse grupo particular de “nativos”), ou, alternativamente, podemos aceitar o marco teórico geral proposto pelos protagonistas da “virada ontológica”. Quanto a mim, devo admitir que não estou disposto a seguir nenhuma dessas vias (*ibid.*, p. 283-284).

Feitas tais ponderações, Graeber observa que se encontram em embate aí dois entendimentos bastante distintos sobre o que é a antropologia, e questiona o que é levar a sério as concepções de nossos interlocutores, a ponto de elas poderem desestabilizar nossas próprias compreensões prévias.

Parece haver duas concepções muito diferentes sobre o que é a antropologia no fim das contas. Quando, afinal, estamos desestabilizando realmente nossas próprias categorias? Tal desestabilização depende de que entendamos a “alteridade radical” de um grupo específico? Ou, por outro lado, associa-se ao esforço de mostrar que, em certo sentido, a alteridade não é tão radical quanto parece, de modo que podemos usar certos conceitos aparentemente exóticos para reexaminar nossas próprias premissas cotidianas, visualizando, assim, algo novo a respeito dos seres humanos em geral? Obviamente, eu sou um expoente da segunda posição (*ibid.*, p. 284).

Portanto, na compreensão de Graeber, e diametralmente oposta à de Viveiros de Castro e da Virada Ontológica, levar nossos interlocutores a sério não se trata de descrever a chamada ontologia desses interlocutores considerando-a existente apenas para eles e inacessível aos demais, sendo absoluta para seus membros e pouco significativa ou ininteligível para os demais – a menos que se desloquem, momentaneamente, para contemplar esta outra ontologia.

Graeber insiste, ao contrário, que o exercício de alteridade de fato radical é o de perceber como as concepções de nossos interlocutores podem dizer algo a respeito não somente sobre a realidade deles, mas sobre algo além deles mesmo, e para outros que não eles próprios³¹.

Neste sentido, eu diria que considerar que as Mães de Maio produzem um Estado que só existe a partir delas e para elas seria perder de vista a possibilidade de compreender uma perspectiva sobre o Estado que informa e explica muito sobre nós que não elaboramos esta perspectiva, em que pese nos relacionarmos com o mesmo Estado que as Mães de Maio.

Ou seja, tomar todas as categorias, repertórios e perspectiva das Mães de Maio como uma ontologia que tão somente faz sentido a estas mães, que conforma seu mundo particular e é pouco acessível ou compreensível para quem não partilha da mesma ontologia, significaria abrir mão de questionar radicalmente nossas próprias perspectivas em função do diálogo com as das Mães de Maio – o que implicaria ter que ver nossas distinções de vidas, experiências, concepções, valores, sentimentos e afinidades.

Além disso, considero outro problema da abordagem da Virada Ontológica o seu “construtivismo radical” que infere que conceitos, ou ideias, é que produzem a realidade (ou o mundo, se preferirem). A este respeito, Graeber afirma que, para a Virada Ontológica, “declarações [autoritativas] devem ser tratadas como janelas para os ‘conceitos’ e os conceitos, por sua vez, devem ser tratados – mediante uma espécie de ‘construtivismo radical’ – como se fossem, eles próprios, realidades com o mesmo estatuto ontológico das ‘coisas’ ou, de fato, como constitutivos do próprio mundo” (*ibid.*, p. 301).

³¹ O restante da resposta de Graeber a Viveiros de Castro, que percorre por outras questões relevantes, como ontologia, epistemologia, semiologia e semiótica, pode ser lido na íntegra do artigo em Graeber (2019).

Diante disso, Graeber avalia: “a ‘virada ontológica’ envolve não apenas o abandono do projeto da Ontologia 1 [ontologia de acordo com o sentido clássico na filosofia], mas também a adoção de uma ontologia tácita que parece indistinguível do idealismo filosófico clássico³². Ideias geram realidades” (*ibid.*, p. 301).

Em concordância com Graeber diante desta controvérsia³³, não considero que as ideias ou os conceitos produzam o mundo, e nem mesmo ontologias, epistemologias ou conceitos o fazem. Isto não quer dizer, no entanto, que as ideias e os conceitos não tenham papel relevante no processo de construção do mundo, quer dizer apenas que eles não são o “espírito movente da realidade”. As ideias não são a realidade, mas compõem a realidade, participam dela e, neste sentido, contribuem para a sua manutenção ou transformação. Mas assim elas o fazem à medida em que são apropriadas em massa pelos seres humanos, tornando-se também uma força material (MARX, 2013, p. 157).

A relevância desse debate ora posto é não apenas para realizar uma distinção à posição de certos autores influentes em uma determinada questão aqui retratada, mas, de modo geral, para promover uma distinção à certos modos de lidar com tais autores que têm as suas teorias, geralmente bem recebidas em boa parte da antropologia contemporânea, muitas vezes tomadas como pressupostos tácitos, e assim, tomando-as por óbvio e automático, dispensando o exercício da (re)avaliação diante de distintos contextos etnográficos, como bem procedem muitos antropólogos ante a outras teorias nem tão bem quistas.

Mas mais do que demarcar um modo geral de lidar que considero mais reflexivo com autores consagrados, a relevância específica deste debate para esta pesquisa etnográfica é a de – ao possibilitar não tomar certas ideias por óbvio, automático ou como

³² Complementa o autor em nota de rodapé: “os OuTros [adeptos da Virada Ontológica] certamente objetariam que isto é injusto, dado que eles estão tentando dissolver o próprio dualismo que torna possível a oposição entre materialismo e idealismo: mas quase todo o mundo afirma isso hoje em dia. A questão é tentar saber se eles estão tratando de dissolver o materialismo no idealismo, o idealismo no materialismo ou ambos, materialismo e idealismo, em alguma outra coisa. Todas as evidências nos dizem que a primeira opção é a correta. Por exemplo, no texto de Henare, Holbraad e Wastel (*ibid.*), palavras como ‘material’ ou ‘físico’ regularmente aparecem entre aspas, mas palavras como ‘conceito’ (‘ideia’ aka) ou ‘concepção’ nunca” (GRAEBER, 2019, p. 301).

³³ O leitor deve reparar que este trabalho não se relaciona com os autores a partir da adesão a uns *versus* negação a outros, mas através do diálogo crítico e reflexivo com todos eles, estabelecendo concordâncias, discordâncias, endossos, diferenciações e reapropriações com ideias e abordagens variadas. Sendo assim, autores como Viveiros de Castro e Achille Mbembe podem ser tomados – e de fato o são – ora em um sentido crítico, ora em um sentido de concordância. Do mesmo modo, não significa dizer que com outros autores que não estabeleço críticas nesta dissertação eu esteja de acordo com todas suas teses, como David Graeber ou Loïc Wacquant, para citar apenas estes exemplos.

pressuposto tácito, e assim nem tomar por encerrado certos debates, mas tomá-los em aberto – pôr em questão distintas formas de observar e interpretar os significados do que pensam, dizem e fazem os nossos interlocutores em certos contextos etnográficos.

Ou seja, trata-se de um exercício teórico de examinar e justificar as próprias categorias e meta-categorias abstratas com as quais se opera, não para substituir o campo semântico das categorias nativas dos nossos interlocutores, mas para pensá-las em contato com modos de entendimento mais amplos que são propostos pelos antropólogos a partir de suas próprias formações, concepções e relações com seus interlocutores – seja utilizando termos como de “ontologia”, “cosmologia”, “cosmovisão”, “perspectiva” ou quaisquer outros. Em sua, com esta discussão busco fundamentar o modo como optei, a partir da minha formação, relação e compreensão do Movimento Mães de Maio, observar e interpretar as questões colocadas por este movimento.

Assim, não considero que seja, por exemplo, o conceito de *democracia das chacinas* elaborado pelas Mães de Maio que produz o Estado com suas práticas genocidas. Ao contrário, é o Estado com estas práticas que produz Mães de Maio e que elas, por sua vez, produzem o conceito de *democracia das chacinas* como forma de nominar e expressar teoricamente práticas de Estado perceptíveis a partir de suas experiências³⁴. E assim, as Mães de Maio produzem o que denomino neste trabalho como repertórios de mundo e perspectivas da realidade.

Uma perspectiva, do modo como eu a compreendo aqui, é algo mais amplo do que um discurso ou uma produção discursiva, na medida em que pode produzir múltiplas imagens, discursos, conceitos, campos de visualização e de não visualização. Uma perspectiva revela tanto de onde se vê quanto o que é visto, de maneira relacional, possibilitando refletir acerca do panorama que é visto em uma certa perspectiva e da posição em que se encontra quem pôde estabelecer tal perspectiva. Trata-se, portanto, de uma vinculação direta entre conteúdo e forma do que minhas interlocutoras expressam e as próprias formas de vida e relações sociais destas interlocutoras, que estão indissociavelmente demarcadas na perspectiva destas mães. Evidencia-se, assim, não apenas o que se vê, mas quem vê e o que constitui essa relação entre enunciador e enunciado: as histórias de vida e de *luta* das Mães de Maio.

³⁴ Eu diria que considerar o inverso “não se trata apenas de idealismo – trata-se da forma mais extrema de idealismo que poderia existir” (GRAEBER, 2019, p. 304).

Se é verdade, como eu afirmei anteriormente, que antropólogos têm sido rechaçados em alguns contextos em função do histórico negativo de pesquisadores que por lá passaram, por outro lado, é também verdade que as relevantes – para a academia e para os interlocutores – pesquisas de antropologia têm algo importante a oferecer nestas *lutas*, e, mais do que isto, estes trabalhos têm algo relevante a oferecer à própria antropologia.

Entre as múltiplas possibilidades de investigação que a antropologia oferece, aquela que a torna especialmente relevante para um trabalho como este é a potencialidade de desenvolver uma compreensão interna do movimento estudado a partir de seus agentes, de suas categorias significativas, de suas tramas sociais. Mas ao fazê-lo, é a própria antropologia que pode se enriquecer neste processo, na medida em que este trabalho pode fornecer instrumentos para refletir sobre o diálogo entre teorias antropológicas e as teorias de nossos interlocutores, gerando possíveis deslocamentos, elaboração de novos olhares e de caminhos originalmente imprevistos (MAGNANI, 2002).

Através de pesquisas como esta, em que o engajamento com seus interlocutores é assumido e potencializado para a pesquisa, penso que a antropologia pode alcançar um lugar privilegiado de aproximação com a vida destes grupos sociais não hegemônicos. Se, como coloquei anteriormente, as ideias preponderantes na academia são também resultado de disputas que se dão tanto no interior da academia quanto no conjunto da sociedade, o modo como propostas por uma antropologia assumidamente engajada são recebidas pode indicar mudanças mais amplas que se desenham nesses ambientes.

Estar próximo a esses interlocutores pode não apenas alterar a proporção da rejeição existente em certos contextos a pesquisas antropológicas, como pode trazer efeitos mutuamente positivos tanto para a antropologia quanto para estes grupos pesquisados. Do ponto de vista da antropologia, com a possibilidade de superar certos resquícios positivistas, elitistas e discriminatórios, e participar de uma coprodução do saber junto a esses interlocutores.

Do ponto de vista desses grupos, com a possibilidade de a antropologia contribuir para suas *lutas* concretas, reforçando legitimidade e visibilidade para as suas demandas, co-produzindo saberes que contribuam tanto para o reconhecimento destas causas por

parte do Estado, quanto para uma transformação das condições de vida impactadas pelas opressões, explorações e subordinações a que estes grupos são submetidos.

Mariza Peirano comentou certa vez, em tom de advertência, a possibilidade de haver “tantas antropologias quanto antropólogos” (PEIRANO, 1990, p. 2). Parece-me ainda um cenário hiperbólico, mas a cada ano surgem novas proposições de uma antropologia que se reivindica autoral. E mesmo entre aqueles que defendem uma antropologia com predcados, processo semelhante parece ocorrer.

Primeiro, surgiu a ideia de uma “antropologia aplicada”. Depois, uma “antropologia da ação”. E então, uma “antropologia implicada”. Em seguida, uma “antropologia prática”. E por fim, uma “antropologia participativa” – só para ficar nestes exemplos. Patrice Schuch comenta que “enquanto a primeira [antropologia aplicada] se caracterizaria pela vinculação com o colonialismo e praticismo inaceitáveis, (...) [a antropologia da ação] estaria relacionada aos sentidos que Sol Tax deu ao termo em 1952, para evocar o caráter da atuação antropológica na prática social” (SCHUCH, 2011, p. 9).

Roberto Cardoso de Oliveira, no entanto, criticou esta concepção, afirmando que ela possuía um déficit reflexivo, e propôs a ideia de “antropologia prática” (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2004, p. 21). Nessa mesma época, Esther Jean Langdon (2004) discutiu as possibilidades de uma “antropologia participativa”. Já a proposição de uma “antropologia implicada” foi lançada por Bruce Albert em um icônico artigo de 1995, em que o etnólogo francês critica a tradição colonialista da “antropologia aplicada” (ALBERT, 1995).

Diante de tantas proposições, algumas mais, outras menos interessantes, que propõem uma antropologia abertamente engajada, não tenho o interesse em lançar mais uma formulação do tipo aqui. Contudo, ainda assim devo tecer alguns brevíssimos comentários a respeito de qual forma de antropologia este trabalho se associa.

Como insisti acima, ao trazer a citação de Lefebvre e através de algumas reflexões, não penso se tratar aqui de meramente uma antropologia engajada, afinal, não existe pesquisa “desengajada”. Ao invés disso, considero que a melhor definição para este trabalho seria uma antropologia do engajamento, que não se pode fazer sem assumir reflexivamente o seu próprio engajamento na pesquisa.

Neste exercício, algumas disposições gerais são importantes para tal pesquisa, como a consideração da historicidade, das especificidades e generalidades, e da relacionalidade entre ambas³⁵. Por fim, este trabalho é uma pesquisa “entre familiares” (AZEVEDO, 2018) e com familiares do Movimento Mães de Maio, inspirada em uma “antropologia implicada”³⁶ (ALBERT, 1995), pensada como uma antropologia do engajamento, cujo meu “outro” não são as mães, mas o Estado (FARIAS, 2020).

Os itinerários da pesquisa

A política de “panelas” acadêmicas de corredor universitário e a publicação a qualquer preço de um texto qualquer se constituem no metro para medir o sucesso universitário. Nesse universo não cabe uma simples pergunta: o conhecimento a quem e para que serve?
(Maurício Tragtenberg)

Em 2019, ano em que iniciei esta pesquisa no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS) da USP, participei de 12 eventos organizados pelo, ou com a presença do, Movimento Mães de Maio na cidade de São Paulo, sempre na condição de pesquisador e *apoiador*. Alguns destes encontros memoráveis foram especialmente elencados como palcos de discussões e análises propostas nesta dissertação. Nestes eventos, produzi cadernos de campos e fiz gravações de áudio dos discursos públicos das Mães de Maio.

Em cada encontro, eu costumava chegar antes e sair após os horários de início e término da atividade, para conversar com Débora – que era quase sempre a mãe da Baixada Santista presente –, com os demais *apoiadores* e ajudar na montagem e desmontagem do ambiente e em outras demandas que surgissem – como carregar caixas com os livros das Mães de Maio, entre os auditórios e o carro que as vezes as traziam.

Deste modo, a interação como fonte da pesquisa se dava não apenas durante as mesas de debate (que constituíam a maior parte dos eventos), a execução de certas

³⁵ Não tecerei explicações sobre estas disposições gerais, mas pretendo fazê-las serem vistas operando na prática no decorrer dos capítulos que se seguem.

³⁶ Nas palavras de Bruce Albert, “o grande mérito da ‘antropologia implicada’ é, além de sua óbvia relevância ética e política, contribuir para dissolver a oposição perene entre antropologia teórica e antropologia aplicada, em favor da ideia infinitamente mais atraente e produtiva, de uma pesquisa antropológica fundamental que é intelectual e socialmente investida na situação histórica das sociedades que estuda e é capaz de mobilizar suas competências em favor de suas conquistas pela autodeterminação” (ALBERT, 1995, p. 118, tradução minha).

performances públicas ou a exibição de certos filmes e documentários em que eu e as Mães de Maio estávamos presentes, mas também se deu nas idas e vindas das atividades, a exemplo de trajetos compartilhados que fazíamos de metrô regressando para nossas casas.

De fato, eram nesses momentos prévios e sobretudo posteriores à programação das atividades que somente os *apoiadores* permaneciam, e em geral acompanhávamos Débora e outras mães que estivessem presentes nas atividades à noite em São Paulo, fosse imediatamente voltando para casa, fosse parando em algum canto da rua ou em um bar para conversar sobre as últimas notícias. Estes momentos, significativamente importantes, não foram gravados e nem utilizei neste trabalho informações contadas exclusivamente nestes espaços. Ainda assim, foram momentos relevantes por me permitirem compreender certas redes de relações das Mães de Maio, além de conhecer e alimentar vínculos com outros *apoiadores*, bem como aprofundar a intimidade com minhas próprias amigas que se tornavam Débora e demais Mães de Maio.

Também participei naquele ano de 2019 de dois encontros promovidos pelo CAAF, um dos quais o de apresentação do Relatório Final produzido por este Centro sobre os Crimes de Maio de 2006 (CAAF-UNIFESP, 2019). Nestes encontros, tomei contato não somente com alguns dos pesquisadores desse projeto em parceria com as Mães de Maio, como também com pesquisadores do projeto sobre a Vala de Perus.

Passado o ano de 2019, e com ele a obrigação de permanecer em São Paulo para cursar as disciplinas no PPGAS da USP, mudei para a cidade de Santos para iniciar meu trabalho de campo na Baixada Santista, região onde vivem várias Mães de Maio, no final de fevereiro de 2020. Qual não foi a minha surpresa diante do que estaria por vir.

Com o advento da pandemia de COVID-19 no Brasil, duas semanas após eu ter me mudado para Santos, vi as possibilidades de realizar uma pesquisa de campo *in loco* se desmancharem no ar. Diante desta pandemia que assolou o mundo e inviabilizou pesquisas presenciais, fiquei por meses sem conseguir avançar de forma mais significativa na questão do trabalho de campo devido, inclusive, às consequências psíquicas deste cenário, que desorientou quaisquer previsões e impôs dificuldades para conseguir repensar o que era possível ser feito.

Após quase quatro meses de pandemia, porém, uma luz se acendeu no horizonte. As próprias Mães de Maio passaram a fazer no ambiente da Internet, mantendo o

necessário distanciamento social, suas atividades públicas. Sob suas próprias iniciativas e a convite de outros atores, as Mães de Maio produziram e compuseram diversas *lives* em diferentes plataformas de *streaming*, teleconferências e redes sociais (como *YouTube*, *Facebook*, *Instagram* e *Zoom*).

Desde então, passei a participar destes eventos *online*, e prontamente percebi que estas *lives* se constituíam enquanto atividades profundamente significativas para as Mães de Maio e, logo, plenamente possíveis de serem encaradas como acontecimentos analisados em trabalho de campo virtual.

Durante 2020, as Mães de Maio participaram de 21 *lives* entre os meses de maio e dezembro, das quais estive presente simultaneamente em 14 delas, e as demais acompanhei posteriormente, através dos vídeos que ficaram gravados nas plataformas em que as *lives* foram transmitidas. Estas *lives* totalizaram 26 horas e 28 minutos de diálogos, sendo que aproximadamente metade desse material foi transcrito para esta pesquisa. Apesar disso, muitas destas *lives* não foram utilizadas para esta dissertação, permanecendo como um material riquíssimo para futuras discussões. Ao final, apenas 10 daquelas 21 *lives* foram utilizadas nesta dissertação.

Assim como em muitos encontros presenciais, é claro que nem todo o tempo das atividades é composto por falas exclusivas das Mães de Maio, já que a maioria delas se tratam de atividades em que uma ou mais Mãe de Maio é convidada a compor uma mesa de discussão com outros convidados, pertencentes a outros movimentos sociais, institutos profissionais (como de juristas, jornalistas ou psicólogos), além de pesquisadores e militantes sem estes vínculos. Deste modo, além de acompanhar as mães, estes encontros permitiam mapear suas redes de alianças e inimizades – tema que será focado no terceiro capítulo.

Além disso, as *lives* me acenderam uma ideia que me fez enxergar outra forma de realizar o trabalho de campo desta pesquisa em caráter virtual: através da realização de entrevistas por meio de áudio e videochamadas via o aplicativo para *smartphones* *WhatsApp*, uma ferramenta que provavelmente todas as Mães de Maio utilizavam.

Conversei com Débora por telefone e pedi para que ela me enviasse os contatos das Mães de Maio da Baixada Santista que ela já havia dito em 2019 que me enviaria. Assim, Débora gentilmente me passou os contatos das mães com quem dialoguei nesta pesquisa de mestrado, e de outras mães que ainda não tive condições de dialogar. Além

de Débora, Francilene, de forma igualmente gentil, também me passou os contatos de mães de São Paulo e Osasco, bem como de seu pai, Francisco Gomes. Também neste caso, em função de múltiplas razões, não pude conversar com todas aquelas mães para essa pesquisa.

Para esta dissertação, entrevistei três mães e um pai de vítima de violências de Estado, no decorrer de 17 sessões de entrevistas gravadas com duração média de uma hora cada, durante o segundo semestre de 2020. Foram meus interlocutores nestas entrevistas: Jucélia Maria dos Santos, mãe de Emerson dos Santos da Silva; Ilza Maria de Jesus Soares, mãe de Thiago Roberto Soares; Maria Sônia Lins, mãe de Wagner Lins dos Santos; e Francisco Gomes, pai de Paulo Alexandre Gomes.

Das 17 entrevistas gravadas, usei 15 delas para esta dissertação, que totalizam cerca de 15 horas de diálogos. Essas entrevistas foram encontros inicialmente semanais, e posteriormente em intervalos maiores, que fizemos separadamente eu e cada um desses interlocutores em momentos de brechas de suas agendas semanais de trabalho e demais compromissos. Sendo assim, além de Débora, por eu tê-la acompanhado em uma dúzia de eventos em 2019, estas três mães e este pai foram os integrantes do Movimento Mães de Maio que eu mais pude aprofundar em suas histórias, cultivar vínculos e intimidades, e refletir sobre seus *lutos* e *lutas*, e muito daquilo que subjaz a estas questões.

Outra forma de conexão que estabeleci com algumas Mães de Maio, além de eventos, *lives* e entrevistas, foram os livros publicados pelo movimento e matérias jornalísticas, além dos relatórios sobre os Crimes de Maio. Quanto aos livros, refiro-me aos cinco livros que até hoje foram produzidos pelas Mães de Maio³⁷, sendo que destes utilizei quatro nesta pesquisa.

Ao final, realizei uma pesquisa que se dividiu em praticamente metade do campo presencial, e a outra metade virtual. Certamente que a pesquisa *online* impossibilitou realizar certas expectativas em relação à pesquisa *in loco*, como visitar e acompanhar as mães em suas casas e territórios de circulação, mas, por outro lado, diversas outras possibilidades se abriram neste formato.

³⁷ Incluindo um feito em parceria com o coletivo de jornalistas independentes Ponte Jornalismo, *Mães em Luta – Dez anos dos Crimes de Maio de 2006* (JORNALISMO, CARAMANTE, 2016).

Também pude me aproximar e compreender um pouco mais de perto – seja nas atividades presenciais, seja nas virtuais – alguns movimentos e parceiros das Mães de Maio, como a Ponte Jornalismo, o CAAF, a Anistia Internacional³⁸, a Conectas³⁹, a AMPARAR⁴⁰, o IBCCRIM⁴¹, a Cultive⁴², entre diversos outros coletivos, redes e indivíduos que participaram junto às Mães de Maio das referidas atividades acompanhadas para esta pesquisa.

Sem a menor dúvida, o formato da pesquisa virtual impõe dificuldades e exigências tanto ao pesquisador quanto aos seus interlocutores. Tanto as chamadas por vídeo através do aplicativo *WhatsApp* quanto as *lives* através de sites como o *Facebook* e o *YouTube* são ferramentas que exigem das mães não apenas a posse de um aparelho *smartphone* ou de computador, como também certa habilidade no manejo desses dispositivos e ferramentas.

Obtidos esses dispositivos, ferramentas e habilidades, ainda há os desafios impostos pelo próprio formato da interação: as dificuldades derivadas da Internet que podem ocasionar falhas de conexão, as relacionadas à indisponibilidade de fones de ouvido que podem levar a problemas de fala e escuta, barulhos e ruídos advindos do ambiente ao redor e consequente impossibilidade de ouvir certas frases, a sazonalidade que pode atingir a estabilidade das redes através das chuvas em algum dos dois lugares em chamada ou mesmo nos dois, eventuais distrações ocasionadas pelas imponderáveis situações ocorrentes em casa ou no trabalho, o desgaste aumentado em função da dinâmica e da temporalidade mais lentas do encontro virtual.

³⁸ Anistia Internacional é uma Organização Não Governamental (ONG) que lida com questões de direitos humanos e violações de Estado e foi criada em 1961, em Londres, estando presente atualmente em diversos países.

³⁹ A Conectas Direitos Humanos é uma ONG sediada no Rio de Janeiro que atua desde 2001 contra a violência policial. Encomendou, junto ao Laboratório de Análise da Violência (LAV) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), um dos relatórios sobre os Crimes de Maio de 2006 (CANO; ALVADIA, 2008).

⁴⁰ A Associação de Amigos e Familiares de Presos (AMPARAR) é uma organização formada em São Paulo por mães, familiares e amigos de presos e sobreviventes do sistema prisional.

⁴¹ Fundado em 1992, após o Massacre do Carandiru, o Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (IBCCRIM) é a principal associação de juristas no Brasil voltado especificamente à questão das ciências criminais.

⁴² A Cultive – Associação de Cannabis e Saúde é uma organização formada em São Paulo por mães, familiares e usuários da cannabis medicinal.

Não à toa, há dias em que se tornou impossível realizar uma videochamada ou mesmo chamada de áudio, e assim, as conversas tiveram de ser remarçadas. Daí outra exigência que se apresentou, esta não material: paciência e disponibilidade para rearranjar conversas a quase qualquer dia e horário. Afinal, as pessoas muitas vezes possuíam diferentes jornadas de trabalho, com horários disponíveis e indisponíveis variados, com distintas obrigações familiares, domésticas, laborais, políticas e de outras ordens. Tudo isto precisava ser equacionado dentro de uma agenda de pesquisa sempre em recomposição.

Porém, mesmo diante de tais meandros, é possível encontrar possibilidades únicas de proveito na pesquisa por meio do ambiente virtual. Exemplos sutis que me vêm à mente são a possibilidade de dialogar individualmente com pessoas de diferentes lugares em um espaço de tempo muito curto para transitar entre seus endereços, como seria necessário em uma pesquisa presencial; ampliar a disponibilidade para realizar estes diálogos, de acordo com os compromissos de seus interlocutores, por estar a apenas alguns *clicks* de acessá-los; manejar certas ferramentas digitais (como gravadores, blocos de anotações e transcrições simultâneas) de maneira muito mais “navegável”; compartilhar e receber mais facilmente fotos, vídeos, áudios e textos que seus interlocutores guardam em formato digital (como álbuns de fotografias e documentos virtuais).

Mas mais do que estas possibilidades pragmáticas, considero que a ampliação da pesquisa virtual a uma escala de grandes proporções – como a pandemia de COVID-19 pareceu obrigar a quase todos os antropólogos, em que pese em muitos casos uma tal solução não fosse possível – pode vir a superar determinados paradigmas clássicos da antropologia. Apesar de ser tema recente de pesquisas antropológicas, há alguns anos existe uma produção bibliográfica que vem tentando dar conta das implicações deste universo.

Discussões sobre etnografias virtuais, *online*, da Internet e na Internet têm constituído não somente diversos temas de pesquisa, como um estofo analítico para lidar com estas questões. Recentemente, também o antropólogo Daniel Miller trouxe em formato de vídeo algumas reflexões auxiliares para aqueles pesquisadores, como eu, que se viram tendo que lidar pela primeira vez com uma pesquisa em formato virtual, em meio à pandemia (MILLER, 2020).

Apesar de esta literatura em franca consolidação ter desenvolvido importantes contribuições para pensar a pesquisa antropológica em formato virtual, pelo que pude saber até os últimos instantes desta pesquisa, são escassos os trabalhos que tratam sobre o fenômeno das *lives*, que muito se popularizaram com a pandemia do coronavírus. Porém, mesmo dentro deste conjunto de trabalhos, desconheço aqueles que porventura tratem não sobre *lives* de apresentações artísticas e musicais, mas sobre *lives* enquanto atividades políticas.

Considero esta uma distinção fundamental, já que as dinâmicas de ambas as *lives* são severamente distintas. As *lives* políticas realizadas por movimentos sociais, como as Mães de Maio, tentam simular um ambiente de mesa de debate (como se vê em atividades acadêmicas ou políticas) com convidados e um moderador, que media a atividade, dando as explicações necessárias ao público que assiste, passando a palavra em momentos específicos para cada convidado, controlando o tempo de exposição, fazendo uma ou mais sessões de perguntas aos convidados, e monitorando os *chats* das plataformas em que estas *lives* são transmitidas. Além de mediador e convidados, há ainda a participação do público que assiste e muitas vezes interage com os expositores através do envio de mensagens em formato de comentários ou perguntas.

Assim, as *lives* de cunho político e acadêmico são bastante distintas das *lives* artísticas por estas razões, sem contar diferenças em termos de financiamento, público, alcance, linguagem, duração e finalidade. Essas diferenças de formato e conteúdo certamente precisam ser incorporadas na análise, de modo que a análise de cada forma de *live* leve em consideração tal formato que lhe é característico.

É certo que pesquisar via formato virtual, em muitos casos, envolve mais o uso de entrevistas e conversas orais do que propriamente observações de lugares, cotidianos e interações espontâneas. Porém, há casos de pesquisas etnográficas presenciais em que estas observações também não são possíveis, como em algumas pesquisas dentro do sistema prisional, mas emergem ali outras interações significativas e ampliações profundas das possibilidades da pesquisa de campo antropológico (BOLDRIN, 2017).

Para mim, também está claro que as possibilidades de experienciar inclusive lugares não necessariamente envolvem estar lá *in loco*. Yi-Fu Tuan postula que há três distintas formas de experienciar uma cidade: a de um habitante, a de um motorista de táxi e a de um geógrafo que estuda tal cidade e a conhece conceitualmente. Tais distinções

experienciais repousam na ideia de que “experiência é um termo que abrange as diferentes maneiras através das quais uma pessoa conhece e constrói a realidade. Estas maneiras variam desde os sentidos mais diretos e passivos como o olfato, paladar e tato, até a percepção visual ativa e a maneira indireta de simbolização” (TUAN, 1983, p. 9).

Desta forma, mesmo à distância física, é possível construir proximidade afetiva e inteligível, bem como, através de micro telas de *smartphones* ou computadores, uma relação de confiança e colaboração pode ser desenvolvida em torno das histórias dos interlocutores e por ocasião da realização da pesquisa.

A presente dissertação é estruturada em três capítulos. Cada capítulo, por sua vez, encontra-se subdividido em outros tópicos ou subcapítulos. No primeiro capítulo – O parto da dor, o parto da *luta* – narro o processo de constituição do Movimento Mães de Maio. Iniciando a partir da perspectiva das próprias mães, do momento em que ficaram sabendo da morte de seus filhos ou da compreensão em que conseguiram chegar sobre estas mortes, descrevo e comento como as dores e o *luto* de cada uma foi germinando uma nascente unidade entre elas.

Paridas por seus filhos, estas mães transformaram e seguem transformando seu *luto* em *luta* como forma de sobrevivência em um mundo em que parte de si mesma foi arrancada com a morte de seus filhos, e a outra parte que restou teve de rearranjar essa perda em termos de produção de novas formas de ser mãe e *filho*. A consciência mais ampla sobre o que foi o evento que desatou estas perdas, os Crimes de Maio de 2006, só foi obtida posteriormente, e por isto, os relatos mais abrangentes sobre este evento só aparecem como a última parte deste capítulo.

O segundo capítulo, *A democracia das chacinas*, apresenta, no guarda-chuva desta impressionante categoria nativa, como repertórios políticos e de mundo são formados a partir da *luta* das mães, e como outro modo de conceber e narrar a história do Brasil pode ser observado por meio destes repertórios. Após resgatar uma história de mães que *lutaram* e *lutam* contra as violências de Estado no país desde a década de 1970, trago ali um desenvolvimento não linear, mas conectado, mutuamente influenciado e expansível de movimentos de mães que antecederam a emergência das Mães de Maio – e foram peças fundamentais para tal nascimento –, originaram-se simultaneamente a elas e as procederam em sua nascitura.

O fenômeno da *democracia das chacinhas* é apresentado neste capítulo trazendo as análises das Mães de Maio sobre o conteúdo desta categoria nativa, contextualizando os Crimes de Maio em seu interior, e em diálogo com uma literatura acadêmica que oferece algumas contribuições para pensar questões como Estado, políticas de morte, democracia e chacinhas. O desfecho deste capítulo intermediário fica por conta da discussão sobre raça em meio ao conflito de políticas do Movimento Mães de Maio e do Estado: esta como política para a morte, e aquela como política para a vida.

Por fim, no terceiro capítulo – *As mães vão parir um novo Brasil* – dedico-me a trazer a maior parte das questões etnográficas observadas nos trabalhos de campo presencial em 2019 e virtual em 2020. O debate se inicia sobre diversas questões que acompanham a experiência das mães diante da morte: a família, o parentesco, a casa, o sangue, a dor, o trauma, o medo e a religião.

No momento seguinte, penso os desdobramentos daquelas mortes no tempo, refletindo sobre como as Mães de Maio encaram as questões da memória, do território, da relação com os mortos, dos rituais para a dor, da cura, do veneno e das expectativas diante das demandas por reparação que possuem. Por fim, a última e mais substancial parte deste texto aparece como uma discussão que propõe aprofundar a compreensão de *luta* que as Mães de Maio possuem, elencando sua política de alianças, seu combate ao genocídio da população pobre e negra e ao mesmo tempo as suas críticas a alguns setores do movimento negro, aos partidos políticos, ao Estado e à academia.

Capítulo 1 – O parto da dor, o parto da *luta*

Eu não posso ser pessimista porque estou vivo. Ser pessimista significa que você concordou que a vida humana é um assunto acadêmico. Então eu sou forçado a ser otimista. Sou forçado a acreditar que nós podemos sobreviver ao que devemos sobreviver
(James Baldwin)

O primeiro capítulo desta dissertação está estruturado em três subcapítulos: *O dia mais triste da minha vida*, Mães paridas por seus filhos: o Movimento Mães de Maio, e Os Crimes de Maio de 2006. Início tratando sobre os dias em que estas mães souberam dos assassinatos de seus filhos, como se conheceram e passaram a caminhar juntas. Em seguida, trago reflexões no segundo subcapítulo sobre dois elementos que derivam da apresentação que o Movimento Mães de Maio faz de si próprio: a perda e a maternidade. E então concluo o capítulo inicial discutindo o que foram os Crimes de Maio de 2006, sob as narrativas das Mães de Maio, em diálogo com algumas matérias jornalísticas, relatórios e trabalhos acadêmicos que abordaram o tema e assuntos relacionados.

Alguns leitores podem sentir que esse capítulo pode aparentar ser dois capítulos, um sobre a discussão de maternidade e perda, e outro sobre procedimentos históricos do Estado brasileiro. O modo de exposição adotado neste capítulo certamente pode causar esta impressão, contudo, ele tem uma razão de ser, que não é esta possível impressão.

Tal escolha expositiva se deu em função de minha inclinação em apresentar ao leitor, já no capítulo inicial, um panorama geral das Mães de Maio e dos Crimes de Maio. Deste modo, enfatizei ora as mães, ora as ações de Estado em cada subcapítulo desta parte inicial, alternando o enfoque entre esses dois “polos” – mães e Estado – que atravessam todos os demais capítulos aparecendo de maneira melhor distribuída na exposição.

Isto porque minha ideia nesta dissertação não era separar um capítulo sobre maternidade, e outro sobre Estado, violência ou genocídio, mas tentar fazer essa discussão de maneira concatenada em todos os capítulos, ainda que dando enfoque a um ou outro aspecto em cada tópico de cada capítulo.

Devo ainda advertir aos leitores que este capítulo inicial também não tem a pretensão de esgotar uma discussão sobre a noção de maternidade, e tampouco ele esmiuçará esta noção a partir das concepções das Mães de Maio. Como a noção de maternidade destas mães é forjada em sua *luta*, trarei mais elementos de como as Mães

de Maio pensam a questão da maternidade no terceiro capítulo, em que discuto com mais afinco a questão da *luta* desse movimento.

Sendo assim, o debate sobre maternidade neste primeiro capítulo é fundamentalmente uma articulação entre diferentes autores que tanto fornecem uma base teórica acadêmica para pensar o tema, como permitem serem citados por proporem conceitos e compreensões que ensejam um diálogo com a definição das Mães de Maio sobre o que é este movimento. Assim, os leitores não devem estranhar aparecerem menos falas das Mães de Maio e mais trechos de autores acadêmicos neste início de dissertação, pois aquelas falas serão devidamente trazidas e analisadas nos capítulos seguintes.

Ao debater sobre maternidade, dou ênfase a duas experiências distintas, mas muitas vezes bastante compartilhadas, a respeito do que é ser mãe nas periferias: a perda do filho e a mãe preta. De antemão, considero importante esclarecer que quero tratar sobre algumas das características dessas experiências, e sobre os efeitos de suas combinações, que são expressos em histórias como a de Débora, mas entendo que esses distintos fenômenos (maternidade preta e perda na maternidade) não podem simplesmente comutarem um ao outro, já que não necessariamente estas experiências se cruzam e passam a coexistir a partir daí.

Outro tema que teço algumas discussões neste capítulo, de forma intimamente relacionada com o da maternidade, é a dor. Há uma relação de ausência e presença na exposição sobre a dor que realizo neste capítulo. Ausente se encontra um debate mais substancial sobre a dor da parturiente que pare seu filho como um aspecto significativo da maternidade⁴³. Presente se encontra uma discussão sobre a dor da perda do filho que parte assassinado.

Por isto, este capítulo lida não com a dor do parto, mas com o parto da dor, uma dor provocada pela perda violenta de um filho, refletindo o que esta dor e esta perda parem em termos da vida daquela mãe que permanece após a morte de seu filho. Em todo

⁴³ Lanço algumas palavras sobre isto no capítulo final, a partir de comentários de algumas Mães de Maio a respeito da experiência de sua gestação e do parto de seus filhos como questões marcantes da maternidade.

caso, posso antecipar que a dor do parto compõe a dor da perda⁴⁴, conforme é compreendido pelas Mães de Maio.

O dia mais triste da minha vida

*Chapa, ontem o sol nem surgiu, sua mãe chora / Não dá pra esquecer que a /
dor vem sem boi / Sentiu, lutou, ei djow, ilesa nada / Ela tá presa na de que /
ainda vai te ver⁴⁵
(Emicida)*

Débora Maria da Silva faz aniversário no dia 10 de maio e costumava comemorar sua data de nascimento com o dia das mães, no segundo domingo desse mês. Ela assim o fazia até 14 de maio de 2006, quando, em um domingo de dia das mães, reuniu em sua casa em Santos (SP) suas duas filhas, seu filho Edson Rogério Silva dos Santos, e seus netos. A comemoração destas datas com a família reunida era um momento de grande felicidade para Débora. Posteriormente, este dia também seria marcado de outra forma. “Nunca poderia imaginar que seria o último dia mais feliz da minha vida” (MÃES DE MAIO, 2011a, p. 24).

O último dia mais feliz da vida de Débora antecedeu o dia mais triste de sua vida. Na noite daquele domingo, seus filhos foram para suas casas, inclusive Rogério, que avisou Débora de que dormiria na casa que eles haviam comprado, mas ainda estava em reforma, para saírem do aluguel. Rogério costumava passar a noite nesta casa em obras, pois tinha medo de que os materiais de construção comprados com muito sacrifício fossem subtraídos.

Além deste motivo, Rogério informou Débora de que dormiria lá naquela noite porque iria trabalhar no dia seguinte. Débora reclamou com seu filho, questionando-o por que ele iria trabalhar se estava com atestado médico, após ter feito uma cirurgia dentária e ficado com 15 pontos na boca. Rogério então lhe disse: “mãe, estou com medo de perder o serviço” (*ibid.*, p. 24).

⁴⁴ Claro que isto só é verdadeiro para as mães que pariram seus filhos, uma vez que nem todas as mães passaram pelo parto, mas se tornam mães pelo cuidado e pela criação do filho. Neste sentido, a dor da perda é a única que liga todas estas mães, e não a dor do parto. Por isso também o foco deste capítulo na perda.

⁴⁵ Trecho da letra da música “Chapa”, de Emicida, com a participação de mães de vítimas da violência do Estado brasileiro. Videoclipe oficial disponível em: <https://youtu.be/qjFQA9MswkM>

No dia seguinte – na manhã de segunda-feira de 15 de maio de 2006 – Débora recebeu um telefonema de um parente policial militar dizendo para que ela avisasse ao genro dela que tomasse cuidado, “não ficasse marcando bobeira na rua, pois quem estivesse na rua seria considerado inimigo da polícia”. E complementou: “avise também para as pessoas de bem, não para ‘lixo’” (*ibid.*, p. 24).

Imediatamente preocupada, Débora passou o dia tentando falar com o filho Rogério para passar o recado, sem obter sucesso. Os telefones estavam mudos e “a situação era desesperadora: parou ônibus, fecharam os comércios, pessoas assustadas nas ruas” (*ibid.*, p. 24). Por volta das 22h, após um dia de trabalho, Rogério apareceu na casa de Débora atrás do antibiótico que havia esquecido lá no domingo, quando ela o indagou: “o que você está fazendo na rua? Não está vendo como está essa situação?” (*ibid.*, p. 25).

Tentando tranquilizá-la, Rogério respondeu: “não precisa se preocupar com essas coisas, mãe. Já estou indo” (*ibid.*, p. 25). Pediu a Débora 10 reais para pôr gasolina em sua moto e foi embora para outra vez passar a noite na casa em reforma. “Fiquei muito apreensiva, não consegui mais dormir, fiquei a noite toda acordada, esperando o dia amanhecer para tentar ligar para ele” (*ibid.*, p. 25).

Na manhã seguinte – terça-feira do dia 16 de maio de 2006 – Débora ligou o rádio na programação policial que ela tinha o costume de ouvir, quando escutou o repórter anunciar: “houve uma matança em nossa região, com 16 pessoas mortas”, e passou a ler os nomes das vítimas de cada cidade da Baixada Santista, a começar por Santos. Ouvindo para verificar se conhecia alguém, escutou o nome de seu filho Rogério como o terceiro da lista.

Enlouqueci. Parecia que o mundo tinha desabado em cima de mim. Não acreditava, mas logo veio a confirmação. Sofri muito, mas muito mesmo. Imagine uma mãe receber a notícia da morte de seu filho pelo rádio! Passei alguns dias sem comer, sem dormir, tentava uma explicação: por que fizeram isso? (*ibid.*, p. 25).

Seu filho Edson Rogério Silva dos Santos tinha 29 anos, trabalhava como garí há seis anos, era pai de um menino à época com três anos de idade, e foi assassinado na noite de 15 de maio de 2006. Sem saber o porquê de terem matado o seu filho, Débora passou por um intenso processo depressivo: “durante 40 dias eu vegetei, acabei me hospitalizando, mais ou menos por 10 dias” (*ibid.*, p. 25).

Após dias internada, viu o seu filho Rogério na cama do hospital, e após pensar que poderia estar delirando, sentiu-o a agarrar pelos braços e o ouviu dizer: “mãe, levanta e vai à luta que eu preciso de justiça, mas a senhora tem o dom para fazer a transformação e lutar pelos que estão vivos” (NÃO SAIA HOJE, 2016). Ao sentir as marcas da mão de seu filho em seu braço, Débora entendeu a mensagem trazida por ele, decidiu se levantar e obteve forças para seguir em frente. “Me levantei mesmo. No dia seguinte recebi alta. Fui pra casa e, passando mais ou menos uma semana, fui à procura das outras mães que tinham perdido seus filhos também” (MÃES DE MAIO, 2011a, p. 25).

A primeira que encontrou foi Ednalva Santos. Seu filho, Marcos Rebelo Filho, havia sido assassinado no dia 14 de maio de 2006, no dia das mães, aos 26 anos. Marcos trabalhava como balconista e, na saída de uma *lan house* em Santos, foi alvejado à queima-roupa com nove tiros, sendo oito deles por trás e três na cabeça (CAAF-UNIFESP, 2019, p. 118). A vida de sua família foi permanentemente alterada desde aquele momento em que “apareceram os Ninjas (grupos de extermínio da Baixada Santista), policiais sem escrúpulos, para tirarem a vida de meu filho, que foi ceifada por estes marginais de farda bem no Dia das Mães, que hoje para mim nem existe mais” (MÃES DE MAIO, 2011a, p. 27).

Débora utilizou como estratégia para convencer às mães a se juntarem a ela o argumento de que poderia ajudá-las a encontrar justiça.

Eu fui atrás de uma primeira mãe, a Ednalva, falando pra ela que eu conhecia a justiça. Eu conhecia pessoas, né?⁴⁶ Mas eu era leiga, eu não entendia de fato o que eu conhecia. A gente só soube o que era justiça - que era injustiça, né, pra dizer a verdade - quando a gente viu que as portas que a gente batia não abria. Mas eu falava pra Ednalva que eu sabia onde era o caminho da justiça e fomos atrás de outras mães porque a gente vimos que aparecia, assim, no cotidiano, nas matérias de jornais e enfim, que tava ocorrendo uma matança e a gente vimos as mães no decorrer da semana chorando pela morte dos filhos e tudo (DIREITOS HUMANOS..., 2020).

Acompanhando pelos noticiários e jornais, Débora ia identificando outras mães que tiveram seus filhos assassinados nestes dias, e ia atrás de cada uma delas. Juntamente com Ednalva, encontrou Vera Lúcia Andrade de Freitas, mãe de Mateus Andrade de Freitas. Após três dias de um dia das mães muito feliz, Mateus, que era estudante e representante de vendas, foi assassinado – com três balas entre a cabeça e o pescoço

⁴⁶ Débora se referia aos quatro parentes que possui que eram policiais militares.

(CAAF-UNIFESP, 2019, p. 150) – em 17 de maio de 2006, aos 22 anos de idade, no dia do aniversário de seu pai, João Inocêncio Correia de Freitas.

Nesse dia o meu filho Mateus foi à escola e, chegando lá, encontrou seu amigo Ricardo que estudava na mesma classe. Os dois foram dispensados, juntamente com os outros alunos, sem justificativa nenhuma. Mais tarde eu soube que a direção da escola havia recebido um telefonema, ordenando “toque de recolher”. Mateus e Ricardo foram então à Pizzaria do Bairro, conversar com os amigos, lá onde foram assassinados por indivíduos encapuzados sobre motos (MÃES DE MAIO, 2011a, p. 28).

A partir daí, Débora localizou uma quarta família de vítimas de homicídio ocorrido nesta mesma semana. Tratava-se de um pai que, segundo uma reportagem publicada em um jornal na Baixada Santista, teria visto da laje de sua casa o filho ter sido assassinado. Ao encontrar este pai, Débora constatou que a história divulgada no jornal não era verídica. Este pai não havia perdido o seu filho, mas conhecia uma mãe que tinha perdido a filha. “Eles também falaram que os filhos conheciam a mãe da grávida, a Vera Gonzaga, a mãe da Ana Paula, grávida de nove meses, que foi executada também no dia 15, no mesmo dia do meu filho” (DIREITOS HUMANOS..., 2020).

Vera Lúcia Gonzaga dos Santos havia perdido grande parte de sua família de uma só vez. No dia 15 de maio de 2006, Ana Paula Gonzaga dos Santos, de 19 anos, sua filha, e Eddie Joey de Oliveira Lavezaris, 22, seu genro, estavam a caminho de um mercado na vizinhança, quando foram executados por dois homens encapuzados. Ana Paula estava grávida de nove meses de Bianca, cujo parto estava marcado para o dia seguinte (MÃES DE MAIO, 2019). Ana Paula recebeu cinco tiros, incluindo um na barriga, e Eddie foi alvejado oito vezes, sendo um por trás da cabeça, três no peito, dois nas costas e dois nas mãos (CAAF-UNIFESP, 2019, p. 133).

Débora foi atrás desta quarta mãe, Vera Gonzaga. “Quando eu cheguei na casa da Vera Gonzaga, fui eu e a Vera Freitas atrás da Vera Gonzaga, porque a Ednalva, a primeira mãe, não foi. E quando eu cheguei lá que eu vi a Vera, a Vera falou assim pra mim: ‘vocês estão querendo virar Mães de Acari?!’” (DIREITOS HUMANOS..., 2020). Débora não conhecia a história das Mães de Acari, e não soube como responder à indagação de Vera. “Mas eu não me intimidei, não. Eu era uma pessoa muito pacata, depois a gente conversava muito, se encontrava nas casas” (*ibid.*).

A partir do encontro destas quatro mães, formou-se um grupo ainda sem nome, mas que representava uma organização de familiares de pessoas assassinadas durante esta

semana de maio de 2006. Sem saberem ainda a extensão dos assassinatos e das suas causas, estas mães, todas residentes em regiões periféricas na Baixada Santista de São Paulo, se uniram e saíram em busca de informações sobre o que havia acontecido, tentando encontrar outras mães e acessar o sistema de justiça.

Seguindo estes dois objetivos, viram que precisariam sair de Santos e da Baixada Santista para irem até São Paulo. Em uma matéria de jornal, leram que havia familiares de vítimas em São Paulo. O caminho entre a Baixada e a capital paulista é dividido por uma Serra, conectada pelas rodovias SP-160 (mais conhecida como Rodovia dos Imigrantes) e SP-150 (denominada Rodovia Anchieta), que compõem o Sistema Anchieta-Imigrantes, passando pelo ABC Paulista.

Para quem sai de Santos, chegar a São Paulo envolve subir cerca de 850 metros de altura na Serra, percorrer aproximadamente 80 km de distância e quase 2 horas de locomoção para chegar até o Centro da capital paulista, utilizando como transporte um ônibus que vai da Rodoviária de Santos ao Terminal Jabaquara (em SP), e o metrô da estação Jabaquara ao seu destino em São Paulo⁴⁷.

A maior parte das pessoas que fazem este percurso no sentido São Paulo -> Santos, direcionam-se para as praias da Baixada. Já no sentido inverso, Santos -> São Paulo, a motivação principal costuma ser o trabalho. Mas Débora, que nasceu em Recife (PE) e foi morar em Santos quando ainda era criança, jamais havia feito este trajeto até São Paulo. “Eu nunca tinha subido pra ver meu filho mais velho com 29 anos, eu nunca tinha ido pra São Paulo. Eu tinha muito medo – ainda tenho um pouco de trauma, assim entre aspas, né – de subir pra São Paulo e me perder” (*ibid.*).

Este medo em relação a se perder em São Paulo era algo que Débora aprendeu ouvindo histórias de seu pai. “Meu pai falava que quem se perdia em São Paulo, não voltava mais pra casa. Eu fui criada com isso na cabeça, mas a dor falou mais alto, nós subimos para São Paulo e desci em todas as estações do metrô, nunca tinha visto aquilo, metrô, e com medo de se perder” (*ibid.*).

⁴⁷ Desconsiderando-se o tempo de deslocamento em Santos, até chegar a rodoviária, e a eventual necessidade de utilizar um ônibus em São Paulo para chegar a um determinado destino, saindo de uma estação de metrô.

Além de irem em busca de outras mães, Débora, Ednalva, Vera Freitas e Vera Gonzaga entenderam que precisariam ir a São Paulo em sua busca por justiça. Débora afirmou que “percebemos que não havia interesse em solucionar os crimes em Santos. Então subimos para São Paulo com dois endereços: o do Condepe (Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana)⁴⁸ e o da Ouvidoria da Polícia do Estado de São Paulo⁴⁹, que pegamos em um jornal” (MODELLI, 2016).

Ao chegarem em São Paulo, a primeira parada foi a Ouvidoria de Polícia de SP. “Nós fomos na ouvidoria da polícia. A gente fomos acompanhada pelo ouvidor e o ouvidor deu toda a dica. Chegamos na ouvidoria da polícia, depois da ouvidoria da polícia, nós fomos no CONDEPE [...] e lá nós encontramos as quatro mães [de São Paulo]” (DIREITOS HUMANOS..., 2020), contou Débora.

O ouvidor da polícia recomendou a elas que procurassem também por uma jornalista que possuía experiência em lidar com questões envolvendo direitos humanos. “Encontramos a ex-jornalista, que era ex-presidente do CONDEPE na época. Ela estava lá, nos recebeu bem e mostrou o livro ‘Crime de Maio’ e ela perguntou pra mim quem matou meu filho?” (*ibid.*)

A essa altura, Débora já havia investigado independentemente, tal como as demais mães que a acompanhavam, e descoberto que seu filho fora assassinado por um policial. Após ter saído da casa de sua mãe, na noite de 15 de maio, Rogério foi até um posto de gasolina colocar combustível em sua moto com o dinheiro que havia pegado emprestado com Débora. Ao chegar lá, foi abordado por um policial:

o policial que pegou o meu filho na abordagem no posto de gasolina antes de matar, meu filho falou “eu sou trabalhador”, ele [policial] falou “eu sou o que?”, meu filho falou “eu sou trabalhador, eu vim na rua porque eu vim buscar o remédio amoxicilina na casa da minha mãe”. Ele [policial] falou “morreu, você é ladrão!”. Meu filho foi sentenciado. Mas ele não só falou “morreu, você é ladrão!”. “Neguinho!”, diminuindo meu filho. Nunca deixe, um preto, nunca

⁴⁸ Criado pela Lei nº 7.576/1991, e sediado no bairro do Santa Ifigênia (SP), o CONDEPE tem entre suas finalidades investigar violações de direitos humanos em todo o estado de São Paulo, encaminhar estes casos às autoridades competentes e acompanhá-los, bem como atuar no sentido da garantia dos direitos humanos a toda população.

⁴⁹ Criada pelo Decreto nº 39.900/1995, a Ouvidoria de Polícia do Estado de São Paulo foi a primeira do país, e ela é uma espécie de *ombudsman* (setor ou cargo responsável pelo recebimento de críticas nas empresas) da segurança pública no Estado. Atua através do recebimento de denúncias contra as forças policiais e devendo encaminhar estes casos às autoridades competentes. Em tese, a Ouvidoria é independente das instituições policiais, e o ouvidor é escolhido pelo governador do estado a partir de uma lista tríplice elaborada pelo CONDEPE (OUVIDORIA, s/d).

deixe ser chamado de “neguinho” ou nem de “pretinho”, que é diminuição, criminalização (DÉBORA MARIA, 2019b).

Débora então contou para a jornalista como seu filho tinha sido morto, e “ela perguntou do que eu trabalhava? Eu falei pra ela assim: ‘eu faço artesanato. Eu faço artesanato’” (DIREITOS HUMANOS..., 2020). A jornalista, considerando Débora uma mulher “muito simples”, questionou-a “se eu conhecia a luta das mães da Argentina. Eu também falei que não. Aí ela pegou e falou assim: ‘as mães da Argentina, elas lutam pelos filhos desaparecidos até os dias de hoje. E vocês também têm que lutar!’” (*ibid.*).

A jornalista ainda lhe disse: “se a senhora não lutar e não se organizar, e não juntar as outras mães, não vai acontecer nada” (NÃO SAIA HOJE, 2016). Tal jornalista em questão era Rose Nogueira, militante há décadas pelos direitos humanos, então presidente do Grupo Tortura Nunca Mais (GTNM), ex-participante da Ação Libertadora Nacional (ALN) no período da ditadura militar⁵⁰ e ex-presidente do CONDEPE.

Posteriormente, Débora contou que foi a partir daquele momento que “eu encontrei um horizonte né, nessa luta que é a luta das Mães de Maio. Sozinha eu jamais iria encontrar, porque quando se perde um filho, a gente não tem chão, a gente fica sem rumo” (*ibid.*). Seu encontro com Rose foi considerado determinante para poder seguir sua unificação com outras mães, e constituírem assim uma *luta* coletiva. “E se eu não tivesse encontrado essa companheira, que lutou no passado e luta no presente até hoje, jamais eu poderia tá aqui dizendo o que significa esse espaço” (*ibid.*)⁵¹.

Esta ida a São Paulo demonstrou para as mães que elas tinham um longo caminho pela frente. Teriam de refazer este trajeto Santos x São Paulo, bem como São Paulo x Santos, que em princípio parecia tão desconhecido e assustador, inúmeras outras vezes. Na verdade, os caminhos que estas mães tomariam ainda as levariam não apenas para São Paulo, mas para diversas outras cidades do Brasil, e mesmo para outros países. Um mundo inteiro se abriu para estas mães. “São Paulo ficou pequeno, Brasil ficou pequeno e a gente ultrapassamos a fronteira, porque nós tivemos uma visibilidade” (*ibid.*).

E assim, “foi a partir dessas quatro mulheres que lutavam por justiça pelo assassinato dos filhos que surgiu o Movimento Mães de Maio” (CAAF-UNIFESP, 2019, p. 87). O nascimento do Movimento Mães de Maio é um marco na história recente do

⁵⁰ Presa de 1969 a 1970, foi companheira de cela da atual ex-presidente Dilma Rousseff.

⁵¹ Débora chama Rose Nogueira de *madrinha* do Movimento Mães de Maio, utilizando mais uma categoria de parentesco em um sentido político neste movimento.

Brasil⁵². Entender como estas mães transformaram *o dia mais triste* das suas vidas em razão de uma união e *luta* que atravessam os anos construindo repertórios políticos de compreensão de mundo, é uma das tarefas que almejo alcançar nesta pesquisa. Para isto, parece-me indispensável olhar um pouco mais de perto os efeitos em torno do nascimento deste movimento de mães.

Mães paridas por seus filhos: o Movimento Mães de Maio

El ejemplo admirable de las Madres de la Plaza de Mayo está ahí como algo que se llama dignidad, se llama libertad y sobre todo se llama futuro
(Julio Cortázar)

A dor de uma mãe só outra que cura
(Débora Maria da Silva)⁵³

O Movimento Mães de Maio é uma das principais redes de luta por direitos humanos, direito à memória e contra as violências de Estado no Brasil⁵⁴. Nas palavras das próprias mães, “o movimento Mães de Maio é uma rede de Mães, Familiares e Amig@s de vítimas da violência do Estado Brasileiro (principalmente da Polícia), formado aqui no estado de São Paulo a partir dos famigerados Crimes de Maio de 2006” (MÃES DE MAIO, 2011a, p. 20). Ao tomarem este evento como catalisador desta rede de mães, familiares e amigos, consideram que “foi a partir da Dor e do Luto gerado pela perda de noss@s filh@s, familiares e amigos que nos encontramos, nos reunimos e passamos a caminhar juntas (*ibid.*, p. 20).

Quero começar o debate deste tópico, destinado a pensar alguns elementos constitutivos e significativos deste movimento de mães, refletindo a partir da própria apresentação acima, e dela destacando dois aspectos. O primeiro, aquele que reuniu essas

⁵² E não me refiro aqui somente a uma história particular das periferias. Quero insistir que para se compreender alguma coisa que possa ser chamada de “história geral” desse país, é preciso considerar histórias tão paradigmáticas do Brasil como o é a do Movimento Mães de Maio.

⁵³ Quando trago duas epígrafes, não há nenhuma ordem hierárquica entre a que vem primeiro e a que vem em seguida. O critério que utilizei para ordenar as epígrafes é: primeiro, mensagens sobre questões mais amplas; segundo, mais concretas e específicas, que servem como uma ligação direta e estímulo introdutório ao texto.

⁵⁴ Entendo por “violências de Estado” atos violentos cometidos por agentes estatais, que podem ser feitas de maneira legal ou ilegal, e usufruírem de legitimidade pública ou não. No que se refere aos seus efeitos, e como pretendo tornar mais concretamente visível no decorrer desta dissertação, tenho acordo com Sanjurjo e Feltran em sua compreensão de que as violências de Estado “se produzem como modo de sustentar uma fronteira no acesso ao ‘direito a ter direitos’, ou seja, uma fronteira que reivindica uma clivagem, quase sempre figurada no plano da natureza, entre os que pertencem à comunidade política e por isso devem ser protegidos, daqueles que a ameaçam e devem ser combatidos” (SANJURJO; FELTRAN, 2015, p. 43).

mães, por ser um ponto em comum entre elas, é a perda. Tal como Grace Cho (2008), observo a perda como algo que também possui uma dimensão produtiva. Nesta medida, a perda é encarada pelo que permanece e se altera, afinal, trata-se da perda que instaura a dúvida sobre o quem é esse “eu” (BUTLER, 2019)⁵⁵.

O “eu” pós perda é tanto diferente daquele que antecede ao episódio que levou um outro a ser perdido, como é também a fonte de saber aquilo e aquele que se perdeu. Afinal, “o que se perde é conhecido apenas pelo que resta, pela forma como esses restos são produzidos, lidos e mantidos” (ENG; KAZANJIAN, 2003, p. 2, tradução minha). É neste sentido que a perda produz em quem ficou a possibilidade de acesso a quem foi perdido. Ela conecta quem partiu e quem permaneceu, “a perda nos transformou em um tênue ‘nós’” (BUTLER, 2019, p. 40).

Diante disso, a perda se torna constitutiva de quem restou, e estabelece obrigações morais dos vivos para com os mortos, constituindo “obrigações morais para com mortos e vivos e, por fim, o próprio sentido dessas ‘lutas’ estabelecidas a partir e contra a perda” (VIANNA; FARIAS, 2011, p. 85-86). A *luta*, portanto, se tornou o efeito consecutivo das mães que se transformaram na perda e passaram a coletivizar seus mortos e(m) suas vidas. Antes de prosseguir, antecipo que essas ligeiras palavras sobre a dor, o *luto* e a perda serão complementadas no terceiro capítulo, saindo deste modo mais abstrato em lidar com a perda para chegar a uma discussão mais concreta, analisando estas questões no contexto das ações de *luta* das Mães de Maio.

O segundo elemento que a apresentação das Mães de Maio suscita está carregado na nomenclatura do próprio movimento: a condição de “mãe”. Em seu trabalho de impacto internacional, Elisabeth Badinter (1985) demonstrou a construção histórica, na sociedade francesa, da ideia de “propensão natural” e “desejo natural” que supostamente haveria em toda mulher em relação a ser mãe, bem como das próprias representações sobre a maternidade. A maternidade, portanto, foi apontada socialmente e problematizada, e reforçou-se enquanto campo de discussão em torno de suas inúmeras questões (BADINTER, 1985).

⁵⁵ Butler indaga: “não é como se um ‘eu’ existisse independentemente aqui, e então simplesmente perdesse um ‘você’ ali, especialmente se o apego ao ‘você’ é parte do que compõe o ‘eu’”. Se eu perco você, nessas condições, não apenas passo pelo luto da perda, mas torno-me inescrutável a mim mesmo. Quem ‘sou’ eu, sem você? Quando perdemos alguns desses laços que nos constituem, não sabemos quem somos ou o que fazer” (BUTLER, 2019, p. 42).

Anne Higonnet afirmou que a imagem da mulher no Ocidente foi construída em torno de três ideias: a da madona, a da puta e a da musa (HIGONNET, 1991). Quando nos referimos a mães, a figura da puta não é associada no imaginário coletivo, uma vez que haveria uma dissociação entre a figura da mulher sexualizada e a da mãe. A mãe, portanto, remeteria, neste esquema, às imagens da madona ou da musa. Vista como musa, a mãe remete a um ideal de maternidade que, pela transmissão de “valores maternos”, constrói justiça com o cuidado (HIGONNET, 1991).

Partindo deste esquema conceitual, Freitas propôs que a imagem da madona se divide em duas: “a mãe sofredora, a mater dolorosa e - consequência dos tempos atuais - a imagem de uma mãe lutadora, uma mãe guerreira” (FREITAS, 2002, p. 80). Nesta perspectiva, a autora relata criticamente que “mãe é a que chora, que sofre, que tem o avental ‘todo sujo de ovo’, que ‘padece no paraíso’, a ‘rainha do lar’, que se sacrifica pelos filhos, a compadecida que tudo perdoa; enfim, que os ama acima de tudo” (*ibid.*, p. 80).

Mais do que entrar nas lógicas explicativas que envolvem estas categorias e esquemas, o meu interesse é, ao mencionar a existência destas imagens, consecutivamente borrar as suas fronteiras, assim como as suas próprias homogeneidades estanques, trazendo outras compreensões sobre a figura da mãe e da maternidade, calcadas, inclusive, no Movimento Mães de Maio.

Neste exercício, vejo como indispensável colocar que, no Brasil, a discussão sobre maternidade envolve também um debate sobre raça e racialidade. E isto não apenas porque as mulheres negras compreendem parte significativa da população brasileira, mas também porque a imagem da “Mãe Preta” foi objeto de discursos e imaginações políticas que atravessaram a história do país.

Paulina L. Alberto classificou diferentes abordagens, no interior na sociedade e do movimento negro brasileiros, sobre a figura da Mãe Preta, em três momentos do século 20: as décadas de 1920-1930, as de 1940-1950 e as de 1970-1980. Nos anos 1920, setores da imprensa negra de São Paulo e parte da elite branca paulista encamparam uma campanha pela comemoração da figura da Mãe Preta “como um emblema da irmandade harmoniosa que unia brasileiros brancos e negros” (ALBERTO, 2014, p. 380).

Calcada em ideias de cordialidade e fraternidade racial, a figura da Mãe Preta foi criada como um símbolo associado ao discurso da democracia racial e do negro como ser

sentimental, e que, sobretudo através de intelectuais brancos, tomava a Mãe Preta como modo de exaltação do “conforto” e da “opulência” que a mulher negra oferecia às crianças, por meio de seu colo, de seu seio, de seu leite e de seu cuidado.

A partir de 1945, com o fim da Segunda Guerra Mundial e com a propagação midiática do ideário da “democracia” a nível internacional, e com os novos intentos científicos de investir no combate ao racismo⁵⁶, o movimento negro brasileiro se apropriou do discurso da democracia racial para reivindicar direitos reais para a população negra, ao mesmo tempo em que a figura da Mãe Preta teve a sua iteração elogiosa cada vez mais expirada⁵⁷.

Com a emergência da ditadura militar, e com as adversidades para sustentar a defesa de direitos considerados democráticos, houve uma mudança nesta postura do movimento negro, que passou a não enxergar mais na apropriação do discurso da democracia racial esta possibilidade reivindicativa de outrora. E isto sobretudo porque o próprio regime militar, por mais ironicamente que fosse, se apegava ao ideário da democracia racial – uma democracia racial que existiria sem uma democracia.

Neste quadro, nos anos 1970 o movimento negro desenvolveu uma leitura da democracia racial como um mito, sob influência das abordagens de autores como Florestan Fernandes e Abdias do Nascimento, e adotou uma postura crítica não somente a este denominado mito, como também à própria figura da Mãe Preta. Sob esta crítica, enfatizava-se que o manto deste símbolo representava uma romantização de relações raciais profundamente desiguais e violentas, símbolo este que teria servido como baluarte para o mito da democracia racial.

Desta maneira, a figura da Mãe Preta, ao longo dos anos, caiu cada vez mais em desuso no discurso público, na sociedade de modo geral⁵⁸ e especialmente no interior do movimento negro (MN). Porém, na esteira do argumento de Alberto, também não

⁵⁶ Capitaneado em iniciativas promovidas por instituições como a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), que, inclusive, contou com a participação de cientistas das mais diversas áreas nestes eventos, com destaque para o antropólogo Claude Lévi-Strauss com seu texto *Raça e História* e com seu texto e seminário *Raça e Cultura*.

⁵⁷ A notória exceção eram os movimentos de candomblé, que mantiveram a associação entre a figura da Mãe Preta com a das mães de santo. Sobre isto, cf. Matory (2005) e Agier (1996) *apud* Alberto (2014).

⁵⁸ Sem nenhuma dúvida, a figura da Mãe Preta ainda incidiu como representações dos produtos culturais do capital comunicacional, a exemplo de telenovelas, por mais um extenso tempo. E, na realidade, não penso que esta imagem esteja absolutamente extinta, já que seus usos ainda se fazem possíveis, mesmo que em proporção muito distinta às décadas antecedentes a 1980.

coaduno com a tentadora interpretação de que estas diferentes abordagens representaram um salto evolutivo no debate ora posto⁵⁹.

Mesmo no início do século, a posição elencada pelo movimento negro foi também a de denúncia do racismo, certamente que sob outras estratégias, que envolviam reconhecer que “nos anos 1920, quando as ciências médicas e sociais endossavam ideologias racistas dominantes, os escritores negros procuraram afirmar seu pertencimento apelando para o que percebiam como uma alternativa à ciência: o sentimento” (*ibid.*, p. 385).

Como se vê, o debate sobre a Mãe Preta revela algo além dele mesmo. Fala também sobre lutas do movimento negro e histórias das relações raciais no Brasil – o que não é nada mais do que a história geral deste país. Outra demonstração da profusão deste debate foi oferecida por Lélia Gonzalez que, pertencente que era a esta geração do MN dos anos 1970-80, proporcionou uma contribuição singular a este tema.

Discutindo sobre as noções de mulata, doméstica e mãe preta, e trazendo – como de costume em sua produção intelectual – uma reflexão que envolve raça, gênero e classe, Gonzalez trata, em seu texto *Racismo e sexismo na cultura brasileira*, como as mulheres negras constituíram não apenas um parentesco familiar, mas também um parentesco simbólico em relação à cultura brasileira.

Neste sentido, ao tratar sobre a mãe negra, Lélia fala de maternidade, entendida aqui na lógica do cuidado, seja voltado ao próprio filho negro, seja ao filho dos brancos. Com isto a autora não endossa nem a concepção romântica dos brancos, e nem a visão hostil de alguns negros, em relação à mãe preta. “O que a gente quer dizer é que ela não é esse exemplo extraordinário de amor e dedicação totais como querem os brancos e nem tampouco essa entreguista, essa traidora da raça como que[re]m alguns negros muito apressados em seu julgamento. Ela, simplesmente, é a mãe” (GONZALEZ, 1984, p. 235).

Evidentemente, Lélia está nos falando aqui algo mais sobre a maternidade. Considerando que o parto não é o suficiente para a definição da mãe, a autora expõe do seguinte modo quais são as implicações desta perspectiva diante da história das relações

⁵⁹ Alberto esclarece esta postura nos seguintes termos: “No fim, o que mudou de uma geração para outra – dos anos 1920 para os anos 1940 e finalmente para os anos 1970 – não foi o nível de esclarecimento, sofisticação ou consciência política dos ativistas. Foram, antes, os discursos dominantes sobre raça, racismo e cidadania no Brasil, que, por sua vez, demandaram novas abordagens políticas” (ALBERTO, 2014, p. 396).

raciais no Brasil: “que[m] é que amamenta, que dá banho, que limpa cocô, que põe prá dormir, que acorda de noite prá cuidar, que ensina a falar, que conta história e por aí afora? É a mãe, não é? Pois então. Ela é a mãe nesse barato doido da cultura brasileira. Enquanto mucama, é a mulher; então ‘bá’, é a mãe” (*ibid.*, p. 235).

A mulher negra, como mãe preta, portanto, é a mãe inclusive do que e de quem foi parido pelos brancos. “A branca, a chamada legítima esposa, é justamente a outra que, por impossível que pareça, só serve prá parir os filhos do senhor. Não exerce a função materna. Esta é efetuada pela negra. Por isso a ‘mãe preta’ é a mãe” (*ibid.*, p. 235). “Mãe preta”, deste modo, é simplesmente a mãe. E sendo mãe aquela que cuida, e ao cuidar, passa seus valores à criança, a mãe preta ensinou seus valores, a sua linguagem – ao qual Lélia denomina de “pretuguês” – à criança, simbolicamente tomada aqui como a dita cultura brasileira⁶⁰.

Lélia Gonzalez publicou este texto em 1984. 36 anos depois, em 2020, uma pesquisa genética realizada pela USP sugere que a maternidade das mulheres negras no Brasil é percebida não apenas pela criação que a mãe preta produziu, como também por serem as mulheres africanas e indígenas as que geraram 70% dos genes herdados no DNA mitocondrial da população brasileira, aquele transmitido pelas mães. Ao passo que 75% dos cromossomos Y – obtido via herança genética dos pais – da população do país advêm de homens europeus (ROSSINI, 2020). A história genética dos brasileiros parece espelhar a história violenta das relações raciais e sexuais no país⁶¹.

Isto posto, regressemos à exposição do meu objetivo neste tópico: tomar as compreensões sobre a maternidade oriundas da definição do que é o Movimento Mães de Maio, válidas para pensar também outros movimentos de mães. Estas mulheres, em sua maioria de origem periférica, compartilham certas práticas que se apresentam em diferentes lugares. Na definição de Rodrigues e Sá, na etnografia feita pelos autores com mães que tiveram seus filhos assassinados no Ceará, as “mães” são entendidas como “as

⁶⁰ Em que pese alguns leitores poderem considerar, à primeira vista, esta tese de Lélia Gonzalez semelhante à de Gilberto Freyre a respeito da miscigenação na formação da cultura brasileira, devo ressaltar que ambas as abordagens são profundamente destoantes. Enquanto Lélia Gonzalez trata o que ela denominou de “pretuguês” no contexto de sua discussão sobre as diversas contribuições das negras e dos negros para o Brasil conviverem com a realidade em que negras e negros são oprimidos, violentados e marginalizados neste país, Gilberto Freyre trata sobre a influência cultural dos negros nesta sociedade em um sentido apologético e acrítico, defendendo a democracia racial como uma fraternidade e harmonia entre as raças.

⁶¹ E, como mostra Sanjurjo ao tratar sobre os processos de identificação de *detenidos-desaparecidos* na ditadura militar na Argentina, pesquisas genéticas também podem servir como forma de enfrentar as violências de Estado (SANJURJO, 2018).

mulheres que cuidam dos filhos, netos, parentes ou vizinhos considerando como seus filhos” (RODRIGUES; SÁ, 2015, p. 38).

Os autores nos lembram que Claudia Fonseca identificou, em sua pesquisa em favelas no Rio Grande do Sul, uma prática comum de mulheres cuidarem de maneira coletiva dos filhos umas das outras juntamente aos seus próprios (FONSECA, 2000). Assim, a maternidade é vista, em determinados territórios, como algo mais estendido, envolvendo o cuidado a filhos que não são seus consanguíneos, mas que compartilham uma relação vicinal.

No caso das Mães de Maio, como em outros movimentos de mães, a extensão da noção de maternidade, de modo concomitante à extensão da própria noção de filho, também é observável, como ficará claro nos próximos dois capítulos. Mas aqui o destaque que mais me parece convir enunciar sobre o tema na perspectiva das Mães de Maio, é que a própria noção de mãe é conformada pela dor da perda e pela *luta*.

“Mãe” é uma categoria relacional que remete à de “filho”, na medida em que só existe mãe se houver filho. Neste sentido, as mulheres que se enunciam a partir da categoria de mãe aparecem “nas cenas públicas não como sujeitos individualizados, mas como sujeitos da díade mãe-filho” (VIANNA; FARIAS, 2011, p. 111). Porém, a perda do filho por meio do assassinato leva à morte a metade necessária para a existência dessa díade, e instaura, como uma espécie de crise existencial, aquela dúvida levantada por Butler de “quem ‘sou’ eu, sem você?” (BUTLER, 2019, p. 42).

Com a perda, esta subsequente dúvida se instaura inclusive na ausência de uma palavra específica para nomear este novo “eu” sem o “você” que me é constitutivo. Débora Maria, coordenadora e fundadora das Mães de Maio, deixa isto claro ao refletir: “quando perde um pai, nós somos órfãos, a gente perde um marido, nós somos viúva ou viúvo. Mas quando uma Mãe perde um filho, elas não são como vítima...” (DÉBORA MARIA, 2019b).

Não há palavra, na língua portuguesa, que denomine a existência de uma mãe sem um filho, e ao passo que com a morte seu filho passa a ser compreendido como “vítima”, esta mãe se torna “mãe de vítima”⁶². Ainda em termos de nomeação, algumas mães dizem

⁶² Também tecerei outros comentários sobre a categoria de “vítima” no terceiro capítulo, assim como a outros impactos que a perda do filho provoca em sua mãe.

que a morte de seu filho foi como a morte de uma parte de si mesma, e por isto, desde então, ao transformar algo que lhe era tão constitutivo, como a díade mãe-filho, a morte transformou estas mães em *mortas-vivas*⁶³.

Mas a *luta* das mães responde a este cenário, trazendo a figura da mãe não em sua proximidade com a morte, mas com a vida. Dona Ilza, uma das mães que perderam seus filhos nos Crimes de Maio de 2006, algumas vezes me falou sobre isto. As próprias Mães de Maio, em um de seus livros, fazem questão de enfatizar: “lembrem-se: Nós somos Mães. Todos vocês têm Mães. Nós não combinamos com Morte. Nós somos Vida” (MÃES DE MAIO, 2018, p. 10).

Aqui, a mãe é associada à vida por sua capacidade de gerar vida ao gestar um filho, pari-lo, criá-lo, cuidá-lo e vê-lo crescer e assim expandir a vida. As mães produzem filhos, e ao produzirem filhos, produzem vida, e vida em sentido amplo. Neste sentido, produzem mais do que os filhos que foram mortos, produzem toda uma cultura e um país, como insistia Lélia Gonzalez, e podem vir a produzir um país de novo, ou melhor, *um novo país, um novo Brasil*.

Todavia, na medida em que estas mães não nasceram prontas – mas se transformaram diante da morte de seus filhos, que lhes gerou uma dor, um *luto* incomensurável, que é canalizado em uma *luta* que parte desta perda – podemos dizer que, assim como as mães produziram seus filhos, estes, ao serem mortos, produziram também as suas mães que *lutam*. Deste modo, estas mães foram paridas por seus filhos (GONÇALVES, 2012). A mútua produção entre mãe e filho demonstra que a morte deste não encerra aquela díade, mas a transforma tanto do lado das mães, quanto dos filhos.

Rita de Freitas, tratando sobre as Mães de Acari, considera que as mulheres conseguiram reinventar o mundo e a si mesmas ao transformarem os sentidos históricos da maternidade, concebendo a maternidade “enquanto um fenômeno processual e contraditório, possibilit[ando] a incursão dessas mulheres no mundo público, a partir de um lugar que seria tradicionalmente atribuído à esfera privada” (FREITAS, 2002, p. 72).

Adriana Vianna e Juliana Farias, em seu artigo seminal sobre a Rede de Comunidades e Movimentos Contra a Violência, sustentam que “o acionamento da

⁶³ A nomeação é uma das principais formas de construir política, modos de entendimento e perspectiva do mundo. Elaborar nomeações próprias, ou assimilar certas nomeações para dentro de um campo de sentidos que lhe é condizente, é uma estratégia fundamental na *luta* dessas mães.

condição de mãe como elemento de autoridade moral em atos políticos”, longe de ser um fato isolado, “nos fala de trânsitos relevantes em cenários contemporâneos: entre dor pessoal e causas coletivas; entre sofrimentos e direitos; entre formas e dimensões distintas do luto, aqui tomado como processo inextricavelmente individual e social (VIANNA; FARIAS, 2011, p. 83).

Por esta mirada, compreende-se o caráter polissêmico e o uso estratégico que a categoria de “mãe” adquire em movimentos de familiares de vítimas. Deixando mais explícito, comentam estas autoras:

As “mães” tornadas protagonistas políticas, capazes de englobar simbolicamente todos os outros ativistas do mesmo movimento, sejam familiares ou não de vítimas, homens ou mulheres, falam, assim, de uma insurgência política definida em estreitas conexões com as construções – sempre em processo – de gênero. Ao falarem em nome de uma ordem doméstica que foi desfeita brutalmente pelo assassinato dos filhos, elas (e eles, no caso de demais familiares) trazem o feminino não em seus corpos individuais, mas como marca de significação das relações que se romperam, bem como da violência ilegítima que as destruiu. Levam, assim, a “casa” para a cena de protesto, através do que seria o seu “centro exemplar” simbólico: a própria maternidade. Não à toa, mesmo em situações em que outros familiares são os membros mais ativos na militância, como irmãos ou tias, há uma expressão obrigatória dessa relação primordial, como se esses falassem por um mandato simbólico: lutam em nome da mãe que, por algum motivo, não pode estar presente (*ibid.*, p. 93-94).

“Mãe”, neste sentido, se torna uma figura universal do familiar, nos contextos de movimentos de familiares de vítimas. Sendo assim, em movimentos como o das Mães de Maio, a categoria de “mãe” contempla toda sorte de parentes: pais, irmãs, irmãos, esposas, avós, tias. “Mãe” é aqui, como também o é “filho”, categoria coletivizada que se torna expressão moral e política.

A figura da “mãe” se torna então “linguagem não apenas da perda insuportável, mas também dos processos de reinscrição de si no mundo e do próprio mundo como algo que agora precisa ganhar novo sentido e que passa a ser lido e descrito em outros termos” (VIANNA, 2014, p. 232). É nesta medida que maternidade e perda se encadeiam como produtoras de articulação e mobilização políticas, dando nome e sentido a diversos “movimentos de mães” que se espalham pelo país (e mesmo além-fronteiras)⁶⁴.

Esta dimensão da maternidade aliada à *luta* em razão da perda é também produtiva quando, “se junto àquele filho perdido, se afirma que se perdem os projetos de suas mães,

⁶⁴ Vide os exemplos das Madres de Plaza de Mayo, da Argentina, das Madres de Soacha, da Colômbia, e dos Padres y Madres de Ayotzinapa, do México.

vemos que novos projetos são delineados” (FREITAS, 2002, p. 91). E isto é tão comum às Mães de Acari quanto às Madres de Plaza de Mayo, como destaca Freitas nesta fala de Hebe Bonafini, presidente desta organização de mães argentinas: *“eu era uma dona de casa e mal fui à escola (...) Minha vida mudou, mudaram meus valores. Essa luta me deu um sentido de solidariedade impressionante (...) aconteceu um milagre, os filhos mortos pariram as mães”* (ibid., p. 91).

As mães de vítimas foram paridas por seus filhos após a morte destes, seja na ditadura argentina, seja na democracia brasileira (GONÇALVES, 2012). Estas mães passam a ser nomeadas por diversas designações, tais como “Mães em movimento” (ARAÚJO, 2007), “Mães que lutam” (FREITAS, 2002), “Mães guerreiras” (MÃES DE MAIO, 2011a), ou mesmo “Familiares de vítima” (VIANNA; FARIAS, 2011)⁶⁵.

Estes dois elementos contidos na apresentação das Mães de Maio e destacados aqui, a perda e a maternidade, se articulam na composição de um terceiro elemento, que constitui o próprio material do qual é formado a obra em que se encontra o texto daquela apresentação: os artefatos.

No processo de sua auto constituição pública, as Mães de Maio produzem narrativas que são tecidas a partir de múltiplos elementos, encontros e afinidades. Acompanhar estes encontros e mapear tais afinidades, portanto, são tarefas indispensáveis para a compreensão deste movimento. Mas também o é analisar estes elementos, calcados em suportes de memória materiais, das mais diversas naturezas. Assim, livros, filmes, camisetas, cartazes, bandeiras, imagens, matérias jornalísticas e relatórios são alguns desses suportes, que são confeccionados como forma não apenas de exprimir casos, mas de exprimir as próprias Mães de Maio e expressar a sua *luta*. São também esses artefatos meios por onde se exerce a referência política e intelectual destas mães.

Portanto, os artefatos não são apenas peças jurídicas, mas constituem elementos políticos, jurídicos, mnemônicos e morais que elaboram, de forma indissociável, os mortos, suas histórias e as daqueles que os reivindicam na esfera pública em antagonismo com o Estado (AZEVEDO, 2018)⁶⁶.

⁶⁵ Para uma bibliografia acerca de outras expressões de movimentos de mães em suas lutas, cf. Morawska (2018); Birman e Leite (2004); Faria e Lerner (2018); Lacerda (2014); Rodrigues e Sá (2015); Santiago (2019); Soares, Moura e Afonso (2009).

⁶⁶ E, no caso das Mães de Maio, esse é um antagonismo que não se refere apenas a maio de 2006, mas toma como suporte toda uma vida na adversidade (HIRATA, 2010).

Deste modo, “todos esses (e outros) artefatos operam como catalisadores de uma memória comum, fazem parte de um movimento de coletivização dos diferentes casos em uma mesma denúncia, das distintas buscas em uma mesma luta” (*ibid.*, p. 121), ainda que, por vezes, “nem todas as histórias de busca dos familiares se confundam ou possam ser capturadas em sua complexidade e singularidade pelo traço dessa narrativa coletiva” (*ibid.*, p. 121).

Neste sentido, os artefatos produzidos pelas Mães de Maio se diferem daqueles formulados pelo Estado, ainda que, em ambos os casos, “[os] documentos podem ser encarados como artefatos que exercem mais do que a função meramente referencial de registrar ou representar graficamente algo que existiria no mundo à sua revelia” (FERREIRA, 2013, p. 42).

Todavia, enquanto os artefatos das mães elaboram aquela narrativa e geram os efeitos que mencionei acima, os do Estado, especialmente documentos, “funcionam, em suma, não como artefatos estéreis e autocontidos, e sim como objetos materiais do direito, da administração e da governança”⁶⁷ (*ibid.*, p. 42).

Se considerarmos os artefatos e casos que por eles são criados nesse sentido mais amplo, e não apenas restrito à linguagem jurídica, veremos que “é a partir da formação dos *casos* que problemas da família passam a ser vistos como problemas sociais” (AZEVEDO, 2018, p. 38). É assim que tais artefatos condensam histórias de busca por verdade e justiça, enredando vulnerabilidades das vítimas, nomeando crimes e estruturando padrões de entendimentos públicos sobre eles (*ibid.*).

Além disso, é também por meio desses artefatos em sentido amplo, como livros, camisetas, cartazes entre múltiplos outros materiais produzidos pelas Mães de Maio, que se exerce o trânsito de seu *luto* em *luta*, trânsito este circular, que nunca chega em um sem sair do outro, já que ambos se conformam.

De fato, estes elementos também estão sempre presentes no movimento, desde a sua emergência até a sua sucessiva expansão. Com o passar do tempo, o Movimento Mães

⁶⁷ Estou ciente de que estes artefatos das Mães de Maio também se tornam peças jurídicas quando adentram a esfera do Direito, e, assim, podem também se tornar “objetos materiais do direito, da administração e da governança”, como colocou Ferreira. Contudo, enquanto no caso dos artefatos produzidos pelas mães isto somente pode ocorrer através de apropriações pela esfera jurídica, o que pressupõe modificações e renúncias de certos elementos contidos originalmente naqueles artefatos (como o caráter de uma crítica mais radical ao Estado e a afirmação da necessidade de transformação social), no caso dos artefatos estatais eles são elaborados com estas finalidades.

de Maio passou, primeiramente, a ser composto por outras mães que perderam seus filhos nos Crimes de Maio de 2006, e depois, por mães que tiveram seus filhos vitimados em outros episódios de violência mortal em São Paulo e além desse estado.

A expansão das chacinas, massacres e extermínios durante a democracia, especialmente pós 1990, produziu também a expansão dos movimentos de mães por todo o Brasil. Nasceram e se multiplicaram diversos Movimentos Mães de Maio: Mães de Maio na Baixada Santista, Mães de Maio da Zona Leste de São Paulo, Mães de Maio do Nordeste, Mães de Maio do Cerrado, Mães de Maio de Minas Gerais, Mães de Mogi, Mães de Osasco...

Débora assim expressou este processo: “o Brasil é produtor de Mães de Maio. Eu falo o Brasil porque em todos os estados que eu visitei, que eu articulei, a gente encontra Mães de Maio” (NÃO SAIA HOJE, 2016). Se estas mães são paridas por seus filhos, e esses filhos só as produziram ao serem mortos pelo Estado, o Estado é também quem tem feito Mães de Maio Brasil afora.

As mães se unem e passam a caminhar juntas em movimentos que remetem nominalmente às mortes de seus filhos, seja pelo território, seja pela temporalidade. Convém ainda saber pelo que *lutam* as Mães de Maio – afinal, seus objetivos também caracterizam intensamente a existência deste e demais movimentos de mães. Em suas palavras,

Nossa missão é lutar pela Verdade, pela Memória e por Justiça para todas as vítimas da violência contra a população Pobre, Negra, Indígena e contra os Movimentos Sociais brasileiros, de Ontem e de Hoje. Verdade e Justiça não apenas para @s mort@s e desaparecid@s dos Crimes de Maio de 2006 ou dos Crimes de Abril de 2010, mas para todas as vítimas do massacre contínuo que o estado pratica historicamente no país. Nosso objetivo maior é construir, na Prática e na Luta, uma sociedade realmente Justa e Livre (MÃES DE MAIO, 2011a, p. 20).

Mães de Maio são formadas na perda de seus filhos, mortos pelo Estado, perda esta que gera uma dor e um *luto* que, ao serem convertidos em *luta*, produzem artefatos desta *luta* – artefatos estes que também produzem tais mães e suas histórias –, fortalecendo uma *luta* que modifica a díade mãe-filho e transforma os sentidos da maternidade. A perda é então produtiva, assim como a própria maternidade, produzindo novas mães e novos filhos, considerando os mortos e os vivos.

Mas é também o Estado um produtor de Mães de Maio, na medida em que ele executa a pleno vapor uma prática centenária de genocídio por todas as regiões do país.

No curso deste processo genocida, foram os Crimes de Maio de 2006 o evento chave para o desencadeamento não apenas das Mães de Maio, como de sua compreensão política diante do mundo.

Os Crimes de Maio de 2006

*Hoje / Eu vi uma criança acordada / comendo pão dormido / Um homem
desempregado / empregando uma arma / Uma mulher vestida em trapos /
lavando roupa cara / Um policial desalmado / separando um corpo da alma /
Uma menina desnutrida / com a barriga cheia / Uma bala perdida /
procurando uma veia...*
(Sérgio Vaz)

*A conclusão que se tira de tudo o que tem acontecido até o presente
momento, conclusão baseada em muitos documentos e elementos concretos
como estamos mostrando nesse texto, é que os Crimes de Maio de 2006, mais
do que uma demonstração de uma suposta força do PCC, como se diz por aí,
revelaram na verdade um Estado completamente envolvido nas tramas da
violência contra sua própria população, a qual suas instituições e agentes
dizem “representar”, “proteger” e “assegurar direitos”*
(Movimento Mães de Maio)

A consciência sobre a escala dos homicídios praticados em maio de 2006 só foi obtida pelas Mães de Maio parcial e progressivamente. Em verdade, até hoje não se sabe exatamente quantas pessoas foram mortas e desaparecidas neste período. Ainda assim, sabe-se que foram centenas de casos. E isto graças não a obrigatórios esclarecimentos que deveriam ser prestados pelo Estado, mas ao trabalho de investigação das Mães de Maio e de diferentes pesquisadores.

Foram publicados até 2020, em anos distintos, quatro relatórios, elaborados por diferentes grupos de pesquisadores, acerca dos Crimes de Maio de 2006. O primeiro deles foi elaborado ainda em 2006 pelo Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (CREMESP) e, em seguida, publicado pelo Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CONDEPE) em livro intitulado *Crimes de Maio*, organizado pela jornalista Rose Nogueira (2006). Este relatório efetuou o primeiro levantamento da quantidade de vítimas dos Crimes de Maio, através da análise de laudos necroscópicos, apontando 493 vítimas entre os dias 12 e 20 de maio de 2006.

O segundo relatório, nomeado *Análise dos Impactos dos Ataques do PCC em São Paulo em Maio de 2006*, foi realizado em 2008 pelo Laboratório de Análise da Violência (LAV) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), coordenado por Ignacio Cano e Alberto Alvadia, em pesquisa encomendada pela ONG Conectas. Este relatório

identificou um novo número de vítimas: 562 mortos e 110 feridos entre 12 e 21 de maio de 2006 (CANO; ALVADIA, 2008). Apesar desse novo esclarecimento de grande importância, as Mães de Maio apontam que tal relatório possui “uma abordagem complicada – por tratar a matança generalizada como simples ‘represália’” (MÃES DE MAIO, 2018, p. 109). O porquê desta crítica das mães ficará mais claro adiante.

Em 2011 foi publicado o terceiro relatório acerca deste tema, realizado pela Clínica Internacional de Direitos Humanos (IHRC, da sigla em inglês) da Faculdade de Direito da Universidade de Harvard, em parceria com a ONG Justiça Global, intitulado *São Paulo sob Achaque: Corrupção, Crime Organizado e Violência Institucional em Maio de 2006*⁶⁸. Este relatório demonstrou o evento desencadeador dos Crimes de Maio, os achques cometidos por policiais contra familiares de lideranças do Primeiro Comando da Capital (PCC)⁶⁹, e demonstrou também que o governo estadual de São Paulo não só sabia dos ataques policiais, como deu a ordem para eles serem feitos. A pesquisa apontou, ainda, que em 122 homicídios havia características de execução sumária por grupos de extermínio – como marcas de pólvora ao redor dos orifícios das perfurações, causado por disparos realizados à curta distância⁷⁰, locais de entrada e saída das balas, ângulos de entrada dos projéteis, quantidade e lugares das perfurações nos corpos das vítimas (JUSTIÇA GLOBAL; IHRC, 2011).

O quarto e mais recente relatório publicado sobre os Crimes de Maio foi produzido pelo Centro de Antropologia e Arqueologia Forense (CAAF) da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), em parceria com o Centro Latino-Americano da Escola de Estudos Interdisciplinares e de Área da Universidade de Oxford. A pesquisa, nomeada *Violência de Estado no Brasil: uma análise dos Crimes de Maio de 2006 na perspectiva da antropologia forense e da justiça de transição*, publicada em 2019, entre outras

⁶⁸ O título *São Paulo sob Achaque* é uma provocação alusiva ao documentário da *Discovery Channel* nomeado *São Paulo sob Ataque* (SÃO PAULO SOB ATAQUE, 2009): “Intitulamos este relatório ‘São Paulo sob Achaque’ e não sob ‘Ataque’ [...] por conta do papel central da extorsão na deflagração, negociação e continuidade da violência que eclodiu no estado em maio de 2006. Os Crimes de Maio não se trataram simplesmente de uma ‘guerra’ entre dois lados, um grupo do ‘bem’ contra uma gangue do ‘mal’. Na realidade, a onda de violência foi em grande parte uma manifestação de conflitos entre o crime organizado dentro e fora do estado” (JUSTIÇA GLOBAL; IHRC, 2011, p. 1).

⁶⁹ O PCC é a maior organização criminosa no Brasil, e foi criado no Centro de Reabilitação Penitenciária de Taubaté em 1993 como uma forma de organizar os detentos para enfrentar as violências estatais nas prisões, após o Massacre do Carandiru (1992), e assumir o controle unificado de mercados ilegais de comércio de drogas criminalizadas. Sobre a história do PCC, cf. Manso e Dias (2018).

⁷⁰ Essas são as chamadas “tatuagens” que permanecem nos corpos de vítimas de execução. Para uma análise sobre as “tatuagens” em vítimas de violência policial no Rio de Janeiro, cf. Farias (2020).

contribuições, realizou um trabalho de campo com as mães que perderam seus filhos nos Crimes de Maio na Baixada Santista, reconstituindo suas narrativas de modo a incorporar novos elementos sobre este evento (CAAF-UNIFESP, 2019).

Ao final, no acúmulo de informações geradas por esses relatórios, além da constatação de que o número de mortos pode ultrapassar as 600 vítimas, ainda foram identificados ao menos quatro casos de desaparecimentos forçados nos Crimes de Maio de 2006 (FERNANDES, 2011). Diversos outros trabalhos foram publicados sobre os acontecimentos de maio de 2006, como os de Adorno e Salla (2007), Adorno e Dias (2016), Jornalismo e Caramante (2016), Amadeo, Gomes e Silva (2018), Gomes, Assumpção e Silva (2019), Amadeo (2019), e em especial, Grimberg (2009) – que se encontrava dentro de uma prisão quando iniciou a rebelião no primeiro dia dos Crimes de Maio – além de muitas outras produções que abordaram tais acontecimentos a partir do debate sobre segurança pública, direitos humanos e “criminalidade” em São Paulo.

O primeiro ponto de inflexão que as Mães de Maio questionaram e ofereceram outro modo de olhar foi a própria narrativa do que se trataram estes acontecimentos, explicitada na diferença de nomenclatura adotada:

Uma das primeiras e mais importantes lutas de todos movimentos envolvidos na busca pela verdade e por justiça no episódio foi, justamente, passar a chamar a matança de maio de 2006, praticada sobretudo pelo estado, por um nome mais apropriado do que aquele escolhido pela grande imprensa corporativa e pela polícia, com o objetivo de desviar a atenção de suas responsabilidades. Daí esta disputa política e historiográfica, que permanece em curso cotidianamente, a respeito de como nomear os acontecimentos: “Ataques do PCC”, como eles insistem em chamar; ou “Crimes de Maio”, como nós preferimos (MÃES DE MAIO, 2011b).

O ato de nomear não é mero detalhe, mas implica uma forma de constituir memória e os próprios processos cognitivos de atribuição de sentido a respeito do ocorrido. Desta forma, “a terminologia para nomear o ocorrido é parte das lutas pelos sentidos e significados do passado. Essas maneiras de nomear também demandam sentidos diversos, e mudam ao longo do tempo” (JELIN, 2001, p. 70-71, tradução minha).

Não apenas ao nomear como Crimes de Maio, mas ao reconhecê-los como um evento marcante do genocídio negro no Brasil, as Mães de Maio expõem o racismo estrutural que é, em função de uma série de mecanismos, negado na realidade brasileira,

relembrando por que Lélia Gonzalez compreende este racismo como uma “neurose cultural brasileira”⁷¹ e Kabengele Munanga como um “crime perfeito”⁷².

Passemos agora ao que foi amplamente noticiado como sendo os antecedentes dos chamados “ataques do PCC” – e, somente por esta terminologia, já sabemos quem veiculou tais notícias. O conflito entre Estado e Primeiro Comando da Capital já se dava há alguns anos, dentro e fora do sistema prisional paulista (MANSO; DIAS, 2018).

A mídia e o Estado alegaram que a polícia havia descoberto, no início daquele ano, que o PCC planejava realizar atentados em São Paulo no mês de agosto, próximo às eleições de 2006 para governador e presidente. Em seguida, teriam descoberto que, na verdade, os planos da organização criminosa eram de fazer estes ataques em maio, e não próximo às eleições. Sob esta justificativa incerta, a Secretaria de Segurança Pública, então chefiada por Saulo de Castro Abreu Filho, e a Secretaria de Administração Penitenciária de São Paulo, dirigida por Nagashi Furukawa, ordenaram que 765 presos considerados “perigosos” e “lideranças do PCC” fossem transferidos para um presídio de segurança máxima em Presidente Venceslau, a 612 km de distância da capital paulista.

A transferência, realizada no dia 11 de maio, às vésperas do dia das mães, negou aos presos o direito de receberem visitas de seus familiares nesta importante data para os detentos, e os enquadrou sob o famigerado Regime Disciplinar Diferenciado (RDD)⁷³. Se os achaques foram o evento desencadeador dos Crimes de Maio, como tenho chamado

⁷¹ “Ora, sabemos que o neurótico constrói modos de ocultamento do sintoma porque isso lhe traz certos benefícios. Essa construção o liberta da angústia de se defrontar com o recalçamento. [...] No momento em que fala de alguma coisa, negando-a, ele se revela como desconhecimento de si mesmo” (GONZALEZ, 1984, p. 232).

⁷² Em entrevista para Dantas, Ferreira e Vêras, assim colocou Munanga sobre a lógica do racismo brasileiro: “Todos os racismos são abomináveis, são crimes, mas eu achei que o racismo brasileiro é um crime perfeito partindo da ideia de um judeu prêmio [Nobel] da Paz que disse uma vez que o carrasco mata sempre duas vezes, a segunda pelo silêncio, e nesse sentido achei o racismo brasileiro um crime perfeito. É como um carrasco que você não vê te matando, está com um capuz; você pergunta pelo racista e você não encontra, ninguém se assume, mas o racismo e a discriminação existem. Esse racismo matava duas vezes, mesmo fisicamente, a exclusão e tudo, e matava a consciência da própria vítima. A consciência de toda a sociedade brasileira em torno da questão, o silêncio, o não dito. Nesse sentido, era um crime perfeito, porque não deixava nem a formação de consciência da própria vítima, nem a do resto da população através do chamado mito da democracia racial” (DANTAS; FERREIRA; VÉRAS, 2017, p. 40).

⁷³ Em 2003, o RDD foi implantado por uma alteração no artigo 52 da lei de execução penal, para casos de pena em regime fechado. Ele estabelece que o preso em RDD, provisório ou condenado, ficará em cela individual, com restrições mais graves ao direito de visita e saída da cela. Funciona como sanção disciplinar ou medida cautelar para pessoas que, já presas, tenham cometido crimes dolosos dentro do estabelecimento prisional que causem desordem e indisciplina no presídio, assim como para aqueles que representem “alto risco para a ordem e segurança prisional”.

aqui, a proibição da visita aos detentos no dia das mães foi o evento detonador⁷⁴. Revoltados com esta decisão, as tais lideranças do PCC teriam ordenado rebeliões em mais de 70 presídios, incêndios a cerca de 90 ônibus pelas cidades e mandado um *salve geral*⁷⁵ (MALLART, 2011) em mais de 60 municípios no estado de São Paulo. Todas as mortes provocadas neste período, entre 12 e 21 de maio, teriam então se dado em função destes “ataques do PCC”.

As Mães de Maio há muito contestaram essa narrativa. Diziam que as reais razões desse conflito se devem mais às disputas internas nas redes criminosas das quais o Estado continuamente faz parte (MÃES DE MAIO, 2018), uma vez que diversos agentes públicos exercem “papéis de colaboradores, competidores, negociadores e/ou cobradores de propinas” (*ibid.*, p. 111). Recentemente foi confirmado que o caso paradigmático que representou o ápice do evento desencadeador dos Crimes de Maio foi o sequestro do enteado de Marcola (considerado um dos líderes do PCC), Rodrigo Olivatto de Moraes, por dois policiais civis do município de Suzano, Augusto Peña e José Roberto de Araújo, que tentavam extorquir a organização exigindo o pagamento de trezentos mil reais (JOZINO, 2020).

Além disso, Débora Maria afirma que não havia motivos para o PCC atacar à população periférica, uma vez que a disputa deles era com o Estado:

Porque veja bem, nossos filhos, a mídia bandida ela rotulou como “ataque do PCC”. E nós falamos: nós jamais vamos dar matéria pra vocês, se vocês não mudar o rótulo. Porque nossos filhos não foram mortos pelo PCC. A guerra do PCC não era com a população, mas sim com o braço armado do estado de São Paulo. O braço armado do estado de São Paulo tava achacando familiares dos presos. A gente não pode negar isso, jamais. Não é palavras colocada na boca dessas mães pelo emocional delas. Mas sim uma pesquisa feita e defendida na Universidade de Harvard, pela procuradora, ex-procuradora da República,

⁷⁴ Não há, aqui, qualquer ordem hierárquica entre evento desencadeador e evento detonador. Aquele desencadeou uma série de conflitos entre Estado e PCC (somando-se, inclusive, a conflitos precedentes a este evento), e, de uma certa maneira, preparou o terreno para a eclosão aberta do conflito quando houve o evento detonador. Interditar o direito de visita naquela que é considerada a data mais importante para os detentos, o dia das mães, não provocou menos tensões do que os achques e sequestro praticados. Em ambos os casos, o Estado buscou tensionar com o PCC através de dois eventos centrais que se configuravam como um ataque a esta organização através do atingimento às suas relações de parentesco.

⁷⁵ Conforme explicado por um interlocutor de Mallart, “o Salve Geral é uma comunicação do Comando. Quando revoluciona alguma caminhada, por exemplo, em 2006 teve os atentado. Em 2007, veio o salve geral da paz, a bandeira branca. O salve da paz foi comunicado a todo mundo (Caio)” (MALLART, 2011, p. 311). Sobre *salve* e *salve geral*, cf. Biondi (2010, 2018) e Mallart (2011).

doutora Raquel Dodge⁷⁶. Ela trabalhou nessa pesquisa dentro do DHPP⁷⁷. E pasmem! Todos os inquéritos arquivado (DÉBORA MARIA, 2019b).

A narrativa das Mães de Maio sobre os Crimes de Maio de 2006, portanto, aparece aqui baseada nas próprias pesquisas científicas – como os relatórios acima mencionados – além de matérias jornalísticas e das investigações independentemente realizadas por cada mãe.

Assim, é preciso questionarmos, seguindo os passos das mães: como se deram os Crimes de Maio de 2006?

Tudo indica que a onda de violência tenha começado no dia 12 de maio, véspera do Dia das Mães, e nos dois primeiros dias 43 agentes públicos foram assassinados em ataques imediatamente atribuídos ao PCC. A maioria dos homicídios colocada na conta de tal entidade não ocorreu durante tiroteios, mas foi fruto de emboscadas contra agentes públicos (a maior parte policiais de baixa patente e agentes penitenciários) que estavam em horário de folga nas ruas, restaurantes, bares e espaços públicos de São Paulo. Tais funcionários públicos, aliás, não tinham recebido qualquer alerta das autoridades que os comandavam – provavelmente em razão da alta pressão eleitoral já em curso, por mais que os planos atribuídos ao PCC, relata-se, já fossem do conhecimento de muitos comandantes semanas ou até meses antes dos ataques. Havia a imagem dos políticos-candidatos graúdos a zelar... Assim como há quem aponte indícios concretos de que diversos setores rivais da polícia teriam aproveitado o álibi do PCC para acertarem contas entre si, entre facções rivais dentro da própria polícia. De todo modo, além desses ataques, o PCC também teria organizado rebeliões em mais da metade dos presídios de São Paulo e ordenado o ateamento de fogo em diversos ônibus, além de atingido alguns bancos também, paralisando a circulação dos transportes e parte significativa da mercantil-financeira no estado para chamar atenção às suas reivindicações (MÃES DE MAIO, 2018, p. 107).

Ou seja, diferente do que propagou o discurso oficial policial-midiático⁷⁸, os “ataques do PCC” não teriam durado todo o período de extensão dos homicídios, e nem tiveram como alvos civis, mas perduraram entre 12 e 14 de maio e se voltaram contra agentes de segurança. O que teria se passado a partir de então foi uma “resposta” do Estado aos ditos ataques iniciais do PCC:

A “reação” do Estado, também chamada de “resposta”, tratou-se, supostamente, de “revidar” a onda de violência que teria sido iniciada pelo PCC. E de fato, nos dias seguintes, a polícia e agentes paramilitares ligados a ela passaram a intensificar brutalmente *uma prática já verificada historicamente na sua atuação cotidiana no estado de São Paulo, ao menos desde o surgimento do Esquadrão da Morte nos anos 1960, e a prolongação de seu chumbo na conduta de muitos integrantes das Rondas Ostensivas*

⁷⁶ Débora se refere à pesquisa de mestrado realizada por Raquel Dodge na Universidade de Harvard, enquanto ainda era Procuradora da República, sobre os Crimes de Maio de 2006.

⁷⁷ O Departamento de Investigação de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP) é um órgão da Polícia Civil do Estado de São Paulo que, juntamente à Polícia Judiciária, é responsável por investigar crimes cometidos contra a vida, como lesões corporais, homicídios e latrocínios ou tentativas de praticar estes crimes.

⁷⁸ Para uma análise dos discursos vinculados em dois jornais de grande circulação, Folha de São Paulo e O Estado de São Paulo, acerca dos Crimes de Maio, cf. CAAF-UNIFESP (2019).

Tobias de Aguiar – ROTA⁷⁹, dentre outros grupos policiais violentos: a “matança de suspeitos” nas periferias, com a participação de exterminadores públicos e/ou agentes particulares (alguns também ligados a empresas de “segurança privada”) (ibid., p. 107-108).

Vemos aí a remissão das Mães de Maio aos chamados Esquadrões da Morte, fenômeno que existe em diversos países. Há uma considerável bibliografia sobre os Esquadrões da Morte, seja a nível internacional (MASON; KRANE, 1989; CAMPBELL; BRENNER, 2000; SLUKA, 2000), seja a nível nacional (BICUDO, 1976; MENEGHETTI, 2011; SOUZA, 2014; NETO, 2017).

Em que consiste um “Esquadrão da Morte”? Na definição de Campbell, os Esquadrões da Morte são “organizações clandestinas e geralmente irregulares, frequentemente de natureza paramilitar, que realizam execuções extrajudiciais e outros atos violentos (tortura, estupro, incêndio intencional, bombardeios etc.) contra indivíduos ou grupos de pessoas claramente definidos” (CAMPBELL, 2000, p. 1, tradução minha). Ainda segundo este autor, “o assassinato é sua atividade principal ou mesmo única. Exceto nos raros casos em que um grupo insurgente os forma, os esquadrões da morte operam com o apoio ostensivo, cumplicidade ou aquiescência do governo, ou pelo menos algumas partes dele” (*ibid.*, p. 1, tradução minha)⁸⁰.

No Brasil, os Esquadrões da Morte datam dos anos 1950, primeiramente no Rio de Janeiro, e, logo em seguida, na década de 1960 em São Paulo, e se caracterizaram como grupos constituídos geralmente por policiais e ex-policiais para execução de “inimigos”, fossem eles entendidos como “bandidos” ou “comunistas”. A escala dos assassinatos cometidos por grupos de Esquadrões da Morte não é conhecida, mas em páginas na Internet é possível encontrar estimativas de que suas vítimas teriam passado

⁷⁹ Rondas Ostensivas Tobias de Aguiar (ROTA) é um batalhão de policiamento de choque da Polícia Militar do Estado de São Paulo (PMESP), e foi criada em 1970, inicialmente para combater assaltos a bancos realizados por militantes guerrilheiros contra a ditadura militar. Com o fim da guerrilha urbana, o antigo Batalhão Tobias Aguiar se tornou ROTA e, mesmo com o fim da ditadura, seguiu incorporado à PMESP. A ROTA possui a fama de ser um dos batalhões mais violentos e mortais da polícia paulista, e, por vezes, atua como um esquadrão da morte institucionalizado. Sobre a história da ROTA, cf. Barcellos (2020).

⁸⁰ Campbell ainda especifica: “em muitos casos, as forças de segurança do governo têm participado diretamente dos assassinatos [promovidos pelos esquadrões da morte]. No entanto, ao mesmo tempo, os esquadrões da morte podem ser constituídos de forma privada, quase sempre envolvendo o apoio e a participação de elementos fora do governo, e desenvolver uma independência considerável de seus financiadores. Exceto em circunstâncias incomuns, organizações ou unidades envolvidas em assassinatos de combatentes no contexto de guerra entre estados soberanos, mesmo quando forças de resistência irregulares estão envolvidas, não se enquadram nesta definição, embora o assassinato de não combatentes possa de fato fazê-lo” (CAMPBELL, 2000, p. 1-2, tradução minha).

dos milhares de casos em determinados estados, contando apenas o período da ditadura militar.

No atual regime democrático, tais grupos permanecem atuando, e em uma recente reportagem foi mensurada a extensão de suas execuções: *Esquadrões mataram em 3 anos o dobro da ditadura em 21*⁸¹ (REINA; PEDRETTI, 2020). Além de tais grupos paramilitares, as mortes são praticadas exponencialmente na história de alguns agrupamentos militares, como foi demonstrado em outra recente reportagem: *Rota, 50 anos de matança* (STABILE, 2020). Nos Crimes de Maio, Esquadrões da Morte⁸² e unidades beligerantes das forças policiais atuaram em conjunto na matança realizada.

Um dado assustador – que confirma a inferência das mães na citação acima, de que nos Crimes de Maio de 2006 pôde ser verificada uma prática historicamente presente em São Paulo “ao menos desde o surgimento do Esquadrão da Morte nos anos 1960” (MÃES DE MAIO, 2018, p. 107) – é a afirmação de Hélio Bicudo, no contexto da ditadura militar brasileira, de que “a política de vingança exercida pelo esquadrão, como ato legítimo e moral, pregava o extermínio de dez marginais por policial morto” (BICUDO, 1976, p. 27). Não surpreendentemente, nos Crimes de Maio de 2006, ao passo que 59 agentes de segurança foram mortos, mais de 600 pessoas foram assassinadas⁸³.

Mas o conluio para a matança não foi organizado apenas entre forças policiais e Esquadrões da Morte – que, como convém lembrar, muitas vezes são compostos pelos mesmos agentes ou por seus parceiros. Os Crimes de Maio de 2006 foram arquitetados também em coligação com autoridades políticas:

Existem evidências que indicam que, a partir do dia 14 até o dia 20 de maio, houve uma decisão oficial de iniciar uma ação repressiva de resposta aos ataques. O secretário de Segurança Pública da época, Saulo de Castro Abreu Filho, teria defendido a seguinte posição: “Distribua os armamentos de grosso calibre e vamos partir para cima”. Essa afirmação do secretário teria acontecido em uma reunião de emergência durante a madrugada do dia 12 para o dia 13 de maio. Como consequência, é possível afirmar que houve uma decisão oficial do comando da Segurança Pública para que as forças policiais partissem para ações de repressão a partir desse momento (AMADEO, 2019, p. 334).

⁸¹ Considera-se nesta reportagem somente o número oficial de “vítimas políticas” mortas pela ditadura militar.

⁸² Em alguns casos, são também denominados como Grupos de Extermínio, mas atuam de modo semelhante aos Esquadrões da Morte.

⁸³ O que, poderíamos discutir em outro momento, talvez revele uma economia moral da vida e da morte.

Assim, as mortes foram tramadas pela burocracia governamental com a burocracia militar, de modo que as execuções não foram ações tomadas sem o consentimento de autoridades superiores. No mesmo sentido que o exposto acima por Amadeo, as Mães de Maio também já realizavam esta denúncia anos antes, baseadas em descobertas investigativas realizadas no relatório *São Paulo sob ataque*, da Justiça Global e da Clínica Internacional de Direitos Humanos da Universidade de Harvard:

Atualmente, há fartos indícios de que o alto comando da polícia – sob os aplausos de representantes das elites e, posteriormente, do próprio Ministério Público de SP⁸⁴ – decidiu “partir para cima” “sem dó nem piedade” da população de forma abusiva e indiscriminada, matando já de início mais de 100 pessoas, grande parte em circunstâncias que pouco tinham a ver com a suposta “legítima defesa” (os chamados “autos de resistência seguida de morte”, que têm dado uma verdadeira “licença para matar” às polícias de diversas regiões do país). Além disso, policiais encapuzados, integrantes de grupos de extermínio, mataram generalizadamente outras centenas de pessoas na calada das noites. Esses policiais realizaram “caças” aleatórias de homens jovens pobres, alguns em função de seus supostos antecedentes criminais ou de tatuagens (tidas como sinais de ligação com a criminalidade), e muitos outros com base em mero preconceito pela cor e aparência: racismo puro e simples. O famoso “estar no lugar errado, na hora errada” (MÃES DE MAIO, 2018, p. 108).

A prática policial no Brasil de identificar “suspeitos” de “criminalidade” com base em tatuagens, idade e cor da pele é inspirada no pensamento lombrosiano⁸⁵ na criminologia, e que se reflete em cartilhas policiais⁸⁶ – como a elaborada pela Polícia Militar da Bahia⁸⁷ (BELO, 2015) – pautadas em um racismo científico⁸⁸. Esse é um elemento que demonstra o vínculo das ações criminalizantes do aparato policial e do

⁸⁴ “Conforme comprova Ofício do MP de São Paulo, carimbado por dezenas de promotores em 25 de Maio de 2006, reconhecendo e saudando ‘a eficiência da resposta da Polícia Militar’, na página 239 de ‘São Paulo sob ataque’, relatório publicado em Maio/2011 pela ONG Justiça Global e pela Clínica Internacional de Direitos Humanos da Universidade de Harvard” (MÃES DE MAIO, 2018, p. 111, grifos meus).

⁸⁵ Cesare Lombroso (1835-1909) foi um psiquiatra, higienista e criminólogo italiano, figura chave da chamada Escola Positiva de Direito Penal, cuja principal tese era que o criminoso possuía influências atávicas, hereditárias de seres primitivos na evolução humana, que o levaria a possuir propensões naturais ao crime.

⁸⁶ Tratam-se de cartilhas elaboradas por instituições policiais (muitas vezes, com a autoria de policiais formados em cursos de ciências sociais) visando orientar condutas, práticas e abordagens dos policiais diante de determinadas questões. Além de cartilhas, as polícias contam com outros documentos normativos próprios, como diretrizes e portarias. Em outra ocasião, analisei criticamente uma diretriz da Polícia Militar de Minas Gerais voltada à regulamentação da ação policial diante de situações de despejo de ocupações urbanas (ALMEIDA; BEMFICA, 2018).

⁸⁷ Em 2015, a Polícia Militar da Bahia elaborou uma cartilha interna que associava determinadas tatuagens com a prática de determinados crimes, de modo a instruir os policiais do estado a identificarem “prováveis criminosos” a partir dos seus corpos (BELO, 2015).

⁸⁸ A este respeito, cf. o estudo de Luciano Góes, *A tradução de Lombroso na obra de Nina Rodrigues: O racismo como base estruturante da criminologia brasileira* (GÓES, 2016).

aparato jurídico brasileiros, e que atravessa a história das ações repressoras do Estado antes, durante e após a ditadura militar, na atual democracia.

O caráter seletivo, isto é, racista e classista, das ações de extermínio e criminalização efetuadas pelo Estado (entendido aqui nessa conjugação de polícia, política governamental e judiciário) é destacado pelas Mães Maio nos seguintes termos quanto aos Crimes de Maio: “A imensa maioria delas [vítimas dos Crimes de Maio] – mais de 400 jovens negros, afro-indígena-descendentes e pobres – [foram] executados sumariamente. Sem dúvida, o maior Massacre da história brasileira recente” (MÃES DE MAIO, 2018, p. 118).

Deste modo, além de sofrerem com perdas inestimáveis pelos entes queridos assassinados ou desaparecidos, as mães ainda carregam o sofrimento do não esclarecimento e da não resolução por parte do Estado diante dos Crimes realizados.

Acontece que, mesmo depois de mais de cinco anos, ainda não sabemos de fato o quê precisamente aconteceu durante aqueles dias. Entre centenas de casos não investigados, há inclusive muitos jovens desaparecidos, com indícios de terem sido enterrad@s em valas comuns. *Até hoje não há sequer um relatório oficial do Estado que tente explicar e dar uma resposta minimamente satisfatória à sociedade sobre os acontecimentos de “Maio de 2006”*. Abriam mão até mesmo de qualquer formalidade, ficando simplesmente em silêncio, gozando de sua impunidade secular (*ibid.*, p. 107).

Com a pandemia de COVID-19 e a exponencial morte causada no Brasil, gerida por uma burocracia que reproduz as condições de ampliação dessas mortes, a imagem das valas comuns foi debatida por Araújo, Medeiros e Mallart na seguinte formulação: “ao mesmo tempo que essas imagens das valas alimentam uma atmosfera e um imaginário de morte, os próprios mortos são invisibilizados. Simultaneamente, o que se tem é a materialidade da morte *versus* a invisibilidade dos mortos” (ARAÚJO; MEDEIROS; MALLART, 2020, p. 7).

É possível afirmar que um efeito similar de materialidade da morte *versus* invisibilidade dos mortos se produziu com a escala da matança nos Crimes de Maio. Essa invisibilidade é produzida pelo Estado, e identificada pelas mães, como no trecho acima, na forma de um silêncio. Um silêncio estatal que opera uma negação e naturalização das mortes, e que não se confunde com eventuais silêncios observados em certas mães, que podem representar tanto um silêncio imposto (MORAWSKA, 2018) quanto uma forma de resistência à violência cotidiana (DAS, 2020). Em todo caso, os silêncios dizem algo, que remete, do ponto de vista do Estado, às mortes de vidas que não são dignas de

lembranças (BUTLER, 2019), e do ponto de vista das mães, a traumas e violências incessantes (CHO, 2008; DAS, 2020).

Relatando a experiência a respeito da pesquisa sobre os Crimes de Maio, Javier Amadeo, um dos coordenadores do estudo realizado pelo CAAF-UNIFESP, descreve um *modus operandi* das execuções efetuadas. “Em primeiro lugar, o *toque de recolher*: um elemento comum em diversos casos era o aviso por parte da Polícia Militar de um toque de recolher para a população civil” (AMADEO, 2019, p. 340).

“Em segundo lugar, *a escolha das vítimas*: diversos relatos apontam que policiais militares teriam abordado pessoas com passagem pela polícia ou ‘suspeitos’ de vínculo com o crime, e a grande maioria dessas pessoas abordadas teria sido assassinada horas depois” (*ibid.*, p. 340)⁸⁹. Em terceiro lugar, Amadeo aponta “*o ataque de encapuzados*: grupos de pessoas encapuzadas, geralmente em carros sem identificação, [que] teriam atacado e matado as vítimas anteriormente abordadas e outras que estivessem juntas” (*ibid.*, p. 340).

Por último, *a chegada da polícia e alteração e destruição das provas*: outro elemento comum nesses ataques era a rápida chegada de viaturas da polícia, em muitos casos sem tempo suficiente para terem sido acionadas, e a retirada dos corpos, a remoção de cápsulas de projéteis e a alteração da cena do crime para dificultar a investigação das mortes (*ibid.*, p. 340-341).

Esses quatro elementos levantados por Amadeo suscitam algumas questões para a reflexão sobre as referidas práticas de extermínio. Tal *modus operandi* evidencia que os assassinatos eram previamente planejados e contavam com a participação não somente daqueles que puxaram os gatilhos e dos que dirigiam os veículos, mas dos policiais à serviço que iam logo em seguida aos locais dos homicídios para alterar as cenas dos crimes e fraudar os rumos das investigações.

Outro traço característico é a questão do *toque de recolher*. A polícia não reconhece que ordenou nenhum *toque de recolher* em maio de 2006, mas diversos moradores de regiões periféricas relatam que ouviram tal ordem (GOMES; ASSUMPÇÃO; SILVA, 2019). Em um primeiro momento, a reação de diversas pessoas

⁸⁹ O que demonstra que a escolha das vítimas não foi tão aleatória, como sugerem alguns autores, mas se baseou em critérios raciais, territoriais e de classe. E estes critérios foram tanto percebidos pelas Mães de Maio quanto por alguns analistas, como Sanjurjo e Feltran, ao dizerem: “as Mães de Maio e outros coletivos de familiares de vítimas da violência policial buscam enfatizar o critério racial (negros), de classe (pobres) e territorial (periferias) da repressão perpetrada” (SANJURJO; FELTRAN, 2015, p. 43). Estes critérios, aliás, se encontram presentes em toda a história do Brasil diante do genocídio dos negros, dos pobres e marginalizados.

foi a de indiferença, haja vista que “os familiares expressam que esse toque não tinha um significado direto em suas vidas, pois não entendiam que seus familiares poderiam estar entre as vidas ameaçadas” (*ibid.*, p. 365).

No entanto, no momento seguinte, quando além das notícias do *toque de recolher*, se espalharam os rumores acerca das execuções realizadas, a indiferença deu lugar ao medo, medo este que passou a ser suscitado inclusive pela cobertura midiática e pelas autoridades políticas.

Arantes (2007), ao analisar o pânico que se formou na cidade de São Paulo, relata que setores da mídia, do Estado e até mesmo renomados intelectuais passaram a reportar a onda de assassinatos (sempre pensados como cometidos pelo PCC, nunca pelos agentes estatais) como o “nosso 11 de setembro”⁹⁰. Evocava-se a ideia de que “estávamos sendo atacados por inimigos”, e, portanto, era preciso a polícia reagir e retomar a ordem pública. O *toque de recolher*, portanto, dramatiza um estado de pânico e terror provocado *in loco* nas periferias e *ad nauseam* na cobertura midiática.

Diversas Mães de Maio relatam que ouviram esse toque de recolher, e, com medo, instruíram seus filhos a não saírem de casa. “Muitas de nós mesmas vivemos na pele, na sequência dos primeiros ataques, a instauração de um brutal ‘toque de recolher’ não-oficial: depois das 19 horas era realmente perigoso andar nas ruas” (MÃES DE MAIO, 2018, p. 108). Algumas destas mães, que passaram tal instrução a seus filhos, foram Dona Sônia, mãe de Wagner, July, mãe de Emerson, e Débora, mãe de Rogério.

Na ocasião de uma *live*, Débora contou que seu filho não aceitou a ordem de toque de recolher do Estado:

O meu filho ele não aceitou a ordi do Estado do toque de recolher. Vocês vejam bem, o toque de recolher, o Estado falava lá atrás, quando não existia Mães de Maio, que o toque de recolher vinha pelo crime organizado. Mas o toque de recolher em 2006, quando parou essa metrópole, então botou todos os paulistanos pra correr, pra ir pra dentro das suas casas, pra não ver o que o Estado ia fazer como retaliação, da corrupção, dos achques que o Estado tava fazendo com familiares dos presos. E aí os familiares dos presos se queixaram com os presos, teve os ataques, e como retaliação, eles saíram pra poder dar uma satisfação pras empresas de ônibus que tavam sendo queimadas, e pros

⁹⁰ Esta analogia é carregada de sentidos, ensejando múltiplas comparações analíticas. Tomando como paralelo a interpretação de Butler (2019) acerca da sucessão do 11 de setembro de 2001 nos Estados Unidos, entendo que em ambos os casos, a ideia de o Estado dar uma “resposta” em função de “ataques inimigos” é verificada. No entanto, diferente de como foi no caso estadunidense, em São Paulo o Estado jamais admitiu que “atacou de volta”, como resposta ao PCC, alegando que houve tão somente situações de confronto que levaram a mortes de “bandidos” que seguiam atacando. Ainda assim, a multiplicidade de sentidos que a analogia carrega reserva significativa importância.

banco, e também pro Morumbi. Porque pra favela foi tiro, e tiro não é tiro de borracha igual ao asfalto (DÉBORA MARIA, 2019a).

Débora aponta que um dos objetivos do *toque de recolher* extraoficial imposto pelo Estado foi o de retirar as pessoas das ruas para que não testemunhassem a matança realizada pelos agentes estatais. Mas nem a polícia e nem qualquer outra instituição do Estado jamais admitiu a autoria desses *toques de recolher*, e, como expôs Débora, diziam que tal ordem advinha do PCC. Esta, porém, não era a única prática realizada pela polícia e imputada ao crime organizado.

Nos inúmeros casos de arquivamento de inquéritos policiais de pessoas assassinadas nos Crimes de Maio de 2006, a alegação comum, indiscriminadamente utilizada, era de que as vítimas teriam sido mortas em função de “dívida com tráfico”. Assim, insinuavam que tanto vítimas quanto algozes eram “bandidos” mortos em “acertos de contas”.

Se levarmos adiante a retórica dessas alegações da polícia e do judiciário, para além das distorções absurdas e denunciadas por mães e pesquisadores, veremos uma contradição lógica iminente: quem matou era bandido, e quem morreu também era... bandido. Ou seja, a categoria “bandido” aqui é utilizada para apagar dois sujeitos reais nessa história: do lado dos que mataram, a polícia, e do lado dos que morreram, as vítimas.

“Bandido” é aqui, na lógica fraudulenta policial, uma categoria paradoxal: ele é tanto aquele que morre quanto aquele que mata na periferia. Ele, “bandido”, é o resultado de uma simulação que dissimula os sujeitos reais destacados acima. Nos diversos casos elencados, o bandido não era nem quem morreu, nem quem matou, mas tornar a ambos “bandidos” oculta quem matou (a polícia) e deforma quem morreu (a vítima).

Como veremos no próximo capítulo, diversos traços desse *modus operandi* das execuções são vistos em outras chacinas cometidas por policiais. O estado de terror provocado é encarado como uma ação de um Estado mortal que pratica *terrorismo de Estado* (MÃES DE MAIO, 2011a). Este estado de terror se manifesta de múltiplas formas:

Um Terror cotidiano que tem na falta de condições mínimas para uma vida digna, por um lado, e no poder repressivo da polícia e de agentes paramilitares ligados ao estado, por outro, duas faces da mesma moeda da opressão. Uma opressão que se concretiza das mais diversas formas, concentradas ou diluídas, descaradas ou “cordiais”, em especial contra a juventude pobre e negra do país. Práticas que, cada vez mais, têm culminado em torturas cotidianas, encarceramento em massa, e seguidas execuções sumárias (*idem*, 2018, p. 117).

Por fim, como resultado da ação do Estado nos Crimes de Maio e após eles, ao negar um suporte básico aos familiares das vítimas, observa-se entre as mães uma percepção de que também lhes foi sequestrado *o sentimento de Justiça* das famílias. E isto porque mesmo após anos deste brutal evento em que centenas de mães, familiares e amigos tiveram seus entes queridos assassinados, eles “até hoje seguem sem qualquer satisfação decente por parte do Estado brasileiro” (*ibid.*, p. 118).

A imensa maioria dos casos permanece arquivada, sem investigação correta para busca da Verdade dos fatos; sem Julgamentos dos verdadeiros culpados (os agentes do estado e seus outros braços armados); sem qualquer Proteção, Indenização ou Reparação por parte das instituições que tiraram os seus/nossos jovens. Um estado que ainda insiste em sequestrar também o sentimento de Justiça dessas/nossas famílias (*ibid.*, p. 118).

Os Crimes de Maio foram, portanto, esse terrível evento que deu origem ao Movimento Mães de Maio como seu efeito colateral, após ter imposto a estas mães a perda de pessoas que organizavam sentidos a suas vidas, sentidos estes que tiveram que ser rearranjados. Os Crimes de Maio, no entanto, não foram um episódio isolado, mas se inserem em um longo histórico de genocídio, massacres e chacinas que constituem a *democracia das chacinas*.

Capítulo 2 – A democracia das chacinas

A gente ou está vivo e orgulhoso, ou está morto. E quando se está morto, a gente não liga mesmo. E o modo como se morre pode ser, por si mesmo, uma coisa que cria consciência política. Assim, a gente morre nos tumultos. Para um número muito grande, na verdade, não há realmente muito o que perder – quase que literalmente, dado o tipo de situações de que provêm. E assim, se a gente puder superar o medo pessoal da morte, que é uma coisa altamente irracional, sabe, então a gente está a caminho
(Steve Biko)

As vítimas invisíveis da democracia
(Movimento Mães de Maio)

Este segundo capítulo é dividido em quatro subcapítulos: Uma história de mães em *luta*, Estado e políticas de morte, Chacinas e democracia, e Raça e política como guerra. Assim como adverti na introdução ao primeiro capítulo, devo advertir novamente que alguns leitores podem sentir que há mais de um capítulo aqui. Ainda que todas as quatro partes envolvam tanto discussões históricas quanto teóricas e etnográficas, cada parte acaba por privilegiar mais um desses gêneros do que outros. Contudo, o que vincula todas estas partes é o seu caráter engendrado em torno da discussão temática do capítulo: a *democracia das chacinas*.

Assim, no primeiro subcapítulo apresento uma narrativa sobre uma história de mães em *luta*, de modo que além de não ter a pretensão de reconstituir plenamente uma história geral nesse quesito, a grosso modo também não foco nas mobilizações de mães ou movimentos de mães, mas tão somente nas organizações e redes de mães que *lutam* contra a violência estatal nas últimas décadas no Brasil.

Ao discutir sobre Estado e políticas de morte, e Chacinas e democracia, estes dois subcapítulos se tornam uns dos que contêm maior densidade na dissertação. E isto porque parto de uma discussão teórica mais estendida sobre estes temas, concentrando-me, em um primeiro momento, em destrinchar teorias bibliográficas que conformam a perspectiva sobre o Estado deslanchada nesta pesquisa, ao passo em que estas teorias são postas em diálogo com uma perspectiva sobre o Estado que parte das Mães de Maio e é analisada em seus principais aspectos.

Em suma, o movimento intelectual que se pretende fazer aqui é engendrar teorias sobre o Estado que me servem de mirada, vendo-as contrastar com teorias nativas quanto ao Estado. Neste sentido, tanto as teorias nativas são refletidas através dessas teorias bibliográficas, quanto estas são observadas a partir das teorias das Mães de Maio. Este

mesmo movimento que se aplica ao Estado é feito em relação a vários temas que pululam nos debates deste capítulo, como políticas de morte, genocídio, guerra e democracia.

É também nos tópicos intermediários do presente capítulo que mais me debruço sobre alguns dos principais textos políticos das Mães de Maio publicados em seus livros. Assim, estes artefatos produzidos pelas mães ganham bastante potência narrativa e analítica nesse momento, uma vez que deles teço caminhos narrativos que tanto desvelam concepções das Mães de Maio quanto põem em discussão diversas questões suscitadas pelas teorias científicas.

Ainda neste momento de maior adensamento, o terceiro subcapítulo se propõe a discutir, com o auxílio de contribuições de alguns autores, o fenômeno das chacinas e o modo como o Movimento Mães de Maio perspectiva esses eventos de extermínio. A parte final do tópico é um debate acerca da crítica das Mães de Maio à democracia contemporânea no Brasil, ocasião em que adentro mais diretamente no que é denominada por elas como uma *democracia das chacinas*.

Por fim, no último subcapítulo, a respeito de raça e política como guerra, percorro analiticamente a compreensão e a produção de política que as Mães de Maio tanto fazem com seu movimento quanto identificam sendo feito pelo Estado. Políticas essas que são exprimidas como uma guerra. De um lado, a partir de políticas de morte do Estado, de outro, partindo de políticas de vida das Mães de Maio.

Aponto nesta última parte do capítulo para um debate feito pelas mães em torno das *parideiras*, das *guerreiras* que tem o *dom* de *parir uma nova sociedade*. Este debate, em que pese remeter à questão do protagonismo na *luta* contra o genocídio – que será retomada no terceiro capítulo, através da análise de alguns episódios concretos de conflitos –, não remete a uma discussão centenária na história dos movimentos socialistas, que é a questão da vanguarda.

No interior desta tradição política, muito se falou acerca da vanguarda, e podemos estabelecer alguns marcos neste debate, expressos nas obras de Marx, Lênin, Rosa Luxemburgo e dos comunistas de conselhos (que se opunham aos “comunistas de partido”), como Anton Pannekoek. Todavia, em todos estes autores, o debate sobre a vanguarda remete sempre à questão da classe e/ou do partido político, refletindo acerca de qual é a classe revolucionária no capitalismo.

As Mães de Maio não são uma classe social, e muito menos um partido, mas são um movimento que se constitui enquanto uma rede, e cuja base é o grupo social das mães. Sendo assim, toda essa discussão sobre vanguarda não cabe para tratar a respeito da proposição de protagonismo na *luta* contra o genocídio que postulam as Mães de Maio. Deste modo, antecipo esta justificação aqui para explicar por que não serão feitas comparações desse tipo no decorrer do presente capítulo.

Uma história de mães em *luta*

*Do rio que tudo arrasta / se diz que é violento /
Mas ninguém diz violentas / as margens que o comprimem*
(Bertolt Brecht)

Tentam nos enterrar, mas somos sementes!
(Frase em uma faixa do Movimento Mães de Maio)

2006 é o ano marco do nascimento do Movimento Mães de Maio, mas não é o dos primeiros movimentos de mães no Brasil. Se as práticas de chacinas do Estado em muito antecedem aos Crimes de Maio, as práticas de *luta* de movimentos de mães também provêm de datas muito mais longínquas, seja contra estas violências praticadas pelo Estado, seja por melhores condições de vida ou mesmo contra certas tragédias a que foram acometidas. A maior parte dos movimentos de mães brasileiros emerge após o fim da ditadura militar brasileira, ou já em seus últimos anos. A ilustre exceção a ser feita é para os Clubes de Mães da periferia⁹¹.

Nascidos a partir do movimento em torno da teologia da libertação e da organização proporcionada pelas Comunidades Eclesiais de Base, os primeiros Clubes de Mães da periferia surgiram na Zona Sul de São Paulo, no Taboão da Serra, a partir do final dos anos 1960, e se desenvolveram nos anos 1970, em regiões também da Zona Sul, como Vila Remo, Jardim São Luís, Santa Margarida, Figueira Grande e São Joaquim.

Estes Clubes chegaram a contar com dezenas de núcleos, tendo forte atuação política até meados da década de 1980, e ainda existem alguns Clubes de Mães da periferia em atividade até hoje. Os Clubes de Mães eram formados por mulheres católicas,

⁹¹ Conheci um pouco sobre a história dos Clubes de Mães da Periferia no evento “Mães da Periferia: resistência das mulheres na ditadura militar”, realizado na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da USP em 02 de maio de 2018, com a presença dessas mulheres.

moradores de regiões periféricas, trabalhadoras e militantes que reivindicavam demandas populares, associadas a melhores condições de vida.

“Com o tempo, ajudaram a fomentar inúmeros movimentos populares por melhorias nos bairros, como as lutas por escolas, postos de saúde, creches, por transporte e pela regularização dos loteamentos clandestinos” (AZEVEDO; BARLETTA, 2011, p. 133). Ou seja, além de sua própria atuação, a importância destes Clubes de Mães da periferia reside também no seu caráter frutífero, sendo a fonte de onde emergiram diversos outros movimentos populares que *lutavam* no mesmo sentido das demandas populares, como o Movimento do Custo de Vida, criado em 1973, e o Movimento de Luta por Creches, unificado em 1979.

Entendo que outra razão especial que torna o movimento dos Clubes de Mães da periferia uma experiência política fundamental é que eles demonstram como em plena ditadura militar brasileira, mães de periferia *lutaram* e se organizaram entre si, enfrentando a repressão autoritária, os impactos materiais da elevação inflacionária e, por último, e não menos importante, a retórica de que os militantes contra a ditadura eram apenas setores de uma classe média branca e de elites intelectuais. É certo que diversos grupos sociais encamparam esta *luta*, e entre eles, mães periféricas de forma pioneira estiveram entrincheiradas⁹².

No que se refere aos movimentos de familiares de vítimas da ditadura militar, existe uma dificuldade em lidar com o tema em razão de certa dispersão de mães e familiares de vítimas em vários movimentos que não são organizações que carregam uma remissão nominal à centralidade destes familiares, com exceção da Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos (CFMDP) (AZEVEDO, 2018). Portanto, ao passo que preponderaram mobilizações de familiares de vítimas em diversas organizações contra a ditadura, pela anistia ou por questões relacionadas a Memória, Verdade e Justiça (MVJ), poucas foram as organizações autodenominadas de familiares de vítimas da ditadura militar⁹³.

⁹² Para mais informações sobre os Clubes de Mães da Periferia, cf. Azevedo e Barletta (2011), Pessoa de Oliveira e Spink (2018), e especialmente a tese de Diniz (2018).

⁹³ O que, como conta Azevedo, caracteriza-se como uma distinção entre a história dos movimentos de familiares de vítimas da ditadura no Brasil e na Argentina, uma vez que neste país foram criadas diversas organizações autodenominadas de mães e familiares de vítimas, como, por exemplo, “Asociación Madres de Plaza de Mayo, Madres de Plaza de Mayo-Línea Fundadora, Abuelas de Plaza de Mayo, Familiares de

Após a Lei da Anistia, de 28 de agosto de 1979, foi criada na década de 1980 o CFMDP de São Paulo, que, por sua vez, deu origem ao Instituto de Estudos sobre a Violência do Estado (IEVE), em janeiro de 1993, em decorrência da abertura da vala clandestina de Perus, em 1990⁹⁴. Outro movimento relacionado a MVJ cujos familiares de vítimas da ditadura militar tiveram bastante destaque foi o Grupo Tortura Nunca Mais (GTNM). Criado em 1985 no Rio de Janeiro, esta organização atua em defesa dos direitos humanos, em busca de reparações para vítimas e familiares de vítimas da ditadura e pelo afastamento de torturadores de cargos públicos, entre outros objetivos⁹⁵.

Quanto à emergência de outras organizações relacionadas à luta contra a ditadura e por MVJ, muitas delas compostas por familiares de vítimas do regime militar, Azevedo aponta que

É preciso notar também que houve diferentes momentos na formação dessas organizações. Os anos 1980 foi marcado pela fundação dos grupos Tortura Nunca Mais (e similares, como o MJDH/RS [Movimento de Justiça e Direitos Humanos]), além da *Comissão de familiares*. A partir de 2001, a articulação de setores profissionais e de trabalhadores que perderam seus empregos ou benefícios trabalhistas em virtude das cassações e perseguições políticas, deram início à luta por reparações. Nesse contexto, em que é aprovada a Lei 10.559/02 e leis similares nos estados, todas versando sobre a reparação econômica, surgem uma série de associações, como: *Associação 64/68 do Estado do Ceará*, *a Associação dos Anistiados do Estado de Goiás*, *o Fórum dos Ex-presos Políticos do Estado de São Paulo*, *a Associação Brasileira de Anistiados Políticos (Abap)*, *a Associação Democrática Nacionalista de Militares (Adnam)*, *a Coordenação Nacional de Anistiados Políticos (Conap)*, entre várias outras (ABRÃO, 2010:108). Em um terceiro momento, mais atual, surgem novas organizações com pautas mais amplas que envolvem a preservação da memória, a punição dos torturadores e a defesa das comissões da verdade, sustentadas por grupos como o *Núcleo Memória*, nascido do *Fórum dos Ex-presos*, e diversos *Comitês* ou *Coletivos Memória, Verdade e Justiça*. A partir de 2011, eles surgiram em praticamente todos os estados e em diversas cidades do país. Algumas dessas organizações receberam apoio de familiares. Os relatórios de monitoramento da CNV [Comissão Nacional da Verdade] produzidos pelo ISER [Instituto de Estudos da Religião] trazem pesquisas realizadas com esses grupos que possibilitam ter uma ideia de sua

Desaparecidos y Detenidos por Razones Políticas e H.I.J.O.S. (Hijos por la Identidad y la Justicia contra el Olvido y el Silencio)” (AZEVEDO, 2018, p. 122).

⁹⁴ A Vala Clandestina de Perus localiza-se no Cemitério Dom Bosco, no bairro de Perus, na Zona Noroeste de São Paulo. A vala foi aberta em setembro de 1990 pela prefeitura de São Paulo, em decorrência da pesquisa do jornalista Caco Barcellos para seu livro *Rota 66 - A história da polícia que mata*, publicado em 1992, sobre a história da tropa da PMESP denominada Rondas Ostensivas Tobias de Aguiar (ROTA), criada em 1970 (BARCELLOS, 2020). 1.049 sacos contendo centenas de corpos foram encontrados na abertura desta vala.

⁹⁵ Apesar de a criação dessas organizações (CFMDP e GTNM) datar dos anos 1980, na década de 1970 já havia mobilizações de familiares de vítimas da ditadura, como nos movimentos pela anistia, através Movimento Feminino pela Anistia (MFPA), criado em 1975, e dos Comitês Brasileiros pela Anistia (CBA's), criados entre 1978 e 1979, além de ações em conjunto com organizações como a Comissão Justiça e Paz de São Paulo (CJP-SP), criada por Dom Paulo Evaristo Arns em 1972. Além disso, na década de 1970 houve a tentativa frustrada de criação de uma Associação Brasileira dos Familiares de Mortos e Desaparecidos (ABRAFAM) da ditadura (GALLO, 2012).

expressividade numérica, assim como da recorrência do termo MVJ [Memória, Verdade e Justiça] em suas denominações [...]. Mais recentemente, observa-se também a formação de institutos, estruturados nos moldes de ONGs, a partir da iniciativa de determinadas famílias, cujos objetivos também estão fincados na dupla memória e Direitos Humanos, tais como o *Instituto Vladimir Herzog* e o *Instituto João Goulart*, por exemplo (AZEVEDO, 2016, p. 127).

Assim, nas décadas de 1970 e 1980, tanto os Clubes de Mães da periferia quanto diversas organizações e movimentos de familiares de vítimas da ditadura representaram expressões de *lutas* capitaneadas por mães que enfrentavam a violência estatal e reivindicavam diversas pautas populares.

Mas o pioneirismo das *lutas* daqueles Clubes de Mães da periferia e das várias organizações de familiares que se mobilizavam contra a ditadura fica ainda mais evidente quando observamos a emergência dos diversos movimentos de mães no atual período democrático. E neste período, o ano paradigmático, que desencadeou toda uma *era* vigente até hoje, é o de 1990. Sendo assim, convém enfatizar que o ano de 1990 representa um marco para a história dos movimentos de mães contemporâneos no Brasil.

Apenas dois anos após a promulgação da “Constituição Cidadã”, que representou um apogeu no processo de redemocratização após 21 anos de ditadura militar no país, ocorreu a primeira chacina reconhecida da nova democracia: a Chacina de Acari, no Rio de Janeiro. Freitas assim narrou o acontecimento:

O drama de Acari começou em julho de 1990, com o desaparecimento de onze pessoas, sendo três meninas e oito rapazes. Desses onze, oito eram menores de idade. Os “Onze de Acari”, como ficaram conhecidos, desapareceram realmente em Magé, num sítio pertencente a avó de um dos desaparecidos. Estes são, em sua maioria, pertencentes a favela de Acari, ou de suas proximidades. Aparentemente, o grupo viajou para fugir de policiais que estavam tentando extorquir dinheiro de alguns deles que tinham envolvimento em assaltos e roubos de cargas de caminhão. Bandidos ou não, o fato concreto é que estes jovens foram retirados deste sítio numa noite de julho de 1990 por homens que se diziam policiais e nunca mais foram vistos (FREITAS, 2002, p. 70).

O desaparecimento forçado⁹⁶ dos 11 jovens de Acari levou à constituição do primeiro movimento de mães de vítimas do período democrático, as Mães de Acari. Das 11 mães que perderam seus filhos nesta chacina, seis tiveram uma participação mais assídua no movimento e as outras cinco, por diferentes razões, participavam de forma mais incipiente ou não participaram do movimento.

⁹⁶ Sobre a categoria de “desaparecido forçado”, cf. Araújo (2014). Categorias semelhantes podem ser vistas no caso brasileiro, como a de “desaparecido político” (AZEVEDO, 2019), e no caso argentino, a exemplo de “detenidos-desaparecidos” (SANJURJO, 2018). Para outras questões sobre os desaparecimentos, cf. Ferreira (2015).

Um dos vários acontecimentos notórios envolvendo as Mães de Acari foi o assassinato de uma delas, Edméia da Silva Euzébio, em 1993, enquanto buscava por informações sobre o paradeiro de seu filho, Luiz Henrique da Silva Euzébio⁹⁷. A Chacina de Acari chocou o Brasil, e através da *luta* das Mães de Acari, alcançou imensa repercussão nacional e internacional. Estas mães periféricas conseguiram realizar passeatas públicas, apareciam na televisão, viajavam a outros países, estampavam capas de jornais, colocando em evidência na cena pública a história de violência a que seus filhos foram submetidos e a impunidade que acompanha esta história.

Fábio Araújo (2008) compreende que estas ações das Mães de Acari representaram a elaboração de “tecnologias de protesto”, visibilizando sua *luta*, acompanhadas de “tecnologias de defesa”, que respondiam a tentativas de desqualificação que estas mães já sofriam em função de sua condição de gênero, de classe, racial e territorial. As estratégias de *luta* destas mães envolvem a produção de “depoimentos-testemunhos, passam por práticas de luto e reivindicação de justiça, depois a denúncia à Anistia Internacional a partir das redes locais e posteriormente a denúncia nos meios de comunicação e registro em livros” (LEAL, 2019, p. 609).

Algumas destas Mães de Acari chegaram até mesmo a aparecer em telenovelas, como a *Explode Coração*, exibida na TV Globo em 1996, sob direção de Glória Perez. Esta diretora, desde que perdeu a sua filha, Daniella Perez, assassinada em 1992, aos 22 anos, passou a se aproximar de movimentos de mães que buscavam notícias sobre seus filhos desaparecidos nos anos 1990. Foi assim que nesta telenovela, em episódios marcados pela trama acerca do desaparecimento de crianças, também apareceram as Mães da Cinelândia, que desde 1995 se mobilizavam atrás de informações sobre o paradeiro de seus filhos desaparecidos no Rio de Janeiro.

Como resultado da enorme repercussão que estes episódios alcançaram, mais de 70 crianças desaparecidas foram encontradas no Rio de Janeiro⁹⁸, e ainda em 1996, um novo movimento de mães surgiu inspirado na *luta* das Mães de Acari e das Mães da Cinelândia que apareciam na telenovela: as Mães da Praça da Sé, em São Paulo. Voltadas

⁹⁷ Talvez por isto, Vera Gonzaga tenha questionado a Débora Maria e a Vera de Freitas se elas “querem virar Mãe de Acari?”, em referência ao assassinato da Mãe de Acari Edméia.

⁹⁸ Devemos ter em mente que a maior parte destas crianças desaparecidas que foram reencontradas haviam fugido de casa devido a conflitos familiares, e outras delas foram raptadas. Nenhuma delas, porém, foi vítima de violência policial, tal como ocorreu com os jovens e adolescentes da Chacina de Acari.

para a busca de filhos desaparecidos, as Mães da Sé atuam até os dias de hoje, e já localizaram mais de cinco mil pessoas pelo país.

O tema da mãe que *luta* para reaver o seu filho desaparecido surgiu novamente em outra produção cultural televisa, o seriado *A Justiceira*, transmitido pela TV Globo em 1997, e dirigido por Daniel Filho, Dennis Carvalho, Vicente Amorim e José Alvarenga Júnior. Diante deste quadro de evidência no cenário público do tema da dor maternal pela perda de um filho, e da *luta* destas mães para reencontrá-los, Freitas conclui que “é dessa realidade que, acredito, ganha ênfase uma ‘nova’ figura para o imaginário materno: a imagem de *mães que lutam*” (FREITAS, 2002, p. 71).

Concordando ou não com a inferência a que chega Freitas, não podemos compreender como a questão da *luta* das mães pelos seus filhos vitimados adquiriu a presença no cenário público que obteve se não considerarmos a relevância do movimento de mães pioneiro⁹⁹ nesta *luta*, as Mães de Acari. Apesar disso, nenhum dos corpos dos 11 desaparecidos na Chacina de Acari jamais foi encontrado, bem como nenhuma pessoa foi sequer indiciada e o inquérito policial foi encerrado em 2010 por “falta de provas”.

Ainda que o objetivo talvez de maior importância para as Mães de Acari, que era os culpados pelas mortes de seus filhos serem responsabilizados, não tenha sido alcançado, a *luta* destas mães é este marco referencial para os movimentos de mães subsequentes. As Mães de Acari, portanto, possuem importância fulcral para os movimentos de mães posteriores, e foram profusamente tematizadas em pesquisas em áreas como o jornalismo (NOBRE, 1994), o serviço social (FREITAS, 2002), a sociologia (ARAÚJO, 2007) e a antropologia (VIANNA, 2015), além de terem sido homenageadas na exposição *Em Luta: vítimas, familiares, terrorismo de Estado*, durante a 32ª Reunião Brasileira de Antropologia (32ª RBA, 2020)¹⁰⁰.

Ainda nos anos 90, mas fora da região Sudeste, em 1993 surge o Comitê em Defesa da Vida da Criança Altamirense, no Pará. Durante quatro anos, de 1989 a 1993, cerca de 24 meninos, crianças com idades entre 8 e 14 anos, foram sequestrados e violentados, tendo partes de seus corpos decepadas, como suas genitálias, e muitos deles

⁹⁹ E pioneiro não apenas por ter sido o primeiro movimento de mães criado pós ditadura militar no Brasil, como também por ter sido quem primeiro elaborou as “tecnologias de protesto” e de “defesa” mencionados por Araújo (2008) e que seriam seguidas e desenvolvidas por outros movimentos de mães.

¹⁰⁰ Esta exposição, aliás, que aborda também outros movimentos de mães de vítimas da violência de Estado no Brasil, é um dos exemplos de potencialidades que a produção conjunta de saber entre antropólogos e interlocutores pode alcançar, como discuti na Introdução.

foram mortos e desaparecidos, neste episódio conhecido como “caso dos meninos emasculados em Altamira”.

Este Comitê em Defesa da Vida da Criança Altamirense foi formado por familiares das crianças vítimas em Altamira, e há quase 30 anos *luta* por justiça e em defesa da vida destas crianças. *Luta* esta efetuada por mulheres pobres nortistas que, em parceria com outros movimentos de mulheres trabalhadoras rurais e setores religiosos, marcaram a história do enfrentamento às violações cometidas no Brasil, e foram tema da tese de antropologia de Paula Lacerda (2015).

No início dos anos 2000, a prática das chacinas continuou ocorrendo no Rio de Janeiro, assim como se passou nos anos 1990. Porém, a execução de quatro jovens por policiais na favela do Borel, na Zona Norte da cidade, em 16 de abril de 2003, foi o estopim para o surgimento de um novo movimento de familiares de vítimas. No relato feito por Silva, Santos e Ramos, os autores nos contam:

Os anos de 2003 e 2004 foram um marco importante na crescente mobilização de base social, capitaneada por familiares e amigos de vítimas, contra a violência no país. No dia 16 de abril de 2003, quatro jovens foram mortos em uma operação policial na favela do Borel, no bairro da Tijuca, zona Norte. A polícia justificou as mortes afirmando que os jovens eram integrantes de grupos criminosos, fato desmentido posteriormente. Além disso, os laudos cadavéricos mostraram que os jovens foram executados, e testemunhas disseram que pelo menos um dos jovens tentou dissuadir os policiais da suspeita de que eram bandidos e pediu às autoridades para que pudesse se identificar, porém não foi atendido. A partir desse caso, um grupo de moradores do Borel, apoiado por movimentos sociais¹⁰¹, organizou um movimento contra a violência policial conhecido como “Posso me identificar?”, em alusão à última frase dita por uma das vítimas da chacina (SILVA; SANTOS; RAMOS, 2019, p. 22).

Assim, o caso do Borel se tornou uma referência para os movimentos de *luta* contra a violência policial no Rio de Janeiro, na medida em que, através da solidariedade, mobilizou o apoio de moradores de outras favelas da cidade, de outros movimentos sociais e de outras mães que também tiveram seus filhos assassinados na capital carioca (FREIRE; FARIAS; ARAÚJO, 2009).

E mais do que isto, a mobilização do movimento “Posso me identificar?” se tornou um referencial por ter promovido transformações nas manifestações que compõem as atividades de *luta* por justiça e “rituais para a dor” (CATELA; NOVAES, 2004) próprias dos movimentos de familiares de vítimas. Estas transformações tiveram um impacto imagético, como: “as camisetas brancas utilizadas na ‘Caminhada Borel pela Paz’ foram

¹⁰¹ Dentre eles, o Grupo Tortura Nunca Mais do Rio de Janeiro.

substituídas pelas malhas pretas marcadas pela frase ‘Posso me identificar?’, enquanto velas e flores e orações foram somadas a discursos políticos, documentos de divulgação de propostas do movimento, faixas e cartazes que explicitavam os motivos da luta” (FREIRE; FARIAS; ARAÚJO, 2009, p. 22).

Mesmo com toda sua *luta*, o desfecho jurídico deste caso da Chacina do Borel foi que, dos 16 policiais envolvidos na operação, somente cinco foram indiciados e apenas um condenado. Mas a mobilização do movimento “Posso me Identificar?” não cessou, e, na verdade, em pouco tempo, constituiu uma nova rede de movimentos de *luta* contra as violências de Estado no Rio de Janeiro:

Após um ano da chacina, os moradores da Favela do Borel se reuniram com movimentos similares de outras favelas e morros do Rio de Janeiro, além de ONGs de defesa dos Direitos Humanos, como o Centro de Justiça Global, e movimentos sociais, como a Frente de Luta Popular, o Centro de Cultura Proletária e a Central de Movimentos Populares, para realizar uma grande manifestação na Zona Sul do Rio de Janeiro. Essa manifestação marcou o ato de formação da Rede de Comunidades e Movimentos contra a Violência (SILVA; SANTOS; RAMOS, 2019, p. 22-23).

Fundada em 2004, a Rede de Comunidades e Movimentos contra a Violência do Rio de Janeiro se tornou mais uma referência para as *lutas* de movimentos de mães neste estado e além dele. Formado inicialmente por moradores das favelas de Acari, Borel, Caju, Jacarezinho, Mangueiras, Maré, Rocinha, Pedreira, Providência e Vigário Geral, além dos movimentos elencados, a Rede se expandiu tanto numericamente quanto em distribuição territorial à medida em que o Estado continuou produzindo novos mortos e novos familiares de vítimas nesta cidade.

Em seu site oficial, a Rede se apresenta da seguinte forma:

A Rede de Comunidades e Movimentos contra a Violência é um movimento social independente do Estado, de empresas, partidos políticos e igrejas, que reúne moradores de favelas e comunidades pobres em geral, sobreviventes e familiares de vítimas da violência policial ou militar, e militantes populares e de direitos humanos. A Rede se constrói pela soma, com preservação da autonomia, de grupos de comunidades, movimentos sociais e indivíduos, que lutam contra a violência do Estado e as violações de direitos humanos praticadas por agentes estatais nas comunidades pobres (REDE DE COMUNIDADES..., 2006).

Sendo um dos movimentos de familiares de vítimas de diálogo mais profícuo com o Movimento Mães de Maio, a Rede de Comunidades e Movimentos contra a Violência influenciou a leitura política das Mães de Maio ao postular que, desde os anos 1990 com a Chacina de Acari, o período histórico atual do Brasil é a *Era das Chacinas*. Esta categoria nativa da Rede, como exporei nos tópicos seguintes, serviu de base inspiradora

para o Movimento Mães de Maio¹⁰² formular a sua compreensão sobre o regime político brasileiro contemporâneo.

Sem a pretensão de mencionar todos os movimentos de mães que surgiram neste período – e muito menos de dar conta de todas as mobilizações de mães contra a violência, sendo elas organizadas em movimento ou não – minha intenção até aqui foi destacar a emergência de alguns dos principais movimentos de mães que influenciaram a atuação das próprias Mães de Maio, bem como que conformaram certo *tempus* de *lutas* protagonizadas por estes movimentos. Um “tempo da política”, para seguir a releitura feita por Araújo (2007) do conceito proposto por Moacir Palmeira (2002).

Como considero que atingi este propósito do presente tópico até aqui, quero apenas acrescentar algumas menções a outros movimentos de mães e a atividades feitas entre eles neste contexto de tempo da política. Em 2005, após a Chacina da Baixada Fluminense – a maior chacina da história do interior do estado do Rio de Janeiro¹⁰³, em que policiais militares executaram 29 pessoas em diferentes lugares de Nova Iguaçu e Queimados –, surgiu a Rede de Mães e Familiares Vítimas da Violência de Estado na Baixada Fluminense.

Em 2006, no mesmo ano que surge o Movimento Mães de Maio, é criada em São Paulo a Associação de Amigos e Familiares de Presos (AMPARAR), um movimento de familiares de presos e sobreviventes do sistema prisional brasileiro que, através de sua militância anticarcerária, enfrenta as violências de Estado perpetuadas nas criminalizações e no interior do sistema penal.

Após dois anos de diálogos, em dezembro de 2008, o Movimento Mães de Maio, a AMPARAR e a Rede de Comunidades e Movimentos contra a Violência do Rio de Janeiro organizaram na cidade de São Paulo o evento denominado *Tribunal Popular - O Estado Brasileiro no Banco dos Réus*. Este encontro, além de estreitar laços entre estes

¹⁰² Além das Mães de Acari e da Rede de Comunidades e Movimentos Contra a Violência, que são referências em solo brasileiro para a emergência e formulações das Mães de Maio, as Madres de Plaza de Mayo da Argentina – grupo de mães que se articula desde 1979, em meio à ditadura militar argentina – são outra clara inspiração para o Movimento Mães de Maio.

¹⁰³ Até 2021, a Chacina da Baixada Fluminense era a maior chacina de todo o estado do Rio de Janeiro, mas a partir deste ano ela passou a dividir este posto com a Chacina do Jacarezinho, a chacina com maior mortalidade realizada na capital carioca, em que 29 pessoas foram assassinadas em uma operação policial executada na Favela do Jacarezinho, em 06 de maio de 2021.

movimentos de familiares de vítimas, debateu diversas violações de direitos humanos praticadas pelo Estado em São Paulo, Rio de Janeiro e Bahia (32ª RBA, 2020).

Menos de um ano depois, em agosto de 2009, em Salvador foi realizado o *Encontro Popular pela Vida e um outro modelo de Segurança Pública* (ENPOSP), evento que reuniu diversos movimentos sociais “que atuam no campo de segurança pública e direitos humanos de diferentes estados do país, com o objetivo de construir coletivamente uma estratégia de enfrentamento às múltiplas formas de violência institucional” (*ibid.*).

Outro evento que reuniu militantes e movimentos sociais contra violações de Estado das cidades do Rio de Janeiro, São Paulo e Salvador foi o *Encontro Popular sobre Segurança Pública e Direitos Humanos: Violências de Estado no Rio dos Megaempreendimentos* (ENPOP), realizado no Rio de Janeiro em julho de 2013. Este encontro ocorreu com o intuito de “debater diferentes formas de violência institucional no contexto de consolidação de um modelo de desenvolvimento que impõe uma cidade privatizada e militarizada” (*ibid.*)¹⁰⁴.

Em Fortaleza, no Ceará, foi criado o movimento Mães do Curió, após a Chacina do Curió, em que policiais militares executaram 11 pessoas em 15 de novembro de 2015. Desde então, estas mães têm se reunido e *lutado* em busca de justiça pelas mortes de seus filhos, todos jovens, negros, pobres e moradores de periferia.

Também nesta última década o Movimento Mães de Maio se espalhou pelo Brasil. Em outubro de 2014, após o desaparecimento forçado de Davi Fiuza em uma abordagem policial no bairro de São Cristóvão, no Litoral Norte de Salvador, Rute Fiúza, mãe de Davi, juntamente a outras mães de vítimas na capital baiana e em outros estados do Nordeste brasileiro, fundou o Movimento Mães de Maio do Nordeste.

Em 2015, após chacinas cometidas pela Polícia Militar do Estado de São Paulo (PMESP) em Osasco e Barueri, e na Zona Leste de São Paulo, surgiram os movimentos Mães de Maio da Leste e Mães de Osasco e Barueri. Também em 2014 e 2015, nas chacinas de Mogi das Cruzes, surgem as Mães de Mogi.

¹⁰⁴ Neste contexto, é válido lembrar, arvoravam-se movimentos contra as ações promovidas pelo Estado (como remoções, despejos, militarização e repressão) direcionadas aos preparativos das cidades-sede escolhidas para a Copa do Mundo de 2014. Foi também naquele período que ocorreram as amplas manifestações de junho de 2013.

Em 2018, após um incêndio no Centro de Internação Provisória, em Goiânia, em que 11 jovens foram mortos, nasce o movimento Mães de Maio do Cerrado, a partir do antigo Comitê Goiano pelo Fim da Violência Policial, criado em 2005¹⁰⁵. Em 2014, Thiago Vinicius, filho de Maria do Carmo Silveira (a Kaká), foi morto em “circunstâncias ainda não esclarecidas” no Centro de Remanejamento do Sistema Prisional (CERESP)¹⁰⁶ Gameleira, em Belo Horizonte (MG). A partir daí, Kaká encontrou com outras mães de vítimas e fundou o movimento Mães de Maio de Minas Gerais.

Por fim, considero propício concluir este tópico dizendo que, com a expansão dos movimentos de mães pelo Brasil, em decorrência da expansão das chacinas país afora, estes diversos movimentos passaram a almejar a construção de uma rede nacional de *luta* de familiares de vítimas. E para isto, passaram a fazer encontros.

Na ocasião de 10 anos dos Crimes de Maio, em 2016, o *I Encontro Internacional de Mães de Vítimas da Violência do Estado: por Justiça, Reparações e Revolução!* foi realizado na cidade de São Paulo, entre 11 e 13 de maio, reunindo mães e movimentos de mães de diferentes locais do Brasil. Ao final deste encontro, formou-se a Rede Nacional de Mães e Familiares de Vítimas do Terrorismo do Estado¹⁰⁷.

Em 2017, entre 19 e 20 de maio, foi a vez de ocorrer o *II Encontro da Rede Nacional de Mães e Familiares de Vítimas do Terrorismo do Estado*, na cidade do Rio de Janeiro. Entre as atividades do encontro, as mães se manifestaram na Assembleia Legislativa da capital carioca e exigiram a aprovação de projetos de leis direcionados às demandas de vítimas do Estado.

¹⁰⁵ Neste mesmo ano, em 16 de fevereiro, ocorreu a brutal repressão da Polícia Militar de Goiás ao despejar a Ocupação Sonho Real em Goiânia, que resultou no saldo de dois mortos, centenas de feridos, vários deles em estado grave, 800 presos e em torno de quatro mil famílias desabrigadas. Eronilde Silva Nascimento, que teve seu marido, Pedro Nascimento Silva, assassinado pela polícia neste despejo, é uma das fundadoras do Movimento Mães de Maio do Cerrado.

¹⁰⁶ O CERESP é uma unidade prisional para a prisão provisória em suas diferentes modalidades, isto é, para presos que não tem sentença transitada em julgado, aguardam decisões finais sobre o seu caso e, portanto, não são condenados. São tipos de unidades prisionais particularmente superlotadas em diversas regiões brasileiras, e em especial o CERESP Gameleira, de Belo Horizonte, se destaca por ser uma unidade prisional com histórico de superlotação e casos de violência contra detentos.

¹⁰⁷ Na mesma ocasião do lançamento da pedra fundamental do *Memorial dos Crimes de Maio e das vítimas do genocídio democrático*, narrado na Introdução. Aqui devo enfatizar que o Movimento Mães de Maio não é nem deslocado desta Rede nacional de mães, e nem a sua “vanguarda”, mas o compõe juntamente a outros movimentos de várias regiões do país, sendo considerado mais como uma referência de luta do que como uma espécie de dirigente dessa rede nacional. Além disso, alguns setores populares também participam da Rede, como o Fórum Social de Manguinhos e o coletivo Maré Vive, do Rio de Janeiro, entre outras organizações.

No ano de 2018, de 16 a 21 de maio, mães e movimentos de familiares de vítimas de diversos estados do Brasil, da Colômbia e dos Estados Unidos, se reuniram em Salvador (BA) durante o *III Encontro da Rede Nacional de Mães e Familiares de Vítimas do Terrorismo do Estado*. Neste evento, os movimentos realizaram atividades de pressão a autoridades estatais, bem como desenvolveram seus debates sobre o cenário político brasileiro.

O *IV Encontro Nacional de Mães e Familiares de Vítimas do Terrorismo de Estado* foi realizado entre 18 e 21 de maio de 2019 nas cidades de Goiânia e Hidrolândia, próxima à capital goianiense. Contando com a participação de mães e familiares de vítimas de nove estados do Brasil, ao final do evento, parte das mães se dirigiu até Brasília para participar de uma audiência no Ministério Público Federal com Debora Duprah, então procuradora federal dos direitos do cidadão (*ibid.*).

Em 2020, devido à pandemia de COVID-19, o *V Encontro Nacional de Mães e Familiares de Vítimas do Terrorismo de Estado*, que seria realizado em Fortaleza, foi seriamente prejudicado, tendo apenas parte de suas atividades executadas, em caráter virtual, durante o mês de maio, e com uma adesão reduzida em comparação aos encontros anteriores.

O fato é que os movimentos de mães estão em pleno vapor no Brasil, com projetos de articulação internacional, com mães da Argentina, Colômbia, Chile, México e Estados Unidos, entre outros países. Sem dúvidas, além das atividades que foram realizadas virtualmente durante 2020, a previsão que percebo em meu contato com as mães é de que, nos próximos anos, os movimentos de mães tendem a retomar as suas mobilizações de rua – lugar que elas ocupam constantemente.

Nestas mais diversas articulações de movimentos de familiares de vítimas, as Mães de Maio têm sido figuras fundamentais, não de modo a impossibilitar a existência de conflitos, mas para servir de amparo a novas mães e movimentos de mães que se formam a partir da dor de perdas recentes, e compartilhando com elas seu repertório político – sem dúvidas, construído coletivamente – de compreensão de mundo. E uma das categorias mais decisivas deste repertório é a de *democracia das chacinhas*, que baliza a leitura das Mães de Maio sobre o regime democrático e o período histórico do Brasil atual.

Estado e políticas de morte

Há muitas maneiras de matar. Você pode enfiar uma faca no estômago de alguém, tirar o pão de alguém, não curar a doença de alguém, colocar uma pessoa em uma acomodação precária, explorar uma pessoa até a morte, levar alguém ao suicídio, levar alguém à guerra e assim por diante. No nosso país algumas dessas maneiras são proibidas
(Bertolt Brecht)

Os fenômenos retratados nesta pesquisa são, em última instância, relações entre pessoas, e entre pessoas e seu mundo, que se localizam em uma determinada conjunção social. A despeito das críticas ao conceito de sociedade (STRATHERN, 2006), chamo aqui esta conjunção social de sociedade, sem a pretensão de universalidade e atemporalidade com este termo, mas para delimitar, mais ou menos precisamente, a conjunção social que corresponde a este país.

Com isto não quero dizer que o país ou a sociedade sejam unidades estanques, homogêneas ou estáveis, mas que se dão por composições estruturais e específicas, locais e globais, que conformam arbitrariamente tal unidade. A sociedade, por sua vez, é composta por diversas outras conjunções sociais, como grupos, comunidades, setores, classes, instituições e aparatos, para ficar nesses exemplos. Convivendo em sociedade, os seres humanos desenvolvem relações sociais extremamente variáveis. O Estado é uma dessas relações desenvolvidas em sociedade.

Por ser uma relação tão amplamente desenvolvida em sociedade, observar o Estado é um exercício que se faz não fora, mas dentro de sociedade, e a partir de uma localização social específica. Isto significa dizer que toda observação sobre o Estado é relacional, na medida em que remete à desde que lugar na sociedade tal olhar é lançado. Significa dizer também que estes lugares de observação¹⁰⁸ possibilitam certas visualizações, bem como certos pontos cegos ou de invisibilidade nas diferentes miradas que lhes são respectivas.

Neste sentido, as Mães de Maio, assim como pude observar em um estudo que realizei com outro movimento social (ALMEIDA; BEMFICA, 2018), possui uma perspectiva crítica em relação ao Estado, mas elas não se relacionam com o Estado

¹⁰⁸ Estes lugares de observação não devem ser compreendidos de maneira estática, afinal, eles próprios são produtos de relações, construídos e modificados constantemente. Portanto, não há um determinismo imbuído aqui, como se pertencer a tal classe ou raça necessariamente conduzisse a possuir um olhar. As constituições dessas miradas são múltiplas, e são carregadas não apenas a nível de experiências consideradas próprias de “marcadores sociais”, como a nível de experiências relativas às singularidades de cada pessoa, família e grupo social em certas épocas e lugares.

unicamente à base do enfrentamento. O enfrentamento é a principal forma de relação destas mães com o Estado, mas não a única. E afirmo isto por duas razões.

A primeira é que as Mães de Maio reconhecem que há distintos setores do Estado em que podem estabelecer distintas formas de relação: com uns, de enfrentamento (como é o caso da polícia), com outros, de negociação (como é o caso de alguns setores jurídicos, como a Defensoria Pública), e com outros, de aliança (como é o caso de alguns setores de universidades públicas, como certos grupos de pesquisa).

A segunda razão é que, portanto, por mais que as Mães de Maio percebam que há múltiplos setores no Estado, atuando em distintas direções, e com os quais alguns podem ser aliados, outros negociadores e outros antagonistas¹⁰⁹, elas também percebem que esses distintos setores do Estado não agem frente a elas com igual força, poder ou influência de decisão¹¹⁰ – afinal, no mais das vezes, é a ação da polícia a que é a mais potente e decisiva nas suas vidas nesses territórios criminalizados. Deste modo, em que pese não possuírem uma visão monolítica do Estado, as Mães de Maio percebem que o caráter repressivo do Estado se sobrepõe a outros, como o assistencial, por exemplo, frente às suas vidas.

Poderíamos considerar esta perspectiva das Mães de Maio sobre o Estado como um essencialismo¹¹¹? Vejamos isto mais de perto. Particularmente, a minha resposta a esta pergunta é não. Não considero que há um essencialismo na concepção das Mães de Maio sobre o Estado, se levarmos em conta suas percepções e críticas mais amplas. Claro

¹⁰⁹ E, nesse sentido, a sua perspectiva do Estado não pode ser chamada de monolítica.

¹¹⁰ E aqui trago outra vez exemplos de uma situação de despejo: ainda que possa haver a presença de Defensoria Pública, Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Estadual, grupos universitários etc. presentes em um momento de execução de despejo de uma ocupação urbana ou rural, a Polícia Militar costuma ser o setor do Estado que mais imprime suas marcas nessas situações, inclusive, às vezes não somente despejando e agredindo os ocupantes, como atingindo também membros de outras instituições estatais. Em minhas etnografias com duas ocupações urbanas na Região Metropolitana de Belo Horizonte (ALMEIDA; BEMFICA, 2018; ALMEIDA; BEMFICA; LANNA, 2017), pude ver, inclusive, a Polícia Militar realizar despejos à revelia de procedimentos necessários partindo de outras instituições estatais, como um mandado judicial de reintegração de posse. Também no caso das ações policiais em favelas e periferias, não são poucas as denúncias dos moradores e militantes sociais de que agentes policiais invadem casas sem mandados de segurança que os autorizassem a isto, aliás, como foi feito por policiais que invadiram a casa de Vera Lúcia Gonzaga dos Santos em 2008 em uma ação para criminalizá-la.

¹¹¹ Aliás, acredito ser necessário ponderar primeiro como podemos chegar à conclusão de que algo é um essencialismo. Não me parece que considerar que exista uma essência em certas coisas ou relações seja suficiente para esta abordagem ser caracterizada como essencialista, ou isto ser chamado de essencialismo. Assim como não me parece que encarar que as pessoas e relações tenham uma existência necessariamente signifique ser uma abordagem existencialista, ou que considerar a existência de fenômenos implique ser fenomenologista, ou ainda que as coisas também são, em certa medida, relativas, seja suficiente para tornar-se relativista. Em suma, não penso que estes elementos imediatamente impliquem nos seus “ismos”, uma vez que o que caracterizam estes “ismos” é a sua utilização determinista, isolada e/ou absoluta.

está que há outras dimensões do Estado que não aparecem com mais ênfase nessa mirada das mães – como a do Estado que assegura direitos de certos cidadãos, que salva certas vidas, que transfere renda ou perdoa dívidas – e, nesse sentido, alguns leitores poderiam considerar que esta é uma abordagem parcial sobre o Estado¹¹², e, consequentemente, baseada e/ou produtora de um estereótipo.

Eu responderia dizendo que sim, é uma abordagem parcial, como não poderia ser diferente, pelo que já afirmei até aqui. Porém, não considero que, derivado disso, ocorra necessariamente a produção de estereótipos sobre o Estado. A perspectiva das Mães de Maio sobre o Estado só pode ser considerada como um estereótipo na medida em que toda perspectiva sobre o Estado seja considerada como um estereótipo, já que resultante de valores, sentimentos, ideias e concepções, mais ou menos conscientes, a respeito do Estado. Contudo, me parece que se tudo pode ser considerado um estereótipo, mais precisamente nada seria um estereótipo – daí a minha posição em não tomar esta perspectiva das Mães de Maio como tal.

Herzfeld ressalta que a estereotipagem é uma prática promovida por todos os grupos humanos, e que “privar os ‘outros’ da capacidade de estereotipar, não reconhecer no terreno essas estratégias essencializadoras em que todos os grupos humanos participam, é um retrocesso condescendente à alteridade do bom selvagem” (HERZFELD, 2008, p. 269).

Estou de acordo com Herzfeld quando ele diz que todos os grupos humanos produzem estereotipagens. Porém, reconhecer que todos os grupos humanos estereotipam é algo distinto de dizer que tudo é estereotipagem. Em outras palavras, todos os grupos estereotipam, mas a estereotipagem não é a única forma de relação entre as pessoas e todo o mundo ao seu redor. Aliás, parece-me que o próprio Herzfeld concordaria com esta distinção.

¹¹² Reconhecer as categorias dos seus interlocutores como explicações pertinentes não quer dizer que elas, tão somente por serem de seus interlocutores, estão imbuídas de uma verdade essencial. Como argumenta Graeber (2019), levar a sério os argumentos de seus interlocutores significa considerar que, por vezes, eles podem estar equivocados também. Suas categorias, como as de quaisquer outras pessoas, expressam algo que se evidencia no seu campo de visão, mas deixa de fora outras questões. Contudo, o trabalho antropológico não se trata de “aderir” ao que é verdadeiro e recusar o que não é, mas de identificar e amplificar a visualização daquilo que se põe de dentro, e também de fora, da mirada que essas categorias efetuam.

Neste sentido, reforço que não compreendo a percepção das Mães de Maio sobre o Estado como um estereótipo, ao menos não em um sentido mais preciso do termo, mas como uma perspectiva. Uma perspectiva de quem teve suas opiniões quanto ao Estado profundamente alteradas a partir do momento em que agentes deste Estado assassinaram seu filho, acobertaram este assassinato, arquivaram as investigações, criminalizaram a vítima e seus familiares, perseguiram, intimidaram e ameaçaram sua família.

Esta experiência vivida pelas Mães de Maio não produziu um estereótipo das mães sobre o Estado, mas lhes deu as condições de formular uma certa perspectiva, um modo de percepção quanto ao Estado que é angulado desde o lugar social (de classe, raça, gênero e território) que ocupam, e, sobretudo, ao fazerem deste lugar social um *locus* privilegiado de sua ação política.

A crítica das Mães de Maio ao Estado é baseada em dois aspectos: tanto pelo o Estado fez através de seus inúmeros agentes, quanto pelo que ele representa e defende: este ordenamento social chamado sociedade capitalista. Nesta medida, o Estado é tomado como um guardião de algo maior que ele mesmo, que é esta forma de sociedade em que vivemos, e por isso o conflito instalado entre Mães de Maio e Estado é também um conflito entre transformação social, de um lado, e manutenção social, de outro.

A rigor, estes dois aspectos – aquilo que o Estado fez e faz a estas famílias, e aquilo que ele representa e defende frente a estas mães – não são tomados como coisas separadas: as práticas do Estado frente a esses familiares são entendidas como parte do papel do Estado diante desta sociedade. Isto não significa dizer que o Estado tenha um único papel na sociedade, ou que este papel seja o mesmo para toda e qualquer pessoa ou grupo social. Significa dizer que frente a estas pessoas, famílias e grupos, este tem sido costumeiramente o modo de lidar do Estado, de modo desigual a como o Estado lida com outras pessoas, famílias e grupos em outras posições e lugares nesta sociedade¹¹³.

Essa me parece ser uma posição interessante das Mães de Maio e que vai de encontro ao modo como muitos cientistas sociais e historiadores têm compreendido este Estado. Um exemplo geral e histórico que pode ilustrar bem isto é que, no contexto do escravismo, o Estado escravista defendia a sociedade escravista (mesmo com posições contrárias em seu interior em alguns momentos, posições estas que ganhavam ou perdiam

¹¹³ “A bala de borracha que corre no asfalto é bala de chumbo na periferia”, denuncia e provoca Débora.

força dependendo do contexto), mas a escravidão não atingia a todas as pessoas desta sociedade da mesma forma. Alguns setores usufruíam dos benefícios da escravidão, outros eram escravizados, e o Estado lidava com cada um deles de modo diferenciado. E destas formas desiguais, afinal, lida o Estado com diferentes grupos em uma sociedade de classes¹¹⁴.

Do modo como o compreendo, o Estado não é “algo” dado, mas feito. Porém, feito não apenas de forma discursiva ou imaginada, e sim em relações sociais concretas e abstratas. Desta forma, o Estado não é produto isolado de nenhuma pessoa, grupo ou classe social. Não é a burguesia que produz o Estado, nem a burocracia ou qualquer outro. Se o Estado é uma relação social, que envolve múltiplas relações sociais e outros fenômenos relacionados, ele só pode ser compreendido nesse seu caráter relacional. E relacional não apenas no sentido da relação entre um grupo ou classe com o Estado, mas na relação dos grupos e classes entre si, compondo uma determinada forma de organização da (vida em) sociedade.

Mas o Estado não é apenas uma relação social, ou produto de múltiplas relações sociais entre diferentes grupos e classes no interior de uma sociedade. Ele, de acordo com a definição de Viana, é “a principal forma de regularização das relações sociais nas sociedades de classes”¹¹⁵ (VIANA, 2015b, p. 31).

Isto significa dizer que o Estado não é definido apenas pelo seu caráter repressivo, como em Lênin, ou pelo seu caráter burocrático, como em Offe, ou por ser racional, como afirmava Weber, nem tão somente por seus aparelhos ideológicos, como colocou Althusser, e nem por ser a razão da história, como defendia Hegel. Todas estas e outras definições parciais do Estado captam certos elementos sobre ele, mas deixam de fora diversos outros aspectos. Trata-se aqui do mesmo processo que acomete nossos interlocutores: são perspectivas calcadas em determinadas posições sociais que condicionam visibilidades e invisibilidades nesta mirada.

¹¹⁴ Essa lógica da distribuição desigual de recursos ocorre tanto entre as classes sociais no interior de um país, quanto entre países capitalistas imperialistas, de um lado, e capitalistas subordinados, de outro lado. O exemplo atual da distribuição da vacina contra a COVID 19 é expressivo quanto a isto: das 200 milhões de vacinas contra COVID-19 que foram administradas até o início de fevereiro de 2021, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), 75% delas foram administradas em apenas 10 países ricos. Enquanto isto, em cerca de 130 países, em que vivem mais de 2,5 bilhões de pessoas, quase nenhuma vacina foi sequer recebida (NAVAS, 2021).

¹¹⁵ E o Estado faz isto de múltiplas formas, inclusive através das “desregulamentações”, como a dos direitos trabalhistas, conforme se tornou prática difundida pelo Estado neoliberal.

Como não é o objetivo desta pesquisa tentar formular uma espécie de visão integral sobre o Estado, mas considerar estas noções gerais e, mais especificamente, tratar sobre o Estado que mata, isto é, o Estado mortal, passemos a este enfoque. Há muitas formas de se matar no mundo contemporâneo, e o Estado realiza algumas delas. Dessas, muitas são efetuadas pelas instituições policiais. Mas há também pessoas que são mortas não pelo Estado, e nem mesmo pelos agentes policiais, e não estou aqui falando de assassinatos entre civis. Refiro-me às mortes nas quais teríamos dificuldades em localizar seus autores específicos.

Quando alguém morre de fome, por exemplo, quem é o responsável por esta morte? Alguém que negou comida a esta pessoa? O Estado que não ofereceu uma política assistencial? O modo de produção e distribuição de alimentos nesta sociedade? Parece-me que a dificuldade em localizar a autoria específica da morte de alguém em uma situação como essa se deve ao fato de que certas mortes não decorrem de uma única ação localizada – como o faz um policial ao disparar uma bala contra alguém – mas de relações sociais mais amplas que conformam formas de existência de amplas parcelas da população.

Portanto, eu não tenho a pretensão aqui de discutir sobre toda e qualquer forma social de matar alguém, direta ou indiretamente. Este trabalho trata exclusivamente sobre um modo de matar muito mais localizável, dado por meio da ação mortífera de agentes do Estado, ainda que não identificados individualmente.

Se assim procedo, devo, por um lado, tanto levar em consideração que esta não é a única – e também nem a mais recorrente – forma de matar alguém, e dessa maneira não devo isolar esse fenômeno que analiso diante das múltiplas formas de matar, como, por outro lado, não devo diluir a especificidade do fenômeno do qual analiso nessas muitas maneiras nas quais as mortes são efetuadas na sociedade brasileira.

Estas preocupações, em sentidos opostos, servem para evitar que minha exposição recaia em dois problemas frequentes. O primeiro problema é desaparecer que os homicídios policiais são uma das múltiplas formas de matar que são promovidas pelo Estado e por agentes muito mais difusos, ocultados pela aparência de relações sociais mais amplas – como as que levam a mortes pela fome, pelo frio no centro da cidade, pela falta de tratamento médico –, e assim não compreender que estes assassinatos compõem um conjunto de práticas e relações mais amplas de produção da morte. O segundo é perder

de vista as especificidades das mortes provocadas pela via do homicídio policial, ao tratar sobre o fenômeno de “necropolítica” genericamente, sem as precisões sociais e históricas necessárias.

É claro que muitas pessoas poderiam interpretar que mesmo aquelas mortes provocadas pelo que eu entendo aqui como relações sociais mais amplas são, na verdade, causadas pelo Estado – se não pela ação do Estado, pela sua omissão. Eu não tenho dúvidas de que, do ponto de vista das lutas reivindicativas, esse é um discurso estratégico, afinal, ele exerce uma cobrança no Estado para agir preventivamente no sentido de oferecer serviços assistenciais que impeçam a concretização dessas mortes.

Contudo, buscando ir além desse importante discurso estratégico reivindicativo, eu entendo ser necessário refletir sobre que imagem do Estado é esta que se projeta em tal discurso. Trata-se de uma avaliação sobre qual é a responsabilidade do Estado diante da emergência de pessoas que necessitam de serviços assistenciais para sobreviverem, e, logo, diante também da retirada dessas pessoas de uma tal situação.

Parece-me uma grande limitação considerar que o Estado é o único (ou mesmo o principal) responsável pela existência da pobreza, do desemprego, da fome ou das desigualdades sociais de um modo geral, como se todos esses problemas estruturais pudessem ser resolvidos meramente a partir do arbítrio do Estado, ou da voluntariedade de seus governantes e instituições. Isto não quer dizer, porém, que o Estado em nada tenha responsabilidade pela existência e atenuação destes problemas.

Em verdade, por trás de tal concepção reside uma lógica de que todos os conflitos e desigualdades sociais encontram como seu núcleo central o Estado, e que a partir de uma ou outra forma de Estado esses conflitos podem ser completa ou parcialmente resolvidos. Assim, se caso amanhã fosse constituído um novo Estado de bem-estar social, por exemplo, significaria que aquelas formas de morte provocadas por relações sociais mais amplas estariam de alguma forma resolvidas.

Entre os vários problemas desta concepção, aquele que me parece mais expressivo é que tal visão toma o Estado como uma espécie de autômato, um ente absoluto que possui vida própria, independente de outras relações, classes e grupos sociais, que não se contamina por nenhuma das estruturas da sociedade, mas que existe quase que pairando sobre ela (MARX, 2013).

Sendo assim, ao considerar uma autonomia e voluntariedade absolutas do Estado, perdem-se de vista as forças sociais que o atravessam, o compõem e, no mais das vezes, o conformam. Na contramão dessa perspectiva, compreendo aqui o Estado como composto, atravessado e conformado por múltiplas relações sociais – como as relações de produção, que remetem às questões do trabalho, dos recursos e condições de vida, entre outros aspectos – que imprimem suas marcas indeléveis não só no Estado, mas nas suas práticas – inclusive nas suas práticas e políticas de morte – e no conjunto da sociedade.

Assim, toda forma de Estado, incluindo aí o chamado Estado de bem estar social, só é possível emergir e decair, com suas ações e limites, por certas relações sociais de poder, por um lado, e pelas lutas sociais de classes e grupos, por outro lado. Que relações sociais de poder são essas? São as relações que se estabelecem em sociedade entre classes¹¹⁶ em conflito e em aliança. Mais especificamente, são as relações de produção e manutenção das formas de vida nessa sociedade a partir da lógica do capital.

Mais do que meramente o “mercado”, compreendo que é o capital a relação social que, no mais das vezes e de maneira mais decisiva, atravessa, compõe e conforma o Estado. O capital é entendido como uma relação entre classes sociais, que não se limita à esfera da produção mercantil, mas expande-se e molda diversos aspectos da vida na sociedade capitalista.

Desta forma, mais do que pensar nas possibilidades de autogeração do Estado, penso nos seus atravessamentos que vêm de distintas direções e exercem distintas influências sobre a sua conformação e atuação. Estas mesmas formas que atravessam o Estado também atravessam a sociedade de modo mais amplo, e uma análise delas pode explicar o que uma análise do Estado tomado em separado não é capaz, inclusive para pensar a respeito de certas formas de matar, como aquelas de autoria muito mais ampla.

Toda morte se processa também no plano biológico-corporal, independente de sua causa. Mas algumas mortes são facilmente compreendidas como mortes promovidas por ações sociais, como a perfuração do corpo por uma bala. Todavia, as mortes decorrentes de práticas sociais não são apenas estas efetivadas por indivíduos específicos. Muitas formas de morte são realizadas por condições sociais que a possibilitam, em que pese a

¹¹⁶ Que são também composições diferenciais de diversos grupos sociais.

dificuldade de essas condições terem identificados os seus autores. Nesses casos, tais mortes costumam ser associadas em um senso comum quase ao plano da natureza, ou da própria individualidade de quem morre.

É verdade que morrer de fome, de frio ou por doença são mortes cuja biologia é rapidamente acionada para explicar tais óbitos. No entanto, no interior da sociedade capitalista, essas mortes legadas ao plano da natureza ou da individualidade são justamente aquelas que decorrem de condições sociais mais amplas, e que ocultam toda cadeia de agentes responsáveis por trás dessas condições e relações.

O que merece explicação, nesses casos, não é como alguém pode morrer de frio, de fome ou de doença, mas como alguém pode morrer dessas causas em uma sociedade com uma hiper produção de roupas de frio, de casas vazias, de alimentos, de medicações e de tratamentos médicos. Assim, morrer de fome, frio ou doença em uma sociedade como a brasileira não é uma morte menos social – e nem menos advinda de agentes sociais responsáveis por isto – do que morrer alvejado por uma bala, apesar de esta morte ser legada ao plano da sociedade e aquelas ao da natureza.

Se, como estou defendendo aqui, todas essas formas de mortes são socialmente geradas e são compostas em múltiplas formas de matar, é preciso refletir sobre quais são e como agem as forças sociais mais amplas que engendram esses modos de matar. Penso que a supressão das necessidades vitais para uma vida digna em nossa sociedade é um fator dependente das formas e condições de produção e distribuição de bens materiais, coletivos e culturais nesta sociedade. Assim, todas estas formas de morte remetem ao Estado, mas também ao modo como se constituem determinadas formas de vida dentro do capitalismo.

Observemos uma comparação entre mortes por homicídio e outras causadas por ordens distintas. Em 2018 ocorreram 57.956 homicídios no Brasil (CERQUEIRA; BUENO, 2020, p. 7). Desses, 6.220 foram homicídios cometidos por policiais (BUENO; LIMA, 2019, p. 66). Neste mesmo ano, ocorreram 11.314 suicídios no país (BUENO; LIMA, 2019, p. 84). O que isto quer dizer? Que poucas pessoas são mortas por policiais? Claramente que não. Este número significa que 17 pessoas são mortas por dia por policiais, o equivalente a uma grande chacina por dia no Brasil.

Mais assustador ainda é o fato de que, em 2013, 2.212 pessoas foram assassinadas por policiais no país. Ou seja, em cinco anos houve um aumento, em números absolutos,

de 4.008 pessoas mortas a mais em um único ano (2018) em comparação a 2013, e, em números percentuais, um aumento de 181% entre estes anos (BUENO; LIMA, 2019, p. 66). Isto demonstra que a letalidade policial é crescente no Brasil, mesmo considerando exatamente essa faixa de tempo de cinco anos, entre 2013 e 2018, em que o número de homicídios em geral no país se manteve por volta de 58 mil pessoas vitimadas¹¹⁷ (BUENO; LIMA, 2019, p. 20).

Chama atenção, também, que enquanto 6.220 pessoas foram mortas pela polícia em 2018, 11.314 pessoas se suicidaram neste mesmo ano. Isto significa que, para cada pessoa assassinada pela polícia, quase outras duas pessoas tiraram a própria vida¹¹⁸. Considero que o sofrimento mental é uma das formas cada vez mais difundidas de matar, ao mesmo tempo em que o neoliberalismo cria novas políticas para o sofrimento (SAFATLE; JUNIOR; DUNKER, 2021).

Assim, se temos números de uma grande chacina de pessoas mortas diariamente pela polícia no Brasil, temos números de uma chacina maior ainda de pessoas que se suicidam a cada dia no país: em média, 30,99 pessoas tiraram suas próprias vidas todos os dias em 2018. Trago estas estatísticas para exemplificar e insistir no argumento de que esta sociedade capitalista produz múltiplas formas de matar alguém, e fazendo muito mais vítimas, do que o homicídio policial. Deste modo, falar de políticas de morte em um sentido geral deve levar em consideração essas práticas e relações mais amplas, que encontram nos homicídios policiais a forma mais cabal e individualizável de matar através do Estado.

Estou afirmando, com isto, que o Estado mata, mas essas e outras mortes também são cometidas **através** do Estado. Estas duas sentenças carregam distinções importantes. Enquanto dizer que o Estado mata implica identificar a autoria destas mortes no Estado e responsabilizá-lo por elas, dizer que as mortes são cometidas **através** do Estado dá um passo adiante e expressa que outras forças e grupos sociais matam por meio do Estado. Neste último caso, não são apenas agentes do Estado que puxam o gatilho, mas toda uma série de relações de produção, distribuição e formas de organização da vida que levam aqueles agentes a possuírem aquelas armas, efetuarem aqueles disparos e poderem contar com uma condição social que lhes permite praticar estes assassinatos tantas outras vezes.

¹¹⁷ Com exceção de 2017, em que o número de homicídios chegou a 64 mil (BUENO; LIMA, 2019, p. 20).

¹¹⁸ Mais precisamente, a taxa foi de 1,81 suicídio por assassinado pela polícia em 2018.

Assim como o crime gera toda uma economia política da pena, a morte matada de diversas formas gera toda uma economia política da morte – que é financiada e beneficia as classes superiores desta sociedade, nomeadamente a burguesia, os latifundiários, a burocracia e estratos superiores da intelectualidade¹¹⁹ – que marca formas de gestão de determinadas populações e territórios baseadas em um governo de mortes (FARIAS, 2020).

Para amplas parcelas das populações desses territórios, pertencentes – populações e territórios – a classes inferiores racializadas, como operários, lumpemproletários, empregadas domésticas, serviçariado, pequenos comerciantes, camponeses etc., a proximidade de suas vidas com uma ou mais forma de matar desta sociedade é constante. Neste sentido, Marx afirmou que a morte de indivíduos destas classes é parte do processo de manutenção do próprio capital: “o capital, porém, não vive só do trabalho. Senhor ao mesmo tempo elegante e bárbaro, arrasta consigo para a cova os cadáveres dos seus escravos, numa verdadeira hecatombe de operários que naufragam nas crises” (MARX, 1987, p. 68).

Bertolt Brecht, em seu poema *Muitas maneiras de matar*, conseguiu expressar através da linguagem poética o que quero dizer aqui:

Há muitas maneiras de matar. Você pode enfiar uma faca no estômago de alguém, tirar o pão de alguém, não curar a doença de alguém, colocar uma pessoa em uma acomodação precária, explorar uma pessoa até a morte, levar alguém ao suicídio, levar alguém à guerra e assim por diante. No nosso país algumas dessas maneiras são proibidas (BRECHT, 2016, p. 99, tradução minha).

Quero acrescentar a esse debate algumas reflexões sobre Estado, democracia e formas e políticas de morte no Brasil. O Brasil é um país cuja história é dividida em duas sociedades: a escravista, de sua fundação até 1888, e a capitalista, deste ano até o presente. Trata-se, portanto, de um país que, dos seus 521 anos de existência, 388 anos deles foram sob o escravismo e 133 anos são de capitalismo – um escravismo colonial (GORENDER, 2016) e um capitalismo subordinado (VIANA, 2009), vale ressaltar¹²⁰.

¹¹⁹ Em um momento intelectual em que a classe é considerada como mais um marcador social da diferença, como raça, gênero e sexualidade, não deixa de ser curioso observar que nomear as classes é considerado por muitos acadêmicos como algo cada vez mais difícil e incomum, preferindo fazer classificações genéricas (como classe A, B, C... ou classe baixa, média e alta), e apenas a classe causa estranheza a alguns leitores quando são feitas nomeações concretas.

¹²⁰ Essas datas se tratam de aproximações, na medida em que essas mudanças históricas se conformam no decorrer de processos, e não exatamente de eventos pontuais. A nível internacional, o escravismo colonial compôs o capitalismo emergente na Europa, em um processo que ficou conhecido como “acumulação primitiva” (MARX, 2011), e, portanto, a existência de um não pode ser entendida de maneira dissociada

Nestes 133 anos de capitalismo, o Brasil teve até o momento cinco diferentes regimes políticos – ainda que todos estes números, nomes e classificações sejam passíveis de controvérsia entre historiadores¹²¹. Eles costumam ser divididos em: Primeira República (1889-1930), Era Vargas (1930-1945), Quarta República (1945-1964), Ditadura Militar (1964-1985) e Nova República (1985-).

Esses distintos regimes políticos são demarcados tanto por séries de governos que estabelecem certas continuidades entre si no interior de cada regime, quanto pela criação de uma nova constituição de referência em cada um destes períodos (é o caso das constituições de 1891, 1934, 1946, 1967 e 1988). Além disso, esses regimes políticos também possuem subdivisões internas, como a Era Vargas, que se divide em Governo Provisório (1930-1934), Governo Constitucional (1934-1937) e Estado Novo (1937-1945). Essas subdivisões, no entanto, bem como os diferentes governos que as compõem, não são relevantes para a exposição aqui proposta.

Importa, aqui, dizer que estas distinções de regimes políticos são complexas e intrincadas, marcadas por descontinuidades e também continuidades. Entre estas continuidades, menciono certas práticas de genocídio que foram efetuadas de modos reconfigurados em cada momento histórico. Contudo, quando na academia ou nos movimentos sociais falamos e denunciemos o genocídio dos pobres, negros e indígenas no Brasil, referimo-nos quase sempre e exclusivamente a alguns momentos específicos: a escravidão, a ditadura e a democracia atual.

Esta narrativa pode levar seus ouvintes e leitores a acreditarem que apenas nestes períodos o genocídio foi praticado pelo Estado e pela sociedade estabelecida. Todavia, acredito que parte significativa dos próprios acadêmicos e movimentos sociais que fazem esta explanação não concordariam com isto. Sabemos que o genocídio é uma marca incessante deste país, em todas as suas formas de sociedade, regimes políticos e governos. Mas se isto é verdade, por que a ênfase nestes três períodos específicos?

É difícil precisar por que todos esses acadêmicos e movimentos sociais fazem isto, mas pela minha experiência como pesquisador e militante quanto a estas questões, penso

do outro. Ainda assim, as datas para tais aproximações utilizadas aqui são tema de muita controvérsia entre especialistas. Todavia, para os efeitos do meu argumento, tais discussões não são propriamente relevantes, uma vez que pretendo tão somente ilustrar a extensão da existência do escravismo no conjunto da história do Brasil.

¹²¹ Essas controvérsias, no entanto, são pouco relevantes para os argumentos que se encontram nesta dissertação.

que há uma resposta mais ou menos compartilhada por entre estes círculos. Em primeiro lugar, porque considero que seria difícil e pouco prático listar cada regime político do Brasil e suas práticas de genocídio, em um contexto em que movimentos se expressam sobre isto em formato de denúncia, e trabalhos acadêmicos que poderiam preencher essa lacuna não são tão apropriados por estes movimentos e por grande parte dos outros trabalhos acadêmicos que abordam o genocídio.

Em segundo, porque estes três períodos históricos são mais explicitamente marcados como diferentes épocas, distribuídas em distintos momentos do último século e meio da história do Brasil (final do século 19, meados do século 20 e final do século 20/início do 21), em que, em diferentes regimes políticos, o genocídio permaneceu inalterado, apenas seus modos de fazer foram atualizados. Esta é uma forma de narrar a perenidade do genocídio pela existência do país, sem adentrar na sua longa sucessão governamental¹²².

Em terceiro, porque há um histórico de denúncia contra o genocídio negro no Brasil que é marcado pela forma como a geração dos anos 1970 que compôs o Movimento Negro Unificado (MNU) elaborou e transmitiu esta narrativa. Autores como Abdias do Nascimento e Lélia Gonzalez, que exerceram grande influência nesse momento, criticavam as práticas racistas do Estado brasileiro na ditadura, faziam frequentemente menção a como estas práticas haviam sido legadas da escravidão e denunciavam a continuidade destas práticas mesmo na nascente democracia de então – nos anos 1980-90, no caso de Lélia, e até 2011, no caso de Abdias.

Essa prática de narrativa vinculando a escravidão ao presente era e é algo também influenciado pelo modo como os negros assim o faziam nos Estados Unidos. Neste país, o movimento negro formulou uma narrativa sobre a continuidade do genocídio e do aprisionamento dos negros nos EUA através da análise dos dispositivos da Constituição no pós-abolição. Mais precisamente, com a abolição da escravatura em 1863, foi aprovada a 13ª emenda¹²³ à Constituição dos EUA, em 1865, que versa sobre o fim da escravidão.

Contudo, este mesmo dispositivo transformava “a prisão da escravidão em escravidão da prisão” (GÓES, 2017 p. 103). De acordo com Angela Davis, a ilusão

¹²² Em suma, dizendo: o genocídio não acabou na escravidão, não acabou na ditadura, ele segue na democracia atual.

¹²³ Acerca deste tema, indico o excelente documentário dirigido por Ava DuVernay, *A 13ª Emenda*.

democrática para os negros “fora contida no mesmo momento em que fora prometida: na abolição da escravidão. Com a abolição da escravidão, os negros deixaram de ser escravos, mas imediatamente se tornaram criminosos – e, como criminosos, tornaram-se escravos do Estado” (DAVIS, 2009, p. 13-14). Assim, eu apontaria que estas razões elencadas de alguma forma explicam o modo como o genocídio é narrado pelos movimentos sociais e muitos trabalhos acadêmicos no Brasil.

No entanto, eu entendo o questionamento de quem sente certo incômodo com a ênfase em um período histórico para falar sobre genocídio, e nada diz a respeito dos demais períodos. Por sinal, este é também um dos meus incômodos com o conceito de “necropolítica”, formulado por Achille Mbembe (2018a) – incômodos estes que perduram mesmo quando utilizo algumas interessantes análises deste autor. Penso que para justificar a pertinência de um conceito que alega uma especificidade na sua abordagem diante da questão do genocídio, você deve fazer isto não apenas fundamentando teoricamente tal conceito, mas também historicamente.

Desde quando a necropolítica é uma prática de Estado? O que a fez emergir? Como ela se distingue do que havia anteriormente? Por que a “política” de antes não poderia ser chamada também de uma “necro” política? Eu entendo que as respostas para essas perguntas não se encontram no ensaio *Necropolítica* de Mbembe (2018a), em que pese elas terem sido um pouco mais desenvolvidas em outras obras do autor (MBEMBE, 2017, 2018b).

Perguntar-se desde quando isto existe é fundamental. Nildo Viana (2009), por exemplo, argumentou que entre os anos 1970 e 1980 emerge uma nova etapa do capitalismo, um novo regime de acumulação de capital¹²⁴, denominado por ele de Integral. Como parte deste processo, produzem-se mutações em diferentes escalas e relações, entre elas, no Estado, emergindo o Estado neoliberal. Este Estado, afirma o autor, teria se tornado o que Loïc Wacquant denominou de Estado Penal (WACQUANT, 2007) – em que pese a crítica de Maximo Sozzo (2017) a este conceito de Wacquant.

¹²⁴ Na proposição de Viana, os regimes de acumulação são épocas em que se divide o capitalismo, configurando determinados cenários mais ou menos cristalizados das lutas de classes. Um regime de acumulação se caracteriza por gerar uma determinada forma de Estado, uma determinada forma de relações internacionais e uma determinada forma de organização do trabalho (valorização do valor), gerando também certos paradigmas hegemônicos na produção intelectual, políticas culturais, entre outros fenômenos (VIANA, 2009).

A crítica de Sozzo a Wacquant, que também é feita por outros autores, é que o Estado no capitalismo sempre foi um Estado Penal. No entanto, apesar de esta conclusão ser verdadeira, há uma razão de ser para este conceito de Wacquant: o hiperencarceramento, seja nos Estados Unidos, seja no Brasil ou em diversos outros países, é um fenômeno que foi levado a cabo com a emergência do neoliberalismo, intensificado a partir dos anos 1990 e 2000.

Todavia, no que se refere ao conceito de necropolítica, em que reside a sua especificidade histórica¹²⁵? Se as guerras no Oriente Médio, na África e no Leste Europeu se multiplicaram nas últimas décadas e assim produziram milhares de mortos, o que dizer dos massacres coloniais que exterminaram dezenas de milhões de pessoas somente na América Latina e considerando apenas o século 16? Em que outro momento do capitalismo – desde as colonizações ao redor do mundo, que impulsionaram o que ficou conhecido, a partir da obra de Marx (2011), como “acumulação primitiva” no capitalismo emergente na Europa – a política dos Estados não foi uma “necropolítica”?

Mbembe parece avançar neste sentido ao tratar, em *Políticas da Inimizade*, como as democracias modernas nascem do mesmo solo do colonialismo, e assim, herdaram e desenvolvem práticas e políticas de morte daquele período (MBEMBE, 2017). Contudo, ainda me parece haver um salto muito grande dado em direção ao conceito de necropolítica, que, por esta e outras razões¹²⁶, não tomo como um conceito explicativo neste trabalho¹²⁷.

Formular uma teoria geral das políticas de morte envolve levar em consideração não apenas uma determinada forma de matar, como os homicídios, mas as múltiplas formas como se mata por certas condições sociais e através do Estado. E envolve também

¹²⁵ Karl Korsch reflete acerca da importância da especificidade histórica para a compreensão dos fenômenos sociais em um capítulo de seu livro *Karl Marx* (KORSCH, 2018). Contudo, apesar de me inspirar nas formulações deste autor, uso a expressão “especificidade histórica” em um sentido mais amplo que ele, referindo-se não apenas a modos de produção, mas a certas épocas que demarcam uma unidade temporal, podendo ser compreendidas tanto como modos de produção, regimes de acumulação ou outras formas de organização temporal.

¹²⁶ Como uma influência um tanto quanto conservadora do pensamento de Hannah Arendt nesta formulação de Mbembe.

¹²⁷ Ainda que isto desaponte alguns leitores, tendo em vista a grande difusão que o termo “necropolítica” alcançou, sendo utilizado inclusive por autores liberais e jornalistas de grandes oligopólios comunicacionais, como a Rede Globo. Ademais, um pouco mais de precisão conceitual possibilita um olhar crítico diante da emergência de tantas variantes conceituais que dizem muito pouco, ou quase nada, além do que já foi dito sobre políticas de morte e genocídio. É o caso de termos como “necro-neoliberalismo” (VALENCIA, 2018), “necrocapitalismo” (LIMA, 2020) ou “necro-ontologia” (LEMOS, 2018), e por aí adiante. Sobre inúmeras variações do “necro”, cf. Preciado (2020, p. 155-157).

pensar não só a especificidade dos homicídios diante dessa generalidade, como a especificidade histórica das políticas de morte de uma determinada época em relação a um período maior (como a modernidade capitalista) em que práticas mais ou menos semelhantes podem já estar operando.

Se, como afirmou Marx, a morte matada é um efeito intrínseco do capitalismo através do movimento do capital – em busca incessante por acumulação e reprodução ampliada, a despeito das consequências destrutivas a toda forma de vida, humana ou não – o que atravessa políticas de morte do Estado pode ser chamado de uma economia política da morte de tal sociedade. E assim sendo, outro elemento profundamente ligado à morte matada no capitalismo é a repressão penal. Quero argumentar aqui que morte e pena são produzidas pelo Estado e através dele para operar a gestão de imensas populações e territórios.

Assim como ocorre em diversos bairros negros nos Estados Unidos, em que mais de 80% da população de jovens negros já foi criminalizada e, assim, possui passagem pelo sistema penitenciário¹²⁸ (ALEXANDER, 2017, p. 43), nas últimas décadas, em algumas regiões periféricas no Brasil, parece ocorrer um processo semelhante, mesmo que com diferentes taxas de encarceramento¹²⁹. Processo este que denomino aqui de criminalização preventiva.

Criminalizar o máximo de pessoas – na maior parte das vezes, a partir de pequenos delitos, como furtos ou consumo e venda varejista de drogas ilícitas – nessas regiões não tem como finalidade única mantê-las presas pelo maior tempo possível. A lógica é prender mais, e não necessariamente manter as mesmas pessoas sempre presas. Mas ainda que essas pessoas sejam soltas e retornem para as suas casas, a criminalização cumpre aqui mais um papel fundamental: o de manter o máximo de pessoas já previamente criminalizadas, com passagem pelo sistema carcerário, como forma de possuir prontas

¹²⁸ “Em Washington, a capital da nação, estima-se que três em cada quatro homens negros jovens (e quase todos aqueles dos bairros pobres) podem ter a expectativa de passar algum tempo de sua vida na prisão. Taxas de encarceramento similares podem ser encontradas em comunidades negras de ponta a ponta do país” (ALEXANDER, 2017, p. 42).

¹²⁹ Claro que não podemos esperar as mesmas taxas de encarceramento no Brasil e nos EUA, porque são basicamente dois países com históricos distintos, e porque a população encarcerada nos EUA é de 2.300.000 pessoas e a no Brasil é de 748.009, segundo dados referentes ao ano de 2019 (SAWYER; WAGNER, 2020; INFOPEN, 2020, p. 2).

alegações e justificações a serem utilizadas se e quando essas pessoas forem mortas pelo Estado.

É claro que não é necessário ter antecedentes criminais para ser assassinado pelo Estado, e muitos dos que já foram executados pela polícia efetivamente não tinham. Contudo, mais do que uma validação individual, trata-se de uma lógica punitiva que se estabelece sobre um território, de modo que produzir muitas pessoas criminalizadas se torna uma espécie de álibi ou justificação pública prévia para quando qualquer pessoa nesse território fosse assassinada, tendo sido ela individualmente já criminalizada e adquirido antecedentes criminais anteriormente ou não, ser utilizada.

Isto quer dizer que as políticas de encarceramento andam de mãos dadas com as políticas de extermínio. Esta prática de criminalização preventiva, que compõe o que eu denomino de continuidade criminalizante¹³⁰, faz parte do modo de relação do Estado com certas classes sociais racializadas¹³¹. Neste sentido, a “raça no Brasil é fator criminógeno e exterminante” (GÓES, 2017, p. 101).

Durante os Crimes de Maio de 2006, a matéria de capa do dia 19 de maio do jornal Folha de São Paulo estampava uma declaração do comandante-geral da Polícia Militar, Elizeu Eclair Borges, com duas afirmações profundamente ligadas a esta tática estatal de criminalização preventiva. A primeira era que a “polícia não matou inocente”, e a segunda que “70% dos mortos têm uma longa ficha criminal” (SCHIVARTCHE, 2006).

O relatório do LAV-UERJ e Conectas publicado em 2008 concluiu que apenas 6% das vítimas fatais dos Crimes de Maio tinham antecedentes criminais (CANO; ALVADIA, 2008, p. 18) e que as ações policiais não se deram na “tentativa de prender suspeitos conhecidos com mandato judicial”, mas através das execuções de moradores dessas regiões atacadas (*ibid.*, p. 19).

Durante os trâmites judiciais em torno das investigações dos Crimes de Maio, a Defensoria Pública chegou a afirmar que “percebe-se em todos os inquéritos policiais a

¹³⁰ Retomarei o que denomino de continuidade criminalizante no próximo tópico.

¹³¹ A racialização é um processo reservado pelo racismo aos não-brancos. O branco é, assim, não racializado, na lógica racista, por supostamente ser universal. Este processo foi denominado por alguns autores como hetero-racialização (VALA; BRITO; LOPES, 2015). As classes inferiores – por serem subordinadas, exploradas e precarizadas – são racializadas no Brasil, à medida em que a maior parte das populações não-brancas compõem essas classes sociais. A subordinação, a exploração e a precarização a que essas pessoas são submetidas, portanto, remetem ao modo como vivem em uma sociedade estruturada sobre dominação de classe e opressão racial (FANON, 2005).

preocupação inicial em ‘investigar’ os antecedentes criminais das vítimas” (Defensoria Pública do Estado de São Paulo *apud* CAAF-UNIFESP, 2019, p. 93).

A criminalização é o passe moral para a polícia não apenas prender, mas matar. Neste sentido, para que esta tática estatal tenha êxito, não importa exatamente quantos dos mortos já foram presos, mas quantos deles compõem classes racializadas e territórios criminalizados. A maior parte das vítimas dos homicídios policiais, portanto, constitui o perfil da maior parte dos presos (e estes são uma parte dos criminalizados pelo Estado).

Enquanto no estado de São Paulo a população negra é estimada em 34,8% dos habitantes, 62,8% do assassinados pelas policiais deste estado em 2019 eram negras – 495 negros em 815 pessoas mortas por policiais naquele ano (RAMOS, 2020). Quanto à população encarcerada, 56,4% dos presos são negros, segundo dados do INFOPEN¹³² de junho de 2017 (MOURA, 2019, p. 33)¹³³.

Por outro lado, além de servir como forma de justificar as mortes efetuadas por policiais nas periferias, a criminalização preventiva também reforça uma política do medo baseada em uma ideologia racista e classista que cria corpos desviantes dos quais a sociedade deve se defender deles (KILOMBA, 2019). A partir dessa política do medo, justifica-se na esfera pública toda espécie de projetos de repressão daqueles corpos desviantes e “classes perigosas”¹³⁴.

Mas o Estado não promove essas criminalizações por alguma espécie de sadismo dos seus governantes. Na realidade, gerir extensas populações a partir da criminalização tem que ver com a multiplicação do que Marx chamou de “benefícios secundários do crime” (MARX, 2012).

Ao contrário do que se pensa no senso comum, não é a expansão do crime que gera a expansão securitária; é a expansão securitária que gera a expansão do crime. Afinal,

¹³² O INFOPEN é o Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias, realizado pelo Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN) desde 2004.

¹³³ A média nacional de negros no interior da população encarcerada é de 61,6%, chegando a mais de 80% em alguns estados do Norte e Nordeste (como Acre e Bahia) e alcançando a mínima de 34% em alguns estados da região Sul (como Paraná e Santa Catarina) (MOURA, 2019, p. 33).

¹³⁴ A expressão “classes perigosas” foi criada na Inglaterra na primeira metade do século 19, e em 1857 já constava na obra “Tratado das Degenerescências”, do psiquiatra franco-austriaco Benedict-Augustin Morel. Ainda no século 19, esta expressão já era veiculada pelos jornais brasileiros para inferir que “os pobres carregavam vícios, os vícios produzem os malfeitores, os malfeitores são perigosos à sociedade; juntando os extremos da cadeia, temos a noção de que os pobres são, por definição, perigosos” (CHALHOUB, 1996, p. 22).

de que outra forma uma tal expansão securitária se justificaria, se não para supostamente combater a expansão do crime? Há distintas formas de expandir o crime, como a criação de novas leis criminais, processo chamado por Viana de criminalização, e como através da imputação de ações criminosas a pessoas e grupos sociais, o que este autor denomina de incriminação (VIANA, 2018)¹³⁵.

Para Marx (2012), o principal processo de expansão do crime é a divisão social do trabalho. Nesta medida, não a pobreza, mas o acirramento das contradições da divisão social do trabalho é que promove uma expansão criminal. Estes distintos processos, no entanto, não devem ser vistos como concorrentes, mas complementares: é diante de tal divisão social do trabalho – um fenômeno que deriva do modo como se organiza a produção e reprodução de uma sociedade – que o Estado opera com suas práticas de incriminação e criminalização especialmente voltadas a determinadas classes sociais.

O crime no capitalismo se torna um ramo da produção social: produz não apenas as atividades associadas à criminalidade, mas principalmente uma série de aparatos e atividades criminalizantes, que constituem aquela expansão securitária. Aqui reside o caráter paradoxal desta relação: aquilo que diz combater o crime tanto alimenta-o quanto é retroalimentado por ele.

O crime cria a necessidade de produção de armas, equipamentos e tecnologias de repressão visando combater o crime, defender a ordem e a propriedade privada. Cria programas de televisão (no mais das vezes sensacionalistas), matérias e reportagens jornalísticas para os telenoticiários, elege políticos, cria programas de governo, políticas públicas, empresas de segurança privada, forças e batalhões policiais, delegacias, escritórios, gabinetes.

Muitas instituições, aparatos, setores, carreiras, equipes, profissionais, governos e famílias vivem do crime – dentre eles, poucos são os que praticam as atividades criminosas segundo a lei. Nesta medida, “o crime produz necessidades e a sociedade burguesa os meios de satisfazê-las” (MARQUES; DI MARCHI, 2012, p. 85).

Marx afirma que “o criminoso produz não somente a criminalidade, mas, também, a lei criminal; ele produz o professor de direito, também os cursos de análise da lei

¹³⁵ Cito estes conceitos de Viana, mas não estou exatamente seguindo eles nesta dissertação, na medida em que utilizo a expressão “criminalização” em um sentido mais amplo, envolvendo práticas estatais de tornar não apenas ações, mas formas de existência de grupos inteiros como um crime.

criminal, da criminalidade e assim o inevitável livro sobre o qual o professor apresenta suas ideias, que é mais uma mercadoria no mercado” (MARX, 2012, p. 86).

Além disso, prossegue o autor, “o criminoso produz todo aparelho policial, assim como, a administração da justiça, detetives, juízes, júri, etc. todas essas profissões diferentes”, e todas estas distintas profissões “constituem categorias na divisão social do trabalho, desenvolvendo as habilidades diversas do espírito humano, criando novas necessidades e novos meios de satisfazê-las” (*ibid.*, p. 87)¹³⁶.

Como efeito dessa divisão social do trabalho, o crime também atinge a esfera do saber técnico, e neste sentido o autor questiona a respeito dos desenvolvimentos científicos, técnicos e tecnológicos impulsionados pelo combate ao crime:

Será que a profissão de serralheiro teria atingido tal grau de perfeição se não fosse por causa dos ladrões? Será que a fabricação dos cheques bancários teria atingido tal grau de excelência se não fosse pelo gatuno? Será que o microscópio teria penetrado com tal eficácia no mundo comercial se não ocorresse todo dia a falsificação da moeda? O desenvolvimento da química aplicada, se não houvesse a falsificação de mercadorias, teria tamanho esforço honesto? O crime produz o desenvolvimento sem fim de novos meios de atacar a propriedade, força, portanto, a invenção de novos meios de defesa e esses produzem também grandes invenções da maquinaria industrial (*ibid.*, p. 87-88).

Marx questiona, portanto, o que do mundo burguês permaneceria sem o crime. “Deixando o domínio do crime privado, tomando o mercado mundial, será que as nações mesmo existiriam, se não fosse o fato dos crimes nacionais?” (*ibid.*, p. 88). O crime, e a criminalização que o faz expandir, é uma potente força para o capital. É em torno dele que se ergue toda uma economia política da pena (RUSCHE; KIRCHHEIMER, 2004; SERRA, 2009), todo um complexo industrial-prisional (DAVIS, 2018).

Para mim, claro está que essas considerações remetem a um papel geral do crime na história do capitalismo, e não se referem exclusivamente a uma determinada época no interior desta sociedade. O crime e a morte produzidos pelo Estado ou por meio dele estão mutuamente implicados na sociedade capitalista. Contudo, a perenidade desta relação não se garante exatamente do mesmo modo em cada época, mas através de renovações das práticas repressivas do Estado e da sociedade.

¹³⁶ E, mais do que isso, para Marx os benefícios do crime se dão inclusive no campo da arte: “Ele [criminoso] não produz somente os livros de direito criminal, a lei criminal, assim como seus legisladores, mas, também, a arte, a literatura, os romances e os dramas trágicos quando o tema se refere à criminalidade, tal qual *O Édipo* e *Richard III*, ou *Die Räuber* de Schiller, etc. O criminoso interrompe a monotonia e a segurança da vida burguesa” (MARX, 2012, p. 87).

Estas renovações configuram novos dispositivos securitários que têm sido cada vez mais expandidos nas últimas décadas no Brasil. Marques (2018) propôs que, com o final do período ditatorial e a passagem para a atual democracia, ocorreram certas mutações das formas de repressão estatal, e, mais precisamente, houve “o aparecimento de uma razão democrática e humanista no seio da segurança pública pensada e elaborada em São Paulo nos estertores do Regime Militar” (MARQUES, 2018, p. 13). Assim, neste período emergiu o que o autor denominou de “tríptico segurança pública – democracia – direitos humanos” (*ibid.*, p. 13).

A experiência que calcava estes novos dispositivos securitários era a não repetição daquilo que foi considerado como violências excepcionais por parte do Estado durante a ditadura militar. Deste modo, não era contemplado aí uma preocupação com a questão das violências cotidianas cometidas por agentes do Estado – que eram tratadas não na rubrica da militância política, mas na do crime comum (AZEVEDO, 2018).

Assim, tornar aquela violência dita política como excepcional e intolerável e esta violência cotidiana como regulamentada e legitimada, pela nova legislação, visando combater os criminosos e assegurar a ordem democrática, foi uma operação levada à cabo a partir dessas atualizações securitárias implicadas no processo de redemocratização (MARQUES, 2018). Daí se atualiza um sistema penal democrático, humanizado e expansivo (*ibid.*). E como a Chacina de Acari revelou dois anos mais tarde, iniciava-se também um genocídio democrático, como denunciam as Mães de Maio e outros movimentos de mães.

Estes mortos pelo Estado não descaracterizavam a nova democracia, afinal, tal violência não era mais direcionada a pessoas cuja razão destas violações seria legada ao campo do político, caracterizando-se como “certas vítimas e uma certa violência sobre a qual se pedia especial atenção” (AZEVEDO, 2018, p. 233). Portanto, através da separação entre as vítimas “comuns” (que sequer costumam ser lidas como vítimas) e as “políticas”, e em seguida pela interdição às violências de Estado direcionadas a estas últimas, a democracia regularizou a continuidade de uma violência mortal que tanto perpetua o genocídio histórico neste país quanto diferencia este Estado que mata no período democrático daquele no período ditatorial¹³⁷.

¹³⁷ Sobre a crítica a respeito da separação entre “comuns” e “políticos” como modo de justificar a permanência das violências de Estado destinados aos primeiros, é interessante observar que já na década

As Mães de Maio são extremamente críticas a esta separação entre “comuns” e “políticos”, que possibilita e atualiza a continuidade do genocídio frente aos pobres, negros e periféricos na democracia atual. Os vínculos entre precarização, criminalização e morte também são percebidos e denunciados por estas mães, como forma de gestão estatal de seus territórios e classes racializadas. Deste modo, fazem uma crítica à democracia contemporânea em função de uma de suas práticas características, os extermínios, constituindo o que as Mães de Maio denominam de *democracia das chacinas*.

É no interior deste processo mais amplo que as Mães de Maio expressam uma perspectiva sobre o Estado. Desta maneira, elas produzem modos de apreensão e concepção de um Estado que, como tenho afirmado até aqui, se não é produzido apenas imaginada ou discursivamente, mas fundamentalmente por relações práticas e efetivas entre as classes e os grupos sociais, também vai sendo costurado através de denúncias e depoimentos que formam uma espécie de mosaico narrativo do Estado.

Este mosaico narrativo, como denomino aqui, que tenta reproduzir no campo das ideias práticas de Estado observadas pelas mães em sua experiência cotidiana, corresponde ao que algumas autoras denominaram de “fabricação discursiva” do Estado. Neste sentido, e como bem notaram Vianna e Farias, em alguns movimentos de mães há uma “fabricação discursiva” do Estado “como polo antagônico às ‘mães’” (VIANNA; FARIAS, 2011, p. 92):

Tal antagonismo alimenta-se de duas representações interconectadas que se expressam, em diferentes momentos, sob a forma de acusações: a primeira delas de ser o Estado o responsável direto pela morte em si dos seus filhos e familiares; a outra, de reforçar a ilegalidade e a injustiça que envolveriam essas mesmas mortes, ao não condenar os culpados e ao não se esforçar para apurar as condições em que a violência fatal foi exercida (*ibid.*, p. 92).

Assim como Vianna e Farias observam entre as mães da Rede de Comunidades e Movimentos Contra a Violência do Rio de Janeiro, pude observar entre as Mães de Maio estes dois elementos levantados pelas autoras na fabricação discursiva do Estado que realizam as mães: entendendo-o como responsável pela morte dos filhos e reforçando a injustiça que se desdobra a partir daí.

de 1980 Paulo Sérgio Pinheiro fazia este debate (PINHEIRO, 1980). Todavia, antes mesmo de Pinheiro, ao que me consta, a primeira pessoa a criticar a distinção entre presos políticos e comuns no Brasil foi William da Silva Lima, um encarcerado, escritor e fundador da organização criminosa Falange Vermelha (atual Comando Vermelho), e autor do livro *Quatrocentos contra um: uma história do Comando Vermelho* (LIMA, 2016).

A partir da fala de uma mãe de vítima deste movimento no Rio de Janeiro, que disse que “enquanto o Estado está lá, sentado, comendo e bebendo do bom e do melhor, estamos aqui enterrando mais uma mãe” (*ibid.*, p. 92), as autoras inferem mais um elemento do modo como estas mães fabricam o Estado:

A figura antropomorfizada do Estado, que come e bebe enquanto permanece sentado, sem nada fazer para impedir a morte de “mais uma mãe”, põe em destaque os vários planos de antagonismo entre essas unidades construídas de modo relacional e contrastivo: a fruição dos prazeres de um em choque com a dor de outras; a inércia de estar sentado (e omissivo, portanto) ou de estar ativo no luto do funeral. O Estado aqui é evocado em sua plena dimensão de ideia, como proposto por Abrams (2006), ou seja, como entidade que tem concretude não apenas em suas formas institucionais, em sua dimensão de administração e governamentalidade, mas como entidade simbólica que atravessa e ordena o cotidiano das pessoas: aquele que faz; que deve fazer; que pode realizar ou escolher não realizar (*ibid.*, p. 92-93).

Outra vez, de modo semelhante, algumas Mães de Maio fazem críticas ao Estado utilizando uma linguagem que identifica-o a uma figura antropomorfizada, que age e deixa de agir, fala e silencia, pensa e escolhe, se alimenta e desfruta. Em certa ocasião, Débora Maria disse: “os crimes deu certo. Os Crimes de Maio foram crimes orquestrados. *Tem nome, sobrenome e endereço*” (MÃES, 2013). Trata-se, portanto, de uma identificação extrema do Estado a certos agentes estatais, mas não somente indivíduos identificáveis, abrangendo também grupos e classes que vivem e representam o Estado, com *nome, sobrenome e endereço*.

A percepção das mães de qual é o “propósito” do Estado para pessoas como elas e seus familiares ficou evidente após a morte de seus filhos, e foi sendo confirmada com os desdobramentos judiciais oferecidos por este Estado. Em que pese várias dessas mães – como Dona Ilza, Débora e Dona Helena – relatarem que seus filhos já eram marcados e perseguidos por policiais desde muitos anos antes de terem sido assassinados, esta perseguição era atribuída por elas àqueles policiais específicos, e não “ao Estado” e nem mesmo à polícia como um todo, não possuindo, portanto, a generalidade autoral que passaria a adquirir após a morte dos filhos.

As Mães de Maio elaboraram, assim, uma visão antagônica ao Estado, mas que, em que pese antropomorfizá-lo, não ignora a existência da multiplicidade do Estado, apenas não considera tal multiplicidade o elemento mais significativo deste Estado, uma vez ela não altera aquele antagonismo – a relação principal que se estabelece entre Mães de Maio e Estado, conforme eu venho argumentando desde o início deste subcapítulo.

Assim, analisar o modo como as Mães de Maio fazem uma “fabricação discursiva” do Estado deve levar em consideração também o modo como esta fabricação foi sendo constituída por estas mães, na medida em que elas nem sempre pensaram o Estado desta maneira, mas passaram a fazê-lo a partir de suas experiências concretas de vida. Estas experiências, portanto, interessam-me nesta pesquisa, e tanto neste quanto no próximo capítulo debruço-me sobre elas como modo de mapear não apenas a perspectiva a respeito do Estado que as Mães de Maio possuem, mas como ela foi sendo construída a partir da vida destas mães.

Chacinas e democracia

*Era a brecha que o sistema queria / Avise o IML, chegou o grande dia /
Depende do sim ou não de um só homem / Que prefere ser neutro pelo
telefone / Ratatata, caviar e champanhe / Fleury foi almoçar, que se foda a
minha mãe! / Cachorros assassinos, gás lacrimogêneo / Quem mata mais
ladrão ganha medalha de prêmio! / O ser humano é descartável no Brasil /
Como modess usado ou Bombril...¹³⁸
(Racionais MC's)*

*Frente à persistência da barbárie, o fato é que a cada dia nos desiludimos
mais e mais com isso que insistem em chamar de “democracia”
(Movimento Mães de Maio)*

A redemocratização do Brasil é creditada a diferentes governos, a depender de quem comente sobre este processo. É o que nos conta Marcio Goldman (2006) em sua instigante obra sobre a democracia. Na experiência de campo narrada em seu livro, Goldman se deparou com uma situação bastante peculiar, se comparada ao que costuma ocorrer em muitas etnografias.

Após comentar a respeito das dificuldades relativas a lidar com instituições que pertencem tanto à sociedade do antropólogo quanto à de seus interlocutores e que são valoradas diferentemente por eles – antropólogo e interlocutores –, Goldman confessa que, quanto à democracia, ela era tomada mais como um valor central seu do que de seus interlocutores, que, diferente do pesquisador, a consideravam importante “no sentido em que ela afeta suas vidas, mas jamais concordariam em considerá-la ‘central’” (GOLDMAN, 2006, p. 36).

¹³⁸ Trecho da letra da música “Diário de um detento”, dos Racionais MC's, que aborda o Massacre do Carandiru (1992). Videoclipe oficial disponível em: https://youtu.be/_CZunqkl_r4

O que é peculiar nesta situação, como foi reparado por Marques (2018), é que Goldman, ao fazer esta admissão, inverte em seu trabalho a ideia clássica da antropologia de tomar os nativos como crentes e o antropólogo como cético: no caso do movimento negro de Ilhéus, com quem o autor dialoga, era o antropólogo o crente e os “nativos” os céticos quanto à democracia.

Em outras palavras, Goldman coloca em sua etnografia que a “democracia representativa”, no mais das vezes, pode ser mais uma crença do antropólogo, e na qual os interlocutores sejam muito mais incrédulos (GOLDMAN, 2006). Na minha pesquisa com as Mães de Maio, todavia, considero que uma terceira situação a respeito desta questão pode ser observada. Se não estou, de forma alguma, alinhado à postura tradicional da antropologia que relatou Goldman, em que o antropólogo era o cético e os “nativos” os crentes, de igual modo não estou associado ao dilema em que se viu este autor, sendo o antropólogo o crente e os seus interlocutores os céticos.

No meu caso, alinho-me, do ponto de vista de perspectivas preexistentes ao trabalho de campo, com minhas interlocutoras Mães de Maio, na medida em que, tal como elas, possuo uma concepção crítica à democracia existente. A rigor, esta criticidade não se reduz à democracia apenas enquanto um regime político eleitoral, mas estende-se ao Estado, de forma geral. Somos, eu e minhas interlocutoras, todos céticos quanto a estas instituições.

Em certa medida, diferente delas, e em concordância com elas, sou crítico ao Estado por não desejar perpetuá-lo enquanto forma de organização política da sociedade, uma vez que partilho de uma concepção definida como autogestionária, que propõe – e mais do que isto, *luta* – por uma sociedade sem classes¹³⁹. Neste sentido, na esteira do que afirma Goldman de que todo antropólogo possui uma valoração formada em relação às instituições em sua sociedade, não reservo uma valoração positiva à democracia e ao Estado.

As Mães de Maio, por caminhos diferentes, também são críticas à democracia e ao Estado, e, neste sentido, possuímos uma convergência de perspectivas gerais. Porém, o meu esforço neste trabalho é o de percorrer uma mirada em relação a estas questões a

¹³⁹ Acerca desta concepção, cf. Viana (2015a).

partir da concepção do Movimento Mães de Maio. Para tanto, recorro às suas claras manifestações quanto ao tema.

O Movimento Mães de Maio aponta que os Crimes de Maio de 2006 foram “sem dúvida, o maior e mais emblemático Massacre da história brasileira recente, sendo um marco daquilo que os companheiros da Rede Contra Violência chamam de ‘A Era das Chacinas’, iniciada com a Chacina de Acari, em 1990” (MÃES DE MAIO, 2011a, p. 19). As Mães de Maio se inspiram nesta categoria da Rede, e a partir dela expressam sua própria nomeação equivalente para o período pós-1990: a *democracia das chacinas*.

O texto em que as Mães de Maio abordam de maneira mais extensa e frisada esta categoria nativa de *democracia das chacinas* se chama *Crimes de Maio e a Democracia das Chacinas*, e é dividido em três partes. Na Parte 2, intitulada *Os Crimes de Maio de 2006*, publicada em 2011, as Mães de Maio avaliam o que foram os Crimes de Maio diante do histórico das chacinas ocorridas no Brasil:

Os Crimes de Maio, nesse triste contexto, certamente representam o caso mais emblemático desta Democracia das Chacinas. Juntamente com o significado histórico do Massacre do Carandiru (1992) – o maior massacre carcerário que se tem notícia na história do país, até hoje sem o devido julgamento e respectiva responsabilização; a Chacina da Candelária (1993) – dado o simbolismo e a repercussão planetária de tamanha covardia cometida contra crianças e adolescentes dormindo, já em situação de rua, na frente de uma das principais igrejas em pleno centro do Rio de Janeiro; e o Massacre de Eldorado dos Carajás (1996) – a mais violenta matança no campo desta era democrática no Brasil, matança que também segue impune, mesmo tendo vitimado brutalmente dezenas de trabalhadores rurais sem-terra que lutavam legitimamente pelos seus direitos (*id.*, 2018, p. 106).

Ocorrido em 02 de outubro de 1992, o Massacre do Carandiru foi uma chacina cometida pela PMESP na Casa de Detenção de São Paulo, levando à morte de 111 pessoas encarceradas, tornando-se o maior massacre carcerário do país. Na noite de 23 de julho de 1993, agentes da Polícia Militar do Estado Rio de Janeiro (PMERJ) assassinaram oito crianças e adolescentes em situação de rua, dormindo próximos à Igreja da Candelária, no Centro do Rio de Janeiro, no episódio que ficou conhecido como Chacina da Candelária. No dia 17 de abril de 1996, 19 trabalhadores rurais sem-terra foram assassinados pela Polícia Militar do Pará (PMPA) no município de Eldorado dos Carajás, sendo a maior chacina rural no Brasil, conhecida como Massacre de Eldorado dos Carajás.

Todos estes – e muitos outros – extermínios, chacinas e massacres, realizados no campo, nas prisões ou nas cidades, estão marcados na memória, no discurso e na *luta* das Mães de Maio em sua denúncia da *democracia das chacinas*. A expansão de políticas de

morte em todas as regiões do Brasil foi sentida pelos familiares destas vítimas, e dentro das favelas e periferias foi denunciada a partir dos anos 1990 não apenas por movimentos de mães, mas também por grupos artísticos emergentes. No caso das periferias paulistas, a denúncia das violações policiais foi feita por grupos de rap como os Racionais MC's, Facção Central, Pavilhão 9, Realidade Cruel, Face da Morte, Detentos do Rap e Sistema Negro¹⁴⁰.

Diante deste cenário, as Mães de Maio expressam claramente uma compreensão de que os Crimes de Maio representam o caso mais emblemático da *democracia das chacinas*. Por quê? Porque nestes acontecimentos de maio de 2006 produziu-se “*mais vítimas do que o já terrível número de mort@s e desaparecid@s produzido pela última ditadura civil-militar brasileira nas trincheiras dos resistentes a ela, no país inteiro, ao longo dos cerca de 25 anos que ela perdurou (1964-1988)*” (*ibid.*, p. 106).

É interessante notar que tal comparação feita pelas Mães de Maio, neste texto de 2011, aparece de forma sensivelmente distinta em outra ocasião em que elas fazem uma comparação entre as vítimas da ditadura e da democracia. Em um texto de 2015, afirmam que nos Crimes de Maio de 2006 “em apenas uma semana (entre os dias 12 e 20 daquele mês), agentes policiais e grupos paramilitares de extermínio a eles ligados assassinaram mais de quinhentas pessoas (ou seja, mais do que o **número oficial** de mortos e desaparecidos durante os vinte anos de ditadura no Brasil)” (SILVA; DARA, 2015, p. 85, grifos meus).

Me parece que esta sensível e significativa observação tem a ver com a percepção de que não é exatamente correto dizer que durante os Crimes de Maio de 2006 foram assassinadas mais pessoas do que durante os 21 anos da ditadura militar no Brasil, afinal, milhares de pessoas foram assassinadas e desaparecidas por esquadrões da morte durante esse período e, ao serem consideradas como “bandidos”, suas mortes sequer compuseram alguma contabilidade oficial das vítimas da ditadura. Contudo, ao dizerem que nos

¹⁴⁰ Alguns dos principais álbuns dessas bandas, que nos anos 1990 e início dos anos 2000 explicitaram a denúncia das práticas policiais homicidas, inclusive já na própria nomenclatura desses álbuns, foram: *Holocausto Urbano* (1990), *Escolha o seu Caminho* (1992), *Raio X Brasil* (1993) e *Sobrevivendo no Inferno* (1997) dos Racionais MC's; *Estamos de Luto* (1998), *Versos Sangrentos* (1999), *A Marcha Fúnebre Prossegue* (2001) e *Direto do Campo de Extermínio* (2003) do Facção Central; *Primeiro Ato* (1992, sobretudo a música *Otários Fardados*), *Procurados Vivos ou Mortos* (1996) e *Cadeia Nacional* (1997) do Pavilhão 9; *Bem Vindos ao Inferno* (1994) do Sistema Negro; *Só Sangue Bom* (1998) e *Entre o Inferno e o Céu* (2000) do Realidade Cruel; *Quadrilha de Morte* (1998) do Face da Morte; *O Pesadelo Continua* (1999) dos Detentos do Rap.

Crimes de Maio de 2006 foram assassinadas mais pessoas do que “o **número oficial** de mortos e desaparecidos durante os vinte anos de ditadura no Brasil” as mães conseguem exprimir uma comparação mais apropriada entre (algumas) vítimas da ditadura e as da democracia.

Quando as mães comparam o número de mortos na ditadura com o dos Crimes de Maio não se trata de uma competição, ou de uma eufemização das atrocidades cometidas pelo Estado no regime militar. Ao contrário, trata-se de uma manifestação discursiva que evidencia uma escala mortal elevada, dificilmente percebida em sua real proporção a não ser pela comparação com outra escala de referência: o Estado matou mais pessoas em uma semana no período democrático do que eliminou como “inimigos políticos” em seus 21 anos de ditadura no Brasil¹⁴¹.

Trata-se de demonstrar como a máquina de matar do Estado foi tão desenvolvida e aprimorada da ditadura até a democracia atual que, enquanto na ditadura em 21 anos morreram e desapareceram 434 pessoas no Brasil, segundo dados da Comissão Nacional da Verdade (CNV)¹⁴², na democracia morreram e desapareceram mais de 600 pessoas em apenas uma semana no estado São Paulo durante os Crimes de Maio¹⁴³. A democracia, com seus dispositivos humanitários (MARQUES, 2018), longe de conter o genocídio, expande-o através de reiteradas políticas de morte (MBEMBE, 2017).

O aprimoramento das formas de matar, matando mais e em menos tempo, é, inclusive, um processo a nível internacional descrito por Mbembe como modos de “civilizar” as maneiras de matar. Afinal, “em um contexto em que a decapitação é vista como menos humilhante do que o enforcamento, inovações nas tecnologias de assassinato

¹⁴¹ As mães também fazem uma comparação do número de assassinados por ano no Brasil com os da ditadura na Argentina: “atualmente são cerca de 60 mil homicídios por ano no Brasil (equivalente a duas ditaduras argentinas por ano!), sendo que grande parte desses assassinatos é sabidamente cometida por agentes ligados de forma direta ou indireta ao Estado” (SILVA; DARA, 2015, p. 85).

¹⁴² A CNV foi criada em 18 de novembro de 2011, era composta por sete especialistas em direitos humanos, violações de Estado e segurança pública, e seu objetivo era investigar violações de direitos humanos praticadas entre 18 de setembro de 1946 e 05 de outubro de 1988 no Brasil. Após três anos de trabalhos, a CNV entregou um relatório final à então presidente Dilma Rousseff e em seguida encerrou sua existência em 16 de dezembro de 2014.

¹⁴³ É claro, e enfatizo outra vez, que esses números da CNV se referem às vítimas (mortos e desaparecidos) consideradas “políticas” da ditadura, e, nesta medida, não contemplam os números de homicídios e desaparecimentos praticados pelo Estado contra a população “comum”, fosse ela considerada “trabalhadora” ou “criminosa”. Diante disso, como lembra Azevedo (2019), o Estado brasileiro só reconheceu e adotou medidas de reparação para as tais vítimas consideradas como “políticas” no período da ditadura.

visam não só ‘civilizar’ as maneiras de matar, mas também eliminar um grande número de vítimas em um espaço relativamente curto de tempo” (*id.*, 2018a, p. 22).

E no Brasil, este processo se conformou no período da redemocratização, em que “a reforma democrática e humanista das instituições de controle se tornou um consenso cognitivo e político” (MARQUES, 2018, p. 18). Nesta medida, os então questionados instrumentos repressivos e punitivos característicos da ditadura militar puderam ser renovados através de dispositivos humanitários que investiram nova legitimidade às ferramentas de controle do Estado por meio de uma expansão securitária via democracia, direitos humanos e ciência (*ibid.*)¹⁴⁴.

Um destes dispositivos, que buscam legitimar a morte praticada por agentes do Estado no atual regime democrático e tem servido de justificativa legal genérica e generalizada para os homicídios policiais, é o “auto de resistência” – legado diretamente da ditadura militar e incorporado na lógica da segurança pública da atual democracia –, como era chamado no Rio de Janeiro, ou a “resistência seguida de morte”, como era chamado em São Paulo, substituídos pelo nome “morte por intervenção de agente do Estado” desde 2018¹⁴⁵.

Débora Maria afirma que o auto de resistência é “uma prática abusiva para matar”, e chama a atenção para a seletividade em torno de sua aplicação: “o auto de resistência ele não bate no Morumbi, ele não bate em Copacabana, ele não bate em Ipanema, que a

¹⁴⁴ No que se refere ao sistema penal, Marques afirma que: “dessa forma, garantiu-se fôlego ao desacreditado sistema penal (judiciário, policial e penitenciário), sob o argumento e a esperança de que a concretização da transição democrática traria, a reboque, na melhor das hipóteses, um ótimo funcionamento dessas instituições ou, na pior das hipóteses, pelo menos um funcionamento satisfatório – o mal necessário sempre explícito nas máximas liberais” (MARQUES, 2018, p. 15).

¹⁴⁵ Os autos de resistência foram criados na ditadura militar, em 02 de outubro de 1969, pela Ordem de Serviço nº 803, da Superintendência da Polícia Judiciária do antigo Estado da Guanabara, e em seguida foram ampliados pela Portaria nº 30, de 06 de dezembro de 1974, da Secretaria de Segurança Pública da Guanabara. São um registro policial feito nos Boletins de Ocorrência nas delegacias para atribuir a uma determinada morte a causa de “resistência” a uma abordagem policial que resultou em confronto e morte do abordado em função de autodefesa do policial. Como efeito, os autos de resistência já implicavam, no ato do registro, em uma culpabilização do morto e uma inocência do policial que o matou. Segundo Michel Misse, no relatório *Autos de resistência: uma análise dos homicídios cometidos por policiais no Rio de Janeiro (2001-2011)*, 99,2% dos casos de autos de resistência registrados desde 2005 foram arquivados por “exclusão de ilicitude” – uma técnica do Direito que visa afastar a ilegalidade de uma ação (MISSE, 2011, p. 28). Em 13 de outubro de 2015, uma resolução do Conselho Nacional dos Chefes da Polícia Civil e do Conselho Superior de Polícia, da Polícia Federal, e em seguida, em 03 de maio de 2017, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado, alteraram os termos “autos de resistência” e “resistência seguida de morte” (o equivalente paulista) para “morte decorrente de intervenção policial”. Por fim, em 10 de dezembro de 2018, o então Ministério da Segurança Pública alterou novamente o nome deste registro para “morte por intervenção de agente do Estado”. Para uma análise sobre os autos de resistência no Rio de Janeiro como dispositivo fundamental das políticas de morte, cf. Farias (2020).

gente conhece a realidade” (DÉBORA MARIA, 2019a). Se o auto de resistência *não bate* nestes bairros de classes privilegiadas, conclui Débora, “ele só bate lá no Morro dos Macacos, ele só bate na Favela de Acari, ele só bate lá na Favela lá de onde a gente mora, que é uma das maiores palafitas da América Latina, que é Vila Gilda” (*ibid.*).

Combinado a esses dispositivos, há a prática comum das sabotagens e abandonos das investigações de crimes de maneira geral, e sobretudo daqueles que envolvem agentes de segurança do Estado como possíveis réus. Como informa Lacerda, “no Brasil, não há produção sistemática de dados sobre o número de denúncias que se transformam em inquéritos, do número de inquéritos que se transformam em processo e, dentre estes, o quantitativo dos que chegam a ser julgados” (LACERDA, 2014, p. 51).

Apesar de não haver estes dados sobre cada etapa das investigações, para sabermos o que vai sendo deixado de fora no meio dos caminhos burocráticos, sabemos “pelos dados de 2011 [que] a elucidação dos homicídios no Brasil variava entre 5% e 8%” (AMADEO; GOMES; SILVA, 2018, p. 142). A rigor, o desfecho institucional comum para a esmagadora maioria dos casos de homicídios no Brasil é o arquivamento dos inquéritos – quando estes são formados. Ou seja, as investigações cessam logo na primeira etapa dos trâmites burocráticos necessários. E com os Crimes de Maio não foi diferente.

“Os familiares afirmam que não foram orientados, nem mesmo assistidos” (CAAF-UNIFESP, 2019, p. 206). Além disso, os casos dos assassinatos das vítimas destes crimes foram arquivados, em poucos meses após os Crimes de Maio, e, inclusive, por mais de uma vez, entre aqueles que posteriormente foram reabertos. Como me contou Seu Francisco Gomes, pai de Paulo Alexandre Gomes, um dos desaparecidos forçados nos Crime de Maio, “o processo do meu Paulinho já foi arquivado umas 3 ou 4 vezes já, ou mais” (FRANCISCO GOMES, 2020a).

O inquérito policial dos assassinatos de Marcos Rebelo, filho de Ednalva Santos, e Thiago Roberto Soares, filho de Ilza Soares, foi arquivado pelo Ministério Público a pedido de promotor de justiça Cassio Roberto Conserino, em 7 de maio de 2008 (CAAF-UNIFESP, 2019, p. 121). O inquérito policial de Edson Rogério Silva Santos, filho de Débora Maria da Silva, foi arquivado em 23 de junho de 2008 a pedido do promotor Octavio Borba de Vasconcellos Filho (*ibid.*, p. 138). O inquérito policial do caso de Mateus Andrade de Freitas, filho de Vera Lúcia Andrade de Freitas, foi arquivado em 03 de maio de 2007 a pedido do promotor Octavio Borba de Vasconcellos Filho, com a

justificativa de que “todas as circunstâncias dos fatos estão a indicar que se está diante de um ‘acerto de contas’ ou de uma ‘queima de arquivo’, não vislumbrando outras diligências a serem empreendidas para uma melhor elucidação dos fatos” (*ibid.*, p. 150).

Em suma, “todos os processos foram arquivos sem identificação de autoria” (Defensoria Pública do Estado de São Paulo *apud* CAAF-UNIFESP, 2019, p. 93). Diante desse desfecho monológico endossando a impunidade, a Defensoria Pública relatou quais foram as principais “falhas”¹⁴⁶ de investigação em sua análise:

[...] falta de investigação sistemática de todos os casos que apresentavam indícios de execução sumária por grupo de extermínio na Baixada Santista; ausência de laudos de perícias nos locais dos crimes; ausência de depoimentos de policiais mencionados por testemunhas; não obtenção de gravações de câmeras de segurança de prédios próximos aos locais dos crimes; ausência de depoimento de testemunhas presenciais identificadas e de vítimas sobreviventes; não realização de perícias em projéteis apreendidos e não realização de confronto balístico comparativo entre todos os casos; ausência de colheita de prova testemunhal nos hospitais onde as vítimas foram socorridas e aonde policiais militares teriam chegado portando capuzes enrolados em cima de suas cabeças e minimetralhadoras; não realização de exame de corpo de delito em vítimas sobreviventes; tentativa, pelos delegados de polícia e pelo representante do Ministério Público, de atribuir aos familiares a responsabilidade de encontrar novas provas e testemunhas; e ausência de investigação sobre a atuação de grupo de extermínio formado por policiais, como o próprio Ministério Público reconheceu em dois pedidos de arquivamento (Defensoria Pública do Estado de São Paulo *apud* CAAF-UNIFESP, 2019, p. 94).

De modo geral, as investigações policiais-judiciárias nada concluíam, ou melhor, concluíam que nada era possível ser feito. Nesse sentido, a mensagem que explicitamente passavam aos familiares das vítimas era buscando fazê-los acreditar que “não havia nada a ser feito, que eram crimes em que não havia como encontrar os responsáveis, sendo engendrados em discursos e procedimentos burocráticos, que provocavam a sensação de invisibilidade e injustiça” (AMADEO; GOMES; SILVA, 2018, p. 147).

Como efeito, a postura estatal que predominou frente a estas denúncias foi a de “humilhação, ironias, ameaças, perseguição, calúnia. Essa foi e a ainda é a realidade na vida dos familiares das vítimas, de modo especial as mães, que buscam a verdade sobre a execução de seus filhos” (*ibid.*, p. 147). E tudo isso a despeito de diversas evidências que eram deixadas para traz, sendo deliberadamente ignoradas pela investigação policial e judicial, como citou a Defensoria Pública.

¹⁴⁶ O que a Defensoria entende como “falhas” considero ser a real prática deliberada da parceria investigativa entre polícia e Ministério Público frente a esses casos.

Conforme trouxe o relatório do CAAF-UNIFEP (2018), um policial militar que recebeu o pseudônimo de “Juca” e participou de grupos de extermínio que surgiram entre as décadas de 1980 e 1990, assim falou ao jornal A Tribuna, da Baixada Santista, em 2010, sobre os registros de “resistência seguida de morte”¹⁴⁷ – o registro policial utilizado em vários dos casos das pessoas assassinadas pela polícia em maio de 2006¹⁴⁸:

Vou te falar a verdade: 90% das ocorrências de resistência seguida de morte são montadas. A polícia pega o bandido, vamos supor, dentro de sua casa. Só está o policial e o bandido, que não vai encarar vinte policiais [...] A gente já andava com o chamado kit¹⁴⁹. Era uma mochila contendo várias armas frias. Porque, se o alvo não tivesse armado, mas tivesse uma situação que a gente podia matar, a gente matava e colocava uma arma fria na mão dele (SANTANA, 2010).

“Juca” complementa, aponta o relatório do CAAF, que “se o policial mata a vítima [...] uma forma de montar a ocorrência é colocar uma arma fria na mão do indivíduo e efetuar um disparo para que o laudo verifique a existência de pólvora”, e que, além desta prática, outra fraude comum realizada era “a simulação de troca de tiros [que] era também uma estratégia usada pelos policiais para ‘deixar a ocorrência mais redonda’” (CAAF-UNIFESP, 2019, p. 60).

Por fim, “Juca” ainda fala sobre outra prática utilizada por policiais para garantir a morte de suas vítimas: deixá-las morrerem na viatura, enquanto fingem prestar socorro às vítimas, prática esta denunciada por algumas mães. Segundo este ex-policial, “quando você efetua o disparo no indivíduo ele não morre na hora. Aí a gente diz que está vivo. Agora, não chega vivo no pronto-socorro. Damos longas voltas, a viatura vai a 20 km por hora. Às vezes, até asfixia o cara dentro da viatura” (SANTANA, 2010).

Observando diversas histórias de violações de Estado, podemos constatar um fenômeno que denomino aqui de “continuidade criminalizante”, que ocorre como uma sucessão de práticas entre o homicídio cometido por policial, a implantação de um “kit bandido”, alteração de cenas do crime, modificações corporais na vítima (alteração ou

¹⁴⁷ Equivalente paulista aos “autos de resistência” do Rio de Janeiro.

¹⁴⁸ Quando era a polícia que oficialmente matava alguém ela utilizava a alegação de resistência seguida de morte, e, portanto, era a autora integral da morte, ainda que tentando justificá-la legalmente sob esta rubrica. Mas quando eram os grupos de extermínio que matavam alguém, e sempre uma viatura da polícia chegava pouquíssimos minutos depois para adulterar toda a cena do crime e dificultar o trabalho pericial, a alegação utilizada era de “acerto com o tráfico de drogas”. Também aqui a polícia possui a autoria compartilhada dessas mortes, juntamente com os grupos de extermínio.

¹⁴⁹ Refere-se a uma prática policial recorrente de levar nas viaturas armas e por vezes drogas para serem “plantadas” com pessoas assassinadas por policiais, forjando um “flagrante” e justificando o registro da morte como “auto de resistência” ou “morte decorrente de intervenção policial” no Boletim de Ocorrência, prática esta que recebeu o nome de “kit bandido”.

remoção de roupas, desaparecimentos forçados, desmaterialização do corpo), o registro do homicídio como “confronto” (“auto de resistência”, “resistência seguida de morte”, “morte decorrente de intervenção policial” etc.), a dificuldade aos familiares para acessarem os corpos das vítimas nos Instituto Médicos Legais¹⁵⁰ ou nos hospitais, a cobertura da mídia, a hostilidade de setores da população, as acusações e insinuações do judiciário, chegando até a absolvição dos policiais assassinos ou arquivamento dos inquéritos de investigação.

A continuidade criminalizante, portanto, não se dá apenas na execução da vítima por meio do homicídio policial, mas tem nessa execução apenas uma de suas etapas, que pode não ser a primeira (uma vez que pode ser antecedido de ordenamentos políticos e planejamentos para chacinar), e certamente não é a última, já que sucedem tantas ações voltadas à criminalização, como as que elenquei no parágrafo acima.

Nesta mesma reportagem feita pelo jornalista Renato Santana ao jornal A Tribuna, outro policial militar que participou de ações de extermínio em maio de 2006, nomeado como “Lenda”, afirmou: “[eu] estava trabalhando na PM numa cidade da região [durante os Crimes de Maio de 2006]. Houve incursões, sim. Policiais linhas de frente foram enérgicos na periferia. Todas as mortes foram ilegais e colocamos tudo na conta do crime organizado. As ações eram em represália aos ataques do PCC” (*ibid.*).

“Lenda” então dá outra declaração ainda mais expressiva sobre a mentalidade policial a respeito de suas práticas de homicídio nas periferias:

O suposto inocente, ou citado como inocente pela mídia, que está às duas horas, três horas da madrugada num boteco que fica numa biqueira (ponto de tráfico) da periferia não é inocente. Ele está ali e tem uma função no crime. Às vezes, não é pegar uma arma para assaltar. Ele exerce uma atividade no crime, ou está de olheiro. Leva e traz a droga para alguém. **O inocente não existe** (*ibid.*, grifos meus).

Não existem inocentes nas periferias, nos territórios criminalizados. Nestes lugares, a morte é uma forma de gestão estatal através de ações coordenadas de polícia, judiciário e governantes.

¹⁵⁰ O Instituto Médico Legal (IML) é o instituto brasileiro responsável por realizar exames de corpo de delito, necropsias e produzir laudos cadavéricos. Tratam-se de exames médicos realizados em indivíduos vivos ou mortos, que podem ser vítimas ou investigados como autores ou partícipes em crimes, com objetivo de produzir provas para a Polícia Civil na condução de investigações. Os resultados dos trabalhos do IML podem se tornar provas em processos judiciais.

Mesmo quando os policiais não praticaram os homicídios fardados, agindo através dos esquadrões da morte, surgiram indivíduos enquanto policiais ainda era indispensável para concluir o ritual das chacinas. Segundo consta em uma reportagem do jornal Folha de São Paulo, de 21 de maio de 2006, “testemunhas viram os assassinos saírem de carros da Força Tática¹⁵¹ da PM [e que] depois da execução [...] os policiais foram até o carro, tiraram as máscaras e os blusões e, em seguida, de farda, se reapresentaram aos moradores” e então “ofereceram ajuda para levar o jovem ao hospital, onde ele morreu, e recolheram as cápsulas” (REPORTAGEM LOCAL, 2006).

O relatório da Justiça Global e IHRC realizou uma análise de um caso paradigmático em meio aos Crimes de Maio, que foi a Chacina do Parque Bristol, na região Sudeste do município de São Paulo, em que três jovens, Murilo de Moraes Ferreira, Felipe Vasti Santos de Oliveira e Marcelo Heyd Meres, foram assassinados e outros dois feridos – um dos quais assassinado em uma emboscada seis meses depois – por encapuzados (JUSTIÇA GLOBAL; IHRC, 2011, p. 108-115).

Aliás, um dos policiais envolvidos nesta chacina, Alexandre André Pereira da Silva, foi o único caso em que um policial foi condenado por homicídio nos Crimes de Maio de 2006, tendo sido condenado a 36 anos de prisão em regime fechado por homicídio qualificado. Este e outro policial, William Vicari (assassinado um mês depois, em junho de 2006), foram identificados como os autores dos assassinatos a partir da denúncia de uma testemunha que conseguiu escapar e os identificou. Apesar dessa condenação, Alexandre André Pereira da Silva ainda pôde recorrer da sentença em liberdade (CAAF-UNIFESP, 2019, p. 64).

Em todos os outros casos dos Crimes de Maio, todavia, a existência de testemunhas ou foi completamente ignorada pelas investigações, ou foi eliminada através da execução de quem testemunhava às chacinas e era descoberto pelos assassinos. Uma destas situações ocorreu com a família de Vera Lúcia Gonzaga dos Santos. Assim narrou Vera sobre o assassinato de sua filha, neta e genro:

Um tiro pegou na perna do Joey. Houve uma discussão rápida e o Joey falou que trabalhava, falou onde trabalhava e que não devia nada. Aí começou uma discussão, ele [policial mascarado] atirou de novo no Joey. A Ana entrou na

¹⁵¹ A Força Tática da PMESP são guarnições que realizam o chamado patrulhamento tático ostensivo nos municípios. Esses patrulhamentos geralmente são realizados em viaturas com três ou quatro policiais militares, sendo um motorista (soldado ou cabo) e os demais acompanhando, entre os quais, um deles é o comandante da equipe (um sargento, subtenente ou tenente).

frente, ele [policial mascarado] pegou no braço dela, só que ela desequilibrou, e caiu sentada. Ele levantou ela pela jaqueta. Quando ele a levantou, ela arrancou o capuz dele. Aí o Joey falou o nome dele¹⁵², “me prende, me mata, faz o que você quiser, mas solta ela, pois está grávida”. Ela já estava numa gravata com a nuca no peito dele e ele com a arma na cabeça dela. O Joey questionou, mandou soltar ela que ela estava grávida, ele olhou para o Joey e apertou o gatilho e soltou ela no chão, ela já caiu morta. O Joey se jogou em cima dela, gritando por socorro, falando o nome deles, que era para todo mundo ouvir quem era. E gritando “filha, filha, olha nosso neném, olha nosso neném”; foi quando eles metralharam o Joey pelas costas. Ele veio até a porta do carro, mas voltou e deu um tiro na barriga dela. Falou que “filho de bandido, bandido era”. E foram embora (*ibid.*, p. 133).

João Góes, 67, que trabalhava como vigilante em um posto de gasolina próximo ao local do assassinato de Ana Paula, Joey e Bianca, testemunhou a morte deles e ouviu Joey gritar os nomes dos policiais. Naquela mesma noite, enquanto buscava testemunhas, Vera conversou com João e o ouviu contar a respeito do que havia presenciado. No dia seguinte, João foi executado por um indivíduo em uma motocicleta enquanto trabalhava no posto, tendo recebido dois tiros no peito que atingiram o coração e o pulmão, causaram choque hemorrágico interno e assim vindo a falecer na hora (*ibid.*, p. 145).

Tanto no caso de Vera quanto de todas as outras Mães de Maio, foram os familiares das vítimas que tiveram que realizar as investigações sobre o assassinato de seus próprios entes queridos. Assim como colocou Azevedo (2018), ao apontar que a responsabilidade das investigações das mortes e desaparecimentos de vítimas da ditadura foi abdicada pelo Estado e legada aos familiares destas vítimas, também no caso dos Crimes de Maio esta responsabilidade coube aos familiares das vítimas que percebiam o desinteresse do Estado em esclarecer os casos.

Rute Fiuza, uma mãe de Salvador (BA), fundadora do Movimento Mães de Maio do Nordeste, e que teve seu filho Davi Fiuza desaparecido após uma abordagem policial em 2014, afirmou:

Há mais ou menos 30 dias atrás eu estive no IML. Vou retornar. Essa jornada cansativa pra poder ver se eu consigo localizar a ossada do meu filho. Em uma luta frenética que só quem já passou aqui sabe do que eu estou falando. De sair com pá, reunir 40 pessoas e a gente cavar os lugares onde a polícia costuma jogar as cabeças, os corpos, os órgãos genitais... Achei cabeça, achei alguns membros inferiores, superiores, mas nenhum daqueles era o meu filho. Talvez eu nunca consiga ver o túmulo do meu Davi (UM MEMORIAL PARA MÃES E FILHOS, 2016).

Após o primeiro arquivamento do inquérito policial do assassinato de seu filho Mateus de Freitas, João Inocêncio, juntamente com sua esposa Vera de Freitas, localizou

¹⁵² “Nêgo Cruschi, Camarão (conhecido também como Botejara) e Cara de Cavalo. Os nomes dos policiais militares constam na denúncia da Defensoria Pública” (CAAF-UNIFESP, 2019, p. 133).

testemunhas e levantou uma série de documentos para tentar comprovar a inocência de seu filho¹⁵³, como uma declaração do diretor da escola sobre a assiduidade de seu filho nas aulas e um exame toxicológico que comprovava que Mateus não estava sob efeito de drogas.

Com estes documentos levantados pela família em mãos, conseguiram fazer com que o promotor reconhecesse que Mateus e seu amigo Ricardo (morto junto com ele) não tinham ligação com o tráfico de drogas. O promotor então solicitou a reabertura do inquérito policial, no entanto, um ano depois, em 2008, o processo foi arquivado novamente pelo mesmo promotor (CAAF-UNIFESP, 2019, p. 152).

Nair Torres, mãe de Marildo Jofre Ferreira, o Nenê Tattoo, assassinado por policiais em 07 dezembro de 2006, afirmou que, em função da falta de providências judiciais para encontrar os assassinos de seu filho, ela mesma passou a estudar Direito buscando com isto adquirir legitimidade e conhecimento para sua investigação independente da morte de Nenê:

Eu não tinha ainda o ensino médio, e em um ano eu fiz o ensino médio e falei ‘eu vou defender o caso do meu filho’. E eu fiz o ensino médio e procurei uma faculdade, comecei a trabalhar, porque não tinha condição [de pagar a faculdade], e eu paguei durante... nove meses eu consegui pagar uma Faculdade de Direito (MÃES, 2013).

Contudo, apesar de seus esforços, Nair não conseguiu concluir o ano letivo porque ficou devendo as últimas três mensalidades do ano (MÃES, 2013). O que vemos em todos estes casos é que os familiares das vítimas buscam de todas as maneiras encontrar mais informações sobre a morte de seus filhos, e assim realizam um trabalho que compete ao Estado: o de investigar os crimes, inclusive utilizando perícias criminais¹⁵⁴.

¹⁵³ Como ocorre na quase totalidade dos inquéritos, processos judiciais, tribunais e audiências sobre os assassinatos de moradores de regiões periféricas, os advogados de defesa dos réus (os policiais assassinados) e, por vezes, em conjunto com promotores e juízes, realizam uma inversão dos papéis nestes julgamentos: ao invés de ter que comprovar a culpa dos réus, a defesa da acusação (composta pelas vítimas de violência e seus familiares) passa a necessitar comprovar primeiro que as vítimas eram, de fato, inocentes, efetuando o que Freire, Farias e Araújo (2009) chamaram de “limpeza moral”. E isto porque, enquanto a defesa dos réus conseguir fazer pairar dúvidas sobre a inocência das vítimas, não se torna possível focar plenamente as atenções da análise da culpa dos réus. Para uma abordagem sobre uma audiência no Rio de Janeiro marcada por este cenário, recomendo o documentário *Auto de Resistência* (2018), dirigido por Natasha Neri e Lula Carvalho.

¹⁵⁴ No Brasil, o trabalho pericial dos crimes que levam à morte de pessoas (como homicídio, latrocínio e lesão corporal seguida de morte) é realizado pela Polícia Científica, que é subordinada às Secretarias de Segurança Pública dos estados, e contempla as profissões de médico legista, perito criminal, técnico de laboratório, auxiliar de necropsia, entre outras. Estes policiais geralmente atuam nos Institutos de Criminalística (IC), Institutos Médico Legais (IML) e Institutos de Identificação.

Poucos casos de mortes violentas são investigados no Brasil, e a maior parte deles depende mais de relatos de testemunhas do que de provas periciais na construção da verdade policial. É o que afirma Flavia Medeiros (2018), a partir de reflexões quanto ao tema surgidas em sua etnografia com o Instituto Médico Legal (IML) do Rio de Janeiro.

Medeiros conta que

Na maioria dos casos, as informações das análises laboratoriais não eram levadas em conta durante as investigações, e em geral seus resultados eram considerados vagos ou não determinantes o suficiente para explicar a ocorrência de uma morte considerada “violenta”. Tampouco as suspeições do perito seriam incluídas em seus registros para constituir a verdade policial sobre aquela morte (MEDEIROS, 2018, p. 78).

Um dos produtos do trabalho pericial é um Laudo Médico-Legal, que tem uma função narrativa relevante para reconstituir as histórias de determinadas mortes violentas através da análise dos corpos das vítimas:

O Laudo Médico-Legal é o documento no qual essa linguagem é registrada e caracteriza-se por apresentar “a verdade dos fatos”, construída de forma monológica e técnica pelo perito médico-legista, que também exerce autoridade policial. Nele o perito relata o que “o corpo falou” por intermédio do conhecimento construído pela medicina, e apresenta a narrativa num registro como sendo a versão oficial do que aconteceu com um corpo para que ocorresse a morte (*ibid.*, p. 78).

No entanto, a despeito da importância que os laudos periciais deveriam ter nos processos investigativos, contrastamos esta importância com depoimentos-denúncias das mães de que no laudo do IML há a constatação de execuções sumárias dos filhos por policiais e grupos de extermínio, e apesar disso o Estado não admitiu a autoria dessas execuções e nem deu prosseguimento a estas investigações.

Os peritos compõem a mesma estrutura policial que as Polícias Civil e Militar, e o trabalho pericial, portanto, é parte dessa mesma estrutura de Segurança Pública que produz as mortes em que os peritos se deparam por meio dos corpos das vítimas. Contudo, por mais esclarecedor que possa ser um trabalho pericial – e na maioria das vezes ele não tem sido – os casos destas mortes seguem tão pouco investigados quanto a maior parte de todos os casos.

“A perícia para nós é a cereja do bolo da impunidade no nosso país” (WEBINAR..., 2020), afirmou Débora em uma *live* dedicada a pensar a questão da perícia. “A gente pensando como dona de casa que o erro estava nos familiares que não adquiriram testemunha ocular” (*ibid.*), relata Débora desiludida com a promessa pericial de se constituir uma verdade judicial a partir do que “o corpo diz”.

Nos processos de pesquisas que deram origem aos vários relatórios sobre os Crimes de Maio de 2006, bem como nas investigações independentes das próprias Mães de Maio, elas puderam constatar que diversos atestados de óbitos de mortes cometidas neste evento apresentavam erros grosseiros. Além disso, há a própria complacência das instituições jurídicas em relação à impunidade.

Prova disto é a postura do Ministério Público (MP) diante dos Crimes de Maio, cuja expressão maior foi a demonstração pública de 70 promotores que enviaram uma carta de apoio à polícia, logo após os Crimes de Maio, elogiando a sua atuação neste evento, conforme foi noticiado no dia 27 de maio de 2006 na Folha de São Paulo (PENTEADO; SOARES, 2006). Além, é claro, de todos os arquivamentos dos inquéritos policiais a pedidos dos promotores de justiça do MP. Como questionou Débora: “como o Ministério Público pede o arquivamento de um crime contra uma grávida de nove meses após seis meses do assassinato dela?” (WEBINAR..., 2020).

Débora indagou:

A gente tem um Ministério Público que ele dá uma carta em maio de 2006, uma semana após o massacre, parabenizando a eficiência da polícia em restabelecer a ordem. Que ordem é essa? A ordem do ‘Ordem e Progresso’? O progresso de exterminar e trazer a ordem e se calar aquele mais descartável? Não. Ser pobre não é crime! (DIREITOS HUMANOS..., 2020).

Ser pobre não é crime, e logo, não pode ser criminalizado, como faz o Estado em diversas instâncias. Contudo, justamente por fazê-lo, este Estado revela o quanto suas instituições jurídicas operam automaticamente ao ter os pobres e negros no banco dos réus, mas não funcionam, param, silenciam e desaparecem quando os pobres e negros estão no banco das vítimas.

“Depois de um vai e vem, vai e vem muito precoce, se pede o arquivamento” (*ibid.*), detalha revoltada. “Precisou do Conselho Regional de Medicina pedir as valas dos corpos que estavam sendo jogados como indigentes¹⁵⁵” (*ibid.*). Não fosse este esforço do CREMESP, o Estado não teria feito aquilo que lhe competia. “Não é desaparecimento forçado dos tempos da ditadura, é essa *democracia das chacinas*” (*ibid.*), explica Débora em tom de crítica.

¹⁵⁵ Os laudos necroscópicos das 493 vítimas dos Crimes de Maio inicialmente identificadas no relatório organizado por Nogueira (2006) só foram realizados porque o CREMESP solicitou há tempo acesso àqueles corpos para realizar tais análises necroscópicas que constam neste relatório.

Frente a este cenário, Débora defende que “a legislação tem que mudar, perito, escuta o grito deles, não é pro policial, escuta o perito que eles querem há muito tempo, criticando, a pasta da saúde e não a segurança pública, pra poder falar a impunidade no Brasil, aí talvez a gente comece a acertar o caminho dessa guerra contra nós” (DÉBORA MARIA, 2019b). Assim como outros movimentos de mães, as Mães de Maio defendem a desvinculação entre a Perícia e a Secretaria de Segurança Pública. “A luta das mães é centralizada na luta pela independência das perícias” (WEBINAR..., 2020), colocou Débora nesta *live*.

A reivindicação das mães é de que o trabalho pericial deveria sair da subordinação da Segurança Pública e ir para a Saúde ou tornar-se realmente independente. Contudo, penso que Débora não está aqui apostando todas as suas fichas nesta pauta. Observando outros comentários das Mães de Maio, parece-me que a ênfase de Débora, no que se refere a este tema, é a de que muitas vezes as maiores peritas são as próprias mães, os próprios familiares da vítima, e essa perícia dos familiares resulta em ser a mais esclarecedora e também a mais rechaçada.

“A Mãe de Maio de BH [Kaka Silveirah], de Minas Gerais, o filho dela morreu dentro do presídio da mesma forma que morreu, do mesmo jeito, centímetro, tudinho, ao Vladimir Herzog” (DÉBORA MARIA, 2019b). Tiago, o filho de Kaka, teve sua morte relatada pela administração da penitenciária em que se encontrava como “suicídio”, em condições extremamente semelhantes à que fora encontrado o jornalista assassinado pela ditadura militar em 1975 sob a alegação de “suicídio”, Vladimir Herzog.

“Nós comparamo. Porque as mãe é perita também. As mãe só não conseguiu ser juíza. A gente conseguiu analisar os atestados de óbito, os exame cadavérico. A gente vê menino com tiro de cima pra baixo: auto de resistência; um tiro na mão: auto de resistência” (*ibid.*). Mais do que apenas contar com a realização a contento que o trabalho pericial do Estado deveria ser feito, as Mães de Maio enfatizam como elas se tornam peritas das mortes de seus próprios filhos. “As mães não precisam de diploma acadêmico para dizerem que elas são perita, elas só não conseguem julgar” (WEBINAR..., 2020), afirmou Débora.

Assim, diante da inobservância da perícia estatal no processo de investigação dos homicídios, sobretudo daqueles praticados por agentes do Estado, diversos pesquisadores

e militantes põem em questão a subordinação dos setores de perícia à instituição policial, para em seguida defenderem a autonomia da perícia frente à polícia.

As próprias Mães de Maio já apontaram em certas oportunidades, como nas que mencionei acima, que defendem a autonomia do trabalho pericial. No entanto, observo que o foco das Mães de Maio têm sido também o de defender a própria investigação efetuada pelas mães como referência pericial, como fator de esclarecimento dos crimes, e não tão somente apostar na independência da perícia estatal como única forma de elucidação dos assassinatos.

Vários familiares dizem que não acreditam mais que a justiça do Estado possa punir os assassinos de seus filhos e lhes dar reparação. Diante disso, uma reflexão me surge à mente: por que continuar na *luta* se você não acredita mais na possibilidade de resolução do seu pleito diante do Estado?

A resposta para esta questão, ao que me parece, envolve direcionar mais o olhar para o que participar do Movimento Mães de Maio produz, do que pragmaticamente quais reivindicações podem ser alcançadas através dessa participação. Isto implica em considerar que o que o Movimento Mães de Maio produz não são apenas as reivindicações – de modo que o seu “êxito” seja avaliado pelo atendimento ou não de tais demandas –, mas sobretudo identificação, reconhecimento, solidariedade e unidade, através de mecanismos que serão mais detidamente discutidos no terceiro capítulo. Em suma, quando os familiares não acreditam mais na justiça do Estado, acreditam ainda vigorosamente no Movimento Mães de Maio, que se torna o seu eixo moral de justiça.

Imbuídas deste sentimento, crença e perspectiva, as Mães de Maio não naturalizam as violências e negligências de Estado para suas vidas, mas mantêm-se críticas e exigentes diante daquilo que elas demandam desse Estado. Nomeiam, assim, esta resposta estatal a tais reivindicações de justiça como um *negacionismo judicial*. Em suma, a negação é o modo básico como o judiciário lida com demandas destas mães por justiça: nega reconhecimento e dignidade aos seus mortos, nega reparação e assistência aos seus familiares, e nega a possibilidade de elas viverem sem a preocupação de

reviverem este processo de sofrimento a partir da eventual perda de outros filhos ou netos¹⁵⁶.

Frente a todos os arquivamentos dos inquéritos e processos, mesmo com tantas provas levantadas através das investigações independentes dos familiares das vítimas e dos relatórios, as Mães de Maio adotaram a estratégia de exigir o desarquivamento desses inquéritos e processos e a sua federalização, através do requerimento de deslocamento de competência¹⁵⁷.

O primeiro pedido de deslocamento de competência para a justiça federal foi feito em maio de 2009, pelos familiares das vítimas da Chacina do Parque Bristol junto com a ONG Conectas (CAAF-UNIFESP, 2019, p. 89). Com base no parágrafo 5, artigo 109 da Constituição Federal¹⁵⁸, fizeram este pedido com o “argumento de que a chacina do Parque Bristol é um caso de violação de direitos humanos, e a Constituição Federal permitiria nessas situações a possibilidade de deslocamento de competência” (*ibid.*, p. 89).

Em 2010, o Movimento Mães de Maio, a Justiça Global, a Ação dos Cristãos pela Abolição da Tortura (ACAT) e o Núcleo Especializado de Cidadania e Direitos Humanos da Defensoria Pública do Estado de São Paulo apresentaram à Procuradoria-Geral da República (PGR) um novo pedido de deslocamento de competência. Em maio de 2016, após sete anos do pedido, um requerimento foi aceito pelo Procurador-Geral da

¹⁵⁶ Aqui é importante enfatizar que esta concepção das Mães de Maio acerca da justiça, tal como todas as suas demais concepções, é algo que foi sendo construída ao longo do tempo. Ou seja, estas mães não nasceram pensando assim, e sequer tinham esta mesma compreensão nos primeiros momentos após maio de 2006 – e o comentário de Débora de que achava que conhecia a forma de ter acesso à justiça, utilizado por ela para convencer outras mães a se juntarem, demonstra isto. Esta concepção, portanto, é o resultado recente de suas experiências no decorrer de 15 anos em que *lutam* por justiça. Como a minha exposição neste capítulo não segue uma lógica linear, é preciso levar em conta que, talvez, em outros momentos mais distantes, quando as mães tentaram certos acessos à justiça descritos neste trabalho, elas não necessariamente já pensassem assim.

¹⁵⁷ O pedido de deslocamento de competência é um requerimento previsto para processos judiciais. A competência é o que designa se uma determinada vara de justiça ou tribunal deve julgar um determinado caso, com base nas previsões legais que determinam a distribuição de processos no Brasil. O pedido para deslocar competência para nível federal (também chamado de federalização) pode ser feito para um rol de situações previstas em lei, quando acredita-se que a vara ou tribunal designado originalmente não é competente para o julgamento. A depender do resultado do julgamento desse pedido, o processo pode ser reiniciado com um novo juiz competente em um tribunal federal.

¹⁵⁸ “Nas hipóteses de grave violação de direitos humanos, o procurador-geral da República, com a finalidade de assegurar o cumprimento de obrigações decorrentes de tratados internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil seja parte, poderá suscitar, perante o Superior Tribunal de Justiça, em qualquer fase do inquérito ou processo, incidente de deslocamento de competência para a Justiça Federal” (Constituição Federal *apud* CAAF-UNIFESP, 2019, p. 89).

República, Rodrigo Janot, mas se referindo apenas àquele primeiro pedido, relativo à Chacina do Parque Bristol. Até hoje, 11 anos após o pedido feito pelas Mães de Maio, ele permanece sem resposta da PGR.

Em 2011, o defensor público Antônio Maffezoli também requereu deslocamento de competência de diversas vítimas dos Crimes de Maio, como dos casos de Mateus e Ricardo (CAAF-UNIFESP, 2019, p. 153). Além disso, em março de 2015, o Núcleo Especializado de Cidadania e Direitos Humanos da Defensoria Pública entrou com uma denúncia contra o Estado brasileiro na Convenção Americana sobre Direitos Humanos por graves violações dos direitos humanos (*ibid.*, 92). Os desdobramentos desses processos, no entanto, permanecem inalterados até o presente momento.

Utilizando-se destes dispositivos jurídicos, as Mães de Maio realizaram intensas denúncias e críticas ao Estado brasileiro. Como elas comentam,

O desarquivamento e a transferência de competência para a esfera federal dos Crimes de Maio de 2006, o maior massacre cometido pelo estado neste período democrático, tem que servir de marco para a abolição definitiva dos registros de “resistência seguida de morte” e “autos de resistência” em todo Brasil, esta verdadeira “licença para matar” dada a policiais, inconstitucional, ilegítima e imoral, que assola o povo pobre e negro do país inteiro (MÃES DE MAIO, 2018, p. 116).

Desarquivamento e federalização dos casos são reivindicações das Mães de Maio mobilizadas para alcançar justiça diante da morte dos seus filhos, mas também são estratégias de *luta* pela abolição destes dispositivos mencionados, criados por políticas de morte desde a ditadura – “resistência seguida de morte” e “autos de resistência”.

Neste mesmo sentido é a reivindicação das Mães de Maio pela desmilitarização das polícias: “quando a gente fala de militarização da polícia, a gente não precisava de uma polícia militarizada, porque a ditadura tinha... acabou pra quem? Pra classe média alta? Assistindo de camarote o pobre preto ser executado como continua, e muitas vezes contamina com a sua visão a própria periferia” (DÉBORA MARIA, 2019b).

Dois documentos do Movimento Mães de Maio são fundamentais para aprofundarmos a análise sobre as exigências das mães à esfera jurídica e ao governo federal. O primeiro é a *Carta das Mães de Maio à presidente Dilma Rousseff*, de 23 de julho de 2012. Esta carta foi escrita em meio aos chamados Crimes de Junho e Julho de

2012¹⁵⁹, em que mais de 200 pessoas já haviam sido assassinadas em São Paulo nestes dois meses.

Nesta carta, as Mães de Maio listam em 15 pontos demandas em relação não apenas aos Crimes de Maio de 2006, mas a todo o genocídio cometido na atual democracia, e apontam que esperam poder explicar pessoalmente estes pontos em uma reunião com a Presidência da República. Trago aqui alguns destes 15 pontos que são particularmente interessantes para a análise que faço neste tópico.

No segundo ponto, as Mães de Maio afirmam:

2 – Queremos um parecer definitivo da Presidência da República sobre o Pedido de Deslocamento de Competência, a Federalização das Investigações dos Crimes de Maio de 2006, requerido por nosso movimento há mais de 2 anos (em Maio de 2010). Naquela ocasião dos Crimes de Maio de 2006, foram mais de 500 mortes no curto período de cerca de 1 semana – mais pessoas assassinadas do que os já terríveis números de mortos e desaparecidos dos 20 anos de Ditadura Civil-Militar brasileira, no entanto praticamente TODOS os casos de 2006 seguem arquivados. Precisamos saber qual foi o resultado efetivo – se houve algum – da Comissão Especial “Crimes de Maio”¹⁶⁰, criada pelo ex-Ministro dos Direitos Humanos Paulo Vannuchi dentro do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH), Comissão que, passados quase 2 anos de trabalho, não nos deu ainda nenhum parecer detalhado (MÃES DE MAIO, 2018, p. 123-124).

Já no início da carta as Mães de Maio cobram um retorno sobre a situação dos pedidos de federalização dos casos (que, naquela altura, tinham sido feitos há dois anos) e sobre os resultados da Comissão Especial “Crimes de Maio”, também criada há dois anos à época e aparentemente inerte até então.

No quarto ponto, as mães afirma que “4 – É preciso se criar urgentemente uma Política Nacional voltada para os Familiares de Vítimas da Violência do Estado”. Uma Política que, colocavam as Mães de Maio, “aponte diretrizes de Amparo, Proteção, Assistência Psico-Social, Reparação (Material e Psíquica) e Indenização a todos os Familiares Diretos que são Vítimas Colaterais e Conexas da Violência do Estado” (*ibid.*, p. 124). Assim, já aparece aqui uma demanda das Mães de Maio voltada não apenas para

¹⁵⁹ Que, na verdade, se estenderam até o mês de dezembro daquele ano. Sobre esses crimes, cf. Dias (2015).

¹⁶⁰ A Comissão Especial “Crimes de Maio” – é interessante notar que as aspas são de autoria da própria comissão – foi criada em 2010 pelo Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH), ligado à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Até 2012, data desta carta, esta comissão ainda não havia divulgado nenhum resultado de seus trabalhos. Em julho de 2013, tal comissão aprovou e divulgou um relatório final sobre os Crimes de Maio de 2006, em que pedem o desarquivamento dos processos, apuração de uma série de provas descartadas nas investigações, assistência psicológica e pagamento de indenizações aos familiares das vítimas, entre outras medidas. “Contudo, cabe destacar que nenhuma dessas recomendações dirigidas à Secretaria de Segurança Pública, ao Ministério Público e à Secretaria de Governo do estado de São Paulo foi implementada” (CAAF-UNIFESP, 2019, p. 91).

os familiares de vítimas dos Crimes de Maio, mas para os familiares de vítimas de todas as chacinas, massacres e extermínios do Brasil.

Indo ao ponto de número 11, as mães postulam: “11 – Contra a proibição de familiares e amigos de vítimas comparecerem com roupas com símbolos e fotos nas sessões de julgamento de agentes do Estado violadores de direitos humanos” (*ibid.*, p. 125). Esta exigência remete a certos constrangimentos aos quais os familiares e amigos de vítimas são submetidos nas audiências e tribunais de julgamento de agentes do Estado. Estas imagens e símbolos são algumas das principais formas de exposição pública do *luto* e da *luta* dos movimentos de mães, e, portanto, possuem uma importância significativa para eles, como discutirei no capítulo final. Sendo assim, a interdição de utilizar estas imagens e símbolos, além de um constrangimento, pode ser lida como uma tentativa de amortizar o impacto da presença desses movimentos de mães nos julgamentos.

No décimo segundo ponto da carta, as Mães de Maio se posicionam: “12 – Contra as decisões judiciais que concedem liberdade a agentes do Estado acusados de violações de direitos humanos, quando tal liberação significar ameaça e intimidação a familiares, testemunhas, movimentos sociais e defensores dos direitos humanos” (*ibid.*, p. 125). Defendem aqui restrições de liberdade a agentes do Estado que sejam acusados de cometer violações de direitos humanos, como forma de reduzir os riscos de perseguições e execução de novas violências contra os familiares, testemunhas e movimentos que atuam a favor das vítimas de violência policial.

No décimo quarto ponto, as mães explanam:

14- Nós requerimos também à Presidência da República e ao Ministério da Justiça os primeiros encaminhamentos para a Criação de uma Comissão da Memória, Verdade e Justiça para as vítimas de agentes do estado durante o período democrático. No Brasil, nos últimos anos, têm morrido assassinadas cerca de 48.000 pessoas anualmente, segundo estudos recentes publicados pela ONU [Organização das Nações Unidas] e divulgados pelo próprio Ministério da Justiça Brasileiro. Boa parte dessas mortes e desaparecimentos cometidas por agentes do estado em pleno cumprimento de suas obrigações, que deveriam ser garantir o direito à vida e à liberdade de ir e vir em paz de todos os cidadãos. A exemplo dos esforços recentes que têm sido feitos sobre a Ditadura Civil-Militar brasileira (1964-1988), é preciso se avançar no Direito à Memória, à Verdade e à Justiça das vítimas do período democrático (também conforme recomendação do PNDH-3)¹⁶¹ (*ibid.*, p. 125).

¹⁶¹ O Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH) é um programa do governo federal que foi criado em 1996 visando diagnosticar a situação dos direitos humanos no país e garantir a defesa e promoção desses direitos. O PNDH III é a terceira versão deste programa e foi criado em dezembro de 2009, e propunha uma série de medidas a serem alcançadas a partir de determinadas políticas e ações ministeriais, além de estimular uma maior participação popular na decisão de certas políticas.

Inspiradas na então recente criação da Comissão Nacional da Verdade (CNV), em novembro de 2011, as Mães de Maio requereram ao governo federal a criação de uma Comissão da Memória, Verdade e Justiça das vítimas da democracia. Esta comissão das vítimas do período democrático representaria um fórum nacional voltado para investigar as violências de Estado cometidas na democracia em todo o país, bem como para propor medidas de reparações às famílias de vítimas e combate à continuidade destas violações.

E então, no décimo quinto e último ponto, as Mães de Maio enunciam:

15 – Por fim, exigimos também a Criação de uma Comissão da Anistia para os Presos, Perseguidos, Mortos e Desaparecidos Políticos por agentes do estado durante o período democrático. A exemplo do que foi instituído, no âmbito do Ministério da Justiça, em relação aos familiares e vítimas da Ditadura Civil-Militar, é preciso se avançar no mesmo sentido quanto aos Presos, Perseguidos, Mortos e Desaparecidos Políticos da Democracia. Além das taxas de homicídio de países em guerra, temos atualmente no Brasil mais de 500 Mil pessoas presas, segundo o Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN). Há ainda inúmeras pessoas perseguidas políticas, ameaçadas de morte ou mesmo desaparecidas – como o nosso companheiro Paulo Alexandre Gomes, um dos desaparecidos dos Crimes de Maio de 2006 que exatamente hoje estaria completando 30 anos de idade. O estado precisa assegurar o Direito à Verdade e à Justiça para todos esses cidadãos e seus familiares (*ibid.*, p. 125).

Outra vez inspiradas no movimento pela anistia na ditadura militar – mas certamente, evitando a farsa da anistia para os próprios agentes de Estado violentadores – as Mães de Maio exigem a criação de uma Comissão da Anistia para os Presos, Perseguidos, Mortos e Desaparecidos Políticos da democracia. Neste sentido, as mães estão demonstrando aqui que sua *luta* não se restringe à questão das vítimas de extermínio e seus familiares, mas abrange também a população encarcerada e seus familiares. Assim, demandam anistia para estes criminalizados, bem como para perseguidos, mortos e desaparecidos do período democrático, buscando restituir dignidade pública e instituir reparação a estas diversas vítimas e seus familiares.

Ao final desta carta, as Mães de Maio ressaltam que “não se trata de um pedido de favor, mas da exigência de direitos humanos fundamentais que temos como cidadãs e cidadãos brasileiros, como a Senhora e como qualquer outra pessoa nascida por aqui” (*ibid.*, p. 126). E então esclarecem que se trata do “Direito à Vida e à mínima Liberdade de Ir e Vir em segurança, sem correremos o risco de morte por agentes de estado simplesmente por nossa origem, classe social ou cor da pele” (*ibid.*, p. 126).

Elas enfatizam que “é preciso se tomar atitudes concretas e urgentes, ao preço de novas vidas perdidas caso nada continue a ser feito!” (*ibid.*, p. 126), e encerram a carta

reafirmando algumas de suas palavras de ordem: “Pelo Direito à Memória, à Verdade e à Justiça: Ontem e Hoje! A População Pobre e Negra não pode seguir sendo exterminada como subgente! Não somos todos iguais?! Crimes de Maio Nunca Mais: Paz nas Periferias!” (*ibid.*, p. 126). Despedem-se com um “Firmes na Luta, Mães de Maio da Democracia Brasileira” (*ibid.*, p. 126).

Passemos à observação do segundo documento fundamental para aprofundar a análise acerca das exigências das Mães de Maio ao governo federal e à esfera jurídica, que referi acima. Trata-se de um documento intimamente ligado a esta carta à então presidente Dilma Rousseff. Este texto se chama *#Pela derrubada dos muros entre os “políticos” e os “comuns”*!, de 21 de agosto de 2012, ou seja, aproximadamente um mês após aquela carta.

O contexto deste texto – além da continuidade daqueles Crimes de Junho e Julho de 2012, e que pressionava o governo federal a dar respostas – foi a descoberta pelas Mães de Maio da convocatória de uma reunião para tratar sobre o tema da “violência policial em São Paulo” feita pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República e pelo Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH)¹⁶². Tal reunião fora convocada para o dia em que as mães publicaram este texto, 21 de agosto de 2012, e da qual elas não foram convidadas a participar ou sequer consultadas, tendo as Mães de Maio descoberto acerca da realização desta reunião de forma indireta e apenas em sua véspera.

As Mães de Maio afirmaram no início do texto que se encontravam “surpres@s e indignad@s” com a informação divulgada por um jornal noticiando a convocatória desta reunião para o dia seguinte. Parte de sua surpresa e indignação se dava por não terem sido convidadas ou mesmo consultadas, mas outra parte era devido ao fato de que outras organizações do Brasil inteiro foram convidadas, inclusive algumas de São Paulo.

¹⁶² O Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH) foi criado pela lei nº 4.319, de 16 de março de 1964, era subordinado ao Ministério da Justiça e tinha como algumas de suas finalidades promover investigações acerca do cumprimento dos direitos humanos no país, divulgar à população conteúdos relacionados aos direitos humanos e promover ações nas áreas de combate às violações dos direitos humanos. Foi transformado em Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH) pela lei nº 12.986, de 02 de junho de 2014, mantendo-se, basicamente, com as mesmas finalidades de antes.

Entre elas, o CONDEPE-SP, o Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH)¹⁶³ SP, além da Defensora Pública Daniela Skromov e do militante Marcelo Zelic do Grupo Tortura Nunca Mais (GTNM) SP. Além disso, o outro elemento que mais causou indignação nas Mães de Maio foi sobre a origem desta reunião:

Um dos altos representantes da SDH [Secretaria de Direitos Humanos] ainda nos confirmou que a dita reunião foi motivada, entre outras razões, fundamentalmente por duas recentes Cartas Públicas (<http://global.org.br/programas/maes-de-maio-entregam-carta-a-presidente-dilma-rousseff/>) e http://www.avaaz.org/po/petition/Desmilitarizacao_das_Policias_do_Brasil) que nosso movimento publicizou e protocolou (no último dia 23 de Julho) na Presidência da República, a qual pediu para alguns ministérios providências relacionadas ao tema. Ou seja, nos confirmaram que as nossas Cartas foram elemento fundamental para eles terem marcado esta reunião, para a qual nós não fomos convidad@s! (MÃES DE MAIO, 2018, p. 131).

Desta forma, as Mães de Maio encararam com incredulidade e desconfiança o chamado para esta reunião, e em seguida, ao saberem de sua causa, passaram a questionar o porquê de sua exclusão entre as organizações convidadas e o critério de escolha daquelas que foram chamadas para tal encontro.

Assim elas ponderaram sobre os convidados do estado de São Paulo: “malgrado o nosso total respeito à atuação firme que vem tendo a companheira do Núcleo de DH da Defensoria Pública, Dra. Daniela Skromov[,] [...] e aos companheiros do GTNM-SP (como o convidado companheiro Marcelo Zelic)”, que foram considerados pelas Mães de Maio como tendo “atividade combativa bastante distinta da omissão recente que observamos no Condepe-SP e no MNDH-SP (também arrolados para a reunião) justamente no que tange a violência policial atual” (*ibid.*, p. 131),

achamos extremamente sintomático e preocupante que, para uma “tempestade cerebral” sobre o tema da “violência policial em São Paulo”, a Secretaria de Direitos Humanos e o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana insista em não chamar as Mães e Familiares diretos, que estamos passando por todo o LUTO e LUTANDO cotidiana e incansavelmente sobre a temática HÁ MAIS DE 6 ANOS... (*ibid.*, p. 131).

Em seguida, as Mães de Maio questionaram novamente, assim como fizeram na carta à Dilma Rousseff, o andamento da Comissão Especial “Crimes de Maio” e do pedido de federalização dos processos dos Crimes de Maio de 2006. Afirmaram que “nós estamos acompanhando de perto se tais iniciativas realmente avançarão no sentido do

¹⁶³ O Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH) é uma organização da sociedade civil criado em 1982 cujo principal objetivo é a luta pelos direitos humanos e contra as violações de Estado.

Direito à Memória e à Verdade completa, para a sociedade como um todo, sobre cada um desses períodos” (*ibid.*, p. 131).

As mães colocam ainda que não pode ser esquecido que elas ainda estão aguardando “um retorno formal da Ministra [dos Direitos Humanos] Sra. Maria do Rosário desde 12 de Dezembro de 2011, portanto há mais de 8 meses, referente à situação da violência policial em São Paulo” (*ibid.*, p. 132).

É então que as Mães de Maio fizeram uma crítica contumaz à sua exclusão da reunião:

Esperamos sinceramente que a SDH e o CDDPH não estejam reproduzindo, voluntária ou involuntariamente, o modelo elitista e racista de considerar as Mães, Familiares e Amig@s de vítimas da Juventude Pobre e Negra moradora das Periferias, DESPROVIDAS DE CÉREBRO PARA PARTICIPAR DE QUALQUER “BRAINSTORM” MAIS FORMALIZADO SOBRE A MATÉRIA... (*ibid.*, p. 132).

Nesta mesma toada, as mães realizaram outra crítica ao elitismo burocrático e acadêmico de exclusão dos movimentos sociais em função de uma alegada discussão “mais técnica”:

O argumento de que o espaço da reunião de hoje seria um momento “em que se privilegia uma fala mais acadêmica ou mais técnica”, só tornaria mais grave esta nossa preocupação. Afinal caso se tratasse de um momento específico desta natureza, que dependendo dos termos poderia até ser razoável, o quê explica o convite a vários outros movimentos sociais, “organizações de direitos humanos” e a participação de nosso companheiro Marcelo Zelic do GTNM-SP, e sequer qualquer consulta a nós?! O MNDH e o GTNM-SP, por exemplos, seriam “movimentos sociais” mais “técnicos e acadêmicos” do que o movimento social Mães de Maio e a Rede Nacional de Familiares de Vítimas do Estado Democrático?! NADA NEM NINGUÉM PODE SUBSTITUIR À ALTURA A FALA DIRETA DAS MÃES E DOS FAMILIARES!” (*ibid.*, p. 132).

A crítica resoluta das Mães de Maio avança para o questionamento da ideologia da “representação” através de intelectuais ou burocratas em nome dos trabalhadores e dos movimentos sociais, o que poderia estar por trás deste preterimento às mães:

Nesse mesmo sentido, não podemos jamais menosprezar um longo histórico aqui no Brasil da negação das vozes e da legitimidade da participação política de certos setores da sociedade brasileira, especialmente a maioria da população, Trabalhadoras e Trabalhadores Pobres e Negros, que sempre tiveram que depender do “Doutor”, do “Especialista” ou do “Político Representante Profissional” para falar em seu nome, um tipo de prática que nós do movimento Mães de Maio e da Rede Nacional de Familiares jamais aceitaríamos ou aceitaremos. Ademais, um modelo elitista, colonialista e racista que, comprovadamente, não levou a nenhum resultado histórico satisfatório do ponto de vista dos trabalhadores (*ibid.*, p. 132-133).

Feitas tais considerações vitais ao que a exclusão das Mães de Maio desta reunião evidenciava para o movimento das mães, elas passaram à explanação de um debate crucial para a compreensão do genocídio democrático.

As Mães de Maio fizeram uma crítica fundamental acerca da postura do Estado brasileiro em reconhecer as vítimas e familiares de presos, perseguidos, mortos e desaparecidos políticos da ditadura militar, contando inclusive com a participação dos sobreviventes e dos familiares nas comissões de investigação sobre as violações estatais na ditadura, mas não reconhecer as vítimas e familiares de presos, perseguidos, mortos e desaparecidos da democracia, e se recusar a ter estas vítimas e familiares como agentes componentes das ações de investigação destas violações.

Quanto a isso, as Mães questionam se há a separação valorativa entre “comuns” e “políticos”, utilizada na ditadura, operando atualmente na democracia, tomando como “políticos” apenas os casos oriundos de militantes contra a ditadura e como “comuns” todos os da democracia:

Outro fato extremamente grave, em nossa visão, é se pensarmos comparativamente na distinta maneira como os Ex-Presos, Perseguidos Políticos e os Familiares de Vítimas da Ditadura Civil-Militar (1964-1988) têm sido envolvidos em TODAS as importantes discussões, técnicas, acadêmicas e/ou políticas levadas a cabo pelo Governo Federal no que se refere ao Direito à Memória, à Verdade e à Justiça ao longo dos últimos anos (e distintos governos), referente às Violações cometidas pelo Estado Ditatorial e seus Agentes Autoritários e Assassinos - inclusive os avanços importantes levados a cabo pela SDH nos últimos anos, desde a gestão do Dr. Paulo Vannuchi; como também a Comissão da Anistia, do Ministério da Justiça; e agora a Comissão Nacional da Verdade. Esforços todos frente aos quais nós das Mães de Maio temos sido sempre absolutamente solidários. Em comparação conosco, com as Vítimas e Familiares de Vítimas do Estado durante o atual período “democrático”, sendo a maioria de Pobres, Negros moradores de comunidades Periféricas, não temos verificado em absoluto o mesmo tipo de tratamento nem técnico, tampouco político - de qualquer uma das instâncias. Poderia isto ser, eventualmente, mais um dos tristes resquícios do período ditatorial, a separação entre “seres políticos” e meros “seres comuns”?! (*ibid.*, p. 133).

Por fim, próximo à conclusão do texto, elas questionam mais uma vez a divisão entre “políticos” e “comuns” e colocam que é extremamente “política” as mortes e o encarceramento de pessoas ditas “comuns” no período tanto da ditadura quanto da democracia:

Uma de nossas principais motivações históricas, de grande fôlego e extremamente cara a nós, se trata justamente da derrubada definitiva dos muros, criados durante a Ditadura Civil-Militar brasileira também com a convivência de muitos ex-presos e perseguidos (muitos dos quais atualmente nos poderes), entre as galerias dos chamados “presos políticos” e os reles “presos comuns”. Nós entendemos que havia (e continua havendo!) demasiada

política no encarceramento e no genocídio promovido pelos esquadrões da morte e das prisões, que não só permaneceram intactos, como também ampliaram o seu poder de fogo e de opressão durante este período chamado de “redemocratização”. É da derrubada desses muros, físicos e simbólicos, de dentro das prisões e por fora entre os becos e vielas aonde nascem, crescem e morrem a maioria dos trabalhadores brasileiros, pobres e negros, que nós nos alimentamos cotidiana e incansavelmente (*ibid.*, p. 134).

Assim, as Mães de Maio questionam, e como dizem, *derrubam os muros* que separam os “seres políticos” dos “seres comuns”, ressaltando o quão políticas são as mortes e prisões – todas elas – promovidas pelo Estado na democracia e na ditadura. Neste sentido, esta crítica das mães assemelha-se àquela que Paulo Sérgio Pinheiro já fazia no início dos anos 1980¹⁶⁴.

Como vimos, ao questionarem a distinção entre “políticos” e “comuns”, as Mães de Maio põem em cheque o modo pelo qual a democracia brasileira contemporânea regularizou a licença do Estado para matar e levar adiante as suas históricas políticas de extermínio da população pobre, negra e periférica deste país. Esta distinção passou a compor o modo como se configura a expansão securitária na atual democracia.

A expansão das políticas e práticas de morte na democracia atual não é destacada pelas Mães de Maio apenas com o caso emblemático dos Crimes de Maio de 2006, mas também com o levantamento do número de mortos no país ao longo de uma década: “entre 1998 e 2008, mais de 520 mil pessoas foram assassinadas no Brasil! Uma média de cerca de 47.360 homicídios por ano!” (MÃES DE MAIO, 2018, p. 103).

A confirmação desse processo genocida¹⁶⁵ é apontada a partir da própria continuidade dos massacres e chacinas: “E, de lá para cá, uma sucessão de chacinas e massacres concentrados, de trabalhadores pobres, pretos e periféricos ressurgem constantemente, como que traçando nós e borões na já altíssima, fria e constante curva das estatísticas de homicídios cotidianos no Brasil” (*ibid.*, p. 104).

¹⁶⁴ Pinheiro, por sinal, não só ocupou diversos cargos no poder executivo em São Paulo e no governo federal, sempre ligado às “pastas” de Segurança Pública e Direitos Humanos, como era um daqueles sete componentes da Comissão Nacional da Verdade.

¹⁶⁵ Ramos (2020) demonstra o processo histórico de surgimento e modificações a que a noção de “genocídio” foi submetida. Como ponto de inflexão, o autor cita Abdias do Nascimento (2016), que opera uma reversão das “duas noções centrais previstas no direito internacional [a respeito do genocídio] - aquelas de ato e de intenção. O genocídio negro no Brasil é um processo e a sua intenção não é expressa, mas ‘mascarada’” (RAMOS, 2020). Flauzina (2006) considera que desde a obra de Nascimento (2016), *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*, que data de 1976, até a campanha “Reaja ou Será Morto, Reaja ou Será Morta”, fundada em Salvador em 2004, há fartos indícios de que “nesse genocídio, obviamente, não faltam ilustrações, apenas enunciados. O esforço, nesse sentido, não está em provar sua existência material, fartamente diagnosticável, mas em superar os obstáculos políticos que impedem seu reconhecimento” (FLAUZINA, 2006, p. 121).

Como exemplo substancial de sua argumentação, as mães listam um conjunto de massacres e chacinas que ocorreram na democracia brasileira, em diversos territórios, entre os anos de 1990 e 2011 (data de escrita deste texto):

E assim se sucederam à emblemática Chacina de Acari (1990), a de Matupá (1991), o Massacre do Carandiru (1992), da Candelária e Vigário Geral (1993), do Alto da Bondade (1994), de Corumbiara (1995), de Eldorado dos Carajás (1996), de São Gonçalo (1997); de Alhandra e do Maracanã (1998), da Cavalaria e da Vila Prudente (1999), de Jacareí (2000), de Caraguatatuba (2001), do Jd. Presidente Dutra e de Urso Branco (2002), do Amarelinho, Via Show e do Borel (2003), do Caju, da Praça da Sé e de Felisburgo (2004), a Chacina da Baixada Fluminense (2005), os Crimes de Maio (2006), do Complexo do Alemão (2007), do Morro da Providência (2008), de Canabrava (2009), a chacina de Vitória da Conquista e os Crimes de Abril na Baixada Santista (2010), a chacina de Praia Grande (2011)... (*ibid.*, p. 104)

Vedovello (2015), partindo desta lista de chacinas rememorada pelas Mães de Maio, inclui as da Favela Naval (1997), Castelinho (2002), Unaí (2004) e Jacarezinho (2007) entre as ocorridas até 2011, a atualiza com outras chacinas que ocorreram de 2011 até 2015, data em que escreveu e publicou seu texto:

Chacina do ABC, de Saramandaia, da Aldeia Teles Pires, da Penha, Japeri, Favela da Chatuba, Várzea Paulista, os Crimes de Junho, Julho, Agosto, Setembro, Outubro, Novembro e Dezembro em SP (2012), a Chacina do Jd. Rosana, Vila Funerária, Chacina da Maré (2013), Chacina de Belém do Pará (2014), Chacina do Cabula (2015), Chacina do Pavilhão Nove (2015), Chacina de Manaus (2015), Chacina de Barueri e Osasco (2015) (VEDOVELLO, 2015, p. 137).

Como se vê, a lista apresentada pelas Mães de Maio, e depois ampliada por Vedovello, levanta ao menos uma chacina ou massacre por ano desde 1990 até 2015. Essa lista ainda poderia ser complementada por outros casos no período relatado, como os Crimes em Altamira (1989-1993), o Massacre de Haximu (1993), a Chacina de Colombo (2003), a Chacina de Guaíra (2008) e a Chacina de Pedrinhas (2010).

Além disso, poderíamos complementar essa lista de chacinas e massacres de 2015 até 2021, trazendo casos como os das Chacinas de Mogi das Cruzes (2014 e 2015), Chacina de Costa Barros (2015), Chacina da Grande Messejana (2015), Chacina do Curió (2015), Chacina de Londrina (2016), Massacre de Alcaçuz (2017), Massacre de Manaus (2017), Chacina das Cajazeiras (2018), Chacina de Palmácia (2018), Massacre de Altamira (2019), Massacre de Paraisópolis (2019), Chacina de Ibaretama (2020), Chacina do Complexo do Alemão (2020) e a Chacina do Jacarezinho (2021).

Esses levantamentos em muito ainda seriam ampliados ao considerarmos diversas outras chacinas, massacres e extermínios cometidos por policiais em presídios, despejos urbanos e rurais, em manifestações de rua e em assassinatos de menor número de pessoas

por ação policial, como na morte da menina Ágatha Felix no Complexo do Alemão, e nos desaparecimentos forçados do Amarildo na Rocinha e de Davi Fiuza em Salvador. Isso sem contar as ações de grupos paramilitares e milicianos (que, dentre muitas outras pessoas, assassinaram a vereadora Marielle Franco e seu motorista Anderson Gomes) e do exército (como no episódio dos 80 tiros de fuzil disparados contra o carro de Evaldo dos Santos Rosa, no Rio de Janeiro).

As chacinas são, deste modo, uma experiência recorrente nas periferias do Brasil há décadas. Mas o que caracteriza uma chacina? Diferente do que alguns poderiam supor, “chacina” não é uma categoria jurídica:

apesar de comum, chacina não é um conceito jurídico. A morte de diversas pessoas em uma ação planejada aparece no inquérito policial ou no processo judicial como “homicídios múltiplos”. Nesse sentido, a palavra chacina é o que os antropólogos denominam como uma categoria nativa (ou êmica), ou seja, ela opera no mundo prático e seu significado tem um valor histórico para determinadas sociedades ou grupos sociais (SILVA; SANTOS; RAMOS, 2019, p. 12).

Mais do que nos determos sobre a origem deste termo¹⁶⁶, considero ser indispensável nesta dissertação pensar sobre os procedimentos e significados das chacinas. Desta feita, compartilho da compreensão das chacinas como um ritual dramático de fins preestabelecidos:

partimos da ideia de que as chacinas são uma expressão radical da violência letal como recurso político de controle social, ou seja, os assassinatos múltiplos são comumente utilizados como uma demonstração pública de poder, utilizado tanto por organizações criminosas como por agentes públicos, principalmente em contexto de instabilidade institucional ou de disputa por territórios e mercados (*ibid.*, p. 5).

Quanto ao procedimento comum em chacinas e às suas mensagens, conjugando ritualização e visibilidade, Silva, Santos e Ramos afirmam:

O primeiro ponto que sobressai é de que o fenômeno da chacina combina de forma tensa ritualização e visibilidade. Na maior parte das vezes, a chacina é um ritual de execução de pessoas tomadas como inimigas ou indesejáveis, realizado por assassinos mais ou menos anônimos. Nesse sentido, as chacinas

¹⁶⁶ A este respeito, cito em caráter anedótico: “O jornal americano *Washington Post* descreveu a palavra ‘chacina’ como a mais assustadora do português brasileiro. Em uma reportagem específica sobre a peculiaridade da palavra e do cenário de violência vivenciado no país, o jornalista Shannon Sims pontuou: ‘A palavra chacina vem do abate de porcos em matadouros, e significa literalmente massacre ou abate. Mas pergunte a qualquer brasileiro, e eles vão dizer que há um outro significado, mais perturbador [...]. Ao longo da história moderna do Brasil, a palavra chacina veio a se referir ao massacre de pessoas após a morte de um policial. A implicação é clara: chacina são assassinatos em represália pela polícia em uma escala assustadora’” (SILVA; SANTOS; RAMOS, 2019, p. 13). Em resposta a esta inferência, Silva, Santos e Ramos comentam que a matéria do jornal é interessante por questionar o sentido etimológico da palavra no contexto brasileiro, mas colocam que “não podemos restringir a ocorrência de chacinas aos atos de retaliação protagonizados pelas forças policiais, embora esse tipo de situação seja uma das principais facetas desse fenômeno em alguns estados” (*ibid.*, p. 13).

podem ser interpretadas como mensagens públicas, com intuito de criar medo e temor a um público mais ampliado, e uma demonstração de poder e autoridade conquistado e/ou garantido por meio da violência letal. Na maior parte dos casos, as chacinas são ritualizadas, atos repetidos em diferentes casos, vestígios são estrategicamente deixados na cena do crime e a identidade dos assassinos ou dos mandantes circulam publicamente na forma de rumores (*ibid.*, p. 13).

Chacinas, assim, são tomadas aqui como momentos dramáticos de ritualização da morte de diversas pessoas, como forma de eliminação de inimigos ou indesejáveis, realização de vinganças, conquista de mercados ou territórios, e transmissão de mensagens públicas que se expressam no medo, no pânico e no terror, mobilizando a violência mortal como forma de demonstração de poder. Estes acontecimentos, por sua vez, geram rumores, que também produzem uma série de efeitos.

O rumor pode ser entendido como consequência a um acontecimento fora da rotina, como algo reformulado em sucessivos atos comunicativos, que pode se referir a eventos recentes ou antigos, derivados de situações problemáticas e ambíguas, cuja ação do Estado pode contribuir nessa imprecisão, gerando uma narrativa de baixo grau de formalização e em que os canais de comunicação não se encontram operando a contento (DAS, 2020; MENEZES; GUTTERES; MAGALHÃES; BARROS, 2020).

Rumores, assim sendo, compõem a “espetacularização da morte” (SILVA; SANTOS; RAMOS, 2019) que são as chacinas. Dito isto, devo colocar também que alguns “assassinatos em massa” não são referidos como chacinas, como é o caso de massacres, e mesmo dos Crimes de Maio. Em minha experiência de contato com as Mães de Maio, não recorro tê-las ouvido se referirem aos Crimes de Maio como uma chacina. Talvez pudéssemos dizer que nos Crimes de Maio de 2006 ocorreram chacinas em série – como a chacina do Parque Bristol – no intervalo de 8 dias, entendendo que as chacinas são múltiplos assassinatos realizados na mesma hora e local ¹⁶⁷.

Considerando que vimos algumas questões mínimas – levantadas pelas Mães de Maio e por uma literatura teórica colocada em diálogo – que permitem lidar de maneira inteligível com este fenômeno denominado de chacinas, trago algumas observações sobre certos elementos a respeito da democracia, partindo das exposições quanto ao tema realizadas pelas Mães de Maio.

¹⁶⁷ Dias (2015), por exemplo, utiliza a expressão “ciclo de execuções” para se referir aos assassinatos cometidos ao longo de vários meses em 2012 em São Paulo.

Na *Carta Final do I Encontro Internacional das Mães de Vítimas da Violência do Estado*, ocorrido entre 11 e 13 de maio de 2016, as Mães de Maio, juntamente a outros movimentos sociais, afirmam:

Atualmente, no Brasil, são assassinadas mais de 60.000 PESSOAS – DE CARNE, OSSO E MUITAS HISTÓRIAS – POR ANO, sendo a enorme maioria de jovens negros moradores das periferias; Atualmente, nesse território que eles chamam de Brasil, nós ostentamos o índice absurdo de MAIS DE 700.000 ADULTOS ENCARCERADOS EM VERDADEIRAS CELAS MEDIEVAIS, na sua maioria jovens negros primários, sem contar DEZENAS DE MILHARES DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES PAGANDO SOFRIMENTO BRUTAL EM MEDIDAS NADA SOCIOEDUCATIVAS e outros tantos aprisionados em instituições totais de “Saúde mental”; Atualmente, ainda nessa infame mercadoria-Brasil, nós enfrentamos UM SEM-NÚMERO DE ABORDAGENS VIOLENTAS, TORTURAS COTIDIANAS E UMA CRESCENTE CRIMINALIZAÇÃO DE TODO O NOSSO POVO E DE NOSSOS MOVIMENTOS SOCIAIS. Aqui de dentro dessa DEMOCRACIA MILITAR, essa verdadeira DEMOCRADURA (MÃES DE MAIO, 2018, p. 10).

No trecho acima as mães levantam uma série de críticas: ao genocídio brasileiro na escala dos milhares de mortos anuais, ao hiperencarceramento dos jovens negros e de crianças e adolescentes em “medidas nada socioeducativas”, ao aprisionamento de pessoas em “instituições totais” de “Saúde mental” (ou seja, de manicômios, unidades terapêuticas, hospitais psiquiátricos etc., consideradas como movidas pelo lucro), ao caráter mercadológico reinante no Brasil, às violações cotidianas e à criminalização do povo negro e dos movimentos sociais, e à democracia brasileira que em muito se aproxima de uma ditadura para essas populações.

É interessante notar que, se por um lado, as Mães de Maio colocam o período de redemocratização como marco inicial da *democracia das chacinas*, por outro lado, elas também afirmam que há uma continuidade entre democracia e ditadura no Brasil, no que se refere à relação do Estado com as classes e grupos exploradores e oprimidos. Observemos mais de perto esta questão.

Em matéria intitulada *A ditadura continua nas periferias*, realizada pelo jornalista Thiago Borges, Débora Maria declara quanto à ditadura: “a ditadura não acabou. Ela está muito presente nas nossas periferias e tem um alvo certo: o negro, pobre e periférico, que não tem acesso à Justiça, que não funciona pra nós” (BORGES, 2014). Na sequência, afirma: “vamos parar de falar que acabou pois não acabou, senão a gente não estaria aqui. Se acabou, foi para a burguesia. Aliás, a escravidão também nunca acabou. A senzala de hoje é a periferia” (*ibid.*). E indaga: “o que mudou [desde o fim da ditadura]? Nada. Não tem perícia [dos crimes cometidos], não tem investigação” (*ibid.*). Por fim, expõe

assertiva: “e quando a gente fala da desmilitarização, falamos não só da polícia, mas da política, da sociedade e do judiciário. Pois a canetada é uma arma que não sai bala, mas é a que mais mata” (*ibid.*).

Débora está aqui evocando um imaginário comum acerca da ditadura e da democracia, para então operar um rearranjo dessa lógica. A ideia corrente (sobretudo na mídia, na academia e nos círculos progressistas da sociedade) de um Estado ditatorial é de um Estado que, legal ou ilegalmente, mata, tortura, sequestra e desaparece com cidadãos considerados inimigos internos, interfere no “bom funcionamento” das instituições públicas e estabelece seus governantes à revelia de eleições por parte da população.

Já em um Estado democrático supõe-se ter eleições livres, instituições funcionando autonomamente, e garantia de direitos e liberdades individuais e coletivos para a população. Neste sentido, enquanto é pressuposto que um Estado ditatorial mate, torture, sequestre e desapareça com cidadãos considerados inimigos internos, para um Estado democrático é considerado pressuposto que ele ofereça segurança, liberdade de expressão, direitos políticos, saúde, demonstre abertura em relação às demandas da população e seja transparente quanto ao tratamento dado aos seus cidadãos.

Diante da inexistência dessa conduta pressuposta do Estado democrático, alguns diriam que a democracia se encontra em risco. Esta concepção se baseia em uma noção de que o Estado democrático é avaliado em um sentido quantitativo: ele é mais ou menos democrático, de acordo com determinadas conjunções, sendo que quanto mais corresponda à expectativa comum de um Estado democrático mais próximo estará de uma “democracia ideal” e mais distante estará do Estado ditatorial, e quanto menos corresponda a tal expectativa mais distante estará da “democracia ideal” e mais próximo estará do Estado ditatorial¹⁶⁸ (PINHEIRO, 1991; ADORNO, 1995). É neste quadro que surgem as avaliações da “democracia em risco” (SINGER; ALONSO; STARLING, 2019).

O Movimento Mães de Maio parece nos remeter a uma forma de olhar distinta desta concepção ora referida. Para ele, o Estado democrático não é tanto avaliado em um

¹⁶⁸ Refiro-me aqui especialmente, embora não exclusivamente, às abordagens gerencialistas que ganharam força no Brasil a partir dos anos 1980, e que teve como um de seus baluartes na questão da segurança pública a da democracia a Sociologia da Violência. Para uma crítica à Sociologia da Violência e ao modo como ela reforçou o gerencialismo, cf. Marques (2018).

sentido quantitativo, como o é em um sentido qualitativo. Ou seja, não se trata do “quão democrático” é o Estado democrático (ou quão próximo do “ideal democrático”, em um extremo, ou da ditadura, em outro extremo, ele está), mas sim de *qual* democracia se trata.

Deste modo, o Estado democrático que não corresponde à expectativa comum sobre a democracia não deixa de ser democrático por isto, mas estabelece uma democracia definida por outra qualidade constituinte (que não a da “democracia ideal”): uma democracia anti-ideal, uma democracia da escassez de direitos, uma democracia mortal. Esta democracia, certamente, reserva muitos dos traços associados a um Estado ditatorial, e não à toa, afinal, é a própria manutenção em constante renovação de elementos característicos destas formas estatais autoritárias que fundamenta a existência e a atuação desse Estado democrático.

Um tal Estado democrático não é visto próximo a um Estado ditatorial por um olhar quantitativo, em que sua democracia esteja na berlinda, mas ao contrário, é a própria preservação renovada dos elementos autoritários que constituem tal democracia e a perpetuam. Esta democracia, portanto, é um *continuum* autoritário, é a democracia que perdura uma ditadura que nunca deixou de existir em determinados territórios, sem com isto deixar de ser uma democracia, é a *democracia das chacinhas* enunciada pelas Mães de Maio. Por isto, tomo essa categoria nativa não apenas como “objeto” de análise, mas como uma categoria analítica que expressa um modo de observar e apreender a realidade social e política identificada pelas Mães de Maio.

Loïc Wacquant certa vez disse que o neoliberalismo produziu um Estado-centauro

que exhibe rostos opostos nos dois extremos da estrutura de classes: ele é edificante e ‘libertador’ no topo, onde atua para alavancar os recursos e expandir as opções de vida dos detentores de capital econômico e cultural; mas é penalizador e restritivo na base, quando se trata de administrar as populações desestabilizadas pelo aprofundamento da desigualdade e pela difusão da insegurança do trabalho e da inquietação étnica (WACQUANT, 2012, p. 512).

Estimulado pela leitura efetuada por Wacquant, entendo que a *democracia das chacinhas* observada pelas Mães de Maio é a face do Estado voltada ao extremo inferior na estrutura de classes da sociedade. Neste sentido, trata-se não apenas de um Estado-centauro, mas de uma “democracia-centauro”: humana para os de cima, bestial para os de baixo¹⁶⁹. Uma democracia que reduz os homicídios contra pessoas de classes superiores

¹⁶⁹ É claro que a sociedade não consiste apenas nestes dois extremos da estrutura social, na medida em que há classes, grupos e setores que se encontram em posições intermediárias nesta estrutura. Neste sentido, uma concepção dualista como esta de Wacquant termina por não captar alguns elementos relativos à

e não negros em 12,9%, e aumenta o de pobres e negros 11,5% no Brasil, segundo os dados do *Atlas da Violência 2020*, publicado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA (CERQUEIRA; BUENO, 2020)¹⁷⁰.

Deste modo, utilizo o conceito de “democracia-centauro” em diálogo com a categoria nativa de *democracia das chacinas*, tomando aquele como “uma categoria analítica que visa recobrir, sem pretensão de substituir, o campo semântico de categorias nativas” (MARQUES; COMERFORD; CHAVES, 2007, p. 35)¹⁷¹. Por estarem nesta base social, e por viverem os seus efeitos e *lutarem* contra eles¹⁷², as Mães se encontram em condições de possibilidade de visualizar o lado bestial da democracia-centauro e nomeá-la como uma *democracia das chacinas*.

É importante frisar que em uma realidade social, como a brasileira, em que a maior parte da população negra, desde o fim da escravidão, foi jogada no interior das classes mais precarizadas da sociedade capitalista, falar da base social da estrutura de classes significa falar também sobre raça, uma vez que a raça se apresenta como uma modalidade em que a classe pode ser vivenciada (GILROY, 2002; HALL, 1978).

Talvez também por isto essas mulheres negras, pobres e periféricas que *lutam* consigam notadamente ter uma concepção sempre mais crítica em sua abordagem relativa ao Estado e às violências a que são submetidas do que os acadêmicos que escrevem sobre elas, e isto se verifica não apenas no caso das Mães de Maio. Em todo caso, o modo como estas mães vivenciam a raça e a política em sua *luta* assume a dimensão de uma guerra.

multiplicidade da organização social. Todavia, ao passo que a própria divisão social do trabalho se multiplica com o passar do tempo no capitalismo, e mediante o acirramento de certos conflitos sociais, em certos momentos aquelas classes e grupos intermediários parecem orbitar em torno de uma dessas polaridades, a depender de múltiplas determinações relativas aos contextos sociais e históricos específicos. De modo que, assim, enxergo potencialidade analítica neste conceito de Wacquant para me inspirar nele aqui.

¹⁷⁰ As mortes, neste caso, representam apenas a dimensão mais letal das políticas produzidas pela face bestial dessa democracia-centauro, e suas consequências são ainda mais gerais, conformando toda uma forma de vida marcada pela sobrevivência na adversidade (HIRATA, 2010).

¹⁷¹ Assim, estou de acordo com Goldman quando ele afirma, a respeito dos desafios de se elaborar “uma teoria etnográfica da democracia”: “trata-se aqui, assim, de uma tentativa de elaboração de uma grade de inteligibilidade que permita uma melhor compreensão de nosso próprio sistema político. Para isso, recorre-se certamente a acontecimentos muito concretos, mas também a teorias nativas muito perspicazes e a formulações mais abstratas quando estas se mostram úteis” (GOLDMAN, 2006, p. 29).

¹⁷² Estou convencido de que a *luta* modifica horizontes, amplia olhares e pode gerar modos de compreensão distintos daqueles que se encontram nos mesmos grupos sociais, mas não apresentam reações tão significativas quanto. Também é verdade que *luta* deve ser entendida em um sentido amplo, como argumentarei mais à frente.

Raça e política como guerra

A paz nunca vem aqui, no pedaço. Reparou? Fica lá. Está vendo? Um bando de gente. Dentro dessa fila demente. A paz é muito chata. A paz é uma bosta. Não fede nem cheira. A paz parece brincadeira. A paz é coisa de criança. Tá aí uma coisa que eu não gosto: esperança. A paz é muito falsa. A paz é uma senhora. Que nunca olhou na minha cara. Sabe a madame? A paz não mora no meu tanque. A paz é muito branca. A paz é pálida. A paz precisa de sangue
(Marcelino Freire)

E mãe não pare ódio. Mãe pare o amor. Mas desde o momento que tira a sua filha, que mexe na sua cria, nós não vivemos na paz e o amor, essa paz pálida do cemitério, das campanhas pela paz. Eu não sou da paz, eu sou da guerra! Porque só vou ser da paz o dia que a igualdade vir a ser plena para todos nós e que o racismo acabe nesse país. Porque esse país deve muito pra nós, e nós não podemos aceitar que a reparação da escravidão seja a ponta do fuzil, da caneta do doutor
(Débora Maria da Silva)

Todo o debate feito nesta dissertação fala sobre política. Mas a política, aqui, não é entendida tal como na chave da antropologia política clássica, aos moldes das abordagens estrutural-funcionalistas, como “sistema político”. “Política” é aqui tomada tal como se observa no registro da antropologia *da* política, que compreende por “política” tudo aquilo que assim é encarado pelos interlocutores de uma determinada pesquisa antropológica¹⁷³. Nesta medida, interessa-me saber o que as Mães de Maio compreendem e efetuam como política, e explorar os potenciais sentidos de tal produção.

Considerar a política além do Estado é algo que não apenas me instiga, mas me parece ser esta a compreensão também das Mães de Maio. Nesta perspectiva, seria mais adequado falarmos de *políticas*, no plural. Em baila, há aqui ao menos duas políticas conflitantes: a política do Estado e a política das mães. Em outras palavras, aquilo que trato aqui não é a política do Estado em geral, mas é a política do Estado tal como observada pelas Mães de Maio. Neste sentido, auxilia no exercício compreensivo manter a imagem da face bestial da democracia-centauro – isto é, a *democracia das chacinas* – acesa em nossas mentes enquanto seguimos nesta leitura.

¹⁷³ “Nessa perspectiva, trata-se de realizar um descentramento em relação à ideia de uma ‘antropologia política’, tal como formulada em meados do século XX, como uma subespecialidade dentro da antropologia definida por um domínio previamente recortado pelo analista, analogamente a outras subespecialidades como a ‘antropologia econômica’, ‘do parentesco’, etc. Desenvolver uma antropologia *da* política deveria permitir refinar, acionando a etnografia e a comparação que estão no cerne da tradição antropológica, a percepção das complexas maneiras pelas quais uma determinada sociedade estabelece recortes de domínios, classificações e descontinuidades significativas; bem como descrever e analisar o que, em cada contexto, é delimitado como pertinente à política” (COMERFORD; BEZERRA, 2013, p. 467-468).

Observando diferentes manifestações das Mães de Maio, acredito que o sentido da *política* para elas é a *luta*, ou o conflito. No texto de 2012, *Desmilitarização das polícias no Brasil*, ao citarem os dados do Mapa da Violência daquele ano, elas afirmam:

ao longo dos últimos 30 anos, mais de 1 Milhão de pessoas foram assassinadas no país. Neste período histórico ironicamente concomitante à redemocratização brasileira, houve um aumento de 127% no número de homicídios anuais no território nacional – dos quais a imensa maioria das vítimas é composta por jovens pobres e negros, conforme demonstram as diversas estatísticas correlacionadas no estudo. Verdadeiros números de guerra (MÃES DE MAIO, 2018, p. 127).

A linguagem da guerra é aqui acionada pelas Mães de Maio, e em tantas outras ocasiões ela é exposta no discurso de representantes do Estado. Contudo, tal linguagem da guerra é apropriada de diferentes formas por mães e pelo Estado. Assim, política e guerra estão imbricados, de modos distintos, tanto para o Estado quanto para as Mães de Maio.

O Estado se utiliza da linguagem da guerra como forma de legitimação do extermínio que promove contra grupos sociais associados a determinados territórios de sua população. Esta lida configura um governo de mortes (FARIAS, 2020) que o Estado realiza nestes territórios. A associação de determinados classes e grupos sociais a determinados territórios não tem a ver apenas com onde cada indivíduo efetivamente habita, mas sobretudo com o lugar social reservado a alguém de tal grupo dentro do imaginário e da classificação sociais vigentes na sociedade e operados pelo Estado.

Tratam-se, neste sentido, de “territórios existenciais” (GOLDMAN, 2006), do “lugar de negro”, tal como analisado por Lélia Gonzalez, ao discutir com a ideia de “lugar natural” de Aristóteles, e refletir sobre qual seria o “lugar natural do negro” e o “lugar natural do branco”, sendo este associado a boas condições de vida, e aquele não, em função também de uma divisão racial do espaço. E como no “lugar natural do negro” há a presença da polícia, não para proteger, mas para reprimir, o outro “lugar de negro” se torna as prisões (GONZALEZ, 1984, p. 232-233; GONZALEZ; HASENBALG, 1982).

O próprio Estado, através de vários de seus agentes, seja na política institucional, no judiciário ou nas polícias, declara abertamente se encontrar em meio a uma “guerra”. Estas declarações ocorrem sobretudo como modo de tentativa de legitimação de suas políticas repressivas. Mas o que poderia ser desvelado em torno desta linguagem da guerra e da política como guerra do Estado?

Representar o conflito social nas grandes cidades como uma guerra implica acionar um repertório simbólico em que lados/grupos em confronto são inimigos e o extermínio, no limite, é uma das estratégias para a vitória, pois com facilidade é admitido que situações excepcionais – de guerra – exigem medidas também excepcionais e estranhas à normalidade institucional e democrática. Nestes termos, o dispositivo discursivo que constituiu o principal operador da demanda por ordem pública foi a construção de duas imagens polares a partir da metáfora da guerra: de um lado, os cidadãos – identificados como trabalhadores, eleitores e contribuintes e, nesta qualidade, pessoas de bem, honradas, para quem a segurança é condição primordial para viver, produzir, consumir; e de outro, os inimigos representados na/pela *favela* – categoria que não distingue moradores e criminosos (LEITE, 2012, p. 379).

Este, aliás, é outro elemento que atravessa ditadura e democracia: a política como guerra e a guerra como política. Como certa vez afirmou Foucault, “a política é a guerra continuada por outros meios” (FOUCAULT, 2010, p. 15). Esta guerra, no entanto, só é admitida¹⁷⁴ pelo Estado na insinuada “guerra às drogas”. Maria Lúcia Karam advertira, precisamente, que não se faz guerra contra substâncias, mas contra pessoas (KARAM, 2016)¹⁷⁵.

A guerra promovida pelo Estado contra essa população “matável” (FARIAS, 2007a), baseada em “concepções normativas do humano que suspendem a validade da vida de sujeitos e grupos, produzindo uma multidão de ‘vidas sem valor’” (SANJURJO; FELTRAN, 2015, p. 40), se assemelha ao cenário descrito por Mbembe acerca dos massacres contra os colonizados:

No mesmo contexto, as colônias são semelhantes às fronteiras. Elas são habitadas por “selvagens”. As colônias não são organizadas de forma estatal e não criaram um mundo humano. Seus exércitos não formam uma entidade distinta, e suas guerras não são guerras entre exércitos regulares. Não implicam a mobilização de sujeitos soberanos (cidadãos) que se respeitam mutuamente, mesmo que inimigos. Não estabelecem distinção entre combatentes e não combatentes ou, novamente, “inimigo” e “criminoso”. [...] Em suma, as colônias são zonas em que guerra e desordem, figuras internas e externas da política, ficam lado a lado ou se alternam. Como tal, as colônias são o local por excelência em que os controles e as garantias de ordem judicial podem ser

¹⁷⁴ Eduardo Taddeo, ex-vocalista do grupo de rap Facção Central, indicou já no título do seu primeiro livro esse caráter oculto/existente da guerra estatal contra as periferias: *A guerra não declarada na visão de um favelado* (TADDEO, 2012).

¹⁷⁵ A rigor, a chamada “guerra às drogas”, em que pese ser um grande problema que reforça o racismo e a expansão do pan-penalismo – em especial após a Lei de Drogas de 2006, que contribuiu com o processo de encarceramento em massa no Brasil – não é o único, e talvez nem mesmo o principal, problema no que se refere às práticas de criminalização do Estado. Isto porque os crimes patrimoniais ainda constituem o delito mais comum entre a população encarcerada (considerando em geral, somando tanto a masculina quanto a feminina). Segundo dados do INFOPEN referentes a 2017, dos delitos cometidos pela população encarcerada, 44,7% foram crimes contra o patrimônio, 30,2% por drogas e 11,6% por crimes contra a pessoa (INFOPEN, 2018, p. 17). A violação da propriedade privada ainda segue sendo a razão de maior criminalização no Brasil. Contudo, o destaque dado à “guerra às drogas” neste parágrafo se refere ao que discursivamente o Estado assume enquanto sua guerra em curso. Serve também esta discussão para nos lembrar de que, em uma guerra, executa-se a eliminação dos seus adversários, e, como vimos no início deste capítulo, as políticas de criminalização (a guerra declarada ou não do Estado) estão profundamente alinhadas às políticas de morte.

suspensos – a zona em que a violência do estado de exceção supostamente opera a serviço da “civilização” (MBEMBE, 2017, p. 35).

As políticas de morte do Estado produziram tais populações “matáveis”, e esta realidade atravessa a história brasileira, desde a colonização, o império, república, ditaduras e democracias, tal como acontece em outros contextos internacionais:

a ordem democrática, a ordem da plantação e a ordem colonial mantiveram, durante muito tempo relações geminadas. Estas relações estão longe de ter sido acidentais. Democracia, plantação e império colonial fazem objetivamente parte de uma mesma matriz histórica. Este fato originário e estruturante é central a qualquer compreensão histórica da violência da ordem mundial contemporânea (*ibid.*, p. 43).

Assim, a *democracia das chacinas* brasileira reserva aos “matáveis” não apenas a sua condição de matável, mas também a de não enlutável, de não reconhecimento público de um luto desigualmente distribuído (BUTLER, 2019). Uma democracia herdeira do colonialismo e da ditadura militar, estruturada sobre muitas das bases sociais legadas por estes (e demais) regimes e que opera em um *continuum* de suas políticas mortais em determinados territórios.

Ao denunciarem a *democracia das chacinas*, as Mães de Maio denunciam um processo muito mais amplo e que a configura. Elas expõem a realidade de um fenômeno que Mbembe denominou como “devir-negro do mundo”, entendido como a expansão do controle de corpos negros pela morte para outras populações, que se tornam então marcadas mais pela proximidade com a morte do que com as condições consideradas adequadas de vida (MBEMBE, 2018b).

Tomemos alguns relatos de militantes das Mães de Maio que corroboram com isto. Francilene Gomes, filha de Seu Francisco Gomes e irmã de Paulo Alexandre Gomes, desaparecido forçado em maio de 2006, afirma que “nesses 14 anos de militância, o que a gente tem visto é que a situação tem piorado a cada dia. A cada dia a gente tem perdido mais e mais meninos. Majoritariamente, realmente, os meninos negros” (DIREITOS HUMANOS..., 2020).

Estas mortes, porém, têm se expandido além de jovens negros, envolvendo também brancos que vivem nas periferias. É o que a própria Francilene argumenta:

eu dizia também da importância da gente ter o olhar também pra questão de classe. Porque muitos dos meninos que têm sido dizimados pelo Estado nas mãos da polícia, são meninos brancos. Mas são meninos brancos pobres! Então, os últimos casos que a gente tem conhecimento e que a gente tem acompanhado também pelo Mães da Leste, nessas articulações, são meninos brancos, mas meninos brancos que moravam em lugares extremamente

periféricos e extremamente estigmatizados pela sociedade e, por isso, eles foram executados. Então, é urgente que a gente faça esse debate (*ibid.*).

As classes inferiores no capitalismo sempre foram reféns de relações sociais de produção da morte engendradas pelo capital. Com isto, brancos que compõem estas classes também são vítimas desse extermínio classista operado por esta forma de sociedade desde a sua fundação¹⁷⁶.

Como em toda a história do Brasil a maior parte destas classes inferiores sempre foi composta por não brancos, de modo a constituir tanto uma racialização da classe quanto uma classialização da raça, certas classes tornaram-se associadas a tais raças, bem como tais raças foram associadas a certas classes. Assim, este processo produziu o signo e o imaginário em torno dessas classes, em que pessoas negras figuram nesta imagem.

Contudo, indivíduos brancos permanecem compondo tais classes inferiores, e à medida em que as crises no capitalismo se intensificam, ocorre o aumento absoluto destas classes, e assim, o aumento também dos brancos que as compõem. No Brasil, estes brancos geralmente vivem nos mesmos territórios que os negros de tais classes, isto é, em regiões periféricas que se tornam os únicos lugares em que estas pessoas conseguem arcar com os custos de vida, e que são muitas destas regiões de maioria negra entre seus habitantes.

Vera Gonzaga afirmou que “se você olhar a lista de mortes você não vê o nome de filho de prefeito, de deputado, delegado, promotor, juiz, nada, você só vê os filhos de classe baixa, classe média baixa né. São assalariados, são negros, porque nossos filhos é lixo da sociedade que eles varreram pra debaixo do tapete. É lixo, só isso” (MÃES, 2013).

Também nesta fala de Vera Gonzaga vemos como a classe é identificada como uma determinação das mortes. O que faz com que os brancos nesse contexto sejam mortos é a classe, que está expressa no território onde habitam, enquanto no caso dos negros é a classe e a raça vividas de forma umbilical.

Nesse sentido, se há o recrudescimento de múltiplas formas de matar pessoas de certas classes no atual regime de acumulação, inclusive através dos homicídios policiais, e se essas classes se expandem numericamente com as crises, desempregos e subempregos, há uma proliferação em números absolutos tanto do total de pessoas

¹⁷⁶ A respeito disso, Marx apontou: “vocês, milhares de trabalhadores que sucumbem, não devem desesperar. Podem morrer tranquilamente. A sua classe não desaparecerá. Será sempre suficientemente numerosa para que o capital possa dizimá-la, sem temor de liquidá-la totalmente” (MARX, 1985, p. 194).

pertencentes a essas classes matadas, quanto dos brancos e dos negros que as compõem – com estes continuando a serem a maior parte dos pertencentes a essas classes.

Por isto, apesar de brancos sempre terem sido mortos no capitalismo em função de sua classe, no contexto em que as políticas de morte, inclusive via homicídio policial, se acirram e atingem cada vez mais os territórios periféricos onde estas classes inferiores se encontram, mais brancos¹⁷⁷ também são assassinados.

Portanto, brancos periféricos passam cada vez mais a serem mortos, tal como negros historicamente são¹⁷⁸, por habitarem semelhante “território existencial” que estes. A expansão securitária nesta democracia expressa políticas de morte de um Estado cada vez mais voltado para a guerra contra a população “matável” que por este Estado é produzida. Mas as consequências da expansão destes dispositivos repressivos também atingem outros setores que não estes alvos majoritários.

De volta à *Carta Final do I Encontro Internacional das Mães de Vítimas da violência do Estado*, publicada em 2016, as Mães de Maio afirmam:

Há muitos anos nós vínhamos alertando para a continuidade e, na real, o aprofundamento deste Genocídio em tempos ditos “democráticos”. A intensificação do terror cuja face mais bruta tem sido o permanente recrudescimento desse Estado e todo o seu Sistema Penal contra o nosso povo: a evolução de dispositivos cada vez mais sofisticados, como o avanço da Era das Chacinas via encapuzados à toda e à solta por aí; do Encarceramento em Massa como linha de produção, opressão e exploração neoescravista; e esta novíssima Lei Anti-Terrorismo com carimbo de esquerda que, nós sabíamos e cansamos de avisar, seria utilizada ainda mais contra nós e os nossos movimentos sociais – durante, ou após o governo Dilma Rousseff (MÃES DE MAIO, 2018, p. 12).

A máquina repressiva do Estado, mesmo em governos progressistas como os do Partido dos Trabalhadores (PT), seguiu sendo aprimorada e produzindo novos dispositivos de controle e punição, inclusive contra movimentos sociais que outrora apoiaram tais governos¹⁷⁹.

¹⁷⁷ Em números absolutos, comparado aos números de brancos mortos em anos anteriores, mas ainda menor, tanto em números absolutos quanto percentuais, em relação aos números de negros mortos, que proporcionalmente cresce a cada ano.

¹⁷⁸ Afinal, ainda que brancos tenham sido sempre mortos no capitalismo, em qualquer época desta sociedade os negros sempre foram mais mortos do que eles, mesmo no interior de uma mesma classe social. Por isto, o signo do genocídio de classe é também profundamente racializado, isto é, compondo o genocídio dos negros neste país. Portanto, a expansão das mortes de brancos pode ser compreendida como um devir-negro do mundo, segundo expressão de Mbembe (2018b).

¹⁷⁹ Para ficar em alguns exemplos: remoções forçadas para realização de megaeventos como a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas no Rio de Janeiro em 2016, lei de exceção da FIFA, lei antiterrorismo, lei de drogas de 2006, expansão do hiperencarceramento e uso ostensivo do exército em favelas e periferias, como na ocupação da Maré.

Mas ainda que o punitivismo se expanda para diversas direções, a morte continua sendo uma política de Estado preferencialmente reservada à população jovem, negra, pobre e periférica no Brasil – aquela que tem sido o perfil cada vez mais preponderante de assassinados pela polícia a cada ano. Algumas das mulheres que perderam seus filhos em meio às inúmeras chacinas promovidas pelo Estado possuem uma proximidade em relação à morte que, fora de todos estes marcadores sociais, dificilmente ocorre, a não ser sob a forma de uma excepcional tragédia.

Além de Vera Gonzaga, que teve quase toda sua família assassinada de uma só vez, Débora Maria conta que convive com a morte de entes queridos durante praticamente toda a sua vida:

Eu fiz aniversário dia 10 de maio. Eu fui punida pelo Estado não foi uma vez, não foi duas, não foi três. Eu sou irmã de desaparecido de[sde] [19]80, no tempo dos esquadrão da morte. A minha [mãe], até o dia de hoje, nos indulto¹⁸⁰ do dia das mães, ela pensa que meu irmão pode tá preso, e entrar pela porta adentro. Eu tive o pai dos meus filho assassinado. Eu tive uma sogra que morreu de câncer porque perdeu, no meio dos 12 filhos dela, ela perdeu aquele filho que ela mais amava, apesar de que toda mãe amava os filho tudo igual. E depois o Estado retirou o meu filho, tirou o direito de mim comemorar meu aniversário com meus filhos (DÉBORA MARIA, 2019c).

Esta quase “onipresença” da morte na vida de uma mãe e na de sua família, direta ou indiretamente provocada pelo Estado, é resultado destes esforços sistemáticos da guerra estatal contra tal população de morte preferencial. Débora denuncia esta empreitada como um *sistema branco*, e esclarece que “quando a gente fala ‘sistema branco’, a gente não tá falando do pigmento, nós tamo falando do sistema que foi feito pra nós negros, o sistema branco” (DÉBORA MARIA, 2019b).

Ela fornece exemplos expressivos do como opera tal *sistema branco* no Brasil: “quando a gente tem réus e réis negros, e a gente tem juízes branco dançando a cadeira, matando com a canetada, encarcerando com a canetada, torturando com uma canetada, criminalizando a pobreza com a canetada, aí a gente fala que a gente não tem uma justiça imparcial” (*ibid.*).

Em várias ocasiões, as Mães de Maio denunciaram que “a polícia prende e mata, o judiciário enterra!” (MÃES DE MAIO, 2018, p. 114). Este *sistema*, porém, não é

¹⁸⁰ Indultos são perdões da pena, considerados atos de clemência, e são concedidos pelo poder executivo, não pelo judiciário. São concedidos através de decretos e comumente utilizados em datas específicas, como dia das mães e natal, extinguindo a pena apenas para datas específicas, possibilitando a saída dos apenados. Também são utilizados para extinguir as penas de vez, como foi o caso do indulto do dia das mães do Decreto nº 9.370/2018, concedido pelo então presidente Michel Temer.

recente, e assim como argumenta Mbembe, as Mães de Maio traçam paralelos da manifestação deste *sistema branco* nos dias de hoje – que engendra a *democracia das chacinhas* – com a estrutura de dominação erguida desde a colonização.

Assim Débora exprime, ao dizer que “os bandeirantes vão se transformando, a gente vê eles como os policiais”, e que “eles foram treinados para combater os inimigos externo, os inimigos externo somos nós” (ESTADO DE EXCEÇÃO..., 2020). “Porque a gente não precisa de capitão do mato, já que eles disseram que a nossa carta de alforria foi assinada no dia 13 de maio. Lá atrás. Mas a gente sabe que não existe essa carta de alforria. Então, os capitães do mato, eles continuam, atrás de cada homem fardado. Isso não resta a menor dúvida”¹⁸¹ (DIREITOS HUMANOS..., 2020). Através das ações das forças policiais, os atuais capitães do mato, “as chibatadas continuam” (WEBINAR..., 2020), e os negros encontram como destino nestas ações ou a morte, ou as prisões. E “[o] que significa as prisões? É um corpo do navio negreiro” (DÉBORA MARIA, 2019a).

Lélia Gonzalez, inquirindo as consequências da “culpabilidade branca” – que vem à tona com a neurose cultural brasileira, explicitada no endeusamento do homem branco à mulher negra em situações como o carnaval e que se transforma em agressividade contra ela nos momentos seguintes da vida ordinária – aponta que

é justamente aquela negra anônima, habitante da periferia, nas baixadas da vida, quem sofre mais tragicamente os efeitos da terrível culpabilidade branca. Exatamente porque é ela que sobrevive na base da prestação de serviços, segurando a barra familiar praticamente sozinha. Isto porque seu homem, seus irmãos ou seus filhos são objeto de perseguição policial sistemática (esquadrões da morte, mãos brancas estão aí matando negros à vontade; observe-se que são negros jovens, com menos de trinta anos. Por outro lado, que se veja quem é a maioria da população carcerária deste país) (GONZALEZ, 1984, p. 231).

Não é preciso supor que a polícia é não apenas parte indispensável neste processo de demarcação contínua do “lugar de branco” e do “lugar de negro” produzido por este

¹⁸¹ Em seu livro *Loaded: A Disarming History of the Second Amendment*, Roxanne Dunbar-Ortiz demonstra o processo histórico que ocorre entre o final do século 19 e a primeira metade do século 20 de como as chamadas patrulhas de escravos – que não eram compostas apenas por feitores (*oversee*), mas representavam esforços coletivos da classe dominante na sociedade escravocrata estadunidense – passaram a compor as polícias de várias cidades nos Estados Unidos. E mais do que apenas a passagem de diversos membros daquelas patrulhas para as forças policiais, a autora aponta como determinadas técnicas utilizadas pela polícia estadunidense advêm das patrulhas de escravos, como o uso de cavalos para fazer patrulhamento, de cães para caçar fugitivos, de cartazes de *Wanted* (procurado), e a *Stakeout*, uma técnica policial de espreitar alguém que se pretende agredir ou prender e pegá-lo de surpresa, tomando-o de assalto. Além da própria linguagem, uma vez que “patrulhamento” ainda continua sendo uma espécie de operação policial, entre outros termos, como “espancar” (DUNBAR-ORTIZ, 2018, p. 63-71).

sistema branco, como este processo é a própria *raison d'être* da polícia brasileira¹⁸². Contrastando a abordagem que o agente policial deu ao seu filho ao chamá-lo de “neguinho” e dizer que ele era “bandido” com a abordagem dada por policiais a pessoas brancas, Débora afirma que “a gente sabe que a instituição policial eles faz a abordagem, a prática da abordagem, eles faz com medo dos brancos, cabeludo, de boné, mas o negro de terno e gravata não alisa não. Isso é dito pelo comandante lá de Santos. Ele falou pra nós como funciona” (DÉBORA MARIA, 2019b).

Nesse sentido, a democracia brasileira é tomada pelas Mães de Maio como herdeira do colonialismo e da ditadura militar, que mantem traços repressivos fundamentais de uma escravidão que teve sua abolição escrita a lápis, como costuma dizer Débora Maria, e de uma ditadura que acabou para as elites, mas não na periferia, como também fala frequentemente Débora.

Portanto, é uma democracia marcada por ser um *continuum* autoritário, que tem em uma de suas principais faces a prática regular das chacinas como modo de genocídio dos negros e pobres no Brasil. E esse genocídio não é visto apenas pelo que foi morto, o que já seria muito, mas também pelo que foi impedido de nascer e criar (MOLINA, 2020), por formas de vida que passam a ser caracterizadas por sua relação mais próxima às possibilidades de uma morte violenta do que de uma vida longa e plena.

Não me parece, neste sentido, que o genocídio promovido pela guerra do Estado tenha como objetivo a eliminação apenas de “corpos negros”, tal como formulado na linguagem afropessimista em que “corpos vulneráveis e ameaçadores – cada vez mais substituem pessoas reais com nomes, experiências, sonhos e desejos” (KELLEY *apud* HAIDER, 2019, p. 66).

Na verdade, entendo que esta guerra se volte mais a manter negros e pobres classificados como “consumidores” ou como “bandidos” (LEITE, 2012; FELTRAN, 2014), remetendo todos que habitam os territórios de periferia a esta última categoria, e por meio das práticas de matança submetem compulsoriamente suas vítimas a esta condição para legitimar o extermínio de determinadas formas de vida.

¹⁸² Assim como também é claro que ela não é a única no mundo a operar deste modo, tendo em vista os exemplos dos EUA já trazidos até aqui.

É o que me permite apreender da análise que Zethu Matebeni faz de casos de uso extremo da violência mortal contra mulheres lésbicas *blacks* na África do Sul, em que mesmo após a morte física da vítima, os violentadores continuavam a golpear seguidas vezes seus corpos já falecidos, como se tentassem exorcizar aquelas formas de vida e entregá-las ao plano da extinção, além da morte física (MATEBENI, 2017).

De outra forma, como poderíamos compreender o ato de disparar 80 tiros “por engano” (sic) em um carro que não oferecia qualquer perigo – como feito pelo exército brasileiro contra o automóvel que dirigia o músico negro Evaldo Santos Rosa junto com sua família, no dia 07 de abril de 2019 na região da Vila Militar no Rio de Janeiro – se não for por esta tentativa sistemática de matar simbólica e fisicamente toda uma forma de vida?¹⁸³.

Considero poder afirmar que, tal como descrito por Fátima Lima, as Mães de Maio evidenciam, assim, que

nos contextos brasileiros, o poder necropolítico se faz visível no sistema carcerário, na população em situação de rua, nos *apartheids* urbanos nas grandes e pequenas cidades brasileiras, em dados relevantes, no genocídio da população negra que em sua maioria é jovem e masculina, na eclosão dos grupos de justiceiros, nos hospitais psiquiátricos, nas filas das defensorias públicas, nas urgências e emergências hospitalares, entre tantos outros lugares (LIMA, 2018, p. 28).

Estas *vítimas invisíveis da democracia* – como afirma o subtítulo de um dos livros das Mães de Maio (2019) ao se referirem aos seus filhos – advertem, inclusive, determinados movimentos sociais e intelectuais progressistas que falam frequentemente em termos de “ameaça à democracia”, enquanto as Mães de Maio seguem se manifestando acerca da “ameaça da democracia” às vidas de seus filhos, de suas vidas e comunidades.

Mas em contraposição a esta ameaça e à guerra exercida pelo Estado, as Mães de Maio postulam uma guerra a partir da sua *luta*, entendida como *luta* política, sem, com isto, reduzir outras dimensões que a polissemia da palavra *luta*, enquanto categoria nativa, permite (COMERFORD, 1999). É neste sentido que falam de *Mães guerreiras* ou de *exército de filhos*.

¹⁸³ E a despeito de a totalidade da classe não poder ser extinta – como afirmou Marx (1985) na citação trazida anteriormente, de que o capital pode continuamente massacrar os trabalhadores, mas não eliminá-los por completo por sempre necessitar das classes inferiores para produzir o mundo do qual a burguesia domina –, não podemos esquecer que não faltam exemplos na história do Brasil da tentativa de eliminação completa dos negros neste país (NASCIMENTO, 2016; FLAUZINA, 2006).

A expressão *Filhos de Maio* é utilizada pelas Mães de Maio para se referir tanto aos seus filhos mortos nos Crimes de Maio de 2006, quanto para se referir aos militantes e *apoiadores* das Mães de Maio. No primeiro caso, temos o acionamento do parentesco consanguíneo, no segundo caso, do parentesco político (HARAWAY, 2009), além da consanguinidade. O *exército de filhos* se refere a ambos os casos, aos mortos e aos vivos.

Os Filhos de Maio, inclusive, são considerados como um meio de autodefesa das Mães de Maio em sua guerra:

Temos as nossas peças também, nossas ferramentas de batalhas, e alguns poucos, mas valerosos, meios – visíveis ou invisíveis – de Autodefesa nessa nossa Rede das Ruas aqui. Com as Mães sempre na Linha de Frente, mas juntonas com uma contenção invisível de Filhos e Filhas espalhadas por esse mundão – que podem estar aonde vocês menos esperam... Não reparou aí do lado?! (MÃES DE MAIO, 2018, p. 14).

Desta forma, em relação ao conjunto dos seus *apoiadores* que compõem o *Exército Libertador de Filhos e Filhas*, as Mães de Maio demandam que “respeitem-nos, e todo o nosso Exército Libertador de Filhos e Filhas: é a única condição que exigimos. Pode ser?!” (*ibid.*, p. 14).

Assim como as *mães guerreiras*, os filhos – mortos e vivos, consanguíneos e aliados – se tornam nesta guerra das mães agentes em suas *lutas*: “aonde existiu, existe hoje, ou vier a existir qualquer forma de opressão, segregação ou exploração, velha ou nova, cada vez haverá mais e mais Mães Guerreiras unidas e com disposição para enfrentar o Luto e organizar a Luta pela Libertação de nossos Filhos e Filhas, de Nós Mesmas” (*ibid.*, p. 15).

Nesta medida, ao fortalecerem estas mães e contribuírem em suas *lutas*, estes filhos se tornam também *luta-dores*: “cada um que tomba do nosso lado germina 10 novos luta-dores e lutadoras. Nós construiremos o aborto desta sociedade opressora atual rumo a verdadeira Libertação de todo o nosso Povo!” (*ibid.*, p. 15-16). Abortar esta sociedade e parir uma nova – este é precisamente o fim último da guerra, entendida como a *luta* política, das Mães de Maio.

Com isto, a guerra das mães não está voltada à produção da morte, mas sim à produção da vida. “Nós somos Mães, somos Parteiras, somos Vida: Nós somos Revoluções” (*ibid.*, p. 16). A guerra das mães, deste modo, é a sua *luta* como política de vida que enfrenta políticas de morte.

Em uma guerra, tem-se aliados e inimigos que podem ser atualizados em relações muitas vezes provisórias. Na tentativa de interlocução com uma governante que, na concepção das próprias mães, poderia se aproximar da causa delas diante de um deslocamento nesta fronteira de aliança x inimizade – ao prestar apoio às mães, mas reiteradamente se mostrou do lado oposto desta *luta* das Mães de Maio, em que pese tais intentos dialógicos –, em 23 de julho de 2012, as Mães de Maio enviaram uma *Carta* à então presidente do Brasil, Dilma Rousseff. A primeira frase que inserem nesta *Carta* é: “escrevemos daqui de dentro da guerra” (MÃES DE MAIO, 2018, p. 123).

Esta *Carta* das Mães de Maio, que sintetizava uma série de reivindicações para o Estado brasileiro, jamais foi respondida. Anos depois, Dilma Rousseff, já na condição de ex-presidente, se dirigiu a outro movimento de mães, em uma carta enviada por ela às *Madres y Abuelas de Plaza de Mayo*, em 24 de março de 2019. Nesta ocasião, Rousseff saudava as mães e avós argentinas por seus 40 anos de *luta* e dizia “estar sempre com vocês, mães e avós da esperança e do amor [sic]” (DILMA ROUSSEFF, 2019)¹⁸⁴. Se, por um lado, as relações que conformam alianças e inimizades são sempre modificáveis e ativas, por outro lado, certos aliados e inimigos parecem não poder serem demovidos para o lado oposto destas relações.

Estabelecer estas relações é parte do processo de tornarem-se de mães a *mães guerreiras*, o que qualifica relações entre elas e delas com os outros. Assim, Débora afirma: “quando uma mãe vem pra uma luta, ela vem como uma guerreira! Mexeram com o que é dela. Mexeu com um, mexeu com todos!” (DIREITOS HUMANOS..., 2020). Por isto, Francilene Gomes expressa que “há 13 anos a gente se conheceu [ela e Débora Maria] e estamos juntas até hoje nas *trincheiras*” (*ibid.*, grifos meus).

Perguntam-se as Mães de Maio: que outras pessoas poderiam enfrentar tão frontalmente as políticas de morte do Estado que não as mães, que produzem vida e, ao *lutarem*, produzem políticas de vida? Para elas, se o Estado pratica o extermínio como execução de sua guerra contra os pobres, negros e periféricos, são as mães dos que tombaram nesta guerra aquelas que se tornam *guerreiras* e *linha de frente* de um *exército de filhos e filhas* cuja guerra é exercida por meio da *luta* política contra este Estado e pela

¹⁸⁴ As cartas das Mães de Maio à então presidente Dilma Rousseff e da ex-presidente Dilma Rousseff às *Madres y Abuelas de Plaza de Mayo* podem ser conferidas virtualmente em Mães de Maio (2012) e Dilma Rousseff (2019).

transformação desta sociedade. São estas mães, as *parideiras*, as que afirmam que ainda vão *parir um novo Brasil* como resultado de sua guerra.

Capítulo 3 – As mães vão parir um novo Brasil

*Sei que nada será como antes, amanhã*¹⁸⁵
(Milton Nascimento)

Eles que nos matam-vivas todos os dias, e fazem questão de não nos escutar. Mas nós insistimos em gritar! E insistimos em sorrir também! Não vão tirar isso da gente! [...] E o tempo é rei, Nêga: dessa luta acreditamos que pode nascer outro dia, outro tipo de sociedade aonde falaremos, aonde escutaremos, aonde seremos realmente escutadas. Aonde pensaremos e construiremos as coisas juntas, principalmente o amor. E poderemos assim decidir sobre as nossas vidas, vivas-vidas, como os nossos filhos e filhas, roubados de nós pelo Estado, deveriam ter tido a liberdade de decidir, de ir ou vir, e de viver feliz. Eles seguem e seguirão conosco! Presentes! Agora e Sempre!
(Movimento Mães de Maio)

O capítulo final desta dissertação é um intenso mergulho etnográfico no Movimento Mães de Maio. Ele está estruturado em três subcapítulos: *Coração de mãe nunca se engana*: experiência, morte e família, Política e rituais para a dor, e *Luta e autonomia*. Existe uma unidade marcante neste capítulo que é o lugar privilegiado dado às entrevistas, às *lives* e aos eventos das Mães de Maio que foram incorporados a este trabalho. Estes materiais trazem as falas das mães a partir de contatos e encontros entre mim e elas, delas com outras mães, e delas com agentes relacionados.

Diferente dos outros capítulos, utilizo também de algumas imagens na exposição, sempre em caráter ilustrativo, é verdade. O uso das imagens desta maneira foi uma escolha consciente que fiz em função do próprio desenrolar da exposição adotada: as imagens são convocadas ao texto para dar visualidade a certas questões, e não é o texto que se desata para acompanhar e analisar as imagens.

Este capítulo tem como uma de suas tarefas preencher certas lacunas que foram sendo formadas no decorrer nos capítulos anteriores, como pistas do que estava por vir que foram jogadas ou como curvas não adentradas durante aquele percurso expositivo. Neste sentido, ainda que seja um capítulo que tangencia certas questões das quais ele não pretende aprofundar o tanto que seu potencial renderia, tentei abordar um determinado número de outras questões de maneira mais integral e concisa.

Naquilo que considerei crucial e foi possível dentro de certos limites, este capítulo assim operou. Todavia, uma questão que não é exatamente debatida como um momento separado e explícito neste último capítulo, e que por isto pretendo antecipar a sua

¹⁸⁵ Trecho da letra da música “Nada Será Como Antes”, de Milton Nascimento. Canção original disponível em: <https://youtu.be/v6ZUwtAty8k>

explicação aqui, é a dimensão da política produzida pelas Mães de Maio, em um sentido complementar ao que já foi colocado no final do capítulo anterior.

Em seu texto *Violência e espaço civil*, Maria Célia Paoli, seguindo uma tese advinda de Hannah Arendt, considera que aquilo que os pobres sofrem não pode vir para o espaço público, uma vez que é uma dor privada (PAOLI, 1982). Contudo, ao contrário desta tese, as Mães de Maio mostram que fazer política não é sair do privado, é também estar lá. A *luta* das Mães de Maio começa em suas casas.

O que quero assinalar neste capítulo é que, apesar da complexa formulação que eu trouxe no capítulo anterior de que as Mães de Maio fazem política como guerra entre morte e vida, elas também fazem política não apenas quando se trata de guerra, mas quando falam de amor, de mortos, de sentimentos, de saudade, de dor, de tristeza, quando falam de família e companheirismo. Elas efetuam uma política que é uma política de parentesco, tanto por meio de um parentesco consanguíneo quanto de um parentesco político. Por isto, no capítulo final trilharemos percursos expositivos neste sentido.

No primeiro subcapítulo trato sobre uma miríade de questões, inclusive estas que mencionei acima, mas também sobre a morte, os mortos, o *luto* e a memória. Aqui é preciso um esforço do leitor para reparar que, apesar de serem múltiplas e variadas questões, elas vão aparecendo a partir de uma tessitura básica, que é a experiência das Mães de Maio por entre todos estes fenômenos.

O segundo subcapítulo permite visualizar de maneira mais clara qual é o fio condutor entre as várias questões que vão sendo levantadas: o conjunto de práticas e percepções que conformam as expressões públicas da perda das Mães de Maio por meio de certos rituais para a dor e para a *luta*. Aqui inicia-se mais intensamente a iteração de um elemento que vai culminar com o terceiro subcapítulo: a tomada da morte como algo que pari, que realiza, e que gera a sua conversão em vida como uma maneira de parir uma nova sociedade.

Por fim, no terceiro subcapítulo a *luta* das Mães de Maio vai ganhando certas nomeações analíticas que tentam desenhar como se estabelecem e se desenvolvem tanto certas relações destas mães com outros setores que atuam no mesmo campo social, quanto com seus aliados e antagonistas. Este desenho, contudo, forma uma imagem que não se pretende ser a cópia exata das dinâmicas nas quais ele emerge, mas tão somente apontar algumas das principais formulações e repercussões engendradas por esta *luta*.

Coração de mãe nunca se engana: experiência, morte e família

*Tenho sangrado demais / Tenho chorado pra cachorro / Ano passado eu morri / Mas esse ano eu não morro*¹⁸⁶
(Belchior)

O Estado mexeu com a mãe errada
(Débora Maria da Silva)

Com alguma frequência vemos na antropologia trabalhos que relatam a habilidade de algumas pessoas de sentir e/ou saber mais de certos acontecimentos do que a experiência humana, na compreensão científica ocidental, é capaz de conseguir. Xamãs que veem espíritos, feiticeiros que identificam males, anciões e anciãs que sangram com os golpes dados na natureza.

Nesta pesquisa, deparei-me com uma situação análoga a estas descritas. Separadas por uma distância física que impossibilitava qualquer contato visual, algumas Mães de Maio relatam que sentiram intensamente em seus corpos o momento da morte de seus filhos. Entre outros exercícios analíticos que realizo neste tópico, tratando de questões como a memória dos mortos e a dor das mães, trago algumas percepções quanto a este tema, sem a pretensão de “resolvê-lo”.

Mais do que querer desvendar este “mistério”, quero indagar aqui – e ao fazê-lo, sugiro um caminho reflexivo não como resposta resolutive, mas como hipótese – de que forma é possível encarar situações em que uma mãe consegue *sentir* a morte de seu filho, mesmo a quilômetros de distância? Para traçar este caminho expositivo, me aventuro a falar sobre família, morte, memória e certas emoções que marcam a experiência das Mães de Maio diante destas questões.

Algumas mães relatam não saberem a hora exata, mas sentiram antes de qualquer aviso que seu filho tinha sofrido um mal incomensurável. Outras, sentiram que seu filho corria perigo com algo danoso que lhe havia acometido, mas não quiseram acreditar na própria sensação, como forma de negar o conteúdo maléfico do que sentiam. E outras ainda sentiram o momento exato do assassinato de seu filho, inclusive, nos mesmos

¹⁸⁶ Trecho da letra da música “Sujeito de sorte”, de Belchior. Canção original disponível em: https://youtu.be/5MV_Fa3MQuA

lugares em seu corpo em que as balas haviam atravessado o corpo de seu filho assassinado.

Para tentar entender melhor a possibilidade desta hipótese, focarei neste tópico em um diálogo com algumas Mães de Maio que será repercutido em todo este capítulo final. Simultaneamente, busco relacionar este diálogo com certas perspectivas teóricas a respeito de temas suscitados nesta interlocução. As minhas mais recorrentes interlocutoras neste momento são Jucélia Santos, Ilza Soares, Maria Sônia e Francisco Gomes, com quem dialoguei frequentemente até aqui por cerca de um semestre. Quero começar as e o apresentando brevemente, bem como seus filhos.

Da literatura que até o momento conheço nas ciências sociais que aborda movimentos e mobilizações de mães enlutadas, vejo que este fenômeno de sentir a morte do filho assassinado não é encontrado em muitos contextos ou descrito nestes trabalhos. Recordo-me que em sua etnografia Catarina Morawska cita uma Mãe da Saudade que passou por experiência semelhante, experiência esta denominada pela autora como uma premonição (MORAWSKA, 2018, p. 343-344).

Jucélia Maria dos Santos, a July, tem 50 anos, é comerciante, nasceu em Salvador (BA) e foi para o Guarujá com 16 anos para conhecer o pai, e desde então não retornou a morar em sua cidade de nascença. Com 18 anos, teve seu primeiro filho, Emerson dos Santos da Silva, carinhosamente chamado por ela de Emersinho. Aos 28 anos Emerson já havia trabalhado em diversas profissões, mas aquela em que ele se destacou foi como pintor. Nesta idade, porém, Emerson foi assassinado por um policial, no dia 05 de setembro de 2014, no Guarujá, deixando órfãs três filhas.

Ilza Maria de Jesus Soares, a Dona Ilza, tem 62 anos, trabalha como diarista, é filha de pais sergipanos de Aracaju, e nasceu e foi criada em Santos. Com 28 anos teve seu segundo filho, Thiago Roberto Soares. Amarelinho, como Thiago era carinhosamente chamado por seus amigos, estava desempregado quando, com seus 19 anos, foi executado por encapuzados em 14 de maio de 2006, em Santos.

Maria Sônia Lins, a Dona Sônia, tem 61 anos, é cabeleireira, nasceu em Natal (RN), mas foi *novinha* para Santos, onde cresceu e passou toda a vida. Teve seu terceiro filho, Wagner Lins dos Santos, aos 25 anos. Wagner era pizzaiolo, e com 22 anos foi morto por encapuzados, em 15 de maio de 2006, em Santos.

Francisco Gomes, o Seu Francisco, tem 75 anos, é técnico químico aposentado, foi *fabricado* em Alagoas, de onde vieram seus pais, e nasceu em Rinópolis, no Oeste do estado de São Paulo. Seu Francisco é marido de Maria Gomes, a Dona Maria, e pai de Francilene Gomes. Com 36 anos teve o seu terceiro filho, Paulo Alexandre Gomes, o Paulinho. Paulo era vendedor ambulante aos 23 anos de idade, quando foi desaparecido por policiais no dia 16 de maio de 2006, na Zona Leste de São Paulo.

Talvez July tenha sido a mãe que mais me falou algo que eu ouvi de todas com quem conversei: “somente uma mãe pode sentir a dor que tem a outra” (JULY SANTOS, 2020c). Explica ela: “você pode ter um pouco de noção, mas sentir é diferente. Uma que você é homem” (*ibid.*). Além de ser homem, não tenho filhos. Mas mesmo que tivesse, não poderia sentir esta dor sem vivenciar a mesma perda. Estou diante de uma situação que não posso sequer supor tudo o que sentir tal perda significa para estas mães, mas, ao tomar as suas palavras, faço aqui um exercício imaginativo de tentar me aproximar, por mais precariamente que seja, do que é esta visceral sensação.

July afirma que “quando [o] filho tá sentindo uma dor a gente sente igual” (*ibid.*), e que à medida em que ouvia em sua casa o barulho dos tiros que, longe de onde ela se encontrava, perfuravam o corpo de seu filho, ela sentia estas perfurações nos mesmos lugares em seu próprio corpo, sem ao menos ver que as balas eram direcionadas a Emerson. “Na hora que eu ouvi os tiros senti uma dor tão forte na minha perna, uma dor insuportável” (MÃES DE MAIO, 2019, p. 75). Contudo, “em seguida, senti uma dor no peito, aí no momento que senti aquela dor no peito, não conseguia mais falar, fiquei sentindo falta de ar, comecei a andar e fiquei arrastando a minha perna, segurando aqui na parede” (*ibid.*, p. 75). “Eu sabia que era ele, eu só não tinha a prova” (JULY SANTOS, 2020c).

Dona Sônia estava quase dormindo quando tocou o telefone de sua casa “e senti uma coisa puxar ‘vuuup’. Voltei. Aí puxou de novo. Acordei com aquela força me puxando. Falei assim: ‘Vixê, tô morrendo, meu espírito tá saindo do meu corpo’” (MÃES DE MAIO, 2019, p. 171). A tia de seu filho lhe contou ao telefone que Wagner havia sido ferido, mas não lhe passou nenhuma informação sobre a morte dele. Porém, Sônia pôde sentir que a morte de seu filho já estava decretada, uma vez que, como ela conta, “eu logo senti algo muito estranho, porque *coração de mãe nunca se engana*” (MÃES DE MAIO, 2018, p. 48, grifos meus).

Nesta dissertação, ao falar de um movimento de mães, falo de parentesco e famílias. Os laços familiares em questão, como já vimos, nem sempre são consanguíneos, e muitas vezes incorporam *apoiadores* do movimento como *filhos* e contam com a presença dos mortos como agentes ativos nestas famílias. Vejo, deste modo, que há um potencial analítico em compreender aqui estes laços familiares sempre abertos e dinâmicos, na medida em que “convivência, confiança, cuidado, criação e atenção fazem, mas também desfazem, família” (MARQUES; LEAL, 2018b, p. 24).

Com isto, seguindo esta chave analítica, considero o “parentesco como pedagogia, como memória e como prática” (*ibid.*, p. 24), pedagogia, memória e prática estas “que tanto se acoplam às bases estruturais ou simbólicas do parentesco – a consanguinidade e a afinidade, a substância e o código – quanto potencialmente as subvertem” (*ibid.*, p. 24). Há Mães de Maio que pariram e cuidaram de seus filhos, assim como há as que não pariram, mas cuidaram, e todas elas “ganharam” um *exército de filhos*, e assim ampliaram a sua família, após a morte de seu descendente querido.

Se o parentesco e a família estão sempre em rearranjos, certos elementos parecem persistir como campos de significação constante. Substâncias como o sangue não são aqui tomadas como estáveis, mas como algo que é também ativo e precisa ser atualizado por meio de certas práticas, como de coresidência e de comensalidade (CARSTEN, 1995, 2013; MARQUES, 2013), sendo, assim, “tanto como algo dado quanto como algo feito” (MARQUES; LEAL, 2018b, p. 29).

No caso dos movimentos de mães, o sangue aparece como algo vinculado tanto ao filho morto como à *luta* da mãe viva. Diante do comentário de uma interlocutora dizendo que nunca deixará de ser “Mãe de vítima”, Freire, Farias e Araújo comentam: “o laço de obrigatoriedade com este coletivo [de mães] se sustenta no laço de sangue que uma mãe tem com um filho” (FREIRE; FARIAS; ARAÚJO, 2009, p. 9).

Desta forma, estes autores nos propõem pensar a força do laço de sangue entre mãe e filho como sustentáculo para o laço entre mãe e movimento de mães. Talvez pudéssemos dizer que a participação da mãe no movimento possa ser compreendida como uma forma de alimentar o sangue que une a mãe e o seu filho mesmo após a morte deste. Portanto, a *luta* da mãe que perde seu filho é tida aqui não apenas como uma espécie de tributo ao seu filho morto, mas como um modo de manter viva a força do laço de sangue

entre mãe e filho, restabelecendo a díade mãe-filho que em princípio poderia ter sido rompida pela morte.

Pensando sobre essa multiplicidade de significação do sangue, Catarina Morawska adverte que se “aquilo que é revelado pelo sangue está longe de ser estável e se mantém sob revisão contínua pela sua capacidade de revelar outras verdades e desestabilizar certezas políticas ou morais, então a relação entre os mortos, a memória, a família e a política não se dá de maneira autoevidente” (MORAWSKA, 2018, p. 344).

Portanto, não podemos aqui dizer que a *luta* das mães revela algo de feito (e não apenas dado) acerca da família somente quando falamos dos *apoiadores* que se convertem em *Filhos de Maio* por meio de uma afinidade política. Também por meio do sangue, a *luta* das mães alimenta a (re)feitura dos laços entre mãe e filho e daquela díade que lhe é constitutiva.

A morte, assim como “o *desaparecimento*[.] altera a vida de quem fica, as coisas ‘saem do lugar’ e a vida parece sair de foco” (FREIRE; FARIAS; ARAÚJO, 2009, p. 13). O peso desta ausência se manifesta profundamente na família, e, pelos depoimentos de algumas mães, em algo que é também profuso de sentidos: a casa. Dona Maria assim narrou a perda de dois filhos, Juliana e Paulo, de maneiras tão repentinas:

Eu há 20 anos, eu perdi uma filha com 17 anos. *Ela saiu de casa e não voltou mais*. Então isso dói também. Quando foi oito anos depois que ela morreu, *meu Paulinho saiu e não voltou mais pra casa*. Então dói, dói mesmo, muito, muito! Mas a gente tem que garrar na mão de Deus e ir sempre pra frente, porque Ele dá essa força pra cada um de nós (DONA MARIA, 2019, grifos meus).

A Mãe de Acari Vera Lúcia Flores Leite, mãe de Cristiane Souza Leite, dizia frequentemente: “*falta alguém em minha casa*”. Depoimentos como estes enunciam a casa como lugar de referência que demarca a ausência de quem se foi de maneira indesejada, afinal, era ali na casa que se esperava que os filhos retornassem para poderem dar prosseguimento às suas vidas. Vera de Freitas afirmou que “na minha família, *parece que tá faltando alguém*, tem um buraco, tem *um buraco na minha casa*” (MÃES, 2013).

Neste sentido, a ausência na casa retrata uma composição familiar que foi desintegrada, como se a própria casa se desfizesse, se fragmentasse, faltasse um pedaço. A presença na casa, que era um símbolo da vida, deu lugar à ausência na casa como um sinal da morte ou desaparecimento. Stephen Hugh-Jones e Janet Carsten propõem que não tomemos nem a casa, nem seus habitantes como entidades estáticas, mas envolvidos

em relações de produção mútua, como “continente e conteúdo [que] se relacionam como partes de um contínuo processo de viver” (CARSTEN; HUGH-JONES, 1995, p. 46, tradução minha). A perda na família, portanto, se traduz como perda física e existencial na e da casa.

Do mesmo modo, não são poucas as mães que afirmam ter em certos momentos a esperança de que o filho ainda vai *voltar para casa*, seja este filho um morto que pôde ser enterrado, seja um desaparecido forçado. Dona Sônia afirma que “*pra mim ele vai chegar!* São 10 anos que *pra mim toda hora ele vai chegar*, toda hora ele vai estar comigo. Às vezes sinto que ele está comigo. Sinto aquela presença forte” (MÃES DE MAIO, 2019, p. 165, grifos meus). E isto a despeito de religião, afinal, “não sou kardecista, sou católica, mas tenho um sentimento forte que parece que ele está perto de mim, ou, é minha mente que produz isso em mim, né?” (*ibid.*, p. 165).

Como já trouxe anteriormente, Débora Maria relata que, mesmo após mais de 30 anos, sua mãe ainda acredita que seu filho (irmão de Débora) possa retornar para a casa: “a minha [mãe], até o dia de hoje, nos indulto do dia das mães, ela pensa que meu irmão pode tá preso, e *entrar pela porta adentro*” (DÉBORA MARIA, 2019c, grifos meus). Esta expectativa, inclusive, engendra determinadas atitudes, como a de não modificar nada no quarto do filho que se foi na esperança de que um dia ele ainda possa retornar para casa e encontrar suas coisas do mesmo modo que deixou antes de partir.

Mas o desejo pelo retorno do filho não se manifesta apenas na esperança de que ele volte vivo, envelhecido com o tempo da ausência, e recomponha esta unidade existencial da casa que fora desintegrada. Muitas mães também anseiam pelo regresso dos seus filhos mesmo sob a forma de mortos, como aparições que visitam o mundo dos vivos. E esta expectativa é também produtora de certas ações, como manter a arrumação ou decoração que o filho gostava em seu quarto, visando atrair a presença do filho morto para a casa e a companhia da mãe.

O desejo de reencontrar o filho por vezes pode ser uma motivação tão resolutiva a ponto de determinar inclusive a sobrevivência de uma mãe que, desgostosa e deprimida, daria um fim à sua própria vida, não fosse a crença de que se caso cometesse um suicídio não veria seu filho novamente, pois desencontraria dele após a morte, uma vez que seu filho se encontraria no céu e ela, ao se matar, iria para o inferno (MORAWSKA, 2018).

A memória conecta mortos e vivos. Por meio dela, mães se encontram com filhos, e, ainda que momentaneamente, a dor da ausência é reconfortada pelo filho que, como morto, aparece para sua mãe na casa de onde não deveria ter sido retirado naquele momento e daquela forma. A memória serve de canal de encontro com o morto não apenas quando ele retorna em sua aparência corporal por inteiro, mas também em seus rastros que se espalham e se prendem em diversas fontes: em sensações, vultos, objetos, animais, comidas, lugares, sonhos, situações.

Dona Sônia diz que seu neto viu o tio, seu filho Wagner, em um oratório em sua casa. Tempos depois, ela própria viu o filho quando estava no portão de casa: “quando eu cheguei ao portão de ferro, perto do portão de entrada, o Wagner vinha vindo, com a roupa branca azulada, a pele amarelada, tanto o rosto quanto os braços” (MÃES DE MAIO, 2019, p. 172), uma visão que Dona Sônia e sua filha interpretaram que “ele veio dizer que estava bem” (*ibid.*, p. 172). Na semana seguinte, Sônia sentiu o cheiro de seu filho no ar, cheiro este que a acompanhou por muito tempo (*ibid.*, p. 172).

Em pelo menos três situações distintas Débora Maria viu seu filho Rogério. A primeira, no hospital em que ela ficou internada, quando ele a segurou pelo braço e disse para ela se levantar e ir à *luta* por justiça, conforme relatei no primeiro capítulo. Em outro momento, Débora via seu filho guiá-la em sua empreitada investigativa independente, quando ele apontou para ela, em seu próprio corpo, onde se encontrava uma bala não removida pelo IML¹⁸⁷. Por fim, Débora também já sentiu a presença do seu filho em um encontro de mães em que apenas uma cadeira estava vazia em meio a uma roda.

Dona Ilza frequentemente vê seu filho Thiago em seus sonhos, e, como costumava aparecer em todas as suas fotos em vida, ele sempre está sorrindo: “até hoje quando tenho meus sonhos, o vejo muito, eu nunca o vejo triste, está sempre correndo e feliz” (*ibid.*, p. 153). Em sua narrativa, a própria experimentação do tempo é demarcada por quando este contato com seu filho pelos sonhos se tornou possível: “lembro que meus primeiros sonhos com ele depois de morto, que a gente fica assim, demoraram muitos anos” (*ibid.*, p. 153).

¹⁸⁷ “No laudo da necropsia consta que os médicos-legistas tentaram retirar o projétil, porém os instrumentos utilizados pelos peritos quebraram a coluna da vítima e Edson [Rogério] foi enterrado com uma das balas que o matou ainda alojada no corpo. Em junho de 2012, o cadáver de Edson foi exumado e o projétil foi finalmente retirado, porém até hoje nenhum exame balístico foi realizado” (CAAF-UNIFESP, 2019, p. 137).

Mas nem sempre estas aparições dos mortos são ansiadas ou possíveis. Há mães que se encontram com seus filhos mortos nestas aparições, há mães que não conseguem ver as aparições de seus filhos, mas gostariam, e há ainda mães que não querem ter esses encontros em função da dor intensificada que isto lhe traria. Em relatos de algumas Mães da Saudade, em Peixinhos (PE), trazidos por Morawska, vemos que algumas mães ouvem seus filhos chamando-as, e elas os respondem dizendo que eles podem aparecer sempre que quiserem porque elas não têm medo de vê-los, pois sabem que são eles, seus filhos (MORAWSKA, 2018).

Outra mãe afirma que “*eu o escuto falando comigo através desse galo*” (*ibid.*, p. 343), um animal que seu filho cuidava com carinho, e outra mãe ainda diz que “*eu olho pras coisas dele. Ontem mesmo... eu sinto ele chegando em casa*” (*ibid.*, p. 343). No caso das Mães de Maio, claro está que além dessas situações de encontros com os mortos em suas aparições corpóreas ou em seus rastros deixados em diversas fontes conectadas às suas histórias, há ainda, e de forma muito mais ampla, processos de acionamento de lembranças do filho morto a partir da experiência da mãe no mundo, bem como de invocação de novas experiências com os mortos.

Este é o caso de Dona Sônia, que quando seu filho Wagner era vivo levava para ela comer uma pizza que ele mesmo fazia todos os sábados, mas que após a sua morte, ela ficou durante muito tempo sem conseguir comer pizza, pela dor que se alimentar deste prato lhe traria rememorando as inúmeras vezes que comeu tal comida com seu filho. Dona Sônia também não conseguia comer lasanha durante certo tempo, porque esta foi a última comida que ela fez para ele, e ele ficou muito feliz por estar desejando este prato de sua mãe há vários dias. Este prato ficou irremediavelmente marcado em sua memória como a última comida que ela fez para o seu filho.

Outra imagem que Dona Sônia guardou vividamente é a última vez que ela viu o seu filho: “a última lembrança que ficou de meu filho foi vê-lo saindo de casa, de bicicleta” (MÃES DE MAIO, 2018, p. 49). Já July me contou que tem as lembranças de seu filho Emerson imediatamente despertadas ao pensar sobre as coisas que o seu filho não viu enquanto era vivo, como certas mudanças no bairro que ocorreram após a morte dele.

Ao mesmo tempo, tudo aquilo que seu filho não apenas viu, como ajudou a construir, July considera como um patrimônio de sua memória e se arvora para defendê-

lo. É o caso de um palco que seu filho ajudou a montar ao lado de um campo de futebol perto de sua casa, e que July receia ser retirado devido à construção de um terminal de ônibus no local. Mesmo achando que não entende nada de futebol, July herdou de seu filho a paixão pelo Corinthians e expõe o carinho que tem pelo time de futebol que Emerson montou, orgulhando-se que este time existe até hoje.

Seu Francisco sente com ainda mais peso a falta de Paulinho quando se encontra dirigindo seu carro, pois andar de carro era uma atividade que seu filho gostava de fazer com ele. Dona Sônia, após eu perguntá-la sobre o que mais sente falta de Wagner, diz que “de tudo, ele era meu confidente, então eu sinto falta dele total, do abraço, do carinho, das conversas, do cheiro, da ligação, quando ele ligava pra mim e falava ‘mãe...’, pra mim foi a maior perda” (MARIA SÔNIA, 2020c).

Diante da mesma pergunta, Seu Francisco afirma que seu filho “era um companheiro, era o meu guarda-costas né, eu era o guarda-costas dele e ele era o meu, meu segurança né. Agora ele não tá mais, eu ando sozinho, não tem mais um filho pra me olhar, nem eu olhar o filho também” (FRANCISCO GOMES, 2020c). A perda e as saudades levam os pais dos desaparecidos forçados não apenas a procurarem pelos filhos, mas a estarem sempre imaginando a possibilidade de encontrá-los em algum lugar em que possam estar vivendo em adversidade (HIRATA, 2010). Seu Francisco rodou São Paulo inteira atrás do seu filho Paulinho, e diz que às vezes pensa que ele pode estar jogado na rua em algum lugar da cidade, como na chamada Cracolândia, e por isto pensa em realizar uma nova busca e ir lá procurá-lo.

A imaginação sobre como seu filho estaria se estivesse vivo hoje é algo que Dona Ilza também se depara acometida. “Eu fico pensando se ele estivesse vivo, ele deveria estar com 34 anos, eu queria ver o rosto dele, ele ia continuar alegre, sorridente, era o meu sonho que ele tivesse filho, desse neto pra mim” (ILZA SOARES, 2020b). Diante dessa especulação, Ilza afirma que “cada pessoa que a gente conhece que tem a idade dele a gente pensa: será que meu filho seria assim? Será que ele estaria lutando?” (*ibid.*).

Se os lugares e as práticas associados à vida do filho trazem boas lembranças, por outro lado, os lugares que se encontram no registro da morte dele se tornam objetos de dor, de sofrimento e de evitação. Vera Freitas evita passar por qualquer lugar que se encontre nas proximidades do local do assassinato do seu filho, Mateus Andrade de Freitas, como a pizzaria em que ele foi executado e a sua antiga escola, e afirma que

prefere ir até uma igreja mais distante do que frequentar a que se encontra ao lado de sua casa e vinculada a este percurso associado àquela morte (NÃO SAIA HOJE, 2016).

Márcia Gazza evita passar até de ônibus próximo ao local onde seu filho Peterson Conti Senoreli, o Renatinho, como ela o chamava, foi torturado por cerca de 50 minutos e assassinado por quatro policiais da Força Tática – antes de ter sido posto já esmaecido em uma viatura policial que rodou com ele durante duas horas na Zona Leste de São Paulo até os policiais o levarem a um hospital. Márcia consegue sentir a presença de seu filho ao passar por este local e até mesmo visualiza as cenas de tortura que fizeram contra ele, já que uma parte destas violações foi filmada com celular por uma pessoa que testemunhou o caso.

A experiência das Mães de Maio com o território é marcada por estas memórias¹⁸⁸ dos mortos. Nesta medida, o próprio território se torna uma espécie de portador de memórias de parentesco e pode ser mapeado a partir dos fluxos territoriais de relações que nele são inscritas pela experiência dos mortos e das mães. Enxergo aí um fenômeno em que o conceito de Ana Claudia Marques de “mapa mnemônicos de socialidade” se apresenta com um potencial analítico.

Abordando as narrativas que se formam pelo conhecimento genealógico que estabelece elos entre passado e presente e influencia relações de parentesco no sertão de Pernambuco, Ana Claudia Marques (2013) propôs o conceito de “mapa mnemônicos de socialidade”. Catarina Morawska, ao analisar os processos de memória que reúnem mortos e vivos e produz ações visíveis entre as Mães da Saudade em Peixinhos, afirma que

esse mapa mnemônico de socialidade se forma por meio de caminhos que ora se abrem, ora se fecham: um caminho aberto num presente que age pode levar um filho à morte e encerrá-lo no passado; e o passado, por meio da dor e da memória, se impõe ao presente abrindo um novo caminho para que o filho retorne na forma de visões e lembranças (MORAWSKA, 2018, p. 368).

Assim, seguindo a apropriação do conceito de Marques efetuada por Morawska, entendo que os mapas mnemônicos de socialidade entre as Mães de Maio expressam um constante trânsito de familiares e um rearranjo gerado por meio da sua presença ou

¹⁸⁸ Estou aqui utilizando o conceito de memória em um sentido *lato*, envolvendo não apenas lembranças, mas visões, sensações e sentimentos que são captados, associados ao filho morto e invocados mediante objetos, territórios, datas especiais e outros elementos vinculados ao ente querido.

ausência, uma vez que tais mapas se formam justamente pelos caminhos de passado e presente que se fecham e se abrem em certos momentos de morte e memória.

Mas diferente do que Morawska relata em seu estudo etnográfico, em que muitas das mortes desses filhos das Mães da Saudade ocorrem em frente às casas ou em suas proximidades, no caso das Mães de Maio tenho pensado que esse mapa mnemônico de socialidade projeta determinados territórios que se vinculam à morte e ao parentesco – e que fazem com que um filho morto levado ao passado retornasse ao presente pela invocação da memória – em diversas localidades pela cidade em que a experiência da morte e da memória se intensificam, e não apenas nas casas e nas suas redondezas.

Deste modo, seria possível traçar territórios de memórias de parentesco associados à experiência da vida e da morte dos filhos a partir destes mapas mnemônicos de socialidade entre as Mães de Maio. A vinculação entre morte e memória é algo frequente no discurso dos sobreviventes e dos familiares de vítimas de chacinas e massacres, como a Chacina do Carandiru. Não são poucas as vezes em que entre as palavras de ordem das reivindicações desses sujeitos, encontra-se lado a lado com a questão da justiça e da reparação justamente a questão da memória.

Memória e morte estão em vínculo estreito, e as aparições e lembranças acima relatadas dão conta de exemplificar isto. Tratar a morte a partir da perspectiva do encontro produzido entre vivo e morto é o que neste tópico enfatizo em minha exposição. Esta perspectiva é inteiramente tributária da formulação de Morawska (2018), que interpreta estas aparições dos mortos às suas mães como encontros entre vivos e mortos, de que tanto me utilizo.

Para esta autora, estes momentos se tratam de encontros “entre o ser que, morto, conserva-se em si e, encerrado no passado, impõe-se sobre o presente, e o ser que, vivo, consome-se e não para de se pôr para fora de si” (*ibid.*, p. 342). Deste modo, é justamente “essa experiência sensorial, o contato com o cheiro, os sons, a imagem, [que] traz à presença vestígios do corpo de um filho agora inerte, encerrado no passado virtual [e] que se impõe ao presente” (*ibid.*, p. 343). Assim, a enorme recorrência das aparições dos meninos mortos evidencia a coexistência do passado e do presente implicada no movimento da memória.

Um dos elos que tornam esta relação entre memória e morte tão estreita é um modo específico de compreensão da forma em que ocorreu o fim destas vidas: a morte

como uma interrupção. Em diversos relatos, as Mães de Maio reportam a morte de seus filhos como interrupções. Dona Ilza conta que seu filho Thiago foi assassinado quando “tinha 19 anos, faltava um mês e três dias para completar 20 anos” (ILZA SOARES, 2020e).

Dona Sônia ressalta quantos projetos foram interrompidos com a morte de Wagner: ele estava se preparando para casar um mês depois da data em que foi assassinado; ia fazer um curso de confeitaria que queria bastante; Sônia abriria uma pizzeria para o seu filho ter o seu próprio negócio. Assim, a morte é encarada aqui como interrupção de uma vida com projetos em plenos fluxos. Como várias mães dizem, seus filhos foram mortos *cheios de vida pela frente*.

Por isto mesmo, por terem ainda tanta vida para ser vivida e que nunca mais será, ficam as frustrações pelo que não foi feito. Afinal, a ideia de “ciclo natural da vida”, tão difundida em nossa sociedade e inclusive entre as mães, é a de que os pais morrem primeiro e os filhos os enterram, e não o contrário. Por isto, “é muito difícil essa semana, eu ter que levar uma flor no túmulo do meu filho, que o meu filho deveria tá levando uma flor no meu túmulo” (DÉBORA MARIA, 2019a).

Como se esperava que o filho viveria muito mais, e esta vida foi repentina e violentamente abreviada, as frustrações e arrependimentos pelo que não foi vivido vêm à tona. “Até hoje não superei que ele [Wagner] pediu material pra fazer uma torta holandesa, eu não cooperei, fiquei enrolando e não deu tempo dele fazer essa torta holandesa pra mim” (MARIA SÔNIA, 2020c). A impossibilidade de viver tudo aquilo que seria possível caso a morte não tivesse trágica e precocemente atingido seus filhos é algo que acentua a dor que sentem estas mães.

A dor é um sentimento comum a todas as mães que perdem seus filhos. Cada uma delas, porém, reage diante dessa dor de diferentes formas. July me disse que “depois que [você] perde um filho nada é mais como era” (JULY SANTOS, 2020b). Para ela, e para tantas outras Mães de Maio, o tempo não cura a dor, e a dor não passa com o tempo, mas, pelo contrário, aumenta. “Se aconteceu ontem, ontem você viu ele, a saudade é menor” (*ibid.*), explicou-me July. Por isto, a dor te acompanha pelo resto de sua vida. Neste cenário, July recomenda “pedir força a Deus que ele vai te dar pra você aprender a conviver com a dor, porque passar não vai nunca” (*ibid.*).

“Eu morri, metade de mim morreu, aliás, bem mais da metade de mim” (*ibid.*). A morte de si mesma juntamente à morte de seu filho é um relato comum dessas mães. Rute Fiuza, mãe de David Fiuza, afirmou que “eu nunca desisti. Eu disse a eles [policiais]: ‘você podem me matar, apesar de que você já me mataram mesmo, mas eu vou continuar assim mesmo’” (UM MEMORIAL PARA MÃES E FILHOS, 2016). July entende que o assassinato de Emerson modificou profundamente seu modo de ser: “no começo eu não conseguia falar nada, sumiu muitas coisas da minha mente, eu não sou mais a mesma pessoa” (JULY SANTOS, 2020b), e uma das coisas que ela mudou foi que “eu aprendi a ser fria, coisa que eu não era. Eu era mais transparente” (*ibid.*).

Marcada pela depressão, July me contou que não pode ficar desocupada, senão sua saúde mental piora, ela se vê mais sonolenta e desanimada para seguir a vida. Por isto, esforça-se para não ficar parada, trabalha bastante e tenta se ocupar de outras formas. O teatro tem sido crucial neste processo, e relembrar seu filho contando suas histórias durante nossas conversas têm sido, segundo ela, momentos importantes em que se sente bem e consegue ficar com a mente ocupada.

Para July, a forma da morte, tal como venho apontando acima, implica no modo específico como seu *luto* é vivenciado, pois “se fosse um acidente [a causa da morte do filho] a dor seria a mesma, mas não existiria revolta” (JULY SANTOS, 2020c). Como a morte violenta persegue a população pobre, negra e periférica, batendo em suas portas várias vezes, a proibição que July fez ao seu filho para que ele não saísse de casa durante maio de 2006 por causa do toque de recolher talvez tenha salvado a vida dele durante os Crimes de Maio, mas não pôde impedir que esta vida fosse tragada nove anos depois também pelas mãos de forças policiais.

O sobrinho de Dona Sônia sobreviveu ao mesmo ataque de grupo de extermínio que levou à morte seu filho Wagner. Juntos, foram abordados por dois homens encapuzados em uma motocicleta que se aproximaram atirando em direção a eles. O primo de Wagner caiu, fingiu estar morto e levou um tiro na perna. Já Wagner não teve a mesma sorte: ao cair no chão, foi executado com seis tiros.

“Eu sofro essa dor até hoje, a dor do descaso, a dor de mãe, a falta que o filho faz de não estar presente, porque ele era o meu confidente, ele era o meu amigo, ele não era só um filho, ele era aquele filho que toda mãe quer ter” (MARIA SÔNIA, 2020a). Assim como July, Dona Sônia conta que a morte de seu filho a modificou profundamente: “a

gente se transforma em outra pessoa, só sentindo, por mais que eu fale nunca você nem nenhuma outra pessoa vai assimilar, é um sentimento muito profundo” (*ibid.*).

Débora aponta que é justamente por possuírem uma dor tão profunda que as mães *lutam* incessantemente pela vida: “tivemos que se debruçar em cima da nossa dor e levantar o pulso esquerdo e dizer que a nossa dor, ela tinha que ser para além das lágrimas que a gente derrubamos com a perda dos nossos filhos, mas para uma transformação. Quando você perde um filho, você perde um pedaço do seu corpo” (DIREITOS HUMANOS..., 2020). Assim, aqui aparece novamente a explicitação da guerra das mães como política pela vida: “a gente temos que sair mesmo dizendo que, mesmo que nossos filhos não está mais no nosso meio, a gente tem que lutar pelos direitos humanos, que esse direito humano é o bem maior, que é o direito à vida” (*ibid.*).

Para Débora, quando uma mãe expressa seus sentimentos sobre o que é perder o filho “ela tá falando de uma dor, ela tá falando de um pedaço do útero, talvez o útero todo dela, que foi dizimado, que perder o filho tu perde um pedaço do corpo. Ainda mais quando a gente tem um filho desaparecido” (DÉBORA MARIA, 2019b). Dona Ilza diz algo no mesmo sentido: “quando a gente perde um filho, a gente adoece por completo, a carne, a ferida cicatriza, mas dentro da alma não cicatriza jamais, eu acho que nunca vou cicatrizar na alma” (ILZA SOARES, 2020d).

As dores pela interrupção da vida, pela morte violenta, pela frustração do que não pôde ser vivido, pela expectativa de “ciclo natural da vida” que não se cumpriu – sem contar a dor e a revolta pela criminalização e pelo desamparo estatais e de setores da sociedade, que acompanham esta morte – fazem com que parte desta mãe que perdeu seu filho morra juntamente com ele. “A gente espera que o filho enterra a gente, é como a Débora falou, eles tiraram o útero da gente. E continuam, não pararam” (*ibid.*).

Mas a parte da mãe que morre com seu filho – geralmente apontada como o útero, por toda sua visceralidade física e simbólica¹⁸⁹ – permanece como o resultado de um

¹⁸⁹ Uma reflexão se faz necessária sobre o significado desta visceralidade envolvida na figura do útero. Se nós olharmos para a história brasileira, inclusive no século 20, não faltarão exemplos de situações em que o Estado tomou o útero das mulheres pobres e negras como objeto de suas práticas racistas, eugenistas e higienistas. A esterilização forçada dessas mulheres representava, na violação do útero – que, convém lembrar, é parte de um corpo e de sujeitos concretos – mais uma tecnologia sistemática direcionada ao projeto genocida que acompanha a existência deste país. O extermínio dos filhos destas mães nas chacinas que se tornaram cada vez mais difundidas desde os anos 1990, deste modo, pode ser entendido como uma nova tecnologia de políticas de morte, de destruição dos úteros das mães, que compõe as estratégias de genocídio no Brasil.

trauma. A morte do filho atinge a toda família, e por vezes, distribui traumas entre diferentes familiares. Dona Sônia assim expõe acerca do momento em que os assassinos de seu filho o encontraram: “foi aí que *roubaram a vida do meu filho*, gratuitamente, e ainda balearam meu sobrinho, que graças a Deus não foi grave, mas até hoje ele vive traumatizado” (MÃES DE MAIO, 2018, p. 48, grifos meus).

Além de seu sobrinho, que testemunhou e sobreviveu à execução do próprio primo, Sônia comenta como o trauma atingiu a outros membros da família: “a [minha] filha ficou cheia de problema, chorava muito, estressada, meio medrosa. Agora que o [meu] filho tá um pouco mais... não digo calmo, mais centrado. Meu filho Anderson caiu da moto na semana que o Wagner faleceu” (MARIA SÔNIA, 2020b).

Assim, ao *roubarem a vida do seu filho*, os assassinos lançaram Wagner à morte e produziram um trauma para toda uma família. Considero o trauma neste trabalho na perspectiva que formulou Grace Cho (2008): tomando-o como profundas dores que não são apenas psíquicas, mas que se manifestam somatizadas e, assim, traumatizam o próprio corpo dos que atingem. Deste modo, um trauma também pode se apresentar na pele, na carne, nos músculos, nos ossos, nos órgãos e em cada molécula e tecido orgânico.

Refletindo acerca dos impactos de lidar com o desaparecimento de um filho, Freire, Farias e Araújo apontam que este acontecimento divide a vida dos familiares, dificulta o restabelecimento de suas rotinas e impõe “sempre um conjunto novo de acontecimentos traumáticos que afetam diretamente a vida cotidiana, provocando fortes impactos sobre a saúde” (FREIRE; FARIAS; ARAÚJO, 2009, p. 14).

Nesta medida,

A experiência traumática vivida pode produzir intensas perturbações no plano da identidade pessoal, dos vínculos familiares, das relações de trabalho e interpessoais, dos sentimentos de pertencimento e adaptação social. Os efeitos da experiência traumática também se manifestam diretamente sobre o corpo das mães. O corpo apresenta-se como *locus* de escritura da memória do trauma e da dor das “mães de vítimas de violência”. O próprio corpo das mães, cansado, mitigado, de tanto procurar pelos filhos desaparecidos aparece como testemunho de suas trajetórias de peregrinação e destruição dos *selves* (*ibid.*, p. 14).

Relatando os impactos da morte de seu filho, Dona Sônia afirma que ficou com o *emocional frágil*, teve uma depressão profunda, ficou quase um ano sem conseguir trabalhar, e após fazer terapia em grupo e com o apoio prestado entre as Mães de Maio conseguiu retomar algumas de suas atividades, mas coloca que até hoje “tem dias que eu amanheço bem chateada da vida” (MARIA SÔNIA, 2020b).

Além destes impactos em sua vida cotidiana, Dona Sônia ainda lista um conjunto de problemas de saúde que representam esta corporificação do trauma pela morte de Wagner:

[Tive] vários [problemas de saúde]. Quando tinha o Wagner [vivo] não tinha nenhum. Depois que ele faleceu tive hérnia de disco na cervical, as pernas abriram veias grossas, teve que operar das varizes senão teria uma trombose (em 2007), tenho uma placa na coluna cervical, dois pinos, duas cartilagens, operei correndo risco, depois tive três cistos na tireoide, tirei a tireoide, tive ovário policístico, tive que fazer histerectomia total (retirei o útero), bócio (caroço na garganta) que cresceu pra dentro, raspei a corda vocal, tinha uma sensação de caroço na garganta quando comia. Acho que tudo isso é por causa do sistema nervoso. Depois que ele faleceu eu nunca fui mais a mesma. Eu era tranquila igual a minha avó, não tinha estresse, ansiedade. Tomo um comprimido de manhã pro resto da vida por causa da tireoide [neste momento Sônia cita a história de uma pessoa que parou de tomar este remédio e uma semana depois enlouqueceu]. Tomo remédio para coluna, tô com artrose na coluna, na lombar. Domingo passado a coluna torácica travou, não conseguia nem respirar, tomei tramadol, tenho gastrite. Acho que é tudo do sistema nervoso, eu tenho que ter mais tranquilidade, mas como ter mais tranquilidade? Fico muito angustiada quando penso no Wagner, ele era o meu confidente (*ibid.*).

July me conta que ouviu algumas pessoas que conheceram a sua história lhe falarem que se estivessem no lugar dela não manteriam a própria vida. Dona Ilza afirma que “não houve perda pior na minha vida, acho que foi a pior dor do mundo!” (MÃES DE MAIO, 2019, p. 154).

E me relatou que só não ficou pior porque contou com um auxílio de profissionais de saúde no local onde trabalhava: “se não fosse o meu serviço eu acho que eu não tava mais nessa Terra não” (ILZA SOARES, 2020a). “Eu vou ser sincera, Matheus, eu não fiquei mais [doente] porque com quem eu trabalhava tinha psicóloga. Eu não via, mas naquele tempo a minha vontade era trabalhar loucamente” (ILZA SOARES, 2020d).

Em outra ocasião, Débora relatou novamente o que é a dor e o trauma que ela observava em sua mãe de não poder enterrar o filho:

Porque vocês não sabem o que [é] não enterrar o filho. A minha mãe sabe disso. Minha família sabe disso. A minha família sabe disso. É uma dor, uma tortura. Você não têm noção. Como eu queria que o silêncio sepulcral da dor, da tortura da minha mãe, que muitas vezes ela não pode nem falar da dor que ela sente silenciosamente. Tinha 39 anos, *meu irmão saiu e não voltou mais*. Depois com as investigações que eu acabei fazendo [choro], eu descobri que os policiais cortaram a barriga e jogaram na maré, [para] os corpos num boiar. Que meu irmão foi dessa leva. Eu num comento dentro de casa. Mas eu olho pro semblante da minha mãe, eu vejo quando ela tá no meio de todos os netos, de todas as filhas, mas ela forja o semblante dela, ela forja o semblante dela, o semblante dela fica distante. Porque ela não enterrou o filho. Eu só não sei como mãe, mas eu sei como uma irmã o que é não enterrar o filho. Essa é uma dor profunda, porque no dia dos lutos, dos mortos, não tem aonde acender uma

velinha, não há onde matar a saudade, não tem aonde colocar flor (DÉBORA MARIA, 2019c).

A dor, o sofrimento e o trauma da mãe de Débora por não ter podido sepultar seu filho desaparecido a acompanha há décadas, e mesmo quando se encontra na presença de seus netos, não consegue dissimular a tristeza que carrega, e por isto, forja seu semblante deixando-o distante. Esta cena narrada por Débora em muito se assemelha à história descrita por Grace Cho de sua mãe.

Cho comenta que, nas mesas de jantar em família durante toda a sua infância, sentava-se à mesa para comer ela, seu pai e sua mãe, e que “embora eu saiba que ela [sua mãe] estava lá à mesa, tenho uma vaga lembrança de que ela estava, ao mesmo tempo, não lá, mas em algum lugar aos fundos” (CHO, 2008, p. 1-2, tradução minha). Já adulta, Cho pôde compreender que este silêncio e esta ausência de sua mãe estavam diretamente relacionados ao trauma indizível que ela carregava enquanto uma mulher que viveu a diáspora coreana nos Estados Unidos em função da Guerra da Coreia (CHO, 2008). Em ambos os casos, da mãe de Débora e da de Cho, entendo que podemos observar um sofrimento silencioso que remete a traumas insuperáveis e a dores tão insuportáveis que se tornam para estas pessoas quase inenarráveis.

Diante de tamanhas dores e tamanhos traumas, estas mães enlutadas nunca encontram condições de possibilidade de superar as sequelas que lhes foram causadas. As partes de seus corpos que adoeceram, os remédios que fazem uso regular, o comportamento e o humor que foram irrecuperavelmente modificados, o cotidiano que foi desfeito e nunca integralmente retomado, bem como a perspectiva de mundo que foi alterada. Estes são alguns dos efeitos de seus traumas.

Sem dúvidas, as Mães de Maio mencionam uma série de acontecimentos positivos que lhes ocorreram desde a morte de seus filhos, a começar pela própria possibilidade de cura e solidariedade que representa o Movimento Mães de Maio. Mas se com o passar do tempo estes novos acontecimentos positivos foram se realizando, o que pode lhes servir de alento e, assim, não deve ser ignorado, por outro lado, é também com o passar do tempo que as preocupações que elas cultivavam em torno da garantia da vida de seus filhos vão sendo passadas adiante para a geração de seus netos, que vão alcançando idades próximas às em que seus filhos foram assassinados.

E diante da continuidade dos extermínios, chacinas e massacres, as Mães de Maio, como avós, encontram uma preocupação renovada em relação às vidas de seus netos que

podem ser ceifadas. Ao falar sobre a continuidade dos homicídios praticados por agentes do Estado, Dona Ilza afirma que “isso me mata mesmo, sabe Matheus, uma dor insuportável!” (ILZA SOARES, 2020b). “Me preocupo pelos meus netos, meus sobrinhos, meus sobrinhos-netos” (*ibid.*).

Assim, quando uma mãe morre em decorrência destas dores e desses traumas físicos e psíquicos, também ela se soma como mais uma vítima dos Crimes de Maio. Por isto, visando evitar o aumento do número de vítimas destes crimes e buscando auxiliar às mães e familiares dos filhos mortos a suportarem as sequelas destes traumas e todo o sofrimento psíquico que vêm acompanhado com eles, uma das bandeiras de *luta* das Mães de Maio têm sido por assistência psíquica patrocinada pelo Estado para os familiares de vítimas.

Débora aponta que “o tratamento psico é o tratamento mais essencial pra essas mulher continuarem viva. O Estado num mata só nossos filhos, o Estado mata a família inteira!” (DÉBORA MARIA, 2019b). Neste sentido, ano de 2013 marcou uma experiência das Mães de Maio em relação ao tema. Em 28 de outubro deste ano elas divulgaram um texto intitulado *Por que é necessária urgentemente uma política nacional de reparação integral às vítimas diretas, colaterais e conexas da violência e abuso de poder de agentes do estado democrático?!* (MÃES DE MAIO, 2013).

Neste texto, as Mães de Maio se apropriam e trazem trechos de sete documentos nacionais e internacionais contendo normas em vigência no Brasil relativas aos direitos dos cidadãos de receberem reparação integral por parte do Estado quando sofrerem abusos de poder por parte de agentes estatais. Considerando todas estas disposições legais, as mães demandam uma série de medidas reparatórias, e entre elas, assistência psíquica.

Afirmam que “o Estado tem a obrigação de prestar apoio psicológico aos cidadãos atingidos por graves violações dos direitos humanos” (*ibid.*). Colocam também que “para uma maior eficácia no tratamento dessas vítimas, o profissional de psicologia precisa estar preparado e possuir sensibilidade suficiente para tratar das particularidades desses casos de violência e sofrimento psíquico produzido por agentes do Estado, ou deles decorrentes” (*ibid.*). Nesta medida, inferem as mães, “não basta apenas escutar, mas também é preciso fazer isso com qualidade e especialidades capacitadas” (*ibid.*).

Também neste ano de 2013, alguns meses antes deste texto, um coletivo de psicanalistas progressistas no estado de São Paulo passou a prestar atendimento terapêutico às Mães de Maio. Este coletivo vinha inspirado em um projeto anterior, denominado de Clínicas do Testemunho, vinculado ao Ministério da Justiça, que visava reparar os efeitos psíquicos das violências de Estado cometidas contra sobreviventes e familiares de vítimas do regime ditatorial no Brasil.

Lançado em 2012, este projeto vinha na esteira da instalação de várias Comissões da Verdade pelos estados e municipais do Brasil, após a criação da Comissão Nacional da Verdade, em 2011. Todavia, onde o Clínicas do Testemunho não chegava, que era nas vítimas da democracia, o coletivo que passou a atuar junto às Mães de Maio em 2013 pretendia chegar. Tratava-se de um grupo de 10 psicanalistas que recebiam demandas da Defensoria Pública e, além de prestar atendimento terapêutico em grupo às pessoas que chegavam por esta via e ao Movimento Mães de Maio, também realizavam discussões teóricas em torno de questões como o racismo.

Na abordagem deste grupo, consideravam que “tem sempre algo de insuportável no traumático, que não pode ser dito, que não pode ser simbolizado, mas achamos também e apostamos nisso, que o trauma pode encontrar um outro lugar, um lugar possível na história do sujeito” (PEDROSO, 2015, p. 24).

Em um primeiro momento, o trabalho deste coletivo em relação às Mães de Maio foi através da realização de algumas sessões iniciais de uma espécie de grupo focal. Nestes encontros, que tiveram certas partes filmadas¹⁹⁰, as mães relatavam a respeito de suas dores e sofrimentos psíquicos em consequência da morte de seus filhos e de seus desdobramentos. Em seguida, após estes encontros iniciais, formou-se um grupo terapêutico cujas sessões não puderam ser filmadas.

Os resultados desse processo terapêutico parecem não ter sido muito eficazes, e tal acompanhamento foi interrompido pouco tempo depois, sem que ocorresse a reparação psíquica que as Mães de Maio tanto pleiteavam. Seis anos depois, em um evento com as Mães de Maio em São Paulo, Débora Maria afirmou: “nós de tudo tem que ter uma reflexão. As mães elas são investigadoras, as mães elas são psicólogas uma da outra”, e isto muitas vezes “porque a psicologia... só se é estudar lado a lado com as mães, porque

¹⁹⁰ E que depois vieram a compor o documentário *MÃES / MOTHERS - efeitos psicológicos da violência policial nas famílias*, dirigido por Clara Ianni (MÃES, 2013).

não tão preparada, e sinto muito falar isso, pra cuidar da mãe preta. Que a mãe preta é barril. A necessidade dela é pra ontem” (DÉBORA MARIA, 2019b).

No contexto desta crítica, Débora está aqui se referindo a psicólogos brancos que em sua análise não demonstraram saber tratar com essas mães pretas enlutadas. Por isto, Débora afirma:

nós não aceitamos psicólogos brancos cuidando de negras. Que batiam na nossa costa, e ainda fez assim “projquinho”, pras mães, batiam na nossas costa e mandavam pra voltar daqui a 15 dias. Pra você ver como não tavam preparados. Saído da universidade, formado, no copia e cola, que é mó fácil, cair pra periferia no primeiro ano ninguém quer, pra fazer lição de casa, tem que fazer TCC, na tese, ainda deixa as mães aloprada aí contando as suas histórias, e depois “tchau”. Entendeu? (*ibid.*).

Deste modo, Débora conclui: “então são essas coisas que nós criticamos, e nós criticamos e criticamos com razão, sabe?! E num é... é tipo gritar tua dor na Avenida Paulista” (*ibid.*). As mães seguem sem assistência psíquica e sofrendo por este desinteresse estatal. Assim, “as mães pagam um preço alto, por quê? Porque as mães, elas acabam morrendo, porque elas são descartadas também, nos olhos desses direitos humanos. Que direitos humanos é esse?”, questiona Débora, antes de complementar que “direitos humanos somos nós por nós mesmos! Nós que alimentamos os direitos humanos porque nós lutamos pela vida, que é o bem maior!” (*ibid.*).

Quero terminar este subcapítulo abordando mais duas questões que aparecem em diversas falas das mães: a religião e o medo. Falar sobre a morte em um país como o Brasil geralmente envolve se deparar com alusões claras ou indiretas a elementos religiosos. Estes elementos, no entanto, são os mais diversos, e passam desde a benção – como em uma fala de Dona Maria que remete à resiliência como força que vem de Deus (DONA MARIA, 2019) – à revolta – a exemplo do comentário de July de que “eu acredito que Deus é amor, mas eu acho que o amor dele não sobrou pra mim” (JULY SANTOS, 2020c).

Todas as Mães de Maio com quem dialoguei para esta pesquisa são pessoas religiosas, cristãs, e têm na figura de Deus um referencial importante. Em nossa primeira conversa, July me disse que as suas fontes de apoio são “Deus em primeiro lugar, em segundo o movimento” (JULY SANTOS, 2020a). Dona Sônia diz que as coisas mais importantes da sua vida são “meus filhos, meus netos, isso sim. Número um. É a coisa mais importante. A coisa mais importante na minha vida é Deus, mas abaixo de Deus

aqui na Terra são meus filhos. Porque Deus tem que vir em primeiro lugar em tudo, mas abaixo d’Ele é a família” (MARIA SÔNIA, 2020c).

O apelo a determinados símbolos e passagens religiosas, notadamente cristãs, também chama atenção. Se não me falha a memória, foi Débora quem primeiramente reparou que muitos dos lugares em que os corpos dos filhos de maio foram perfurados pelas balas que os mataram (cabeça, nuca, mãos) remetem para algumas mães à imagem do próprio corpo de Cristo perfurado e crucificado.

Há ainda outras duas imagens alegóricas utilizadas por algumas mães que me instigaram. July me contou que pouco tempo após o assassinato de seu filho Emerson, ela foi buscar na Bíblia alguma passagem que falasse sobre como Maria se sentiu ao ter seu filho Jesus assassinado. Ao encontrar este trecho, em que Maria dizia sentir como se tivesse “uma espada atravessada no peito”¹⁹¹, July me relatou que se sentiu da mesma forma (JULY SANTOS, 2020b).

Encontrar esta passagem permitiu a July expressar em palavras e em imagem derivada como é sentir a dor da perda de um filho assassinado. Nesta medida, a remissão à imagem de Maria como uma mãe que sofreu por ter seu filho matado é tanto uma imagem religiosa quanto política, invocada para gerar força nas mães religiosas que *lutam*.

Em uma conversa com Dona Ilza, ela me contou que “não esperava que o Estado armado fosse tirar a vida de um parente meu. Em 2006 foi uma sangria que houve, *os muros foram marcados por manchas de sangue*. Você vai em duas ou três ruas e você vê, se não deixa mancha de sangue deixa a ferida” (ILZA SOARES, 2020d, grifos meus). No livro bíblico de Êxodos, a história da fuga dos hebreus do Egito tem como ponto chave as 10 pragas do Egito, cuja décima foi a morte de todos os filhos primogênitos do país. A exceção eram os hebreus, que, instruídos por Deus, espalharam o sangue de cordeiros nas

¹⁹¹ No livro bíblico de Lucas, capítulo 2, versículos 22-35, é narrado o momento em que José e Maria levam Jesus recém-nascido para ser apresentado a Deus em um templo em Jerusalém. Ao lá chegarem, Simeão, “um homem justo e temente a Deus”, guiado pelo Espírito Santo, os abençoou e disse a Maria, a respeito de Jesus: “Ele está aí para a queda e o soerguimento de muitos em Israel e para ser um sinal contestado – a ti mesma, uma espada te transpassará a alma –; assim serão reveladas as contradições de muitos corações” (BÍBLIA, 1994, p. 1973). Trata-se de uma profecia feita a Maria acerca do sofrimento que ela viveria em função da morte de Jesus. A partir de passagens bíblicas como essa vêm expressões como “coração sagrado” e “coração de Maria”, fundamentais para certas nomeações de Maria, como “Nossa Senhora das Dores” e “As sete dores de Maria”.

portas de suas casas como forma de evitar que a morte do primogênito atingisse estas famílias.

Marcar os muros por manchas de sangue, em ambos os casos, nos Crimes de Maio de 2006 narrados por Ilza e nas 10 pragas do Egito escritas por Moisés, é mais do que uma alegoria, em que pese seu caráter extremamente simbólico: trata-se de um efeito prático produzido por uma ampla extensão da morte. Contudo, esta analogia não pode apagar as enormes diferenças em ambos os casos, afinal, enquanto no caso bíblico *manchas de sangue* que marcaram as portas eram mecanismos de proteção dos hebreus contra a morte, no caso dos Crimes de Maio as *manchas de sangue* que marcaram os muros das casas eram efeitos físicos dos caminhos que a morte havia percorrido nessas comunidades violentadas¹⁹².

A linguagem da religião, portanto, se configurou como uma questão que não pude evitar fazer observações. Por fim, quero destacar ainda como o medo ocupa lugar de destaque na vida das mães de vítimas da violência do Estado. Ao perguntar para as Mães de Maio sobre seus medos, algumas delas me disseram medos que adquiriram após os Crimes de Maio.

“Um medo bem grande que eu tenho é quando se junta aquele monte de polícia e eles tão atrás de alguém e eles ficam com aquele revólver na mão, porque eles atiram pra todo lado, depois que o meu filho morreu eu peguei esse medo” (MARIA SÔNIA, 2020c). Dona Sônia desenvolveu este medo porque receia que homens fardados podem a qualquer momento lhe causar um mal: “se eu ver uma pessoa de uniforme e uma que não está eu não vou na de uniforme porque eu tenho receio de que ela vai me fazer algum mal” (MARIA SÔNIA, 2020a).

Este medo conforma o seu próprio olhar sobre a polícia, produzindo imagens que tentam antever as ações violentas que podem ser feitas por policiais: “eu olho um policial e já vejo assim, ele atirando. Não consigo ver como eu via, penso que vai atirar. Pra mim é como se eu tivesse meio morta” (MÃES DE MAIO, 2019, p. 173).

Dona Ilza conta que ouviu policiais em uma viatura falando do seu filho Thiago, chamando-o pelo nome em que era conhecido (Amarelinho), menos de uma semana

¹⁹² Além, é claro, da diferença significativa de que os hebreus eram o “povo escolhido” por Deus, na narrativa bíblica, enquanto nos Crimes de Maio os moradores de periferias eram o “povo alvo” da violência mortal do Estado.

depois de seu assassinato. “A primeira coisa que eu vejo num carro de polícia é placa, eu olho, só tenho olhos pra identificação de polícia” (ILZA SOARES, 2020a).

Ednalva Santos, mãe de Marcos Rebelo Filho, afirma que “eu não sinto o meu coração. Eu tenho ódio das pessoas, vejo as pessoas na rua eu tenho medo, polícia então...”, e explica o sentido da frase que utilizou de não ter coração: “eu não tenho perspectiva de vida, nada, nada tem sentido” (MÃES, 2013).

Márcia Gazza relata que muitas mães de vítimas na Zona Leste de São Paulo possuem medo da repressão policial: “muitos têm medo, aqui mesmo na Zona Leste são poucas, muito minoria das mães que têm coragem de ir pra *luta*, não tem. As mães têm medo! São poucas que têm [coragem], porque na verdade até recebem ameaças” (DIREITOS HUMANOS..., 2020).

Débora, que sempre transparece como alguém extremamente destemida, afirmou que em caráter de indignação que “mesmo que me ameacem com fuzis, mesmo que me aprisionem com as leis, não podemos ter medo! Não podemos ter medo da bala, não podemos ter medo do açoite. Eles não vão viver alimentados do meu medo” (APELO, 2014).

July me contou que o policial que assassinou o seu filho Emerson de vez em quando passa em frente à mercearia dela. Ela, assim como algumas outras Mães de Maio, sabe o nome e a localização institucional do assassino de seu filho. “Ele estava no BAEP¹⁹³, agora está na Polícia Ambiental” (JULY SANTOS, 2020a). Em todos os casos relativos aos Crimes de Maio, estes policiais assassinos se encontram não apenas soltos, mas muitas vezes continuam atuando na vizinhança onde estas mães moram.

Desta forma, estas mães levam consigo um conhecimento venenoso (DAS, 2020) que lhes impõe um silêncio diante da eminência da violência à espreita. E este conhecimento venenoso é carregado não apenas pelas Mães de Maio, mas também por outras mães de vítimas, inclusive dos Crimes de Maio, que não integram um movimento de mães, dado o medo e a violência avizinhada.

¹⁹³ Batalhão de Ações Especiais de Polícia. São Paulo possui 14 BAEPs espalhados pelo estado, sendo que o 2º BAEP é sediado em Santos. O 2º BAEP é circunscrito ao 6º Comando de Policiamento do Interior (CPI), que abrange toda a região da Baixada Santista, da Polícia Militar do Estado de São Paulo.

Como relatam Gomes, Assumpção e Silva, pesquisadoras do CAAF que estiveram em trabalho de campo visitando as mães de vítimas dos Crimes de Maio, a maior parte dos familiares localizados na Baixada Santista não faz parte do Movimento Mães de Maio:

Dos familiares das vítimas que não participam do movimento – lista composta por 45 [de 60] nomes – foram localizados 32 endereços, sendo possível contatar dezoito famílias. Desse número, somente quatro famílias concordaram em conceder relatos sobre os crimes; as demais preferiram não falar sobre o assunto por diversos motivos, sendo o principal deles o medo de retaliação e perseguição, pois em muitos casos os executores das vítimas permanecem atuando no mesmo bairro (GOMES; ASSUMPÇÃO; SILVA, 2019, p. 362).

Também as mães que participam ou já participaram do Movimento Mães de Maio estão reféns a sofrerem das mesmas ameaças, e assim, compartilham do medo e ainda amargam o adoecimento que muitas vezes convive e se fortalece com a desesperança:

Dos quinze familiares que já participaram ou participam do Movimento Mães de Maio foram colhidas nove narrativas, sendo que quatro delas são dos crimes cometidos posteriormente aos *Crimes de Maio* de 2006. Do total de membros do movimento não foi possível entrevistar seis familiares: três mães que se encontram em processo de adoecimento por depressão grave ou em consequência dela; um por falecimento; uma mãe não localizada (mudança de endereço); e uma mãe que não concordou em conceder a entrevista por estar afastada do movimento social (*ibid.*, p. 362).

Este medo, portanto, se dá por uma soma de fatores, como a eminente ameaça dos policiais assassinos patrulhando ou frequentando as redondezas, a perda das esperanças no sistema de justiça lhes garantir segurança e aos seus familiares, bem como em função de diversas ameaças, perseguições e intimidações que estas mães – militantes ou não, mas as que militam provavelmente mais ainda – já sofreram.

Helena Fonseca, mãe de Fábio Fonseca e sogra de Aline dos Santos Rodrigues, à época grávida de cinco meses, executados por policiais em 05 de maio de 2011, em Santos, foi à delegacia para investigar sobre a morte de seus familiares. Lá chegando, disse para o delegado:

“o senhor pode me dar as coisas que estavam com ele [seu filho], o rádio, os telefones, os anéis da minha nora, que também não tá no hospital?”. Já fizeram a limpa ali mesmo. [O delegado disse:] “Não senhora, aqui não tem nada”. Eu falei: “tem sim, doutor. Esse relógio que tá no seu pulso é do meu filho”. Ele falou “não, senhora”. Eu disse: “esse relógio que tá no seu pulso é o do meu filho”. Aí ele deu uma volta lá dentro da cadeia e pôs o relógio dentro de um saquinho, e já não tava mais com ele (MÃES, 2013).

Após ela dizer ao delegado que foi a polícia que matou o seu filho, e que a obrigação de descobrir qual foi a viatura utilizada pelos assassinos era da polícia, o delegado lhe disse: “Dona Helena, não queira ser uma pedra no meu sapato. Porque os

caras são profissionais. A senhora dá um [nome], mas eles são uma quadrilha”, e completou: “é melhor você ficar quieta. Já morreu, Dona Helena” (*ibid.*).

Em seguida, conta Dona Helena, o delegado disse: “sabe, Dona Helena, eu posso morrer ali na esquina”, e ela respondeu: “é, doutor, o senhor tá querendo dizer que eu posso morrer ali na esquina? Então o senhor vai mandar me matar? Porque enquanto eu tiver voz eu vou lhe perturbar, eu vou encher o seu saco!” (*ibid.*).

Rute Fiuza narrou em 2016 como dois anos após o desaparecimento forçado de seu filho Davi Fiuza ela ainda buscava por ele, e ao ir atrás de respostas, era perseguida por policiais.

Ontem eu tive uma vida muito corrida porque a principal testemunha do caso do meu filho ia sendo levada de dentro de um carro descaracterizado. Provavelmente os assassinos do meu filho foram pegar a testemunhar também. Aí eu tive que, na cara e na coragem, sabe, eu disse ‘vão matar nós duas agora’, ‘deixa eles me seguir’, ‘há gente atrás’. Foram no meu trabalho, me olham. As vezes quando eu olho nos olhos, porque eu sou frágil, mas ao mesmo tempo eu sou forte também, quando um deles passou no meu trabalho e me olhou, ao invés de abaixar [a cabeça] eu olhei pra ele fixamente, e olhei nos olhos dele, e foi ele que abaixou a cabeça pra mim e foi embora (UM MEMORIAL PARA MÃES E FILHOS, 2016).

Por causa de sua militância e investigação independente, Ednalva Santos, mãe de Marcos Rebelo Filho, chegou a ficar oito dias presa, acusada de tráfico de drogas, “enquadrada por policiais, que forjaram esta acusação pois queriam e querem que eu pare de falar que foram eles que mataram meu filho” (MÃES DE MAIO, 2011a, p. 27).

Relatando a resposta criminalizante que sofreu após denunciar a polícia como a autora dos assassinatos de sua filha, genro e neta, Vera Gonzaga aponta:

Eu ainda não tive tempo pra um luto, eu não paro. Eles começaram a perseguir a minha família porque eles queriam que eu falasse que quem matou a minha família foi o crime e não foi, eu sei que não foi. E eu falei pra Folha (Jornal Folha de S. Paulo) que quem matou minha filha foi a polícia sim. O jornal saiu na terça-feira, na quarta eles invadiram minha casa. Ficou todo mundo preso, porque eles falaram que acharam droga na minha moto. Só que essa droga não apareceu até hoje e eu quero que eles provem. [Eu disse a eles:] “Vocês não deveriam estar me caçando, deveriam estar caçando quem matou a minha filha” (FALA GUERREIRA, 2016, p. 10).

Como resultado dessa operação policial que forjou drogas na casa de Vera Gonzaga, ela foi presa e condenada por tráfico de drogas, tendo cumprido pena de dois anos e meio de prisão em regime fechado na Penitenciária Feminina do município de Franco da Rocha, a 27 km de São Paulo.

Dias antes da incursão policial que incriminou Vera Gonzaga, as Mães de Maio foram vítimas de uma tentativa de criminalização realizada por uma agente do judiciário.

Em novembro de 2015, uma promotora pública ex-membro do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (GAECO)¹⁹⁴, Ana Maria Frigério de Molinari, acusou o Movimento Mães de Maio de atuar denunciando policiais “que combatiam o tráfico por causa do suposto envolvimento dos familiares das vítimas com o crime” (CAAF-UNIFESP, 2019, p. 88).

Além disso, a promotora ainda alegou que “algumas dessas pessoas [afirmou a promotora] faleceram nos Crimes de Maio, e os direitos [de gerenciar biqueiras] são transmitidos aos familiares, que por vezes gerenciam ou até mesmo arrendam os pontos de tráfico de drogas” (SALVADORI, 2015). O *timing* desta acusação esdrúxula foi perfeito para legitimar a invasão da residência de Vera Gonzaga por parte dos policiais que forjaram o flagrante de drogas e conseguiram criminalizá-la.

As experiências de criminalização a que mortos e familiares são submetidas são narradas por todas as Mães de Maio. Dona Ilza afirmou que o pior momento em sua militância foi justamente aquele da agressão de Ana Molinari: “uma agressão verbal de uma juíza, chegar a ponto de dizer que todas as Mães de Maio eram, assumindo, ela chegou a dizer que nós éramos mães de traficante”, relatou Ilza, antes de concluir que “isso daí foi a pior coisa que eu ouvi na minha vida, eu ‘assumi banca de traficante’ não, isso daí foi a pior coisa pra mim, mexeu muito, eu vivo dos meus serviços” (ILZA SOARES, 2020d).

Seu Francisco contou que a pior coisa que aconteceu em sua militância foi “chegar no movimento em Itaim/Itaquaquecetuba e passou um rapaz gritando ‘vai trabalhar vagabundo’, a gente fica puto da vida, há cinco ou seis anos [atrás]” (FRANCISCO GOMES, 2020b). Detalha Seu Francisco que isto ocorreu “lá pelo Fórum de Mogi das Cruzes, foi participar do julgamento de um réu que fez uma chacina. Passamos uma raiva danado naquele Fórum. A gente passa raiva, passa medo às vezes, mas é assim mesmo” (*ibid.*).

Estas perseguições, ameaças e intimidações já duravam anos de forma cotidiana – afinal, desde o momento do velório de seus filhos mortos, policiais já tentavam amedrontar os familiares enlutados – e se intensificavam em certos momentos de maior

¹⁹⁴ O Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (GAECO) é um órgão do Ministério Público do Estado de São Paulo (MPSP) que atua em parceria com as Polícias Civil e Militar do estado e cuja finalidade é a investigação e combate em relação ao assim chamado crime organizado.

acirramento das denúncias das mães e em datas especiais. Vera Gonzaga contou que o velório de Ana Paula, Joey e Bianca foi marcado por severas intimidações policiais:

No velório, parou uma viatura no portão dos fundos e perguntou de quem era o velório. Então começaram a pegar endereço e R.G. de todo mundo que entrava ou que saía [...], mas foi a noite inteira eles para lá e para cá, batendo na porta da viatura, gritando, iam para o pé do morro. Escutávamos as rajadas de bala. Mas eu não fechei o velório, eu não deixei de dar um velório digno para a minha filha, para o meu genro e para minha neta (CAAF-UNIFESP, 2019, p. 134).

Segundo o relatório do CAAF, o velório de Rogério, filho de Débora Maria, foi alvo de diversas tentativas de intimidações por parte de policiais, com viaturas que “ficavam passando defronte ao local, cantando pneus e dirigindo em alta velocidade. Um carro Fiat Marea preto estava estacionado no local, de onde constantemente saía uma pessoa que entrava no velório e depois retornava ao veículo” (*ibid.*, p. 137).

Nas palavras de Débora,

O enterro foi uma coisa bem assustadora porque as pessoas vinham ver o Rogério e quando iam embora tinham que voltar para dentro do cemitério porque os policiais, inclusive as femininas, estavam dentro do cemitério da Areia Branca, todos encapuzados, e as pessoas corriam todas com medo. Tinha carro preto, cantavam pneu na frente do cemitério (*ibid.*, p. 137).

Débora conta que também no dia da missa de um ano da morte de seu filho Rogério “compareceram na igreja e no cortejo várias viaturas policiais, na tentativa de intimidação” (*ibid.*, p. 138).

As Mães de Maio viam suas companheiras sendo perseguidas, presas e criminalizadas, bem como sentiam a ameaça da polícia não apenas em relação às suas vidas, mas também às vidas de seus familiares ainda vivos. Isto além de lhes impor medo ainda lhes impunha também certas restrições em suas denúncias, estabelecendo um limite que elas sabiam que se ultrapassassem correriam um grande risco.

Vera Gonzaga afirmou: “eu tenho mais três filhos. Não posso chegar no jornal e dar o nome de cada um [dos policiais que mataram sua filha] porque eu sei que um deles [seus filhos vivos] vai pagar por isso” (MÃES, 2013). Deste modo, refletia Vera, “para uma mãe calar a boca qual é o jeito? Chegando em outro filho. Se eles chegassem em mim, beleza, eu daria o nome, saía gritando pela rua, mas eu sei que eles não são homem o suficiente, porque o manto da impunidade deles [permite]” (*ibid.*). Afinal, “a partir do momento em que eles vestem aquela roupa eles se transformam, eles podem tudo, como eles mesmo falam né, a lei é do lado deles” (*ibid.*).

Assim, afirma Vera, contrastando as consequências de cometer um homicídio contra policial e sofrer um homicídio de policial: “se qualquer uma dessas mães aqui encontrar eles, dar um tiro na cara deles, eu não vou chegar viva no tribunal. Mas eles chega na cara de pau em qualquer lugar” (*ibid.*). Não são apenas as Mães de Maio que vivem sob a ameaça de não poderem denunciar abertamente os nomes dos policiais assassinos, em função do risco de sofrerem represálias. Mônica Cunha, do Movimento Meleque do Rio de Janeiro, afirmou que “todas nós [mães do Rio de Janeiro presentes] temos outros filhos. Vamos ter que lutar pra gente não perder eles” (UM MEMORIAL PARA MÃES E FILHOS, 2016).

Deste modo, diante da total insatisfação frente à posição do judiciário em relação às investigações dos assassinatos cometidos nos Crimes de Maio de 2006 e em outras chacinas, massacres e extermínios promovidos por policiais, e diante da completa insegurança que suas vidas e as de seus familiares são relegadas, as Mães de Maio consideram que o *sentimento de justiça* lhes foi sequestrado. July afirma que “justiça nenhuma foi feita, tanto é que eu vejo o assassino do meu filho” (JULY SANTOS, 2020c).

Sob a ameaça que se estende até às próprias eventuais testemunhas, que se veem compelidas a não se pronunciarem visando sua autopreservação, a busca pela justiça das mães padece de inúmeras dificuldades. Não à toa, para muitas, reina a desesperança de que este sistema de justiça de fato proverá justiça aos seus casos. “Justiça eu não espero mais por isso, eu achava que poderia existir, mas hoje eu não conto mais com isso” (JULY SANTOS, 2020c).

Algumas mães se reconfortam e se sentem felizes com vitórias processuais que estejam ligadas não apenas ao caso de seu filho, mas a qualquer mãe ou vítima. “Enquanto eu puder lutar pra ver uma vitória, uma vitória de uma amiga minha, mãezinha, é uma vitória minha também” (ILZA SOARES, 2020a). Dona Ilza afirma que o momento mais feliz de sua militância foi, inclusive, diante de uma sentença favorável às Mães de Maio: “quando descobriram realmente, como foi, como eles agiram, também foi uma grande evolução que eu vi, foi prazeroso pra mim eu ver, poxa, a gente não tá louca, a gente vê matando” (*id.*, 2020d).

“O Estado nos deve” (*id.*, 2020b), é o que afirmam todas as Mães de Maio. Tendo em vista a falência da justiça estatal em prover suas demandas, as mães sinalizam que “[n]o Movimento Mães de Maio foi onde eu consegui justiça” (*ibid.*). Ainda assim,

seguem suas *lutas* “porque a vida do meu filho não foi em vão” (DÉBORA MARIA, 2019a).

Política e rituais para a dor

Também os mortos não estarão em segurança se o inimigo vencer. E esse inimigo não tem cessado de vencer
(Walter Benjamin)

Cada morte que eu vejo, eu vejo o rosto do meu filho
(Márcia Gazza)

O Movimento Mães de Maio desloca intensamente antigas fronteiras ideológicas, marcantes em determinada antropologia clássica, entre política e pessoalidade, esfera doméstica e esfera pública, intimidade e coletividade (MALINOWSKI, 2018; RADCLIFFE-BROWN, 2013; DURKHEIM, 1996). O diálogo que tecerei neste tópico passará por estas questões, preocupando-me mais em respondê-las a partir do exemplo das mães do que de uma revisão literária quanto ao tema, assim como por questões como o *luto*, os rituais para a dor e para *luta*, a cura e o veneno.

Em alguma medida, e por certo tempo, deparei-me com a ideia de que, nos primeiros contatos que fiz com as Mães de Maio, Débora parecia ser uma espécie de voz pública deste movimento, ao passo que as demais mães estariam mais ligadas a uma dimensão privada, íntima ou pessoal desta *luta*. Esta ideia talvez estivesse alimentada pelo fato de que Débora é, de fato, a Mãe de Maio de maior aparição pública, é a principal articuladora desta rede de mães, familiares e *apoiadores*, e é quem parece sempre mediar a relação dessas mães com os agentes ao seu redor: movimentos sociais, pesquisadores, representantes do Estado, outros coletivos de mães etc.

Outro fato que alimentava esta ideia é que as demais Mães de Maio são menos conhecidas do que Débora, e a possibilidade de contato com elas parecia passar muito mais pela esfera dos que lhes eram íntimos – inclusive aqueles que, conhecendo Débora e aproximando-se como *apoiadores* das mães, desenvolviam esta relação de intimidade com elas. Porém, apesar de sedutora à primeira vista, minha desconfiança com relação a esta clássica dicotomia foi se tornando convicção de uma nova perspectiva, à medida em que eu ia aprofundando meu contato não apenas com Débora, mas também com as demais Mães de Maio.

Com o tempo, após acompanhar Débora em dezenas de eventos presenciais e *lives* virtuais, além de podcasts, entrevistas a jornais, depoimentos em blogs, livros e conversas via *WhatsApp*, pude ir percebendo que, para a própria Débora, a política não era concebida de maneira estanque em relação à personalidade: a *luta* coletiva inicia e nunca se desvincula de uma perda muito pessoal – a do próprio filho¹⁹⁵.

Também no desenvolvimento do meu contato com as demais Mães de Maio pude desprender-me do que restava daquela ideia original. Estas mães, em que pese não discursarem publicamente a todo instante, demonstravam como sua dor íntima era compreendida a partir do repertório político da *luta* que elas desenvolviam há anos. Deste modo, contar a história da morte de seus filhos nunca era falar apenas de si, mas envolvia analisar criticamente o papel da polícia, do judiciário, dos governantes, da mídia, das promessas dos direitos humanos, além da atuação das próprias Mães de Maio em relação a este cenário.

Neste sentido, percebi que a dor e a *luta* – e qualquer um de seus paralelos, como o doméstico e o público – não são dimensões inseparáveis apenas com a militância de Débora, mas também com a das demais Mães de Maio. Dito isto, da mesma forma entendo que, não apenas para o público mais amplo, mas para as próprias Mães de Maio, Débora é a figura catalisadora desta *luta*, e este é um elemento vital para o movimento das mães.

“Ela que largou a vida pra viver a vida do grupo” (MARIA SÔNIA, 2020a), explicou-me Dona Sônia. “Eu acho que [ela é] a única que realmente pode fazer isso” (*ibid.*). A dedicação integral de Débora às mães é citada inclusive como um tempo máximo que é possível entregar a algo: “ela vive 24 horas o grupo, pras mães, socorre, e vai, e leva uma cesta básica, e vai...” (*ibid.*).

Débora já havia contado que ela abriu mão de viver com sua família muitos momentos para poder dedicar-se à *luta* das mães:

eu abandonei minha família pra lutar pela vida dos que foram tirado, pela vida dos que podem ser a próxima vítima. Porque a luta das Mães de Maio não é uma luta de Facebook. A luta das Mães de Maio não é uma luta de editais. A luta das Mães de Maio é que, pra lutar, pra barrar a rajada das metralhadora, e

¹⁹⁵ Para uma discussão contemporânea que opera uma derrubada dessas fronteiras erigidas por abordagens clássicas entre política/pessoalidade, público/doméstico, coletividade/intimidade, cf. trabalhos como os de Strathern (2006), Haraway (2009), Kopenawa e Albert (2015), bem como os presentes nas coletâneas organizadas por Marques e Leal (2018a) e Vieira e Villela (2020).

dizer “pare de nos matar! Para de matar os nossos filhos!” (DÉBORA MARIA, 2019c).

Aqui Débora expressa que *abandonou* a sua família para poder se dedicar à sua *luta*, ou, como ela afirma, à sua *missão*. Assim, diante da subtração da família devido ao filho assassinado, Débora *abandona* a família que lhe resta para poder *lutar* uma *luta* que abrange muitas outras famílias. Daí ser ela quem exerce essa função de catalisadora e articuladora entre as várias mães, mas, por isto mesmo, ser apontada também como a única em condições de fazer isto.

O encontro de cada mãe com Débora, o momento em que a conheceram, foi relatado para mim como um dos momentos mais decisivos da vida destas mães. Dona Sônia conta que conheceu Débora por meio de uma ex-cunhada, que é também sua comadre e madrinha de Wagner, quando Débora foi fazer uma palestra em uma escola que essa parente trabalhava. A partir de então, sua comadre a apresentou a Débora, e o contato de Dona Sônia com Débora significou para ela “uma luz no fim do túnel” (MARIA SÔNIA, 2020a).

Mas Dona Sônia já possuía uma experiência anterior com uma militância social. Seu marido foi coordenador da Pastoral Carcerária durante 20 anos, além de ter sido, por 12 anos, membro do Conselho da Comunidade em São Vicente, na Baixada Santista. “A gente lutou muito pelos presos” (*ibid.*), relembrou Dona Sônia, comentando que ela participava de atividades pela Pastoral juntamente com seu marido de 1978 a 2009.

Seu Francisco também possui uma atuação social a partir do envolvimento com ações cívico-religiosas: já participou da Pastoral da Saúde e de conselhos de saúde em centros de saúde na região de Itaquera, Zona Leste de São Paulo. Sobre Débora, Seu Francisco havia contado que ela é a sua maior inspiração: “a Débora das Mães de Maio, é uma grande incentivadora da gente, é o nosso amuleto” (FRANCISCO GOMES, 2020b). É interessante observar como Seu Francisco afirma que Débora é para ele não apenas uma referência importante, mas um *amuleto*, isto é, age como uma forma de proteção contra certos males da vida¹⁹⁶.

Dona Ilza comenta que o momento de virada em seu processo de *luto* foi ter conhecido Débora: “foi quando a Débora depois de 10 meses me procurou. Quando você tá caindo, sempre vem uma mãe e não deixa, segura a peteca da gente” (ILZA SOARES,

¹⁹⁶ Agradeço a Carolina Pereira por ter me chamado a atenção para o significado que havia aqui a palavra *amuleto*.

2020d). Desta forma, vejo que a importância de Débora para as Mães de Maio é central, e por isto mesmo ela segue sendo a coordenadora deste movimento.

Porém, não é apenas a partir de Débora que as Mães de Maio encontram e oferecem demonstrações de apoio e solidariedade. Seu Francisco comenta que uma das melhores coisas que aconteceram em sua militância foi a possibilidade de ajudar outros familiares enlutados: “a gente se sente orgulhoso de poder ajudar, dar uma luz para quem está precisando, quando uma família perde o filho fica completamente desorientada, ainda mais assassinada brutalmente, a pessoa fica completamente sem rumo” (FRANCISCO GOMES, 2020b).

Diante desse cenário de desolação, o apoio se torna relação fundamental para quem oferece e para quem o recebe: “a gente poder ajudar, que direção tomar, procurar a justiça, os direitos humanos. E nunca se entregar, a vida nossa continua” (*ibid.*). Dona Sônia comenta que a relação entre as Mães de Maio é como a de *irmãs*, dada a proximidade que se desenvolve entre elas: “são pessoas maravilhosas, quando a gente se junta a gente fica como *irmãs*. São um grupo muito bom” (MARIA SÔNIA, 2020c). Vera Gonzaga dizia que quando estava na presença das outras Mães de Maio estava junto às suas *companheiras* (MÃES, 2013). Dona Ilza contou-me que gosta de encontrar e participar das atividades em conjunto com suas *irmãzinhas* (ILZA SOARES, 2020a).

Além de evidenciar mais uma categoria de parentesco mobilizada como forma de dar sentido a relações de afeto e atuação política, estas falas expressam como a união entre essas mulheres vai sendo tecida na esfera da intimidade e da política por elas compartilharem o que é viver com a profunda dor de terem perdido seus filhos. A dor, neste sentido, é elaborada como unidade coletiva que se transforma em potência em uma agência coletiva, estabelecendo este vínculo entre as mães que nomeio aqui de dororidade, utilizando-me desta categoria criada por Vilma Piedade (2017).

Se lembrarmos que tal relação entre as mães começou a partir do momento em que elas passaram umas a visitarem as casas das outras, levando uma palavra de conforto e chamando-as a construir o Movimento Mães de Maio em sua *luta* coletiva, veremos que a casa exerce aqui também mais um papel de destaque. Afinal, foi a partir das casas que elas foram se visitando, se conhecendo, se encontrando e assim semeando a articulação entre estas mães.

Isto ocorre de modo semelhante ao que bell hooks e Patricia Hill Collins afirmam ao tratarem sobre como a casa é esse lugar oculto – que se torna invisível para o Estado e para os brancos de classes superiores – e vital, em que as mulheres negras – que tinham suas presenças e vozes reprimidas na esfera pública – constroem resistência e ligação entre elas (hooks, 2019; COLLINS, 2019). Assim, a política das mães é feita tanto no espaço doméstico quanto a partir dele.

Nas suas casas e indo às ruas, as mães também passam a se relacionar com seus *apoiadores*. Dona Sônia afirma: “a gente tem uma juventude assim, meninos como você, que é muito boa” (MARIA SÔNIA, 2020c). Assim, além do apoio que recebem de outras mães, a solidariedade que é prestada por seus *apoiadores*, os *Filhos de Maio*, também constitui uma das dimensões desta rede denominada Movimento Mães de Maio.

Francilene Gomes, a Fran, uma importante articuladora das mães em São Paulo, afirma que Débora passou a representar para ela a figura de uma mãe: “a Débora, que eu chamo ela de mãezona todos os dias!” (DIREITOS HUMANOS..., 2020), completa Fran, “foi a mãe que eu adotei, todos os dias a gente conversa e ela me dá uns sacolejos, me dá umas broncas e me incentiva a não desistir. É mãe, mãe! Mãe total!” (*ibid.*)

O comentário de Fran revela o polo oposto da relação que eu já havia mencionado: se as Mães de Maio chamam seus *apoiadores* de *Filhos de Maio*, estes, por sua vez, chamam aquelas de *Mães*, *Mãezonas*, *Mães guerreiras*, *Mãezonas guerreiras*, entre outros chamativos. Não é incomum ver nos *chats* das plataformas de *streaming* em que as *lives* com as mães são veiculadas comentários de *apoiadores* antigos, desses *Filhos de Maio*, manifestando concordância e admiração com as Mães de Maio que participam destas *lives* chamando-as destes qualificativos, como *Mãezonas*.

Vejo aqui um duplo procedimento complementar de tornar categorias de parentesco afiliativo em categorias políticas e coletivizadas: ao apoiarem as mães, estes militantes se tornam *filhos* coletivos de muitas mães através de uma filiação produzida na *luta* que os une e, ao adotarem estes *apoiadores* como *filhos*, estas mães se tornam mães coletivas de muitos filhos por meio de uma *luta* que se iniciou com a perda de um filho assassinado, mas que a presenteou com muitos outros que a apoiam.

De fato, a condição de familiar de vítima, de militante e *apoiador* passa a definir a própria apresentação pública da pessoa que fala nestas atividades de *luta*. Por exemplo, assim Fran se apresentou em uma *live*: “eu sou a Fran, Francilene. Eu sou pesquisadora

em direitos humanos, sou militante do Movimento Mães de Maio e irmã do Paulo Alexandre que, infelizmente há 14 anos, nos Crimes de Maio, foi executado pela Polícia Militar e teve o seu corpo ocultado aí até hoje, né?!” (DIREITOS HUMANOS..., 2020).

A morte de entes queridos e a solidariedade entre mães e *apoiadores* na *luta* estabelece novos vínculos e, por meio das relações estabelecidas, constrói novos modos de si. Mas a dor que este processo provoca, sobretudo nas mães, não é desejada por nenhuma mãe que passou (e ainda passa) por isto para nenhuma outra pessoa. Débora chega a afirmar que “eu não desejo para o policial que matou o meu filho o que ele fez com o meu filho. Porque mãe nenhuma merece a dor de perder o seu filho” (DÉBORA MARIA, 2019c).

Hosana Rodrigues e Leonardo de Sá, em sua etnografia com mães em Fortaleza, comentam que há naquele contexto um sentimento de empatia das mães das vítimas assassinadas com as mães dos assassinos: “algumas destas mães se colocam no lugar da mãe do assassino com a qual em alguns casos já tiveram alguma interação afetiva e/ou social anterior ao evento” (RODRIGUES; SÁ, 2015, p. 39).

Desta forma, afirmam os autores, entre suas interlocutoras há um sentimento de vingança da mãe do filho assassinado não em relação à mãe do assassino, mas em relação apenas ao próprio assassino: “não há entre a mãe do assassino e a mãe do assassinado uma relação de ódio, raiva e vingança. O foco está nas dores, na sua própria e na da mãe do assassino, na qual ela se põe no lugar” (*ibid.*, p. 39).

E por que a mãe do assassinado se coloca no lugar da mãe do assassino? Segundo uma interlocutora de Rodrigues e Sá, por imaginarem que “para ela [a mãe do assassino] esta situação também é muito difícil. Ela saber que é mãe de um monstro”, e assim, indaga, “porque me diga, o que é uma pessoa que tira a vida de outra nesta terra? Só pode ser um monstro. Por isso que a coitada morreu três meses depois do filho. Só pode ter sido de desgosto” (*ibid.*, p. 40).

Como no caso das Mães de Maio, na maioria das vezes, as mães desconhecem quem são os assassinos de seus filhos, e, logo, desconhecem também quem são suas mães, não pude observar uma manifestação de empatia das Mães de Maio em relação às mães dos assassinos de seus filhos, nem mesmo no sentido que fora relatado pela interlocutora de Rodrigues e Sá – imaginando as mães dos assassinos como mulheres que sofrem de desgosto por saberem que são “mães de um monstro”. Mas ainda assim, há uma

demonstração de solidariedade de Débora até mesmo com a mãe do assassino de seu filho, ao dizer que ninguém merece passar pelo que é a dor de perder um filho, e, deste modo, não desejar que este assassino seja assassinado.

Este tipo de consideração só é possível não somente porque as mães sabem o que é essa dor de perder seu filho, como porque elas se colocam no lugar de outra mãe que também tem seu filho assassinado ou desaparecido. Refletindo a respeito do que é a dor de não poder enterrar o seu filho desaparecido forçado, como é o caso de Dona Maria, Débora afirma:

É muito difícil o que eu vou falar agora. Pra quem tem um irmão desaparecido, a gente sabe o que significa a ausência do Paulinho, hoje tá fazendo 13 anos do desaparecimento dele. As vítima dos Crimes de Maio. Nem todas as mães enterraram seus filhos. E eu tô aqui do lado de uma fortaleza, de uma fortaleza, que família! Que família! Que fortaleza! Dona Maria! Dona Maria é de tirar o chapéu, todos nós, vamos dar uma salva de palmas pra Dona Maria [aplausos]. Todo mundo tem que honrar essa mulher. Dar uma salva de palmas pra Dona Maria (DÉBORA MARIA, 2019c).

A possibilidade de sentir o que é a dor de não enterrar um ente querido Débora não possui em relação ao seu filho assassinado, Rogério, mas em relação ao seu irmão, e assim, por ter convivido com esta mesma dor pelo desaparecimento do filho que vive sua mãe. “Essa é a dor da Dona Maria. Essa é a dor da Dona Maria minha mãe também. Então Dona Maria é um grito da minha mãe, e a gente tem que reverenciar ela [aplausos]” (*ibid.*).

Portanto, tal como as demais Mães de Maio manifestam seu respeito e admiração por Débora, Débora o faz em relação às demais Mães de Maio. Na verdade, não apenas em relação às Mães de Maio, mas também a diversos movimentos de mães que as precederam. Ao comentar sobre as Mães de Acari – aquelas que Débora ouviu falar pela primeira vez em tom de temor por Vera Gonzaga – Débora afirma: “louvamos essas mulheres que tomaram as ruas para lutar pelos seus filhos” (VOZES DA RESISTÊNCIA..., 2020).

A importância do contato entre as mães no nascimento de um movimento de mães é contada com mais detalhes por Márcia Gazza. Márcia afirma que “a minha dor começou aqui, né? A minha luta, como eu falo. Eu vivia naquela bolha, que eu não sabia o que era um movimento social, não sabia o que era uma luta. Até o dia que eu perdi meu filho” (DIREITOS HUMANOS..., 2020).

A partir daí, conta Márcia, “no dia que eu senti a dor, eu senti na minha carne, na minha alma, no meu coração a perda do meu filho, foi quando com muita força, muita coragem pra não se calar, que eu comecei ir nas atividades, foi quando eu conheci a Débora” (*ibid.*). Seu contato com Débora foi providencial para que ela pudesse, inclusive, encontrar-se com outras mães e familiares de vítimas em São Paulo que passaram a apoiá-la em suas manifestações e tentativas de construir uma organização das mães na Zona Leste.

“E aqui em São Paulo é [Zona] Leste, Oeste, Norte e Sul, né? Aí, foi quando no primeiro ato que eu fiz aqui na Leste da morte do meu filho, veio a Dona Zilda¹⁹⁷, a Fran das Mães de Maio, Seu Francisco, a Dona Maria, eles vieram todos no primeiro ato que eu fiz aqui na Zona Leste” (*ibid.*). A partir daí, surgiu não apenas um, mas diversos movimentos de mães nesta região: “foi quando surgiram um dos primeiros movimentos no Sapopemba, que continua no Sapopemba e eu dei continuidade aqui em São Miguel com as Mães de Maio da Leste, e todas as mães” (*ibid.*).

Um destes movimentos criados foi o Mães de Maio da Leste, articulado por Márcia e outras mães da região que se juntaram a Débora. Prontamente escolheram este nome, uma vez que entendiam que “as Mães da Leste precisava de ter um nome, uma força, uma segurança, foi onde que nasceu ‘Mães de Maio da Leste’, né? Para que minha luta não parasse, então nós continuamos, a Débora sempre me dando muito apoio, né?” (*ibid.*).

Apesar da adoção deste nome, que diferencia este movimento tanto dos outros movimentos Mães de Maio, como o originado na Baixada Santista, quanto de outros movimentos de mães em São Paulo, Márcia afirma que a dor entre elas é a mesma: “porque eu acho que a nossa dor ela não se divide, ela não se mede, ela é muito grande. A dor de uma mãe é tão imensa que não existe nem mais nem menos, a dor é única, sabe?” (*ibid.*) Reconhecer a dor da outra e senti-la junto era o que permitia a unidade e apoio mútuo entre diferentes mães e movimentos de mães: “cada mãe, eu sentia a dor dela no meu coração. Tanto com as mães de Osasco, quanto com a Débora, as mães do Rio, né?” (*ibid.*)¹⁹⁸.

¹⁹⁷ Fundadora do Mães de Osasco, após ter seu filho, Fernando Luiz de Paula, 33, assassinado na Chacina de Osasco de 2015.

¹⁹⁸ Nesse sentido, o trabalho de Vilma Piedade aborda exatamente como a dor pode se tornar forma de articulação entre mulheres negras (PIEADADE, 2017).

Márcia destaca ainda qual a importância dessa unificação das mães em movimentos de mães, e das relações solidárias entre estes movimentos:

Então eu acho que essa unificação, tonificação e essa resistência da Débora nos deu força também, muita força pra que a gente continuasse aqui nossa luta, porque nós sozinhas, nós não somos nada, nós somos umas formiguinhas dentro de um país tão imenso, contra quem? Contra uma polícia assassina. Então, nós somos minoria, nós somos minoria. Nós muitas vezes nos sentimos fragilizadas perante a uma segurança pública tão violenta, né? (*ibid.*).

Fica claro que Débora é respeitada e admirada não apenas pelas Mães de Maio da Baixada Santista, mas pelas Mães de Maio em São Paulo, e mesmo por outros movimentos de mães no Brasil e em outros países. Mas Márcia, ao relatar a formação das Mães de Maio da Leste, levanta uma questão que me parece interessante: os critérios em torno da nomeação destes movimentos de mães.

Como é possível verificar em uma rápida consulta acerca dos nomes dos movimentos de mães, a maior parte deles remete a um marcador territorial. É o caso de movimentos como as Mães de Acari, Mães e Familiares da Baixada (Fluminense), Mães do Curió, Mães de Peixinho, Mães da Leste, Mães de Mogi, Mães de Osasco, entre diversos outros exemplos. Uma rara exceção parece ser o caso justamente das Mães de Maio¹⁹⁹.

Particularmente, acredito que as Mães de Maio tomaram este nome, que em sua adaptação brasileira faz menção à temporalidade, e não a um território, porque os Crimes de Maio de 2006 não se restringiram a Santos ou à Baixada Santista, mas atingiram a diversos municípios do estado de São Paulo, bem como porque as mães que compõem esta rede não provêm apenas da Baixada.

Sendo assim, o que vincula as mortes cometidas nas diversas regiões é a temporalidade (maio), que dá nome tanto ao evento dos assassinatos (Crimes de Maio) quanto ao movimento em sua reação (Mães de Maio). Não poderiam se chamar “Mães da Baixada Santista”, se também contemplavam mães de São Paulo. Por isto, o traço comum entre elas foi a temporalidade, o mês de maio de 2006, quando seus filhos foram assassinados nos Crimes de Maio.

¹⁹⁹ Eu estava prestes a dizer “rara exceção no Brasil”, contudo, se observarmos mesmo fora do Brasil, comparando com o movimento mais obviamente similar às Mães de Maio em sua nomenclatura, as *Madres de la Plaza de Mayo* da Argentina, vemos que as “Mães de Maio” *hermanas*, na verdade, também remetem à questão territorial: à Plaza de Mayo de Buenos Aires, onde fica a Casa Rosada, sede do governo nacional e onde estas mães argentinas frequentemente protestam desde 1977.

Com a expansão da rede das Mães de Maio, incluindo a criação de outros movimentos de mães, passaram a complementar a denominação original com a especificação territorial: Mães de Maio da Zona Leste, Mães de Maio do Nordeste, Mães de Maio do Cerrado, Mães de Maio de Minas Gerais... Mas também as Mães de Maio originais, da Baixada Santista e de São Paulo, passaram a contemplar não apenas mães que tiveram seus filhos assassinados nos Crimes de Maio de 2006, como em outras chacinas, massacres e extermínios – mesmo que em menor quantidade de vítimas, como foi o caso do assassinato de Emerson, filho de July, no Guarujá. Conforme demonstra a Imagem 1, as Mães de Maio vão se expandindo com a expansão das chacinas e se tornando mães de todos os dias do ano.

Imagem 1: Mães de Maio da Zona Leste e de todos os dias.
Autor: Carlos Latuff.

Porém, não é porque o território não apareça remetido no nome do Movimento Mães de Maio que ele não exerça influência importante para estas mães. Débora Maria ressalta em diversos momentos a sua localização periférica em Santos e a visão problemática que ela entende que os paulistanos possuem em relação à sua cidade. Ela afirma:

Eu moro em Santos, onde os nossos paulistanos só conhecem as praias, eu moro numa região que é uma região que ela é separada da Zona Leste. Eu moro na Zona Noroeste. Zona Noroeste é uma região que ela tem a maior palafitas da América Latina. Ninguém, a gente desafia qualquer paulistano que saiba onde fica situada a Zona Noroeste (DÉBORA MARIA, 2019a).

Débora se refere ao Dique Vila Gilda, um bairro favela de palafitas em que moram 26 mil pessoas, na Zona Noroeste de Santos – longe das praias que compõem a Zona Leste e para onde se dirigem os paulistanos e demais turistas em visita ao litoral. A

realidade de quem vive na Vila Gilda é marcada por preocupação com “água, vento e fogo”, e por precariedades como a inexistência de saneamento básico, da impossibilidade de chegar ambulância e de fazer isolamento social no interior das casas em meio à pandemia de COVID-19 (GARCIA; RICHMOND, 2020).

Além de estar presente no reforço de sua localização de pertencimento e na sua crítica aos paulistanos, a importância do território está presente no discurso de Débora quando ela ressalta os desafios que envolvem o deslocamento entre Santos e São Paulo.

Eu vim de Santos, encarei um trânsito na Serra, em tempo de morrer, porque vários caminhão [passam] com motoristas aloprados, entendeu?! Porque o capital quer que ele trabalhe 24x48 entregando mercadoria no Porto de Santos. E a gente desce a Serra, mas a gente sobe também pra São Paulo pra dizer: nós precisamos respeitar os direitos humanos. Porque ele não bate na nossa porta, nós tem que se transformar (DÉBORA MARIA, 2019a).

Assim, para entregar a sua mensagem, Débora precisa realizar aquela travessia pela Serra que descrevi no capítulo inicial, e da qual Débora encara como quem enfrenta um medo. Mas Débora não tece suas críticas aos paulistanos apenas por esta ignorância territorial – que é, também, uma ignorância existencial, acerca de determinadas condições de vida.

Junto a isto, Débora enfatiza também que os paulistanos “esqueceram” as mortes provocadas nos Crimes de Maio para comemorarem assistindo à Copa do Mundo de 2006 diante da televisão: “se mataram 600 meninos no espaço de uma semana, e se mataram 432 pessoas na ditadura em 21 anos. Foi o maior massacre, que os paulistanos gritava ‘gol’ numa Copa do Mundo em julho, enquanto a gente chorava na tampa do caixão dos nossos filhos” (*ibid.*).

Para Débora, assim como os paulistanos não conhecem a Santos dos extermínios, também ignoram a temporalidade das mortes em prol da comemoração diante de jogos de futebol. “E os paulistano como têm a mente curta das barbáries que o Estado faz com a periferia e com as favelas, eles se sentaram na frente de uma televisão para gritar ‘gol’ na Copa do Mundo e completando os crimes sem cobrar o Estado que foram 600 jovens” (DÉBORA MARIA, 2019b). Assim, Débora ressalta tanto um território quanto uma temporalidade ligados às mortes nos Crimes de Maio.

Acredito que um dos fatores mais decisivos que fazem com que Débora seja a principal articuladora das Mães de Maio não apenas na Baixada Santista, mas também em São Paulo, é que ela continuamente se desloca entre Santos e São Paulo para promover

e participar das atividades que envolvem as Mães de Maio. Assim, mesmo morando em Santos, há semanas que Débora passa quase todos os dias em São Paulo devido às atividades que demandam sua presença, e nestas ocasiões costuma dormir nas casas de diversos *apoiadores* e *apoiadoras*. Esta presença constante nestas duas regiões, além de ser uma impossibilidade para outras Mães de Maio, demonstra como Débora dedica um tempo imenso e quase integral para sua *luta*.

A morte também se liga ao território, como argumentei no tópico anterior. Mas no caso dos desaparecidos forçados, esta ligação é complexa, já que a condição de desaparecido remete justamente a um território não identificado, aquele onde o corpo do desaparecido se encontra. Por isto, o desaparecimento pode ser encarado como uma espécie de morte que não tem fim, ao mesmo tempo em que o desaparecimento é também uma forma de eliminação radical do outro, inclusive chegando ao limite da desmaterialização dos corpos (ARAÚJO, 2014).

Nesta medida, sem haver um corpo localizado, o trabalho de investigação dos familiares é o de fazer aparecer os desaparecidos (*ibid.*). A respeito deste trabalho das famílias, Araújo afirma que

A experiência do desaparecimento tal como vivida pelos familiares os insere inicialmente em um tempo do choque, marcado pela dor e pela destruição, e, com o “trabalho do tempo,” suas práticas passam a inscrever-se no tempo da política (Araújo, 2007: 59), ou seja, o sofrimento passa por um processo de politização. É nesta passagem do tempo do choque ao tempo da política que ocorre a politização da dor, o que envolve muitas vezes a construção de redes de solidariedade para lutar em torno de uma causa, através da relação dos familiares com outros atores políticos, como entidades e movimentos de direitos humanos e a mídia, entre outros (ARAÚJO, 2007, p. 48-49).

Esta é a dor de Seu Francisco, que após anos de procura pelo filho desaparecido, afirma que “sofro a dor de uma saudade, de não poder ir ao cemitério levar uma flor, ou acender uma vela. Só vejo tristeza em minha filha e esposa, porque sofrem até hoje a ausência do Paulo” (MÃES DE MAIO, 2018, p. 62). A impossibilidade de cumprir com certos ritos religiosos, como fazer uma reza, acender uma vela ou levar uma flor ao túmulo do ente querido leva à experiência desta dor a sensação de nunca poder ter se despedido após a morte daquele que partiu.

Visando afagar suas dores e oferecer aos familiares dos desaparecidos forçados a possibilidade de participar de um rito fúnebre dedicado aos seus entes queridos, o Movimento Mães de Maio realiza anualmente, sempre no mês de maio, atos públicos em

memória aos mortos e desaparecidos dos Crimes de Maio de 2006, e assim o fez inclusive em 2020, em meio à pandemia, conforme a Imagem 2.

Contudo, ainda assim, diante da impossibilidade de a família visitar seus mortos no lugar em que foram enterrados e oferecer tributos em sua memória, o *luto*, nestes casos, é vivido de forma sempre incompleta, à medida em que os ritos fúnebres não podem se realizar. Isto não quer dizer, no entanto, que os familiares de mortos que puderam enterrar seus filhos e realizar estes ritos fúnebres tenham um *luto* completo, uma vez que parte da experiência do *luto*, que é o reconhecimento público da legitimidade e da importância daquela dor, no mais das vezes, não é oferecido pelo Estado e setores influentes da sociedade (como a mídia) aos familiares das vítimas.

Imagem 2: Ato no cemitério da Areia Branca (Santos) em memória aos filhos assassinados em 2006.

Única atividade presencial das Mães de Maio feita durante a pandemia, em 19 de maio de 2020.

Autor: Movimento Mães de Maio.

Desta forma, é possível concordar com a concepção de Rodrigues e Sá que concebem o luto como uma miríade de emoções, e não como uma emoção única: “tomamos o luto como uma grande família de emoções que incluem diversas variantes de sentimentos como tristeza, saudade, angústia, solidão, medo e sentimentos que envolvem o dar e o receber afeto” (RODRIGUES; SÁ, 2015, p. 39).

Derivado desta compreensão, afirmam estes autores, temos que “o conjunto de emoções que compõe o luto não pode ser entendido se não compreendermos as ações internas e externas que ele envolve e é envolvido” (*ibid.*, p. 39). Mas as Mães de Maio

quando falam de *luto* estão dizendo sobre algo a mais, além deste conjunto de emoções que as atinge. “Luto para nós sempre foi verbo e substantivo, desde que nós nascemos. Nós lutamos desde sempre, desde antes, e nunca deixaremos de encarar de frente os inúmeros lutos cotidianos que sempre nos foram impostos com muita violência” (MÃES DE MAIO, 2018, p. 10).

O *luto* entendido como verbo, uma afirmação em primeira pessoa daquele que *luta*, é um modo de superação relativa de alguns dos sentimentos que a própria concepção mais ampla de luto, de Rodrigues e Sá, envolve, como o medo. Nesta toada, Márcia Gazza afirma:

Então, é como eu falo, a polícia que matou meu filho, ela pode vir e me matar, porque ela já me matou naquele 2015. E hoje eu nunca vou me calar, não vou me calar porque cada morte que eu vejo aqui mesmo, perto na comunidade, *cada morte que eu vejo, eu vejo o rosto do meu filho*. E é essa luta e nós vamos continuar, não vamos separar não! (DIREITOS HUMANOS..., 2020, grifos meus).

Imagem 3: Bandeira Mães de Maio contra o Terrorismo do Estado.
Autor: Movimento Mães de Maio.

Não há como compreender o *luto* das Mães de Maio sem compreender a sua *luta*, assim como não há como compreender a *luta* das Mães de Maio sem compreender o seu *luto*. *Luto* e *luta*, para elas, são processos que se sobrepõem, produzem-se e se reforçam mutuamente. Elas carregam nas suas principais bandeiras, e artefatos em geral, os rostos dos filhos mortos, estampando uma imagem de *luto* que vem associada a frases em denúncia do caráter mortal do Estado, como “Mães de Maio contra o terrorismo do

Estado”, elaborando assim artefatos de *luta* e dando materialidade à sua *luta* através destes artefatos – tal como ilustra a Imagem 3.

Como parte das confluências e diligências de *luto* e *luta* entre as Mães de Maio, há a produção de uma série de atividades que, seguindo a leitura de outros autores, denomino como rituais para a dor e rituais para a *luta*. Ao analisarem o Mural para a Dor em decorrência da morte de Geisa por um policial militar no episódio do assalto ao ônibus 174 por Sandro (um sobrevivente da Chacina da Candelária), no dia 12 de junho de 2000, no Jardim Botânico do Rio de Janeiro, Ludmila Catela e Regina Novaes propõem o conceito de “ritual para a dor” (CATELA; NOVAES, 2004).

Inspirado pela análise de Christine Chaves da Marcha Nacional por Reforma Agrária, Emprego e Justiça do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) de 1997 (CHAVES, 2000), denomino como “ritual para a *luta*” uma série de atividades de mobilização coletiva das Mães de Maio, como manifestações de rua e mesas de discussão. Tanto os rituais para a dor quanto os rituais para a *luta*²⁰⁰ das Mães de Maio ocorrem após a morte de seus filhos em outro ritual, o das chacinas, como exposto no capítulo anterior (SILVA; SANTOS; RAMOS, 2019)²⁰¹.

Entendo que os rituais para a dor e para a *luta* provocam certas dores, mas fazem parte de processos de cura. O sofrimento que estes rituais provocam, ao lembrar dos mortos e contar suas histórias publicamente, pode ser considerado como uma etapa fundamental do processo de uma cura (TAUSSIG, 1993). Neste sentido, estes rituais para a dor e *luta* parecem possuir como efeito um poder terapêutico que age em direção à cura, de maneira análoga aos rituais com Yagé (Ayahuasca) entre os indígenas da região do rio Putumayo, no Sudoeste da Colômbia, que constituem suas práticas xamânicas de cura (TAUSSIG, 1993).

Esta cura, no entanto, não é algo definitivo e nem necessariamente se refere apenas à mitigação do sofrimento das mães enlutadas, mas pode se referir também à cura das histórias de violações e atrocidades praticadas pelo Estado (TAUSSIG, 1993), através da

²⁰⁰ A rigor, “rituais para a dor” e “rituais para a *luta*” são duas formas de nomear as mesmas atividades, uma vez que nestas ações das Mães de Maio dor e *luta* são inseparáveis. A especificação de um ou outro termo (dor ou *luta*) é meramente para ressaltar um ou outro aspecto em ora ou outra da exposição, associando com as obras de Chaves (2000) e Catela e Novaes (2004) ao tratarem, respectivamente, de *luta* e de dor.

²⁰¹ Acerca de algumas interessantes abordagens sobre o conceito e práticas de ritual, cf. Chaves (2000), Pina Cabral (2000) e Schritzmeyer (2012).

tessitura pública de uma narrativa que vai sendo elaborada a partir destas ações. Os rituais para a dor, como parte da *luta* das mães, representam ações de curas individuais e coletivas, confortando as mães e guiando-as na busca por seus objetivos.

Contudo, ao mesmo tempo em que estes rituais para a dor produzem certa cura, eles são também como uma espécie de veneno (DAS, 2020) em que as mães tomam para conseguirem suportar e conviver com uma dor que não é possível ser eliminada por nenhuma cura final. Assim, envenenam-se com as dores que os rituais para a dor lhes causam de forma mais intensa. Esta conjugação de cura e veneno é precisamente o que caracteriza o que Platão (2011) denominou de *phármakon*: um medicamento que é, simultaneamente, remédio e veneno²⁰². Portanto, entendo que os rituais para a dor atuam como um *phármakon*, produzindo, desta forma, uma espécie de bálsamo venenoso e curativo que possibilita a estas mães suportar certas dores, ainda que intensificando-as provisoriamente, gerando alívio e consolo entre *irmãs* e entre *mães* e *filhos* de maio.

Uma das ações realizadas nestes rituais é o pronunciamento em voz alta dos nomes dos filhos mortos como forma de manter a maternidade e a relação mãe-filho vivas (FREIRE; FARIAS; ARAÚJO, 2009). Diante destes pronunciamentos nominais, costuma-se seguir em tom de resposta coletiva o grito da palavra “presente!”, como que invocando a presença e a memória dos mortos ali.

“Passa a ser uma obrigação de uma mãe deixar viva a memória do filho, não permitindo que se esqueça o acontecimento publicamente e não abdicando de um inquérito que nunca elucidou a morte” (*ibid.*, p. 9). Nestas ações, as mães se apresentam publicamente sob a forma de uma unidade coletiva, ainda que havendo mães de diferentes movimentos, pois esta unidade se dá via ações comuns, como a disposição dos seus corpos conjuntamente compondo uma manifestação, por exemplo. Deste modo, “participar deste coletivo é assim uma busca de dar um sentido ao que, por definição, não tem sentido” (*ibid.*, p. 9-10).

Quero tratar de um ritual para a dor das Mães de Maio que participei em 28 de setembro de 2019, no Largo da Batata, no bairro de Pinheiros, Zona Oeste de São Paulo,

²⁰² Para algumas discussões e distintos usos da categoria platoniana de *phármakon*, cf. Derrida (2005), Coura (1999) e Mbembe (2017).

ocasião em que ocorreu a performance *Mil Litros de Preto*, criada pela artista mineira Lucimélia Romão e realizada em parceria com o Movimento Mães de Maio.

Como parte da programação da 9ª Mostra 3M de Arte²⁰³, a performance teve início às 15h de uma tarde cinzenta em São Paulo, e consistiu materialmente em uma piscina de plástico com capacidade para sete mil litros, em mil baldes pretos, cada um com sete litros de água tingida de vermelho, dispostos ao redor da piscina, e em uma caixa de som que reproduzia uma faixa de áudio gravada previamente.

No interior de cada balde preto de plástico, além dos sete litros de água tingida de vermelho que representavam sangue, havia uma etiqueta amarrada em sua alça de alumínio. Esta etiqueta continha as seguintes informações individuais: número de identificação, nome completo, sexo, idade e causa da morte. Cada balde se referia a uma pessoa específica, todas mortas e cuja causa da morte era “homicídio policial”. Esta causa, assim como as demais informações, eram coletadas a partir de dados sobre a violência emitidos pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, além dos casos dos filhos das próprias Mães de Maio que lá estavam.

No áudio que era reproduzido, misturavam-se três sons muito frequentes nas periferias: os barulhos de sirenes, de helicóptero e de tiros. Além destes sons, a artista lia as informações contidas em cada etiqueta, sempre repetindo, ao final de cada pessoa identificada, a frase “homicídio policial” como causa da morte.

Antes de começar, a presença de uma enorme piscina, de tantos baldes enfileirados, do som que se difundia pelo espaço público, e de várias mulheres vestidas com uma camisa branca escrita com letras pretas “Mil litros de preto”, em caixa alta, chamavam a atenção de passageiros desinformados que transitavam pela praça do Largo da Batata, que apesar de ser muito movimentada situa-se em um bairro nobre de São Paulo.

Nascida a partir da pesquisa de Iniciação Científica em Teatro de Lucimélia, esta exposição já havia sido feita em outros lugares, sempre denunciando o genocídio da população negra, dando nome aos mortos vítimas de homicídio policial e dando espacialidade à dimensão do sangue que estas mortes produziram. O nome “Mil litros de

²⁰³ Que ocorre anualmente na cidade de São Paulo com o patrocínio de algum dos ministérios federais, e promove as performances aprovadas por meio de um edital.

preto” vem dessas primeiras exposições, e foi mantido na edição em São Paulo, mesmo com a adaptação para uma piscina de sete mil litros.

Imagem 4: Sessão de fotos da performance Mil Litros de Preto.

Autor: Renan Omura/Ponte Jornalismo.

Cerca de 30 Mães de Maio de diferentes lugares (Baixada Santista, Osasco, Barueri, Mogi das Cruzes, Sapopemba e Zona Leste de São Paulo) participaram desta

performance. Elas eram as únicas que manejavam os baldes contendo o líquido que representava sangue. Espalhadas ao redor da piscina, deslocando-se entre a piscina e os baldes, encontravam-se as mães. Em um círculo exterior mais amplo, estavam dezenas de pessoas que assistiam à performance, entre *apoiadores* antigos e ocasionais das Mães de Maio, passageiros curiosos, apreciadores da mostra de arte e profissionais de imprensa. Na Imagem 4 podemos ver o registro desses detalhes e de diferentes momentos da performance.

A performance propriamente dita consistiu em as Mães de Maio despejarem o conteúdo dos baldes no interior da piscina, enchendo-a daquele “sangue”. No entanto, o ato de despejar o líquido do balde na piscina era acompanhado pela leitura em voz alta, por parte da mãe que carregava o respectivo balde, do nome da vítima impressa na etiqueta do balde que manuseava. Ao ouvirem o nome do morto pronunciando pela mãe que despejava o balde na piscina, todas as demais mães respondiam gritando “presente!”. Aqui, outra vez, vemos publicamente a invocação dos nomes, da presença e da memória dos mortos.

Ao passo que cada balde era virado na piscina, e o nível do “sangue” ia subindo nela, o impacto visual da performance se tornava mais nítido. Cada balde pesava cerca de sete quilogramas, cada mãe carregou cerca de 30 baldes, pronunciou cerca de 30 nomes, e gritou “presente” outras centenas de vezes. Com o passar do tempo, as mães se cansavam fisicamente pela repetição destes movimentos, mas não desistiam de reproduzi-los. Logo os *apoiadores*, em princípio apenas observantes, passaram a ajudar as mães reforçando seu grito de “presente!” – a única contribuição que poderiam dar como visualizadores e falantes, sem tocar nos baldes.

Quando cheguei, as mães ainda se reuniam na praça, e não haviam começado a despejar o “sangue” na piscina. Cumprimentei de longe as mães que conhecia, e de perto os *apoiadores*. Juntamente com minha companheira, Carolina Pereira, com quem eu havia ido naquele dia, passamos a ajudar as mães a vocalizarem o “presente!” após a leitura dos nomes dos mortos invocados ali.

Entre 45 minutos e uma hora após ter iniciado, todos os mil baldes já haviam sido virados e a piscina estava cheia. Durante este tempo, as mães não apenas ficaram desgastadas pelo peso carregado, pelo grito e pelo movimento repetitivo, como algumas demonstravam o peso da dor e do sofrimento em falar de seus mortos em praça pública.

Mas ao final, as mães aparentavam estarem aliviadas, contentes e comemorando o sucesso da performance. Assim que concluíram o enchimento da piscina, fizeram um círculo apenas entre mães, deram os braços, rezaram uma oração e disseram algumas palavras invocando novamente a presença e a memória dos seus mortos.

Um aplauso foi dado selando a vitória do ritual. Abraços entre mães e *apoiadores*, que até então só as tinham cumprimentado à distância (como eu), foram dados. Ao me ver, Débora me abraçou, agradeceu minha presença e me apresentou a artista Lucimélia Romão e a outras mães – e fez o mesmo com minha companheira, que Débora também já conhecia.

A performance se transformaria em instalação, já que a piscina cheia de “sangue” ficaria no largo por mais 30 dias. Quando a performance havia terminado, por volta de 17h30min, perguntei a Débora se ela iria para um segundo evento marcado naquele dia e que contaria com a presença dela, um bate papo com a filósofa Silvia Federici na Ocupação 9 de Julho, no bairro Bela Vista, Centro de São Paulo. Débora, que em princípio iria, disse-me para esperar um pouco para irmos juntos, pois antes ela iria ver como as demais mães estavam.

Após alguns minutos de conversa com algumas mães, Débora me falou que não poderia ir ao evento, porque precisaria ir com as mães até o Terminal Jabaquara para acompanhá-las para comprar a passagem de volta e regressar até suas casas na Baixada Santista. Foi a primeira e única vez que vi Débora não ir em alguma atividade pública que fora convidada e já estava confirmada. Preferiu ela estar junta das mães que foram com ela para São Paulo, e Débora não queria deixá-las sozinhas.

O sofrimento venenoso como meio para a cura pôde ser visto neste ritual para a dor. Há diversas outras situações em que este processo que opera como um *phármakon* também é visto, como na coleta do depoimento de algumas Mães de Maio para constar em um de seus livros. Em 2019, as Mães de Maio lançaram o livro *Memorial dos nossos filhos vivos* (MÃES DE MAIO, 2019), que, diferente dos seus livros anteriores, conta com mais detalhes as histórias destes filhos, e não apenas o momento da morte deles.

Uma das mães entrevistadas para o livro foi Vera de Freitas, uma das fundadoras das Mães de Maio, mas que no momento do encontro para registrar o seu depoimento ela e seu marido João Inocêncio se encontravam afastados do movimento. Em vídeos mais antigos, Vera sempre demonstrou sofrer muito ao falar sobre a morte de seu filho, Mateus

de Freitas, e em comparação com outras Mães de Maio, deu menos depoimentos do que elas sobre a história dele.

Ao dar o seu relato para este livro, Vera comenta que não gosta de mexer nas coisas do seu filho em sua casa “porque eu acabo achando alguma coisa que mexe comigo e que eu fico mexida mesmo” (MÃES DE MAIO, 2019, p. 105). Também o seu marido, João Inocência, não consegue falar mais sobre o assunto, e na ocasião desta entrevista, Vera afirma que “meu marido mandou fechar a porta [do local da entrevista] porque ele não tá aguentando” (*ibid.*, p. 105).

Apesar disso, Vera reconhece a importância deste projeto, ao mesmo tempo que admite o sofrimento para cumprir com o que lhe pediam: “porque é importante lançar o livro, mas, contar de novo, machuca ter que ficar contando, né?” (*ibid.*, p. 105). O livro *Memorial* foi uma realização das próprias Mães de Maio, em que algumas mães somente conseguiram dar os seus depoimentos enfrentando muita dificuldade para falar de seus filhos, enquanto para outras mães falar deles não era tão difícil. Como vemos neste caso de Vera, a dificuldade não tem a ver apenas com o tempo de morte do filho, pois Vera perdeu Mateus nos Crimes de Maio de 2006 e, assim, é uma das mães mais antigas do Movimento Mães de Maio.

Deste modo, ao lidar com o sofrimento da rememoração, algumas mães não conseguem falar, porque sua dor se acentua novamente, e muitas das vezes somada à desesperança de anos passados sem nenhuma perspectiva de solução a contento pela justiça²⁰⁴. Outras mães conseguem falar de seus filhos sem aparentarem maiores dificuldades, a depender do momento, sendo que em algumas situações parecem sentir mais este sofrimento (como costuma ocorrer todos os anos durante o mês de maio, nas festas de final de ano e nas datas de aniversários da família), e em outros momentos são capazes de falar durante horas sem interrupções.

Mas em todo caso, a dor e o sofrimento são momentos indispensáveis no processo de cura dessas mães, cura esta que nunca é plena e vêm da enunciação de suas narrativas, do encontro com outras mães e da exposição pública de seu *luto* e sua *luta*. Dor e sofrimento não são sentimentos a serem evitados pelas mães: pelo contrário, agindo sobre

²⁰⁴ A ação do tempo é crucial neste sentido, e ela é vivida diferentemente por cada família. Lembremos que a própria Vera de Freitas e seu marido João Inocência eram dois dos participantes mais ativos nas atividades do Movimento Mães de Maio por muitos anos, desde o início do movimento.

elas como veneno, eles estampam as imagens e diversos outros artefatos que o movimento produz em suas ações. Por que carregar em praça pública baldes de “sangue”, de um “sangue” identificado com um ente querido morto assassinado, pronunciado seu nome em voz alta, se não for para invocar este morto, e assim, sua memória e as dores subsequentes a este processo?

Do mesmo modo, observar a imagética dos atos públicos de movimentos de mães pode nos trazer elementos neste sentido. Nas suas manifestações de rua, que entendo aqui como atividades que compõem o leque de rituais para a *luta*, o Movimento Mães de Maio produz uma série de recursos visuais. Em geral, estas manifestações são povoadas por faixas, cartazes e bandeiras que remetem gráfica e imageticamente aos mortos e às reivindicações das mães. Este, aliás, é um elemento comum a diversos movimentos de mães desde as mobilizações do “Posso me identificar?” no Rio de Janeiro.

Imagem 5: Manifestação do Movimento Mães de Maio em Santos (SP).

Autor: Desconhecido.

Porém, diferente de como ocorre nas manifestações de outros movimentos de mães, em atos das Mães de Maio elas costumam utilizar camisas não com o rosto de seus filhos, mas camisas do próprio movimento, estampando as palavras “Memória e verdade, justiça e liberdade” no interior de uma bandeira do Brasil em que as estrelas deram lugar a cruzeiros, em cima da bandeira a frase “Mães de Maio”, e abaixo da bandeira escrito

“Contra o terrorismo de Estado”. Cenário este tal como pode ser visto na Imagem 5, retratando em um ângulo frontal a linha de frente de uma manifestação feita pelo movimento.

Acredito que elas talvez utilizem geralmente estas camisas porque a mensagem que querem passar com aquela estética não se refere apenas à morte de seu filho, mas à miríade de mortes promovidas pelo Estado. O contraste pode ser visto em fotografias de atos de rua realizados em conjunto entre as Mães de Maio e outros movimentos de mães pelo Brasil, como visualiza-se na Imagem 6.

Imagem 6: Manifestação durante o III Encontro da Rede Nacional de Mães e Familiares de Vítimas do Terrorismo do Estado, em Salvador (BA), em 2018.

Autor: Desconhecido.

De modo semelhante, as faixas costumam remeter a palavras de ordem coletivas das mães, como “nossos mortos têm voz!”, e por isto sempre são levadas na frente do bloco dos manifestantes. Já os cartazes variam entre pautas coletivas e remissão a mortes dos filhos das autoras dos respectivos cartazes erguidos. Há ainda bandeiras soltas, em formato quadrado ou retangular, que remetem tanto ao símbolo das Mães de Maio carregado nas camisas quanto aos rostos de diversos mortos, outra vez lembrados e invocados coletivamente, a exemplo da bandeira na Imagem 7 com os rostos de várias vítimas do genocídio democrático.

Além das mães, muitos *apoiadores* costumam utilizar as camisas das Mães de Maio, que são vendidas pelo próprio movimento em diversos eventos em que participam, juntamente com os quatro livros já lançados pelas Mães de Maio. Em outros casos, como em certas manifestações no Rio de Janeiro, é possível verificar nas mobilizações de rua e em eventos no interior de edifícios a presença de símbolos diretamente associados a algumas mortes, como a roupa que a pessoa usava (muitas vezes ainda manchada de seu sangue), coisas que carregava quando foi morta (como uma mochila), sobretudo quando estes objetos ainda se encontram com os familiares – em muitos casos, são apreendidos pela polícia ou pelo IML, e em certas situações, os familiares jamais conseguem reaver estes itens.

Imagem 7: Em memória de todas as vítimas do Estado genocida.

Autor: Movimento Mães de Maio.

Freire, Farias e Araújo chegam à seguinte reflexão diante da análise da produção imagética de atos de movimentos de mães no Rio de Janeiro:

Esta intensificação da utilização de recursos imagéticos – que se alimenta não só das bandeiras políticas, mas também das mensagens emocionadas dos familiares de vítimas – configura uma das marcas centrais do processo de

atualização dos repertórios de formatos de protesto através do qual movimentos sociais como o “Posso me identificar?” buscam legitimar suas reivindicações no espaço público. Em um contexto de “asfixia da palavra”, no qual nem tudo pode ser dito em voz alta, o potencial comunicador das imagens é, portanto, transformado em estratégia de atuação política (FREIRE; FARIAS; ARAÚJO, 2009, p. 22).

Desta feita, diante de um quadro em que há uma “asfixia da palavra”, seja pela negação deliberada da palavra aos familiares, seja pelas dificuldades de elaboração a respeito de questões que envolvem dores profundas e traumas, as imagens se tornam um modo de expressão – daqueles sentimentos e reivindicações pujantes – que adquire uma importância significativa para estes movimentos de familiares.

Marcel Mauss, ao tratar sobre o caráter coletivo da expressão dos sentimentos, argumenta que estas expressões são uma linguagem que só é emitida porque é socialmente cognoscível, e, logo, pode ser compreendida pelo outro. Deste modo, “mais do que uma manifestação dos próprios sentimentos, é um modo de manifestá-los aos outros, pois assim é preciso fazer. Manifesta-se a si, exprimindo aos outros, por conta dos outros. É essencialmente uma ação simbólica” (MAUSS, 1979, p. 153).

Neste mesmo raciocínio, Cynthia Sarti pondera que “a forma de manifestação do sofrimento precisa fazer sentido para o outro”, uma vez que esta manifestação esteja implicada de modo que “não apenas sentir, mas expressar a dor e o sofrimento supõe códigos culturais que sancionam as formas de manifestação dos sentimentos. Vivenciados e expressos mediante formas instituídas, os sentimentos tornam-se socialmente inteligíveis” (SARTI, 2011, p. 56).

Ao utilizar as imagens dos mortos, pronunciar seus nomes e narrar que as suas mortes não se deveram a retóricos “acertos de contas de criminosos”, mas a execuções policiais contra pessoas que eram filhos, irmãos, pais, sorriam, choravam, projetavam, se divertiam, brincavam, trabalhavam, estudavam, enfim, viviam de acordo com suas condições e escolhas, as Mães de Maio mobilizam a esfera da intimidade como forma de *luta* política pela memória e contra o genocídio.

Penso que estas estratégias de mobilização e exposição das Mães de Maio são também formas de acionar as emoções através de uma *luta* que não se reduz a despolitizações e generalidades que marcam algumas manifestações de sentimentos abstratas, como as de familiares brancos de classe média em prol de uma “cultura da paz”

ou de instituições que vivem por meio da promoção de uma “burocratização da dor” (BRITES; FONSECA, 2013)²⁰⁵.

Como advertira certa vez Didier Fassin, não são apenas familiares brancos de classes privilegiadas e ONGs que mobilizam as emoções de modo a produzir despolitização de seus processos relacionados, mas também políticos e até cientistas sociais:

A desigualdade cede à exclusão, a dominação é transformada em infortúnio, a injustiça é articulada como sofrimento, a violência é expressa em termos de trauma. Ainda que o antigo vocabulário da crítica social não tenha desaparecido por inteiro, o novo léxico de sentimentos morais tende a mascará-lo através de um processo de sedimentação semântica que tem efeitos perceptíveis tanto na ação pública quanto nas práticas individuais (FASSIN, 2012, p. 6, tradução minha).

As Mães de Maio se negam a reduzir sua *luta* a estes termos de despolitização emocional, como trago em uma epígrafe no capítulo anterior a crítica de Débora sobre a “paz branca, pálida”, e ao dizer que “eu não sou da paz”²⁰⁶. As emoções são mobilizadas pelas Mães de Maio sempre como parte de um *luto* que não abre mão de uma *luta*, e *luta* como política de transformação social, como já pude mencionar em certas passagens até aqui, e será retomado no tópico seguinte.

Nesta toada, as Mães de Maio também se diferem radicalmente dos casos referidos acima por não endossarem uma seletividade racista e classista característica da distribuição desigual do luto (BUTLER, 2019), mas, ao contrário, por serem críticas ferrenhas desta hierarquia da dor (*ibid.*). Com as Mães de Maio vejo uma preocupação autêntica com relação à violência contra toda forma de vida, mesmo daqueles que não compõem os grupos sociais destas mães²⁰⁷. Assim, não se trata de uma defesa de palavras de ordem genéricas e de sentimentos abstratos, como em uma “cultura da paz”²⁰⁸ cujo genocídio da população negra sequer é reconhecido enquanto uma realidade a combater.

Há também outro fenômeno típico da seletividade das vidas que importam – e, consequentemente, das mortes que importam também – dita acima. Chamo aqui este

²⁰⁵ Catela e Novaes (2004) e Brites e Fonseca (2013) dão exemplos de alguns casos no Rio de Janeiro neste sentido.

²⁰⁶ Esta afirmação de Débora é uma alusão direta ao contundente poema de Marcelino Freire, *Da Paz*.

²⁰⁷ O comentário de Débora sobre não desejar a morte para o assassino de seu filho, por não querer que sua mãe passe por esta dor, demonstra bem isto. Seguindo este raciocínio, tampouco parece provável que Débora desejaria a morte de qualquer outra pessoa – por maior inimizade que tenha – cuja dor implicaria uma mãe que perderia uma parte de si.

²⁰⁸ Como bem lembram Patricia Birman e Márcia Leite, “se a paz pode ser um ponto de encontro de todos, muitos e diferentes sentidos lhe são atribuídos” (BIRMAN; LEITE, 2004, p. 13).

fenômeno de mostrar a morte e esconder os mortos, direcionado à morte de formas de vida consideradas sem valor e, logo, indignas de comoção e reconhecimento públicos, ainda que tais mortes sejam produzidas anualmente às dezenas de milhares.

Nestes casos, ocultam-se os mortos, ao passo que se tem, simultaneamente, “a materialidade da morte *versus* a invisibilidade dos mortos” (ARAÚJO; MEDEIROS; MALLART, 2020, p. 7). De que forma isto é possível? De um certo ponto de vista, posso dizer que a sociedade burguesa constrói uma autoimagem de civilidade e bonança, mas possui como lado oculto, como sua sombra, as inúmeras mortes que ela produz continuamente. De outro ponto de vista, diria que a produção das mortes não é apenas uma contraface desta sociedade, mas que é parte de seu sustentáculo, um elemento chave de sua *démarche* civilizatória – a isto, Mbembe deu o nome de necropolítica (MBEMBE, 2018a), como já vimos até aqui.

Afinal, como a produção das mortes pode ser um lado oculto, se a morte estampa diversos telejornais e redes sociais? A morte, mais do que nunca, é registrada e reproduzida ao alcance de milhões diariamente (SONTAG, 2003). Ela compõe a programação do noticiário oficial e da comunicação informal. Mostrar a morte e esconder o morto é uma dinâmica que momentos de concentração da morte em larga escala – como na pandemia de COVID-19 (ARAÚJO; MEDEIROS; MALLART, 2020) ou nos Crimes de Maio de 2006 – evidenciam, mas que também se manifesta continuamente na contemporaneidade.

O ocultamento do morto se dá com a despersonalização daquele que morre, a transformação da morte em estatística e a anulação e deslegitimação pública de afetos como a dor em função da perda de uma determinada forma de vida. No Brasil, não é possível operar esse processo sem o racismo. Assim como não é possível combatê-lo sem o antirracismo. As Mães de Maio dão demonstração deste combate antirracista ao mostrarem os mortos, invocando seus filhos através da memória, e dando à morte a personalização do morto e de sua vida. Rompem, assim, o silenciamento imposto pela neurose cultural brasileira (GONZALEZ, 1984), pela tentativa de tornar o racismo um “crime perfeito” (como decifrado por Munanga) e com a hierarquia da dor que demonstra um luto desigualmente distribuído (BUTLER, 2019).

Estas Mães fazem isto ao tornarem públicos a dor e o sofrimento que lhes legaram à esfera do privado, ao politizar as mortes e retirá-las do campo do natural, e ao

transformarem o seu *luto* em *luta* contra o genocídio, o que se vê em suas reivindicações por paz, memória, verdade e justiça não somente para os seus filhos mortos, mas para todas as vítimas do *terrorismo de Estado* (MÃES DE MAIO, 2011a).

Em suma, as Mães de Maio questionam “a morte na terceira pessoa”, como uma “morte em geral, a morte abstrata e anônima, um objeto como outro qualquer, um objeto que pode ser descrito e analisado” (CATELA; NOVAES, 2004, p. 112). Por sua vez, questionam também “a morte na primeira pessoa” como aquela que arvora espelhar o sujeito branco, não racializado, e de classe privilegiada, que cultiva uma autoimagem como o ser universal.

Os rituais para a *luta* das Mães de Maio, tal como seus rituais para a dor, produzem práticas que des-universalizam o branco e privilegiado como padrão estético, moral e existencial, e apontam que qualquer perspectiva de universalidade humana necessariamente deve passar pela imensa maioria das pessoas que foram deixadas de fora daquele autoproclamado narcísico universal.

Com práticas de lançar a público suas oferendas fúnebres, como nas velas, flores e invocações nominais em suas atividades, as Mães de Maio tomam estes objetos e práticas fúnebres como “intermediários entre o aquém e o além, entre o profano e o sagrado [...] objetos que representam o distante, o escondido, o ausente [...] intermediários entre o espectador que os vê e o invisível de que provêm” (POMIAN *apud* CATELA; NOVAES, 2004, p. 114). Assim, são práticas que constroem às pessoas que se encontram ao seu redor a alterarem sua relação como “espectadores da morte” transmitida por diversos veículos a participantes do *luto* tornado público.

No dia 16 de maio de 2019, as Mães de Maio realizaram um evento de lançamento do livro feito por elas, *Memorial dos nossos filhos vivos*. Analisarei alguns dos primeiros acontecimentos neste evento no próximo tópico. Na última parte deste encontro, foi realizada uma marcha fúnebre, como as Mães de Maio costumam realizar anualmente. Enquanto vários dos participantes do evento se dispersavam e iam embora, as mães, os *apoiadores* e outros participantes desceram para o portão de entrada da Faculdade de Direito da USP, por volta de 22h da noite, receberam várias velas brancas e fizeram uma barreira com seus corpos para que as velas fossem acesas.

Em seguida, caminhamos por cerca de 150 metros até o portão de acesso ao edifício da Secretaria de Segurança Pública (SSP) de São Paulo, na Rua Líbero Badaró,

ainda no Largo de São Francisco, no Centro de São Paulo. Era uma noite de quinta-feira, e as ruas ao redor, e mesmo a Praça Ouvidor Pacheco e Silva que separa a Faculdade de Direito da USP da SSP, encontravam-se praticamente vazias. A escuridão da região era iluminada pelas chamas das velas acesas, que depositamos na calçada ao lado da entrada da SSP.

Mesmo em marcha silenciosa, e conversando em voz baixa ao chegarmos ao nosso destino, imediatamente vários policiais foram para a entrada do prédio da SSP e ficaram nos olhando. Enquanto isso, Débora e as outras mães presentes pareciam se conectar àquelas velas fúnebres postas na calçada de um modo que os outros participantes apenas acompanhavam observando. Após alguns minutos invocando os nomes de alguns dos filhos e mães mortos, sempre respondidos com um “presente!”, o ritual para dor foi finalizado, e aquelas velas acesas, intermediando os vivos e os mortos, permaneceu brilhando enquanto nós íamos embora.

Não é possível que as mães produzam estas práticas, que alteram a relação dos presentes de “espectadores da morte” em participantes do rito fúnebre, sem a agência de seus mortos, expressa em termos de *presença* e de *voz*. Rute Fiuza certa vez afirmou que “eu sou a voz dele [seu filho]. Meu nome já não é mais Rute, meu nome é Davi”. Em diversas ocasiões, como registrado em distintas atividades na Imagem 8, as Mães de Maio afirmam que “os Nossos Mortos têm Voz. Os Nossos Mortos têm Mães” (MÃES DE MAIO, 2018, p. 16).

De fato, parar de falar de seus filhos seria deixar suas vozes morrerem, e assim, permitir que eles morressem pela segunda vez. E ainda que o Estado tente “matar o morto” (MEDEIROS, 2016) novamente – e não apenas através das práticas de mortificação do IML, mas também via criminalização, difamação e controle – as Mães de Maio continuam invocando suas mortes como modo de restituir dignidade pública às suas vidas.

A *voz* e a *presença* dos mortos são não apenas representadas por suas mães e seus *apoiadores*, como são agentivas diante destas mães. Parece-me que pelas aparições dos mortos para suas mães, promovendo os encontros entre vivos e mortos que comentei no tópico anterior, estas mães renovam suas forças para levar a *voz* e a *presença* de seus mortos adiante. Nesta medida, são os mortos que conduzem suas mães para a *luta* – tal

como Rogério fez com Débora ao pegá-la pelo braço e mandá-la se levantar. De fato, aqui “os mortos estão em plena ação” (VILLELA, 2015, p. 26).

Imagem 8: Sessão de fotos com faixas com a frase “Nossos mortos têm voz!”.

Autor: Desconhecido.

A *luta* das mães é uma *luta* de vivos e mortos, mães e *filhos*, em busca de justiça e condições de vida dignas. Neste panorama, tal *luta* envolve também combater toda sorte de “atos violentos, brutais, que roubam às vítimas sua condição humana e não são objeto de qualquer reparação social” (BIRMAN; LEITE, 2004, p. 10). As Mães de Maio, assim, evidenciam e questionam a violência mortal em seu sentido mais amplo, abrangendo inclusive aquilo que é feito “depois” de um evento traumático (*ibid.*).

Esta *luta*, sem dúvidas, é também por reparação no seu sentido mais amplo, uma vez que “a falta de reparação e o apagamento deliberado dos traços que permitem reconstituir os acontecimentos que levaram a certas mortes ofendem profundamente as pessoas e, por vezes, transformam a vida em algo difícil de continuar” (*ibid.*, p. 11). Entrementes, tal *luta* se dá ainda contra “mecanismos que impedem dar lugar à memória dos mortos e à reparação que lhes é devida” (*ibid.*, p. 11).

É deste modo que as Mães de Maio têm *lutado* intensamente por políticas de reparação e de memória pelas vítimas. Uma vitória do Movimento Mães de Maio em São Paulo, ainda tímida em relação às demandas das mães, foi a instauração da Lei 14.981/2013, aprovada pela Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (ALESP), em 05 de abril de 2013. Esta lei estabeleceu no calendário oficial do estado o dia 12 de maio como o “Dia Mães de Maio”.

Contudo, apesar de poder ser vista como um primeiro passo dado rumo a um tardio reconhecimento público por parte do Estado em relação às violências cometidas por ele nos Crimes de Maio de 2006, esta lei não satisfazia as demandas das Mães de Maio, e por isso, estas mães continuaram pressionando a ALESP por medidas mais significativas. A crítica das mães era de que elas não precisavam de um dia para elas no calendário do estado, mas que seus filhos eram os que precisavam desta data. Portanto, as Mães de Maio passaram a se referir ao dia 12 de maio como o “dia das vítimas do Estado terrorista brasileiro” – conforme pode ser visto na Imagem 9.

Imagem 9: 12 de maio, dia das vítimas do Estado terrorista brasileiro.

Autor: Movimento Mães de Maio.

Débora assim narrou este processo:

o foco do nosso movimento é centralizado na violência policial. Nós somos lei no estado de São Paulo. Essa lei foi instituída em 2012, e também nós

ameaçamo os deputados em transformar o dia 12 de maio, que é o dia das Mães de Maio no calendário do estado, no dia das vítimas do Estado. E os deputados eles se intimidaram com a nossa, nosso ataque como mãe, legítimo, um ataque legítimo, nós não precisávamos de dia, e quem precisava de memória eram os nossos filhos (DÉBORA MARIA, 2019b).

Desta forma, a partir de sua *luta*, as Mães de Maio obtiveram uma segunda vitória relacionada à questão do reconhecimento público. Em 16 de julho de 2014, a ALESP aprovou a Lei 15.501/2014, que institui os dias 12 a 19 de maio como a “Semana Estadual das Pessoas Vítimas de Violência no Estado de São Paulo” no calendário oficial do estado.

Diante de tal conquista, Débora assim comentou a respeito desta lei:

nós conseguimos implicar também, pela Comissão de Direitos Humanos, [a] Semana Estadual das Pessoas Vítimas de Violência do Estado de São Paulo. É uma semana que dá pra abranger educação, saúde, moradia digna, e por aí vai. Tem que absorver essa semana que é a nossa semana de 12 a 19 de maio (*ibid.*).

Assim, as Mães de Maio primeiro transformaram o dia 12 de maio de uma data oficial que ainda é nomeada como “Dia Mães de Maio” em uma data de denúncia denominada por elas como “dia das vítimas do Estado terrorista brasileiro”, uma vez que o objetivo desta lei deveria ser não uma homenagem formal às Mães de Maio, mas um tributo à memória dos mortos. E em seguida, fizeram que este único dia se tornasse uma semana inteira, entre 12 e 19 de maio, dedicada às “Pessoas Vítimas de Violência do Estado de São Paulo”.

Mas as Mães de Maio não pararam por aí. Levaram o mesmo projeto de lei para o Rio de Janeiro, bem como estão *lutando* para aprová-lo em Salvador e em Belo Horizonte, a partir da *luta* dos movimentos de mães nestes lugares em apoio com as Mães de Maio do estado de São Paulo. Neste estado, conta Débora, houve outro saldo positivo com tal aprovação: “e daí a gente desencadeamo e saiu a lei, saiu, depois a mídia começou falar ‘Crimes de Maio’, nós democratizamo a mídia pra falar ‘Crimes de Maio’” (*ibid.*). Esta vitória remete à discussão sobre a importância da nomeação e da disputa de narrativas entre “Ataques do PCC” e “Crimes de Maio” a que já me referi no capítulo inicial.

Débora deixa claro que com isso “a gente não tá passando a mão na cabeça do crime, porque pra nós o verdadeiro crime é o Estado. Tudo faz, e nada acontece. Porque pra matar não é crime, pra desobedecer um comando é” (*ibid.*). Sendo assim, as Mães de Maio pressionaram e pressionam o Estado pela aprovação de uma série de medidas que visam oferecer reconhecimento, assistência e reparação às vítimas e familiares de vítimas da violência de Estado, e conseguiram obter algumas vitórias iniciais neste sentido.

Mas como um movimento que antagoniza com o Estado, se coloca em uma *luta* contra o Estado e defende uma perspectiva de autonomia pode apresentar demandas a este mesmo Estado? É isto, entre outras coisas, o que tentarei desvelar no próximo subcapítulo.

Luta e autonomia

Agora, tomadas em conjunto, unidade e luta quer dizer que para lutar é preciso unidade, mas para ter unidade também é preciso lutar. E isso significa que mesmo entre nós, nós lutamos; talvez os camaradas não tenham compreendido bem. O significado da nossa luta, não é só em relação ao colonialismo, é também em relação a nós mesmos. Unidade e luta. Unidade para lutarmos contra o colonialista e luta para realizarmos a nossa unidade, para construirmos a nossa terra como deve ser
(Amílcar Cabral)

Somos ingovernáveis!
(Débora Maria da Silva)

O que sobra do “eu” sem o “você” que me era constitutivo? Voltamos aqui à pergunta de Butler (2019). Débora Maria deu uma resposta. Para ela, não sobrou mais nada em sua vida, devido a tantas perdas que teve, sobretudo a de seu filho Rogério. Na verdade, Débora disse algo ligeiramente diferente, mas também significativo: não sobrou quase nada, a não ser a *luta*. Débora *luta* porque *lutar* é a única coisa que sobrou em sua vida, e, por isto, dedica todo o seu tempo a este propósito, a esta sua *missão*.

Débora consegue encarnar uma reação à altura daquilo que sofre: se a violência é ordinária, como formula Veena Das (2020), a *luta* deve ser igualmente ordinária. “Eu só vou me cansar quando eu não conseguir mais respirar, mesmo que o Estado me sufoca todo dia, a todo segundo quando tomba um dos meninos, mas eu continuo tentando respirar” (VOZES DA RESISTÊNCIA..., 2020), insiste Débora.

E assim Débora promete seguir, “mostrando para o meu pai, para minha família que não se mata quem já tá morta, é [que] a gente tá morta assim por dentro, mas o cérebro funciona e funciona muito bem, o cérebro não se manipula” (*ibid.*). A *luta* que Débora apregoa vem daquela parte de si que foi violentada, na forma de trauma, juntamente com a morte de seu filho, e que revela seu *dom* de parir:

Essa que tá falando aqui, ela não sabia falar no microfone, a gente não quer saber de conjugar o verbo, porque a nossa conjugação de verbo é *luta*. A gente comunga o verbo *lutar*. E o verbo *lutar* é só pra quem tem dom. E é as parideira. Nós tivemos o dom de parir, nós tivemos o dom de criar. Nós não

abortamo nossos filhos, quem abortou os nossos filho depois de criado foi o Estado (DÉBORA MARIA, 2019b).

A *luta* de uma mãe enlutada é a *luta* daquela que pode dar ainda mais vida do que aquela que lhe foi retirada pela morte produzida pelo Estado. Esta é a *luta* e a política de vida das mães, como já argumentei no capítulo anterior. Mas quero neste momento tratar sobre o fenômeno mais amplo dos movimentos de mães, não em termos históricos, como também já fiz anteriormente, mas em termos de diferenciação analítica.

Pontuarei primeiro algumas questões acerca de certas diferenças entre movimentos de mães e outros movimentos sociais, tomando como referência entre eles as Mães de Maio. Enquanto a maior parte dos movimentos sociais, ao menos desde os anos 1970, possui um caráter predominantemente reivindicativo em sua relação com Estado, como, por exemplo, reivindicação por moradia, cotas, igualdade salarial entre os gêneros etc. – e muitas vezes passam a ser avaliados a partir do quão aceitas pelo Estado foram estas suas pautas (e suas implicações na ordem estatal se tornam, nestes casos, critério de avaliação da importância de tais movimentos) –, no caso dos movimentos de mães, a conquista de um determinado “direito” outorgado pelo Estado não se constitui enquanto seu objetivo, mas a defesa da própria vida.

Os movimentos de mães não *lutam* por um “direito à vida”, em termos jurídicos, mas pela vida mesma²⁰⁹, pela existência de determinados grupos sociais que são perseguidos, torturados, presos, mortos e desaparecidos pelo Estado. A defesa da vida implica na defesa de tudo que lhe subjaz indispensável para existir de forma digna: moradia, saúde, educação, segurança, liberdade, autonomia...²¹⁰ E a autonomia envolve perspectiva de futuro, condições de realização dos projetos, de existência segura, de passagem pelos estágios de uma vida tão longa quanto possível em uma dada sociedade.

É claro que, no interior da sociedade vigente, a defesa de tudo isto passa também pela sua conversão em reivindicações que servem tanto para denunciar a ausência destas

²⁰⁹ E os movimentos de mães não são exclusividade quanto a isso, uma vez que este cenário é comum também às lutas de outros grupos, como dos movimentos pela terra e movimentos indígenas, como uma característica de vários movimentos cujas lutas não são qualificadas como “políticas” (entendidas neste estreito sentido de “político-reivindicativas”).

²¹⁰ E, neste sentido, lutam não apenas contra o Estado, mas contra as condições estruturais de vida que a sociedade do capital reserva aos grupos sociais na base desses movimentos.

condições básicas quanto para tensionar com o Estado a respeito do quanto ele é capaz de efetivamente resolver as reais necessidades destes grupos.

Além dessa diferença entre movimentos de mães e outros movimentos sociais, parece-me necessário apontar algumas distinções no interior desse grande fenômeno denominado de movimentos de mães. E isto não apenas por precisão teórica. Mas também porque entendo que as possibilidades de visualizar as potencialidades de alianças entre os movimentos das mães e de outros grupos sociais passa pelo reconhecimento das singularidades que conformam tais movimentos.

Considero ser preciso observar que “movimentos de mães” podem ser tão diversos quanto “mães” o são. Nesta medida, há movimentos de mães da periferia, de mães de classes superiores, de mães operárias, de mães camponesas, de mães indígenas, mães quilombolas, mães cientistas, mães artistas, mães em situação de rua, mães de presos, mães de mortos, mães de desaparecidos, mães de filhos não heterossexuais, mães de imigrantes, mães de ocupação, mães estudantes, mães religiosas, mães de outras mães e mães solo... Há tantas mães quanto possível, e tantos movimentos de mães também assim pode haver.

Diante desse emaranhado de possibilidades, concentrei-me na categoria de “mães de mortos” (e não “mães de presos”, por exemplo) como um foco neste trabalho, ciente de que ela tanto é apenas um fragmento dessas múltiplas possibilidades de movimentos de mães, como é também uma ampla categoria que abrange mães e movimentos de mães das mais diversas origens. Para ficar apenas em um exemplo, cito que movimentos de mães de mortos da periferia e de mães de mortos de classes superiores costumam não ter repertórios de compreensão de mundo e ações em comum, uma vez que lidam com diferentes pontos de vista sobre a realidade.

Compreendidas tais ligeiras questões que considero mínimas sobre movimentos de mães, destaco agora, também em linhas gerais, como se configura o campo de atuação das Mães de Maio, isto é, quais são os demais movimentos, organizações, instituições e atores relacionados a estas mães em sua atuação política. Até agora já vimos menções a alguns desses atores aqui e acolá, mas permitam-me tentar apresentar este campo de atuação de uma forma mais ou menos sistematizada, embora incompleta e generalista em certos sentidos.

Para entender o campo de conformação e atuação das Mães de Maio é necessário compreender o próprio contexto histórico do Brasil, pelo menos nas últimas quatro ou cinco décadas. Não farei este exercício de digressão aqui, mas resgatarei brevemente dois momentos nesta dissertação em que, parcialmente, fiz isto. Vimos no decorrer do segundo capítulo como, desde o final da ditadura militar e do subsequente processo de redemocratização, passa a ocorrer uma expansão securitária (MARQUES, 2018) que refina certos dispositivos de políticas de morte no Brasil.

Surte, como efeito deste processo, tanto uma expansão carcerária em massa quanto uma propulsão de chacinas, massacres e extermínios, gerando um processo de criminalização e mortificação exponenciais nas periferias. É neste contexto que emerge a *democracia das chacinas*. Contudo, como reação àquela dupla expansão carcerária-mortífera²¹¹ surgiram também diversos movimentos, organizações, grupos e instituições visando combater este processo, como os movimentos de mães relatados no segundo capítulo.

Surgem, além desses movimentos de mães e familiares de vítimas de violência policial, movimentos de mães e familiares de pessoas encarceradas, grupos de rap contra a violência nas periferias de São Paulo, organizações de direitos humanos, movimentos em defesa da população em situação de rua, grupos de pesquisa universitários, redes de articulação contra o encarceramento em massa e o genocídio, entre vários outros atores.

As Mães de Maio são parte desse processo, e, logo, interagem e atuam a partir do campo que vai se conformando ao redor dele. Assim, tanto este campo vai imprimindo suas marcas neste movimento de mães, como vai sendo modificado por ele, gerando convívios, conexões, divisões e agrupamentos. Profusamente heterogêneo, orbitam por este campo movimentos, organizações e iniciativas que perpassam por pautas como o antirracismo, o anti-sexismo, o antimilitarismo, o antiproibicionismo, o antipunitivismo, o abolicionismo penal, as culturas periféricas, a educação popular, a religiosidade progressista, a vida juvenil, entre diversas outras questões.

²¹¹ Quero aproveitar para enfatizar que não me refiro apenas ao crescimento ou decréscimo do número de vítimas de homicídio no Brasil em certa faixa temporal. Estou aqui tanto fazendo alusão àquelas múltiplas formas de matar da qual já me referi no capítulo anterior, quanto aos homicídios policiais que, esses sim, têm sido crescentes mesmo quando a taxa de homicídios em geral no país se manteve a mesma ou decaiu.

Sendo assim, este campo vai se conformando em torno de diversas pautas e atores, que, por sua vez, vão confluindo para esse campo social (BOURDIEU, 1996)²¹². Deste modo, é preciso considerarmos tanto esse processo histórico que mencionei na criação deste campo, como os dois critérios pelos quais este campo vai sendo composto: a partir da origem de certos grupos e movimentos e a partir de certas pautas sociais.

Desta maneira, este campo não é homogêneo, mas composto por uma diversidade de atores que também relacionam-se entre si de múltiplas maneiras distintas, como por via da parceria, da competição e da indiferença. Assim, o campo é tanto um lugar de cooperação quanto de conflito. Ainda que formado por alguns setores muito distintos, há também diferentes movimentos que o compõem e que atuam sobre o mesmo conjunto de questões.

Neste sentido, se é verdade que a distância pode ser motivo de desconfianças, desentendimentos e conflitos, de outras maneiras, a proximidade também pode ser motivo para semelhantes e diferentes desconfianças, desentendimentos e conflitos. Por isto, estar próximo ou atuando sobre questões semelhantes não quer dizer, necessariamente, parceria ou, menos ainda, isenção de conflito. Estes conflitos podem se dar por inúmeras questões, como discordâncias políticas, ideológicas, geracionais, raciais, de gênero, sexualidade, classe, familiares, pessoais, entre outras.

No que se refere ao Movimento Mães de Maio, como tratarei no decorrer de todo este tópico, ele desenvolve alianças e inimizades com distintos setores tanto internos quanto externos a este campo – ainda que, em geral, mas nem sempre, as alianças sejam compostas com atores internos e as inimizades com agentes externos a ele.

Todavia, mesmo no que se refere a essas alianças, elas não são monolíticas ou estáveis, mas sempre passíveis a tensionamentos e conflitos. Desta maneira, mesmo aliados também podem ser criticados, e efetivamente o são, sem que isto necessariamente implique em uma ruptura ou antagonismo.

Claro, há situações em que as críticas e os conflitos podem exceder um limite considerado tolerável para a convivência e confiança mútua, e nesses casos as alianças

²¹² Inspirando-me parcialmente na teoria de Bourdieu (1996) acerca deste conceito, considero nesta dissertação um campo social como uma determinada composição de agentes sociais que se relacionam em torno de certos interesses compartilhados, desenvolvendo uma autonomia relativa, constituindo diferenciações de posições e múltiplas relações internas.

podem ser rompidas, e alguém ou algum coletivo pode passar a ser reclassificado pelas Mães de Maio para a condição de *ex-aliado* e até, eventualmente, *oportunista*. Estas relações dentro das alianças e dos campos, portanto, são demasiadamente complexas e dinâmicas.

Partindo dos atores que conformam este campo e compõem tais alianças com as Mães de Maio, posso afirmar que há distintos graus de intimidade e articulação. Ainda que essa ordem seja inteiramente calcada em minha interpretação, jamais tendo sido contada a mim nestes termos, penso que é possível inferir a identificação de quais atores se encontram nos graus mais primários de relação com o movimento das Mães de Maio.

Em primeiro lugar, encontram-se alguns dos demais movimentos de mães e familiares de vítimas da violência de Estado. A eles, é creditado não apenas a condição única de saber o que é ser uma mãe enlutada que *luta*, como o compartilhamento da identificação mais correspondente no interior daquele campo e das alianças: a condição de ser um movimento de mães que perderam seus filhos.

Também deve ficar claro que mesmo entre movimentos de mães há a possibilidade de conflitos, e de fato eles ocorrem e em diferentes níveis, mas além de certos conflitos serem tidos como próprios da dinâmica de interação entre todo e qualquer movimento, não são todos os movimentos de mães que são considerados neste primeiro lugar na fileira das alianças – aliás, não existe movimento social algum cuja totalidade dos integrantes seja considerada em uma classificação única.

Assim, considerando aqueles movimentos de mães em que há, de fato, intimidade e articulação estreitas, as Mães de Maio as estimam sempre no grau mais elevado de suas alianças, tomando-as como fontes de inspiração e *linha de frente* da *luta* juntamente com elas. A respeito de um destes movimentos, por exemplo, afirmaram que “devemos muito à pioneira Rede de Comunidades e Movimentos Contra a Violência, do Rio de Janeiro, organização semelhante à nossa (...) que a partir de cada caso [de assassinado pela polícia] passaram a descer para o asfalto e a desafiar a militarização imposta nos morros” (SILVA; DARA, 2015, p. 86-87).

Em segundo lugar na fileira de intimidade e articulação das alianças, eu destacaria a figura dos militantes que, ainda que componentes de outros movimentos e organizações, estabelecem cada qual de maneira individual quase que uma relação de apoio orgânico às Mães de Maio, em geral um apoio que se dá desde um longo tempo, em diversas

atividades, e que qualificam estes militantes como reais *apoiadores* e *filhos* exemplares. Estes militantes podem atuar em diversos movimentos – como em grupos de rap, movimento negro, na academia ou em movimentos de juventude – mas sua qualificação como *filho* não se dá em função de seu pertencimento organizacional, e sim de sua própria atuação pessoal junto às mães.

Em seguida, há um degradê sensível e difícil de ordenar em que se encontram vários movimentos, organizações e instituições parceiras, que em geral tanto oferecem apoio às Mães de Maio quanto as convidam para participar de uma série de atividades realizados por atores deste campo.

Assim, mesmo que com distintas afinidades, e variações que se dão inclusive em função do tempo, encontram-se nestas fileiras atores como os movimentos negros, movimentos artísticos da periferia, grupos assumidamente engajados de instituições universitárias (em geral compostos por jovens estudantes, professores e pesquisadores que se debruçam sobre a questão das violências de Estado), grupos e associações profissionais (como o IBCCRIM e a Ponte Jornalismo), lideranças religiosas populares (como o padre Júlio Lancelotti), entre muitos outros.

De fato, os grupos, movimentos, organizações e iniciativas pertencentes a estas fileiras se estendem de tal modo que eu não sou capaz de reconstituí-los em sua integridade aqui. Ainda assim, penso que esta descrição interpretativa permite visualizar de modo mais ou menos concreto quais são os agentes relacionados às Mães de Maio em seu campo de atuação, e onde em linhas gerais eles se localizam nos repertórios classificatórios destas mães.

Feita a apresentação deste cenário geral, quero abordar a partir daqui algumas situações em que as Mães de Maio não só se relacionaram com alguns destes atores que compartilham de certa maneira o mesmo campo de atuação, como estas mães produziram narrativas classificatórias quanto a tais atores, de modo a expressar determinadas concepções relevantes das mães e retratar pincelada e elucidativamente a tessitura de sua *luta*.

Um marco recente da relação das Mães de Maio com certos movimentos que compõem o mesmo campo social e suas alianças foi a pandemia de COVID-19. Neste contexto, várias mães passaram por dificuldades materiais ao perderem seus empregos ou se verem impossibilitadas de trabalhar, além de terem sido impactadas de tantas outras

formas. No entanto, ao contrário do que esperavam, não receberam o apoio imaginado de alguns desses movimentos tidos como aliados²¹³.

Entre estes movimentos, esperava-se em especial um apoio daqueles que costumavam requisitar a presença das Mães de Maio em seus próprios eventos, como alguns movimentos negros (MN)²¹⁴. Entretanto, queixaram-se as mães em várias de suas *lives* em 2020, este apoio nunca veio. Mas mais do que isto, as mães sequer teriam recebido um mínimo suporte ou demonstração de preocupação por estes movimentos, ao passo em que, neste mesmo momento de pandemia, tais movimentos as convidaram *pra fortalecer* em seus eventos quando precisavam delas.

Débora relata que “recado nós demos. Nós demos o remédio! Como era a transformação. E ninguém ouviu as mães. Ninguém ouve mãe! Ninguém ouve as mães, sabe?”, e dá como exemplo: “quando a Fran fala que ninguém ligou pra nós, perguntando pra nós se a gente tava precisando de alguma coisa. Mas muitos ligaram pra nós, pra gente fortalecer” (DIREITOS HUMANOS..., 2020).

Além desta queixa, as Mães de Maio fizeram um segundo tipo de crítica a estes movimentos, designada em uma narrativa em que certos MN têm tentado exercer uma espécie de tutela em mães que perderam seus filhos em um determinado momento, antes de as *abandonarem* no momento seguinte. Débora menciona a seguinte dificuldade para conseguir se articular com as mães dos nove jovens mortos durante uma ação policial no Baile da DZ7, em Paraisópolis, em 01 de dezembro de 2019:

A gente, quando vimos que a situação tava muito midiática, a gente não conseguia chegar nas mães. Era uma coisa impressionante. Nem familiares. Mães de Mogi. A gente corria atrás das Mães de Mogi, vê se achava o contato das mães de lá, procurar as mães de lá. Que os meninos foram pra Paraisópolis, mas eles não eram de lá (*ibid.*).

²¹³ Em função das considerações que fiz na Introdução, e inclusive devido ao fato de a própria Débora ter assim feito, não nomeei que movimentos ou organizações em específico são esses que as Mães de Maio estão se referindo ao fazerem estas críticas, apenas menciono que se tratam de críticas feitas a alguns setores do movimento negro e, mais adiante, da esquerda institucional. Na tentativa de ao menos apresentar certos agenciamentos, posso dizer que são movimentos que em geral compõem aquele mesmo campo social que as Mães de Maio e, assim, atuam por vezes diante de algumas das mesmas questões que estas mães.

²¹⁴ O próprio movimento negro (mesmo quando grafado no singular) não pode ser tomado como monolítico ou homogêneo, afinal, ele é composto de múltiplos setores e atores, com diversas distinções internas, como de gênero, sexualidade, religiosidade, região, território, geração, ideologia, escolaridade, classe, entre outras. Para conferir um mapeamento de algumas dessas distinções do movimento negro pela história do Brasil desde a abolição da escravatura, cf. Domingues (2007). Tanto aqui quanto nas seguintes situações que serão retratadas, Débora refere-se a algumas organizações e militantes do movimento negro de perfil urbano, juvenil, com formação universitária, atuante em questões como o genocídio da população negra, e alguns dos quais com militância em partidos políticos de esquerda.

Esta dificuldade em um primeiro momento de acessar às mães dos meninos mortos se dava “porque quando têm os acontecimentos que tá midiático demais, a militância fica em cima e depois abandona as mães. E as mães procuraram agora as [outras] mães. Primeiro, quando viram que não deram em nada, aí procuraram as mães. As mães ficam tipo abandonadas, sabe?!” (*ibid.*).

Deste modo, segundo a narrativa de Débora, no momento inicial, logo após o Massacre de Paraisópolis, as Mães de Maio não conseguiam acessar às Mães de Paraisópolis pelo “isolamento” que setores militantes haviam feito com estas. “Porque a gente, no começo, quando ela mais precisa de uma mãe pra com a outra, nós fomos blindadas! Nós fomos blindadas, né?” (*ibid.*), afirmou Débora.

Assim, se no primeiro momento houve essa *blindagem* que Débora relatou, no momento seguinte veio o *abandono* das mães por parte de tais militantes²¹⁵. “Porque eu quero entender quem é que barrava o movimento [Mães de Maio] de se aproximar, dizendo que elas [Mães de Paraisópolis] estavam paradas. ‘Ah, eu tô assistindo’, ‘ah, é minha assistida’. E depois a gente vê as mães à deriva. [É] o que mais acontece! Porque geralmente a luta [desses militantes] é uma luta tipo midiática” (*ibid.*).

Na leitura de Débora, ela considera que “é uma neutralização surreal e essas mães, elas não podem ser abandonadas! Essas mães, elas têm que ser dignas de respeito! E elas não são respeitadas. A luta das mães tem que ter respeito!” (*ibid.*). Neste sentido, Débora insiste que “tem uma barreira, assim, que precisa ser derrubada essa barreira, de deixar mãe com mãe se interagir, pra poder dar mais resultado, principalmente pra autoestima dela” (*ibid.*).

Portanto, o “apoio” que estes setores militantes ofereciam às novas mães enlutadas, neste e em outros casos, teria se dado quando estas mortes se tornaram relativamente famosas, ao serem veiculadas pela mídia, dando uma “assistência” a tais mães e as *blindando* do contato com outros movimentos de mães, para, em seguida, assim que estes casos fossem perdendo cobertura midiática com o passar o tempo, os tais setores militantes “*apoiadores*” em questão desaparecerem e deixarem as mães desamparadas.

²¹⁵ E aqui, tratam-se de militantes do MN que não são todos eles exatamente os mesmos que Débora se referia naquela primeira crítica que fez, a respeito do *abandono* das próprias Mães de Maio durante a pandemia. Ou seja, Débora está se referindo a diferentes indivíduos e organizações integrantes do mesmo campo social.

Ao contrário do que era feito por tais militantes, Débora afirmou que “eu acho que quando uma mãe perde um filho, as pessoas deixam com que uma outra mãe acolha. E fique do nosso lado dando colo, porque a gente precisa de autoestima. Porque a dor daquela mãe, só outra mãe que sabe o que ela tá passando” (*ibid.*).

Além do referido caso do Massacre de Paraisópolis citado por Débora, eu acompanhei este processo narrado em outro caso recente que adquiriu repercussão nacional. Trata-se da história do menino Miguel Otávio Santana da Silva, de 5 anos, que morreu no dia 02 de junho de 2020 ao cair do nono andar de um prédio de luxo em Recife, após Sari Corte Real, a patroa da mãe de Miguel, Mirtes Renata Souza, ter largado a criança sozinha em um elevador, no momento em que a criança deveria estar sob seu cuidado, já que sua mãe se encontrava passeando com os cachorros da patroa na hora.

O caso da morte de Miguel rapidamente alcançou repercussão em todo o país, e diversas manifestações de rua convocadas pelo movimento negro ocorreram em várias cidades pelo Brasil. Este caso evidenciou de maneira atroz o desvalor da vida de uma criança negra para a patroa rica e branca de sua mãe, primeira-dama do município de Tamandaré (PE).

Três meses depois, em 06 de setembro de 2020, a Justiça Global promoveu uma *live* com a participação de várias mães de vítimas, como Márcia Gazza das Mães de Maio da Leste, Débora Maria das Mães de Maio, Rute Fiuza e Cléo Oliveira das Mães de Maio do Nordeste, Eronildes Silva das Mães de Maio do Cerrado e Kaka Silveirah das Mães de Maio de Minas Gerais, além da mãe de Miguel, Mirtes Souza, e algumas pesquisadoras.

Estou seguro em dizer que das 10 participantes convidadas que ali estavam, nenhuma havia mobilizado mais pessoas para acompanharem a *live* do que Mirtes, e nenhuma outra história de filho morto das sete mães enlutadas ali presentes fomentou mais seguidores na atividade do que a de Miguel. Este elo era visível no *chat* do *Youtube*, plataforma onde a *live* estava sendo transmitida, em que a enorme maioria dos participantes que assistiam à *live* pareciam não conhecer as histórias das outras mães, ou, ao menos, não comentavam sobre elas, mas enviavam diversos comentários em apoio a Mirtes quando ela começou a falar sobre o caso de Miguel.

Penso não haver dúvidas para nenhuma das Mães de Maio de que é preciso apoiar Mirtes e prestar toda solidariedade à sua *luta*, bem como a todas as demais mães que

perderam seus filhos há pouco tempo. Obviamente, não era isto que estava em questão nessas situações. A crítica de Débora, que também poderia ser visualizada neste caso da *live* com Mirtes, se direciona a um efeito midiático sobre uma militância que, tão logo se vê desvencilhada deste efeito, por ele deixar de existir com o fim da repercussão jornalística daquela morte, afasta-se das mães que diziam apoiar (ou efetivamente apoiavam) até então.

Por outro lado, entendo também que casos de mortes recentes despertem uma indignação que não pode ser deixada para ser expressa em outra hora, afinal, são nos primeiros momentos após a morte em que a possibilidade de politizar a morte pode alcançar maiores repercussões, inclusive, em função da cobertura midiática.

Todavia, com esta crítica, Débora me parece dizer que quer que o apoio dos militantes seja perene, e não apenas a reboque do fervor midiático, como se buscassem apenas estar próximos a casos em evidência – sinal interpretável pelas Mães de Maio como *oportunismo* de militantes que querem visibilidade pessoal²¹⁶.

Ao apoiar mães que perderam seus filhos recentemente, jamais deveriam *blindá-las* de outras mães mais antigas nesse *luto* e nessa *luta* que tentam se aproximar daquelas mães. Deveriam, de fato, apoiá-las, novas e antigas mães enlutadas, visando fortalecê-las com tal apoio, e não em busca de benefícios pessoais utilizando seus casos como trampolim.

Um terceiro tipo de crítica realizada pelas Mães de Maio a alguns movimentos que se relacionam com elas se caracteriza pelo que elas compreendem como uma espécie de tentativa frequente de tirar proveito das mães e não as apoiando quando elas necessitam. Este quadro pode ocorrer em diversos contextos, mas vejo que ele é reportado de maneira mais recorrente a partir de certos eventos.

Débora teceu os seguintes comentários quanto a isto:

Sabe, quando a gente faz uma crítica perante os movimento, principalmente o movimento negro, porque quem tá preso é o preto. Quem tá morrendo é o preto. Cadê os preto defendendo as mãe que tá perdendo os filhos? Agora há uma revolta muito grande, que a gente tem que rever os convite que fazem pra nós, porque é tudo uma maquiagem. Veja bem, a gente quebra qualquer protocolo... Mas o ponto é, uma atividade feita pelas nossas mão, pelos nossos pulso, que a gente não pede a ligação com ninguém, a gente vê a mazela e essa mazela é

²¹⁶ E, por vezes, mirando obter benefícios deste sofrimento para construir-se enquanto um futuro candidato em eleições para cargos políticos no Estado.

o fruto melhor que cria esse sistema pra produzir, pra poder esse sistema nos dividir, e nos corroer aos poucos.

Negócio de tá lavando as mãos, enquanto todo mundo segura as mãos, de quem? Das mães? Quando eles tão no sufoco eles gritam “mãe”, então a gente mãe, como mãe, temos que rever quando esses movimentos chama nós pra participar de evento, que muitas vezes é pra pagar, e eu falo mesmo, pagar a notas fiscais pra capitais, porque mãe não vive de passagem, e mãe também tem o direito de comprar um prato de comida. Quero deixar bem claro isso. E eu vou bater, e vou continuar batendo (DÉBORA MARIA, 2019c).

Diferente daquelas primeiras duas críticas, que foram feitas em *lives* durante o ano de 2020, esta terceira crítica de Débora foi feita em um evento presencial realizado na cidade de São Paulo em 2019. O contexto deste evento – o lançamento do livro *Memorial dos nossos filhos vivos*, no dia 16 de maio de 2019, que será analisado em algumas páginas adiante – provocou uma fala muito efusiva e crítica de Débora em relação a alguns MN, de modo que Débora referiu-se a eles como que denunciando uma prática frequente, não identificada desde quando.

Relacionando-se com as duas primeiras críticas, nesta terceira Débora expõe o comportamento de setores do MN que frequentemente chamavam as Mães de Maio para comporem seus eventos, mas quando as mães necessitavam deles de alguma maneira – como para participarem e ajudarem na mobilização de participantes para os eventos e atividades organizados pelas mães – eles não correspondiam.

Há ainda outras críticas que as Mães de Maio fizeram a certos movimentos, como a tentativa de tomar ou mesmo impedir o protagonismo das mães na *luta* contra o genocídio, como emergirá mais claramente em uma citação aqui e ali. Mas penso já ter demonstrado fricções o suficiente para evidenciar que ocorreram conflitos que se instalaram na relação entre tais movimentos.

Penso que existem dois aspectos que esses conflitos entre Mães de Maio e certos movimentos negros – que, vale a pena destacar, são recortes de uma história anterior e mais ampla, haja vista que esses movimentos não se conheceram nesses episódios, mas já participaram de muitas iniciativas em conjunto – tornam particularmente instigantes.

O primeiro é a demonstração concreta de que este campo social não é pacificado e alianças também são marcadas por ruídos. O segundo é a visualização de que as relações envolvidas são mais complexas do que simplesmente movimentos contra o genocídio x Estado. Estes movimentos não são apenas heterogêneos, mas marcados por um histórico de relações entre eles, por vezes tendo a cooperação como característica principal, e em certas vezes tendo o conflito como principal característica dessa relação.

Mas o conflito não se estabelece apenas entre diferentes movimentos operando nos mesmos campos de atuação. No interior de um mesmo movimento social há uma série de disputas e atritos entre seus distintos setores. Este é o caso do próprio movimento negro, que, se certas ações e setores são criticados por outros movimentos relacionados, também o são por outros setores com outras práticas dentro deste próprio movimento.

Entre as múltiplas questões que podem impulsionar estes conflitos, encontra-se a questão da classe. Clóvis Moura analisou um exemplo histórico de conflito no interior do movimento negro nos anos 1970-80. Segundo este autor, os negros tiveram seus espaços sociais bastante diminuídos durante a ditadura militar, mas, ao mesmo tempo, houve “um processo de diferenciação com uma dinâmica de mobilidade social perceptível na camada *letrada* [da população negra], na base do chamado *milagre brasileiro*” (MOURA, 2014, p. 299).

Essa diferenciação residiu no fato de que ocorreu, como consequência do denominado “milagre econômico brasileiro”, uma mobilidade que “conseguiu elevar alguns negros ou mesmo grupo do universo *letrado*, [e,] por outro lado, penalizou ainda mais o universo *plebeu*” (*ibid.*, p. 299). Em que consistiriam estes “universos” de que fala Moura, e como tal diferenciação os afetou? Assim coloca o autor:

O primeiro [universo *letrado*], num processo de acomodação social e política, conservou os seus patamares burocráticos e universitários, enquanto o outro [universo *plebeu*] pela própria dinâmica imposta de achatamento salarial, social e cultural do pobre em geral foi atingido de forma violenta, isto é, o negro do universo *plebeu*, alocado entre favelados, subempregados e desempregados, foi ainda mais penalizado (*ibid.*, p. 299).

Diante de tal consequência, Moura indaga: como explicar o fenômeno de o protesto não ter saído de baixo para cima, uma vez que os negros mais precarizados eram os que mais sofriam com os obstáculos raciais, sociais e culturais que lhes eram impostos? Por que tal processo de tomada de consciência racial e organizacional não emergiu no universo mais prejudicado, mas no *letrado*, que dispunha de condições sociais mais oportunas?

Após refletir sobre correntes negras contestatórias em outros países, e colocar que houve tentativas de membros do “universo *letrado* [de] cruzar a sua ideologia étnica com o [universo do] *plebeu* ou de grupos e elementos não *letrados*” (*ibid.*), e indicar que tais intentos nunca alcançaram êxito, Moura aponta que

o que acontecera era a reprodução de uma ideologia assistencialista no mundo negro, isto é, não havia uma identidade para uma ação comum dos dois

universos. Havia, por outro lado, uma liderança organizacional e algumas vezes institucional do universo negro *letrado* procurando injetar a sua ideologia racial, política e cultural no universo *plebeu*. Não havia, como não há, portanto, uma convergência social e ideológica, mas, pelo contrário, um movimento de cima para baixo de convencimento, de imposição desse universo *letrado* sobre o outro (*ibid.*, p. 300-301).

Como resultado desse processo, houve “não uma integração de universos, mas uma hierarquização, na qual o universo letrado, por intermédio de seus membros, impunha ou estabelecia, determinava ou pautava e coordenava os objetivos finais, as discussões e as conclusões do universo *plebeu* e dos seus membros” (*ibid.*, p. 301).

A partir dessa relação hierarquizante, ocorreu um afastamento ainda maior entre os dois universos, fazendo com que

os negros do universo *não letrado* se refugassem ou se reordenassem em organizações, grupos ou segmentos de reivindicações populares nos quais o problema racial e as consequentes posturas de reivindicação étnica não fossem colocados em primeiro plano, mas as de salário, habitação, educação, segurança e transportes – objetivos que sendo sociais e econômicos são, por força de peneiramento imposto ao negro, também racial, mas, para eles, não são assim diretamente traduzidos (*ibid.*, p. 301-302).

Nesta medida, Moura argumenta que gerou-se como consequência

um processo seletivo de valores reivindicativos entre os dois universos negros. No *letrado*, há, em primeiro plano, a necessidade de se reivindicar a igualdade étnica porque, em muitos aspectos, ele já conseguiu patamares sociais de classe média; no segundo, *plebeu*, pelo contrário, o interesse maior é a reivindicação social, econômica, educacional, de saúde e segurança, pois ele ainda não conseguiu se estabelecer e dinamizar-se no plano do negro classe média (*ibid.*, p. 302).

O processo histórico descrito por Moura, bem como a leitura que o autor faz de seus efeitos, parece-me bastante pertinente, e ajuda a perceber clivagens que foram sendo historicamente formadas no interior do movimento negro.

Também deve ficar claro que este processo descrito por Moura se refere a uma realidade datada, afinal, diferente de como era no período em que retrata Moura, nos anos 1970-80, atualmente há muito mais negros acessando às universidades, e nem por isso muitos deles conseguem uma ascensão social tão direta como uma formação acadêmica naquela época proporcionava.

Derivado disto, criou-se muitas camadas intermediárias entre aquilo que Moura denominou de universos “plebeu” e “letrado”, processo este que torna difícil operar exatamente com estas categorias nos dias atuais, parecendo-me mais apropriado pensar em assimilações adaptativas destes termos. De qualquer maneira, o mérito da análise de Moura reside em apresentar conflitos no interior do movimento negro que remetem à

questão da classe, e que vão desembocar nas diferenças de compreensões sobre o que era “o problema do negro”, e assim, nas diferenças de definição das pautas centrais de cada um desses setores do MN.

E mesmo quando falamos de diferentes setores do movimento negro que possuem uma mesma pauta central, ainda podemos encontrar distinções fulcrais no modo como cada um destes setores propõe agir quanto a esta pauta. Tomemos o exemplo da própria pauta do combate ao genocídio da população negra. Enquanto há certos setores do MN que propõem uma atuação mais institucionalista – isto é, vinculada a obtenção de cargos no Estado, a uma atuação mais burocrática de ONGs, partidos políticos e fundações internacionais – para lidar com a questão do genocídio negro, há outros setores deste movimento que efetuam uma militância mais autônoma em relação a estas instituições e mais calcada na *luta* contra o Estado, trazendo não somente as implicações raciais, mas também de classe deste genocídio²¹⁷.

As Mães de Maio não são exatamente parte do movimento negro, mas encontram-se na intersecção com eles, bem como com outros movimentos sociais, como movimentos de mulheres. No entanto, estou seguro em dizer que a atuação destas mães remete muito mais à segunda proposição de *luta* contra o genocídio que citei. Neste sentido, também os setores do MN que atuam por esta via acabam por serem os mais próximos às Mães de Maio nas atividades de enfrentamento ao genocídio. E como destaquei anteriormente, não apenas a distância, mas a proximidade também pode servir como meio de construção de conflitos.

Aqui, portanto, reside o caráter nem um pouco óbvio destas relações: por vezes, as Mães de Maio estão criticando aqueles setores do MN de atuação mais institucionalista, e por vezes elas estão também criticando os setores mais autônomos, como elas, e que são depositários de confiança e expectativas positivas por parte das mães, tratando-os como *apoiadores* e *filhos*, mas que em certas ocasiões praticam ações que frustram estas expectativas das mães, bem como deixam de praticar ações que elas esperavam.

²¹⁷ E o que torna este convívio e os conflitos entre eles ainda mais complexos é que estes setores nem sempre atuam em fóruns separados, não possuem existência isolada, uma vez que muitas atividades realizadas pelos movimentos sociais contam com a participação conjunta, geralmente como convidados, destes distintos setores. Há também situações que surgem tentando de alguma forma aproximar estes diferentes setores, ou ao menos alguns de seus expoentes militantes mais expressivos, em iniciativas e redes que se propõem a serem mais amplas no combate ao genocídio e ao racismo estrutural.

Ou seja, operar sobre o mesmo campo de atuação, compor as mesmas alianças e partilhar das mesmas formas gerais de combater o genocídio não são elementos suficientes para conviver sem conflitos, uma vez que esta própria convivência é terreno fértil de múltiplas relações, o conflito entre elas. Mapear o campo de atuação das mães, portanto, não significa dizer com quem se estabelece relação de conflito e com quem não, mas sim com quem se constrói alianças mesmo em presença do conflito, e com quem se constrói diferenciação e antagonismo mesmo em presença de eventual cooperação.

Na *Carta Final do I Encontro Internacional das Mães de Vítimas da Violência do Estado*, ocorrido entre 11 e 13 de maio de 2016 em São Paulo, elaborada por diversos movimentos sociais que estiveram presentes neste evento, entre eles as Mães de Maio, afirmam:

Mas o Genocídio do nosso povo não ocorre apenas via esta face da guerra permanente, aberta e ativa contra o nosso povo, pois o massacre também nos atinge vitalmente toda vez que O ESTADO NOS NEGA OS NOSSOS DIREITOS HUMANOS MAIS BÁSICOS: quando é negligente com a nossa gente nos Postos de Saúde; quando sucateia a Educação de nossos meninos e meninas; quando se recusa a efetivar o direito às nossas Terras, Reservas Indígenas e Quilombos originários; quando nos nega o Direito Fundamental à Morada; quando não nos assegura o mínimo de Saneamento Básico e Meio-Ambiente sustentável para nós sobre-vivermos; quando nos humilha com um Transporte Público penoso, caríssimo e excludente; quando não descarta o Direito à Cultura e à Comunicação Popular, Independente e realmente Livre; quando se recusa a nos garantir o mínimo do Direito à Verdade, à Justiça e a todas as Reparações que historicamente nos são DEVIDAS (MÃES DE MAIO, 2018, p. 11).

Temos aqui uma demonstração de como as Mães de Maio consideram que o genocídio contra os negros é realizado por meio de múltiplas formas de matar, levando à morte inúmeras pessoas que além de sua raça têm em comum o fato de serem pertencentes a classes sociais inferiores, despojadas e espoliadas de condições materiais para viverem uma vida longa e digna. Como tenho colocado, estas mortes são produzidas pelo Estado e através do Estado, pelas dinâmicas da acumulação capitalista em um país de capitalismo subordinado e erguido sob as estruturas de um escravismo colonial.

Desta maneira, a *luta* das Mães de Maio contra o genocídio é também uma *luta* contra a precarização das condições de vida, contra aquilo que Donna Haraway denominou de “feminização do trabalho” (HARAWAY, 2009) – significando como “feminizado”, neste contexto, o processo de se tornar extremamente vulnerável, desmontado, remontado e super explorado em uma “economia do trabalho caseiro” (que abrange fábrica, casa e mercado). Do mesmo modo, é uma *luta* que exige direitos sociais

básicos, como educação, saúde, cultura, para obter condições mínimas de garantia destes elementos cruciais que subjazem uma vida digna nessa realidade.

Tais demandas correspondem justamente àquelas que Clóvis Moura relatava que o movimento negro plebeu possuía, e o movimento negro letrado tratava como pautas sem relação com a questão da raça. Assim, Moura forneceu recursos heurísticos que permitem analisar certos conflitos no interior não só do movimento negro, mas dos movimentos de enfrentamento ao genocídio, a partir de suas distinções de classe, ainda que algumas das categorias deste autor e outros elementos que emergiram posteriormente necessitem ser contextualizados, reapropriados e incorporados.

Nas críticas pronunciadas por Débora aos movimentos negros aos quais ela se referia – críticas estas que não são meramente resultado de diferenças de classe ou de diferentes formas de *luta*, institucionalista ou autônoma, para lidar com a questão do genocídio, como eu argumentei anteriormente – dois elementos que me parecem atravessá-las são a percepção de uma falta de solidariedade e um *oportunismo* com as mães.

Em dois eventos concatenados ocorridos em 2019 em que estive presente, observei uma situação em que alguns destes conflitos se tornaram visíveis. Na ocasião do primeiro evento, as Mães de Maio foram convidadas para fazer parte de uma atividade, promovida por certo MN, que foi realizada na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP), no dia 11 de maio de 2019, um sábado.

Neste evento, um seminário voltado a debater o papel do Direito para lidar com as violências de Estado, toda a parte inferior do Salão Nobre desta Faculdade (com capacidade para receber cerca de 300 pessoas neste segmento) foi lotada de participantes – tal como se vê na Imagem 10 – e as Mães de Maio receberam uma homenagem pelos 13 anos de sua *luta* – conforme pode ser visto nas fotografias que se encontram na Imagem 11.

Imagem 10: Salão Nobre da Faculdade de Direito da USP cheio com o público presente no evento, em 11/05/19.

Autor: Matheus Almeida.

Imagem 11: Fotos da homenagem às Mães de Maio no evento, em 11/05/19.

Autor: Bianca Moreira/Conectas.

O evento contou a presença de diversos juristas, professores universitários e representantes de instituições jurídicas, e aparentava contar com amplos recursos para a sua realização – vistos através de sua divulgação, registro e transmissão *online*, e de um *coffe break* – além de ter mobilizado a presença e participação de diversas organizações e entidades sociais da cidade.

O segundo evento ocorreu em meados da semana seguinte, no dia 16 de maio de 2019, uma quinta-feira, quando as Mães de Maio organizaram seu próprio evento no mesmo Salão Nobre da Faculdade de Direito da USP, na ocasião do lançamento do seu livro *Memorial dos nossos filhos vivos* (MÃES DE MAIO, 2019) – cuja capa, contracapa e orelhas podem ser vistas na Imagem 12.

Imagem 12: Capa, contracapa e orelhas do livro *Memorial dos nossos filhos vivos*.

Autor: Movimento Mães de Maio.

Este evento representava até ali a principal atividade do Movimento Mães de Maio no ano, feito no mês mais significativo para estas mães, e encabeçava as atividades da Semana Estadual das Pessoas Vítimas de Violência do Estado de São Paulo, período com várias mobilizações de *luta* realizadas anualmente pelas Mães de Maio.

Por esta grande importância, diversas Mães de Maio de municípios de fora de São Paulo (como as da Baixada Santista, de Mogi das Cruzes e de Osasco e Barueri) foram até a capital paulista para participar do encontro – inclusive algumas mães que ultimamente pouco frequentavam os eventos do movimento, por diversas razões (como por problemas de saúde, questões familiares, trabalho, afastamento do movimento etc.).

Assim, da mesma forma que as Mães de Maio fizeram uma grande mobilização entre suas integrantes para participar desta atividade, esperavam que seus *apoiadores* fizessem um esforço semelhante, tanto participando quanto mobilizando seus grupos, organizações, movimentos e contatos a participarem do encontro promovido pelas Mães de Maio e há muito anunciado por elas.

Contudo, qual não foi a surpresa das Mães de Maio ao chegarem em seu próprio evento e não verem sequer 1/3 de ocupação do mesmo Salão Nobre que havia sido lotado

na atividade daquele MN no final de semana anterior – tal qual pode ser visto na Imagem 13. Assim, as mães consideraram que principalmente estes *apoiadores* não só não haviam feito a mesma potente divulgação para atrair participantes ao evento das mães do modo como fizeram para o evento deles, como muitos destes militantes sequer estavam presentes no encontro das mães.

Imagem 13: Ocupação do Salão Nobre da Faculdade de Direito da USP durante o lançamento do livro *Memorial dos nossos filhos vivos*, em 16/05/19.

Autor: desconhecido.

Nesse cenário, a conclusão a que Débora chegou foi que os militantes daquele MN que haviam despendido tanta energia e feito um grande evento para discutir o genocídio da população negra, não fizeram um esforço parecido para participarem, mobilizarem e apoiarem a realização do evento mais importante para as Mães de Maio, com uma programação contendo mesas compostas por mães de vítimas da violência de Estado – conforme visualiza-se nas Imagens 14 e 15 – e voltado justamente ao enfrentamento do genocídio e em memórias dos mortos.

Imagem 14: Faixas e bandeiras expostas durante o lançamento do livro *Memorial dos nossos filhos vivos*.
Autor: desconhecido.

Imagem 15: Mesa composta por Mães de Maio durante o lançamento do livro *Memorial dos nossos filhos vivos*.
Autor: desconhecido.

Deste modo, nesse evento Débora vivia uma profusão de sentimentos. De um lado, pareceria muito satisfeita por conseguir reunir todas aquelas mães, lançar de maneira autônoma um livro extremamente significativo para elas, e marcar por mais um ano a presença da *luta* das Mães de Maio, além de invocar e honrar a memória dos seus mortos naquela semana chave.

Por outro lado, Débora estava extremamente revoltada com a sensação de *abandono* daqueles que as mães consideram como seus *apoiadores*, e, nesta toada, em suas falas ainda durante o próprio evento, teceu críticas contundentes àqueles militantes e movimentos. Nestas suas falas, Débora trouxe à tona as queixas de falta de solidariedade e *oportunismo* que relatei anteriormente:

Porque se tivesse aqui o político eu tenho certeza que isso aqui tava entupido! Porque a política da independência, como Mãe de Maio, muitas vezes é recuada. Porque a gente não fala “sim, senhor”. Jamais a gente fala “sim, senhor”. Mas a gente fala “não, senhor” pros nossos também, que são alienado, e nós não aceitamos. Esses nossos que abandonaram as classe, pra se fiar em cargos de gabinete. Não pense vocês que nós não recebemos os convites. Mas alienar Mãe de Maio jamais, porque Mãe de Maio tem cérebro, e quem aceita [o cargo] também faz parte dessa massa, dessa massa, dessa fábrica de exterminar o nosso filho. Ninguém barra Mãe de Maio. Ninguém vai, jamais, dizer que vai dar um cargo e a gente aceitar, como nós já fomos convidada por duas secretaria na Baixada Santista. E eles convidaram a gente pra Direitos Humanos. Nós viemo lutar, não veio por direitos humanos. Porque ali ninguém é humano. Direitos humanos é pra quem é humano (DÉBORA MARIA, 2019c).

Este primeiro comentário de Débora realiza a associação entre o esvaziamento do público participante no encontro das mães com a política de independência e autonomia das Mães de Maio. Por manterem esta política, e não se afiliarem a um determinado partido político ou aceitarem um cargo no Estado, como Débora relata já terem sido chamadas, sofriam com o *abandono* de certos *apoiadores* que, eventualmente, deixavam a entender ter uma intenção de cooptação das Mães de Maio. Esse *abandono* assume aqui a ideia de um *boicote*, uma vez que era sentido, no modo como Débora narrava, como uma espécie de tentativa deliberada de *enfraquecer* a organização e as atividades autônomas das mães.

Assim, mediante a recusa das Mães de Maio em aceitar essa filiação partidária-governamental – o que seria entendido por elas como uma espécie de submissão do movimento em relação à agenda dessas instituições, comprometendo sua independência e autonomia –, elas tiveram seu evento praticamente *boicotado* por tais setores.

Mas muitas vezes as mães elas tão sendo banida, elas não tão sendo acompanhada. Elas tão sendo abandonada por esses filho pra quem elas luta. Eu não tô menosprezando a luta de ninguém. A luta não tem dono. Mas menosprezar a luta das mães... isso aqui era pra tá cheio de negrada aqui, a luta das mãe é pra isso. Mas boicotar as Mãe de Maio sempre foi o maior privilégio por parte de certos movimentos sociais ao qual a gente não se alinha, a gente não fica emparelhado com eles em campanhas eleitorais. Porque se fosse, a gente ia abaixar a cabeça pra eles em campanhas eleitorais, com certeza isso aqui tava bombando. Nós somo treta! (*ibid.*).

Se o teor da crítica de Débora é pertinaz, também um símbolo que ela evoca entre as palavras desta mesma crítica é instigante. Débora parece se indignar mais ainda não

apenas por se sentir *abandonada* por certo movimento negro, mas por sentir-se *abandonada* por seus *filhos*, por quem elas tanto *lutam*. É isto o que ela denota ao apontar a severidade deste *abandono*, utilizando-se de tal linguagem carregada de símbolos: as mães parem os *filhos* e *lutam* por eles, para vê-los as *abandonarem* de modo tão ingrato e não recíproco. A categoria de *filhos* aqui é utilizada não apenas em referência à de *apoiadores*, *Filhos de Maio*, mas à de jovens negros que são alvos preferenciais das práticas genocidas do Estado e que as Mães de Maio *lutam* também para que eles não sejam mortos, tal como foram seus próprios filhos – jovens e negros.

O mínimo que se esperaria neste caso – prosseguindo no sentido da narrativa de Débora –, concluiria qualquer estudante atento de antropologia, era a demonstração da reciprocidade, tão cara às relações humanas, como afirmou Marcel Mauss (2003). Como esta reciprocidade tão básica e esperada pelas mães não ocorreu – na mesma semana em que as mães haviam *fortalecido* a atividade ao qual foram convidadas –, fazendo com que um dos lados desta relação se sentisse prejudicado em função de ter oferecido ao outro aquilo que este outro não o ofereceu de volta e assim não o correspondeu, a sensação de ser lesada nesta relação provocou reações enérgicas.

Estas reações adquirem uma carga de dramaticidade ainda maior por se tratar de um assunto tão caro a suas participantes, por serem estas participantes pessoas vulneráveis que tanto se esforçaram para chegarem ali, e como mães se depararem com uma situação em que se viram *abandonadas* por seus próprios *filhos*.

Eu quero dizer pra todos os movimentos! E vou colocar o dedo na ferida! Enquanto o movimento negro não deixar essas mães parir outra sociedade, e outro país, essas mães têm que ser as protagonistas da luta contra o genocídio! Porque os filho é delas. Os filho é delas. E nós vamos bater. Porque se 200, 300, 400, 500 anos, como é o discurso, não conseguiu barrar a rajada da metralhadora, porque é um processo, dentro disso, por que que não deixa essas mulheres como linha de frente? Que pariu quem tá nos deixando de lado (*ibid.*).

Deste modo, as Mães de Maio criticam a atitude de seus próprios *filhos* ao não deixarem as mães assumirem o protagonismo da *luta* contra o genocídio, ao não fortalecerem os eventos tão árdua e raramente²¹⁸ organizados pelas próprias Mães de Maio.

²¹⁸ Pelo que pude acompanhar de todas as atividades que contaram com a participação do Movimento Mães de Maio em 2019, além deste evento organizado pelas mães, a única outra atividade naquele ano em que diversas mães de fora da cidade de São Paulo estiveram presentes na capital paulista foi a performance Mil Litros de Preto, realizada em 28 de setembro de 2019.

As Mães de Maio *lutam* pela memória e contra o esquecimento, e esta é uma questão fundamental para estas mães. Lembrar é entendido por elas como uma forma de demonstrar respeito, admiração, carinho, amor, afeto, saudades, cuidado. E isto não apenas em relação aos seus filhos mortos.

Quando uma destas mães morre, ela se torna parte do universo dos mortos invocados pela memória também, sempre lembrada publicamente, como Débora fez ao carregar uma placa de rua com o nome de Vera Lúcia Gonzaga dos Santos (momento registrado na Imagem 11), rememorando um gesto que movimentos de mães no Rio de Janeiro têm feito também em relação à Marielle Franco. Por isto, de seus *filhos*, as mães esperam a mesma consideração em torno da lembrança e, assim, em não as esquecer ou *abandoná-las*.

Rememorar os vivos e os mortos é obrigação fundamental das Mães de Maio e dos seus *filhos*. Vera Lúcia Gonzaga dos Santos, a Verinha, como era chamada no movimento, foi uma das fundadoras das Mães de Maio, após ter perdido sua filha, seu genro e sua neta assassinados de uma só vez nos Crimes de Maio de 2006, como relatado no primeiro e segundo capítulos.

E assim como também vimos anteriormente, devido à sua *luta*, Vera foi profundamente criminalizada, e em uma abordagem policial em sua casa foi presa após os policiais forjarem um flagrante de drogas colocadas em seu tanque de lavar roupas. Após presa, foi condenada por tráfico de drogas e cumpriu dois anos e meio de prisão. Vera nunca recebeu nenhum auxílio por parte do Estado, ao contrário, recebeu apenas retaliação. Após anos sobrevivendo com sofrimento psíquico e depressão, Vera foi encontrada morta em seu quarto, no dia 03 de maio de 2018. Em sua cama, o corpo de Vera se encontrava junto a fotos de sua filha, Ana Paula, e documentos pessoais. Na porta do quarto de seu filho, Paulo, deixou uma mensagem: uma camisa pendurada do Movimento Mães de Maio. Vera é mais uma vítima dos Crimes de Maio de 2006.

Não lembrar dos vivos e dos mortos, parta esta não lembrança ou esquecimento do Estado ou dos *apoiadores*, desrespeita profundamente a memória levada como uma herança pelo Movimento Mães de Maio. E não são lembrados apenas aqueles que foram vitimados pelo Estado por serem negros, pobres e periféricos – como costuma ser a vítima preferencial das políticas de morte no Brasil – mas todos aquelas “vítimas invisíveis da

democracia”, como diz o subtítulo do livro lançado no referido evento acima (MÃES DE MAIO, 2019).

Todas as vítimas do Estado são lembradas como tal. Débora destaca que, diferente de outros lugares do Brasil, como em Salvador da Bahia, em que a quase totalidade das vítimas e seus familiares são negros, na Baixada Santista de São Paulo há diversos negros entre vitimados e familiares, mas também brancos que foram assassinados. Tais brancos são todos eles, assim como os negros, pobres e periféricos. Seus familiares que resolveram fazer parte do Movimento Mães de Maio, assim o fizeram. Portanto, este movimento não é restrito para familiares de vítimas negras, como ocorre em outras organizações do movimento negro.

Aqui reside outra substancial distinção entre diferentes movimentos que combatem o genocídio. Como mencionei anteriormente, alguns setores do movimento negro que atuam no combate ao genocídio dos negros o fazem por uma via institucionalista, e parte (não todos) deles identificam, assim, o “problema do negro” unicamente a uma questão de raça, e não também de classe. E isto não é nenhuma novidade histórica de anos recentes, tal como vimos na discussão feita por Clóvis Moura sobre conflitos no MN nos anos 1970-80²¹⁹. Como consequência, estes setores costumam considerar que o genocídio remete tão somente a uma questão de raça, e não de classe, e sendo assim, a *luta* contra o genocídio deve ser feita por negros.

No entanto, se as Mães de Maio possuem entre as suas mães enlutadas mães brancas que perderam seus filhos, vítimas de violência de Estado, nos mesmos territórios onde outras mães negras que compõem este movimento também perderam seus filhos, surge um problema de diferença de atuação política a partir daí. Como poderiam as Mães de Maio concordarem que a *luta* contra o genocídio deve ser feita pelos negros, a menos que elas próprias comesçassem a ordenar internamente ao seu movimento quais mães enlutadas devem ter mais legitimidade ou protagonismo nesta *luta*?

Sendo assim, estabelece-se aí uma diferença fulcral nos modos como Mães de Maio e certos movimentos negros compreendem a *luta* contra o genocídio – e até mesmo como entendem os efeitos dele. Ao considerarem que a classe é também um fator decisivo

²¹⁹ E é claro que Moura não fez esta discussão nos mesmos termos que eu estou aqui utilizando, como via institucionalista, combate ao genocídio, entre outras distinções. Como eu havia dito, estou extraindo o que considero pertinente da análise elaborada por este autor e reapropriando sua discussão com novos termos e contextos aqui tratados.

em determinar quem é morto pelo Estado, em concomitância com a raça, as Mães de Maio tanto dilatam a compreensão sobre quem são os atingidos pelo genocídio quanto quem pode, portanto, sem nenhuma redução, *lutar* contra ele²²⁰.

O que realizam as Mães de Maio é um deslocamento do problema de “qual raça deve *lutar* contra o genocídio”, se apenas negros ou se brancos junto aos negros, para “quem tem o *dom* de *lutar* contra o genocídio”, considerando as suas políticas de morte. Neste sentido, para as Mães de Maio, é o fato de serem as mães as que partilham do maior sofrimento que o genocídio pode causar, ao verem seus filhos serem assassinados, e por serem também estas mães as que parem, criam e cuidam dos filhos, e assim geram vida e em sua *luta* produzem políticas de vida que combatem as políticas de morte do Estado, que faz com que sejam as mães enlutadas as que devem receber a distinção máxima no enfrentamento ao genocídio.

Portanto, a perspectiva das Mães de Maio se trata de uma defesa de que as mães são as *parideiras*, logo, devem ser a *linha de frente* da *luta* contra o genocídio. Contudo, elas não propõem que devem *lutar* sozinhas, ou que a *luta* deve ser restrita somente às mães, ou às mães negras, ou sequer somente aos negros – considerando, inclusive, que várias mães de vítimas de violência de Estado são brancas. Caracteriza-se então como uma perspectiva de *luta* inclusiva, que diverge de uma perspectiva de *luta* exclusiva – em que somente os negros, ou seja lá qual outro grupo for, deveriam combater o genocídio.

Ao defenderem tal perspectiva, tanto a classe e raça são consideradas pelas Mães de Maio – o que já a difere daquela perspectiva exclusiva – quanto incluem um novo elemento nesta controvérsia, que não era contado naquela perspectiva exclusiva, que é a questão da família, ao tornarem a figura da mãe como a determinante na *luta* contra o genocídio.

Porém, existem duas camadas envolvidas nesta discussão. A primeira se refere a quem deve ser a *linha de frente* do combate ao genocídio, que para as Mães de Maio são as mães enlutadas, de qualquer raça, e para aqueles setores do MN do qual estou tratando deve ser os negros. Uma segunda camada, entretanto, se refere a quem mais pode compor

²²⁰ E é curioso observar que, geralmente, a quem causa um mal-estar uma tal formulação costumam ser pessoas que compreendem que “classe” é um “problema de branco”, como se dizer que o genocídio também é uma questão de classe fizesse “igualar” a condição do negro com a do branco. Esquecem-se estas pessoas que, se o branco pode ser massacrado por sua classe, o negro é duplamente massacrado, por sua classe e raça. As mulheres negras, então, sofrem uma tripla violência em uma sociedade que é também marcada pelo sexismo e por feminicídios (DAVIS, 2016; GONZALEZ, 1984).

esta *luta*, em outras posições que não na *linha de frente*, em cada uma destas diferentes concepções de combate ao genocídio contrapostas aqui.

Quanto a esta questão, para as Mães de Maio, qualquer pessoa, independente da sua raça, pode ser um *apoiador* e compor o *exército de filhos* na *luta* contra o genocídio. Já para aqueles setores do MN, encontram-se duas vertentes com compreensões distintas quanto a isto. Uma, a que denominei de exclusiva, postula que somente os negros devem combater o genocídio, seja em que posição for. A outra, considera que, apesar de somente os negros poderem ser a *linha de frente* deste combate, pessoas de qualquer outra raça também podem apoiar o enfrentamento ao genocídio.

As premissas que se encontram em disputa entre essas diferentes concepções – entre Mães de Maio e tais setores do MN²²¹ – remetem a distintas perspectivas políticas mais amplas. De um lado – dos setores do MN calcados na ideia da raça como o “problema do negro”, da classe como o “problema do branco” e do genocídio como algo que remete unicamente à raça, e, logo, que deve ser combatido pelos negros (seja considerando apenas a *linha de frente* exclusiva ao negro, sendo considerando toda esta *luta* exclusiva a ele) – verifica-se uma política que denomino de identitária.

De outro lado – das Mães de Maio alicerçadas sobre a concepção de que o genocídio é uma questão tanto de raça quanto de classe, e que, portanto, negros e não-negros podem e devem *lutar* contra o genocídio como *apoiadores*, mas o lugar de destaque desta *luta* remete à questão da família, e, por serem as mães as *parideiras* dos que morreram e dos que irão nascer, devem ser as mães, independente da raça, a *linha de frente* desta *luta* – encontra-se uma política que nomeio aqui como de aliança.

A política de identidade, também chamada de política identitária ou identitarismo, remete a um debate que surge nos anos 1970, nos Estados Unidos. Em seu contexto original, esta noção foi elaborada pelo grupo de mulheres negras, lésbicas e socialistas denominado de Coletivo Combahee River, que se referiam à política de identidade como uma forma de promover alianças entre diferentes grupos sociais oprimidos e classes

²²¹ Que não são exatamente os mesmos que Débora se referiu nas três críticas que vimos anteriormente. Todavia, a exposição que realizo agora não é apenas uma explicação daquelas críticas, mas um desdobramento delas, que remete a diferenças de perspectivas e atuação políticas que convivem naquele campo social tratado neste capítulo. A crítica e o conflito, lembremos sempre, não são reservados apenas ao distante e ao diferente, mas ao próximo e ao semelhante também. E apesar disso, compreender as distinções e semelhanças, distâncias e proximidades, ainda é tarefa crucial.

exploradas e precarizadas, de modo a compor uma *luta* popular e revolucionária (COMBAHEE RIVER; PEREIRA; GOMES, 2019).

Todavia, em razão de diversos processos históricos que transcorreram entre a década de 1970 e os dias atuais²²², a política identitária se transformou profundamente, tornou-se um modo de conciliação entre lutas antirracistas da população negra com ideologias burguesas e burocráticas, e arrefeceu o seu potencial revolucionário, servindo como forma de isolamento político de determinadas *lutas* em grupos fechados e considerados autossuficientes (HAIDER, 2019).

Também no Brasil a política identitária se expandiu entre movimentos sociais, sobretudo os diretamente vinculados às questões de raça, gênero e sexualidade, durante pelo menos as últimas duas ou três décadas, e com certos movimentos negros não foi diferente. Esta perspectiva ganhou força sobretudo entre parcelas destes movimentos negros de perfil mais juvenil, universitário, bastante atuante em redes sociais, que pautam o genocídio em uma chave exclusiva da raça, sem considerações sobre a classe como algo relevante para este fenômeno²²³.

Contudo, em que pese a proliferação de tendências identitárias em diversos movimentos sociais que atuam no mesmo campo social que as Mães de Maio, este movimento de mães promove uma atuação bastante diferenciada daqueles que aderiram a tal perspectiva²²⁴. E tal diferença pode ser melhor percebida quando observamos mais

²²² Processos históricos estes que, além de eu não ter a pretensão de reconstituir aqui, já foram lucidamente captados e expressos em seus aspectos fundamentais na obra de Asad Haider (2019), no que se refere aos Estados Unidos e à questão racial.

²²³ Este perfil, embora seja aquele em que a política identitária mais se difundiu, não foi o único. Diversos militantes com atuação em partidos políticos de esquerda ou em diversas organizações subsidiadas por fundações internacionais (como Ford Foundation, Open Society e Fundação Rockefeller), entre outros perfis, também aderiram à política identitária. Uma pesquisa sobre esse processo de difusão da política identitária entre movimentos sociais no Brasil, porém, ainda está por ser escrita por algum pesquisador que se dedique ao tema.

²²⁴ A discussão sobre identitarismo que aqui realizo tem a ver com a postura das mães diante de quem integra seu campo social e com como estas mães tecem suas alianças, e por isso é uma discussão relevante nesta dissertação, ainda que as mães não estejam falando literalmente as palavras “identidade” ou “identitarismo” – o que absolutamente não é necessário, nem para defender uma política de identidade, nem para se diferenciar dela. O que interessa é perceber como as Mães de Maio percebem e reagem a tal política dos atores relacionados a elas. Quando Débora, por exemplo e conforme trarei mais à frente, sente a necessidade de afirmar em um evento do movimento negro na Faculdade de Saúde Pública da USP que as Mães de Maio não incluem apenas familiares negros, mas também brancos, isto revela a necessidade de realizar uma demarcação de posição política (não identitária) que se difere de outras posições (identitárias) encontradas em alguns atores presentes em atividades no interior deste campo social.

de perto quais são as compreensões comuns sobre raça, racismo e antirracismo que estão imbuídas nas concepções por trás das políticas identitárias.

Segundo Haider, a política identitária restringe as possibilidades de os seus adeptos “pensar[em] a raça para além da fácil abstração teológica da identidade” (HAIDER, 2019, p. 36). Abstração teológica esta que, por exemplo, exalta negros que ascenderam a classes privilegiadas, como a de burocrata estatal, e então desataram – de modo a encontrar menor resistência popular do que se o mesmo ato fosse feito por um branco – uma série de políticas neoliberais que precarizaram as condições de vida dos negros.

Ao passo que tal abstração teológica desestimula a participação de pessoas negras em *lutas* por pautas antineoliberais e anticapitalistas – como a redução de mensalidades, do preço da passagem do transporte público, por emprego, aumento salarial e melhores condições de trabalho, entre diversas outras questões que são citadas pelas Mães de Maio na *Carta Final do I Encontro Internacional das Mães de Vítimas da violência do Estado*, em que relatam as múltiplas formas como o genocídio é praticado, além dos homicídios policiais – e que são consideradas como não relativas à questão de “raça”, sob a alegação de serem pautas de “brancos”, “embranquecidas” ou “desracializadas”.

Neste sentido, no que se refere especificamente à questão da raça, os identitários (adeptos das políticas identitárias) apregoam-se à ideologia racial tentando reverter a ideologia racial, uma construção política, cultural, social e histórica a serviço da dominação da classe dominante – que criou não apenas o racismo, mas a própria noção de “branco”, “negro” e outras fixações raciais – em um instrumento positivo e defensável.

Chega-se, desta forma, a uma naturalização desta ideologia racial, isto é, da própria noção de “raças” socialmente falando, e assim, – como é tomada como natural e eterna, podendo ser modificada em prol de uma “igualdade racial” – a ideologia da raça nunca é questionada (HAIDER, 2019).

Porém, esta perspectiva identitária deve ser superada, caso o objetivo seja uma transformação radical do mundo – objetivo este afirmado pelas Mães de Maio como sendo o delas também. Afinal, “é possível rejeitar o racismo e ainda assim perpetuar a ideologia da raça. Tomar a categoria de raça como dada e como base para a análise política reproduz essa ideologia. E isso não é inofensivo, porque na verdade a ideologia da raça é produzida pelo racismo, e não o contrário” (*ibid.*, p. 73).

Como o racismo é que produz a ideologia da raça, e não a ideologia da raça que produz o racismo (para que fosse possível haver um mundo racializado e de ideologia racial, mas sem racismo), “o projeto de emancipação requer a superação da ideologia de raça” (*ibid.*, p. 79). E esta é a perspectiva da *luta* de alguns dos movimentos não identitários, como as Mães de Maio, contra o genocídio: ainda que o genocídio seja também racializado, o projeto da sua superação é uma *luta* coletiva que não deve ser travada apenas pelos grupos racializados, mas por todos aqueles que desejam eliminar o racismo que racializou o mundo para oprimir, explorar e eliminar certas formas de vida.

Outra distinção relevante entre a política identitária e a política das Mães de Maio é que enquanto naquela “a luta contra o racismo fica reduzida à reparação de lesões individuais” (*ibid.*, p. 93) – o que não exige a superação desta sociedade como processo de superação do racismo, e assim, concilia-se bem com os interesses capitalistas –, na política das Mães de Maio, em sentido oposto, frequentemente é ressaltado que a *luta* dessas mães é por todos aqueles que foram vítimas das violências do Estado, e não apenas por seus próprios filhos. As mães, portanto, não apenas *lutam* com outros, que não mães ou seus próprios filhos, mas também por esses outros.

Dona Sônia afirmou que “então a gente tem que lutar pelos nossos mortos, pra eles terem voz, pra eles terem essa memória para sempre, perpetuada. Mas também temos que lutar pelos vivos para eles não chegarem a esse ponto” (UM MEMORIAL PARA MÃES E FILHOS, 2016). Esta perspectiva de *luta* das mães, deste modo, é aberta e ensejável à composição de coalizões, o que denomino de política de alianças.

Alianças que podem se dar em torno daquilo que Donna Haraway chama de coalizão por afinidade: “sua capacidade de ação não pode ter como base qualquer identificação supostamente natural: sua base é a coalizão consciente, a afinidade, o parentesco político” (HARAWAY, 2009, p. 49). Ou, ainda, como queira Judith Butler, aproximando-se do sentido original de “política de identidade” como esta composição política mais ampla que toma a diferença não como um erro entre identidades, mas entendendo que “a diferença é a condição de possibilidade da identidade ou, antes, seu limite constitutivo: o que torna sua articulação possível é, ao mesmo tempo, aquilo que torna qualquer articulação final ou fechada impossível” (BUTLER; 2017, p. 235).

Falando de alianças, considero que poucos textos conseguem expressar tão bem o que é o significado prático disto como a abertura da *Carta Final do I Encontro Internacional das Mães de Vítimas da violência do Estado*. Confirmam comigo:

Nós somos Mães.

Nós somos Mães Negras, Mães Indígenas, Mães Trabalhadoras, Mães Pobres, Mães de Favelas, Mães Periféricas: Nós somos Mães Guerreiras!

Nós somos Mães Sem-Teto, Mães Sem-Terra, Mães Donas de Casas e de Barracos, Empregadas ou Desempregadas, Mães de Secundaristas em Luta, Mães de Poetas e Mães Poetisas, Mães de Presidiários e Mães no Cárcere: Nós somos Mães Quilombolas!

Nós somos Mães de São Paulo, do Rio de Janeiro, da Bahia, de Minas, Guarani Kayowá do Mato Grosso do Sul; Mães Mogianas, de Osasco, Mães de Acari, Mães da Sé, de Manguinhos e das Baixadas, de todos os cantos: Nós somos Mães de Maio, de Junho, Julho e de todos os meses do ano!

Nós somos Mães Africanas, Mães das Favelas Brasileiras, Mães dos Estudantes Desaparecidos de Ayotzinapa (México), Black Mothers das (#)BlackLivesMatter dos EUA, Mães das Vítimas do Estado Colombiano, Madres e Abuelas de Plaza de Mayo da Ditadura Argentina, Mães da Faixa de Gaza (Palestina), Mães dos Rappers Presos em Angola, Mães da Paz e da Guerra de Libertação do Povo Curdo, Mães Latinas, Mães Asiáticas, Mães Norte-Nordestinas, Mães Retirantes, Mães Refugiadas: Nós somos Mães Sem-Fronteiras! (MÃES DE MAIO, 2018, p. 9).

As Mães de Maio destacam aqui a pluralidade do que é ser mãe, pluralidade esta que pressupõe a existência da diferença. E tal diferença, por sua vez, não se torna um limite intransponível diante do outro, mas condição de possibilidade para a aliança, como afirmou Butler.

Uma aliança que não orbita em torno de uma pauta única – embora não despreze o que é comum a todos, ainda que de diferentes formas, que é viver em um mundo dominado pelo capital – mas toma na multiplicidade de pautas e objetivos as condições concretas do exercício da solidariedade (BUTLER, 2017). Ou seja, trata-se de uma coalizão produzida por uma política de alianças que não apenas é aberta e inclusiva a pessoas de distintas raças ou grupos sociais, como incorpora nas suas próprias pautas demandas que são múltiplas, tomadas não como o interesse exclusivo de um determinado grupo.

As Mães de Maio são incansáveis produtoras destas políticas de alianças, e ao *lutarem* sempre pela constituição de alianças estendidas, a *luta* das Mães de Maio não se restringe aos limites nacionais, mas semeia frutos pela América Latina e mesmo em outros continentes, como registra a Imagem 16. Débora colocou que “as Mães de Maio elas não têm mais fronteiras. Porque a bala que mata lá, mata aqui também. Então as mães elas estão unidas a nível mundial pra barrar a rajada das metralhadoras” (UM MEMORIAL PARA MÃES E FILHOS, 2016).

Imagem 16: Sessão de fotos com mães de vários países. Na parte superior: ao lado esquerdo, Mães de Maio com Hebe Bonafini, presidente do *Madres de la Plaza de Mayo*, da Argentina; ao lado direito, *live* sobre violência de Estado na América Latina organizada pela Universidade de Harvard com participação de Yanilda Gonzalez (professora desta universidade), Jacqueline Castillo (*Madres de Falsos Positivos de Soacha y Bogotá*, Colômbia), Débora Maria, Cristina Salvador Bautista (*Madres y Padres de los 43 de Ayotzinapa*, México) e Rute Fiúza (Mães de Maio do Nordeste). Na parte inferior: ao lado esquerdo, Débora Maria com *Mothers of the Black Lives Matter*, Estados Unidos; ao lado direito: Débora Maria e Abla Saadat, mãe e militante palestina, esposa do secretário geral da Frente Popular para a Libertação Palestina, Ahmad Sa'adat.

Autores: Desconhecidos.

A solidariedade se torna internacional, e estas mães descobrem juntas que há muito mais em comum entre elas – mesmo em meio a todas as suas diferenças – como o fato de serem pertencentes a grupos considerados “matáveis” pelo Estado em cada um dos territórios de onde provêm. Assim, se a violência mortal é internacional, a *luta* das mães e familiares de vítimas desta violência vai se internacionalizando também.

Mas alianças cultivadas pelas Mães de Maio, que se baseiam em coalizões por afinidade e construção de parentesco político, utilizando estes termos de Haraway (2009), também são construídas pelo Brasil. Já vimos no capítulo anterior a longa história de

movimentos de mães neste país, e o quão tributárias a esta história as Mães de Maio se colocam.

Entretanto, as alianças tecidas pelas Mães de Maio não se dão apenas com movimentos de mães, e nem tão somente com alguns movimentos negros, mas com outros movimentos sociais de modo mais amplo, organizações, coletivos, militantes e instituições. Débora afirma que

Quando a gente tá fazendo uma manifestação, suponhamos assim, que agora não, agora a gente ajuda também, na Marcha da Maconha, vamo liberar maconha pra que? Pra classe média alta, fumar maconha liberal. Nós queremos que libere a maconha pra acabar com o encarceramento em massa. Ponto. Não é pra ninguém, pra classe média alta, fumar um baseadinho. Nós queremos, nós fomos pro Senado Federal pra poder a mãe, a Cidinha, ela ter o primeiro alvará de plantio, ainda bem que o *Face[book]* me mandou com lembrança essa semana, que eu tava no meio de várias autoridades no Senado Federal pra poder liberar pra essa mãe, porque nós não tamo ficando com [vida pra lamentar] o homicídio dos nossos filhos, nós ficamos [com vida] pra transformação do cidadão. Que a gente não pode pensar só no nosso próprio umbigo (DÉBORA MARIA, 2019a).

Débora relata que as Mães de Maio participam da Marcha da Maconha há alguns anos, através de uma relação de aliança que foi construída buscando significar este movimento a partir do que os negros, pobres, mães e periféricos também podem contribuir a ele, e receberem como contribuição reciprocamente.

Cidinha Carvalho, a mãe citada por Débora, é presidente da Cultive - Associação de Cannabis e Saúde, membro da Plataforma Brasileira de Política de Drogas (PBPD) e mãe de Clárian, uma menina portadora de Síndrome de Dravet, uma rara e grave doença que produz convulsões de difícil controle e que podem levar à morte súbita. Desesperada após ter tentado de tudo para ajudar sua filha e não obtido êxito, Cidinha descobriu que o canabidiol (também conhecido como CBD), substância encontrada nas plantas do gênero Cannabis, poderia evitar as recorrentes convulsões, de modo a controlar tal impacto da doença.

A partir daí, Cidinha *lutou* durante anos, inclusive judicialmente, para conseguir autorização judicial para cultivar a cannabis sativa em sua casa visando produzir o óleo medicinal para sua filha. Com a sua vitória, Cidinha se tornou a primeira mãe de São Paulo a ter o direito judicial de cultivar cannabis em seu domicílio, e serviu de referência e inspiração para outras mães em todo o Brasil que passam pela mesma *luta* com seus filhos. Débora e Cidinha se conheceram em meio a estas *lutas* de quem busca não o isolamento político, mas a tessitura de alianças.

Outro modo de demonstrar a abrangência do repertório político das Mães de Maio, que vai se formando não somente pelo convívio com outros agentes no seu campo social, mas através das várias alianças que vão sendo desenvolvidas com o tempo, é a rememoração que elas fazem das mais variadas chacinas, massacres e extermínios no Brasil, seja no campo ou na cidade, no centro ou na periferia, nas prisões ou nas esquinas. Mas mais do que a rememoração cerimonial, as Mães de Maio relembram estes casos relacionando-os com práticas de genocídio mais amplas que também levaram às mortes de seus filhos e dos filhos de tantas outras mães.

É o que podemos ver no trecho que segue, em que as Mães de Maio rememoram conjuntamente a Chacina da Candelária e o 30º aniversário de Paulo Alexandre Gomes, um dos desaparecidos forçados dos Crimes de Maio de 2006:

Hoje, dia 23 de Julho de 2012, fazem exatos 19 anos desde a Chacina da Candelária, tamanha covardia cometida contra crianças e adolescentes dormindo, já em situação de rua, na frente de uma das principais igrejas em pleno centro do Rio de Janeiro. Hoje também o nosso querido Paulo Alexandre Gomes, um dos desaparecidos políticos dos Crimes de Maio de 2006, estaria completando o seu jovial 30º aniversário de uma vida que, no entanto, fora interrompida violentamente por agentes da Rota quando ele tinha apenas 23 anos de idade. Hoje, em meio a nova onda de violência policial e à atuação desses exterminadores²²⁵, nós exigimos esta conversa e essas medidas urgentes da Presidência da República. Às crianças mortas na Candelária e ao jovem desaparecido Paulo Alexandre nós dedicamos esta nossa atitude de luta pela Verdade e por Justiça (MÃES DE MAIO, 2018, p. 125-126).

Em outra ocasião, Débora relembrou, em 02 de outubro de 2019, o Massacre do Carandiru: “hoje tá fazendo 27 anos do Massacre do Carandiru. Eu vim aqui porque o tema é importantíssimo para nós, mães. Mas eu num vim aqui só pra fazer falácia, eu vim aqui pra fazer uma reflexão junto com cada um” (DÉBORA MARIA, 2019b).

Já vimos em trechos destacados anteriormente as Mães de Maio relembrarem casos como a Chacina de Acari e o Massacre de Eldorado dos Carajás. Invocarem a memória destes mortos é sempre uma forma de dignificar, solidarizar-se e estimular alianças com os familiares das vítimas destas chacinas e massacres, bem como sinalizar que nenhuma morte será esquecida – e assim, demonstram abertura para apoiarem qualquer sobrevivente ou familiar de vítima de qualquer violação.

Ao tratarem de seus mortos, tratam também das mortes de outros casos, e ao falarem das mortes de outros casos, falam também dos seus próprios mortos. Esta postura

²²⁵ Referem-se aos assassinatos cometidos durante vários meses em 2012 no estado de São Paulo (DIAS, 2015).

política aproxima as Mães de Maio de diversos outros territórios, bem como de diversas outras temporalidades.

“Cemitério de Perus. Assista o filme *Apelo*, que eu sou protagonista desse filme. Vocês vão ver os enlutos, enterro de 30 corpos nas valas clandestinas que continua a céu aberto” (DÉBORA MARIA, 2019b), assevera Débora. “Não parou na ditadura. Quem pegou o fim da ditadura se enganou. Porque não houve revolução, porque deixaram a Polícia Militar para nós. Tá aí o retrocesso” (*ibid.*). A ênfase nas *vítimas invisíveis da democracia* das Mães de Maio não é um esquecimento às vítimas da ditadura. Ao contrário: é a partir do resgate das violações cometidas na ditadura – e mesmo muito antes dela, desde a escravidão – que se dimensiona a continuidade das práticas genocidas produzindo as vítimas da democracia.

Esta disposição política das Mães de Maio em torno das alianças se dá desde a formação deste movimento. “Mãe de Maio nasceu no estado de São Paulo, ela não nasceu para ficar chorando que meu filho morreu, passou disso” (DÉBORA MARIA, 2019a). Apesar da dor profunda e dos traumas, ao participarem das Mães de Maio, estas mães realizam este algo mais que Débora afirma que as Mães de Maio nasceram para fazer, que é *lutar* de acordo com a política das mães.

Desta maneira, mesmo quando *lutam* por seus filhos, o fazem em concomitância à *luta* por outras vítimas. Como disse Débora, “*meu filho é plural, meu filho não é singular*” (*ibid.*). E por que Débora afirma isto de seu filho? Porque “eu procurei sim, ser plural, transformar a vida dele, porque nós tamo numa *missão*. E a *missão* é fazer junção, e eu vejo vocês como também resistência que querem escutar eu aqui falando” (*ibid.*, grifos meus).

Débora transformou seu filho em plural ao transformar a vida e morte dele em uma *missão*: a de *lutar* por muitos outros filhos assassinados e desaparecidos. Sua *missão*, portanto, foi iniciada por seu filho já como morto ao visitá-la no hospital, mas esta *missão* vai muito além do seu filho isoladamente. Envolve buscar justiça para outras mães que partilham de semelhante perda, e de impedir que novos filhos tenham suas vidas ceifadas pela *ponta do fuzil* ou pela *canetada do doutor* – algumas das distintas formas em que o Estado mata.

“O Estado foi condenado pela morte do meu filho em 2012. Abriu jurisprudência. Mas eu queria que ele não... que não fosse o meu filho, por causa do meu filho, porque meu filho é plural” (DÉBORA MARIA, 2019b), relatou Débora. “O Estado tentou me travar, sabia que eu era liderança do movimento. E sabia que eu sabia da história, porque o policial ligou pra minha casa avisando” (*ibid.*), prosseguiu em seu relato.

Todavia, explana Débora, “mesmo que esse policial ligou dando uma de bonzinho, sendo amigo da família, sendo parente, primo, casado com a prima do meu filho, eu denunciei ele na Justiça. Porque eu jamais vou encobrir o assassino do meu filho. Ele não foi o assassino do meu filho, mas ele foi o assassino do filho de outra mãe” (*ibid.*).

Não importa que não tenha matado filho dela, o fato de ter matado o filho de outra mãe é suficiente para Débora agir em busca da responsabilização deste policial da mesma forma que faria se ele tivesse matado o filho dela, e independente de ele ser um parente dela. Afinal, parente ou não, um policial não compartilha com Débora a mesma relacionalidade que as Mães de Maio – que se tornaram com ela família, *irmãs*, para retomar a categoria utilizada pelas mães para se referirem umas às outras – compartilham.

Débora carrega incessantemente em sua prática a realização de alianças, e de fato encampa as *lutas* de seus aliados como as suas próprias *lutas*, sempre fazendo questão de explicitar que este é o seu modo de fazer política. “Aí quando [alguém] fala ‘bandido bom é bandido morto’, que ‘direitos humanos só defende bandido’, esqueça! Porque a gente tá lutando pela Cidinha, lutando pela Cidinha. *A gente luta toda frente de bandeira*” (DÉBORA MARIA, 2019a, grifos meus).

Parece-me que uma categoria de enorme importância nessa política de alianças das Mães de Maio é a de vítima. Débora asseverou que “ninguém vai olhar Mães de Maio, que nem as mães, a gente faz campanha com vítimas: vítimas foram nossos filhos. Quando a gente pega o microfone, quando a gente ocupa, a gente ocupa pra incomodar, não pra se acomodar” (DÉBORA MARIA, 2019b).

As Mães de Maio, ainda que sofrendo das sistemáticas repressões do Estado, não se consideram vítimas: essas são os seus filhos. E mesmo assim, a categoria de vítima surge aqui como central, a ponto de podermos entender a política de alianças das Mães de Maio como uma postura em prol de inúmeras vítimas, porque como mães e familiares

elas e eles *lutam* não apenas por si, mas sobretudo por suas vítimas e por todas as vítimas do *terrorismo do Estado*.

Enveredando uma análise por esta categoria, o trabalho de Cynthia Sarti (2011) apresenta-se esclarecedor e seminal. Sarti comenta a respeito da figura da vítima dizendo que “dentro da problemática do sofrimento associado à violência, a construção da pessoa como vítima no mundo contemporâneo é pensada como uma forma de conferir reconhecimento social ao sofrimento, circunscrevendo-o e dando-lhe inteligibilidade” (SARTI, 2011, p. 54).

A autora narra que na modernidade ocidental a figura da vítima nasce a partir de processos reivindicatórios de democracia e justiça e em busca de direitos civis, sociais e políticos. Percursos estes que se deram em meio a discussões sobre o sofrimento diante de catástrofes de ordens variadas, de guerras, acidentes e desastres naturais, bem como da emergente questão do reconhecimento entendido como necessidade humana elementar (*ibid.*).

Nesta esteira, alguns marcos significativos para a constituição da noção contemporânea de vítima que Sarti analisa foram as experiência de guerras e regimes totalitários no século 20, em especial o holocausto, que como consequência inscreveu a categoria de “crimes contra a humanidade”, e o desenvolvimento de uma nova conotação que a noção de vítima adquire com a psiquiatria na categoria diagnóstica de “Transtorno de Estresse Pós-Traumático (TEPT)”, suscitando abordagens terapêuticas relativas a ela (*ibid.*).

Mas a categoria de vítima não tem um significado atribuído apenas por organizações internacionais, Estados democráticos e instituições e agentes científicos. Também os movimentos sociais se apropriam e produzem proficuamente sentidos a esta categoria. Considerando estas diferenças, Sarti postula que a interação entre esses distintos sujeitos consolidou uma linguagem comum em torno da figura da vítima.

Deste modo, “a noção de vítima configura, assim, uma maneira de dar inteligibilidade ao sofrimento de segmentos sociais específicos, em contextos históricos precisos, que se produzem ou são produzidos como tal, conferindo legitimidade moral à suas reivindicações” (*ibid.*, p. 54). A autora enfatiza o caráter social da figura da vítima como forma de utilizar esta linguagem comum como modo de reivindicar reparações:

Se a violência produz inquestionavelmente vítimas e elas têm o direito legítimo à reparação, a questão está em localizar a figura da vítima na lógica social que a engendra, indagando sobre os agentes envolvidos e a gramática dos conflitos que fundamentam sua construção e problematizando os usos que a noção de vítima enseja como forma de legitimação moral de demandas sociais e políticas (*ibid.*, p. 56).

Sarti está aqui retomando o sentido social da expressão pública de sentimentos como a dor e o luto, tal como Mauss (1979) já havia pontuado em sua clássica obra. “Nessa perspectiva, a figura da vítima constitui uma forma socialmente inteligível de expressar o sofrimento associado à violência, legitimando demandas e ações sociais de reparação e cuidado” (SARTI, 2011, p. 56-57).

O que é bastante interessante nessa reflexão trazida por Sarti é que não apenas existe um caráter social e coletivo relacionado aos sentimentos, explicitado no processo de manifestação deles, mas também que tal manifestação dos sentimentos pode ser entendida como uma estratégia agentiva dos sujeitos que sofrem, um modo de exercer sensibilizações e convencimentos através da (re)elaboração pública de suas histórias.

Nesta perspectiva, não apenas o conteúdo das suas reivindicações, mas a forma como elas são feitas e a linguagem que se utiliza são tanto modos socialmente inteligíveis de expressão e reconhecimento, como também são estratégias políticas de sujeitos que se utilizam destes símbolos sociais para alcançar seus objetivos reivindicativos.

Deste modo, ao analisarmos a linguagem mobilizada pelas Mães de Maio para expressar na esfera pública as suas demandas, não devemos tomar esta linguagem – que se baseia em códigos criados por linguagens formuladas pelo Estado e por organismos internacionais, como a linguagem dos direitos humanos e a da justiça de transição – como uma espécie de prova de que as mães então consideram a via institucional como forma ideal de resolução de conflitos, ou ainda de que as mães estão sendo ambíguas com a crítica que fazem ao Estado.

Bruce Albert coloca que, para alcançar seus objetivos de “preservar suas terras, obter reconhecimento social e controlar seu próprio desenvolvimento”, os povos indígenas adotam uma estratégia de aderir a uma certa linguagem e compreensão estatais como forma de terem suas demandas reconhecidas e atendidas na esfera pública (ALBERT, 2014). Assim, segundo este autor, “o meio e o preço dessa legitimação é a auto-objetivação e negociação de sua alteridade como uma ‘cultura indígena’ emblemática” (*ibid.*, p. 134).

O modo como tal processo é feito é, geralmente, por “meio de um discurso político da etnicidade que toma emprestados muitos elementos da retórica oficial do ‘indigenismo’ estatal e de preocupações ideológicas (comunitarismo, culturalismo, ecologismo) de aliados não-governamentais dos povos indígenas” (*ibid.*, p. 134). De modo semelhante, as Mães de Maio elaboraram a estratégia de apropriação da linguagem dos direitos humanos e da justiça de transição em sua busca por justiça. Uma estratégia que, visando construir sua imagem como vítimas (SARTI, 2011) e familiares de vítimas, visa, assim, obter legitimidade pública para seu sofrimento, suas demandas e denúncias²²⁶.

Neste sentido, penso que a questão a observar não é se as Mães de Maio entram em contradição ao adotarem, em certas instâncias e discursos, uma linguagem da justiça de transição e dos direitos humanos. A questão a se observar é se as Mães de Maio se mantêm críticas a essa linguagem mesmo diante de sua estratégia em utilizar tal linguagem nos fóruns estatais e midiáticos visando obter reconhecimento público para suas denúncias e demandas. E se nós observarmos isto, veremos que nos seus eventos, atos e discursos políticos, e mesmo nas entrevistas, as Mães de Maio se mantêm críticas a essa linguagem e promessa estatais, ao mesmo tempo em que estrategicamente a utiliza nos âmbitos reivindicativos de sua *luta*.

O que unifica as Mães de Maio a diversos outros movimentos – forjando alianças que nunca devem se direcionar à eliminação das diferenças, mas ao potencial transformador dessas diferenças combinadas – é a questão de todos serem de alguma forma vítimas de violências de Estado e das precarizações da vida na sociedade capitalista

Porém, é preciso ressaltar que não se trata de “vítima” em um sentido identitário, como apenas aquelas pessoas que partilham das mesmas vulnerabilidades e foram alvos das mesmas violências que eu ou somente constituem o mesmo grupo social – como negros que apenas se aliam com outros negros, mulheres com mulheres etc. –, mas sim de vítimas no sentido mais amplo do termo, como um elemento comum entre grupos distintos e heterogêneos, mas marcados pelas mais diversas violações.

Violações estas que podem se dar como violências cometidas pelo Estado ou através dele, nas periferias, em manifestações, em ocupação urbanas e rurais, quilombos,

²²⁶ Em uma discussão semelhante, Adam Kuper analisou como movimentos sociais se apropriam de conceitos antropólogos em suas estratégias reivindicativas (KUPER, 2002)

aldeias no campo ou na cidade, a pessoas em situação de rua, a detentos, imigrantes e refugiados, prostitutas, sem terras, sem teto, desempregados, subempregados, vendedores ambulantes, trabalhadores em greve, torcidas organizadas, autonomistas, anarquistas, autogestionários, familiares enlutados... Basicamente, alianças que podem se formar a partir de violações comumente cometidas contra grupos oprimidos e classes exploradas e precarizadas, isto é, a maioria da população, com todas as suas distinções.

No entanto, como comentei acima, dispor-se a uma política de alianças não significa evitar conflitos com aqueles que deveriam estar ao seu lado, ou efetivamente estão, ou estão ao lado de quem é seu aliado. As críticas que vimos das Mães de Maio a alguns movimentos já exemplificam isto. Mas aqueles movimentos negros não são os únicos que atuam no mesmo campo social que as Mães de Maio e receberam críticas delas por certas ações. Os partidos políticos de esquerda também são alvos frequentes destas críticas.

Já vimos acima uma crítica das Mães de Maio aos partidos, ao dizer que elas não se submetem às suas candidaturas, governos e agendas, e por isto, são *boicotadas*. Trata-se de uma crítica que as mães fazem a certos MN de atuação vinculada a partidos políticos. Além desta crítica, as mães endereçaram a estes e a outros movimentos negros, bem como a certas organizações de esquerda, a queixa a respeito do *abandono*.

Francilene Gomes questionou a esquerda²²⁷ pelo modo como ela não discute o extermínio em proximidade com os familiares, e como não apoia aos familiares, mesmo durante a pandemia:

a gente tá com um discurso muito hipócrita dentro da própria esquerda, né? Então muitos grupos dentro da própria esquerda ignoram esse debate ou só fazem esse debate de forma acadêmica, distante do que a gente vive no cotidiano. E são falas que não se concretizam, não se concretizam. É uma coisa assim que fica no abstrato, longe das famílias, longe das vítimas e a gente tem

²²⁷ Reproduzo a grafia “esquerda”, no singular, por ser esse o modo como as próprias Mães de Maio estão se referindo também às esquerdas, se preferirem chamar no plural. Mas independente desta grafia, penso que as Mães de Maio não considerem a “esquerda” como algo homogêneo, tendo em vista as próprias aproximações e distanciamentos dessas mães com diferentes setores das múltiplas esquerdas existentes. Na crítica das mães, não se referem elas apenas a uma dessas esquerdas, mas a ela em um sentido amplo, em que pese a expectativa positiva que depositavam não fosse à “esquerda” em geral, mas em certos coletivos, militantes e redes que consideram como seus *apoioadores*. No processo de leitura destas falas, é preciso considerarmos que, se existem restrições morais e éticas aos acadêmicos ao escreverem um texto, visando evitar os constrangimentos de certas exposições que poderiam ser lidas como impertinentes e assim prejudicar relações de modos talvez irreparáveis, restrições semelhantes também hão de haver às mães que fazem publicamente estas críticas. E talvez por isso elas tenham preferido fazerem falas indicando uma esquerda no singular e mais genérica, ao invés de dar nomes aos bois. O mesmo pode ser pensado em relação às críticas que elas fazem ao movimento negro.

sentido muita falta disso, muita falta mesmo. Principalmente nesse momento de pandemia que nós ficamos em isolamento por conta do COVID, mas a polícia ficou nas ruas matando indiscriminadamente e os familiares de vítimas, como nós, principalmente os familiares de famílias mais vulneráveis, ficaram absolutamente abandonados. Abandonados. Então acho que até os, sei lá, os três meses, a gente tá no quinto mês de pandemia. Até o terceiro mês as mães não tinham recebido nenhuma ajuda, nada! Nem um telefonema: “Olha, vocês estão precisando de alguma coisa? Como vocês estão se virando sem o emprego de vocês, sem renda?”. Nada! Então, assim, infelizmente, é uma esquerda que é totalmente contraditória com o que fala. Então, isso, mais do que nunca, é importante a gente falar do extermínio, sim! (DIREITOS HUMANOS..., 2020).

Deste modo, a esquerda é criticada por não falar do extermínio na linguagem e nas ações conjuntas com as mães, mas apenas discursar sobre e se isolar na academia e em instituições, assim como por não oferecer apoio às mães mesmo na pandemia, *abandonando-as*, demonstrando o esquecimento – ao nem mesmo perguntar se elas estavam bem ou se precisavam de algo – que tanto incomoda as Mães de Maio, como já apontaram na crítica ao movimento negro.

Mas além destas críticas acima, as Mães de Maio ainda fazem outra crítica contundente aos partidos de esquerda que não observamos serem feitas ao MN. Trata-se da relação que estes partidos possuem com o poder, e da defesa que fazem do Estado mesmo em instituições extremamente questionadas, como as instituições policiais. Para falar sobre esta questão, regressarei a um evento em que estive presente em 2019.

No dia 02 de outubro de 2019, o Coletivo Negro Carolina Maria de Jesus, da Faculdade de Saúde Pública da USP, organizou um evento chamado Outubro Negro, voltado a discutir diversas questões relativas à população negra. Neste dia, uma mesa foi formada com o tema “Quem ganha com a militarização? Violência do Estado e saúde da população negra”. Duas mulheres negras foram convidadas para compor esta mesa: Débora Maria da Silva e Mônica Seixas, deputada estadual de São Paulo e membro da Bancada Ativista do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL).

Esta mesa ocorreu em um auditório aparentemente com capacidade para cerca de 100 pessoas, e ele estava com boa parte de suas cadeiras ocupadas pelos presentes. Deste público participante, havia muitas pessoas negras, a maior parte de estudantes da própria Faculdade de Saúde Pública, eu diria. De *apoiadores* constantes das Mães de Maio, estávamos eu, Fran e Mariana Coura, a Mari, que quase sempre é responsável por montar uma banquinha com os livros, camisas e moletons do Movimento Mães de Maio para serem vendidos.

As falas iniciais de Débora e de Mônica trataram de elementos como a violência policial, a *luta* dos familiares de vítimas, o conservadorismo dentro das instâncias estatais, a importância da desmilitarização da polícia e o racismo estrutural que vivem os negros no estado de São Paulo. Estas falas foram bem recebidas umas pela outras, bem como pelo público presente no auditório.

Todavia, quando vieram as perguntas dos ouvintes, e as respostas subsequentes, este clima mudou repentinamente. Francilene havia lido naquele mesmo dia, em uma postagem compartilhada na página do *Facebook* das Mães de Maio, que a Bancada Ativista do PSOL havia apresentado um Projeto de Lei (PL) voltado à “proteção ao policial que tenha recebido ameaça ou tido sua família ameaçada” e “atendimento médico, tratamento psicológico e terapêutico de forma prioritária à vítima [o policial] e seus familiares”, o PL de nº 1.051 de 2019.

Francilene perguntou então para a deputada ali presente alguns detalhes deste projeto, como de onde viria a verba para ele, e se não seria possível também incluir neste PL a assistência psíquica às mães e familiares de vítimas da violência cometidas por policiais. Logo no início de sua fala, a deputada Mônica Seixas explicou que era ela mesma a autora do PL, e deu os esclarecimentos à pergunta de Fran em sua resposta. Em suma, a deputada alegou que um tratamento psicológico aos policiais poderia reduzir a violência policial, à medida em que retiraria da rua policiais com sofrimento mental grave e ofereceria acompanhamento terapêutico a eles, evitando que cometessem violações em serviço.

Uma frase emblemática utilizada pela parlamentar, e que é comumente utilizada como justificativa para chamar a atenção das violências que também sofrem os policiais, foi a de que “a polícia no Brasil é a que mais mata no mundo, mas também é a que mais morre”. No entanto, antes mesmo de trazer a resposta de Débora para a deputada, quero destacar a falsa simetria que caracteriza este argumento tão frequente.

Ainda que esta frase seja verdadeira, ela é utilizada de modo pouco esclarecedor, para não dizer obscurecedor em certo sentido. O que tal afirmação pura e simplesmente não revela é que a polícia mata em uma proporção gigantesca maior do que morre. Segundo dados divulgados pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) no *Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2020*, em 2019 6.375 pessoas foram assassinadas por policiais no Brasil, ao passo que 172 policiais foram mortos no país neste

mesmo período (BUENO; LIMA, 2020, p. 76, p. 87). Para cada policial morto, 37,06 pessoas foram assassinadas por policiais, de modo que a ideia que aquela afirmação poderia promover, de que a polícia tem sofrido tanto quanto tem feito sofrer, é falsa.

Comparando-se temporalmente, entre 2018 e 2019, menos policiais morreram e mais pessoas foram mortas por policiais. Enquanto em 2018, 313 policiais haviam sido mortos, em 2019 este número reduziu para 172 policiais. Já no caso das vítimas de homicídio policial, enquanto em 2018 foram mortas 6.175 pessoas, em 2019 este número aumentou para as 6.375 pessoas assassinadas por policiais a que me referi (*ibid.*, p. 76, p. 87).

Além disso, outro detalhe não dito e que conduz a conclusões falseadas é que a principal causa de morte de policiais não é o assassinato em decorrência de confronto em serviço, mas é o assassinato que ocorre com os policiais fora de serviço, quando estes se encontravam à paisana, e assim, não estavam envolvidos em operações policiais “de risco” e com “trocas de tiros”.

Este mesmo relatório do FBSP aponta que, dos 172 policiais militares e civis mortos em 2019, “62 (6 policiais civis e 56 policiais militares) foram mortos em serviço, e 110 (9 policiais civis e 101 policiais militares) foram vitimados fora de serviço” (*ibid.*, p. 76), de modo que 64% dos policiais mortos estavam fora de serviço. Outra causa de morte de policiais mais recorrente do que o homicídio em serviço é o suicídio: em 2019, 91 policiais da ativa cometeram suicídio (*ibid.*, p. 79), o que também demonstra que “a polícia que mais morre” morre em menor quantidade por assassinato em serviço do que de outros modos.

Quando Débora recebeu o microfone novamente, após a resposta da deputada para as perguntas que lhe foram feitas, retomou a questão deste PL e se mostrou profundamente indignada com tal projeto. Débora insistiu que é preciso desmilitarizar a polícia e as instituições de modo geral para reduzir a violência praticada pelo Estado. Mas “repensar a militarização não é só pensar a figura do policial. Tem siglas partidárias que defende, defende ele como trabalhadores de segurança pública. Eu jamais, nós mães jamais vamos aceitar que assassino seja uma profissão. Jamais!” (DÉBORA MARIA, 2019b).

Deste modo, Débora asseverou que os deputados e seu partido deveriam focar na questão da desmilitarização das polícias:

Eu acho que vocês tinham que fazer uma campanha pela desmilitarização das polícias. A campanha foi encampada pelo movimento negro, entendeu, porque ele copiou e colou das mães, e não levou avante, porque é um copia e cola assim muito rico, só olhar quando tá... enfim... É uma campanha que não avançou, não avançou. As pautas das mães elas sempre são sequestradas (*ibid.*).

Ao invés de proporem tal desmilitarização, este partido, e a esquerda, reportada nesta fala de maneira mais ampla, estariam insistindo na manutenção dos policiais na estrutura militar em que se encontram:

Agora, é inadmissível que já que se tem uma bancada ativista que faça uma proposta, porque eu já discuti, já fiz mesa com Orlando Zaccone²²⁸, antifascista, só que ninguém quer largar o distintivo. Todo mundo quer ser esquerda, mas com distintivo no peito, entendeu? De Policial Militar, Policial Civil. Que a Polícia Civil ela é militarizada também! (*ibid.*).

Assim, Débora aponta um desejo dos policiais, mesmo aqueles assim chamados antifascistas, de não largarem o distintivo, mas se manterem nesta estrutura de poder policial. E esta posição estava sendo reforçada por tal campanha de um partido de esquerda, muito próximo a estes policiais progressistas, vale lembrar²²⁹.

“Tratar eles, tá lá na página [do *Facebook*] das Mães [de Maio], quem quiser fique à vontade pra ler, eu postei esse projeto e falei ‘vamo tratar os policiais pra continuar matando os nossos filhos’” (*ibid.*), assinalou Débora. Assim, na compreensão de Débora, o tratamento aos policiais não serviria como forma de redução da violência policial, como prometia o referido PL e a deputada autora ali presente, mas os trataria enquanto eles seguiriam matando os *nossos filhos*, das Mães de Maio e de outras mães.

“Porque a primeira visão que tem que ter é quem? As vítimas que esses homens produz. Você não tem noção do que esses caras fazem com as mães!” (*ibid.*), protestou Débora. Olhar primeiro para os policiais do que para aqueles e aquelas que eles violentam é o ponto central da indignação de Débora. “Enfim, é uma boa ideia, mas eu não assino embaixo. Eu acho que invés de cuidar primeiro dos policiais, cuidasse dos que eles deixam agonizando” (*ibid.*).

²²⁸ Delegado da Polícia Civil do Rio de Janeiro, integrante do coletivo Policiais Antifascistas, conhecido por defender pautas progressistas como a descriminalização das drogas e por criticar a política de Segurança Pública do Rio de Janeiro.

²²⁹ Constituiria uma pesquisa bastante interessante analisar o investimento político que partidos de esquerda têm feito nos últimos anos em “disputar” as instituições policiais e ao mesmo tempo dar mais poder a alguns de seus agentes, lançando e apoiando policiais progressistas como candidatos em eleições para o executivo de cidades como Salvador (como a Major Denice, candidata a prefeita pelo PT) e Rio de Janeiro (a exemplo do Coronel Ibis Pereira, candidato a vice-prefeito pelo PSOL) nas eleições municipais de 2020, de modo semelhante à como partidos de direita já fazem há muitos anos no Brasil com policiais conservadores.

Questiona-se aqui, com a rejeição de Débora, o fato de políticos e partidos de esquerda se sensibilizarem primeiro com o sofrimento de policiais do que dos familiares de suas vítimas.

E os policiais pode cuidar, porque eu só... eu acredito ainda... eu acredito, é uma profissão que tem um edital, uma inscrição que é mais concorrida no Brasil, por quê? É nazismo? É sadismo? A gente não sabe dizer qual é desse nome. E a gente vê bancadas política, partidária, achar esses profissionais como “coitadinho”. Gente, eles mata! Cruel, eles são cruéis e calculista. Eles são cruéis e calculistas! Quem faz isso? (*ibid.*).

“Quem estuda direitos humanos é o comandante?”, questionou Débora, antes de prosseguir: “o comandante estudou direitos humanos até ele não [fazer] acontecer a Chacina de Osasco, pra gente meter o dedo na cara dele e falar que ninguém intimida Mãe de Maio” (*ibid.*). Débora então perguntou, desorientada, o que faz com que as pessoas sintam tanta atração por uma instituição tão ostensivamente violenta como a polícia, e como eles podem ser vistos como vítimas, ou *coitadinhos*, se são produtores de tantas mortes e perseguições de maneira *cruel* e *calculista*.

É preciso olhar primeiro para as mães das vítimas da violência policial porque elas “sofre[m] todo tipo de retaliação, criminalização. Tanto dos policiais que ficam, eles não são ‘coitadinho’, porque quando eles matam, e depois eles torturam os familiares. Eles continuam. Então eles não são... eles são psicopatas! A instituição faz esses homens ser psicopatas. E depois, com certeza, psicopata cai doente” (*ibid.*), diagnosticou Débora.

Por isto, conclamou Débora: “agora vamos cuidar das mãezinhas porque tá cuidando das suas mães. As que são... sofridas, guerreiras” (*ibid.*). Particularmente, considero o conflito naquele auditório, naquele dia, bastante sintomático de um conflito mais amplo entre movimentos que *lutam* autonomamente e por autonomia política e financeira e movimentos e instituições que *lutam* seguindo a lógica do Estado, encarnando-a, revitalizando-a, expandindo-a, progredindo-a e a defendendo.

Não julgo necessário dissertar aqui acerca de inúmeras situações de conflitos envolvendo movimentos sociais mais ou menos autônomos e instituições que seguem a lógica do Estado, situações estas inclusive envolvendo movimentos de mães, como narram de maneira mais explícita Morawska (2018) e Brites e Fonseca (2013). Quero registrar apenas que o conflito mencionado acima se inscreve no interior da crítica das Mães de Maio aos partidos políticos, que, por sua vez, expressa conflitos entre movimentos autônomos e movimentos e instituições estatistas.

Destacando outra característica deste conflito, Débora, em outra ocasião, comentou:

E eu digo mais: a *missão* que o meu filho me deu de fazer um levante e parir uma nova sociedade eu vou construindo devagarzinho, passo a passo, a luta das mães ela não tem siglas partidárias, escrevam. A luta das mães não tem siglas partidárias e nem pode! Porque o nome já fala, “partidária”, parte na sociedade. E a gente não podemos excluir, nós não somos mulheres excludentes, jamais (DÉBORA MARIA, 2019a, grifos meus).

As Mães de Maio não são excludentes, mas incorporam as diferenças em sua política de alianças, calcada em uma perspectiva e prática inclusivas, e por isto, não compartilham a lógica partidária de separação por siglas. Diferente desta lógica, para as Mães de Maio não há elementos preestabelecidos que separem ou unifiquem elas de outros: estas proximidades e distanciamentos se dão na *luta*, em afinidades constitutivas de coalizões e formadoras de alianças por meio de um parentesco político.

O objetivo das mães não é a vitória de seu candidato ou de seu programa institucional, como nos partidos, mas sim a conquista das reparações para os familiares de todas as vítimas do *terrorismo de Estado*, pelo fim do genocídio e pela transformação desta sociedade. Neste sentido, as mães não *lutam* pela conquista ou manutenção de cargos, por inserção nos aparatos estatais – na verdade, já negaram convites para assumirem estas posições, como Débora ressaltou em outra fala. Tampouco se pautam em práticas de conciliação institucional em lugar da defesa de pautas talvez impopulares, mas necessárias, como a ampla desmilitarização das polícias e instituições estatais.

A autonomia constitui outro princípio básico na política de alianças das mães. A ênfase das Mães de Maio de que seu movimento e suas ações são feitos *nós por nós mesmas* é visível em frequentes falas, bem como até mesmo no nome de sua editora de livros – Editora *Nós por nós* – e no nome completo do movimento: Movimento *Independente* Mães de Maio.

Contudo, a autonomia das Mães de Maio não é colocada apenas frente aos partidos políticos e ao Estado, mas também frente aos *oportunistas* – que podem se referir, a depender da situação, tanto a pesquisadores acadêmicos, quanto a certos movimentos sociais e militantes, quanto a políticos e partidos de esquerda –, que buscam as mães para obter benefícios pessoais de várias maneiras, inclusive através de editais de fomento. Quanto a estes, Débora afirma que a *luta* das mães não irá parar enquanto os *é-di-tais* não forem *é-di-todos*.

Débora afirmou durante uma *live*, em alto e bom tom:

Nós acreditamos no poder do povo, da transformação, é por isso que nós estamos na luta. Nós somos o Movimento Independente Mães de Maio! Nós não temos vínculos com siglas partidárias. Porque lá no final, elas se unem e é omissso. Porque se teve tempo de fazer essa transformação e não fizeram! (DIREITOS HUMANOS..., 2020).

Sua autonomia e independência política e financeira são alguns dos elementos que as Mães de Maio mais se orgulham em afirmar. Autonomia esta que elas contrapõem aos partidos e remetem a *lutas* históricas da população negra frente ao poder, como nos quilombos: “nós viemo aqui pra se aquilombar. E dizer que a *quilombação* tá se organizando pra tomar o poder. Porque ninguém aguenta mais 60 mil mortos por ano. 60 mil Mães de Maio por ano” (DÉBORA MARIA, 2019b). “*Nós somos ingovernáveis*”, afirma Débora Silva.

A manutenção da autonomia é o que impede que as Mães de Maio sejam aparelhadas ou cooptadas por partidos ou governos, e assim, passem a “fazer parte do sistema” que criticam, como alertou Débora. Deste modo, além de ser apontado como o elemento mais decisivo na sua resistência a uma tentativa de neutralização das mães por parte do Estado, a autonomia é considerada como necessária para alcançarem o objetivo final da *luta* das Mães de Maio: a transformação social.

Assim as mães se pronunciaram quanto à questão da importância da *luta* autônoma:

há o desafio simultâneo de pensar formas alternativas e autônomas de organização e de resolução de conflitos que apontem, na prática, *para além das necessidades imediatas* e do horizonte rebaixado de expectativas que a realidade nos impõe, buscando construir (ou vislumbrar) *formas realmente emancipatórias, não punitivas e efetivamente livres de sociabilidade – portanto, anticapitalistas* (SILVA; DARA, 2015, p. 87).

Como uma das medidas para isso, apontam “o combate permanente às formas de burocratização de nossas organizações” (*ibid.*, p. 87). As organizações autônomas, portanto, enfrentam intentos de convertê-las em organizações burocráticas²³⁰.

Para o fortalecimento da política de alianças das Mães de Maio, é fundamental então não apenas fortalecer a autonomia desta organização das mães, como também reforçar a importância das redes autônomas de aliança e solidariedade:

²³⁰ Neste sentido, os livros de Nildo Viana, *Manifesto Autogestionário*, e de Lucas Maia, *Nem Partidos, Nem Sindicatos: A Reemergência das Lutas Autônomas no Brasil*, apontam elementos teóricos e históricos importantes para pensar o processo das lutas autônomas e autogestionárias (VIANA, 2015a; MAIA, 2016).

Para isso contamos com uma dinâmica rede silenciosa de companheiros e companheiras, de coletivos e movimentos parceiros, com os mais diversos perfis, que fazem a contenção e garantem a retaguarda para que nós, mães e familiares, fiquemos na linha de frente, buscando caminhar e construir, junto com eles e com outros movimentos populares autônomos, horizontes além daqueles impostos pelo sistema atual (*ibid.*, p. 87-88).

Portanto, a autonomia na *luta* e a *luta* pela autonomia, que se expandem nas políticas de aliança delas, apresentam como via de acesso para a transformação social o desenvolvimento de novas coalizões com organizações e movimentos igualmente autônomos.

Preveem, assim, que “a construção de algo realmente novo passará, necessariamente, por essa teia silenciosa que vem sendo construída conjuntamente, nos últimos anos no Brasil, por uma série de coletivos, organizações e movimentos autônomos, antiburocráticos, antirracistas e anticapitalistas” (*ibid.*, p. 88).

“O Estado mexeu com a mãe errada. Eu falo isso, e falo assim abertamente pra qualquer comandante. O Estado mexeu com a mãe errada” (*ibid.*), garante Débora a seus ouvintes. E não apenas a elas: Débora faz questão de dizer para os próprios agentes do Estado para que eles saibam o teor da sua crítica. “A gente tá falando de violência policial porque a gente fala que uma mãe não pede pro filho ser bandido. Quem o faz é o Estado, com a falta de oportunidade, com a negação de vários direitos, vários direitos, quando se nega” (*ibid.*).

Márcia Gazza compartilhou sua reflexão de que “o jovem, ele não arruma emprego. Ele vai pra biqueira trabalhar lá. Porque ele não tem o Estado que dá uma base, uma ajuda, entendeu? Nós não temos!” (DIREITOS HUMANOS..., 2020). Se o Estado não gera oportunidade para estes jovens e nega seus direitos, o que mais lhes resta? E o que mais o Estado faz por eles?

Faz, asseguram as mães, não ações que visam auxiliar a vida destes jovens, mas ações que, em consonância com as negações anteriores, complementam o genocídio. Quanto a isto, Débora afirma: “a Fran traz uma situação, porque a faceta do genocídio das nossas vidas, ela começa dentro da barriga! Dentro da barriga de uma mãe, né? Quando a gente vê grávidas parir filhos dentro do sistema prisional” (*ibid.*). O genocídio atinge os filhos antes mesmo que possam nascer, através das violências impostas às suas mães.

“Ou então, não ter direito nem a parir, como o caso da Ana Paula. Que ela foi executada com um tiro na barriga. E aquela pessoa que matou a Ana Paula, ela já falou: ‘Filho de bandido, bandido é!’”. E a Ana Paula, ela trabalhou durante o dia num balcão de uma padaria” (*ibid.*). Com isto, Débora expõe que não se trata de a violência do Estado atingir a estas pessoas apenas privando-as de um emprego e as obrigando a viver como vendedoras no comércio varejistas de drogas ilegais e serem criminalizadas. Trata-se de a violência estatal atingi-las mesmo quando, a despeito de todas dificuldades, elas conseguem um emprego, trabalham arduamente, e ainda assim são assassinadas e criminalizadas²³¹.

Trabalhar como gente honesta e morrer como bandido não seria uma frase coerente com o que temos aqui. Mais correto seria dizer: trabalhar como todos os pobres, e morrer como todos os criminalizados pelo Estado. Dedicar tanto suas energias vitais ao trabalho e ainda morrer sob a acusação retórica de “vagabundo” ou “bandido” choca e indigna profundamente mães como Dona Sônia e July – esta, em especial, relata que o último dia de vida do seu filho foi trabalhando até tarde da noite, e que a última imagem que ela tem de seu filho Emerson é dele com as roupas sujas de tinta de uma casa que estava pintando.

Débora aponta: “é, assim, assustador de ver que o trabalhador empobrecido é tratado também como bandido. Mas, por quê? Porque não fizeram uma leitura, não fizeram uma leitura no tempo da ditadura. A ditadura é dentro da favela e da periferia, a ditadura nunca acabou” (*ibid.*). Outra vez, Débora aponta a inexistência prática da democracia com suas promessas nas periferias, o que corresponde ao cenário de falta de direitos sociais descritos acima:

A democracia, ela nunca passou por uma favela, por uma periferia onde não tem saneamento básico, não tem uma moradia digna, não tem saúde! O que tem bem presente, é o Estado! Por isso que eu digo que o Estado é muito bem preparado. Pra nos eliminar de tudo que é forma! Os descartáveis. E nós não somos descartáveis! (*ibid.*).

Diante deste cenário de negações radicais, restringindo-se as possibilidades de usufruir de condições de vida adequadas e praticando-se constantemente atos de extermínio, as Mães de Maio asseveram que os direitos humanos “é o mínimo que o Estado, que o poder público pode nos dar. Os direitos humanos que é nosso!” (*ibid.*),

²³¹ Débora destaca em diversas ocasiões que seu filho, Rogério, foi assassinado pela polícia em uma calçada em que ele tinha varrido pela manhã, efetuando seu trabalho como gari, em frente ao posto de gasolina em que ele parou para colocar combustível em sua motocicleta.

afirma Márcia Gazza. Em meio a um contexto em que as pessoas não possuem na prática direito a nada, apegar-se aos direitos humanos aparece, neste caso, como um apego a ao menos ter direito à vida.

É tão somente nesta escala mínima, do direito mais irredutível à vida, e não como promessas humanitárias de “direitos iguais” – como ventilado a nível internacional no discurso liberal de inspiração iluminista –, que as Mães de Maio se utilizam da linguagem dos direitos humanos. Vemos aqui a realidade visceral de movimentos como as Mães de Maio e do *Black Lives Matter*: não estão sequer dizendo que suas vidas são igualmente importantes às dos brancos de classes superiores, estão apenas dizendo que suas vidas – vidas negras, pobres e periféricas – importam. E mesmo defendendo este grau básico de exigência, encontram inúmeras dificuldades para atingirem os objetivos destas suas *lutas*. Afinal, como afirma Débora, “o direitos humanos não bateu na minha porta, eu me transformei numa professora de direitos humanos” (DÉBORA MARIA, 2019a).

O que significa no caso das Mães de Maio fazer uma *luta* contra o Estado? E como é possível em certos momentos rechaçar este Estado, e em outros momentos demandá-lo? As mães colocam que são submetidas todos os dias a uma “devastação física, psíquica, moral e material”, e que, portanto, a reparação que o Estado lhes deve “é o mínimo que deveriam nos assegurar, e que nós fazemos questão de *arrancar como direito à (re)existência*” (SILVA; DARA, 2015, p. 87).

Sendo assim, as demandas do Movimento Mães de Maio são vistas não como favores a serem obtidos a partir da benevolência dos governantes, mas como exigências legítimas que representam sempre o mínimo do que o Estado deve fazer. Isto quer dizer que “o Estado nos deve” (ILZA SOARES, 2020b), e que esta dívida é uma dívida impagável, que não vem apenas de maio de 2006, mas de todos os séculos em que estas famílias e seus ancestrais pobres, negros e marginalizados foram oprimidos, violentados e explorados – através do trabalho que produziu riquezas para os senhores escravistas e ergueu este país. E esta dívida impagável (FERREIRA DA SILVA, 2019) do Estado e da sociedade capitalista em relação a estas famílias não se reduz, mas tão somente acumula com o passar do tempo.

Viver na adversidade (HIRATA, 2010), para estas mães, não é viver apenas apesar do Estado, mas também contra o Estado. Organizadas de maneira autônoma, realizam uma *luta* autônoma que inevitavelmente se dá não apenas “paralela” ao Estado, mas

contra o Estado, uma vez que é contra a forma burocrática de organização da sociedade e pela transformação da sociedade capitalista.

Assim, *lutar* contra o Estado significa combater a lógica burocrática de organização social, defender a autonomia e a independência financeira e política como formas de combater a subordinação das organizações e redes militantes às instituições, produzir uma controvérsia radical das possibilidades de resolução institucional dos conflitos (seja pela via penal, pela via humanitária ou qualquer outra), encarar suas demandas como exigências a um Estado que possui e amplia constantemente uma dívida impagável, vincular suas *lutas* por demandas imediatas com suas *lutas* por transformação social.

Em uma das *lives* em que participaram as Mães de Maio, Francilene comentou:

Então, a polícia não é despreparada, ela é exatamente preparada pra deixar os meninos negros, os meninos pobres aonde eles devem estar. E, pra essas pessoas, pra burguesia, pra esse Estado fascista. Ou na prisão, ou num caixão. Ou, como é no caso do meu irmão, enterrado em algum lugar por aí que a gente até hoje não sabe (DIREITOS HUMANOS..., 2020).

Fran afirma aqui algo muito semelhante ao que Lélia Gonzalez já havia falado décadas atrás, conforme vimos no capítulo anterior. Débora reforça o que afirma Fran e diz que “eles [os policiais] são muito bem treinados! Eles são muito bem treinados! Eles são treinados. *O que a gente precisava, é não ter polícia*” (*ibid.*, grifos meus).

“Então, o que nós queríamos [é] que a gente tivesse uma desmilitarização das nossas vidas” (*ibid.*). Desmilitarizar²³² as vidas é retirar o caráter policial de todas as instituições, bem como dar fim às polícias. Neste sentido, “a gente precisa da reforma do judiciário. Porque o judiciário também é militarizado” (DÉBORA MARIA, 2019b). A

²³² A história da luta pela desmilitarização da polícia é muito anterior aos Crimes de Maio de 2006, remete a discussões sobre a reforma das polícias realizadas no início da década de 1980, no contexto da elaboração dos programas de governo de Franco Montoro ao cargo de governador do estado de São Paulo (MARQUES, 2018). Esta pauta reapareceu no início dos anos 2000, em torno da discussão de um Plano Nacional de Segurança Pública que era defendido pelo candidato do PT à presidência da república, Luiz Inácio Lula da Silva. Apesar desta trajetória institucional, nunca houve avanços reais em prol desta pauta. A partir dos anos 2010, a luta pela desmilitarização da polícia passou a ser incorporada tanto pelos movimentos negros quanto pelos movimentos de mães de vítimas da violência policial em São Paulo e no Rio de Janeiro. Sendo assim, trata-se de uma pauta gestada na institucionalidade e depois reapropriada na militância social. Como se pode imaginar, ao longo de todos esses anos e no decorrer de tantas reapropriações, esta pauta sofreu mutações por onde passou, de modo que não é exatamente o mesmo projeto quando pensado por autores de diferentes situações. No que se refere às Mães de Maio, entendo que se trata de uma exigência em sentido mais amplo, já que falam de desmilitarização de todas as instituições, e não apenas da polícia. Talvez o significado desta exigência para as mães seja mais precisamente não a “reforma das polícias”, mas sim o fim das polícias, como a própria Débora destaca em algumas de suas falas: “O que a gente precisava, é não ter polícia” (DIREITOS HUMANOS..., 2020).

militarização do judiciário é, para Débora, semelhante à militarização da Polícia Civil, “porque pra mim todas as duas polícias, elas são militarizadas. Porque uma mata e a outra não investiga” (DIREITOS HUMANOS..., 2020).

Débora também conta estarrecida como, ao contrário, a militarização não tem sido reduzida, mas ampliada com a participação cada vez mais frequente de policiais na política eleitoral: “a gente vimos a porcentagem de PMs, que foi afastado pra concorrer às eleições. Veja, ele quer ocupar o poder, pra poder ter poder mais ainda de fazer leis contra nós. Contra nós! É uma coisa, assim, surreal! Que não deveria. Nós tínhamos que barrar isso!” (*ibid.*).

“Por que que poder é esse que o nosso país dá, que o cidadão dá pra uma pessoa, continuar se alimentando do sangue do pobre, do preto periférico?” (*ibid.*), indaga Débora, incrédula. A pergunta de Débora é difícil de responder, e sem entrar no intento para isto, imagino que a resposta deva passar por aquela identificação quase mórbida de diversos setores da população, inclusive de partes da esquerda, com as polícias, que Débora espantava-se algumas páginas atrás.

A gente vê essa instituição [policial] o numeral de suicídio. As mães tavam falando... saiu a pesquisa do numeral de suicídio desses agentes, é porque eles veem os nossos filhos morrendo e pedindo, clamando, eles não consegue colocar a cabeça no travesseiro e dormir, porque eles têm que levar uma planilha pro comando, pra essa segurança pública ser segurança pública, senão ela não é, sem a planilha (DÉBORA MARIA, 2019b).

Observando o comentário de Débora aqui, feito naquele evento com a presença da deputada, suspeito que as Mães de Maio estejam apontando outra leitura e outra resolução para o problema do sofrimento psíquico policial: matar tantos filhos retira sua sanidade mental, e, logo, a solução para o problema da violência policial é não tratar um efeito desta relação violenta (o sofrimento mental derivado das mortes causadas), mas a sua própria origem: as condições sociais favoráveis à prática das execuções cometidas por policiais.

Nesta leitura, as Mães de Maio se distanciam abruptamente da perspectiva arvorada por aquela organização partidária, e se aproximam da compreensão sobre a violência militar que Frantz Fanon elaborou no contexto da Revolução Argelina, em que, como psiquiatra trabalhando em um hospital em Argel, Fanon recebia militares preocupados em aliviar seu sofrimento psíquico para poderem seguir promovendo as mortes que causavam (FANON, 2020). Aliviar estas dores não iria evitar aquelas mortes:

apenas uma revolução social anticolonial, transformando a realidade social em que estas violências eram possíveis, as evitaria (*ibid.*).

Ademais, o PL defendido pelo PSOL pode ser entendido como mais um passo no histórico de tentativas de humanização da segurança pública, que veio à baila no contexto da redemocratização do Brasil, em que direitos humanos, democracia e segurança pública formaram um tríptico que promoveu a expansão securitária que vimos desde então (MARQUES, 2018).

Ainda neste evento, Débora relatou que “o policial que achacou familiares de presos²³³ ele foi condenado, foi condenado a 14 anos, mas a gente pleiteamo pelo Ministério Público que a gente queria mais aumento da pena. E agora no dia 22 de maio [de 2019] a pena dele se concretizou e ele foi presos, ele foi condenado a 22 anos de cadeia” (DÉBORA MARIA, 2019b).

No entanto, Débora ressalta que as Mães de Maio não acreditam na pena: “só que nós somos abolicionista penal. Nós não acreditamos no sistema prisional. Porque esse sistema prisional ele não ressocializa ninguém” (*ibid.*). Se o sistema prisional não ressocializa ninguém, destrincha Débora, a realidade é que “o sistema prisional ele não passa de um porto de navio negreiros. As periferias e as favelas é as senzalas, onde o Estado joga cada vez mais o pobre e o negro, pra poder exterminar, torturar, desaparecer e encarcerar” (*ibid.*).

Derivado de mecanismos históricos de gestão de determinadas populações, deparamo-nos diante de valorações da vida que revelam quais mortes são consideradas legítimas e ilegítimas. Mas estas valorações não são visíveis apenas no momento das mortes – em que pese nestes momentos elas se tornarem duramente explícitas –, como também são durante a vida daqueles que foram mortos e de seus familiares.

Neste sentido, a criminalização vem como forma de destituição de honra e dignidade para seus alvos em vida e morte. Contra ela, as Mães de Maio realizam um doloroso trabalho de “limpeza moral” (FREIRE; FARIAS; ARAÚJO, 2009) das histórias de seus filhos e de suas histórias familiares. Ser moradora de periferia e ter seu filho assassinado implica um esforço ainda maior para realizar esta tarefa, já que “o trabalho

²³³ Débora se refere ao ex-policial civil Augusto Peña, que, em meio aos achaques que fazia contra familiares de lideranças do PCC, sequestrou o enteado de Marcola, acontecimento que é considerado pelas Mães de Maio e pelo Relatório *São Paulo sob Achaque* o desencadeador dos Crimes de Maio de 2006.

cognitivo de ‘limpeza moral’ encontra-se, desta forma, radicalizado para estas mulheres e o impacto deste esforço é muito mais intenso do que aquele de outros moradores de favelas” (*ibid.*, p. 8).

Diante de si, as Mães de Maio se veem obrigadas a enfrentar os critérios desta distribuição desigual de valoração da vida e da morte, e entre estes critérios se encontra “a racialidade, [que] opera como um arsenal ético em conjunto - por dentro, ao lado e sempre-já - a/diante das arquiteturas jurídico-econômicas que constituem o par Estado-Capital” (FERREIRA DA SILVA, 2019, p. 33).

Em sintonia com a formulação acima de Denise Ferreira da Silva, Débora pontua, como fizera em outras tantas oportunidades, que “a escravatura é uma situação muito bizarra no nosso país, de não ter sido reparado, e tá sendo reparado na ponta do fuzil ou então atrás das grades que se mata um jovem lentamente” (DIREITOS HUMANOS..., 2020).

Claro está para Débora que é desta estrutura de dominação erguida na escravidão que se produziu a valoração de determinadas formas de vida e morte a partir dos critérios de raça e classe, o que conferiu ao genocídio no Brasil o caráter não apenas racializado, mas racista, “porque a gente pra falar de genocídio, de extermínio, a gente tem que falar do racismo velado no nosso país” (*ibid.*).

Débora afirma que “eu sou uma pobre, moradora de favela, de periferia, eu honro a minha favela e minha periferia, mas nós temo raízes, nós temo caráter” (DÉBORA MARIA, 2019a). A menção às suas origens é feita na eminência de colocar, quanto à morte de seu filho, que “quando a gente dá um caráter pros nossos filhos e o Estado vem e tira, quando nossos filhos que o Estado ‘confunde’ coloca dentro da cadeia, quando o Estado faz prisões pra achar que as prisões... o que significa as prisões? É um corpo do navio negreiro” (*ibid.*).

“Porque ‘bandido bom é bandido morto’, veja bem, mas de terno e gravata ele é doutor. E aí? Eu quero uma explicação por que ‘bandido bom é bandido morto’? Ladrão de galinha? Que não sabe roubar?”, contesta Débora, para logo em seguida apelar dizendo que “a gente tem que apagar isso de dentro do nosso cérebro, corrosivo, e dizer que bandido bom é bandido vivo!” (*ibid.*).

Se o Brasil não tem pena de morte, comentaram algumas vezes diversas mães, o Estado não poderia ter matado seus filhos, nem mesmo se eles tivessem cometido um ato considerado criminoso. É importante que tenhamos em mente que tudo aquilo que é considerado criminoso e criminalizado é assim encarado a depender de questões como época, raça, classe e território, bem como o que é tido como ilegal, legal, lícito e ilícito (TELLES; HIRATA, 2007). Deste modo, o questionamento de Débora de que “bandido bom é bandido morto” se aplicar apenas aos pobres, *ladrão de galinha*, e não a “bandidos de terno e gravata”, *doutor*, mostra-se perspicaz.

Em tom de revolta, Débora manifesta: “ele veio de mim, é meu filho! O Estado não tem esse direito de criminalizar o filho que eu criei e que as mães também criaram” (DIREITOS HUMANOS..., 2020). Mães estas que possuem, no mais das vezes, diversas características em comum: “a maioria pobre, maioria chefe de família, já são vítimas do machismo porque são abandonadas pelos pais [d]essas crianças, e a gente acaba criando essas crianças sozinhas, ou então o próprio pai foi executado” (*ibid.*).

“Então, a gente tem obrigação de dizer que a bala que mata nossos filhos, não pode ser paga pelos nossos impostos. O mandante da morte dos nossos filhos, que é o Estado, mas a gente coloca um rótulo nesse Estado: os governantes. Porque ele é dono de sua polícia” (*ibid.*). Assim, o Estado é criticado aqui pelo que é feito sob os auspícios de seus governantes. Mas as Mães de Maio não reduzem o Estado apenas a quem se encontra ao leme dos governos, e incluem diversas outras agências, aparatos e instituições, como as polícias, o judiciário e as universidades.

A morte provocada pela polícia não é apenas biológica, mas também moral e social. Enquanto o homicídio policial leva a vítima à morte biológica, toda a continuidade criminalizante conduz à morte moral e à morte social das vítimas e de seus familiares. Daí a necessidade de os familiares continuamente promoverem aquela “limpeza moral” também já aludida. A *luta* das mães almeja reverter a morte moral e a morte social dos seus mortos. Seus mortos têm vozes através de seus familiares porque é preciso evitar e combater as várias camadas de mortes relegadas às vítimas.

É instigante pensar como é fácil e rotineiro para o Estado tornar discursivamente uma pessoa em bandido nos instantes finais de sua vida, como se não houvesse nenhum elemento de todo o restante da vida daquela pessoa que pudesse ser uma clara negação desse discurso criminalizante. É como se a vida dessas pessoas não tivesse história, e

pudesse ser inteiramente ressignificada a partir de um discurso final e irremediável por parte do poder.

Exibir em público camisas da escola perfuradas por balas de fuzis e ensanguentadas, como mães de crianças assassinadas pela polícia no Rio de Janeiro têm feito – a exemplo da mãe de Marcos Vinícius da Silva, de 14 anos, morto no Complexo da Maré no dia 20 de junho de 2018 –, constitui-se como uma das ações que tentam reconstituir as histórias de seus filhos e demonstrar de forma mais contundente possível que seus filhos eram inocentes e vítimas da violência mortal de um Estado beligerante.

Catarina Morawska (2018) identificou uma estratégia defensiva das Mães da Saudade em torno da memória de seus filhos, contra a desvalorização de suas vidas e mortes. No contexto do bairro periférico de Peixinhos, em Olinda (PE), as noções de “trabalhador” e “bandido” – termo este dito sob a categoria nativa de “alma sebosa” – são mobilizadas como forma de medição do valor da vida e morte das pessoas desta população.

Diante das acusações essencialistas que implicam a rotulação dessas categorias aos seus filhos, as Mães da Saudade contrapõem o substantivo *trabalhador* “não a outro substantivo – *bandido*, *alma sebosa* – mas a uma ação – *cair*, *passar para*, *entrar* na vida errada ou nas drogas” (MORAWSKA, 2018, p. 365).

Em outra oportunidade, refletindo quanto a esta questão, pontuei que

O verbo indica uma ação específica, e não uma condição essencial. “Cair” nas drogas, “se envolver” com coisa errada, pode indicar um acontecimento pontual em uma vida não determinada por tal evento e que, não fosse o assassinato, poderia ser revertido, mas essa “volta por cima” foi interrompida com a morte do filho. Não à toa é comum observar a narrativa das mães de que seus filhos foram mortos “com quase” tantos anos de idade (ALMEIDA, 2019, p. 855-856).

A morte entendida como interrupção de projetos e acontecimentos em fluxos já foi analisada anteriormente. Mas parece que aqui, juntamente a este processo, tem-se que o evento que é considerado pelos discursos e práticas criminalizantes como uma definição essencial daquele que foi morto é tomado por seus familiares como um acontecimento localizado em meio aos fluxos de uma vida em que outros acontecimentos distintos ainda poderiam ser vividos, não fosse a morte prematura.

Observei a contraposição identificada por Morawska com suas interlocutoras particularmente na fala de Seu Francisco que, através do uso de determinados verbos,

retirou seu filho Paulinho de definições essencializadoras e restituiu a ele a possibilidade de ser narrado a partir de ações feitas, que poderiam ser desfeitas, como em qualquer outra vida:

Infelizmente [ele] *andou* com más companhias e *partiu* pro outro lado. Ele *comprava* a briga dos outros. *Era* um rapaz muito bom, capaz de tirar a roupa do corpo pra dar pra um amigo. Infelizmente, com 23 anos podia tá numa boa com a gente, ter casado, ter filho, a casa aqui é grande, podia ter feito um quartinho... mas infelizmente ele preferiu *andar* com os colegas, e eu falava “toma cuidado com esses colegas, esses colegas não presta” (FRANCISCO GOMES, 2020c).

Assim, quando Seu Francisco relata as ações de Paulinho que eram desaprovadas por ele, utiliza verbos como *andou* “com as más companhias”. Como tinha temperamento forte, Paulinho *comprava* “a briga dos outros”. Como resultado expresso no desaparecimento forçado promovido por seus algozes, ele *partiu* “para o outro lado”. Todos os verbos utilizados aqui se referem a ações específicas, que em outras circunstâncias seriam passíveis de alteração. O único verbo essencial que Seu Francisco utiliza, o verbo ser, foi para dizer que seu filho *era* “um rapaz muito bom”. Ou seja, se alguma definição de seu filho precisa ser dada, a fornecida é aquilo que ele *era* em sua vida como um todo: um bom menino, fiel e solidário, e não atos específicos que poderiam ser desfeitos, não fosse a interrupção precoce de sua vida.

No conjunto das falas de outras Mães de Maio, percebi que a restituição da dignidade de seus filhos mortos, como parte da “limpeza moral” feita pelas mães, envolve utilizar três recursos mnemônicos: o destaque aos laços familiares, ao trabalho e à relação com conhecidos, sobretudo amigos e vizinhos. No que se refere a este último elemento, comentários que destacam o quão gentil, carinhoso, amigável, educado, prestativo e bem quisto eram os filhos pela vizinhança e por seus amigos são acionados.

A respeito do trabalho, reportam como seus filhos trabalhavam desde criança, tinham vários *serviços*, ganhavam seu próprio dinheiro com muito esforço, contribuía com as tarefas domésticas, trabalhavam durante muitas horas, trabalhavam até tarde da noite, desgastavam-se muito com o trabalho, eram muito competentes no que faziam, seu trabalho era elogiado por clientes e colegas.

Quanto aos laços familiares, destacam que os mortos eram filhos, irmãos, pais, maridos, netos, sobrinhos, genros, primos, tios. Assim, reinserem-os em relações familiares que eles não apenas possuíam, como as exerciam de maneira formidável para seus entes queridos. Dona Sônia comentou a este respeito que “o Wagner foi um ótimo

filho, irmão, aluno, tio e amigo de todos, meu confidente. Um tio amoroso e carinhoso com os sobrinhos. Quanta falta nos faz!” (MÃES DE MAIO, 2018, p. 49).

Quero terminar este capítulo trazendo um último, mas não menos importante, alvo de crítica das Mães de Maio: a academia. O principal aspecto da constante crítica das mães à academia é o seu *oportunismo*. Há um histórico de pesquisadores acadêmicos que surgiram interessados em pesquisar as Mães de Maio ou os Crimes de Maio, desenvolveram uma pesquisa muitas vezes de maneira eticamente questionável, tomando as mães e suas histórias como “objetos” de pesquisa, distanciados, sem envolvimento de qualquer natureza com estas mães e sem oferecer esclarecimentos ou retorno algum após a conclusão de suas pesquisas, desaparecendo para tais mães tão repentinamente quanto surgiram.

“Muita gente se aproveitou da dor das Mães de Maio” (ILZA SOARES, 2020b), contou-me Dona Ilza, lembrando que Vera Gonzaga dizia que a dor das mães serviu de trampolim profissional para vários acadêmicos. Débora também citou Vera Gonzaga ao dizer que ela se recusava a se tornar um papel empoeirado em alguma biblioteca na universidade. “Vocês não têm noção, não tem doutor que dê nome o que é perder um filho” (DÉBORA MARIA, 2019b), Débora faz questão de frisar.

Na relação que Débora possui com diversos estudantes, professores e grupos universitários, e em diversos eventos que ocorrem no ambiente acadêmico, ela costumeiramente lança um questionamento à academia.

Eu fiz um debate há alguns anos atrás na USP, no Largo São Francisco. Eu desafiei estudantes, eu falei pros estudantes que as mães não iam ser mais uma pasta. A gente ia repetir o que a Mãe de Maio Vera Lúcia Gonzaga dos Santos, que faleceu no dia 06 de maio do ano passado [2018], ela falou que ela não ia ser mais uma pasta empoeirada numa universidade. Porque a gente também fez esse desafio, esse desafio foi feito no Rio de Janeiro, dentro de uma universidade. Pra que serve as pesquisas nas universidades se ela não traz transformação? (*ibid.*).

A respeito de como foi esta experiência mencionada na capital carioca, Débora coloca que “quando a gente lançou no Rio de Janeiro [o questionamento:] ‘pra que serve as pesquisas dentro das favelas e da periferia?’, as pesquisa muitas vezes elas servem pra nos monitorar!” (*ibid.*). Desenvolvendo seu argumento sobre a função de diversas pesquisas em favelas e periferias, Débora afirma: “porque os patrocinadores... descobrimos vários patrocinadores, são patrocinadores que nos mata, que nos encarcera,

que nos tortura. O que eles querem é um mapa, e um mapa a academia sabe fazer muito bem, porque a academia ela produz pro capital, não pra transformação” (*ibid.*).

Como Juliana Farias discutiu em sua dissertação de mestrado, e como eu citei na Introdução, nas últimas décadas se intensificaram inúmeras pesquisas das áreas das ciências sociais, sobretudo de autoria de antropólogos e sociológicos, sobre as favelas, dando origem ao que Farias denominou de “favelólogos” (FARIAS, 2007b). Débora está em sua fala denunciando a existência deste mesmo fenômeno, da proliferação de uma espécie de “favelologia”, um campo de estudos sociais que se debruça sobre as favelas.

Todavia, Débora aciona este fenômeno não somente para pôr em evidência a dicotomia “favela” x “asfalto” que motiva e é reforçada por estes estudos, como afirmou Farias, mas também para evidenciar uma finalidade de aprimoramento das formas de controle do Estado e do capital sobre estes territórios. Assim, por serem patrocinados por *quem nos mata, nos encarcera, nos tortura*, estas pesquisas produzem um “mapa”, como que captando as dinâmicas desses territórios para servirem de base de dados na elaboração de políticas de controle e repressão.

Na história da antropologia, só para ficar na área em que me encontro, temos diversos casos que poderiam servir como exemplos da relação de serventia da pesquisa a interesses de financiadores, interesses estes por vezes antagônicos aos das populações pesquisadas, como denuncia Débora.

Além de quase todos os expoentes da primeira grande escola da disciplina, os evolucionistas, que pesquisavam sob os auspícios de interesses colonialistas – como continuou a ocorrer durante décadas no século 20 –, lembraríamos facilmente aqui de casos como o da obra encomendada pelo imperialismo estadunidense, *O Crisântemo e a Espada*, de Ruth Benedict, e de trabalhos antropológicos em países invadidos pelos Estados Unidos, como Iraque e Afeganistão, ainda hoje feitos sob o financiamento do Ministério da Defesa desta nação imperialista (LÓPEZ Y RIVAS, 2018). Débora denuncia, portanto, um processo antigo e atual na história não só da antropologia, como de diversas áreas científicas.

“Não adianta 200 diplomas acadêmicos, a prática somo nós” (DÉBORA MARIA, 2019a), afirma. “E a gente tem que mudar essa realidade quando a gente ocupa” (DÉBORA MARIA, 2019b). É nesta possibilidade da mudança de tal realidade

que as Mães de Maio se abrem para a pesquisa. Demonstrando não se tratar de uma perspectiva anticiência, mas anti-*oportunist*a, as mães ressaltam com ânimo pesquisas científicas feitas em parceria com elas e por elas próprias.

Ao começar a sua fala inicial naquele evento na Faculdade de Saúde Pública da USP que mencionei, Débora afirmou:

É uma honra estar aqui, de fora pra dentro, além das academias. A gente começa sempre assim quando a gente tá ocupando esse espaço, pra dizer que eu também sou a primeira pesquisadora negra sem ser acadêmica, ocupando a universidade. Então quando a gente fala que foi uma barreira que nós ultrapassamos, a gente se sente honrada de dizer que nós damos lá pesquisa, então nós exigimos também ser pesquisadora (*ibid.*).

Nesta mesma circunstância, Débora delineou que “me sinto honrada de ser uma pesquisadora do crime do meu próprio filho e de mais de 600 meninos” (*ibid.*). Débora se tornou uma pesquisadora em antropologia e arqueologia forense ao compor o grupo de pesquisa do CAAF sobre os Crimes de Maio de 2006, pesquisa esta que deu origem ao relatório do CAAF utilizado nesta dissertação.

Explicando como se deu o processo desta pesquisa, Débora aponta:

A nossa pesquisa, que nós fizemos, nós fomos pra base, e nós deixamos perto do agrado, colhendo o que nós fizemos, porque pra nós, o que tinha mais importância é a base. E nós conquistamos o que uma academia jamais ia conquistar. Porque nós desafiamos até a pesquisa da procuradora da República Raquel Dodge. Com o apoio da Universidade de Oxford, na Inglaterra... Tamo voltando pra lá porque as outras universidades tão clamando pra gente levar o trabalho de pesquisadora de antropologia e arqueologia forense no CAAF (*ibid.*)

A partir do trabalho de campo que fizeram nesta pesquisa, Débora e outros pesquisadores conseguiram identificar as situações de outras mães que perderam seus filhos assassinados nos Crimes de Maio de 2006, mas nunca tinham sido conhecidas pelas Mães de Maio. “A gente tem poucas Mães de Maio de 2006, e na pesquisa nós encontramos várias mães que já morreram” (*ibid.*)

“Como fazer uma pesquisa que seja transformadora, e não só um papel empoeirado nas universidades[?]” (WEBINAR..., 2020), é a questão que Débora suscita e me parece ser crucial para as Mães de Maio. Ao mesmo tempo em que levantam tal indagação, dão pistas que parecem apontar um caminho em direção a este objetivo. “Sair da nossa frente pra gente passar, e fique do nosso lado nos apoiando” (*ibid.*).

Desta forma, a relação das Mães de Maio com a academia pode ser sintetizada nos seguintes pontos²³⁴. Primeiro, elas entendem a academia como um espaço a ser *ocupado* pelas mães em sua *luta*. Segundo: elas criticam todas as perspectivas acadêmicas que ou não se voltam a contribuir com as *lutas* dos movimentos sociais ou com formas de melhoria da vida neste mundo. Terceiro: elas rechaçam profundamente as pesquisas realizadas em favelas com interesses escusos, visando servir de base para medidas de controle e repressão do Estado e do capital. Quarto: elas se recusam a serem consideradas como meros “objetos” de pesquisa, mas exigem um *apoio* real dos pesquisadores que se relacionam com elas. Quinto: elas defendem que as Mães de Maio são verdadeiras pesquisadoras não acadêmicas, que conseguem acessar certas dimensões da vida das periferias e sobretudo das mães enlutadas que o tradicional perfil dos pesquisadores acadêmicos não consegue.

“Respeite as mães, porque ninguém nasceu de chocadeira, porque até uma galinha ela briga por seus filhos, ela morre num incêndio, mas ela protege os seus filhotes” (*ibid.*). Estas exigências são básicas para todos os que se relacionam com as Mães de Maio. “Vamos escutar as mães, porque elas são formadoras de todos os profissionais desse país” (*ibid.*), adverte Débora, com uma certeza cabal. “Porque mãe é vida!” (*ibid.*).

²³⁴ Esse ordenamento numerado, como todos os outros neste trabalho, são de minha exclusiva interpretação, mas neste caso não se referem a uma ordem de importância, apenas uma sucessão na exposição.

Considerações finais

*Todas essas palavras dos vendedores, mas nenhuma palavra dos vendidos.
Os Reis e Capitães cujas palavras moveram navios. Mas nenhuma palavra
de suas cargas
(Zora Hurston)*

Nenhuma produção intelectual é obra de um indivíduo isolado. Para que ela seja possível, inúmeras pessoas ofereceram contribuições as mais variadas. No decorrer deste trabalho, tentei relembrar algumas delas que me ajudaram nesta pesquisa. Além de todos os autores e, sobretudo, as Mães de Maio, que tão gentil e afetosamente me acolheram, e sem as quais este trabalho não seria possível de diferentes maneiras, algumas outras pessoas foram de grande importância, de uma forma ou outra, para a realização deste trabalho.

Não estou aqui substituindo o tópico de Agradecimentos da dissertação pelas Considerações finais. Ao contrário, quero lembrá-los mais uma vez porque estiveram na origem desta pesquisa. Meu amigo Maurício, minha companheira Carolina, minha amiga Ana Flávia Badue, e tantas outras pessoas, que agora cometo a injustiça ao não citá-las nominalmente, foram importantes para este trabalho por mostrarem que viver entre a militância política e a carreira acadêmica te permite conhecer tanta gente imprescindível quanto permite atestar que uma produção intelectual rigorosa pode estar perfeitamente articulada a um compromisso social inarredável com grupos, povos e comunidades que sofrem e carregam esperanças revolucionárias.

Foi por me propor a viver neste sentido que pude conhecer não apenas estes amigos queridos, como as admiráveis Mães de Maio. Ao longo deste texto tentei expor uma forma em que penso ser possível a antropologia enriquecer-se a partir do compromisso assumidamente engajado de seus pesquisadores. Em consequência disto, tentei demonstrar que os repertórios político e de mundo das Mães de Maio podem não apenas ensinar muito a pesquisadores acadêmicos, como a toda a sociedade, aos movimentos sociais e organizações políticas.

Ao prescrutar o itinerário existencial destas mães tomando como bússola a sua passagem do *luto* à *luta*, juntei ladrilhos que compuseram um mosaico que revela o rosto não apenas destas mães, mas da história do Brasil. Deslindar as questões fomentadas pelo Movimento Mães de Maio, portanto, implicou em um esforço para urdir a realidade

comum de um universo incontável de pessoas que foram vítimas da violência de Estado neste país e de seus familiares.

Conteúdo e forma certamente caminham juntos. Ao longo dos três capítulos que compõem este trabalho, fiz um esforço consciente para tentar dividir na estrutura dissertativa algo que nunca, antes deste texto, foi dito na montagem que se tem aqui. Contudo, mesmo diante deste arranjo que me coube emoldurar, não reivindico, de nenhuma forma, a autoria isolada do que se expressa nesta pesquisa.

A presente dissertação se debruçou sobre como *o dia mais triste* da vida de mães pobres das periferias de São Paulo fez emergir um movimento de mães que já entrou para a história das principais redes populares de *luta* por verdade, memória, justiça, paz e liberdade neste país. O Movimento Mães de Maio é esta rede de mães, familiares e amigos de vítimas do *terrorismo de Estado*, e surgiu como efeito colateral da maior matança concentrada promovida no Brasil desde ao menos a ditadura militar.

Paridas por seus filhos, mas também produzidas por si mesmas e pelo Estado que segue seu projeto genocida, as Mães de Maio transformaram sua dor em unidade, seu sofrimento em autonomia e seu *luto* segue sendo transformado em *luta*. Em sua *luta*, formularam categorias nativas que expressam explicações profundamente complexas e explicitam um modo de observar a realidade a partir da perspectiva de quem nunca teve suas histórias contadas nos livros canônicos deste país.

Tributárias de uma longa tradição de *lutas* de movimentos de mães em reação às mais amplas violências mortais, as Mães de Maio apontaram a falência da promessa democrática para as periferias, para os pobres e para os negros que não encontram a efetivação dos seus direitos, mas apenas “balas perdidas”. A este regime político que se regula com o sangue dos seus filhos mortos, as Mães de Maio deram o nome de *democracia das chacinas*.

Mobilizando uma linguagem e compreensão da política como uma guerra, demonstraram que a guerra das mães é uma *luta* política pela transformação das condições sociais que fertiliza a proliferação de matanças e desaparecimentos, e assim, é uma política para a vida. Em contraposição, enfrentam o que identificam como a política do Estado que é produtora de mortes, criminalizações e impunidades, em uma prática herdada do escravismo e do colonialismo, que se atualizou em cada regime político anterior, como na ditadura, e agora prossegue à toda tona na democracia.

Marcadas irrecuperavelmente pela morte de seus filhos, as mães viveram e ainda vivem os efeitos dessas mortes no interior de suas famílias, de suas casas, de suas mentes, de seus corpos, de suas expectativas diante da vida e da morte e de suas relações ampliadas com o mundo. Conectadas a uma dor que nunca se encerra, transformaram seu lamento silenciado em voz pública de seu *luto*, de seus mortos e de sua *luta* por aqueles que perderam e por todos os demais que compartilham com elas a experiência da perda.

Ao levarem adiante sua política pela vida, deram vida à memória de seus mortos, que permanecem em plena atuação ao redor de suas mães, e fizeram de seu *luto* tornado público um momento ritual de cura e veneno para as dores e traumas físicos e psíquicos que carregam consigo e não podem ser desfeitos apenas pela medicina ou pela psicologia. Conquistaram algumas mínimas demonstrações de reconhecimento público, e ainda *lutam* incessantemente por outras mínimas reparações que permanecem lhes sendo negadas.

Como consequências e princípios de sua *luta*, desenvolveram uma política de alianças que desessencializa a política identitária e se afinha ao aprofundamento de coalizões por afinidades em torno de um parentesco político, consolidaram um proceder pela autonomia, bem como demonstraram que o conflito é centralmente com o Estado, mas frequentemente também com alguns movimentos sociais, instituições e organizações políticas que se encontram em seu campo de atuação e em suas alianças.

Em uma conclusão de trabalho acadêmico, espera-se que o autor apresente soluções para os problemas levantados durante a exposição. Contudo, aqui eu não poderei fazer isto, haja vista que as soluções reais para os problemas abordados implicariam uma transformação radical desta sociedade, como dizem as Mães de Maio, já que se tratam de problemas tão estruturais e estruturantes, mas ao mesmo tempo, também cotidianos e específicos. Tratam-se de problemas que somente se resolveriam com forças concretas, e não apenas com ideias convincentes.

Apesar disto, este trabalho é mais um esforço, uma contribuição intelectual para municiar estas forças concretas e ao mesmo tempo oferecer a antropologia um lugar privilegiado em meio a este processo. Estou convicto que, aproximando-se cada vez mais deste lugar de compromisso social, a antropologia tende a avançar no sentido da superação de certos resquícios de seus paradigmas antigos e atuais que insistem em marginalizar antropólogos que adotem tal postura resoluta, e assim a antropologia poderá

apreender e aprender muito da vida social de grupos não hegemônicos e indispostos com esta disciplina, produzindo saber em conjunto.

As possibilidades narrativas que foram tomadas neste trabalho, que ensinam a formação de outros modos de conceber a realidade, a partir da mirada que as Mães de Maio apontam, talvez sejam uma das contribuições não só às ciências sociais, mas à sociedade, que a presente pesquisa esperou atingir. Se isto foi ao menos parcialmente feito, então haveremos de regressar outras vezes e ainda mais dispostos a esforços que contêm não as histórias e perspectivas de mundo dos que há séculos são reis e capitães, mas daqueles que foram tratados como mercadorias.

Bibliografia

ADORNO, Sérgio. Violência, Estado e Sociedade: notas sobre desafios à cidadania e à consolidação democrática no Brasil. **Cadernos CERU**, São Paulo, n. 6, fev. 1995.

ADORNO, Sérgio; SALLA, Fernando. Criminalidade Organizada nas prisões e os ataques do PCC. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 21, n. 61, set./dez. 2007.

ADORNO, Sérgio; DIAS, Camila. Cronologia dos ataques de 2006 e a nova configuração das prisões. **Rev. Bras. Segur. Pública**, São Paulo, v. 10, n. 2, ago./set. 2016.

ALBERT, Bruce. Anthropologie appliquée ou “anthropologie ‘impliquée’?: Ethnographie, minorités et développement. In: BARÉ, Jean-François (org.). **Les applications de l'anthropologie: Un essai de réflexion collective depuis la France**. Paris: Karthala, 1995.

ALBERT, Bruce. “Situação Etnográfica” e Movimentos Étnicos. Notas sobre o trabalho de campo pós-malinowskiano. **Campos**, Curitiba, v. 15, n. 1, 2014.

ALBERTO, Paulina L. A mãe preta entre sentimento, ciência e mito: intelectuais negros e as metáforas cambiantes de inclusão racial, 1920-1980. In: GOMES, Flávio; DOMINGUES, Petrônio (org.). **Políticas da raça: experiências e legados da abolição e da pós-emancipação no Brasil**. São Paulo: Selo Negro Edições, 2014.

ALEXANDER, Michelle. **A nova segregação: racismo e encarceramento em massa**. São Paulo: Boitempo, 2017.

ALMEIDA, Matheus; BEMFICA, Aiano; LANNA, Luísa. Cerco militar e despejo da ocupação Eliana Silva: uma aproximação etnográfica. **Revista Três Pontos**, Belo Horizonte, v. 14, n. 1, 2017.

ALMEIDA, Matheus; BEMFICA, Aiano. Ocupação Urbana e Despejo: entre o ritual popular e o estatal. **Ponto Urbe**, São Paulo, 23, dez. 2018.

ALMEIDA, Matheus. “Nossos mortos têm voz!” – Morte, luto e luta no Movimento Mães de Maio. In: REUNIÃO EQUATORIAL DE ANTROPOLOGIA, 6ª edição, v. 3, 9-12 dez. 2019, Salvador. **Anais...** Salvador: Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Faculdade de Filosofia e Ciências e Humanas, Universidade Federal da Bahia, 2019.

AMADEO, Javier; GOMES, Aline Lúcia; SILVA, Débora *et al.* A violência de Estado e a busca pelo acesso à Justiça. **Sur - Revista Internacional de Direitos Humanos**, São Paulo, v. 15, n. 27, 2018.

AMADEO, Javier. Violência de Estado no Brasil Pós-autoritário: Uma Análise dos *Crimes de Maio* de 2006. In: AMADEO, Javier (org.). **Violência de Estado na América Latina: Direitos Humanos, Justiça de Transição e Antropologia Forense**. São Paulo: Editora UNIFESP, 2019.

ARANTES, Paulo Eduardo. Duas vezes pânico na cidade. In: ARANTES, Paulo Eduardo. **Extinção**. São Paulo: Boitempo, 2007.

ARAÚJO, Fábio Alves. **Do luto à luta**: a experiência das Mães de Acari. 2007. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

ARAÚJO, Fábio Alves. “Falta Alguém na Minha Casa”: desaparecimento, luto, maternidade e política. In: LIMA, Roberto Kant de (org.). **Antropologia e Direitos Humanos 5**. Brasília: Booklink/ABA/Fundação Ford, 2008.

ARAÚJO, Fábio Alves. **Das “técnicas” de fazer desaparecer corpos**: desaparecimentos, violência, sofrimento e política. Rio de Janeiro: Lamparina Editora, 2014.

ARAÚJO, Fábio; MEDEIROS, Flavia; MALLART, Fábio. As valas comuns: Imagens e políticas da morte. **DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, Rio de Janeiro, Reflexões na Pandemia, 2020.

AZEVEDO, Desirée de Lemos. **“A única luta que se perde é aquela que se abandona”**: Etnografia entre familiares de mortos e desaparecidos políticos no Brasil. 2016. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2016.

AZEVEDO, Desirée de Lemos. **Ausências incorporadas**: etnografia entre familiares de mortos e desaparecidos políticos no Brasil. São Paulo: Editora UNIFESP, 2018.

AZEVEDO, Desirée de Lemos. Os nossos mortos e desaparecidos: reflexões sobre a construção da noção de desaparecimento político no Brasil. In: AMADEO, Javier (org.).

Violência de Estado na América Latina: Direitos Humanos, Justiça de Transição e Antropologia Forense. São Paulo: Editora UNIFESP, 2019.

AZEVEDO, Jô; BARLETTA, Jacy. O CEDEM e os Documentos dos Clubes de Mães da Região Sul (SP). **Cadernos CEDEM**, Marília, v. 2, n. 2, 2011.

BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado:** o mito do amor materno. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BARCELLOS, Caco. **Rota 66 – A história da polícia que mata.** Rio de Janeiro: Record, 2020.

BÍBLIA, N. T. Lucas. *In:* BÍBLIA. **Tradução Ecumênica TEB.** São Paulo: Edições Loyola, 1994.

BICUDO, Hélio. **Meu depoimento sobre o Esquadrão da Morte.** São Paulo: Pontifícia Comissão de Justiça e Paz de São Paulo, 1976.

BIONDI, Karina. **Junto e misturado:** uma etnografia do PCC. São Paulo: Terceiro Nome, 2010.

BIONDI, Karina. **Proibido roubar na quebrada:** território, hierarquia e lei no PCC. São Paulo: Terceiro Nome, 2018.

BIRMAN, Patricia; LEITE, Márcia. Apresentação. *In:* BIRMAN, Patricia; LEITE, Márcia (org.). **Um mural para a dor:** movimentos cívico-religiosos por justiça e paz. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

BIRMAN, Patricia; LEITE, Márcia (org.). **Um mural para a dor:** movimentos cívico religiosos por justiça e paz. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

BOLDRIN, Guilherme Ramos. ***Desejo e Separação: monas, gays e envolvidos*** num presídio em São Paulo. 2017. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2017.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas:** sobre a teoria da ação. Campinas: Papirus, 1996.

BRECHT, Bertolt. **Bertolt Brecht's Me-ti:** Book of Interventions in the Flow of Things. New York: Bloomsbury, 2016.

BRITES, Jurema; FONSECA, Claudia. As metamorfoses de um movimento social: Mães de vítimas de violência no Brasil. **Análise Social**, Lisboa, 209, XLVIII (4.º), 2013.

BUENO, Samira; LIMA, Renato Sérgio de (coord.). **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. 13ª edição. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2019.

BUENO, Samira; LIMA, Renato Sérgio de (coord.). **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. 14ª edição. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2020.

BUTLER, Judith. Meramente cultural. **Ideias**, Campinas, v. 7, n. 2, 2017.

BUTLER, Judith. **Vida precária**: os poderes do luto e da violência. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

CAAF-UNIFESP. **Violência de Estado no Brasil**: uma análise dos *Crimes de Maio* de 2006 na perspectiva da antropologia forense e da justiça de transição - Relatório Final. São Paulo: UNIFESP 2019.

CAMPBELL, Bruce B. Death Squads: Definition, Problems, and Historical Context. In: CAMPBELL, Bruce B.; BRENNER, Arthur D. (org.). **Death Squads in Global Perspective**: Murder with Deniability. Londres: Palgrave Macmillan, 2000.

CAMPBELL, Bruce B.; BRENNER, Arthur D. (org.). **Death Squads in Global Perspective**: Murder with Deniability. Londres: Palgrave Macmillan, 2000.

CANO, Ignacio; ALVADIA, Alberto (coord.). **Análise dos Impactos dos Ataques do PCC em São Paulo em Maio de 2006**. Rio de Janeiro: LAV-UERJ; São Paulo: CONECTAS, 2008.

CARDOSO, Ruth. Aventuras de antropólogos em campo ou como escapar das armadilhas do método. In: CARDOSO, Ruth. (org.). **A aventura antropológica**: teoria e pesquisa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

CARDOSO, Lourenço. **O branco ante a rebeldia do desejo**: um estudo sobre o pesquisador branco que possui o negro como objeto científico tradicional: a branquitude acadêmica: volume 2. Curitiba: Appris, 2020.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. O mal-estar da ética na antropologia prática. In: VÍCTORA, Ceres *et al* (org.). **Antropologia e ética**: o debate atual no Brasil. Niterói: ABA; EdUFF, 2004.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Luís Roberto. A antropologia e seus compromissos e/ou responsabilidades éticas. *In*: FLEISCHER, Soraya; SCHUCH, Patrice (org.). **Ética e regulamentação na pesquisa antropológica**. Brasília: Ed. UnB/Letras Livres, 2010.

CARSTEN, Janet; HUGH-JONES, Stephen (org.). **About the House**: Lévi-Strauss and Beyond. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

CARSTEN, Janet. The substance of kinship and the heat of the hearth: Feeding, personhood, and relatedness among Malays in Pulau Langkawi. **American Ethnologist**, New York, v. 22, n. 2, 1995.

CARSTEN, Janet (org.). **Blood will out**: essays on liquid transfers and flows. Hoboken: Wiley-Blackwell 2013.

CATELA, Ludmila da Silva; NOVAES, Regina Reyes. Rituais para a dor. Política, religião e violência no Rio de Janeiro. *In*: BIRMAN, Patricia; LEITE, Márcia (org.). **Um Mural para a Dor**: movimentos cívico-religiosos por justiça e paz. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

CCPY. **Pesquisa e ética**: o caso Yanomami. Brasília: Comissão Pró-Yanomami, 2002.

CERQUEIRA, Daniel; BUENO, Samira (coord.). **Atlas da Violência 2020**. Rio de Janeiro: IPEA, 2020.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril**: cortiços e epidemias na corte imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CHAVES, Christine de Alencar. **A marcha nacional dos sem-terra**: um estudo sobre a fabricação do social. Rio de Janeiro: Releume Dumará: UFRJ, Núcleo de Antropologia da Política, 2000.

CHO, Grace. **Haunting the Korean diaspora**: shame, secrecy, and the forgotten war. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2008.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro**: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. São Paulo: Boitempo, 2019.

COMBAHEE RIVER, Coletivo; PEREIRA, Stefania; GOMES, Letícia Simões. Tradução: Manifesto do Coletivo Combahee River. **Plural - Revista de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 26, n. 1, 2019.

COMERFORD, John. **Fazendo a luta**: Sociabilidade, Falas e Rituais na Construção de Organizações Camponesas. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1999.

COMERFORD, John; BEZERRA, Marcos. Etnografias da política: uma apresentação da Coleção Antropologia da Política. **Análise Social**, Lisboa, 207, XLVIII (2.º), 2013.

COURA, Rubens. A drugstore de Platão (os psicofármacos). **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**, São Paulo, v. 2, n. 2, jun. 1999.

DANTAS, Sylvia; FERREIRA, Ligia; VÉRAS, Maura Pardini Bicudo. Um intérprete africano do Brasil: Kabenguele Munanga. **Revista USP**, São Paulo, n. 114, set. 2017.

DAS, Veena. **Vida e palavras**: a violência e sua descida ao ordinário. São Paulo: Editora UNIFESP, 2020.

DAVIS, Angela. **A democracia da abolição**: para além do império, das prisões e da tortura. Rio de Janeiro: DIFEL, 2009.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DAVIS, Angela. **Estarão as prisões obsoletas?**. Rio de Janeiro: Difel, 2018.

DERRIDA, Jacques. **A farmácia de Platão**. São Paulo: Iluminuras, 2005.

DIAS, Camila *et al.* A prática de execuções na região metropolitana de São Paulo na crise de 2012: um estudo de caso. **Rev. Bras. Segur. Pública**, São Paulo, v. 9, n. 2, ago./set. 2015.

DINIZ, Débora (org.). **Ética na pesquisa**. Brasília: Ed. da UnB; Letras Livres, 2005.

DINIZ, Carlos Alberto Nogueira. **O Protagonismo das mulheres nos movimentos sociais da periferia**: memórias e experiências dos Clubes de Mães da Zona Sul de São Paulo 1972-1988. 2018. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2018.

DOMINGUES, Petrônio. Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Tempo**, Niterói, v. 12, n. 23, 2007.

DUNBAR-ORTIZ, Roxanne. **Loaded**: A Disarming History of the Second Amendment. San Francisco: City Lights Books, 2018.

DURHAM, Eunice. A pesquisa antropológica com populações urbanas: problemas e perspectivas. In: CARDOSO, Ruth. (org.). **A aventura antropológica: teoria e pesquisa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

DURKHEIM, Émile. **As formas elementares da vida religiosa: o sistema totêmico na Austrália**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

ENG, David; KAZANJIAN, David (org.). **Loss: The Politics of Mourning**. Berkeley: University of California Press, 2003.

EVANS-PRITCHARD, Edward Evan. *Algumas reminiscências e reflexões sobre o trabalho de campo*. In: EVANS-PRITCHARD, Edward Evan. **Bruxaria, oráculos e magia entre os Azande**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

FALA GUERREIRA. **Mães de Maio: 10 anos de luto na luta**. São Paulo: Revista Fala Guerreira, 2016.

FANON, Frantz. **Os Condenados da Terra**. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2005.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

FANON, Frantz. **Alienação e liberdade: escritos psiquiátricos**. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

FARIA, Aline; LERNER, Kátia. “A maior das dores”: O luto de mães no espaço público. **Lumina**, Juiz de Fora, v. 12, n. 2, 30 ago. 2018.

FARIAS, Juliana. Quando a exceção vira regra: os favelados como população “matável” e sua luta por sobrevivência. **Teoria & Sociedade**, Belo Horizonte, n. 15.2, jul./dez. 2007a.

FARIAS, Juliana. **Estratégias de visibilidade, política e movimentos sociais: reflexões sobre a luta de moradores das favelas cariocas contra a violência policial**. 2007. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007b.

FARIAS, Juliana. **Governo de mortes: uma etnografia da gestão de populações de favelas no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens, 2020.

FASSIN, Didier. **Humanitarian reason: a moral history of the present**. Berkeley: University of California Press, 2012.

FELTRAN, Gabriel. Valor dos pobres: a aposta no dinheiro como mediação para o conflito social contemporâneo. **Cad. CRH**, Salvador, v. 27, n. 72, dez. 2014.

FERNANDES, Francilene. **Barbárie e Direitos Humanos**: as execuções sumárias e desaparecimentos forçados de maio (2006) em São Paulo. 2011. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011.

FERREIRA, Letícia. Apenas preencher papel: reflexões sobre registros policiais de desaparecimento de pessoa e outros documentos. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, 2013.

FERREIRA, Letícia. **Pessoas desaparecidas**: uma etnografia para muitas ausências. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2015.

FERREIRA DA SILVA, Denise. **A dívida impagável**. São Paulo: Casa do Povo, 2019.

FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. **Corpo negro caído no chão**: o sistema penal e o projeto genocida do Estado brasileiro. 2006. Dissertação (Mestrado em Direito) - Faculdade de Direito, Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

FREIRE, Jussara; FARIAS, Juliana; ARAÚJO, Fábio. As gramáticas políticas da dor e do amor em coletivos de “familiares de vítimas de violência”. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 14ª edição, jul. 2009, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: SBS, 2009.

FONSECA, Cláudia. **Família, fofoca e honra**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**: curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

FREITAS, Rita de C. S. Família e violência: reflexões sobre as Mães de Acari. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 13, n. 2, 2002.

GALLO, Carlos Artur. Do luto à luta: um estudo sobre a Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos no Brasil. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 19, n. 35, jul. 2012.

GEERTZ, Clifford. “Do ponto de vista dos nativos”: a natureza do conhecimento antropológico. In: GEERTZ, Clifford. **O saber local**: novos ensaios em antropologia interpretativa. Petrópolis: Vozes, 1997.

GEERTZ, Clifford. Um Jogo Absorvente: Notas sobre a Briga de Galos Balinesa. *In*: GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GILROY, Paul. **There Ain't No Black in the Union Jack**. London: Routledge, 2002.

GÓES, Luciano. **A tradução de Lombroso na obra de Nina Rodrigues**: o racismo como base estruturante da criminologia brasileira. Rio de Janeiro: Revan, 2016.

GÓES, Luciano. Abolicionismo penal? Mas qual abolicionismo, “cara pálida”? **Revista InSURgência**, Brasília, ano 3, v.3, n.2, 2017.

GOLDMAN, Marcio. Introdução - Antropologia da Política e Teoria Etnográfica da Democracia. *In*: GOLDMAN, Marcio. **Como funciona a democracia**: uma teoria etnográfica da política. Rio de Janeiro: 7Letras, 2006.

GOMES, Aline L. R.; ASSUMPÇÃO, Raiane P. S.; SILVA, Valéria A. O. A Reconstrução da História dos *Crimes de Maio* de 2006 a partir da Experiência Narrada pelos Familiares das Vítimas. *In*: AMADEO, Javier (org.). **Violência de Estado na América Latina**: Direitos Humanos, Justiça de Transição e Antropologia Forense. São Paulo: Editora UNIFESP, 2019.

GONÇALVES, Renata. De antigas e novas loucas: Madres e Mães de Maio contra a violência de Estado. **Lutas Sociais**, São Paulo, n. 29, 2012.

GONTIJO, Fabiano. As Ilhas Trobriand, a antropologia e os Dimdim: algumas considerações sobre etnografia, turismo e reflexividade em “lugares sagrados”. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 60, n. 1, 2017.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *In*: ANPOCS. **Ciências Sociais Hoje – 1984**. São Paulo: Cortez, 1984.

GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. **Lugar de negro**. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero, 1982.

GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. São Paulo: Expressão Popular, 2016.

GRAEBER, David. Alteridade radical é só outra forma de dizer “realidade”: resposta a Viveiros de Castro. **Práxis Comunal**, Belo Horizonte, v. 2, n. 1, 2019.

GRIMBERG, Samirian. **Luta de guerreiros castigos de ninjas e amor de rainhas**: etnografia de uma rebelião prisional. 2009. Dissertação (Mestrado em Antropologia

Social) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2009.

HALL, Stuart *et al.* **Policing the Crisis**: Mugging, the State and Law and Order. London: The Macmillan Press, 1978.

HARAWAY, Donna. Manifesto ciborgue. *In*: TADEU, Tomaz (org.). **Antropologia do Ciborgue**: As vertigens do pós-humano. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

HERZFELD, Michael. **Intimidade cultural**: poética social no Estado-nação. Lisboa: Edições 70, 2008.

HIGONNET, Anne. Mulheres e imagens: Representações. *In*: PERROT, Michelle; DUBY, Georges (org.). **História das mulheres no Ocidente**, Volume 4. Porto: Afrontamento; São Paulo: Ebradil, 1991.

HIRATA, Daniel. **Sobreviver na adversidade**: entre o mercado e a vida. 2010. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

hooks, bell. **Anseios**: raça, gênero e políticas culturais. São Paulo: Elefante, 2019.

JACOB, Marie-Andrée; RILES, Annelise. The new bureaucracies of virtue: an introduction. **PoLAR: Political and Legal Anthropology Review**, Arlington, v. 30, n. 2, 2007.

JELIN, Elizabeth. **Los trabajos de la memória**. Madri: Siglo XXI de Esapaña Editores, 2001.

JORNALISMO, Ponte; CARAMANTE, André (org.). **Mães em Luta** – Dez anos dos Crimes de Maio de 2006. São Paulo: Ponte Jornalismo, 2016.

JUSTIÇA GLOBAL; IHRC. **São Paulo sob achaque**: corrupção, crime organizado e violência institucional em maio de 2006. Rio de Janeiro: Justiça Global, 2011.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

KOPENAWA, David; ALBERT, Bruce. **A queda do céu**: Palavras de um xamã Yanomami. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

KORSCH, Karl. **Karl Marx**. Lisboa: Antígona, 2018.

KUPER, Adam. **Antropólogos e antropologia**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1978.

KUPER, Adam. O retorno do nativo. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 8, n. 17, jun. 2002.

LACERDA, Paula. O sofrer, o narrar, o agir: dimensões da mobilização social de familiares de vítimas. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 20, n. 42, jul./dez. 2014.

LACERDA, Paula. **Meninos de Altamira**: violência, “luta” política e administração pública. Rio de Janeiro: Garamond, 2015.

LANGDON, Esther Jean. Uma avaliação crítica da atenção diferenciada e a colaboração entre antropologia e profissionais de saúde. *In*: LANGDON, Esther Jean; GARNELO, Luiza (org.). **Saúde dos povos indígenas**: Reflexões sobre a antropologia participativa. Rio de Janeiro: ABA; Contracapa Livraria, 2004.

LEAL, Eduardo Martinelli. “Naquela época não se ouvia falar de desaparecido”: família e maternidade na militância do desaparecimento de pessoas no Brasil. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 3, dez. 2019.

LECLERC, Gérard. **Crítica da antropologia**. Lisboa: Estampa, 1973.

LEFEBVRE, Henri. **Critique de la vie quotidienne**. Tome 1. Paris: L’Arche Editeur, 1958.

LEITE, Márcia. Da “metáfora da guerra” ao projeto de “pacificação”: favelas e políticas de segurança pública no Rio de Janeiro. **Rev. Bras. Segur. Pública**, São Paulo, v. 6, 2012.

LE MOS, Thaisa Maria Rocha. **Necropolítica nos trópicos**: exceção, colonialidade e raça na invenção da Ibero-América. 2018. Dissertação (Mestrado em Direito e Justiça) – Faculdade de Direito, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.

LIMA, William da Silva. **Quatrocentos contra um**: uma história do Comando Vermelho. Rio de Janeiro: ANF Produções, 2016.

LIMA, Fátima. Bio-necropolítica: diálogos entre Michel Foucault e Achille Mbembe. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 70, n. spe, 2018.

LIMA, Ana Flávia Martins de. **Organizações que matam**: o necrocapitalismo da indústria mineradora de nióbio nas mesorregiões do Alto Paranaíba e Sul Goiano. 2020. Dissertação (Mestrado em Administração) – Faculdade de Gestão e Negócios, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2020.

LÓPEZ Y RIVAS, Gilberto. **Estudando a contrainsurgência dos Estados Unidos**: manuais, mentalidades e uso da Antropologia. Goiânia: Editora Imprensa Universitária, 2018.

MÃES DE MAIO. **Do luto à luta**: Mães de Maio. São Paulo: Nós por nós, 2011a.

MÃES DE MAIO. **Salve Mães de Maio**. São Paulo: Nós por nós, 2018.

MÃES DE MAIO. **Memorial dos nossos filhos vivos**: as vítimas invisíveis da democracia. São Paulo: Nós por nós, 2019.

MAFEJE, Archie. The ideology of “Tribalism”. **The Journal of Modern African Studies**, Cambridge, v. 9, n. 2, 1971.

MAGNANI, José Guilherme. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 17, n. 49, jun. 2002.

MAIA, Lucas. **Nem Partidos, Nem Sindicatos**: A Reemergência das Lutas Autônomas no Brasil. Goiânia: Edições Redelp, 2016.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Os Argonautas do Pacífico Ocidental**. São Paulo: Ubu Editora, 2018.

MALLART, Fábio. *Salve Geral*: áreas urbanas, instituições prisionais e unidades de internação da Fundação CASA em comunicação. **R@U: Revista de Antropologia da UFSCar**, São Carlos, v. 3, 2011.

MANSO, Bruno Paes; DIAS, Camila Nunes. **A guerra**: a ascensão do PCC e o mundo do crime no Brasil. São Paulo: Todavia, 2018.

MARQUES, Ana Claudia; COMERFORD, John; CHAVES, Christine. Traições, intrigas, fofocas, vinganças: notas para uma abordagem etnográfica do conflito. In: MARQUES, Ana Claudia (org.). **Conflitos, política e relações pessoais**. Fortaleza: UFC/Funcap/CNPq-Pronex; Campinas: Pontes Editores, 2007.

MARQUES, Ana Claudia. Founders, ancestors, and enemies: memory, family, time, and space in the Pernambuco sertão. [S. l.]: **Journal of the Royal Anthropological Institute** (N.S.), v. 19, 2013.

MARQUES, Ana Claudia; LEAL, Natacha Simeí (org.). **Alquimias do Parentesco: casas, gentes, papéis, territórios**. Rio de Janeiro: Gramma/Terceiro Nome, 2018a.

MARQUES, Ana Claudia; LEAL, Natacha Simeí. Introdução: Alquimias do parentesco. *In*: MARQUES, Ana Claudia; LEAL, Natacha Simeí (org.). **Alquimias do Parentesco: casas, gentes, papéis, territórios**. Rio de Janeiro: Gramma/Terceiro Nome, 2018b.

MARQUES, Adalton. **Humanizar e expandir: uma genealogia da segurança pública em São Paulo**. São Paulo: IBCCRIM, 2018.

MARQUES, Diego; DI MARCHI, Marcelo. Prefácio ao texto *Benefícios secundários do crime*. **Enfrentamento**, Goiânia, ano 7, n. 12, ago./dez. 2012.

MARX, Karl. Discurso sobre o Problema do Livre-Câmbio. *In*: MARX, Karl. **A miséria da filosofia**. São Paulo: Global, 1985.

MARX, Karl. **Trabalho assalariado e capital**. São Paulo: Global, 1987.

MARX, Karl. **O Capital**. Livro 1. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl. Benefícios secundários do crime. **Enfrentamento**, Goiânia, ano 7, n. 12, ago./dez. 2012.

MARX, Karl. **Crítica da Filosofia do Direito de Hegel**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MASON, T. David; KRANE, Dale Anthony. The Political Economy of Death Squads: Toward a Theory of the Impact of State-Sanctioned Terror. **International Studies Quarterly**, Oxford, (33)1, 1989.

MATEBENI, Zethu. Perspectivas do Sul sobre relações de gênero e sexualidades: uma intervenção *queer*. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 60, n. 3, 2017.

MAUSS, Marcel. A expressão obrigatória dos sentimentos. *In*: OLIVEIRA, Roberto Cardoso de (org.). **Mauss**. São Paulo: Ática, 1979.

MAUSS, Marcel. **Sociologia e antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

MBEMBE, Achille. **Políticas da inimizade**. Lisboa: Antígona, 2017.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. São Paulo: n-1 edições, 2018a.

MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. São Paulo: n-1 edições, 2018b.

MEDEIROS, Flávia. **Matar o morto**: uma etnografia do Instituto Médico-Legal do Rio de Janeiro. Niterói: Editora da UFF, 2016.

MEDEIROS, Flávia. O morto no lugar dos mortos: classificações, sistemas de controle e necropolítica no Rio de Janeiro. **Revista M. Estudos sobre a morte, os mortos e o morrer**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 5, 2018.

MENEGHETTI, Francis Kanashiro. Origem e Fundamentos dos Esquadrões da Morte no Brasil. *In*: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 25ª edição, 4-7 set. 2011, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2011.

MENEZES, Palloma; GUTTERES, Anelise dos Santos; MAGALHÃES, Alexandre; BARROS, Rachel. Apresentação ao Dossiê Sociologia e Antropologia dos Rumores. **Sociabilidades Urbanas**, João Pessoa, v. 4, n. 12, nov. 2020.

MISSE, Michel (coord.). **Autos de resistência**: uma análise dos homicídios cometidos por policiais no Rio de Janeiro (2001-2011). Relatório final de pesquisa. Rio de Janeiro: NECVU/UFRJ, 2011.

MOLINA, Luísa Pontes. A subversão como método: repensando o genocídio a partir das terras e das lutas indígenas. *In*: VIEIRA, Suzane de Alencar; VILLELA, Jorge Mattar (org.). **Insurgências, ecologias dissidentes e antropologia modal**. Goiânia: Editora da Imprensa Universitária, 2020.

MORAWSKA, Catarina. Luto e Memória das Mães da Saudade de Peixinhos. *In*: MARQUES, Ana Cláudia; LEAL, Natacha Simeí (org.). **Alquimias do Parentesco**: casas, gentes, papéis, territórios. Rio de Janeiro: Gramma/Terceiro Nome, 2018.

MOURA, Clóvis. **Dialética Radical do Brasil Negro**. São Paulo: Fundação Maurício Grabois, Anita Garibaldi, 2014.

MOURA, Marcos Vinícius (org.). **Levantamento nacional de informações penitenciárias, atualização junho de 2017**. Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública, Departamento Penitenciário Nacional, 2019.

NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro**: processo de um racismo mascarado. São Paulo: Perspectivas, 2016.

NASCIMENTO, Silvana. O corpo da antropóloga e os desafios da experiência próxima. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 62, n. 2, 2019.

NASCIMENTO, Gabriel. **Racismo Linguístico**: os subterrâneos da linguagem e do racismo. Belo Horizonte: Letramento, 2019.

NETO, David Maciel de Mello. “Esquadrão da morte”: Uma outra categoria da acumulação social da violência no Rio de Janeiro. **DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, jan./abr. 2017.

NOBRE, Carlos. **Mães de Acari**: uma história de luta contra a impunidade. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

NOGUEIRA, Rose (org.). **Crimes de Maio**. São Paulo: CONDEPE, 2006.

PALMEIRA, Moacir. Política e tempo: notas exploratórias. In: PEIRANO, Mariza (org.). **O dito e o feito**: ensaios de antropologia dos rituais. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2002.

PANNEKOEK, Anton. **Lênin filósofo**. Goiânia: Edições Redelp, 2021.

PAOLI, Maria Célia. Violência e espaço civil. In: PAOLI, Maria Célia; PINHEIRO, Paulo Sérgio *et al.* **A violência brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1982

PEDROSO, Catarina. Genocídio da Juventude Negra, pobre e periférica: questões objetivas e subjetivas em debate. In: CRP SP. **Caderno Temático vol. 14 - Contra o genocídio da população negra**: subsídios técnicos e teóricos para Psicologia. São Paulo: CRP, 2015.

PEIRANO, Mariza. Os antropólogos e suas linhagens. **Série Antropológica**, Brasília, 1990.

PESSOA DE OLIVEIRA, Jose Hercilio; SPINK, Mary Jane. Ponderações sobre a longevidade de um clube de mães da periferia de São Paulo, Brasil. **Athenea Digital. Revista de pensamento e investigación social**, Barcelona, v. 18, n. 3, nov. 2018.

PIEDADE, Vilma. **Dororidade**. São Paulo: Nós, 2017.

PINA CABRAL, João de. A difusão do limiar. **Análise Social**, Lisboa, n. 153, 2000.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. Autoritarismo e transição. **Revista USP**, São Paulo, n. 9, 1991.

PLATÃO. **Fedro**. Belém: Ed. UFPA, 2011.

PRECIADO, Paul B. **Um apartamento em Urano**: crônicas da travessia. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

RADCLIFFE-BROWN, Alfred. **Estrutura e função na sociedade primitiva**. Petrópolis: Vozes, 2013.

RAMOS, Silvia (coord.). **A cor da violência policial**: a bala não erra o alvo. Relatório de pesquisa. Rio de Janeiro: Rede de Observatórios da Segurança/CESec, dez. 2020.

RODRIGUES, Hosana; SÁ, Leonardo de. Coração de mãe é terra que ninguém anda. Um estudo das redes, “tramas” e conflitos de mães em luto nas favelas à beira-mar. **Revista Brasileira de Sociologia da Emoção**, João Pessoa, v. 14, n. 40, abr. 2015.

RUSCHE, Georg; KIRCHHEIMER, Otto. **Punição e estrutura social**. Rio de Janeiro: Revan, 2004.

SAFATLE, Vladimir; JUNIOR, Nelson da Silva; DUNKER, Christian (org.). **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

SANJURJO, Liliana; FELTRAN, Gabriel. Sobre lutos e lutas: violência de Estado, humanidade e morte em dois contextos etnográficos. **Ciência & Cultura**, Campinas, v. 67, 2015.

SANJURJO, Liliana. **Sangue, identidade e verdade**: memórias sobre o passado ditatorial na Argentina. São Carlos: Editora UFSCar, 2018.

SANTIAGO, Vinicius. A maternidade como resistência à violência de Estado. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 55, 28 ago. 2019.

SARTI, Cynthia. A vítima como figura contemporânea. **Cad. CRH**, Salvador, v. 24, n. 61, abr. 2011.

SCHRITZMEYER, Ana Lúcia Pastore. **Jogo, ritual e teatro**: um estudo antropológico do Tribunal do Júri. São Paulo: Terceiro Nome, 2012.

SCHUCH, Patrice. A Vida Social Ativa da Ética na Antropologia. **BIB**, São Paulo, n. 71, 1º sem. 2011.

SILVA, Débora Maria da; DARA, Danilo. Mães e familiares de vítimas do Estado: a luta autônoma de quem sente na pele a violência policial. *In*: KUCINSKI, Bernardo *et al.* **Bala perdida: a violência policial no Brasil e os desafios para sua superação**. São Paulo: Boitempo, 2015.

SILVA, Uvanderson Vitor da; SANTOS, Jaqueline Lima; RAMOS, Paulo César. **Chacinas e a politização das mortes no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2019.

SINGER, André; ALONSO, Angela; STARLING, Heloisa *et al.* **Democracia em risco?**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SLUKA, Jeffrey (org.). **Death Squad: The Anthropology of State Terror**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2000.

SOARES, Barbara; MOURA, Tatiana; AFONSO, Carla (org.). **Auto de resistência: relatos de familiares de vítimas da violência armada**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2009.

SOUZA, Diego Oliveira de. Entre violência e (in)justiça: o Esquadrão da Morte Paulista (1968-1979). **MOUSEION**, Canoas, n. 18, ago. 2014.

SOZZO, Máximo (org.). **Pós-neoliberalismo e penalidade na América do Sul**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2017.

STRATHERN, Marilyn. **O gênero da dádiva: problemas com as mulheres e problemas com a sociedade na Melanésia**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2006.

TADDEO, Eduardo. **A guerra não declarada na visão de um favelado**. São Paulo: Carlos Eduardo Taddeo, 2012.

TAUSSIG, Michael. **Xamanismo, colonialismo e o homem selvagem: um estudo sobre o terror e a cura**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

TELLES, Vera; HIRATA, Daniel. Cidade e práticas urbanas nas fronteiras incertas entre o ilegal, o informal e o ilícito. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 21, n. 61, dez. 2007.

TIBIRIÇÁ, Luiz Caldas. **Dicionário de Topônimos Brasileiros de Origem Tupi**. São Paulo: Traço Editora, 1985.

- TUAN, Yi-Fu. **Espaço e Lugar**: a perspectiva da experiência. São Paulo: Difel, 1983.
- VALA, Jorge; BRITO, Rodrigo; LOPES, Diniz. **Expressões dos Racismos em Portugal**. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2015.
- VALENCIA, Sayak. El transfeminismo no es un generismo. **Pléyade**, Santiago, n. 22, dez. 2018.
- VEDOVELLO, Camila de Lima. Era das Chacinas – breve discussão sobre a prática de chacinamento na era democrática. **Revista Liberdades**, São Paulo, n. 20 set./dez. 2015.
- VIANA, Nildo. **O capitalismo na era da acumulação integral**. Aparecida: Ideias & Letras, 2009.
- VIANA, Nildo. **Manifesto Autogestionário**. Rio de Janeiro: Rizoma, 2015a.
- VIANA, Nildo. **Estado, democracia e cidadania**: a dinâmica da política institucional no capitalismo. Rio de Janeiro: Rizoma, 2015b.
- VIANA, Nildo. **A Pesquisa em Representações Cotidianas**. Lisboa: Chiado, 2015c.
- VIANA, Nildo. A criminalização dos movimentos sociais. **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá, ano XVII, n. 202, mar. 2018.
- VIANNA, Adriana; FARIAS, Juliana. A guerra das mães: dor e política em situações de violência institucional. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 37, 2011.
- VIANNA, Adriana. Violência, Estado e Gênero: considerações sobre corpos e corpos entrecruzados. In: SOUZA LIMA, Antônio Carlos de; GARCIA-ACOSTA, Virginia (org.). **Margens da violência**: Subsídios ao estudo do problema da violência nos contextos mexicanos e brasileiros. Brasília: ABA, 2014.
- VIANNA, Adriana. Tempos, dores e corpos: considerações sobre a “espera” entre familiares de vítimas de violência policial no Rio de Janeiro. In: BIRMAN, Patricia; LEITE, Marcia; MACHADO, Carly; CARNEIRO, Sandra Sá. (org.). **Dispositivos Urbanos e Trama dos Videntes**: ordens e resistências. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2015.
- VIEIRA, Suzane de Alencar; VILLELA, Jorge Mattar (org.). **Insurgências, ecologias dissidentes e antropologia modal**. Goiânia: Editora da Imprensa Universitária, 2020.

VILLELA, Jorge. Os vivos, os mortos e a política no sertão de Pernambuco. **Revista de História**, São Paulo, n. 173, jul./dez. 2015.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. O nativo relativo. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, 2002.

WACQUANT, Loïc. **Punir os pobres**: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

WACQUANT, Loïc. Três etapas para uma antropologia histórica do neoliberalismo realmente existente. **Caderno CRH**, Salvador, v. 25, n. 66, set./dez. 2012.

WEISS DE JESUS, Fátima. “Ser afetada”? Implicações de uma antropóloga em campo. *In*: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 32ª edição, out. 2010, Caxambu. **Anais...** Caxambu: ANPOCS, 2010.

Hemeroteca

BELO, Mariana. **Estudo feito por PM baiano identifica grupos criminosos por tatuagens**. Salvador: G1.Globo, 30 jan. 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/bahia/noticia/2015/01/estudo-feito-por-pm-baiano-identifica-grupos-criminosos-por-tatuagens.html>. Acesso em: 8 set. 2020.

CRUZ, Elaine Patricia. **Mães inauguram memorial para lembrar mortos nos Crimes de Maio**. São Paulo: Agência Brasil, 12 mai. 2016. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2016-05/maes-inauguram-memorial-para-lembrar-mortos-nos-crimes-de-maio>. Acesso em: 21 fev. 2021.

GARCIA, Diego; RICHMOND, Klaus. **Maior favela de palafitas do Brasil enfrenta pandemia, incêndio e enchentes**. Santos: Folha de São Paulo, 02 jun. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/06/maior-favela-de-palafitas-do-brasil-enfrenta-pandemia-incendio-e-enchentes.shtml>. Acesso em: 15 out. 2020.

JOZINO, Josmar. **Ex-policial preso por sequestrar enteado de líder do PCC tem medo de ser morto**. São Paulo: Ponte Jornalismo, 08 mai. 2020. Disponível em: <https://ponte.org/ex-policial-preso-por-sequestrar-enteado-de-lider-do-pcc-tem-medo-de-ser-morto>. Acesso em: 12 mai. 2020.

KARAM, Maria Lúcia. **Por que precisamos dar fim à guerra às drogas**. São Paulo: Justificando, 7 abr. 2016. Disponível em: <http://www.justificando.com/2016/04/07/por-que-precisamos-dar-fim-a-guerra-as-drogas>. Acesso em: 22 jul. 2020.

MODELLI, Lais. **Os crimes que transformaram mães em ativistas contra a violência policial**. São Paulo: BBC News Brasil, 08 mai. 2016. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/brasil/2016/05/160508_maes_maio_lm_tg. Acesso em: 15 nov. 2020.

NAVAS, María Elena. **Vacinas contra covid: por que países ricos não quebram patentes para acelerar vacinação contra covid-19?**. [S. l.]: BBC News, 22 mar. 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-56454630>. Acesso em: 22 mar. 2021.

PENTEADO, Gilmar; SOARES, Regiane. **Promotores fazem carta a favor da polícia**. São Paulo: Folha de São Paulo, 27 mai. 2006. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff2705200609.htm>. Acesso em: 13 fev. 2021.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. **A tortura continua**. São Paulo: Folha de São Paulo, 05 nov. 1980.

RAMOS, Paulo. **Sentidos e usos do genocídio à brasileira**. São Paulo: Nexo Políticas Públicas, 16 set. 2020. Disponível em: <https://pp.nexojornal.com.br/opiniaio/2020/Sentidos-e-usos-do-genoc%C3%ADdio-%C3%A0-brasileira>. Acesso em: 25 set. 2020.

REINA, Eduardo; PEDRETTI, Lucas. **Esquadrões mataram em 3 anos o dobro da ditadura em 21**. São Paulo: Folha de São Paulo, 24 out. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2020/10/esquadroes-mataram-em-3-anos-o-dobro-da-ditadura-em-21.shtml>. Acesso em: 24 out. 2020.

REPORTAGEM LOCAL. **Grupo mascarado volta a atacar em São Paulo**. São Paulo: Folha de São Paulo, 21 mai. 2006. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff2105200615.htm>. Acesso em: 13 fev. 2021.

ROSSINI, Maria Clara. **Estupro de mulheres negras e indígenas deixou marca no genoma dos brasileiros**. São Paulo: Superinteressante, 03 out. 2020. Disponível em:

<https://super.abril.com.br/ciencia/estupro-de-mulheres-negras-e-indigenas-deixou-marca-no-genoma-dos-brasileiros>. Acesso em: 14 nov. 2020.

SALVADORI, Fausto. **Mães de Maio denunciam promotora por “criminalizar” movimento**. São Paulo: Ponte Jornalismo, 16 nov. 2015. Disponível em: <https://ponte.org/maes-de-maio-denunciam-promotora-por-criminalizar-movimento>. Acesso em: 17 fev. 2021.

SANTANA, Renato. **Os policiais que agem na touca**. Santos: A Tribuna, 28 abr. 2010. Disponível em: <https://flitparalisante.wordpress.com/2010/05/07>. Acesso em: 13 fev. 2021.

SCHIVARTCHE, Fabio. **Polícia não matou inocentes, diz coronel**. São Paulo: Folha de São Paulo, 19 mai. 2006. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u121735.shtml>. Acesso em: 15 fev. 2021.

STABILE, Arthur *et al.* **Rota, 50 anos de matança**. São Paulo: Ponte Jornalismo, 15 out. 2020. Disponível em: <https://ponte.org/rota-50-anos-de-matanca>. Acesso em: 16 out. 2020.

Blogs e sites

BORGES, Thiago. **A ditadura continua nas periferias**. [S. l.]: Periferia em Movimento, 06 mai. 2014. Disponível em: <http://periferiaemmovimento.com.br/ditadura-continua-nas-periferias>. Acesso em: 05 ago. 2019.

BUBANDT, Nils; WILLERSLEV, Rane. **O lado sombrio da empatia: mimese, engano e a magia da alteridade**. [S. l.]: Labemus, 30 abr. 2020. Disponível em: <https://blogdolabemus.com/2020/04/30/o-lado-sombrio-da-empatia-mimese-engano-e-a-magia-da-alteridade-parte-3-por-nils-bubandt-e-rane-willerslev>. Acesso em: 15 out. 2020.

DILMA ROUSSEFF. **Contra a ditadura, memória e verdade**. [S. l.]: Dilma Rousseff, 26 mar. 2019. Disponível em: <http://dilma.com.br/contra-ditadura-memoria-e-verdade>. Acesso em: 06 out. 2020.

INFOPEN. **Quantidade de incidências por tipo penal**. Período de Julho a Dezembro de 2017. Brasília: Departamento Penitenciário Nacional, 2018. Disponível em: <https://url.gratis/5nqn1>. Acesso em: 10 fev. 2021.

INFOPEN. **Presos em Unidades Prisionais no Brasil**. Período de Julho a Dezembro de 2019. Brasília: Departamento Penitenciário Nacional, 2020. Disponível em: <https://url.gratis/B5VvA>. Acesso em: 10 fev. 2021.

MÃES DE MAIO. **Crimes de Maio e a Democracia das Chacinas** – Parte 2: estado de extermínio. [S. l.]: Passa Palavra, 11 mai. 2011b. Disponível em: <https://passapalavra.info/2011/11/48422>. Acesso em: 10 jul. 2019.

MÃES DE MAIO. **Carta das Mães de Maio à Presidenta Dilma Rousseff**. [S. l.]: Passa Palavra, 25 jul. 2012. Disponível em: <https://passapalavra.info/2012/07/62349>. Acesso em: 06 out. 2020.

MÃES DE MAIO. **Por que é necessária urgentemente uma política nacional de reparação integral às vítimas diretas, colaterais e conexas da violência e abuso de poder de agentes do estado democrático?!**. [S. l.]: Movimento Mães de Maio, 28 out. 2013. Disponível em: <http://maesdemaio.blogspot.com/2013/10/por-que-e-necessaria-urgentemente-uma.html>. Acesso em: 26 jan. 2021.

MÃES DE MAIO. **Carreirismo acadêmico, ongueiro e estatal**. São Paulo: Zagaia em Revista, 3ª Edição, 2015. Disponível em: <http://zagaiaemrevista.com.br/article/carreirismo-academico-ongueiro-e-estatal>. Acesso em: 15 de nov. 2020.

OUVIDORIA. **O que é?**. São Paulo: Ouvidoria da Polícia do Estado de São Paulo, [s/d]. Disponível em: <http://www.ssp.sp.gov.br/ouvidoria/Oque.aspx>. Acesso em: 12 fev. 2021.

REDE DE COMUNIDADES e Movimentos contra a Violência. **O que é a Rede?**. Rio de Janeiro: Rede de Comunidades e Movimentos contra a Violência, 17 jul. 2006. Disponível em: <https://redecontraviolencia.org/Home/10.html>. Acesso em: 20 out. 2020.

SAWYER, Wendy; WAGNER, Peter. **Mass Incarceration: The Whole Pie** 2020. Easthampton: Prison Policy Initiative, 24 mar. 2020. Disponível em: <https://www.prisonpolicy.org/reports/pie2020.html>. Acesso em: 10 fev. 2021.

32ª RBA. **Em Luta: vítimas, familiares, terrorismo de Estado**. [S. l.]: 32ª Reunião Brasileira de Antropologia – Exposições, 2020. Disponível em: <https://expo.abant.org.br/em-luta>. Acesso em: 02 dez. 2020.

Vídeos

APELO. Direção: Clara Ianni. São Paulo: Massa real, 2014. 1 vídeo (13 min).

DANIEL MILLER. Como conduzir uma etnografia durante o isolamento - Prof. Daniel Miller, Univ. College of London. São Paulo: LISA USP [YouTube]. 20 mai. 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=WC24b3nzp98&ab>. Acesso em: 20 out. 2020.

MÃES - efeitos psicológicos da violência policial nas famílias. Direção: Clara Ianni. Santos: Berlim: Mães de Maio, 2013. 1 vídeo (22 min).

NÃO SAIA HOJE. Direção: Susanna Lira. [S. l.]: Modo Operante Produções, 2016. 1 vídeo (53 min).

SÃO PAULO SOB ATAQUE. Direção: Rodrigo Astiz. [S. l.]: Mixer Filmes, Discovery Channel, 2009. 1 vídeo (43 min).

UM MEMORIAL PARA MÃES E FILHOS. Direção: Clara Ianni e Silvana Martins. São Paulo: Mães de Maio, 2016. 1 vídeo (18 min).

Eventos

DÉBORA MARIA. Bate-papo sobre o documentário “Auto de Resistência”. In: CINE DIREITOS HUMANOS SESC-SP: exibição do documentário “Auto de Resistência” seguido de bate-papo com Debora Maria da Silva, 30 out. 2019, São Paulo. [s. n.]. São Paulo: SESC-SP, 2019a.

DÉBORA MARIA. *Mesa: Quem ganha com a militarização? Violência do Estado e saúde da população negra*. In: OUTUBRO NEGRO, 02 out. 2019, São Paulo. [s. n.]. São Paulo: Coletivo Negro Carolina Maria de Jesus, 2019b.

DÉBORA MARIA. Lançamento do livro “Memorial dos nossos filhos vivos”. *In*: MÃES DE MAIO, 16 mai. 2019, São Paulo. [s. n.]. São Paulo: Mães de Maio, 2019c.

Entrevistas

FRANCISCO GOMES. Apresentação – 1º encontro. [24 set. 2020]. Entrevistador: Matheus Almeida. [S. l.], 2020a. 1 arquivo .mp3 (43 min).

FRANCISCO GOMES. História de vida – 2º encontro. [15 out. 2020]. Entrevistador: Matheus Almeida. [S. l.], 2020b. 1 arquivo .mp3 (50 min).

FRANCISCO GOMES. História de vida – 3º encontro. [22 out. 2020]. Entrevistador: Matheus Almeida. [S. l.], 2020c. 1 arquivo .mp3 (56 min).

ILZA SOARES. Apresentação – 1º encontro. [25 set. 2020]. Entrevistador: Matheus Almeida. [S. l.], 2020a. 1 arquivo .mp3 (53 min).

ILZA SOARES. Apresentação – 2º encontro. [09 out. 2020]. Entrevistador: Matheus Almeida. [S. l.], 2020b. 1 arquivo .mp3 (48 min).

ILZA SOARES. História de vida – 3º encontro. [16 out. 2020]. Entrevistador: Matheus Almeida. [S. l.], 2020c. 1 arquivo .mp3 (56 min).

ILZA SOARES. História de vida – 4º encontro. [23 out. 2020]. Entrevistador: Matheus Almeida. [S. l.], 2020d. 1 arquivo .mp3 (64 min).

ILZA SOARES. História de vida – 5º encontro. [08 dez. 2020]. Entrevistador: Matheus Almeida. [S. l.], 2020e. 1 arquivo .mp3 (72 min).

JULY SANTOS. Apresentação – 1º encontro. [11 set. 2020]. Entrevistador: Matheus Almeida. [S. l.], 2020a. 1 arquivo .mp3 (62 min).

JULY SANTOS. Apresentação – 2º encontro. [16 set. 2020]. Entrevistador: Matheus Almeida. [S. l.], 2020b. 1 arquivo .mp3 (59 min).

JULY SANTOS. Apresentação – 3º encontro. [07 out. 2020]. Entrevistador: Matheus Almeida. [S. l.], 2020c. 1 arquivo .mp3 (66 min).

JULY SANTOS. História de vida – 4º encontro. [14 out. 2020]. Entrevistador: Matheus Almeida. [S. l.], 2020d. 1 arquivo .mp3 (70 min).

MARIA SÔNIA. Apresentação – 1º encontro. [23 set. 2020]. Entrevistador: Matheus Almeida. [S. l.], 2020a. 1 arquivo .mp3 (40 min).

MARIA SÔNIA. História de vida – 2º encontro. [13 out. 2020]. Entrevistador: Matheus Almeida. [S. l.], 2020b. 1 arquivo .mp3 (65 min).

MARIA SÔNIA. História de vida – 3º encontro. [21 out. 2020]. Entrevistador: Matheus Almeida. [S. l.], 2020c. 1 arquivo .mp3 (62 min).

Lives

BATE PAPO COM DÉBORA Maria da Silva sobre Movimento Mães de Maio, 2020, [S. l.]: Coletivo Sementes [*Instagram*], 26 set. 2020. 2 vídeos (55 min: 35 seg/48 min: 21 seg) [*Live*]. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CFnaJU0ng9t> / <https://www.instagram.com/p/CFnf4zVHud6>. Acesso em: 28 set. 2020.

DIREITOS HUMANOS e o Extermínio da Juventude: no olhar das Mães de Maio, 2020, [S. l.]: Anistia Internacional [*Facebook*], 25 ago. 2020. 1 vídeo (70 min: 50 seg). [*Live*]. Disponível em: <https://www.facebook.com/anistiasaopaulo/videos/889729418182169>. Acesso em: 25 ago. 2020.

DO LUTO À LUTA! O Fórum puxa a Débora Maria da Silva - Mães de Maio para um papo, 2020, [S. l.]: Fórum sobre Medicalização da Educação e da Sociedade [*YouTube*], 31 out. 2020. 1 vídeo (70 min: 32 seg). [*Live*]. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=bmckNTI4Ods>. Acesso em: 31 out. 2020.

ENTRE LUTO E A LUTA: resistências ao extermínio da juventude negra, 2020, [S. l.]: Julho Negro [*YouTube*], 30 jul. 2020. 1 vídeo (90 min: 05 seg). [*Live*]. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=w42uBr2-Qcc>. Acesso em: 30 jul. 2020.

ESTADO DE EXCEÇÃO *in loco*: Olhos que condenam, 2020, [S. l.]: LACC – UFRJ [*Facebook*], 27 nov. 2020. 1 vídeo (103 min: 47 seg). [*Live*]. Disponível em: <https://www.facebook.com/laccufrj/videos/211917650456479>. Acesso em: 27 nov. 2020.

LIVE POR JUSTIÇA E MEMÓRIA, 2020, [S. l.]: Justiça Global [*YouTube*], 06 set. 2020. 1 vídeo (126 min: 50 seg). [*Live*]. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=mXXF2ia_low. Acesso em: 06 set. 2020.

MEMÓRIA E JUSTIÇA RACIAL, 2020, [S. l.]: Iniciativa Direito à Memória e Justiça Racial [Facebook], 28 mai. 2020. 1 vídeo (73 min: 38 seg). [Live]. Disponível em: <https://www.facebook.com/dmjracial/videos/2741965416026341>. Acesso em: 28 mai. 2020.

PROGRAMA QUINTAS RESISTENTES entrevista Débora Silva, 2020, [S. l.]: Núcleo Piratininga de Comunicação – NPC [Facebook], 13 ago. 2020. 1 vídeo (88 min: 33 seg). [Live]. Disponível em: <https://www.facebook.com/npcinstitucional/videos/1171194003255789>. Acesso em: 13 ago. 2020.

VOZES DA RESISTÊNCIA com racismo, a militarização e ao apartheid no sul global, 2020, [S. l.]: Julho Negro [YouTube], 26 jul. 2020. 1 vídeo (115 min: 36 seg). [Live]. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=I7tz_ippaUk. Acesso em 26 jul. 2020.

WEBINAR: Perícia Criminal no Estado de São Paulo: Contribuições para uma Política Pública, 2020, [S. l.]: Ordem dos Advogados do Brasil [Zoom], 11 dez. 2020. 1 vídeo (154 min: 22 seg). [Live].